UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS AMBIENTAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS À LUZ DO ARCABOUÇO NORMATIVO AMBIENTAL EXISTENTE NA SOCIEDADE

RIO DE JANEIRO

2024

PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS AMBIENTAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS À LUZ DO ARCABOUÇO NORMATIVO AMBIENTAL EXISTENTE NA SOCIEDADE

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.ª Doutora Monica Zaidan Gomes (FACC/UFRJ)

Coorientador: Prof. Doutor José Ricardo Maia de Siqueira (FACC/UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2024

PRISCYLA DE MOURA LOPES FURTADO

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS AMBIENTAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS À LUZ DO ARCABOUÇO NORMATIVO AMBIENTAL EXISTENTE NA SOCIEDADE

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 09 / 08 / 2024

Prof.ª Doutora Monica Zaidan Gomes – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Doutor José Ricardo Maia de Siqueira – Coorientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.ª Doutora Maria Luisa Mendes Teixeira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Doutor José Paulo Cosenza
Universidade Federal Fluminense

Prof. Doutor Lúcio Pereira de Andrade
Universidade Federal Fluminense

FICHA CATALOGRÁFICA

F992e Furtado, Priscyla de Moura Lopes.
Educação para a sustentabilidade: as construções simbólicas ambientais dos cursos de ciências contábeis à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade / Priscyla de Moura Lopes Furtado. - 2024.
423 f.

Orientadora: Monica Zaidan Gomes.
Coorientador: José Ricardo Maia de Siqueira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2024.
Bibliografia: f. 405 – 423.

1. Ciências Contábeis. 2. Educação ambiental. 3. Sustentabilidade. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Gomes, Monica Zaidan, orient. II. Siqueira, José Ricardo Maia de, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. IV. Título.

CDD 657

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

“Os que confiam no SENHOR serão como o monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre.”

Salmo 125:1

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus por me sustentar e me guiar até aqui. Ele me deu novas oportunidades, forças para seguir e superar todos os desafios. O que seria de mim sem o amor Dele? Deus é bom o tempo todo!

Agradeço ao meu marido, Ramon, por acreditar em mim e me incentivar em tudo que eu faço. Obrigada pelo teu amor e compreensão em todos os momentos.

Agradeço também à minha família, ao meu pai e aos meus irmãos, que estão sempre ao meu lado. Em especial, quero honrar a minha amada mãe, que antes da conclusão do mestrado, foi para eternidade ao encontro de Deus. Acredito que o amor de mãe é o mais próximo do amor de Deus e eu tive o privilégio de ter uma mãe amorosa e dedicada. Ela me ensinou a ter valores e princípios, os quais, certamente, me levaram a escolha do tema deste trabalho.

Deixo o meu enorme agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRJ. Os professores que passaram por mim, me fizeram admirá-los e a seguir a carreira docente. Muito grata pelo conhecimento compartilhado. Destaco minha admiração pela minha orientadora Monica Zaidan Gomes e meu coorientador José Ricardo Maia de Siqueira. Obrigada por toda dedicação e experiência compartilhada. Especialmente, quero enobrecer a professora Monica, que no momento mais difícil da minha vida me deu muita força para seguir. Ela foi humana e amorosa. Nunca me esquecerei do apoio que recebi.

Agradeço aos meus amigos de turma, a qual apelidamos carinhosamente de Turma Covid. Que privilégio conhecer pessoas tão especiais. Com carinho, agradeço a amizade da Ludmila e da Thais. Nós nos unimos de uma forma tão linda, que elas se tornaram um tesouro que para sempre vou guardar.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

FURTADO, Priscyla de Moura Lopes. **Educação para a sustentabilidade: As construções simbólicas ambientais dos cursos de Ciências Contábeis à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade.** Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente estudo teve por objetivo analisar as construções simbólicas ambientais das Instituições de Ensino Superior (IES) federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade, visando a formação de tomadores de decisão mais sustentáveis. O termo "construções simbólicas ambientais", para fins deste trabalho, foi entendido como o conjunto representado pelos Estatutos das IES, Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Logística Sustentável, Relatório de Sustentabilidade, Plano Político Pedagógico, Matrizes curriculares, Programa das disciplinas, entre outros. Essa pesquisa possui natureza exploratória e descritiva, abordagem qualitativa, utilizando-se dos métodos de pesquisa bibliográfica e documental. A amostra da pesquisa englobou 12 IES, com 18 cursos de Ciências Contábeis, sendo formada por meio do *site* do Ministério da Educação. As IES e respectivos Campus com cursos foram: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (Campus Goiabeiras); Universidade Federal de Juiz de Fora (Campi Juiz de Fora e Governador Valadares); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Campus Pampulha); Universidade Federal de São João Del Rei (Campus Tancredo Neves); Universidade Federal de Uberlândia (Campi Santa Mônica e Pontal); Universidade Federal de Viçosa (UFV) (Campi Viçosa e Rio Paranaíba); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Campus do Mucuri); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (Campus Varginha); Universidade Federal Fluminense (UFF) (Campi Volta Redonda, Macaé e Niterói); Universidade Federal do Rio de Janeiro (Campi Cidade Universitária e Praia Vermelha); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (Campus Seropédica); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (Campus Osasco). Os documentos institucionais obtidos foram organizados com apoio do *Excel* e analisados através de análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que nos Estatutos todas as universidades apresentaram trechos relativos à educação para sustentabilidade, exceto a UFV e UFF. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional, todas evidenciaram que possuem perfis institucionais consistentes com arcabouço normativo ambiental. Todas abordam conceitos relativos à sustentabilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Ademais, todas oferecem assistência estudantil, possibilitando inclusão social no acesso, permanência e redução da evasão dos discentes. Quanto ao Plano de Logística Sustentável, foi encontrado em todas as universidades, exceto na UFMG e UFRRJ. Quanto ao Relatório de Sustentabilidade, foi encontrado somente o relatório da UFES e UNIFAL-MG, que demonstraram que contribuem para a promoção do Desenvolvimento Sustentável e da educação para sustentabilidade. Quanto ao Plano Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis, somente não foi encontrado o do Campus de Macaé e de Niterói da UFF, sendo encontrada apenas a matriz curricular. Em relação as disciplinas relativas ao tema da sustentabilidade, os cursos oferecem diversas disciplinas, porém a maioria é optativa. São oferecidas disciplinas específicas dentro da temática e de forma interdisciplinar. Conclui-se que as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste possuem aderência aos conceitos relacionados à educação para a sustentabilidade, mas ainda é necessário avançar na temática. A contribuição desta pesquisa é o aumento das discussões sobre a sustentabilidade; a influência em outras instituições de ensino públicas e privadas, estimulando a disseminação da

sustentabilidade no ensino, pesquisa, extensão e em todas as práticas institucionais de forma a atender ao arcabouço normativo ambiental; a construção do conhecimento ambiental na contabilidade e; a promoção da conscientização ambiental na comunidade acadêmica e na sociedade.

Palavras-chave: Educação para sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Ciências Contábeis.

ABSTRACT

FURTADO, Priscyla de Moura Lopes. Educação para a sustentabilidade: As construções simbólicas ambientais dos cursos de Ciências Contábeis à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The present study aimed to analyze the environmental symbolic constructions of federal Higher Education Institutions (HEIs) with face-to-face undergraduate courses in Accounting Sciences in the Southeast region in light of the environmental normative framework existing in society, aiming to train more sustainable decision makers. The term "environmental symbolic constructions", for the purposes of this work, was understood as the set represented by the HEI Statutes, Institutional Development Plan, Sustainable Logistics Plan, Sustainability Report, Pedagogical Political Plan, Curriculum Matrices, Subject Program, among others. This research has an exploratory and descriptive nature, a qualitative approach, using bibliographic and documentary research methods. The research sample included 12 HEIs, with 18 Accounting Sciences courses, being formed through the Ministry of Education website. The HEIs and respective Campuses offering courses were: Federal University of Espírito Santo (UFES) (Campus Goiabeiras); Federal University of Juiz de Fora (Jiz de Fora and Governador Valadares campuses); Federal University of Minas Gerais (UFMG) (Pampulha Campus); Federal University of São João Del Rei (Campus Tancredo Neves); Federal University of Uberlândia (Campi Santa Mônica and Pontal); Federal University of Viçosa (UFV) (Campi Viçosa and Rio Paranaíba); Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (Mucuri Campus); Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG) (Varginha Campus); Universidade Federal Fluminense (UFF) (Campi Volta Redonda, Macaé and Niterói); Federal University of Rio de Janeiro (Campi Cidade Universitária and Praia Vermelha); Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) (Campus Seropédica); Federal University of São Paulo (UNIFESP) (Campus Osasco). The institutional documents obtained were organized with the support of Excel and analyzed through content analysis. The results demonstrated that in the Statutes all universities presented sections relating to education for sustainability, except UFV and UFF. As for the Institutional Development Plan, they all demonstrated that they have institutional profiles consistent with the environmental regulatory framework. They all address concepts related to sustainability in the context of teaching, research and extension. Furthermore, they all offer student assistance, enabling social inclusion in access, retention and reduction of student dropout rates. As for the Sustainable Logistics Plan, it was found in all universities, except UFMG and UFRRJ. As for the Sustainability Report, only the report from UFES and UNIFAL-MG was found, which demonstrated that they contribute to the promotion of Sustainable Development and education for sustainability. As for the Pedagogical Political Plan for the Accounting Sciences course, the only one for the UFF Macaé and Niterói Campuses was not found, and only the curricular matrix was found. Regarding subjects related to the topic of sustainability, the courses offer several subjects, but most are optional. Specific subjects are offered within the theme and in an interdisciplinary manner. It is concluded that federal HEIs with in-person undergraduate courses in Accounting Sciences in the Southeast region adhere to concepts related to education for sustainability, but it is still necessary to advance the topic. The contribution of this research is to increase discussions about sustainability; the influence on other public and private educational institutions, stimulating the dissemination of sustainability

in teaching, research, extension and in all institutional practices in order to comply with the environmental regulatory framework; the construction of environmental knowledge in accounting and; promoting environmental awareness in the academic community and society.

Keywords: Education for sustainability, Sustainable Development, Accounting Sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Interações das três esferas da sustentabilidade 36
Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 43
Figura 3: Diagrama da pesquisa e análise dos documentos 89
Figura 4: Mapa Estratégico da UFES eixo ensino 99
Figura 5: Mapa Estratégico da UFES eixo pesquisa 99
Figura 6: Mapa Estratégico da UFES eixo extensão 100
Figura 7: Mapa Estratégico da UFES eixo assistência 100
Figura 8: Mapa Estratégico da UFES eixo gestão 101
Figura 9: Perfil de Servidores da UFJF 113
Figura 10: Gênero da força de trabalho da UFJF 113
Figura 11: Discentes por sexo da UFJF 114
Figura 12: Distribuição de discentes quanto a cor da UFJF 114
Figura 13: Ingresso de discente por cotas no período de 2016 a 2020 da UFJF 116
Figura 14: Ingresso por cota x ingresso por ampla concorrência da UFJF 116
Figura 15: Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da UFJF 119
Figura 16: Análise SWOT da UNIFAL-MG 282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável 73
Quadro 2: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para educação e metas associadas 75
Quadro 3: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) 78
Quadro 4: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 79
Quadro 5: Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 80
Quadro 6: Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015 83
Quadro 7: Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME) 84
Quadro 8: Construção da amostra 87
Quadro 9: Composição da amostra 87
Quadro 10: Instituições de Ensino Superior 88
Quadro 11: Documentos encontrados 92
Quadro 12: Missão, visão, valores e princípios da UFES 94
Quadro 13: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFES 109
Quadro 14: Programa das disciplinas da UFES cujo nome tem relação com a sustentabilidade 110
Quadro 15: Classificação dos grupos de vagas (cotas) da UFJF 115
Quadro 16: Missão, visão, valores e princípios da UFJF 118
Quadro 17: Ações, objetivos e metas âmbito da graduação da UFJF 120
Quadro 18: Ações, objetivos e metas âmbito da pesquisa da UFJF 121
Quadro 19: Ações, objetivos e metas âmbito da extensão da UFJF 122
Quadro 20: Ações, objetivos e metas âmbito da inovação da UFJF 125
Quadro 21: Ações, objetivos e metas âmbito da assistência estudantil da UFJF 129
Quadro 22: Ações, objetivos e metas âmbito das ações afirmativas da UFJF 130
Quadro 23: Ações, objetivos e metas relativas à sustentabilidade da UFJF 133
Quadro 24: Ações, objetivos e metas relativas à infraestrutura da UFJF 137
Quadro 25: Ações, objetivos e metas relativas à tecnologia da informação da UFJF 138
Quadro 26: Ações, objetivos e metas relativas à Comunicação Institucional da UFJF 139
Quadro 27: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora 145
Quadro 28: Ementas das disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora 145
Quadro 29: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora 146
Quadro 30: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Governador Valadares 149
Quadro 31: Programa das disciplinas da UFJF Campus Governador Valadares cujo nome tem relação com a sustentabilidade 150
Quadro 32: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFJF Campus Governador Valadares 152
Quadro 33: Missão e Princípios da UFMG 161
Quadro 34: Objetivo geral, objetivo específico e ações do ensino na Graduação da UFMG 163
Quadro 35: Objetivo geral e ações da pesquisa da UFMG 164
Quadro 36: Objetivo geral, objetivos específicos e ações da extensão da UFMG 165
Quadro 37: Objetivo geral e ações da cultura da UFMG 166
Quadro 38: Princípios, eixos estruturantes da Política de Assuntos Estudantis da UFMG 167
Quadro 39: Objetivo geral e ações das políticas para estudantes da UFMG 168
Quadro 40: Objetivo geral e específicos e ações da inovação e empreendedorismo da UFMG 169
Quadro 41: Objetivos específicos e ações dos Direitos Humanos da UFMG 172

Quadro 42: Objetivos específicos e ações dos Saúde Mental da UFMG 174
Quadro 43: Número de discentes com deficiência no período de 2016 a 2018 na UFMG 176
Quadro 44: Objetivos específicos e ações da Acessibilidade e Inclusão da UFMG..... 176
Quadro 45: Objetivos e ações do Ambiente e Sustentabilidade da UFMG..... 178
Quadro 46: Objetivos e ações da gestão de pessoas da UFMG..... 180
Quadro 47: Objetivos e ações da gestão administrativa da UFMG..... 182
Quadro 48: Objetivos e ações do planejamento e orçamento UFMG 183
Quadro 49: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFMG 186
Quadro 50: Ementas de disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFMG..... 187
Quadro 51: Princípios, Finalidade e Objetivos da UFSJ 188
Quadro 52: Ações de assistência estudantil entre 2016 e 2018 da UFSJ..... 191
Quadro 53: Missão, visão, valores da UFSJ..... 192
Quadro 54: Objetivos, ações, indicadores da assistência estudantil da UFSJ 193
Quadro 55: Objetivos, ações, indicadores da Gestão acadêmico-administrativa da UFSJ..... 195
Quadro 56: Objetivos, ações, indicadores de Pessoas e carreiras da UFSJ. 195
Quadro 57: Objetivos, ações, indicadores de Acessibilidade e inclusão da UFSJ..... 195
Quadro 58: Objetivos, ações, indicadores de Inovação e empreendedorismo da UFSJ 197
Quadro 59: Objetivos, ações, indicadores da Internacionalização da UFSJ. 198
Quadro 60: Objetivos, ações, indicadores do Meio ambiente e sustentabilidade da UFSJ 198
Quadro 61: Plano de ação material de consumo do PLS da UFSJ 201
Quadro 62: Plano de ação energia elétrica do PLS da UFSJ 201
Quadro 63: Plano de ação água e esgoto do PLS da UFSJ..... 202
Quadro 64: Plano de ação coleta seletiva do PLS da UFSJ..... 203
Quadro 65: Plano de ação qualidade de vida no trabalho do PLS da UFSJ 203
Quadro 66: Plano de ação compras e contratações do PLS da UFSJ 204
Quadro 67: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFSJ 207
Quadro 68: Programa das disciplinas da UFSJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade 207
Quadro 69: Missão, visão, princípios e valores da UFU 212
Quadro 70: Metas, Ações e Indicadores consumo de papel e copos descartáveis da UFU 215
Quadro 71: Metas, Ações e Indicadores consumo de Cartuchos e *tonners* para impressão da UFU 215
Quadro 72: Metas, Ações e Indicadores consumo de energia elétrica, água e esgoto da UFU 216
Quadro 73: Metas, Ações e Indicadores consumo de telefonia da UFU 216
Quadro 74: Metas, Ações e Indicadores referentes a qualidade de vida dos servidores da UFU..... 217
Quadro 75: Metas, Ações e Indicadores referentes a qualidade de vida dos servidores da UFU..... 217
Quadro 76: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFU Campus Santa Mônica 219
Quadro 77: Programas das disciplinas da UFU Campus Santa Mônica cujo nome tem relação com a sustentabilidade..... 220
Quadro 78: Programas de outras disciplinas relacionadas à sustentabilidade da UFU Campus Santa Mônica..... 224
Quadro 79: Missão, visão, valores, finalidades e objetivos da UFV..... 230
Quadro 80: Objetivo 15 e metas da UFV 232
Quadro 81: Objetivo 8 e metas da UFV 236
Quadro 82: Objetivo 13 e metas da UFV 237
Quadro 83: Objetivo 12 e metas da UFV 238
Quadro 84: Ações de implementações do PPP da UFV, conforme objetivo e os perfis de egressos almejado..... 250
Quadro 85: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFV Campus Viçosa.... 251
Quadro 86: Programa das disciplinas da UFV cujo nome tem relação com a sustentabilidade..... 251

Quadro 87: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFV 258
Quadro 88: Missão, objetivos, finalidades e princípios da UFVJM 259
Quadro 89: Objetivos e metas pedagógicas da UFVJM 264
Quadro 90: Objetivos e metas de gestão ambiental do PDI da UFVJM 267
Quadro 91: Plano de Metas, objetivos e ações do PLS da UFVJM 270
Quadro 92: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFVJM 277
Quadro 93: Ementas das disciplinas da UFVJM cujo nome tem relação com sustentabilidade 277
Quadro 94: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFVJM 278
Quadro 95: Princípios, objetivos da UNIFAL-MG 280
Quadro 96: Missão, visão, valores da UNIFAL-MG 281
Quadro 97: Objetivos Estratégicos dos Eixo Temáticos da UNIFAL-MG 282
Quadro 98: Valores públicos dos objetivos mapeados dos eixos temáticos da UNIFAL-MG 289
Quadro 99: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Material de Consumo 295
Quadro 100: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Energia elétrica/Água/Esgoto) 296
Quadro 101: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: coleta seletiva . 297
Quadro 102: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG –Tema: Qualidade de vida no ambiente de trabalho 299
Quadro 103: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Compras e Contratações Sustentáveis 300
Quadro 104: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Deslocamento de Pessoal/Transporte 301
Quadro 105: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Instalações e Infraestrutura 302
Quadro 106: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Ações Contra as Mudanças Climáticas 302
Quadro 107: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFAL-MG 308
Quadro 108: Ementas das disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFAL-MG 308
Quadro 109: Objetivos, metas e ações da UFF 310
Quadro 110: Missão e visão da UFF 311
Quadro 111: Programa das disciplinas da UFF Campus Volta Redonda cujo nome tem relação com a sustentabilidade 319
Quadro 112: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFF Campus Macaé ... 322
Quadro 113: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFF Campus Niterói .. 323
Quadro 114: Missão, visão e valores da UFRJ 327
Quadro 115: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFRJ 335
Quadro 116: Programa das disciplinas da UFRJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade 336
Quadro 117: Missão, visão e princípios da UFRRJ 344
Quadro 118: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFRRJ 347
Quadro 119: Ementas das disciplinas da UFRRJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade 348
Quadro 120: Missão, visão e valores da UNIFESP 351
Quadro 121: Grandes Temas e os Objetivos Estratégicos da UNIFESP 351
Quadro 122: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFESP 362
Quadro 123: Ementas de disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFESP . 362
Quadro 124: Pontos ligados à educação para sustentabilidade evidenciados nos Estatutos 382
Quadro 125: Período de vigência do PDI analisado 383
Quadro 126: Missão, visão, valores e princípios das universidades 383

Quadro 127: Versão do PLS das universidades 388
Quadro 128: Versão PPP das universidades 391
Quadro 129: Disciplinas relacionadas à sustentabilidade de todas as IES federais da região Sudeste 394

LISTA DE SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública

Acamare - Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa

Acat - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa

ACE - Atividade Curricular de Extensão

ACU - Universidades da Comunidade

AEE - Atendimentos Educacionais Especializados

ALICER - Associação Lixo Certo

AMA - Assessoria de Meio Ambiente

APARES - Associação dos catadores de resíduos sólidos

APG - Associação de Pós-Graduandos

CADV - Centro de Apoio ao Deficiente Visual

CAEFI - Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional

CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Cemp - Central de Empresas Juniores

Centev - Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Cepg - Conselho de Ensino para Graduados

Ceua - Comissão de Ética no Uso de Animais

Ceuap - Comissão de Ética no Uso de Animais de Produção

CEUNES - Centro Universitário Norte do Espírito Santo

CEUS - Conselho Estratégico Universidade Sociedade

CGA - Coordenadoria de Gestão Ambiental

CGPCS - Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável

Cisap - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública

CISME - Comissão Institucional de Saúde Mental

CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

COACE - Comissão de Acessibilidade da UFSJ

CONSU - Conselho Superior

COP - Conferência das Partes

COSSBE - Coordenação de Saúde, Segurança e Bem-Estar

Coua - Coordenação de Operações Urbano-Ambientais

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CRE - Conferência dos Reitores da Europa

CRITT - Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia

DAE - Diretoria de Assistência Estudantil

DASA - Diretoria de Atenção à Saúde e Acessibilidade

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DDHI - Departamento de Direitos Humanos e Inclusão

DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano

DECACE - Diretoria de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis

DEDS - Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

DGA - Departamento de Gestão Ambiental

DGI - Diretoria de Governança Informacional

DIAAF - Diretoria de Ações Afirmativas

EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

ENADE - Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante

ENGEMA - Gestão Empresarial e Meio Ambiente

EPPEN - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios

ESEBA - Escola de Educação Básica

ESTES - Escola Técnica de Saúde

FAGEN - Faculdade de Administração e Negócios

FAPUR - Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

FAUF – Fundação Apoio à Universidade Federal de São João Del-Rei

FEA-RP/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e da Universidade Estadual Paulista

Funarbe - Fundação Arthur Bernardes

GEEs - Gases de Efeito Estufa

GERESOL - Programa de Administração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos

GUESP - *Global Higher Education for Sustainability Partnership*

HUCAM-UFES - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

IEBT - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica

IES - Instituições de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NACI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

NAE - Núcleo de Apoio ao Estudante

NAI UFJF - Núcleo de Apoio à Inclusão

NAI UFMG - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

NAP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico

NASS - Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor

NBC T15 - Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NIMA - Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente

NIPEEA - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental

Nudese - Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional

NUPLA - Núcleo de Planejamento, Assessoria e Assistência

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAE - Programa de Assistência Estudantil

PAVIVIS - Programa de Atendimento à Vítima de Violência Sexual

Pbio - Política de Segurança Biológica

PCD - Pessoas com Deficiência

PCS - Produção e Consumo Sustentáveis

PCTJFR - Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região

PDI - Plano de desenvolvimento Institucional

Pelu - Programa de Esporte e Lazer na UFV

PENSA - Política de Excelência em Sustentabilidade Ambiental na UNIFESP

PET - Programa de Educação Tutorial

PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Sólidos

PIBIC - Programa Institucional de Iniciação Científica

PIDAC-AF - Programa Institucional de Desenvolvimento Acadêmico nas Ações Afirmativas

PLS - Plano de Logística Sustentável

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programas da Nações Unidas para Meio Ambiente

PPA - Plano Plurianual

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PPP - Plano Político Pedagógico

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PRA - Pró-Reitoria de Administração

PRACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRME - Princípios para Educação Executiva Responsável

PROACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROADES - Programa de Avaliação de Desempenho

PROAE - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROGEPE - Pró- reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRIDA - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico

PU - Prefeitura Universitária

RU - Restaurante Universitário

SAF - Sistema Agroflorestal

SEAS - *School for Environment and Sustainability*

Sedectes - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SIA - Sistema de alimentação

SIC-UFMG - Sistema de Informação ao Cidadão

SIF - Sociedade de Investigações Florestais

SiME - *Sustainability in Management Education*

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SisGA - Sistema de Gestão Ambiental

STI - Superintendência de Tecnologia da Informação

SYC - Sierra Youth Coalition

TBL - *Triple Bottom Line*

TEA - Transtorno do Espectro Autista

tecnoPARQ - Parque Tecnológico de Viçosa

TIC - Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

TILS - Tradutores e Intérpretes da Língua de Brasileira de Sinais

Uepe - Unidade de Pesquisa, Ensino e Extensão

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSJ Universidade Federal de São João Del Rei

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFV Universidade Federal de Viçosa

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ULSF - Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPI - Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas

UPI - Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 23

1.1 Contextualização 23

1.2 Problema de pesquisa 29

1.3 Objetivos da pesquisa 29

1.3.1 Objetivo geral **29**

1.3.2 Os objetivos específicos **29**

1.4 Importância do tema 30

1.5 Estrutura do trabalho 30

2. REFERENCIAL TEÓRICO 32

2.1 Degradação ambiental: O legado visível do antropoceno 32

2.2 Sustentabilidade 34

2.2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável **34**

2.2.2 Características e elementos da sustentabilidade. **35**

2.2.3 Evolução Histórica **37**

2.2.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável **42**

2.3 *Greenwashing* e práticas deletérias à sociedade 44

2.4 Educação para Sustentabilidade no ensino superior 46

2.4.1 Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Características **46**

2.4.2 Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Evolução **47**

2.4.3 Educação para Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior no mundo **52**

2.4.4 Educação para Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior no Brasil **54**

2.5 Educação para Sustentabilidade nos cursos de gestão e contabilidade 58

2.5.1 Contextualização **58**

2.5.2 Pesquisas internacionais sobre Educação para Sustentabilidade na área de Gestão e Contabilidade **60**

2.5.3 Pesquisas nacionais sobre Educação para Sustentabilidade na área de Gestão e Contabilidade **69**

2.6 Estruturas normativas relativas à Educação para Sustentabilidade no ensino superior 72

3. METODOLOGIA **86**

4. RESULTADOS **92**

4.1.1 Universidade Federal do Espírito Santo **93**

4.1.2 Universidade Federal de Juiz de Fora **112**

4.1.3 Universidade Federal de Minas Gerais **159**

4.1.4 Universidade Federal de São João Del Rei **188**

4.1.5 Universidade Federal de Uberlândia **209**

4.1.6 Universidade Federal de Viçosa **229**

4.1.7 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri **258**

4.1.8 Universidade Federal de Alfenas **279**

4.1.9 Universidade Federal Fluminense **309**

4.1.10 Universidade Federal do Rio de Janeiro **325**

4.1.11 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro **339**

4.1.12 Universidade Federal de São Paulo **349**

4.2 Análise integrada de todos os documentos dentro de cada IES 364

4.2.1 Universidade Federal do Espírito Santo **364**

4.2.2 Universidade Federal de Juiz de Fora **366**

4.2.3 Universidade Federal de Minas Gerais **367**

4.2.4 Universidade Federal de São João Del Rei **368**

4.2.5 Universidade Federal de Uberlândia **370**

4.2.6 Universidade Federal de Viçosa **371**

4.2.7 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri **372**

4.2.8 Universidade Federal de Alfenas **374**

4.2.9 Universidade Federal Fluminense **376**

4.2.10 Universidade Federal do Rio de Janeiro **377**

4.2.11 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro **379**

4.2.12 Universidade Federal de São Paulo **380**

4.3 Análise global de todas as universidades. 381

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **401**

REFERÊNCIAS **405**

APÊNDICE A **417**

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No período mais recente da história do Planeta Terra, nomeado como Antropoceno, o homem tem prejudicado o equilíbrio em todas as áreas naturais. A ganância humana está provocando danos irreversíveis como a destruição do ecossistema e de si mesmo (Alves, 2020). Isso é um alerta para uma mudança no comportamento humano para preservar o meio ambiente e os recursos naturais das gerações presentes e futuras, o que deixa sob os holofotes a discussão sobre a sustentabilidade.

A sustentabilidade é a forma de proteger o meio ambiente e os recursos naturais ao mesmo tempo que cria prosperidade e bem-estar para uma população em crescimento (Zhang *et al*., 2020). A sustentabilidade leva em conta que os recursos naturais não são infinitos e que estes devem ser utilizados de forma equilibrada, considerando o presente e o futuro (Souza; Rese, 2020).

Vale salientar que a sustentabilidade é alcançada através do Desenvolvimento Sustentável que pode ser caracterizado como "aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 9).

A ideia de sustentabilidade sucedeu em 1950, quando observou-se que os testes nucleares resultavam em chuvas radioativas, acarretando riscos ambientais em escala global, pois os impactos ambientais não se limitavam ao território onde eram feitos os testes (Cristófalo *et al*., 2016). A partir desse episódio, houve muitas conferências e iniciativas ambientais, dentre elas, em 1962, ocorreu a divulgação do livro "*Silent Spring*" escrito por Raquel Carson, que inspirou preocupações com a poluição ambiental causadas por pesticidas, agrotóxicos e inseticidas (Carson, 1962).

Na sequência de marcos em prol do meio ambiente, em 1970, conforme *The Club of Rome* (2021), houve uma reunião em Roma, conhecida como Clube de Roma, criada para enfrentar as múltiplas crises que a humanidade e o planeta vivenciam. O grupo publicou um livro *best-seller*, em 1972, com o título *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento), que alertou a finitude dos recursos naturais (*The Club of Rome*, 2021).

Dentre os marcos mais recentes, em 2012, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Rio+20, a qual contribuiu para determinar a agenda do Desenvolvimento Sustentável para as próximas décadas. O intuito foi de renovar compromissos políticos com o

Desenvolvimento Sustentável, através da avaliação do progresso e das falhas na implementação dos acordos firmados anteriormente (Guimarães; Fontoura, 2012). Das iniciativas para a promoção de um futuro mais sustentável, vale destacar à apresentação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela ONU, em 2015, sendo elaboradas 169 metas para serem alcançadas até 2030, acarretando a Agenda 2030 (Corrêa *et al*., 2020).

Diante do fato dos temas ambientais estarem cada vez mais recorrentes, segundo Pagotto (2013), surgiram as intituladas "propagandas verdes", as quais integram importantes elementos de estratégia de *marketing* das organizações. As empresas propagam mensagens de compromisso e preocupação com o meio ambiente juntamente com apelos para vender seus produtos e marcas. Assim, foi popularizado um termo pejorativo, *Greenwashing*, que caracteriza a propagação de uma imagem ambiental positiva, a qual não condiz com a realidade. É literalmente o ato de enganar consumidores em relação às ações ambientais ou quando é prometido benefícios ambientais de um produto ou serviço (Pagotto, 2013).

A realidade é que os gestores das organizações seguem o discurso dominante de aumentar o lucro e não de serem socialmente responsáveis. Ramus e Montiel (2005) afirmam que apesar de muitas organizações terem políticas com foco na responsabilidade ambiental, regularmente elas não as aplicam, exceto quando há pressão do governo ou da clientela.

Nesse contexto de crescimento da temática ambiental, bem como do aumento das "propagandas verdes", fica evidente a importância da Educação Ambiental. Nessa perspectiva, a educação deve promover valores e habilidades que conduzem ao Desenvolvimento Sustentável. A aquisição de competências dentro da sustentabilidade levará futuros profissionais a terem um maior compromisso com as necessidades do planeta (Femenías; Fabrega; Aznar, 2020). As Instituições de Ensino Superior (IES) por serem as maiores responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento, devem propagar a temática do Desenvolvimento Sustentável (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Nos últimos anos, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável vêm recebendo destaque no ensino superior (Corrêa *et al*., 2020). Em 1972, conforme a ONU (1972), na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, foi elaborada a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a qual contêm os princípios para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente. Dentre eles, o princípio 19 aborda a Educação Ambiental, devendo esta ser trabalhada

desde a escola primária até a idade adulta, com a finalidade de melhorar o comportamento de indivíduos, empresas e sociedade no que diz respeito à proteção do meio ambiente. A Organização da Nações Unidas, no relatório da conferência, apresentou os primeiros sinais às universidades quanto a sua função na educação para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 1972).

Desde então, houve muitos eventos, conferências e declarações que promovem a Educação Ambiental. Vale destacar, dentre os esforços mais recentes para promover a educação nesse tema, em 2005, foi instituída na Assembleia das Nações Unidas a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), em que as IES foram chamadas para cumprir a responsabilidade para a obtenção de princípios, valores e estratégias que propiciam Educação Ambiental, no período de 2005 a 2014 (UNESCO, 2005). Em 2015, como já mencionado, foram elaborados os ODS e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, a qual também tratou da Educação Ambiental (*United Nations*, 2015). A implementação dos ODS ganha mais força com o engajamento das universidades.

A promoção da Educação para a Sustentabilidade, segundo Marques, Santos e Aragão (2020), está além de iniciativas pontuais e isoladas. O Desenvolvimento Sustentável necessita ser uma estratégia da instituição, tendo o planejamento como uma ferramenta essencial. A sustentabilidade na educação superior deve ir além da relação ensino-aprendizagem, sendo importante o desenvolvimento de projetos extraclasse com a comunidade acadêmica e externa, formando a gestão estratégica da instituição. Assim, uma universidade sustentável deve ter atividades de ensino, pesquisa e extensão com perspectiva na Educação para a Sustentabilidade, de forma que os acadêmicos e o público externo reconheçam e pratiquem um estilo de vida que promova o bem-estar da atual e das futuras gerações (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Nas IES com cursos de Ciências Contábeis e de Gestão, de acordo com Gomes, Jorge e Eugénio (2020), a Educação para a Sustentabilidade se apoia no fato dessas instituições serem formadoras de profissionais que serão tomadores de decisões operacionais e estratégicas nas organizações. Assim, elas podem contribuir significativamente para promoção de uma sociedade mais sustentável. A contabilidade sendo a base para a disseminação de informações financeiras corporativas, que apoia a tomada da decisão, deve ser cada vez mais fundamentada em aspectos ambientais, sociais e econômicos (Gomes; Jorge; Eugénio, 2020).

A Educação para Sustentabilidade nas escolas de negócios, conforme Gomes *et al*. (2012) deve ter caráter interdisciplinar, englobando não só disciplinas específicas de contabilidade ambiental, mas também promovendo uma comunicação entre a estrutura basilar das disciplinas e o meio ambiente, de forma que temas multidisciplinares como responsabilidade social das corporações; ações de controle e recuperação ambiental; Desenvolvimento Sustentável sejam estudados e praticados (Gomes *et al*., 2012).

Há estudos como os de Chulián (2011), Wyness e Dalton (2018), Gomes, Jorge e Eugénio (2020) que comprovam que no ensino contábil, na contramão da Educação para Sustentabilidade, são enfatizadas as práticas materialistas e a busca pelo lucro. Essa ênfase dada pode comprometer os valores éticos, a responsabilidade social e enfraquecer as percepções dos futuros profissionais sobre a temática da sustentabilidade. No entanto, a contabilidade sendo a ciência que lida diretamente com as corporações deve promover uma consciência ambiental e a responsabilidade social.

Assim como as corporações empresariais as IES também devem ter responsabilidade social, isto é, Responsabilidade Social Universitária (RSU), que é um compromisso social e educacional da universidade com a igualdade social, direitos humanos, ciência, tecnologia e meio ambiente (Nunes; Pereira; Pinho, 2017).

Levando em conta a RSU e a discussão sobre *greenwashing*, a literatura mostra que há riscos de lavagem verde nas universidades, pois a percepção de sustentabilidade prevalece com foco nos aspectos ambientais e econômicos do Desenvolvimento Sustentável, e como consequência, as iniciativas de sustentabilidade no Campus correm o risco de praticar *greenwashing* (Disterheft, 2013). Para não incorrer em práticas de *greenwashing* é necessário promover pesquisas, estudos e projetos sobre a sustentabilidade nas IES, para que futuros profissionais sejam mais conscientes e ativos em ações em prol do meio ambiente.

Vários estudos na área de gestão e contabilidade têm abordado a temática da educação para a sustentabilidade, especialmente no âmbito internacional. Esses estudos consistem na análise do ensino, da aprendizagem e das iniciativas ambientais nos cursos de gestão. Wu, Shen e Kuo (2015) investigaram os currículos dos cursos de gestão da Ásia. León-Fernández e Domínguez-Vilches (2015) analisaram as principais iniciativas nas universidades espanholas. Albareda-Tiana, Vidal-Raméntol e Fernández-Morilla (2018) exploraram as práticas de ensino e aprendizagem na *Internacional University of Catalunha*. Kanashiro *et al*. (2020) também avaliaram o ensino e aprendizagem através da visão geral dos artigos de revistas especializadas em sustentabilidade, educação

gerencial ou que tivessem uma edição especial sobre sustentabilidade. Kyriakopoulos e Asonitou (2020) examinaram a aprendizagem de alunos da *University of West Attica*, Grécia. Singh e Segatto (2020) analisaram o ensino e aprendizagem na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Universidade Estadual Paulista (USP) e na Universidade Metodista de São Paulo. Zhang *et al*. (2020) estudaram sobre o ensino e aprendizagem em IES do Paquistão, através das percepções de alunos e professores.

No âmbito nacional também há diversas pesquisas sobre Educação para Sustentabilidade na área de Gestão e Contabilidade. Feil, Strasburg e Naime (2015) buscaram identificar práticas de gestão ambiental nas IES brasileiras. Cavalcante *et al*. (2017) analisaram o nível de conhecimento sobre Contabilidade Ambiental de discentes de IES da cidade de Maceió (AL). Rohrich e Takahashi (2019) investigaram a produção sobre a Sustentabilidade Ambiental em IES. Marques, Santos e Aragão (2020) analisaram as atividades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), visando identificar de que forma o planejamento estratégico pode contribuir para o alcance dos ODS.

Em relação à estrutura normativa que conduz a Educação para a Sustentabilidade, as diversas conferências e iniciativas ambientais propiciaram para que organizações oficiais, governos e órgãos internacionais reconhecessem o papel da Educação Ambiental. Nesse sentido, foram criados documentos para a educação nessa temática. Dentre eles, há o documento relativo à DEDS, no qual há diretrizes que orientam os esforços que cada país deve promover conforme à sua realidade, sendo ressaltada a importância da colaboração dos governos para que as metas propostas sejam incluídas em seus respectivos planos de ações educacionais (UNESCO, 2005).

A partir de 2015, a UNESCO foi encarregada de liderar a Agenda de Educação Global 2030, tendo como roteiro para alcançar as metas dessa agenda o *Education 2030 Framework for Action* (UNESCO, 2021a). Todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para educação e metas associadas estão inclusos na Agenda 2030.

Em especial, no Brasil, segundo Warken, Henn e Rosa (2014) existe a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), construída em 1999. A A3P é um programa de aceitação voluntária para órgãos públicos, no qual as IES públicas se encaixam. A agenda orienta as instituições para criação de grupos de discussão e promoção de iniciativas que possibilitam atingir sustentabilidade ambiental em suas atividades (Warken; Henn; Rosa, 2014).

No Brasil, também há leis e resoluções que guiam a Educação Ambiental, dentre elas a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental,

instituída como Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências (Brasil, 1999); a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Brasil, 2012) e a Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável (Brasil, 2015).

No que diz respeito a documentos, específicos para cursos de gestão e contabilidade, em 2006, reitores de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas no mundo elaboraram os Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME), o qual foi recomendado pelos signatários acadêmicos do Pacto Global da ONU (PRME, 2021). O PRME demonstra a convicção das IES em contribuir para um mercado mais consciente no que se refere a sustentabilidade.

Levando em conta os documentos que são bases na Educação para a Sustentabilidade, foi utilizado o termo "construções simbólicas ambientais", que para fins deste trabalho, entende-se como o conjunto representado pelos Estatutos das IES, Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Logística Sustentável, Relatório de Sustentabilidade, Plano Político Pedagógico, Matrizes curriculares, Programa das disciplinas, entre outros.

As construções simbólicas ou formas simbólicas, segundo Thompson, são entendidas como:

> um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras) (Thompson, 2011, p. 79).

Nesta perspectiva, tudo o que foi produzido e reconhecido pela sociedade em prol do meio ambiente se denominam construções simbólicas ambientais.

Ressalta-se que foi analisada a região Sudeste que é constituída pelos estados, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A justificativa é que a região é a mais populosa do Brasil, com aproximadamente 88 milhões de habitantes. Com isso possui o maior número de matrículas do país com total de 44,4%. O curso de contabilidade, por sua vez, é um dos mais procurados em todos os estados do Sudeste (Instituto Semesp, 2020).

Também se ressalta que foram analisadas as IES federais, pois, conforme Brasil (2022), no quesito organização acadêmica, isto é, entre Universidade, Centro

Universitário, Faculdade, IF e Cefet da rede federal, em 2022, totalizou-se 82,4% de matrículas em universidades. Em relação ao quesito presencial e a distância, em 2022, houve 5.112.663 matrículas em cursos de graduação presencial no total de 9.443.597 matrículas. No quesito universidades públicas e privadas, em 2022, havia 119 universidade públicas no total de 205 universidades (Brasil, 2022). Portanto, é relevante analisar IES federais da região sudeste com cursos de graduação presencial, devido ao elevado quantitativo de alunos atendidos.

1.2 Problema de pesquisa

Diante do exposto, esta pesquisa se norteará a partir do seguinte questionamento: Como as Instituições de Ensino Superior (IES) federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste se estruturam simbolicamente para atender as demandas normativas ambientais que emanam da sociedade?

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

Objetivo: Analisar as construções simbólicas ambientais das Instituições de Ensino Superior (IES) federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade, visando a formação de tomadores de decisão mais sustentáveis.

1.3.2 Os objetivos específicos

a) Analisar o arcabouço normativo ambiental social, visando a edificação de um framework de análise que será utilizado para descrever um relacionamento sustentável das IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste com o meio ambiente.
b) Analisar como as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste abordam a sustentabilidade em seus estatutos e como o tema vem sendo integrado nos planos político-pedagógicos,

nos currículos, nos relatórios de sustentabilidade e em outros planos, projetos e documentos institucionais.

1.4 Importância do tema

O tema Educação para a Sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis é altamente relevante devido ao cenário global de degradação ambiental. As empresas em busca da maximização do lucro, são uma das principais responsáveis pelo impacto negativo no meio ambiente. Assim, é importante promover uma consciência ambiental aos atuais e futuros contadores que lidarão diretamente com essas empresas. Os benefícios do ensino de sustentabilidade na educação contábil foram comprovados pelos estudos de Kopnina (2017), Cole e Snider (2018) e Landrum (2021).

Há uma longa chamada para integrar práticas de gestão mais responsáveis e sustentabilidade no currículo das escolas de negócios. As instituições que integraram a sustentabilidade no currículo, obtiveram um ponto diferenciador, pois são vistas como agentes de mudança (Landrum, 2021).

Ademais, é importante estudar este tema, porque as pesquisas dominantes na literatura dão pouca ênfase à produção de conhecimento ambiental (Maruyama; Issberner; Prado, 2021). Então, as pesquisas com a temática da Educação para a Sustentabilidade ainda são incipientes, especialmente nos cursos de Ciências Contábeis. O tema motiva o aumento das discussões na academia quanto à necessidade de integração da sustentabilidade nos níveis de graduação e destaca a importância da formação do contador consciente.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado de forma que apresenta, no Capítulo 1, a introdução, expondo uma breve contextualização do tema do estudo, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a importância do tema. Em seguida, no Capítulo 2, é feita a discussão teórica que dá suporte a pesquisa, abordando os fundamentos de degradação ambiental; os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade; as noções de *Greenwashing;* os aspectos da Educação para Sustentabilidade no ensino superior; os estudos anteriores referentes a Educação para Sustentabilidade nas IES dos cursos de gestão e contabilidade e; as estruturas normativas relativas à Educação para

Sustentabilidade no ensino superior. Imediatamente após, no Capítulo 3, são encontrados os caminhos percorridos em termos de metodologia da pesquisa, tendo o estudo natureza exploratória e descritiva, abordagem qualitativa, sendo utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e documental. No Capítulo 4, são expostos os resultados obtidos e são feitas as análises de cada documentos de cada IES e seus respectivos cursos de graduação presencial em Ciências Contábeis; análise integrada de todos os documentos dentro de cada IES e; análise global de todas as IES. Por fim, no Capítulo 5 são feitas as considerações finais e as sugestões para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda, primeiramente, os fundamentos da degradação ambiental, sendo exposto o *background* que deixou sob os holofotes da discussão sobre a sustentabilidade um panorama sombrio que envolve desmatamento, desertificação, perda da biodiversidade, aquecimento global, chuva ácida, perda da camada de ozônio, poluição, lixo, microplástico, acidificação dos oceanos, dentre outros impactos ambientais. A seção 2.2 fornece uma contextualização sobre sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de apresentar os conceitos relevantes sobre os temas, suas características, evolução histórica e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A seção 2.3 desenvolve noções de *Greenwashing* e práticas deletérias à sociedade, a qual mostra que apesar da presença maciça do discurso da sustentabilidade nas mais distintas mídias para o ambiente corporativo, ainda são desenvolvidas práticas agressivas à sociedade e ao meio ambiente. A seção 2.4 expõe os aspectos da Educação para Sustentabilidade no ensino superior, suas características, evolução, e as iniciativas no mundo e no Brasil, dado que a Educação Ambiental é fundamental para formar cidadãos conscientes, bem como promove a construção de um futuro sustentável para as próximas gerações. A seção 2.5 explicita estudos da Educação para Sustentabilidade nas IES dos cursos de gestão e contabilidade. Por fim, a seção 2.6 demonstra as estruturas normativas relativas à Educação para Sustentabilidade no ensino superior.

2.1 Degradação ambiental: O legado visível do antropoceno

O Homo sapiens surgiu e se multiplicou pelo mundo, segundo Alves (2020), no período geológico do Pleistoceno, compreendido entre 2.5 milhões e 11,7 mil anos atrás, porém foi no período do Holoceno que a civilização humana se desenvolveu e se tornou uma grande força. A estabilidade climática deste período proporcionou o desenvolvimento econômico e social. O homem aumentou as atividades agrícolas, a domesticação dos animais, construiu cidades e criou formas para aumentar a produção, o que consequentemente aumentou o consumo (Alves, 2020).

Com o crescimento da população, da produção e do consumo, o mundo entrou na era geológica do Antropoceno, que exprime o período da dominação humana. É o período em que o homem se tornou a força que impulsiona a degradação ambiental e

provavelmente uma catástrofe ecológica. A Terra entrou em um ciclo de morte, com a extinção em massa das espécies e com crises climáticas. São ameaças urgentes e as quais estão com prazo para reversão se esgotando. Será preciso uma ação drástica para salvar a vida no Planeta (Alves, 2020).

Neste período do Antropoceno, conforme Alves (2020) o homem tem prejudicado o equilíbrio em todas as áreas naturais, alterando a química da atmosfera, desenvolvendo a acidificação dos solos e das águas, poluindo lagos, rios e os oceanos, o que reduz a disponibilidade de água potável. Também está impulsionando a extinção em massa das espécies e já ultrapassou a capacidade de carga da Terra. A ganância humana está provocando danos irreversíveis e a destruição do ecossistema e de si mesmo (Alves, 2020).

No que se refere as mudanças climáticas, de acordo com Mora *et al*. (2018), a emissão contínua de Gases de Efeito Estufa (GEEs) representa uma grande ameaça à humanidade. Foram encontradas evidências pelas quais a saúde humana, água, alimentos, economia, infraestrutura e segurança foram afetados por danos climáticos, como aquecimento, ondas de calor, precipitação, seca, inundações, incêndios, tempestades, aumento do nível do mar e mudanças na cobertura natural da terra e na química dos oceanos. A previsão é de que em 2100, a população mundial estará exposta simultaneamente à maior magnitude em um desses riscos se as emissões de GEEs não forem reduzidas (Mora *et al*., 2018).

Em relação ao desmatamento, Crowther *et al*. (2015) estimaram que mais de 15 bilhões de árvores são cortadas a cada ano. Os autores fizeram um mapa que revelou que o número global de árvores é de aproximadamente 3,04 trilhões. O número de árvores existentes comparado ao número de árvores cortadas, mostram o efeito avassalador dos humanos na maior parte do mundo.

Além da perda de cobertura florestal, da emissão dos gases de efeito estufa que causam o aquecimento global, como apontado por IPCC (2019), o ser humano está degradando os solos e esgotando as fontes de água potável. O relatório de 2019 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU aponta que o crescimento da população global tem aumentado as taxas de consumo per capita de alimentos e água (IPCC, 2019).

O relatório também aponta que se o aquecimento global ultrapassar o limite de 2 graus Celsius, o qual foi estipulado pelo Acordo de Paris, as terras férteis poderão ser desertificadas, consequentemente a seca e as mudanças climáticas colocarão em risco o

sistema de alimentação. Observa-se que já estão aumentando as queimadas, os incêndios florestais e o aumento de furacões, ciclones e tufões (IPCC, 2019).

Todos esses fatores são sinais de um colapso ambiental, em que o ser humano está contribuindo para o fim da sua própria existência, o que deixa sob os holofotes a discussão sobre a sustentabilidade.

2.2 Sustentabilidade

2.2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Etimologicamente, a palavra sustentável tem origem no latim *sustentare***,** que significa sustentar**,** apoiar e conservar. Todavia, encontra-se na literatura a seguinte definição para sustentável:

> Todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo qual também a economia terá de ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão (Ramos, 2012, p. 28).

Nesse sentido, há uma crescente necessidade de mudanças que leva em consideração como as decisões de gestores, políticos e instituições legislativas estão impactando o meio ambiente e como essas decisões contribuem para a sustentabilidade (Femenías; Fabrega; Aznar, 2020). A sustentabilidade no planeta requer mudanças sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (Ramos, 2012).

A sustentabilidade é a forma de proteger o meio ambiente e os recursos naturais ao mesmo tempo que cria prosperidade e bem-estar para uma população em crescimento (Zhang *et al*., 2020). De acordo com Souza e Rese (2020), a sustentabilidade leva em conta que os recursos naturais não são infinitos e que estes devem ser utilizados de forma equilibrada, considerando o presente e o futuro.

Nesta perspectiva, Kanashiro *et al*. (2020) apontam que a sustentabilidade se preocupa com ações que promovam a utilização dos recursos naturais de forma que o meio ambiente seja minimamente impactado, em que são gerados nenhum ou poucos resíduos, bem como se preocupa em proteger e melhorar o bem-estar nas sociedades. A sustentabilidade também engloba as necessidades urgentes de reverter a catástrofe global para proteger todas as formas de vida nas gerações atuais e futuras.

Vale destacar que a sustentabilidade é alcançada através do Desenvolvimento Sustentável. Este, por sua vez, pode ser definido como "aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades", conforme a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991, p. 9) no relatório "Nosso Futuro Comum". O estudo de Weber *et al*. (2020) aponta que o Desenvolvimento Sustentável garante qualidade de vida, dando importância a preservação ambiental, garantindo a continuidade do meio externo e sua própria continuidade.

Um ponto importante que deve ser observado é que há uma certa mistura ao se definir sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, sendo que este é o caminho para atingir a sustentabilidade e esta é o alvo final, atingido no longo prazo. Outro ponto que deve ser percebido é que a expressão Desenvolvimento Sustentável não é sinônimo de crescimento econômico. O desenvolvimento foi visto como algo ligado ao crescimento econômico, ao passo que a sustentabilidade foi ligada as questões ambientais (Weber *et al*., 2020). Entretanto, segundo Vellani e Ribeiro (2009) desenvolver sustentavelmente remete à promoção do desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que à preservação do meio ambiente, isto é, alcançar a satisfação das necessidades das sociedades presentes sem prejudicar a capacidade e as necessidades das sociedades futuras.

2.2.2 Características e elementos da sustentabilidade.

A sustentabilidade é caracterizada através das esferas ambiental, econômica e social. As três esferas da sustentabilidade são conhecidas como o *Triple Bottom Line (TBL)*. Elkington (1998) cunhou o conceito do *TBL* e desde então este foi popularizado.

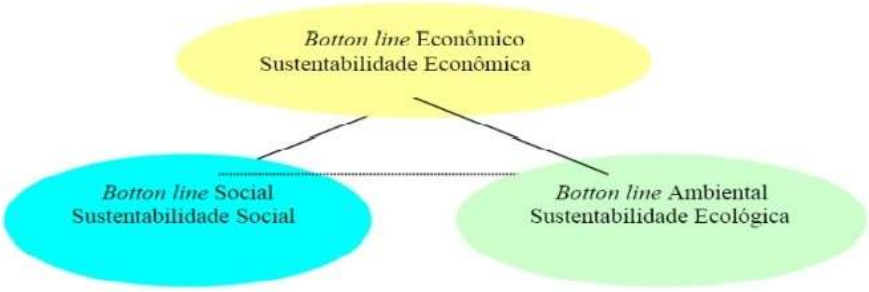
A sustentabilidade ambiental busca promover uma diminuição na utilização dos recursos naturais nas atividades econômicas (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Dentro dessa perspectiva, há o Princípio dos 3R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar que se refere à um ideal de prevenção e não-geração de resíduos, incluindo à adoção de padrões de consumo sustentável, objetivando poupar os recursos naturais e controlar o desperdício (MMA, 2022).

A sustentabilidade econômica é uma condição para que haja crescimento econômico através da manutenção do capital natural. E a sustentabilidade social diz respeito à homogeneidade social, acesso a bens, serviços e emprego, bem como obter rendimentos justos. Todas as ações devem ser economicamente viáveis, socialmente

justas e ambientalmente saudáveis (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Para garantir a sustentabilidade considera-se os componentes econômicos, ambientais e sociais simultaneamente (Claro; Claro, 2014).

Como pode se observar na Figura 1, as características da sustentabilidade são resultado das interações entre o meio ambiente, a economia e a sociedade:

Figura 1: Interações das três esferas da sustentabilidade



Fonte: Vellani e Ribeiro (2009, p.189).

Sachs (2004) ampliou as três dimensões e definiu cinco dimensões, as quais nomeou de pilares do Desenvolvimento Sustentável.

> a- Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
> b- Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como "recipientes" para a disposição de resíduos);
> c- Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
> d- Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
> e- Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (Sachs, 2004, p. 15-16).

Os novos pilares apresentados por Sachs (2004), Territorial e Político, são relevantes. O Territorial é importante no que tange aos grandes centros e em suas periferias ou nas comunidades rurais. As realidades nessas regiões, mesmo sendo diferentes, possuem problemas que precisam de atenção para obter um Desenvolvimento Sustentável no longo prazo. O pilar Político, dá ênfase a governança democrática a qual é necessária para que os cidadãos sejam mais atuantes na sociedade.

Madeira (2008) traz outras designações para os pilares que integram a sustentabilidade. Dimensão ambiental é a união dos processos bio-geológicos e dos elementos envolvidos nesses processos. Dimensão social é formada pelas características pessoais dos seres humanos, a citar as suas competências e experiências. A dimensão

econômica engloba a economia formal e todas as atividades informais que resultam em serviços individuais e em grupo, melhorando a qualidade de vida para além das questões monetárias. E por último, a dimensão institucional, dado que as instituições formam o resultado dos processos interpessoais, a citar a cooperação, a comunicação, originando informações e sistemas de regras que comandam os membros da sociedade. Essas dimensões não podem ser examinadas individualmente, pois há interações entre elas que as ligam umas com as outras Madeira (2008).

Assim, a sustentabilidade tem características sistêmicas, relacionando elementos econômicos, sociais, ambientais e culturais da sociedade humana.

2.2.3 Evolução Histórica

A ideia de sustentabilidade sucedeu em 1950, segundo Cristófalo *et al*. (2016), quando observou-se que os testes nucleares resultavam em chuvas radioativas em regiões situadas a milhares de quilômetros de distância. Desde então, se tornou evidente a existência de riscos ambientais em escala global, sendo que os impactos ambientais não se limitavam ao território onde eram feitos os testes. A partir disso, o debate sobre a sustentabilidade ganhou força, não só na comunidade científica, bem como na mídia e no governo (Cristófalo *et al*., 2016).

O movimento ambientalista global teve marco em 1962, de acordo com Carson (1962), depois da divulgação do livro "*Silent Spring*" escrito por Raquel Carson que inspirou preocupações com a poluição ambiental causadas por pesticidas, agrotóxicos e inseticidas. Carson (1962) detalha o impacto negativo do uso excessivo do agrotóxico *Dicloro-Difenil-Tricloroetano* (DDT) e outros venenos de longa duração no meio ambiente. Os agrotóxicos não só causam efeitos nas pestes, como também afetam outras espécies de animais, bem como causam o envenenamento dos seres humanos, sendo estes venenos agrícolas uma das raízes do câncer (Carson, 1962).

A autora previu as consequências futuras de quando as pestes começassem a desenvolver resistência aos pesticidas ao mesmo tempo em que o ecossistema estaria se enfraquecendo, tornando-se frágil perante as espécies invasoras. Ademais, foi observada a ameaça aos programas de combate à malária devido a resistência dos mosquitos aos pesticidas, sendo destacado que o uso deveria ser o mínimo possível (Carson, 1962).

Conforme Lear (2010), Rachel Carson tentou publicar seu manifesto em forma de artigo em diversas revistas, porém os editores de revistas, temendo perder publicidade, recusaram. Assim a autora escreveu o livro, pois as editoras de livros eram livres de pressão publicitária. Além disso, à indústria química se encarregou de espalhar notícias falsas sobre a obra na tentativa de desacreditar o livro e caluniar a autora. Felizmente, esses ataques, ao contrário do que se esperava, criaram mais publicidade. O livro ao trazer um despertar para um perigo específico, qual seja o envenenamento da terra com produtos químicos, ajudou a reconhecer que a humanidade está degradando a qualidade de vida do planeta de outras formas (Lear, 2010).

Na sequência de marcos em prol do meio ambiente, de acordo com *The Club of Rome* (2021), em 1970, cidadãos e um grupo de cientistas preocupados com as questões ambientais tiveram sua primeira reunião em Roma, sendo reconhecido como Clube de Roma e criado para enfrentar as múltiplas crises da humanidade e do planeta. Décadas de consumo exponencial e crescimento populacional colocaram em risco o clima da Terra e os sistemas de suporte à vida, ao mesmo tempo que reforçaram as desigualdades sociais e econômicas no mundo. Eles examinaram os cinco fatores básicos que limitam o crescimento no planeta: a população; a produção agrícola; o esgotamento de recursos não renováveis; a produção industrial e; a poluição (*The Club of Rome*, 2021).

Com base em análises científicas, conforme *The Club of Rome* (2021), os membros do clube fizeram ações para lidar com esses problemas por meio de pesquisas, propostas de políticas, reuniões, debates, conferências, palestras e outros eventos. O grupo publica “Relatórios para o Clube de Roma” revisados por pares e um *best-seller* de 1972 foi o relatório *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento), alertando para a finitude dos recursos naturais e que criou polêmica na mídia e um ímpeto para o movimento de sustentabilidade global. Embora o relatório tivesse muitas mensagens, fundamentalmente, confrontou o paradigma de crescimento material contínuo e a busca de expansão econômica sem fim. Mesmo com o passar dos anos, não há dúvida de que a pegada ecológica da humanidade ainda excede substancialmente seus limites naturais. As preocupações do Clube de Roma não perderam a sua relevância (*The Club of Rome*, 2021).

Neste mesmo ano foi apontado, segundo Rohrich e Takahashi (2019) na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a necessidade de princípios e critérios para melhorar e preservar o meio ambiente. A conferência marcou

as diferenças entre países em desenvolvimento e os desenvolvidos (Rohrich; Takahashi, 2019).

Em 1980, como apontado por Madeira (2008) a ideia de Desenvolvimento Sustentável ganhou maior destaque através da Estratégia para a Conservação Mundial divulgada pela Associação Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. A estratégia foi a primeira iniciativa para atingir um Desenvolvimento Sustentável, a qual consistia na preservação dos recursos ambientais. Assim, criou-se três princípios para a sustentabilidade ecológica, sendo o primeiro a manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de apoio à vida, o segundo é a conservação da diversidade genética e, o último é o uso sustentável dos recursos ambientais (Madeira, 2008).

Madeira (2008) também apontou que ainda na década de 80, notou-se que a degradação ambiental foi ocasionada por dois motivos: pelo excessivo consumo dos recursos naturais e poluição por parte dos países desenvolvidos e pela pobreza. Além disso, entendia-se que os problemas ambientais dos países em desenvolvimento eram causados pelo próprio subdesenvolvimento. A questão era que se, por um lado, a degradação ambiental empobrecia os dependentes do meio ambiente, do outro lado, o desenvolvimento deveria ocasionar um ambiente saudável. Assim, observou-se que o desenvolvimento econômico necessitava levar em consideração os impactos ambientais e sociais, caso contrário, as consequências seriam danosas (Madeira, 2008).

Em 1983, a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento foi incumbida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas de elaborar "Uma Agenda Global para a Mudança" com a finalidade de harmonizar as esferas ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento humano (Madeira, 2008).

Em 1987, o Desenvolvimento Sustentável foi definido pelo relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) como o processo que "[...] satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p. 46).

As discussões sobre sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, de acordo com UNCED (1992) se desenvolveram e culminaram em planos e metas definidos em 1992, no Rio de Janeiro, elaborados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. Nessa conferência, foram definidas ações ambientais concretas em que foi acordado por 179 países a Agenda 21 (UNCED, 1992).

Em 1997, segundo Mota *et al*. (2004) aconteceu uma sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, com a finalidade de avaliar o cumprimento dos acordos feitos na Cúpula da Terra (Rio+5). A sessão ocorreu em Nova Iorque, onde foram assumidos compromissos de promover estratégias nacionais e regionais de Desenvolvimento Sustentável, tendo em pauta a preparação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) (Mota *et al*., 2004).

Entre agosto e setembro de 2002, de acordo com *United Nations* (2002), em Johanesburgo na África do Sul aconteceu a conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como (Rio+10), a qual foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de apurar o que já tinha sido feito e renovar os compromissos firmados na Conferência do Rio em 1992 (*United Nations*, 2002).

A Rio+10 destacou-se por incluir, pela primeira vez, em suas pautas os problemas relativos à globalização. Outros temas discutidos foram aumento da proteção à biodiversidade, acesso à água potável, saneamento, à energia, à segurança alimentar e à saúde, combate a diversas situações como a desnutrição, fome crônica, ocupação estrangeira, conflitos armados, narcotráfico, crime organizado, corrupção, desastres naturais, doenças transmissíveis como aids, malária, tuberculose, intolerância e incitação à ódios raciais, étnicos e religiosos (*United Nations*, 2002).

Em 2012, conforme Guimarães e Fontoura (2012), ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Rio+20, a qual contribuiu para determinar a agenda do Desenvolvimento Sustentável para as próximas décadas. O intuito foi de renovar compromissos políticos com o Desenvolvimento Sustentável, através da avaliação do progresso e das falhas na implementação dos acordos firmados antes.

A Rio+20 não produziu avanço significativo quando comparada à Rio-92. Os fatores que indicaram o fracasso da conferência é que ela não foi concebida como uma Reunião de Cúpula, mas apenas como uma "Conferência de revisão", o que significa que o comparecimento de Chefes de Estado e de Governo não era requisito fundamental pois não foram incluídas decisões de Estado, com isso os presidentes dos Estados Unidos, da Alemanha e Inglaterra, por exemplo, não compareceram à conferência. Assim, não foram previstas decisões na forma de Tratados, Convenções ou Acordos Ambientais Multilaterais em geral (Guimarães; Fontoura, 2012). Em resumo, a Rio+20 não propôs transformações concretas, isto é, houve somente, uma ratificação dos acordos firmados 20 anos antes.

Em dezembro de 2015, como apontado pela COP21 (2015*)* aconteceu a 21ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em Paris, onde líderes de 196 nações se reuniram para negociar um novo acordo global para diminuir as emissões de gases de efeito estufa. No relatório da conferência foi mencionada a preocupação com os níveis estimados de emissão de gases de efeito estufa em 2025 e 2030 e que serão necessários esforços para manter o aumento da temperatura média global inferior a 2ºC. Com isso, cada país criou suas próprias metas para contribuir com o resultado global (COP21, 2015*).*

Em 2016, de acordo com a ONU Programa para o Meio Ambiente (2020) levando em conta à crise global do tráfico de animais, foi lançado pelo PNUMA uma campanha em favor das espécies ameaçadas de extinção, nomeada como Selvagem pela Vida. A ideia é a prevenção da caça predatória e o comércio ilegal, sendo reduzida a demanda por animais selvagens e produtos derivados deles. Além disso, o PNUMA e seus parceiros lançaram uma campanha, nomeada como *BreatheLife*, para promover reflexões sobre os impactos da poluição do ar e buscar soluções (ONU Programa para o Meio Ambiente, 2020).

Em 2017, o PNUMA lançou a campanha, nomeada como Mares Limpos, para incentivar os governos, cidadãos e empresas na luta contra o lixo marinho. Ademais, lançaram o prêmio Jovens Campeões da Terra para motivar jovens entre 18 e 30 anos para criar um impacto ambiental positivo (ONU Programa para o Meio Ambiente, 2020).

Em 2019, conforme a ONU Programa para o Meio Ambiente (2020), as Nações Unidas declararam 2021-2030 como a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas, visando aumentar a restauração de ecossistemas degradados como uma ação para combater a crise climática e aumentar o abastecimento de água, a biodiversidade e a segurança alimentar. Além disso, a Cúpula de Ação Climática 2019 foi convocada pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, visando apresentar novas ações no enfrentamento das alterações climáticas, bem como para impulsionar as ações para cumprir os objetivos do Acordo de Paris (ONU Programa para o Meio Ambiente, 2020).

Em 2023, de acordo com a *United Nations Climate Change* (2023), ocorreu a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A conferência concluiu o primeiro balanço global referente aos esforços mundiais no enfrentamento das alterações climáticas sob o Acordo de Paris. O progresso era lento em todas as áreas da ação, desde a redução das emissões de gases com

efeito de estufa à obtenção de apoio financeiro e tecnológico às nações vulneráveis. Assim, foi tomada uma decisão para acelerar essas ações até 2030, incluindo um apelo aos governos para acelerarem a substituição dos combustíveis fósseis para energias renováveis (*United Nations Climate Change*, 2023).

Considerando os eventos apresentados, é possível observar que os aspectos econômicos, sociais e ambientais estiveram presentes nas diversas discussões sobre sustentabilidade.

2.2.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Depois de muitas conferências e iniciativas ambientais, a ONU, em 2015, contribuiu para a promoção de um futuro mais sustentável com a apresentação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas para serem alcançadas até 2030, conforme a Agenda 2030 (Corrêa *et al*., 2020).

A agenda 2030, de acordo com *United Nations* (2015), é um plano de ação para pessoas e para o planeta. No que diz respeito a pessoas, erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e é indispensável para o Desenvolvimento Sustentável. Em relação ao planeta, o plano é protegê-lo da degradação com consumo e produção sustentáveis, com gestão dos recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre mudanças climáticas, para suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. O plano foi construído para completar o *Millennium Development Goals* (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), o qual possui oito objetivos e 18 metas que deveriam ser alcançadas até o ano de 2015, dentre os quais é observada a preocupação em se atingir o ensino básico universal em todas as comunidades e a erradicação da pobreza e da fome (*United Nations*, 2015).

Os ODS apontam os principais desafios de desenvolvimento para a humanidade e têm o intuito de garantir uma vida sustentável, equitativa, próspera e pacífica para todos, no presente e no futuro, em um longo prazo (Femenías; Fabrega; Aznar, 2020). Os ODS, segundo *United Nations* (2015), foram criados a partir de objetivos macros e metas específicas com indicadores para acompanhamento. A proposta contém uma diversidade de áreas e temáticas de relevância para o fortalecimento das estratégias para transformação social (*United Nations*, 2015).

Os objetivos e metas apresentados pela ONU entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, e as decisões serão válidas por 15 anos (*United Nations*, 2015). Assim, foram elaborados os seguintes ODS, conforme estão expostos na Figura 2.

Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil (2021a).

De acordo com a Figura 2, os 17 ODS estão detalhados a seguir:

> ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.
> ODS 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
> ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
> ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
> ODS 5: Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
> ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
> ODS 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
> ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
> ODS 10: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
> ODS 11: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
> ODS 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
> ODS 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
> ODS 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
> ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.
> ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

> ODS 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2021a).

De acordo com a Organização das Nações Unidas no Brasil (2017), os ODS são integrados e indivisíveis e combinam, equilibradamente, as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável: a ambiental, a econômica e social. Os objetivos são como um guia de atividades a serem cumpridas pelos governos, empresas e a comunidade em uma jornada coletiva, com o intuito de chegar em 2030 com um mundo mais sustentável.

Os ODS, segundo Marques, Santos e Aragão (2020) formam uma agenda diversificada, a qual pretende alcançar um patamar transformador. Nesse sentido, para se ter sucesso, deve percorrer um processo que tenda a cumprir em cada comunidade os objetivos que foram acordados internacionalmente, assim como incentivar a participação social. A conformação local das negociações globais, o controle das ações governamentais e do cumprimento das metas por parte dos indivíduos são elementos essenciais (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Neste contexto, os ODS formam um arcabouço conceitual para a estratégia de desenvolvimento, tanto em nível global como nacional, propiciando uma linguagem comum para as diferentes dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

2.3 *Greenwashing* e práticas deletérias à sociedade

Atualmente, conforme Pagotto (2013), as propagandas são exibidas em todos os meios de comunicação e nelas temas ambientais estão cada vez mais propagados. As intituladas “propagandas verdes” integram importantes elementos de estratégia de *marketing* das organizações. Essas empresas propagam mensagens de compromisso e preocupação com o meio ambiente juntamente com apelos para vender seus produtos e marcas (Pagotto, 2013).

Nesse contexto, Pagotto (2013) apontou que foi popularizado um termo pejorativo, *Greenwashing*, para caracterizar uma situação em que é propagada uma imagem ambiental positiva, a qual não condiz com a realidade. É literalmente o ato de enganar consumidores em relação às ações ambientais ou quando é prometido benefícios ambientais de um produto ou serviço. A expressão “*green* + *wash*”, pode ser entendida como “dar um banho de tinta verde”, o que significa mascarar algo que tem um falso enfoque ecológico (Pagotto, 2013).

Delmas e Burbano (2011) apontaram que as organizações contemporâneas visando diferenciar seus produtos e construir uma imagem positiva perante a sociedade, acabam ultrapassando pontos éticos e se aproveitando do tema ambiental para divulgar seus negócios.

A prática do *greenwashing* gera preocupantes consequências. Dentre elas, a quebra de confiança por parte dos consumidores dos produtos verdes quando percebem que estão sendo enganados (Mangini *et al*., 2020). Delmas e Burbano (2011) citam que o *greenwashing* pode ter consideráveis efeitos negativos na confiança não só dos consumidores, mas também na confiança de investidores em produtos verdes e de organizações ambientalmente responsáveis, tornando esses atores relutantes em recompensar organizações pela conduta ecológica. Isso aumenta um comportamento prejudicial ao meio ambiente, o que afeta negativamente o bem-estar social. Jong, Harkink e Barth (2018) mostraram que além de haver uma perda de credibilidade dos apelos verdes propagados pelas organizações, há uma desvalorização dos temas de sustentabilidade em geral.

A realidade é que os gestores das organizações seguem o discurso dominante de aumentar o lucro e não de serem socialmente responsáveis. Friedman (1970), um renomado autor, economista, afirmou que a gestão tem uma responsabilidade que é maximizar os lucros de seus proprietários ou acionistas. Friedman apontou que as questões sociais não são preocupações dos empresários e que esses problemas devem ser resolvidos pelo funcionamento irrestrito do sistema de mercado livre.

As empresas não estão equipadas para lidar com atividades sociais, pois os gerentes são orientados para lidar com finanças e não tem conhecimento necessário, isto é, habilidades sociais para tomar decisões sociais (Davis, 1973).

Deve-se notar que as afirmações foram apresentadas há décadas, no entanto elas ainda se perpetuam no meio empresarial e nos cursos de gestão. Ramus e Montiel (2005) afirmam que apesar de muitas organizações terem políticas com foco na responsabilidade ambiental, regularmente elas não as aplicam, exceto quando há pressão do governo ou da clientela. Os autores explicam que as organizações continuam visando a maximização do lucro, mesmo tendo utilizado em seus discursos elementos ambientais, uma vez que tais discursos não são encaixados nas práticas das próprias organizações.

2.4 Educação para Sustentabilidade no ensino superior

2.4.1 Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Características

As IES podem ser institutos ou faculdades integradas, universidades ou centros universitários (Lennan; Semensato; Oliva, 2015). De acordo com Brasil (1996), elas são regulamentadas pela Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e são classificadas quanto à sua administração como públicas ou privadas. As instituições públicas são mantidas e administradas pelo Poder Público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal. Já as instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (Brasil, 1996).

Na educação superior podem ser oferecidos cursos de graduação, pós-graduação e cursos de extensão, de acordo com Brasil (1996). Os cursos de graduação formam profissionais nos graus de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnologia, sendo necessário a conclusão do ensino médio para cursá-los. Os cursos de pós-graduação abrangem programas de mestrado, doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, sendo requerido o diploma de graduado. Os cursos de extensão tratam de temas que não foram abordados na graduação, sendo que cada instituição tem seus pré-requisitos para o ingresso no curso (Brasil, 1996).

Dentro da perspectiva sustentável, escopo do presente trabalho, a LDB apresenta no Art. 43 as finalidades da educação superior. O inciso VI diz para "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (Brasil, 1996). Pode-se observar que a lei incentiva o desenvolvimento da comunidade e da sociedade através do conhecimento nas IES, e essas possuem características para uma educação sustentável.

As características que a educação para Desenvolvimento Sustentável deve apresentar são: visar a obtenção de valores, ser holística e interdisciplinar, incentivar pensamento crítico, estimular a participação nos processos de tomada de decisão e estar atenta as necessidades da comunidade local. Sobretudo, os valores devem ser pautados no respeito à pessoa e suas necessidades e respeito ao meio ambiente (UNESCO, 2005).

Madeira (2008) aponta que a universidade que promove o Desenvolvimento Sustentável pode ser caracterizada como aquela que oferece mais do que ensino de qualidade, é uma instituição que incentiva valores humanos, promove práticas que

melhoram a qualidade de vida das pessoas, que se preocupa com o uso e gestão dos recursos naturais, que exerce práticas interdisciplinares de aprendizagem através da educação, da pesquisa e da extensão.

Universidade sustentável segundo consta nas atas da Conferência Campus *Earth Summit* é aquela em que:

> a sustentabilidade ambiental é prioridade; o conhecimento ambiental faz parte das disciplinas mais relevantes; existem oportunidades para que os alunos conheçam os problemas ambientais do campus e também locais; as condições ambientais do campus são monitoradas; há preocupação com compras ambientalmente responsáveis; se busca firmemente a redução de resíduos produzidos no campus; é gerenciado o nível de eficiência energética no campus; é desenvolvido um núcleo ambiental com participação de alunos, professores e técnicos; ocorre um apoio para que os estudantes busquem carreiras ambientalmente responsáveis (Hall, 1982, p.102).

Nessa perspectiva, segundo Rohrich e Takahashi (2019), há duas correntes de pensamento complementares que se referem ao papel das IES com relação a sustentabilidade ambiental. Uma delas consiste na prática da Educação Ambiental na qualificação dos discentes, a outra engloba a implantação de sistemas de gestão ambiental nos *campi* das universidades (Rohrich; Takahashi, 2019).

Com isso, observa-se dois desafios para as universidades, sendo um deles um desafio acadêmico, que é a transmissão do conhecimento, geração de profissionais conscientes dos impactos ambientais e das necessidades coletivas. O outro desafio é a operacionalização na implantação de práticas de responsabilidade socioambiental (Rohrich; Takahashi, 2019).

2.4.2 Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Evolução

Nos últimos anos, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável vêm recebendo destaque no ensino superior (Corrêa *et al*., 2020).

Em 1972, de acordo a ONU (1972) na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, foram discutidas as questões ambientais de maneira global. Após os debates foi elaborada uma Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a qual contêm os princípios para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente. Dentre eles, o princípio 19 aborda sobre a Educação Ambiental, devendo esta ser trabalhada desde a escola primária até a idade adulta, com a finalidade de melhorar o comportamento de indivíduos, empresas e sociedade no que diz respeito à proteção do meio ambiente. A Organização da Nações Unidas, no relatório da

conferência, apresentou os primeiros sinais às universidades quanto a sua função na educação para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 1972).

Em 1988, segundo Kraemer (2004), foi elaborada a Carta *Copernicus*, nomeada de Carta Patente da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável na Conferência dos Reitores da Europa. O Programa *Copernicus*, desenvolvido pela Conferência dos Reitores da Europa (CRE), é um programa de cooperação europeia que tem a visão de promover a sustentabilidade na pesquisa e no ensino europeu, usando os princípios da Carta. O programa possui parceria com a Associação das Universidades Europeias, com o Instituto de Investigação para a Europa Sustentável (SERI), com a Associação Ambiental das Universidades e com as Faculdades do Reino Unido (EAUC) e algumas universidades proativas em Desenvolvimento Sustentável na Europa (Kraemer, 2004).

Os objetivos da Carta Patente é detectar formas de as universidades ajudarem a sociedade atuarem no desafio do Desenvolvimento Sustentável, bem como obter sustentabilidade nas universidades (Kraemer, 2004). Vale destacar que dentre as ações *Copernicus* tem-se projetos como Universidade de baixa energia; Campus-solar europeu e Química sustentável (Kraemer, 2004).

Em outubro de 1990, segundo Kraemer (2004) o tema sustentabilidade no ensino superior foi discutido na Declaração de *Talloires*, na Universidade de *Tufts*, em *Talloires*, na França. A declaração foi assinada por reitores e pró-reitores das universidades do mundo todo que expressaram preocupação com o aumento da degradação ambiental. É mencionado na declaração que as universidades têm um papel fundamental na educação, investigação, formação de políticas relacionadas as questões ambientais (Kraemer, 2004).

Assim, foi esquematizado um planejamento com 10 itens para serem alcançados com o intuito de construir universidades sustentáveis, os quais são: 1) aumentar a consciência para o Desenvolvimento Sustentável; 2) criar uma cultura institucional da sustentabilidade; 3) educar para a cidadania ambientalmente responsável; 4) incentivar a literatura ambiental; 5) praticar a ecologia institucional; 6) envolver todas as partes interessadas como governos, fundações e indústria no apoio as ações ambientais; 7) colaborar para abordagens interdisciplinares; 8) aumentar a capacidade das escolas primárias e secundárias; 9) alargar o serviço e o alcance, nacional e internacionalmente e; 10) manter o movimento (Kraemer, 2004).

Em 1991, segundo Kraemer (2004), a Associação das Universidades e Faculdades do Canadá promoveu a reunião de reitores de universidades de diversos países, em que foi elaborada a Declaração de *Halifax* e foram discutidas ações para serem implantadas

pelas universidades tendo em vista o Desenvolvimento Sustentável. Dentre elas sobressaíram a obrigação ética, o uso dos recursos intelectuais e a cooperação para com todos os segmentos da sociedade (Kraemer, 2004).

Em 1992, na Agenda 21 Global, no capítulo 36, intitulado “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento”, foram descritas as áreas de programas como a reorientação do ensino no sentido do Desenvolvimento Sustentável; aumento da consciência pública e a promoção do treinamento (UNCED, 1992).

Em 1993, conforme Kraemer (2004), na conferência quinquenal das Universidades da Comunidade (ACU), foi elaborada a Declaração de *Swansea,* na Universidade do *Wales*, *Swansea*, e foram expressas opiniões para soluções aos problemas ambientais, tendo a participação de toda a sociedade na busca da sustentabilidade. Assim foram feitas diversas ações para uma universidade sustentável. Dentre elas motivar as universidades da ACU a disseminar e estabelecer uma compreensão maior do Desenvolvimento Sustentável; destacar a obrigação ética da geração atual; utilizar os recursos da universidade; frisar a função da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis; cooperação com todos os segmentos da sociedade; incentivar universidades a repensar suas próprias ações que podem refletir em melhores práticas sustentáveis (Kraemer, 2004).

Em 1995, foi criada a Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, em São José na Costa Rica, a fim de desenvolver programas e pesquisas no campo do meio ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. A organização é uma espécie de rede de IES (Tauchen; Brandli, 2006).

Em 2000, como apontado por ULSF (2021), o Programa *COPERNICUS* da *Association of European Universities,* a *Associação Internacional de Universidades*, a Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável (ULSF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) formaram uma parceria, combinando forças para mobilizar universidades e IES para apoiar o Desenvolvimento Sustentável, sendo fundamental que estas IES entendessem sua responsabilidade dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento social e econômico e da construção de sociedades democráticas, equitativas e ecologicamente corretas. Assim, foi criada a *Global Higher Education for Sustainability Partnership (GUESP)* (ULSF, 2021).

Em 2002, segundo Kraemer (2004), foi elaborada a Declaração de *UBUNTU*, a qual consiste em um apelo à ONU para designar os educadores como o décimo grupo de

intervenientes-chave no processo da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo. A declaração fortalece o comprometimento das universidades em criar espaços de aprendizagem em Educação para Sustentabilidade (Kraemer, 2004).

Ainda em 2002, na África do Sul, aconteceu a Conferência Internacional sobre Gestão Ambiental para as Universidades Sustentáveis (EMSU), conferência-franja da Conferência WSSD, em que foi discutido qual o papel das universidades no Desenvolvimento Sustentável (Kraemer, 2004).

Em 2005, como apontado pela UNESCO (2005), a Assembleia das Nações Unidas deu novo sentido para a Educação para a Sustentabilidade, foi instituída a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em que as IES foram chamadas para cumprir com a responsabilidade pela obtenção de novas ideias. Diretrizes contidas no documento da Década orientam esforços que cada país deve promover conforme à sua realidade, sendo apresentado no documento a importância da colaboração dos governos para que as metas propostas fossem incluídas em seus respectivos planos de ações educacionais (UNESCO, 2005).

O intuito global da Década foi o de englobar os valores relativos ao Desenvolvimento Sustentável em todos os aspectos da aprendizagem para promover mudanças de comportamento que possibilitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos. O documento da Década se baseou em uma visão de um mundo em que todos tivessem a oportunidade de se beneficiar da educação e de aprender valores, comportamentos e modos de vida exigidos para um futuro sustentável, com vistas em uma mudança positiva das sociedades a nível local, regional e global. (UNESCO, 2005)

Em 2006, como indicado por Rohrich e Takahashi (2019) foi constituído na Europa o projeto Ecocampus, que consiste em um sistema de gerenciamento ambiental destinado às IES. O projeto identifica as faculdades e universidades que promovem práticas de sustentabilidade (Rohrich; Takahashi, 2019).

Em 2012, de acordo MMA (2012), na Rio+20 foram acordados, pelos países participantes da ONU, o desenvolvimento de ações que incentivassem as IES a levar em consideração a adoção de boas práticas de gestão da sustentabilidade em seus *campi* e em suas comunidades, tendo os alunos, professores e parceiros locais a participação ativa no Desenvolvimento Sustentável, sendo este um item integrado em todas as disciplinas oferecidas (MMA, 2012).

Como resultado da Conferência, segundo Viegas e Cabral (2015), em torno de 300 IES de 50 países assinaram um documento de "Iniciativa de Sustentabilidade na Educação Superior", assinalando a adesão das universidades à questão do Desenvolvimento Sustentável, por meio da inclusão do tema nos currículos universitários. Dentre as propostas acordadas evidenciaram-se o ensino e investigação sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável; tornando as universidades mais 'verdes' e apoiando práticas de sustentabilidade nas comunidades locais (Viegas; Cabral, 2015).

Como mencionado anteriormente, em 2015, foram elaborados os ODS e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, a qual também tratou da Educação Ambiental (United Nations, 2015). Neste sentido, o engajamento das universidades é importante para a implementação dos ODS.

Em 2021, como apontado em UNESCO (2021b), a UNESCO em cooperação com o Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha e, como parceiro consultivo, a Comissão Nacional da Alemanha realizou a Conferência Mundial virtual, sendo adotada a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), em que foram apresentadas medidas que impulsionam a aprendizagem para a sobrevivência no planeta. A ideia é que a EDS seja um componente central de todos os sistemas educacionais, em todos os níveis, até 2025 (UNESCO, 2021b).

A Declaração lista diversas políticas para transformar a aprendizagem, englobando ensino, aprendizagem, treinamento profissional e engajamento cívico. O documento também aponta a necessidade de implementar a EDS focando em aprendizagem social e emocional, habilidades cognitivas, habilidades de colaboração, resolução de problemas e construção de resiliência (UNESCO, 2021b).

Ao longo da Conferência, foi compartilhado os compromissos de 18 países da União Europeia em efetuar ações na Educação para o Desenvolvimento Sustentável para 2030, sendo estes compromissos um estímulo ao cumprimento de todos os ODS (UNESCO, 2021b).

Apesar da evolução da sustentabilidade na área de educação, ainda existem barreiras na difusão dos princípios de sustentabilidade nas universidades, pois os docentes e funcionários das universidades percebem a sustentabilidade como algo abstrato, encontrando dificuldade de aplicá-la em suas atividades e acreditando que ela não tem relação com a rotina acadêmica, sendo o tema mais estudado por ambientalistas (Kyriakopoulos; Ntanos; Asonitou, 2020).

Entretanto, mesmo existindo barreiras, o estudo de Viegas e Cabral (2015) demonstrou que as IES estão na dianteira na construção e incorporação da sustentabilidade. Os autores procuraram contribuir com estudos sobre a temática da sustentabilidade nas organizações, buscando identificar o que têm realizado as IES no Brasil e no mundo sobre a sustentabilidade, isto é, como essas organizações incorporam a questão socioambiental e a sustentabilidade em seus modelos de gestão, e como essas iniciativas podem ser evidências de mudanças na cultura organizacional. Os resultados mostraram que há evidências da incorporação da sustentabilidade no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como nas práticas de gestão.

2.4.3 Educação para Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior no mundo

No nível mundial, de acordo com *Umwelt-Campus Birkenfeld* (2022), na Alemanha, uma das universidades que oferece educação para a sustentabilidade é a *Umwelt*-Campus *Birkenfeld* que possui cursos de graduação que combinam os temas meio ambiente e sustentabilidade. Em 2021, a universidade ficou no *ranking* mundial como o Campus mais verde da Alemanha, ficando em 6º lugar no *ranking GreenMetric* e em primeiro lugar, nacionalmente, pelo quinto ano. Em junho de 2021 também foi aprovada a implementação da estratégia de sustentabilidade interna da universidade para ser modelo de responsabilidade social como uma Universidade de Comércio Justo (*Umwelt-Campus Birkenfeld*, 2022).

Ainda na Alemanha, segundo *Leuphana Universität Lüneburg* (2022), a Universidade *Leuphana* de Lüneburg tem como as principais áreas de pesquisa educação, cultura, sustentabilidade e gestão e empreendedorismo. No campo da sustentabilidade, a universidade incentiva a pesquisa, educação, participação social e operações do Campus, através de pesquisa com a *Sustainability Science Initiative*, na sociedade com a Cidade do Futuro 2030 e no Campus com a universidade neutra em relação ao clima (*Leuphana Universität Lüneburg*, 2022).

Nesta instituição, a sustentabilidade não é apenas um princípio norteador, mas um princípio de ação que é vivido em todas as áreas. *Leuphana* recebeu inúmeros prêmios por seu desenvolvimento como uma universidade humanista, orientada para a ação sustentável e como uma universidade amigável para *startups* (*Leuphana Universität Lüneburg*, 2022).

O Canadá tem destaque nas questões da sustentabilidade na educação superior através do movimento estudantil, conforme *Sierra Youth Coalition* (2021). O país possui uma organização intitulada *Sierra Youth Coalition (SYC)* que financia o projeto Campus Sustentáveis com investimentos públicos e privados. A missão é incentivar práticas sustentáveis no ensino superior que contribuem para tornar a sociedade canadense melhor. Dentre as práticas, foram implantados programas e sistemas de gestão ambiental nos *campi*. O projeto nacional de Campus Sustentáveis, treina uma nova geração de líderes ambientalmente conscientes em estabelecimentos de ensino. Este é um dos projetos de maior sucesso do SYC, o qual envolve mais de 80 *campi* em todo o Canadá (*Sierra Youth Coalition*, 2021).

O SYC realiza conferência nacional de sustentabilidade do Campus anualmente e conferências regionais, em que habilidades e histórias de sucesso são compartilhadas, de acordo com *Sierra Youth Coalition* (2021). Eles envolvem alunos do ensino médio através do projeto *Community Youth Action Gatherings e do Sustainable High Schools*, em que desenvolvem uma cultura de voluntariado e ativismo social para um público-alvo mais jovem. Eles também organizam campanhas de conscientização nacionais e internacionais sobre as questões ambientais urgentes levantadas pelos membros da organização SYC como *To The Tar Sands* e as campanhas de bicicletas *Deconstruting Dinner Caravan* no Canadá, EUA e México (*Sierra Youth Coalition*, 2021).

O SYC também oferece um local para a participação dos jovens nas principais conferências e cúpulas em nível local, nacional e internacional como na Casas de Província, Parlamento Canadense, Organização Mundial do Comércio, ONU, G8, entre outros através do Fundo de Educação da organização (*Sierra Youth Coalition*, 2021).

Nos EUA, em Nova Iorque, a Universidade de *Buffalo* foi uma das universidades que assinou a Declaração de *Talloires*, e com isso tem diversas políticas relevantes para sustentabilidade do meio ambiente, com destaque para medidas de eficiência energética, conforme Viegas e Cabral (2015). A instituição possui um Plano de Ação Climática, que exige que a universidade alcance a neutralidade climática até 2030. Além disso, eles incorporam a sustentabilidade através da educação. A *University at Buffalo* possui cursos sustentáveis, pesquisa sustentável, clubes sustentáveis, entre outras ações que envolve a sustentabilidade. As ações da universidade são organizadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*University At Buffalo*, 2022).

Ainda no EUA, de acordo com *School for Environment and Sustainability* (2022), na Universidade de *Michigan*, foi criada em 1903, a *School for Environment and*

Sustainability (SEAS), que foi pioneira em educação ambiental, pesquisa e ativismo por mais de um século. A escola é considerada o berço da educação ambiental moderna e é um centro de colaboração e pesquisa interdisciplinar, adota uma abordagem holística, promovendo parcerias, iniciativas e projetos em todo o Campus. O SEAS traz uma mentalidade empreendedora e orientada ao impacto para os desafios da sustentabilidade (*School for Environment and Sustainability*, 2022).

No Japão, o *Institute for Future Initiatives* (IFI) da Universidade de Tóquio, que era a segunda melhor universidade do país em 2022, de acordo com *World University Rankings (THE)* (World University Rankings, 2022), foi criado em abril de 2019 para integrar o *Policy Alternatives Research Institute* (PARI) e o Sistema Integrado de Pesquisa UTIAS para a Ciência da Sustentabilidade (IR3S) (*Institute For Future Initiatives,* 2022).

O instituto é uma das principais organizações que apoiam a *Future Society Initiative (FSI)* que visa acelerar os esforços de toda a universidade para promover e alcançar os ODS. No intuito de criar uma sociedade futura sustentável, o instituto faz recomendações políticas e sociais sobre questões da sociedade futura e realiza pesquisas em colaboração com a sociedade para esses fins. Também serve como um *hub* de rede internacional que integra o conhecimento universitário relacionado à sociedade futura e como uma plataforma para criação colaborativa entre indústria, governo, academia e cidadãos *(Institute For Future Initiatives*, 2022).

Essas foram algumas iniciativas de IES internacionais para a sustentabilidade. A seção a seguir aborda iniciativas de IES nacionais.

2.4.4 Educação para Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior no Brasil

No Brasil, as universidades também têm se movimentado para aderir ao tema sustentabilidade em seus currículos, implementando práticas de gestão sustentável e promovendo treinamento e desenvolvimento dos docentes e funcionários. Vários exemplos nacionais podem ser observados (Ribeiro, 2006).

Em São Paulo, a Universidade de São Paulo (USP), uma das universidades mais bem avaliadas nacionalmente e internacionalmente, sendo a maior universidade pública brasileira, promove várias iniciativas de sustentabilidade, como indicado pela USP (2021). Dentre elas, um projeto para fortalecimento e cooperação das instituições nas

áreas de gestão e Educação Ambiental, o qual foi elaborado pelo Programa USP Recicla (Agência de Inovação) em parceria com Universidade Autônoma de Madri (USP, 2021).

Ainda em São Paulo, conforme USP (2021), a Universidade de São Carlos possui iniciativas sustentáveis como o projeto de reciclagem tecnológica de São Carlos, nomeado Recicl@tesc. O projeto consiste na captação e reciclagem de equipamentos de informática. Os equipamentos descartados pela população e pelas empresas da cidade e da região são coletados e é feita uma análise de cada equipamento. Quando reparados, estes equipamentos são doados para instituições sociais realizarem projetos de inclusão digital. Quando o equipamento não pode ser reparado, é descartado de forma ambientalmente correta, conforme a lei nº 13.576 e os critérios de sustentabilidade. No Campus de São Carlos, há promoção da cultura de mobilidade sustentável e de atividades de educação e ética ambiental, além de oferecer moradia estudantil sustentável e possuir o projeto Promovendo Eventos mais Sustentáveis: a teoria à prática (USP, 2021).

Em Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui um Programa de Administração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GERESOL), que consiste numa ação para enfrentar problemas relacionados aos resíduos sólidos que são produzidos no Campus, sendo parte da política ambiental da universidade (UFMG, 2021).

Ainda em Minas Gerais, conforme *UI Green Metric* (2012), a Universidade Federal de Lavras (UFLA) possui um Plano Ambiental e de Infraestrutura para ser alcançado até 2038 (UFLA, 2008). Dentre as ações do Plano, evidencia-se o gerenciamento de resíduos químicos e sólidos, proteção de nascente e matas ciliares, saneamento básico e estação de tratamento de esgoto. A UFLA possui uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, para recolocação de profissionais no mercado de trabalho (UFLA, 2008). A instituição também tem ciclovias, o que facilita a movimentação mais saudável de pessoas no Campus (UFLA, 2008). Vale destacar que a UFLA é a primeira universidade brasileira no *ranking* internacional de sustentabilidade, *Green Metric* 2012, e apareceu em 70ª no *ranking* global (*UI Green Metric*, 2012).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, possui a campanha "Recicla-me ou te devoro", promovendo a distribuição de *ecobags* em eventos na universidade, para incentivar docentes, alunos e funcionários ao cuidado com o meio ambiente (UFJF, 2011). Além disso, a instituição também possui Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - Intecoop/UFJF que promove várias ações ambientais (UFJF, 2021).

No Rio de Janeiro, de acordo com NIMA (2021) a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, possui a missão de ser referência nacional e internacional em meio ambiente, cooperando através da ciência e da educação para o Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a interação da Universidade, sociedade e meio ambiente. A instituição possui o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA), fundado em 1999, o qual tem o intuito de atuar nas questões interdisciplinares socioambientais. Em 2009, foi criada a Agenda Ambiental, documento inédito em uma universidade brasileira que engloba práticas de sustentabilidade promovidas por um grupo multidisciplinar de professores e alunos (NIMA, 2021).

Ainda no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vem buscando implementar o Plano de Gestão de Logística Sustentável em todos os seus projetos. Este plano foi elaborado pelo Governo Federal para solucionar questões socioambientais, com intuito de assegurar os direitos humanos, bem como diminuir os impactos ambientais e à saúde humana (Prefeitura Universitária, 2021a). A UFRJ possui atividades de conservação e manutenção das áreas verdes, a coleta dos resíduos sólidos e a limpeza urbana dos *campi*, sendo esses serviços executados de forma terceirizada. A instituição também tem uma gestão do patrimônio cultural e ambiental, cuidando por sua integridade ambiental, documental, histórica e geográfica. Também promove iniciativas de racionalização do consumo de recursos naturais, bem como faz mobilizações na comunidade universitária e circunvizinha sobre temas socioambientais (Prefeitura Universitária, 2021b). Essas são algumas iniciativas da universidade, as quais são fundamentais para a propagação da sustentabilidade.

Conforme a UFF (2021), a Universidade Federal Fluminense também localizada no Rio de Janeiro possui a missão de aplicar à sustentabilidade em sua gestão acadêmica e administrativa, contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. A universidade contribui para o bem-estar da comunidade interna e externa, investindo em pesquisa e em novas tecnologias ambientais e socialmente responsáveis. Há adoção de práticas de governança que tenham foco no crescimento institucional sustentável, com vista na qualidade de vida das pessoas e das gerações futuras. Possui um Plano de Logística Sustentável bem como políticas de sustentabilidade, os quais foram criados pela Comissão Gestora pela Portaria nº 57.192 de 20/09/16, em 2016 (UFF, 2021).

No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, como indicado pela UNISINOS (2021), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) possui o projeto Verde Campus, o qual foi aprovado em 1997. Funcionários da instituição impulsionaram iniciativas

ambientais como preservação das áreas verdes, coleta seletiva de lixo e consumo consciente de água. Desde então, vários projetos surgiram. Em 2002, foi aprovado o projeto ISO 14001, o qual certifica que as instituições cumprem com todas as normas de práticas ambientais. Em 2003, a universidade iniciou à implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que promove atividades para a integração de toda a comunidade acadêmica nas questões ambientais. Em 2004, recebeu a certificação ISO 14001, e passou a ser a primeira universidade da América Latina a obter a certificação (UNISINOS, 2021).

No Espírito Santo, a Universidade do Federal Espírito Santo possui o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental (NIPEEA), com intuito de promover pesquisas em níveis de mestrado e doutorado e de projetos de ensino, pesquisa e extensão, constituindo um centro de referência em práticas interdisciplinares e transdisciplinares em Educação Ambiental (UFES, 2021).

Em Santa Catarina, como apontado em UFSC (2021), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui uma Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), a qual "[...] tem o objetivo de congregar esforços para que a UFSC seja uma instituição cada dia mais sustentável." Dentre todas as suas iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável, vale destacar o Programa UFSC Sustentável, o qual objetiva promover a sustentabilidade na instituição em seus diversos âmbitos e atuações, desde a área administrativa ao ensino, pesquisa e extensão**,** aderindo à sustentabilidade em suas práticas diárias, através de uma mudança de cultura organizacional (UFSC, 2021).

No Pará, de acordo com UFPA (2021), a Universidade Federal do Pará (UFPA) possui um Plano de desenvolvimento Institucional (PDI). A última atualização compreende o período de 2016-2025, o qual sintetiza as referências para o planejamento da instituição ao longo da década. A instituição tem programas de graduação, cursos de especialização, mestrado e doutorado com a temática sustentabilidade. A UFPA também desenvolve projetos de pesquisas com tema voltado para o Desenvolvimento Sustentável, através da participação em redes de cooperação no estado, no Brasil e em outros países. Dentre as inciativas sustentáveis da UFPA tem-se conservação das áreas verdes, diminuição do desperdício de recursos naturais e coleta seletiva do lixo (UFPA, 2021).

Tendo em vista todos estes exemplos de inciativas das universidades, fica evidente a importância dessas instituições para a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, as universidades devem disseminar conhecimento, divulgando e promovendo a sustentabilidade, para também servirem de modelo para as demais organizações da sociedade (Madeira, 2008).

2.5 Educação para Sustentabilidade nos cursos de gestão e contabilidade

2.5.1 Contextualização

O tema sustentabilidade nas IES, em especial nas escolas de negócios, tem ganhado grande relevância, tendo em vista a necessidade de formar gestores de empresas com competências também na área ambiental (Isenmann; Landwehr-Zloch; Zinn, 2020).

Contudo, segundo Figueiró e Raufflet (2015), as questões de sustentabilidade têm sido integradas na grade curricular dos cursos de graduação de negócios de forma opcional, não chegando a ser um componente curricular obrigatório. Essas questões são introduzidas de forma superficial, pontual, não sendo promovido um pensamento integrado e interdisciplinar sobre o tema (Figueiró; Raufflet, 2015).

No Brasil, há um total de 1.101 cursos de Contabilidade (INEP, 2020). Ressalta-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Ciências Contábeis instituída pela Resolução CNE nº 10, de 2004, a qual deve ser observada pelas Instituições de Educação Superior, não cita temas da área Ambiental, Sustentabilidade ou termo semelhante (Brasil, 2004). Nessas diretrizes deveriam constar orientações dentro destes temas, dado a sua importância. É necessário refletir com rigor sobre a melhor forma de preparar e educar os futuros profissionais de contabilidade, encontrando maneiras de integrar a sustentabilidade nos currículos acadêmicos (Gomes; Jorge; Eugénio, 2020).

Nesse sentido, a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, mostrou que houve atualizações nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. O Art.2º da resolução versa o seguinte:

> Art. 2º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve assegurar as condições para que o bacharel compreenda as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas, no contexto da Contabilidade, com a aplicação da tecnologia da informação e comunicação, devendo ter a capacidade de apropriar-se, entre outros, dos seguintes atributos:
> ...
> VI – reconhecer a importância das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades;
> VII – ter visão sistêmica, holística e humanista;
> VIII – ser cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudança de cenários;
> IX – agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do Contador (Brasil, 2024).

Observa-se que as atualizações nas legislações contribuem para a formação de profissionais de contabilidade mais conscientes das questões relativas à sustentabilidade.

Até então, houve muitas críticas sobre a formação de contadores. Chulián (2011) apontou que nas escolas de contabilidade havia estímulos apenas para as habilidades técnicas da profissão, isto é, promoviam conhecimento em gestão financeira e econômica. O autor diz que nestes cursos excluir a possibilidade de debater um cenário sustentável é algo agravante. Wyness e Dalton (2018) afirmaram que apesar da temática sustentabilidade ser discutida nas duas últimas décadas nos programas de graduação em contabilidade, havia uma disparidade significante entre a extensão em que o tema foi incorporado nos cursos de Ciências Contábeis em todo mundo.

Gomes, Jorge e Eugénio (2020) apontaram que no ensino contábil há uma prática materialista, voltada para o lucro. Esse tipo de ensino pode comprometer os valores éticos e enfraquecer as percepções dos alunos sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, a contabilidade sendo a base para a disseminação de informações financeiras corporativas, que apoiam a tomada da decisão, deve ser cada vez mais fundamentada em aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Neste contexto, é essencial que cursos de gestão e Contabilidade desenvolvam competências e habilidades dentro da temática da sustentabilidade. Conforme Yamamoto *et al*. (2020), as mudanças só irão acontecer quando práticas educativas que fortalecem transformações de costumes, pensamentos e perspectivas surgirem e orientarem os cidadãos a cooperarem para um mundo mais sustentável.

Dentro da discussão da busca pelo lucro enfatizada nos cursos de Ciências Contábeis e de gestão faz-se necessário destacar a responsabilidade social.

A responsabilidade social, conforme Ashley (2002), pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, alcançando-a de forma positiva através de suas atitudes e atos. A responsabilidade de uma organização vai além do cumprimento das leis, é também um compromisso moral, em que há uma preocupação com a sociedade e os impactos ambientais que são provocados pela atividade da própria organização (Ashley, 2002).

Assim como as organizações empresariais as IES também têm responsabilidade social, dado que são entidades que possuem significativo impacto social (Santos, 2010). Nas IES a responsabilidade social é nomeada de responsabilidade social universitária (RSU), a qual é entendida como um compromisso social e educacional da universidade

com a igualdade social, direitos humanos, ciência e a tecnologia e meio ambiente (Nunes; Pereira; Pinho, 2017).

Nessa perspectiva de responsabilidade social universitária e resgatando a discussão sobre *greenwashing* da seção 2.3, os campos emergentes da ciência da sustentabilidade e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável evoluíram na integração da sustentabilidade e implementação de práticas concretas nas universidades. Entretanto, apesar dos progressos, apenas algumas instituições seguem um processo de implementação de Desenvolvimento Sustentável de forma holística, de acordo com Disterheft (2013). A tendência cada vez mais comum de "tornar-se verde", motivada pelas demandas do mercado, vantagens de *marketing* e benefícios econômicos, aumenta os riscos de lavagem verde nas universidades. A percepção de sustentabilidade prevalece, com foco nos aspectos ambientais e econômicos do Desenvolvimento Sustentável, e como consequência, as iniciativas de sustentabilidade no Campus correm o risco de praticar *greenwashing* (Disterheft, 2013).

2.5.2 Pesquisas internacionais sobre Educação para Sustentabilidade na área de Gestão e Contabilidade

As IES nos últimos anos têm dado destaque à questão da sustentabilidade, segundo Rohrich e Takahashi (2019). Vários estudos têm abordado sobre este tema, especialmente no âmbito internacional. Vale destacar o periódico *International Journal of Sustainability in Higher Education*, o qual teve a primeira publicação internacional que abordou a necessidade de promover pesquisas, estudos e projetos sobre a sustentabilidade nas IES (Rohrich; Takahashi, 2019).

Wu, Shen e Kuo (2015) investigaram sobre a sustentabilidade nos currículos dos cursos de gestão da Ásia. Em um nível macro, analisaram a condição do desenvolvimento da educação para a sustentabilidade na Ásia. Posteriormente, pelo nível micro, examinaram os cursos e programas, observando o título dos cursos, métodos de ensino e formação educacional dos professores e fizeram comparações entre a Educação para Sustentabilidade asiática, europeia e americana. A pesquisa teve como alvo as principais universidades da China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Filipinas, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Vietnã, formando uma amostra de 136 universidades. Eles realizaram o estudo por meio de questionários e fizeram análise de conteúdo (Wu; Shen; Kuo, 2015).

Os resultados mostraram que na Ásia, 50% das escolas têm cursos relacionados à sustentabilidade, 13% dos cursos são em escolas de negócios. Através dos títulos dos cursos, evidenciou-se que uma grande proporção de aulas relacionadas à sustentabilidade é oferecida pelas universidades. Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Social Empresarial são os principais cursos ministrados nas escolas de gestão asiática. Em relação a formação dos professores são, principalmente, graduados em gestão, economia e áreas temáticas ambientais (Wu; Shen; Kuo, 2015).

No que diz respeito a comparação sobre educação gerencial para sustentabilidade nas universidades asiáticas e euro-americanas, em termos da proporção de disciplinas obrigatórias e eletivas, as universidades asiáticas têm uma proporção maior de disciplinas eletivas do que as euro-americanas. No quesito título dos cursos, o currículo nas universidades da Ásia e das euro-americanas mostraram que Responsabilidade Social Empresarial e sustentabilidade são cursos priorizados e promovidos. A única diferença nos métodos é o uso de instrução multimídia. Quanto à formação de professores, os resultados mostraram que os centros de desenvolvimento de sustentabilidade de cada escola são responsáveis pela integração de programas e cursos em educação para a sustentabilidade para professores e alunos e que há uma diversidade no treinamento acadêmico (Wu; Shen; Kuo, 2015).

Eles concluíram que é difícil coletar dados sobre a educação para a sustentabilidade em escolas de negócios e universidades asiáticas. Também concluíram que há uma alta proporção de cursos de Educação para Sustentabilidade disponíveis em escolas não empresariais na Ásia e por último não há diferença significativa entre as universidades asiáticas e euro-americanas em relação a estrutura do curso, método de ensino ou histórico educacional de instrutores (Wu; Shen; Kuo, 2015).

León-Fernández e Domínguez-Vilches (2015) analisaram as tendências de implementação das principais iniciativas no campo da gestão ambiental e sustentabilidade nas universidades espanholas. A pesquisa foi descritiva-exploratória, sendo analisadas informações disponíveis na internet e dados coletados a partir de um questionário respondido por responsáveis pelas IES espanholas. Na época em que o estudo foi realizado, o sistema universitário espanhol era composto por 78 universidades, em que 50 eram públicas e 28 eram privadas. Deste universo, 40 universidades formaram a amostra. Das universidades participantes, 36 são públicas e quatro são privadas (León-Fernández; Domínguez-Vilches, 2015).

Inicialmente, foram analisadas as estruturas de gestão, ferramentas e outras iniciativas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade das universidades. Em resumo, observaram se havia incorporação dos temas meio ambiente e sustentabilidade nos currículos, se havia relatórios sobre meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade social, se participavam de redes universitárias, se tinham cooperação internacional, projetos com associações e ONGS e se participavam de programas ambientais voluntários (León-Fernández; Domínguez-Vilches, 2015).

Os resultados mostraram que as universidades espanholas usam a gestão ambiental e instrumentos de sustentabilidade semelhantes aos utilizados a nível internacional. Há presença de universidades espanholas no *UI GreenMetric* que é um *ranking* internacional anual do desempenho de sustentabilidade das universidades. O número de unidades especificamente dedicadas à gestão ambiental e a sustentabilidade aumentaram em relação aos estudos anteriores. As universidades combinam vários tipos de gestão ambiental e ferramentas de sustentabilidade. No que diz respeito a outras iniciativas ambientais e de sustentabilidade realizadas pelas universidades, há um interesse notável nas atividades de rede organizadas pela *University Commission on Environmental Quality and Sustainable Development*, pertencente à Conferência de Reitores Universitários Espanhóis (León-Fernández; Domínguez-Vilches, 2015).

Eles concluíram que as universidades espanholas estão fazendo um significativo esforço para incorporar a sustentabilidade ambiental em suas atividades e estão avançando na criação dos *campi* sustentáveis. Classificaram as informações disponíveis na internet sobre as iniciativas para sustentabilidade como insuficientes. Os *sites* das universidades, em muitos casos, se concentram nas principais iniciativas, mas não apresentam todas as iniciativas implementadas. Com isso, os autores sugeriram um canal de informação regularmente atualizado para que a comunidade perceba que a universidade está cada vez mais engajada nas questões ambientais (León-Fernández; Domínguez-Vilches, 2015).

Os autores também concluíram que há uma variedade de terminologias usadas para se referir a semelhantes ferramentas e processos e, inversamente, o uso da mesma nomenclatura para se referir a conceitos diferentes. Assim, foram recomendadas a criação de uma estrutura de rede para centralizar as informações, sendo essas informações geradas continuamente, explicando a tipologia dos instrumentos utilizados. Eles notaram que os orçamentos gerais das universidades espanholas não foram decisivos para determinar seu compromisso com a sustentabilidade. Por fim, apontaram que é importante aumentar a

visibilidade dos esforços das universidades espanholas na área de sustentabilidade (León-Fernández; Domínguez-Vilches, 2015).

Albareda-Tiana, Vidal-Raméntol e Fernández-Morilla (2018) exploraram os princípios vinculados ao ODS e as práticas de ensino e aprendizagem em sustentabilidade na *International University of Catalunha*. O estudo possui natureza descritiva e empírica, com abordagem mista, quantitativa e qualitativa, para coleta de dados, em que os indicadores relacionados aos ODS encontrados no currículo da Universidade foram medidos, combinado com entrevistas semiestruturadas com os reitores de diferentes faculdades, que foram analisadas usando Atlas.ti (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Os resultados da análise quantitativa, indicaram as palavras-chave relacionadas com os ODS nos relatórios de cursos de graduação de oito faculdades da universidade. Em relação ao ODS 5: Igualdade de gênero, é mencionado apenas uma vez. A promoção de princípios e valores éticos, dificilmente aparece nos relatórios de graduação da Universidade e só foi encontrado em Direito, Ciência Política, Ciências Humanas e Jornalismo (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

No que se refere a proteção e uso sustentável dos recursos naturais necessários à vida, degradação ambiental, uso responsável da água, biodiversidade e conservação, cuidado com a natureza e proteção do meio ambiente em geral, praticamente não foi mencionado nos relatórios de graduação. Esses tópicos são relacionados ao ODS 6: Água potável e Saneamento, ODS 7: Energia Limpa e Acessível e ODS 14: Vida abaixo da Água. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Não foram encontrados, em nenhum dos programas de graduação, competências relacionadas ao ODS 13: Ação contra a mudança global do clima e ao ODS 1: Erradicação da pobreza. Em relação ao ODS 4, que inclui compreensão intercultural, paz e segurança, educação intercultural e educação inclusiva, é pouco trabalhado nos cursos e não aparece em Administração de Empresas, Odontologia, Medicina, Comunicação Audiovisual e Jornalismo (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Os resultados da análise qualitativa, após a transcrição das entrevistas com docentes, mostraram que o corpo docente percebe claramente a relação entre a missão da universidade e a educação para a Sustentabilidade. A educação para a Sustentabilidade apareceu 17 vezes na análise das entrevistas, dessas em nove a educação para a Sustentabilidade está diretamente ligada à missão da Universidade. O fato de que a

universidade deve promover maior justiça social é mencionado três vezes e, em quatro, o corpo docente afirma que a universidade é responsável pelo futuro do planeta. As entrevistas apontaram que informação da missão da Universidade de promover educação para a Sustentabilidade não está refletida nos relatórios de graduação (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Com relação às estratégias pedagógicas utilizadas, ou que poderiam ser utilizadas, na educação para a sustentabilidade, há uma variedade de atividades e abordagens apontadas nas entrevistas. A maioria apontou que a melhor estratégia de educação para a sustentabilidade está ligada a uma visão holística. Houve apenas um caso em que um entrevistado afirmou que a melhor estratégia metodológica seria aplicação de aula tradicional (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Em relação aos desafios e oportunidades na educação para a sustentabilidade, a maioria considera que a temática é uma oportunidade educacional para estudantes universitários (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

As conclusões foram que a Universidade, como instituição educacional comprometida com o respeito à pessoa humana e com a promoção e defesa dos direitos humanos, deve promover uma cultura da sustentabilidade, que contribua para a integralidade do desenvolvimento humano. Para isso é necessário incorporar a educação para a sustentabilidade e os ODS no currículo dos cursos universitários (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Depois de revisar os relatórios de graduação da universidade, observou-se uma falta de consistência com a missão da universidade. São necessárias modificações curriculares e uma nova aprovação ministerial dos relatórios de graduação. Para implementar a educação para a sustentabilidade, deficiências relacionadas a valores humanos e abordagens conceituais reducionistas precisam ser superadas. Estratégias metodológicas holísticas seriam as mais adequadas. Por fim, concluem que educação para a sustentabilidade e implementação dos ODS no ensino superior pode ser uma oportunidade para o estabelecimento de integração entre a universidade, cursos e a sociedade (Albareda-Tiana; Vidal-Raméntol; Fernández-Morilla, 2018).

Kanashiro *et al*. (2020) avaliaram os principais fatores que contribuem para o ensino e aprendizagem sobre *Sustainability in Management Education (SiME)*. Os autores adotaram o modelo de aprendizagem *Presage – Process – Product* (*3P de Biggs*) que é uma ferramenta para a compreensão das relações entre as percepções dos alunos sobre o ambiente de ensino e aprendizagem. A questão que guiou a pesquisa foi: Como

as experiências dos professores, experiências dos alunos e abordagens de aprendizagem influenciam os resultados de aprendizagem de sustentabilidade? (Kanashiro *et al*., 2020).

O estudo de Kanashiro *et al*. (2020) forneceu uma visão geral dos artigos de periódicos publicados entre 2002 e 2017, que representa três anos anteriores e três anos após a declaração da ONU para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Os artigos foram obtidos pelo *Google Scholar* com as seguintes palavras-chave: *sustainability education, learning in sustainability e assurance of learning in sustainability.* O estudo propositalmente não incluiu as palavras relacionadas, *corporate social responsibility* e *business ethics*, para capturar literatura específica sobre sustentabilidade. A amostra incluiu 46 artigos e foi limitada em artigos de revistas especializadas em sustentabilidade, educação gerencial ou que tivessem uma edição especial sobre sustentabilidade (Kanashiro *et al*., 2020).

Os resultados apontaram que no contexto do SiME, o modelo 3P de *Biggs* mostra como o ambiente de ensino e a experiência dos alunos influenciam nas abordagens dos alunos para a aprendizagem, que pode variar desde a aprendizagem superficial até a aprendizagem profunda e resultar em vários resultados de aprendizagem (Kanashiro *et al*., 2020).

Uma das principais conclusões é que os professores devem considerar "fazer o que falam" sobre sustentabilidade e, portanto, eles devem adotar práticas e comportamentos pessoais alinhados com os valores de sustentabilidade ensinados em sala de aula. Os alunos são mais propensos a ter um aprendizado profundo se puderem fazer conexões pessoais com os tópicos aprendidos em aula. Além disso, os professores também podem utilizar várias abordagens pedagógicas de aprendizagem para abordar a complexidade da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Os alunos podem se envolver em dramatizações, simulações e aplicações práticas em organizações comunitárias enquanto avaliam as possibilidades e limites das organizações que abordam os desafios da sustentabilidade (Kanashiro *et al*., 2020).

Kyriakopoulos e Asonitou (2020) exploraram as dimensões subjacentes do comportamento ambiental e examinaram como a Educação Ambiental e a Sensibilidade Ecológica motivam o comportamento ambiental de alunos de Administração de Empresas e Contabilidade. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário durante o segundo semestre de 2019, formando uma amostra de 190 alunos oriundos dos departamentos de Administração de Empresas, Contabilidade e Finanças na *University of West Attica*, Grécia. O questionário consistia em quatro seções sobre Comportamento

Ambiental (seção A), Educação Ambiental (seção B), Sensibilidade Ecológica (seção C) e a Demografia (seção D). Os autores realizaram análise dos dados por meio de estatística, usando SPSS e Microsoft Excel (Kyriakopoulos; Asonitou, 2020).

Os resultados demonstraram que dentre os entrevistados, 78% tinham residência permanente em área urbana. Em relação ao comportamento ambientalmente responsável na seção A, a maioria recicla papel e alumínio e separa seus resíduos para reciclagem. Cerca de 43% limitam o uso do carro, optando por utilizar transporte público e 38% deles buscam por informações sobre problemas ambientais. Além disso, 70% não doam dinheiro para organizações ambientais. Os dados obtidos foram estruturados em quatro fatores: Fator 1 - se os entrevistados buscam e leem informações relacionadas as questões ambientais; Fator 2 - se eles reciclam; Fator 3 - se consomem produtos verdes e Fator 4 - se possuem participação ativa na proteção do meio ambiente (Kyriakopoulos; Asonitou, 2020).

Em relação a Educação Ambiental na seção B, os alunos responderam que tiveram Educação Ambiental moderada. Os autores perceberam que os respondentes da Contabilidade e departamento financeiro relataram ter um nível de Educação Ambiental mais alto do que os alunos de Administração. A maioria dos entrevistados, cerca de 82%, considerou a integração de mais cursos ambientais em seus currículos. Os estudantes de administração tinham um desejo mais forte de integrar mais cursos ambientais do que os alunos de Contabilidade e Finanças, embora essa diferença não fosse estatisticamente significativa. Além disso, havia um desejo intenso entre os entrevistados de enriquecer seus conhecimentos sobre questões ambientais e desenvolver ainda mais sua consciência (Kyriakopoulos; Asonitou, 2020).

No que diz respeito à adequação dos métodos de Educação Ambiental, o melhor método na percepção dos alunos são os estudos de caso, e os métodos que eles menos apreciam são dramatização e palestras. Em relação a sensibilidade ecológica, os resultados revelaram que os entrevistados não estavam totalmente comprometidos com a consciência ecológica. Os resultados do estudo também apontaram para a importância de introduzir Educação Ambiental no currículo de negócios e contabilidade, porque ajuda a moldar a Sensibilidade Ecológica e consciência ambiental. Os autores concluíram que os professores de negócios e contabilidade devem fornecer aos alunos mais “aprendizagem transformativa” do que “aprendizagem teórica” (Kyriakopoulos; Asonitou, 2020).

Singh e Segatto (2020) analisaram os principais desafios enfrentados por duas escolas de negócios e uma IES na implementação da Educação para Sustentabilidade.

Além disso, procuraram identificar elementos que contribuem para minimizar ou eliminar barreiras enfrentadas por essas instituições quando implementada a Educação para Sustentabilidade. As escolas de negócios analisadas foram a Faculdade de Administração e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade Estadual Paulista (FEA-RP/USP) e a Universidade Metodista de São Paulo (Singh; Segatto, 2020).

O estudo teve abordagem qualitativa e natureza descritiva, com estudo de multicasos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com os indivíduos responsáveis pelo processo da Educação para Sustentabilidade nas instituições estudadas e a análise dos dados foi feita pela técnica de análise de conteúdo (Singh; Segatto, 2020).

Os resultados do estudo mostraram que em relação a FAGEN, a instituição iniciou o seu processo de implementação da educação para a sustentabilidade formalmente em 2014, quando a escola se tornou signatária do PRME. Até então, a educação para a sustentabilidade se dava apenas nas atividades de pesquisa e extensão. A FAGEN não possuía disciplinas obrigatórias que contemplem a sustentabilidade, mas conseguiram inserir algumas disciplinas opcionais (Singh; Segatto, 2020).

Na FAGEN, uma das principais barreiras para ensino da sustentabilidade é que não há adesão do professor para o tema, isto é, há falta de envolvimento e interesse por parte dos educadores. Também há falta de compreensão dos funcionários de escolas de negócios sobre o conceito de sustentabilidade. Para alguns funcionários a inserção do tema na estrutura curricular do curso é uma tentativa de "facilitar o curso". Outra barreira consiste nas metodologias de ensino, em que as disciplinas ainda são muito técnicas e não ocorrem de forma interdisciplinar. E por último o orçamento é uma barreira para orientar iniciativas para a sustentabilidade (Singh; Segatto, 2020).

Em relação a FEA-RP/USP, ainda que a preocupação com a educação para a sustentabilidade tenha sido formalizada com a filiação ao PRME em 2012, as iniciativas de educação para a sustentabilidade foram identificadas antes dessa data. Houve a preocupação dos professores de inserir o tema no ensino e na pesquisa. Um dos principais desafios enfrentados pela escola de negócios é a identificação de demandas das partes interessadas sobre o perfil profissional que esperam formar nas IES e escolas de negócios. Também há falta de envolvimento dos alunos nas práticas de Educação para Sustentabilidade. No que diz respeito às metodologias de ensino voltadas para sustentabilidade, as disciplinas não são desenvolvidas, na maioria dos casos, de forma interdisciplinar, tendo ausência de um ensino mais adequado as metodologias de

Educação para Sustentabilidade. Além disso, há falta de conhecimento dos professores sobre como desenvolver disciplinas relacionadas com sustentabilidade (Singh; Segatto, 2020).

Em relação a Universidade Metodista de São Paulo, a implantação e institucionalização da educação para a sustentabilidade teve início em 2008, quando o IPP foi reformulado, com a inserção da sustentabilidade como um dos valores da universidade. Dentre as práticas de Educação para Sustentabilidade desenvolvidas, a inserção da temática no currículo se deu de forma transversal e não apenas em uma ou mais disciplinas. Um dos desafios identificados na implementação da educação para a sustentabilidade na universidade consiste na resistência de alguns professores em mudar a forma de ensinar e discutir as questões de sustentabilidade (Singh; Segatto, 2020).

A conclusão foi que a educação para a sustentabilidade se mostra necessária para formar líderes empresariais preocupados com as questões de sustentabilidade. As instituições educacionais são importantes catalisadoras no processo de desenvolvimento desses líderes (Singh; Segatto, 2020).

Zhang *et al*. (2020) estudaram sobre a determinação do estado atual de implementação e eficácia da educação para o Desenvolvimento Sustentável em IES do Paquistão, através das percepções sobre a sustentabilidade de alunos e professores. Na coleta de dados, foram selecionadas, aleatoriamente, as três maiores cidades de *Punjab*, Paquistão, as quais foram *Lahore, Faisalabad* e *Rawalpindi*, onde foram escolhidas duas universidades públicas e duas privadas em cada cidade. A pesquisa foi realizada por meio de questionários semiestruturados com 1.915 alunos dos cursos de Ciências Sociais, Ciências Agrícolas e Biológicas e Ciências Físicas e com 120 professores, 60 de universidades públicas e 60 de privadas. As entrevistas foram feitas durante o semestre de inverno de 2018–2019 (Zhang *et al*., 2020).

Os resultados revelaram que a ocorrência de educação para a sustentabilidade em IES do Paquistão é geralmente baixo e há um espaço considerável para melhorias. Há evidências do uso de abordagem holística na educação para a sustentabilidade, mas o conhecimento dos professores sobre a sustentabilidade nessas IES é muito baixo. Essas descobertas indicam que a educação para a sustentabilidade, bem como, o conhecimento dos professores sobre o tema pode ser ainda mais baixo nas escolas primárias e secundárias do Paquistão (Zhang *et al*., 2020).

Os resultados também revelaram que os alunos de pós-graduação se beneficiam mais da Educação para Sustentabilidade. Isso requer atenção, devendo haver maior

integração do tema Educação para Sustentabilidade em cursos de graduação das IES paquistanesas. Os autores concluíram que é necessário ter mais atenção na implementação da Educação para Sustentabilidade para alunos de graduação em IES do Paquistão (Zhang *et al*., 2020).

2.5.3 Pesquisas nacionais sobre Educação para Sustentabilidade na área de Gestão e Contabilidade

Feil, Strasburg e Naime (2015) buscaram identificar quais as práticas de gestão ambiental utilizadas nas IES brasileiras e se existem fatores que influenciam a implantação dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). O estudo tem abordagem quantitativa, sendo feita pesquisa documental secundária com dados publicados em anais, revistas científicas, livros e portal da *Scientific Electronic Library* (SciELO) (Feil; Strasburg; Naime, 2015).

Os dados coletados, abordaram 34 estudos científicos, abrangendo 23 IES, publicados de 2001 a 2012. Estes dados foram analisados através da meta-análise, com uso de estatística descritiva e a correlação de *Spearman*. Na análise da estatística descritiva, foi apontado que a maioria das IES possuem uma gestão de resíduos. A análise do ano de implantação da gestão de resíduos apresentou centralização média no ano de 2001. A análise do *ranking* 2012 das IES mostrou que cada uma das IES incluídas no estudo, cada uma delas em sua categoria, enquadram-se nas 184 melhores IES do país, e estas apresentaram algum estudo referente à área da gestão ambiental. As IES analisadas também apresentam melhor desempenho educacional. As IES apresentaram variabilidade muito alta do número de graduações e especializações, já os mestrados e os doutorados, apresentaram menor variabilidade por IES de quantidade de cursos, mas quase todas as IES analisadas apresentaram um curso na área ambiental (Feil; Strasburg; Naime, 2015).

No que diz respeito a análise da correlação de *Spearman*, foi identificada uma moderada correlação positiva entre o doutorado e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) contínuo das IES, o que significa que quanto maior o número de doutorados na área ambiental melhor será o desempenho do IGC da IES. E a correlação entre o mestrado e a graduação, indica que quanto maior o número de graduações na área ambiental, maior será o número de mestrados na área ambiental nas IES que possuem estudos científicos publicados na área de gestão ambiental e que implantaram uma gestão

ambiental. As IES federais possuem maior quantidade de doutorados na área ambiental em relação às IES privadas (Feil; Strasburg; Naime, 2015).

Os autores concluíram que as IES possuem gestão de resíduos e não houve variáveis que justificasse a implantação da gestão de resíduos. Eles ressaltaram que a gestão de resíduos pode ter sido motivada por legislações ou pela conferência Rio 92 (Feil; Strasburg; Naime, 2015).

Cavalcante *et al*. (2017) analisaram o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis em relação a tópicos correlatos à Contabilidade Ambiental. A pesquisa tem natureza descritiva, com abordagem quantitativa, sendo feito um levantamento *Survey* (Cavalcante *et al*., 2017).

A amostra investigada, foi determinada considerando as IES, presentes na cidade de Maceió (AL), que oferecem o curso de Ciências Contábeis e obtiveram aprovação no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante (ENADE) no ano de 2014. O total de respondentes foi de 165 discentes e a coleta de dados foi feita com a aplicação de questionário (Cavalcante *et al*., 2017).

Os resultados evidenciaram que o nível de conhecimento dos discentes a respeito dos tópicos correlatos à contabilidade ambiental é baixo, sendo que apenas 13% dos discentes informaram já ter cursado alguma disciplina voltada à Educação Ambiental. Em relação ao conhecimento sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social (NBC T15), 53,3% dos discentes informaram que possuem conhecimento fraco. Quanto à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, 41,8% informaram que têm conhecimento intermediário; 58,2% consideraram importante o fato de empresas desenvolverem e divulgarem ações socioambientais; e 51,5% destacaram que o Desenvolvimento Sustentável é um tema muito importante a ser considerado na formação acadêmica (Cavalcante *et al*., 2017).

Os autores concluíram que os cursos de graduação em Ciências Contábeis não preparam de fato os estudantes para atuarem frente às demandas relativas ao meio ambiente e a sustentabilidade. Também concluíram que contabilidade ambiental, gestão ambiental, auditoria ambiental e sustentabilidade são temas pouco tratados pelos docentes em sala de aula (Cavalcante *et al*., 2017).

Rohrich e Takahashi (2019) investigaram a produção sobre a Sustentabilidade Ambiental em IES, compreendendo o período de 2006 a 2015, por ser esse um marco nas pesquisas que tratam de sustentabilidade em IES no Brasil. O estudo tem natureza descritiva, abordagem quantitativa, por meio de análise bibliométrica. A busca pelos

artigos foi realizada nos periódicos associados ao Encontro Internacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) e foi feita busca no *site* de periódicos da CAPES. A seleção dos artigos abrangeu as palavras-chave: sustentabilidade, gestão ambiental, Instituição de Ensino Superior e universidade. No total, foram selecionados 27 artigos em 15 periódicos diferentes (Rohrich; Takahashi, 2019).

Os autores verificaram que não existe nacionalmente uma publicação específica para a temática, como o *International Journal of Sustainability in Higher Education*. A Revista Gestão Universitária na América Latina é a que tem apresentado maior predisposição para publicações envolvendo essa temática. Dentre os periódicos associados ao ENGEMA, as publicações estão presentes em maior número na Revista de Gestão Social e Ambiental. A distribuição anual dos artigos se tornou mais representativa a partir de 2010, quando mais periódicos começaram a publicar trabalhos sobre sustentabilidade em IES. Sobre a distribuição dos artigos por abordagem de pesquisa, a maior parte dos trabalhos é de natureza teórica-empírica, relatando estudos de casos e levantamentos de IES para conhecer as suas práticas de sustentabilidade ambiental. As pesquisas foram desenvolvidas por oitenta e nove autores e não há pesquisas individuais (Rohrich; Takahashi, 2019).

Os autores concluíram que a evolução do aprendizado acadêmico obtido pela experiência dos pesquisadores vem trazendo um amadurecimento nos trabalhos, que já apresentam um histórico de pesquisas, conceitos e resultados que estão sendo agregados ao longo do tempo, construindo-se assim o conhecimento na área (Rohrich; Takahashi, 2019).

Marques, Santos e Aragão (2020) analisaram as atividades acadêmicas, nos eixos ensino, pesquisa e extensão de uma IES, a Universidade Federal do Ceará (UFC), visando identificar de que forma o planejamento estratégico pode contribuir para o alcance dos ODS. O estudo pode ser definido como uma pesquisa exploratória e descritiva, tratando-se de uma pesquisa de natureza, predominantemente, qualitativa com breves exposições quantitativas (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Os autores verificaram os componentes curriculares, projetos de pesquisa e ações de extensão, em busca de indícios de sustentabilidade, dimensionando-os quanto às perspectivas ambiental, econômica e social para apontar melhorias para o alinhamento entre planejamento e sustentabilidade nas IES. Os autores utilizaram as técnicas bibliográfica e documental e fizeram análise de conteúdo (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Os resultados mostraram no que tange as perspectivas dos ODS no eixo ensino da UFC que os cursos de graduação trabalham bem mais a perspectiva social, seguida da perspectiva econômica e, numa proporção bem menor, da perspectiva ambiental, embora se considere a presença dos novos cursos de Economia Ecológica, Engenharia Ambiental e Engenharia de Energias Renováveis. Os cursos de pós-graduação, por sua vez, apresentam uma proposta de componentes, razoavelmente equilibrada, nessas perspectivas de atuação (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Quanto as perspectivas dos ODS no eixo Pesquisa da UFC, foram verificados 792 projetos de pesquisa, constantes no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC). Todos os títulos destes projetos foram verificados com o objetivo de identificar temas previstos nos ODS. Os temas como Gestão Ambiental e Direitos Humanos que predominavam entre os componentes curriculares do eixo ensino, quase não aparecem na relação de projetos PIBIC e a dimensão social foi dominante nos projetos de pesquisa, seguida pela dimensão econômica e, em menor expressão pela dimensão ambiental (Marques; Santos; Aragão, 2020).

Quanto às perspectivas dos ODS no eixo Extensão da UFC, assim como acontece nos eixos ensino e pesquisa, as ações que envolvem o tema Saúde apresenta um significativo volume nas ações de extensão. Quanto a abordagem do PDI da UFC (2018-2022), foi notado um esforço significativo da UFC, pelo menos a nível de planejamento, para alinhar seus objetivos e metas às emergentes questões ligadas à sustentabilidade (Marques; Santos; Aragão, 2020).

A pesquisa revelou uma IES em evolução, mas estruturada e comprometida com as dimensões da sustentabilidade, um planejamento conscientemente sustentável e atividades acadêmicas alicerçadas em aspectos tecnológicos, inovadores e com tendência à flexibilização. Os autores sugeriram a implementação de um sistema de avaliação que utilize indicadores de sustentabilidade, apontando a metodologia do *Sustainability Balanced Scorecard* como referência (Marques; Santos; Aragão, 2020).

2.6 Estruturas normativas relativas à Educação para Sustentabilidade no ensino superior

As diversas conferências e iniciativas ambientais contribuíram para que organizações oficiais, governos e órgãos internacionais reconhecessem o papel da Educação Ambiental no Desenvolvimento Sustentável.

Dentre as esferas que atuam para a Educação Ambiental, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada da ONU com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946, que atua através da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros que atualmente totalizam 193 países (MEC, 2021a).

A UNESCO juntamente com o Ministério da Educação (MEC) têm como intuito comum a promoção de iniciativas, visando o desenvolvimento da educação, incentivando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, conforme previsto no ODS nº 4 (MEC, 2021a).

Outra entidade da ONU e que coopera para a Educação Ambiental é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o qual é a principal autoridade ambiental global defensora do meio ambiente no mundo (Nações Unidas, 2021b).

A ONU, considerando que a educação é um elemento chave para promoção do Desenvolvimento Sustentável nas comunidades, desenvolveu propostas para educação, dentre elas a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Como citado anteriormente, a ONU definiu o período de 2005 a 2014 como sendo a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, cabendo a UNESCO a responsabilidade pela implementação da iniciativa. (UNESCO, 2005). No documento relativo à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável constam áreas importantes para a educação, valores, características, visão, objetivos e estratégias para o Desenvolvimento Sustentável, informações que estão apresentadas, de forma resumida, no Quadro 1.

Quadro 1: Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Categoria	**Descrição**	**Fonte**
Áreas importantes	Estes três elementos do desenvolvimento sustentável, dão forma e conteúdo ao aprendizado sustentável.	(UNESCO, 2005, p-38-39)
Sociedade	A compreensão das instituições sociais e do papel que desempenham na mudança e no desenvolvimento, assim como nos sistemas democráticos e participativos que dão a oportunidade de expressar opiniões, eleger governos, criar consensos e resolver controvérsias.	(UNESCO, 2005, p-38-39)
Meio ambiente	Consciência dos recursos e da fragilidade do meio ambiente físico e dos efeitos das atividades e decisões humanas sobre o meio ambiente, com o compromisso de incluir as questões ambientais na elaboração das políticas sociais e econômicas.	(UNESCO, 2005, p-38-39)
Economia	Consciência em relação aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seus impactos na sociedade e no meio ambiente, com o compromisso de reduzir os níveis	(UNESCO, 2005, p-38-39)

	de consumo individual e coletivo, em relação à preocupação com o meio ambiente e a justiça social.	
Os valores fundamentais		
V1	Respeito pela dignidade e pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e compromisso com justiça social e econômica para todos.	(UNESCO, 2005, p-42-43)
V2	Respeito pelos direitos humanos das gerações futuras e o compromisso em relação à responsabilidade intergeracional.	(UNESCO, 2005, p-42-43)
V3	Respeito e cuidado pela grande comunidade da vida em toda a sua diversidade, que inclui proteção e restauração dos ecossistemas da Terra.	(UNESCO, 2005, p-42-43)
V4	Respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar local e globalmente uma cultura de tolerância, de não-violência e de paz.	(UNESCO, 2005, p-42-43)
Características		
Ser interdisciplinar e holística	Aprendizado voltado para o desenvolvimento sustentável como parte integrante do currículo como um todo, não como uma matéria separada.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Ter valores direcionados	É imprescindível que as normas assumidas – os valores e princípios compartilhados – que sirvam de base para o desenvolvimento sustentável – sejam explícitas de modo que possam ser analisadas, debatidas, testadas e aplicadas.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Favorecer o pensamento crítico e as soluções de problemas:	Que gere confiança para enfrentar os dilemas e desafios em relação ao desenvolvimento sustentável.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Recorrer a múltiplos métodos	Palavra, arte, teatro, debate, experiência, pedagogias diferentes que deem forma aos processos. É preciso passar do ensino destinado unicamente a transmitir conhecimento para um enfoque em que professores e alunos trabalhem juntos para adquirir conhecimentos e transformar o espírito das instituições educacionais do entorno.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Participar do processo de tomada de decisões	Alunos participam das decisões relativas ao modo como devem aprender.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Ser aplicável	As experiências de aprendizagem oferecidas estão integradas no cotidiano tanto pessoal quanto profissional.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Ser localmente relevante	Tratar as questões locais assim como as globais, usando a linguagem que os alunos usam mais comumente. Conceitos relacionados com o desenvolvimento sustentável devem ser cuidadosamente traduzidos em outras línguas – linguagem e culturas dizem coisas de forma diferente, e cada linguagem inventa meios de expressar novos conceitos.	(UNESCO, 2005, p-46-47)
Visão	A visão da educação para o desenvolvimento sustentável é a de um mundo onde todos tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e de aprender os valores, comportamento e estilos de vida requeridos para o desenvolvimento sustentável e para uma transformação social positiva.	(UNESCO, 2005, p-65)
Objetivos		
O1	Melhorar o perfil do papel central da educação e da aprendizagem na busca comum pelo desenvolvimento sustentável.	(UNESCO, 2005, p-66)

O2	Facilitar ligações e redes, intercâmbio e interação entre todos os interessados do programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável.	(UNESCO, 2005, p-66)
O3	Fornecer espaço e oportunidades para o refinamento e a promoção do conceito e da transição para o desenvolvimento sustentável – por meio de todas as formas de aprendizagem e de sensibilização dos cidadãos.	(UNESCO, 2005, p-66)
O4	Incentivar o aumento da qualidade de ensino e aprendizagem na educação a serviço do desenvolvimento sustentável.	(UNESCO, 2005, p-66)
O5	Elaborar estratégias em cada nível para fortalecer a capacidade no programa EDS.	(UNESCO, 2005, p-66)
Estratégias		
E1	Atividades de promoção e prospectivas	(UNESCO, 2005, p-72)
E2	Consulta e apropriação no nível local	(UNESCO, 2005, p-72)
E3	Parcerias e redes	(UNESCO, 2005, p-72)
E4	Capacitação e treinamento	(UNESCO, 2005, p-72)
E5	Pesquisa e inovação	(UNESCO, 2005, p-72)
E6	Uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação	(UNESCO, 2005, p-72)
E7	Monitoramento e avaliação	(UNESCO, 2005, p-72)

Fonte: Elaboração própria.

Com as informações apresentadas no Quadro 1, observa-se que a DEDS propicia um conjunto de valores, processos, objetivos e estratégias que caracterizam a aprendizagem em quaisquer circunstâncias.

A partir de 2015, a UNESCO foi encarregada de liderar a Agenda de Educação Global 2030. O roteiro para alcançar as metas é o *Education 2030 Framework for Action* (UNESCO, 2021a).

Todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para educação e metas associadas inclusos na Agenda 2030, estão expostas no Quadro 2.

Quadro 2: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para educação e metas associadas

Objetivo/Meta	**Descrição**	**Fonte**
ODS 2	**Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.**	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
Meta 2.a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
ODS 3	**Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.**	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
Meta 3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, [...]	(Nações Unidas Brasil, 2021a)

ODS 4	**Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.**	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem uma educação primária e secundária gratuita, equitativa e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.2	Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.a	Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.b	Até 2020, expandir consideravelmente no mundo o número de bolsas de estudo disponíveis para países em desenvolvimento, principalmente para os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países africanos, para inscrição na educação superior, incluindo programas de formação profissional e programas de TIC, engenharia, ciências e áreas técnicas, em países desenvolvidos ou outros países em desenvolvimento	(UNESCO, 2021a, p.21)
Meta 4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	(UNESCO, 2021a, p.21)
ODS 9	**Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação**	(Nações Unidas Brasil, 2021a)

Meta 9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
Meta 9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
ODS 13	**Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.**	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
Meta 13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
ODS 14	**Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.**	(Nações Unidas Brasil, 2021a)
Meta 14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos	(Nações Unidas Brasil, 2021a)

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se no Quadro 2 que com os ODS da Agenda 2030 e suas metas associadas, o mundo estabeleceu uma agenda universal de educação mais ambiciosa para o período de 2015 a 2030. Assim, devem ser feitos todos os esforços para garantir que esses objetivos e metas sejam alcançados (UNESCO, 2021a).

Dentro da estrutura normativa sobre aspectos ambientais para IES, no Brasil, existe a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), construída em 1999, conforme Warken, Henn e Rosa (2014). A A3P é um programa de aceitação voluntária para órgãos públicos, no qual as IES públicas se encaixam. A agenda consiste em introduzir critérios ambientais nas atividades, tais como de investimento, de compras e ou de contratação de serviços, bem como na gestão dos resíduos gerados pela instituição, promovendo a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. A adoção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), norteia as instituições para criação de grupos de discussão e promoção de iniciativas que possibilitam atingir sustentabilidade ambiental em suas atividades (Warken; Henn; Rosa, 2014).

Os objetivos, eixos temáticos e as práticas de sustentabilidade da A3P podem ser visualizados no Quadro 3.

Quadro 3: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Categoria	Descrição	Fonte	Tipo (Obrigatório/ Voluntário)
Objetivos	Inspirar novas ações na administração pública e fomentar a troca de experiências entre os diferentes órgãos.	(MMA, 2021)	Voluntário
Eixos Temáticos	A proposta da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, estrutura-se em seis Eixos Temáticos prioritários fundamentados pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos.	(MMA, 2021)	
1	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	(MMA, 2021)	
2	Gestão adequada dos resíduos gerados	(MMA, 2021)	
3	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	(MMA, 2021)	
4	Compras públicas sustentáveis	(MMA, 2021)	
5	Construções sustentáveis	(MMA, 2021)	
6	Sensibilização e capacitação dos servidores	(MMA, 2021)	
Práticas de sustentabilidade		(MMA, 2021)	
1	Uso racional de água	(MMA, 2021)	
2	Uso racional da energia e eficiência energética	(MMA, 2021)	
3	Tecnologia da Informação aplicada à sustentabilidade	(MMA, 2021)	
4	Tecnologia de equipamentos	(MMA, 2021)	
5	Uso racional da madeira	(MMA, 2021)	
6	Gestão de resíduos sólidos	(MMA, 2021)	
7	Uso do papel	(MMA, 2021)	
8	Qualidade de vida dos servidores	(MMA, 2021)	
9	Mobilidade/transporte	(MMA, 2021)	
10	Compras/licitações sustentáveis	(MMA, 2021)	
11	Construções sustentáveis	(MMA, 2021)	

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 3 demonstra que adotar a A3P mostra que a instituição se preocupa em obter eficiência nas atividades públicas ao mesmo tempo que promove a proteção do meio ambiente. A instituição pública que segue as diretrizes da Agenda, preserva a natureza, bem como consegue reduzir seus gastos. A agenda A3P se destina aos órgãos públicos das instâncias federal, estadual e municipal e aos três poderes da República executivo, legislativo e judiciário. Como apresentado no Quadro 3, é uma agenda voluntária, a qual

não existe imposição de norma e não há sanções para quem não segue as suas diretrizes (MMA, 2021).

No Brasil, na estrutura normativa para IES, há também leis que norteiam a Educação Ambiental. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituída como Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, a qual está apresentada no Quadro 4.

Quadro 4: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999

Categoria	Descrição	Fonte
Princípios e valores		
P1	O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.	(Brasil, 1999)
P2	A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.	(Brasil, 1999)
P3	O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade.	(Brasil, 1999)
P4	A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.	(Brasil, 1999)
P5	A garantia de continuidade e permanência do processo educativo.	(Brasil, 1999)
P6	A permanente avaliação crítica do processo educativo;	(Brasil, 1999)
P7	A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.	(Brasil, 1999)
P8	O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.	(Brasil, 1999)
Objetivos fundamentais		
O1	O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.	(Brasil, 1999)
O2	A garantia de democratização das informações ambientais.	(Brasil, 1999)
O3	O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.	(Brasil, 1999)
O4	O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.	(Brasil, 1999)
O5	O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.	(Brasil, 1999)
O6	O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia.	(Brasil, 1999)
O7	O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.	(Brasil, 1999)
Atividades		
Capacitação de recursos humanos.		(Brasil, 1999)
	I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino.	(Brasil, 1999)
	II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas.	(Brasil, 1999)

	III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental.	(Brasil, 1999)
	IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente.	(Brasil, 1999)
	V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.	(Brasil, 1999)
Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações.		(Brasil, 1999)
	I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.	(Brasil, 1999)
	II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental.	(Brasil, 1999)
	III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental.	(Brasil, 1999)
	IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental.	(Brasil, 1999)
	V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo.	(Brasil, 1999)
	VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.	(Brasil, 1999)
Produção e divulgação de material educativo.		(Brasil, 1999)
Acompanhamento e avaliação.		(Brasil, 1999)

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no Quadro 4, os princípios, valores e objetivos da Educação Ambiental provenientes da Lei nº 9.795 é uma legitimação e reforço a educação para a sustentabilidade como prática interdisciplinar. A Educação Ambiental é um elemento fundamental da educação nacional, devendo ser exercida, de forma articulada, em caráter formal e não-formal, em todos as modalidades e níveis do processo educativo (Brasil, 1999).

Dentre os documentos que legitimam a Educação Ambiental, há também, no Brasil, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O Quadro 5 apresenta os princípios, objetivos e atribuições da Educação Ambiental provenientes da resolução.

Quadro 5: Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012

Categoria	Descrição	Fonte
Princípios da Educação Ambiental		
I	Totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente.	(Brasil, 2012, p.3-4)
II	Interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo.	(Brasil, 2012, p.3-4)
III	Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.	(Brasil, 2012, p.3-4)
IV	Vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação.	(Brasil, 2012, p.3-4)

V	Articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais.	(Brasil, 2012, p.3-4)
VI	Respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e plurietnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.	(Brasil, 2012, p.3-4)
Objetivos da Educação Ambiental		
I	Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo.	(Brasil, 2012, p.4)
II	Garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental.	(Brasil, 2012, p.4)
III	Estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental.	(Brasil, 2012, p.4)
IV	Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.	(Brasil, 2012, p.4)
V	Estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável.	(Brasil, 2012, p.4)
VI	Fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental.	(Brasil, 2012, p.4)
VII	Fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade.	(Brasil, 2012, p.4)
VIII	Promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz.	(Brasil, 2012, p.4)
IX	Promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.	(Brasil, 2012, p.4)
A Educação Ambiental nas instituições de ensino deve contemplar:		
I	Abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.	(Brasil, 2012, p.4-5)
II	Abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas.	(Brasil, 2012, p.4-5)
III	Aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual.	(Brasil, 2012, p.4-5)
IV	Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental.	(Brasil, 2012, p.4-5)
V	Estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.	(Brasil, 2012, p.4-5)
Os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem		
I - Estimular:		(Brasil, 2012, p.5-6)

a	Visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia.	(Brasil, 2012, p.5-6)
b	Pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética.	(Brasil, 2012, p.5-6)
c	Reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais.	(Brasil, 2012, p.5-6)
d	Vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat.	(Brasil, 2012, p.5-6)
e	Reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental.	(Brasil, 2012, p.5-6)
f	Uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.	(Brasil, 2012, p.5-6)
II - Contribuir para:		(Brasil, 2012, p.5-6)
a	O reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade.	(Brasil, 2012, p.5-6)
b	a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária	(Brasil, 2012, p.5-6)
c	O estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades.	(Brasil, 2012, p.5-6)
d	A promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades.	(Brasil, 2012, p.5-6)
e	A valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida.	(Brasil, 2012, p.5-6)
f	A construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.	(Brasil, 2012, p.5-6)
III - Promover:		(Brasil, 2012, p.5-6)
a	Observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros.	(Brasil, 2012, p.5-6)
b	Ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública.	(Brasil, 2012, p.5-6)
c	Projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania.	(Brasil, 2012, p.5-6)

d	Experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra.	(Brasil, 2012, p.5-6)
e	Trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.	(Brasil, 2012, p.5-6)

Fonte: Elaboração própria.

Através do Quadro 5, pode-se atentar que a resolução reconhece, em todas as suas modalidades e etapas, a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental. A nomenclatura "ambiental" na Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é utilizado para especificar um tipo de educação, mas consiste em um componente que estrutura e demarca um aspecto político de valores e práticas, conscientizando os atores sociais a efetuar práticas político-pedagógica transformadora, promovendo a ética e a cidadania ambiental (Brasil, 2012).

Ainda dentro das leis que estruturam a Educação Ambiental nas IES, há a Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Os objetivos dessa lei estão apresentados no Quadro 6.

Quadro 6: Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015

Categoria	Descrição	Fonte
Objetivos		
O1	Incentivar mudanças de atitude dos consumidores na escolha de produtos que sejam produzidos com base em processos ecologicamente sustentáveis	(Brasil, 2015)
O2	Estimular a redução do consumo de água, energia e de outros recursos naturais, renováveis e não renováveis, no âmbito residencial e das atividades de produção, de comércio e de serviços	(Brasil, 2015)
O3	Promover a redução do acúmulo de resíduos sólidos, pelo retorno pós-consumo de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil decomposição	(Brasil, 2015)
O4	Estimular a reutilização e a reciclagem dos produtos e embalagens	(Brasil, 2015)
O5	Estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão	(Brasil, 2015)
O6	Promover ampla divulgação do ciclo de vida dos produtos, de técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais e de produção e gestão empresarial	(Brasil, 2015)
O7	Fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis	(Brasil, 2015)
O8	Zelar pelo direito à informação e pelo fomento à rotulagem ambiental	(Brasil, 2015)
O9	Incentivar a certificação ambiental	(Brasil, 2015)

Fonte: Elaboração própria.

Considera-se que o consumo sustentável é o uso dos recursos naturais, proporcionando a qualidade de vida para a geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Brasil, 2015). Levando em conta esse conceito, o Quadro 6 aponta os objetivos da Política de Educação para o Consumo Sustentável, a qual estimula a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.

No que diz respeito aos princípios, específicos para cursos de gestão e contabilidade, em 2006, reitores de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas no mundo elaboraram os Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME), o qual foi recomendado pelos signatários acadêmicos do Pacto Global da ONU (PRME, 2021). Os seis princípios do PMRE, estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7: Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME)

Princípios	**Descrição**	**Tipo (Obrigatório/ Voluntário)**	**Fonte**
Princípio 1 – Propósito	É necessário desenvolver as capacidades dos alunos para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral, bem como trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável. Este princípio sugere as IES a terem práticas de sustentabilidades, ampliando os objetivos das escolas de negócios.	Voluntário	(PRME, 2021)
Princípio 2 – Valores	Incorporar nas atividades acadêmicas e nos currículos os valores da responsabilidade social global. Este princípio procura garantir que valores contidos nos princípios do PRME sejam incorporados nas atividades acadêmicas de forma que capacite executivos, empresários e gestores públicos a construir uma sociedade mais justa, gerando negócios e empresas mais sustentáveis.	Voluntário	(PRME, 2021)
Princípio 3 – Metodologia	Criar estruturas de ensino que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável. Este princípio conduz as IES para adaptação de seus métodos de ensino e estratégias para facilitar a disseminação de práticas de sustentabilidade, através de uma metodologia de ensino diferenciada, que ajude o aluno a entender o seu papel na sociedade e o motive a participar do processo de transformação, desenvolvendo líderes mais preocupados com os valores e ética das relações profissionais.	Voluntário	(PRME, 2021)
Princípio 4 – Pesquisa	Participar de pesquisas conceituais e empíricas para avanço da compreensão sobre o papel, dinâmica e impacto das corporações na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável. Promove a participação em pesquisas científicas relacionadas à sustentabilidade.	Voluntário	(PRME, 2021)

Princípio 5 – Parcerias	Promover a interação com os gestores das corporações para ampliar o conhecimento sobre desafios no cumprimento de responsabilidades sociais e ambientais e explorar abordagens conjuntamente eficazes para enfrentar esses desafios. Esse princípio liga o conhecimento, a pesquisa e a realidade prática. As parcerias pretendem combinar a formação e capacitação das instituições de ensino com as demandas do mercado e da sociedade.	Voluntário	(PRME, 2021)
Princípio 6 – Diálogo	Incentiva o diálogo e o apoio a um debate entre educadores, estudantes, empresas, governos, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados sobre questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e sustentabilidade.	Voluntário	(PRME, 2021)

Fonte: Elaboração própria.

A missão do PRME é mudar, globalmente, o ensino e a pesquisa nas áreas de negócios, promovendo uma conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e desenvolvendo futuros líderes empresariais responsáveis (*United Nations Global Compact*, 2021). Levando em conta os princípios apresentados no Quadro 7, a instituição que integra o PRME exprime a sua convicção de que as IES, podem contribuir para um mercado mais consciente no que se refere a sustentabilidade.

Por último, dentre as estruturas normativas, ressalta-se que em 2023, foram divulgadas as normas IFRS S1 e IFRS S2, que abordam sobre as divulgações relacionadas à sustentabilidade no âmbito dos mercados de capitais. Essas normas foram elaboradas, pelo *International Sustainability Standards Board*. A norma IFRS S1 se refere aos Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 se refere às Divulgações relacionadas ao clima (IFRS, 2023a).

O objetivo da IFRS 1 é exigir que as empresas divulguem informações sobre seus riscos e oportunidades no que se refere à sustentabilidade que sejam úteis para a tomada de decisão dos usuários dos relatórios financeiros (IFRS, 2023a) e, no caso da IFRS 2, tem-se os requisitos gerais para a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relativos ao clima (IFRS, 2023b). As normas estabelecem como as empresas prepararão e relatarão suas divulgações financeiras relativas à sustentabilidade (IFRS, 2023a; IFRS, 2023b).

Levando em conta as exigências dessas normas, é provável que afetem as estruturas curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. Disciplinas relativas à contabilidade ambiental que são ofertadas de forma optativa, no futuro pode ser exigido que sejam oferecidas de forma obrigatória.

3. METODOLOGIA

Considerando o principal objetivo do presente trabalho que é analisar as construções simbólicas ambientais das Instituições de Ensino Superior (IES) federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade, visando a formação de tomadores de decisão mais sustentáveis, foi feito um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando-se dos métodos de pesquisa bibliográfica e documental.

No que diz respeito a natureza do objetivo de pesquisa, classifica-se como exploratória e descritiva (Vergara, 2009), visto que este estudo descreve e explora as construções simbólicas ambientais das IES.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois esse tipo de pesquisa é usado nas Ciências Sociais, identificando elementos da realidade que não podem ser quantificados, ou seja, "ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo *et al*., 2002, p. 21).

A população que integra este estudo é das IES com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis do Brasil e a amostra foi formada pelas IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste.

A região Sudeste é composta de quatro estados, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. É a região mais populosa do Brasil, com aproximadamente 88 milhões de habitantes. Esse número se reverte no maior número de matrículas do país com total de 44,4%, sendo o curso de contabilidade um dos mais procurados em todos os estados do Sudeste (Instituto Semesp, 2020). Assim, a região Sudeste torna-se relevante para o escopo dessa pesquisa.

As IES federais, de acordo com Brasil (2022), no se refere a organização acadêmica, ou seja, entre Universidade, Centro Universitário, Faculdade, IF e Cefet da rede federal, em 2022, houve um total de 82,4% de matrículas em universidades. Em relação a condição de ser presencial ou a distância, em 2022, houve 5.112.663 matrículas em cursos de graduação presencial no total de 9.443.597 matrículas. No que se refere a categoria de serem universidades públicas e privadas, em 2022, havia 119 públicas no

total de 205 (Brasil, 2022). Então, é pertinente analisar IES federais com cursos de graduação presencial, dado os números significativos.

A técnica de coleta de dados foi feita por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente, para a formação da amostra, foi pesquisado, no *site* do MEC (MEC, 2021b), as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste. Detalhadamente, foram realizadas consultas avançadas utilizando os seguintes filtros: Buscar por: Curso de Graduação; Curso: Ciências Contábeis, UF: Espírito Santo/Minas Gerais/Rio de Janeiro/São Paulo; Gratuidade do curso: sim; Modalidade: Presencial e Situação: Em atividade. Assim, a amostra formada se estruturou como apresentado no Quadro 8.

Quadro 8: Construção da amostra

Construção da amostra	**Geral**	**Espírito Santo**	**Minas Gerais**	**Rio de Janeiro**	**São Paulo**
População da pesquisa	572	36	154	87	295
Amostra	18	1	10	6	1

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser visto no Quadro 8, a amostra formada neste trabalho alcançou 12 IES, com 18 cursos de Ciências Contábeis no total. Dado que primeiro foram identificadas as IES federais da região sudeste. Após selecionada as IES, foi verificado em quais *campi* havia cursos de graduação em ciências contábeis presenciais, para obtenção das grades curriculares e dos programas das disciplinas disponibilizadas.

O Quadro 9, apresenta a composição da amostra, demonstrando o estado, a organização acadêmica e a categoria de cada uma delas.

Quadro 9: Composição da amostra

Estado	**N**	**Organização Acadêmica**	**N**	**Categoria Administrativa**	**N**
Espírito Santo	1	Centro	0	Especial	0
Minas Gerais	10	Faculdade	0	Privada com fins lucrativos	0
Rio de Janeiro	6	Instituição Federal de educação, Ciência e Tecnologia	0	Privada sem fins lucrativos	0
São Paulo	1	Universidade	18	Pública Estadual	0
				Pública Federal	18
				Pública Municipal	0
Total de cursos de graduação em Ciências Contábeis	18				

Fonte: Elaboração própria.

Como apresentados no Quadro 9, os 18 cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis, estão elencados no Quando 10, com a informação das respectivas IES.

Quadro 10: Instituições de Ensino Superior

Estado	Campus	Sigla	IES
ES	Campus Goiabeiras	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
MG	Campus Juiz de Fora	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
MG	Campus Governador Valadares	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
MG	Campus Pampulha	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
MG	Campus Tancredo Neves	UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
MG	Campus Santa Mônica/Reitoria	UFU	Universidade Federal de Uberlândia
MG	Campus Pontal	UFU	Universidade Federal de Uberlândia
MG	Campus Viçosa	UFV	Universidade Federal de Viçosa
MG	Campus Rio Paranaíba	UFV	Universidade Federal de Viçosa
MG	Campus do Mucuri	UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
MG	Campus Varginha	UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
RJ	Campus Niterói	UFF	Universidade Federal Fluminense
RJ	Campus Macaé	UFF	Universidade Federal Fluminense
RJ	Campus Volta Redonda	UFF	Universidade Federal Fluminense
RJ	Campus Cidade Universitária	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
RJ	Campus Praia Vermelha	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
RJ	Campus Seropédica	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
SP	Campus Osasco	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

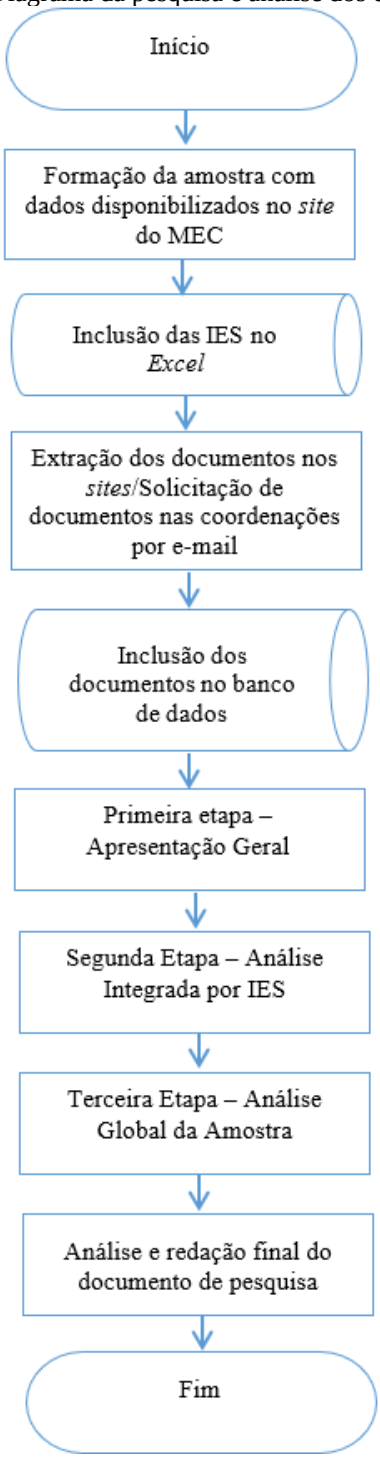
Fonte: Elaboração própria.

Após selecionar os 18 cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis e suas respectivas IES, foi pesquisado os estatutos, os planos de desenvolvimento institucionais, os planos de logística sustentável, os relatórios de sustentabilidade, os planos político-pedagógicos, as matrizes curriculares, os programas das disciplinas e as ementas.

Para garantir a completude das informações, todos os documentos foram extraídos de duas formas: dos *sites* institucionais e foi feito contato com as secretárias ou coordenações de todas as IES, por correio eletrônico, solicitando os documentos mencionados anteriormente, em junho de 2023. Evidencia-se que as referências de todos os documentos se encontram no Apêndice A.

Para melhor entendimento da metodologia empregada no presente trabalho apresenta-se na Figura 3, um diagrama que demonstra os procedimentos adotados.

Figura 3: Diagrama da pesquisa e análise dos documentos



Fonte: Elaboração própria.

Para viabilizar a pesquisa e análise dos documentos, o método de pesquisa foi dividido em três etapas como pode ser observado na Figura 3.

Na primeira etapa foi feita uma apresentação geral dos documentos encontrados. Para isso, foram analisadas as abordagens dos estatutos das IES, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relatórios de sustentabilidade institucionais e

outros relatórios. Assim, foi lido cada documento por completo, focando nas questões socioambientais mencionadas.

Em seguida foram analisados todos os componentes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis presenciais de cada IES.

Dado o volume de informações e limitações dos *sites* dos cursos de graduação em Ciências Contábeis presenciais de cada IES analisada, optou-se por selecionar as disciplinas que constavam no Plano Político Pedagógico (PPP), pois é esperado que as instituições públicas tenham esse documento. Contudo, é possível que um número pequeno de novas disciplinas tenha sido ofertado pelo curso, constasse no *site* e não tenha sido apresentado no PPP. Essas disciplinas, não foram consideradas. Portanto, para ter uma sistematização, tomou-se como base as disciplinas elencadas no PPP. Ressalta-se que quando não foram encontrados o programa e a ementa da disciplina diretamente no PPP, buscou-se obtê-los no próprio *site* do curso.

Evidencia-se que as ementas dos *sites* com códigos diferentes dos códigos apresentados no PPP não foram consideradas.

O PPP da UFRJ está indicado no *site* da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, sendo adotado nos dois *campi* que possuem curso de graduação em Ciências Contábeis – Cidade Universitária e Praia Vermelha

Já no caso da UFF, somente foi encontrado o PPP do campus de Volta Redonda, mas foi possível obter nos *sites* dos cursos dos *campi* de Macaé e Niterói, as matrizes curriculares e as ementas das disciplinas. Portanto, a UFF é uma exceção, uma vez que para a UFF, diferente das demais IES, não foram localizados os PPPs de todos os *campi*.

O processo de seleção das disciplinas foi feito em três etapas. Ao examinar o PPP, primeiro foram levantadas as disciplinas regulares cujo nome indicavam ligação com o tema Educação para Sustentabilidade. Foram procurados os termos “contabilidade ambiental”, “sustentabilidade”, “ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente”, bem como quaisquer derivações similares que remetem à sustentabilidade. Quando encontrado algum desses termos no nome da disciplina, foi feita a verificação da ementa dela. Como já mencionado, para aquelas disciplinas que não havia ementas no PPP, buscou-se no *site* da instituição. Se não existia ementa no PPP e nem no *site*, não foi possível fazer a análise detalhada.

Depois, foi feito a leitura das ementas de todas as demais disciplinas regulares da grade acadêmica contidas no PPP. Quando identificado algum conteúdo ligado a

Educação para Sustentabilidade na ementa, a disciplina regular foi selecionada para análise.

Por último, foi feita a pesquisa das disciplinas ligadas ao grupo de extensão. Quando o nome indicou relação com a temática da Educação para a sustentabilidade e/ou o conteúdo da ementa continha algum tópico relacionado ao tema, a disciplina foi selecionada. Para aquelas que não tinham as ementas no PPP, checou-se a existência das ementas no *site* da instituição. Salvo a UFF, que como dito anteriormente, não apresentou PPPs para todos os *campi*. Se não foram localizadas as ementas nos PPPs e nem nos *sites*, não foi possível fazer a análise detalhada. Ressalta-se que as disciplinas de extensão que indicaram ser EAD não foram selecionadas, dado que se optou por analisar o curso e as disciplinas na modalidade presencial.

Salienta-se que a curricularização da Extensão dentro dos cursos superiores de graduação no Brasil, teve início por meio da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018). Entretanto, foram analisados PPPs anteriores a essa normatização, os quais não elencaram disciplinas de extensão. Exceto, o PPP da UFMG, que embora seja de 2016 contém uma disciplina de iniciação a extensão, que está apresentada em um quadro de disciplinas optativas.

Na segunda etapa foi feita uma análise integrada de todos os documentos dentro de cada IES. Por fim, na terceira etapa foi feita uma análise global, comparando todas as universidades.

Os dados foram organizados com apoio da ferramenta *Excel* e a análise de dados foi feita por meio de análise de conteúdo, uma técnica que, inicialmente, inclui a exploração, a preparação, a categorização do material e organização para o tratamento dos resultados, o que possibilita realizar inferências e interpretações, tornando os dados brutos em informações significativas (Bardin, 2011).

A pesquisa limita-se ao contexto específico das IES públicas federais da região sudeste, portanto não se pode generalizar os resultados. A pesquisa também se limita a uma análise documental, não sendo utilizada nenhuma técnica de observação para verificar a aplicação das ações e práticas descritas nos documentos analisados.

Evidencia-se que há ausência de padrão entre *sites* dos cursos, tendo um volume grande de informações disponibilizadas. Algumas informações, não estavam disponíveis no *site* principal do curso. Sendo assim, procurou-se utilizar a ferramenta de busca do *Google* para procurar alguns documentos.

4. RESULTADOS

Conforme descrito na metodologia foram encontradas 12 IES federais com 18 cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis no total, as quais foram analisadas de forma a revelar suas construções simbólicas ambientais.

4.1 Apresentação geral dos documentos encontrados

A seguir estão demonstrados os resultados obtidos na pesquisa, sendo exposta no Quadro 11 uma apresentação geral dos documentos que cada IES disponibilizou em seus *sites* ou por correio eletrônico.

Quadro 11: Documentos encontrados

Estado	IES		Estatuto	Plano de Desenvolvimento Institucional	Plano de Logística Sustentável	Relatório de Sustentabilidade	Plano Político Pedagógico	Matriz curricular	Programa das disciplinas	Ementas
ES	UFES	Campus Goiabeiras	x	x	x	x	x	x	x	x
MG	UFJF	Campus Juiz de Fora	x	x	x	-	x	x	-	x
		Campus Governador Valadares					x	x	x	x
MG	UFMG	Campus Pampulha	x	x	-	-	x	x	-	x
MG	UFSJ	Campus Tancredo Neves	x	x	x	-	x	x	x	x
MG	UFU	Campus Santa Mônica	x	x	x	-	x	x	x	x
		Campus Pontal					x	x	x	x
MG	UFV	Campus Viçosa	x	x	x	-	x	x	x	x
		Campus Rio Paranaíba					x	x	-	-
MG	UFVJM	Campus do Mucuri	x	x	x	-	x	x	-	x
MG	UNIFAL-MG	Campus Varginha	x	x	x	x	x	x	-	x
RJ	UFF	Campus Volta Redonda	x	x	x	-	x	x	x	x
		Campus Macaé					-	x	-	x
		Campus Niterói					-	x	-	x
RJ	UFRJ	Campus Cidade Universitária	x	x	x	-	x	x	x	x
		Campus Praia Vermelha					x	x	x	x
RJ	UFRRJ	Campus Seropédica	x	x	-	-	x	x	-	x
SP	UNIFESP	Campus Osasco	x	x	x	-	x	x	-	x

Fonte: Elaboração própria.

Como indicado no Quadro 11, expõe-se a seguir os documentos encontrados nas IES nas seções 4.1.1 a 4.1.12.

4.1.1 Universidade Federal do Espírito Santo

A UFES foi fundada em 5 de maio de 1954, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, pesquisa e extensão e de domínio e cultivo do conhecimento humano, de natureza autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Educação. Tem sede em Vitória, capital do estado do Espírito Santo (UFES Estatuto, 2016). A UFES possui quatro *campi* universitários, a citar, o Campus de Goiabeiras e o Campus de Maruípe, ambos localizados em Vitória, o Campus de Alegre e o Campus de São Mateus (UFES PDI, 2021).

A seguir estão apresentados os documentos da UFES, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus de Goiabeiras, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

Em relação as questões sobre a educação para sustentabilidade, o Art. 76. do Estatuto da UFES diz que "A graduação na Universidade será voltada para a busca, produção e socialização de conhecimentos e técnicas, e será utilizada como recurso de educação destinado à formação ética, científica e cultural" (UFES Estatuto, 2016). Observa-se que a universidade evidencia a formação ética que está ligada a educação para a sustentabilidade.

No que tange a extensão, o Estatuto diz que:

> Art. 86. A Universidade, através de suas atividades de extensão, proporcionará ao corpo discente:
> I. oportunidade de participar de programas para melhoria das condições de vida da comunidade e do processo geral de desenvolvimento;
> II. meios para realização de programas científicos, culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
> III. atividades de educação cívica e de desportos, mantendo para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais com o fim de estimular, visando à formação indispensável, a criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (UFES Estatuto, 2016).

Observa-se que as atividades de extensão focam na aprendizagem social, na melhoria das condições de vida da comunidade, além da conscientização dos direitos e deveres de um cidadão e profissional. São, portanto, atividades que promovem o Desenvolvimento Sustentável.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFES foi estabelecido para o período 2021-2030 (UFES PDI, 2021). O documento contém todas as ações acadêmicas e administrativas para o período, sendo pautado em conceitos de sustentabilidade, de inclusão, de cidadania, de práticas saudáveis de gestão e de aperfeiçoamento acadêmico (UFES PDI, 2021).

O PDI da UFES foi construído tendo como base leis, portarias, decretos entre outros documentos, como o Plano Plurianual, o Plano ES 2030, o Plano Nacional da Educação e o Plano Pedagógico Institucional da UFES, com vistas a contribuir no Desenvolvimento Social e econômico, no âmbito regional e nacional (UFES PDI, 2021). Na universidade foram priorizadas ações afirmativas; imagem institucional; infraestrutura e acessibilidade; inovação e responsabilidade social; internacionalização; promoção da saúde, desenvolvimento e valorização das pessoas; sustentabilidade ambiental e econômico-financeira (UFES PDI, 2021).

Em relação ao perfil institucional, a UFES mantém foco no compromisso social, viabilizando desenvolvimento para a sociedade capixaba, promovendo políticas públicas, conforme as questões sociais (UFES PDI, 2021).

A partir do posicionamento estratégico para a educação superior e do ambiente social no qual está inserida, a UFES apresentou sua missão, visão e seus valores para o período de 2021 a 2030, conforme o Quadro 12.

Quadro 12: Missão, visão, valores e princípios da UFES

MISSÃO	Garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a produção de avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, sociais e de inovação, e a promoção dos direitos e da inclusão social.	(p.20)
VISÃO	Ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a inclusão social, a interiorização, a inovação e o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira, em particular do Estado do Espírito Santo.	(p.20)

VALORES	• Compromisso com os interesses e as necessidades da sociedade brasileira, em particular a capixaba; • Interlocução e parceria com a sociedade; • Defesa da universidade pública, gratuita, laica, pluriétnica e socialmente referenciada; • Comprometimento com a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão; • Defesa e respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais de nossa população; • Gestão democrática, transparente, participativa e efetiva; • Compromisso com o coletivo, a pluralidade, a acessibilidade, as ações afirmativas e a democratização do acesso e da permanência estudantil; • Defesa permanente da autonomia universitária; • Garantia da liberdade de ensinar e de aprender; • Atuação calcada em princípios éticos e de sustentabilidade (social, econômica e ambiental).	(p.20 e 21)
PRINCÍPIOS	• Formação com responsabilidade social e profissional; • Formação para uma cidadania autônoma e crítica dos sujeitos, articulada à sociedade; • Ensino voltado para a perspectiva inclusiva, garantindo o pleno direito da pessoa com deficiência de realizar seu percurso formativo; • Ensino como ferramenta de transformação social e de enfrentamento das desigualdades e dos processos discriminatórios; • Ensino com valorização das diversidades socioculturais e com currículo e produção de conhecimento não epistemicidas; • Formação com e para o respeito à diversidade e à pluralidade étnico-racial, de gênero e de sexualidades, e linguística; e • Ensino que se mantenha atualizado e que considere aspectos de inovação e desenvolvimento tecnológico. • Em diálogo com as demandas históricas dos diversos grupos sociais, tais como os povos indígenas e a população do campo, trazer a concepção das licenciaturas intercultural indígena e em Educação do Campo, como boas práticas institucionais a serem fortalecidas e ampliadas.	(p.57)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFES PDI (2021).

O PDI da UFES, no item 3.2.1, elenca 14 princípios para o ensino, que são norteadores das atividades da instituição. Os princípios com foco nas questões socioambientais foram apresentados no Quadro 12. Observa-se que os princípios e valores da UFES estimulam a liberdade, a igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, inclusão, responsabilidade e sustentabilidade.

Das questões socioambientais mencionadas no PDI, é informado que na graduação, a UFES oferece cursos em várias áreas de conhecimento, visando principalmente formar cidadãos com conhecimento, reflexão crítica e com base, científica e tecnológica, sólida para contribuir na transformação da sociedade, através de soluções que promovam o Desenvolvimento Sustentável (UFES PDI, 2021). A instituição reafirma continuamente a sua posição como instituição de ensino na sociedade, no âmbito local e nacional, propiciando a formação ética, científica e cultural dos discentes (UFES PDI, 2021).

Aos discentes de perfil socioeconômico menos favorecido foi informado no PDI que a UFES busca garantir acesso e conclusão do curso, com qualidade de ensino, estabelecendo políticas, ações afirmativas e inclusão social (UFES PDI, 2021).

Na extensão, o processo acadêmico é impulsionado pelas demandas externas e há promoção de troca de experiências na sociedade acadêmica (UFES PDI, 2021). A participação dos discentes na extensão permite a aplicação do conhecimento fornecido, proporcionando o desenvolvimento de soluções para as demandas sociais da comunidade, das empresas e setores do governo. Isto é, a extensão busca formar cidadãos conscientes dos princípios éticos, dos direitos e deveres e da transformação social (UFES PDI, 2021). As atividades devem ter relevância social, com fomento de projetos e programas de extensão que fortaleça a inclusão de estudantes pobres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e quilombolas e Pessoas com Deficiência (PCD) (UFES PDI, 2021).

Em relação a assistência estudantil, a UFES contribui para alimentação, moradia e transporte, propicia ações de caráter psicossocial e inclusão social e democratização de ensino, tenta reduzir a evasão universitária quando ocasionadas por questões socioeconômicas (UFES PDI, 2021).

Especificamente, no que diz respeito à inclusão social, o PDI estabelece diretrizes que reforça o compromisso para acesso, permanência e inclusão de grupos e populações indígenas, quilombolas, negras, mulheres, LGBTQIA+, PCD e população do campo (UFES PDI, 2021).

No âmbito do Ensino, principalmente da graduação, é evidenciado a necessidade de construção de projetos pedagógicos que incluam, numa visão social, práticas pedagógicas e políticas de ensino que são comprometidas com a equidade social e com uma formação profissional humanizada, socialmente referenciada, que não reproduz discriminações de gênero e raça (UFES PDI, 2021). Assim, o projeto pedagógico institucional da UFES, que é a única universidade pública do Espírito Santo, assumiu o compromisso de cumprir sua responsabilidade social e promover uma educação superior para a cidadania, formando profissionais conscientes das suas responsabilidades sociais e profissionais (UFES PDI, 2021).

No âmbito da Pesquisa, as diretrizes gerais para a pesquisa foram a reafirmação de princípios éticos na produção e na divulgação da pesquisa científica (UFES PDI, 2021). Também foi evidenciado o estímulo à produção de conhecimentos nas temáticas étnico-raciais, de gênero, de PCD e de comunidades indígenas e quilombolas, propiciando o compartilhamento de diversos tipos de estudos (UFES PDI, 2021).

No que diz respeito a organização didático-pedagógica da UFES, foi ressaltado que, pouco a pouco, todos os cursos de graduação incluirão em seus currículos o ensino das relações étnico-raciais, dos direitos humanos, da diversidade, dos fundamentos da língua brasileira de sinais e da acessibilidade, contribuindo para a formação profissional e humana, respeitando e valorizando as diferenças (UFES PDI, 2021).

O PDI aponta que em relação ao desenvolvimento institucional, no *ranking* temático do THE, que avalia ensino, pesquisa, citações, internacionalização e transferência de conhecimento para a indústria, a UFES ficou no 20º lugar entre as universidades de nações de economias emergentes. No *ranking* de Impacto para os ODS da ONU ficou em terceiro lugar (UFES PDI, 2021).

No que se refere a gestão de pessoa, o PDI aponta que o servidor docente da UFES deve interagir com a comunidade interna e externa com respeito e ética, promovendo a cidadania e a inclusão social, bem como contribuir para o desenvolvimento humano sustentável (UFES PDI, 2021). Os servidores técnico-administrativos devem se relacionar com a comunidade interna e externa com respeito e ética. Os gestores da UFES devem se relacionar com as comunidades interna e externa com transparência, respeito, ética, promovendo a cidadania e a inclusão social; devem gerir pessoas, recursos materiais e financeiros com responsabilidade e devem promover as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento social, ambiental, entre outros (UFES PDI, 2021).

No que concerne à infraestrutura e acessibilidade, foi ressaltado que o Campus da UFES é cercado por uma área de manguezal mantida sob proteção ambiental (UFES PDI, 2021). As ações de intervenção sobre a infraestrutura são de desenvolver planos e projetos que promovam a sustentabilidade econômica e socioambiental em todos os espaços prediais e urbanos; elaborar projetos para novas tecnologias, incluindo o uso de fontes alternativas de energia; incentivar parcerias para desenvolvimento de ações nas áreas de transporte, segurança pública e meio ambiente e; aprimorar o Plano de Gestão Sustentável das Edificações com política de sustentabilidade (UFES PDI, 2021).

Na gestão da infraestrutura física, assume diretrizes de revitalizar a infraestrutura dos *campi*, modernizando as redes elétricas, de abastecimento de água e saneamento; priorizando os investimentos para tornar as edificações sustentáveis e acessíveis; revisando o plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais. A instituição possui Plano de Gestão da Sustentabilidade da Infraestrutura Física da universidade (UFES PDI, 2021).

Em relação a logística de serviços sustentáveis, a UFES conta com uma grande diversidade de ecossistemas nos *campi*, nas fazendas e nas áreas experimentais, que vão de áreas de manguezais às áreas de mata atlântica (UFES PDI, 2021). No quesito sustentável, leva em consideração todos os aspectos: financeiros, ambientais e sociais. A logística e gestão sustentável são importantes para garantir a excelência no desempenho acadêmico. Por isso repensaram alguns elementos nos *campi* e seu uso sustentável, como o fornecimento da energia elétrica, investindo em placas de energia solar fotovoltaica nos *campi* (UFES PDI, 2021).

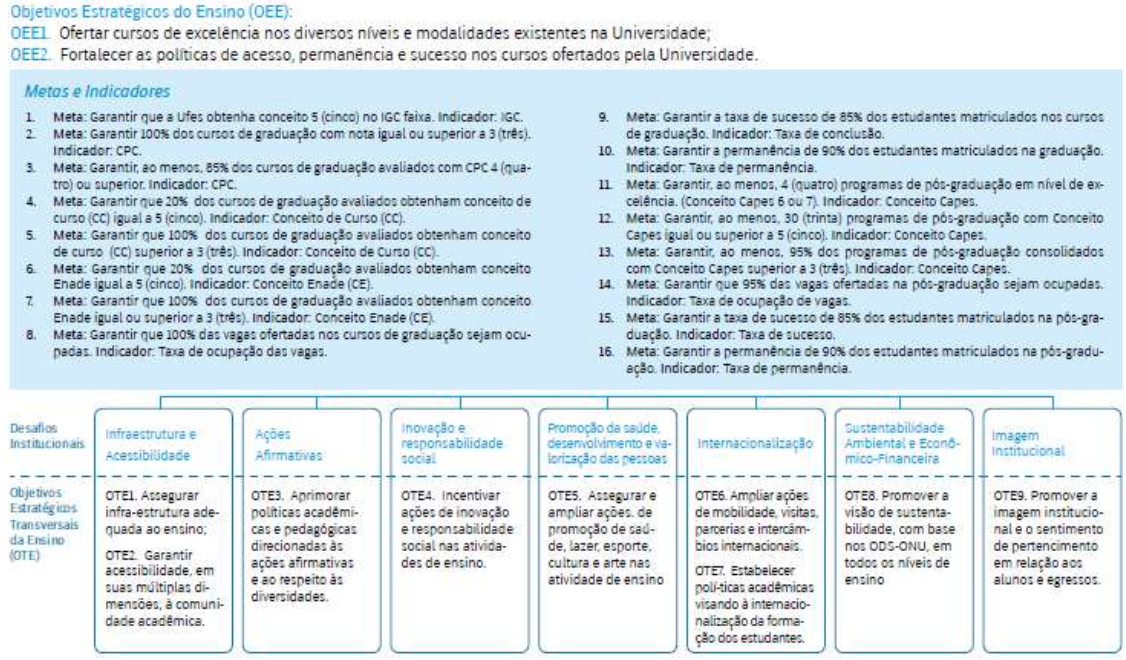
Além disso, a energia elétrica é uma das grandes despesas da universidade, assim também foram adotadas outras medidas de redução de consumo, como campanhas de economia, por meio de desligamento de aparelhos de ar-condicionado e investimentos em adaptação em subestações e entradas de energia dos prédios (UFES PDI, 2021).

A UFES também tem investido no tratamento dos resíduos sólidos e resíduos animais, com o uso da coleta seletiva solidária e da contratação de empresa que trata do esgoto do Campus (UFES PDI, 2021).

Em relação a governança, a UFES busca atuar com transparência, com ética e responsabilidade, equidade e sustentabilidade, tendo em vista a sua missão. Todas as ações de governança são pautadas na Política de Governança da UFES, instituída pela Portaria nº 1.071/2017-R, em que é elencado um conjunto de princípios, diretrizes, mecanismos e responsabilidades, tendo como princípios: liderança; integridade; responsabilidade; compromisso; transparência; legitimidade; equidade; probidade e eficiência (UFES PDI, 2021).

Em relação ao mapa Estratégico Institucional, é destacado que os objetivos estratégicos e desafios institucionais possuem ainda aderência à Agenda 2030 da ONU e aos ODS (UFES PDI, 2021). A Figura 4 expõe as estratégias da UFES no eixo de ensino para 2021 a 2030.

Figura 4: Mapa Estratégico da UFES eixo ensino

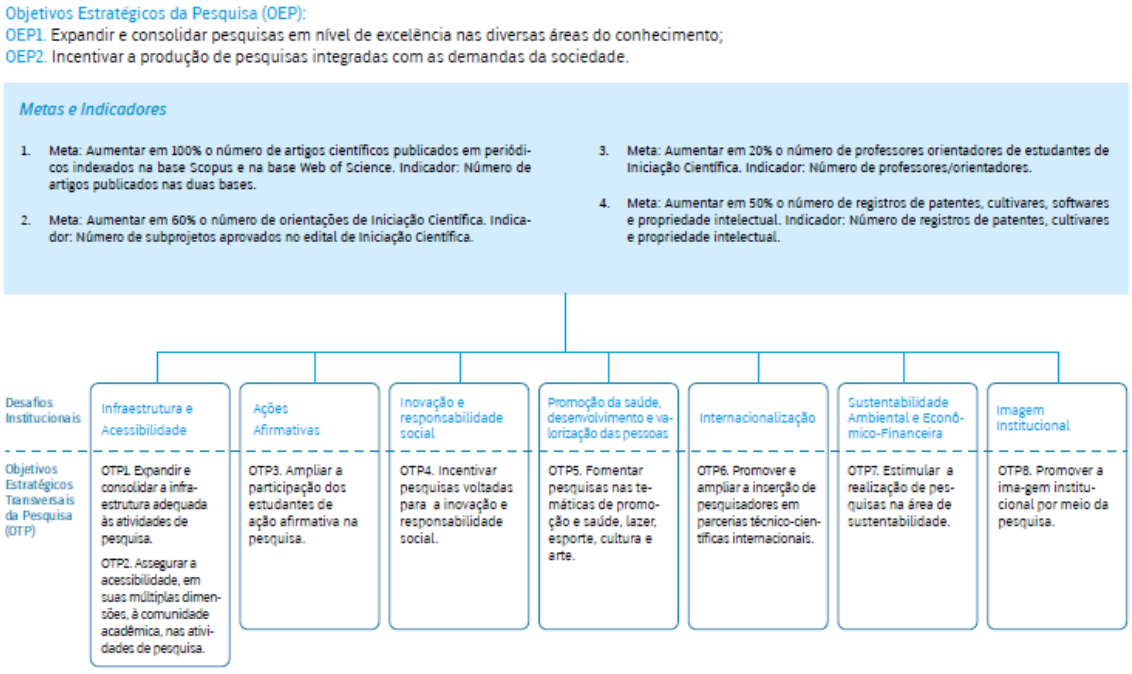


Fonte: UFES PDI (2021, p.110).

Observa-se no Figura 4, que no eixo ensino a UFES, no que se refere a educação para a sustentabilidade, além de buscar assegurar educação de sucesso, isto é, de qualidade, busca propiciar um ensino com vista na sustentabilidade baseado no ODS.

A Figura 5 apresenta as estratégias da UFES no eixo pesquisa para 2021 a 2030.

Figura 5: Mapa Estratégico da UFES eixo pesquisa

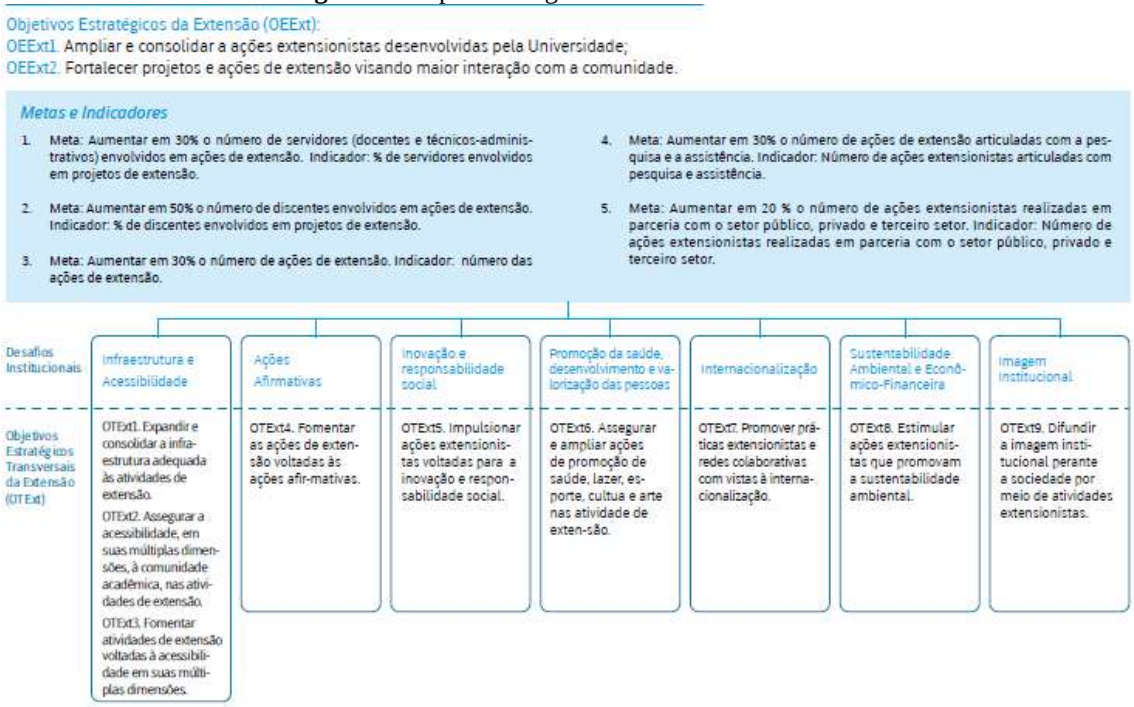


Fonte: UFES PDI (2021, p.111).

Como pode ser observado na Figura 5, no eixo pesquisa a UFES busca incentivar pesquisas dentro tema sustentabilidade.

A Figura 6 exibe as estratégias da UFES no eixo extensão para 2021 a 2030.

Figura 6: Mapa Estratégico da UFES eixo extensão

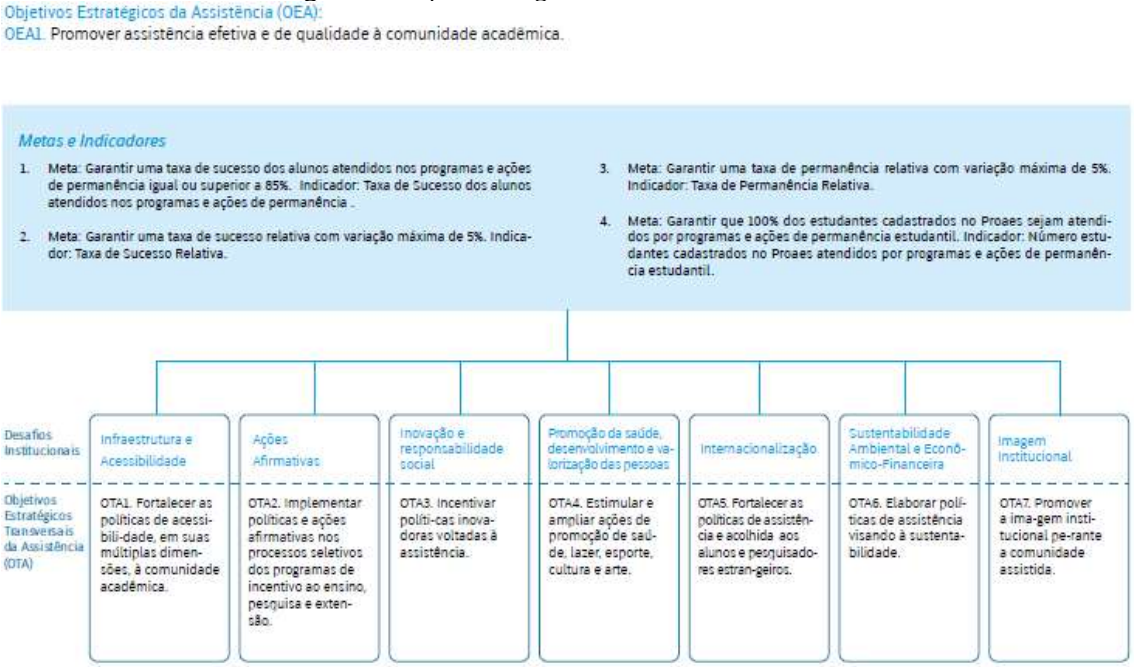


Fonte: UFES PDI (2021, p.112).

Como pode ser visto Figura 6, a UFES, no que diz respeito a educação para a sustentabilidade, busca fortalecer suas iniciativas de extensão para interagir mais com a sociedade, procurando incentivar ações que possibilitam a sustentabilidade ambiental.

A Figura 7 mostra as estratégias da UFES no eixo assistência para 2021 a 2030.

Figura 7: Mapa Estratégico da UFES eixo assistência

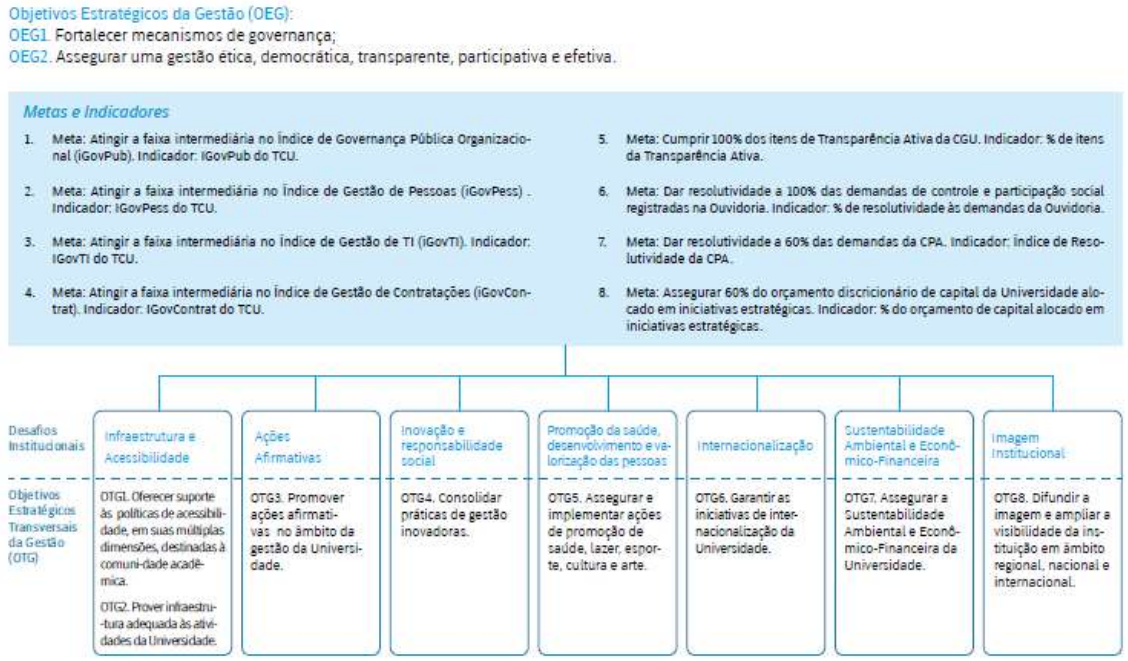


Fonte: UFES PDI (2021, p.113).

Como foi mostrado na Figura 7, a UFES estabelece políticas de assistência a comunidade acadêmica, intentando à sustentabilidade.

A Figura 8 demonstra as estratégias da UFES no eixo gestão para 2021 a 2030.

Figura 8: Mapa Estratégico da UFES eixo gestão



Fonte: UFES PDI (2021, p.114).

Como pode ser observado nas Figuras 4, 5, 6, 7 e 8, a UFES possui estratégias para o ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão relativas à sustentabilidade, promovendo ações afirmativas, promoção da saúde, desenvolvimento e valorização das pessoas, incentivando a inovação e responsabilidade social e visando a sustentabilidade ambiental e econômico-financeira da universidade.

O PDI apontou que os próximos passos é a UFES ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em todos os eixos, é ser uma instituição comprometida com a inclusão social, a interiorização, a inovação e o Desenvolvimento Sustentável da sociedade brasileira, em especial do estado do Espírito Santo, até o final de 2030 (UFES PDI, 2021).

- Plano de Logística Sustentável (PLS)

A versão do PLS da UFES utilizada no presente trabalho é do ano de 2013. Em dezembro de 2012, a Administração Central da UFES criou a Comissão do PLS, para

idealizar, propor e executar ações sustentáveis no ambiente acadêmico, baseando-se em três princípios: reduzir, reutilizar e reciclar (UFES PLS, 2013). Esses princípios deverão ser utilizados em todas as rotinas institucionais, com consciência e responsabilidade individuais, criando ações sustentáveis solidárias e permanentes (UFES PLS, 2013).

O PLS apresenta noções e conceitos que conduzem a práticas ambientais (UFES PLS, 2013). Além disso, apresenta sugestões que podem ser incorporadas no dia a dia, seja em casa, no trabalho e em outros ambientes. O PLS tem o objetivo de ser uma importante ferramenta de orientação e incentivo às boas práticas ambientais (UFES PLS, 2013).

A UFES, na busca de promover a sustentabilidade, acredita na utilização do princípio dos 3Rs. Foi evidenciado que há uma sequência lógica dos 3Rs: primeiro, "Reduz" para depois pensar em "Reutilizar" e "Reciclar" (UFES PLS, 2013).

Levando em consideração os 3Rs, a UFES promove ações de sustentabilidade ambiental, focando nos seguintes aspectos: Materiais de expediente, Água, Energia, Veículos e Resíduos (UFES PLS, 2013).

Em relação aos Materiais de expediente, foi recomendado a redução do número de impressão (UFES PLS, 2013). Quando a impressão for imprescindível, imprimir frente e verso. Também se recomenda que seja adotado opções que facilitem a economia do papel, tais como configurar duas páginas em uma folha. Sempre que possível utilizar o meio digital para comunicações internas e externas, para armazenamento de documentos e arquivos, o que gera, inclusive, aumento de espaço físico nos ambientes de trabalho. Foi sugerido substituir o uso de copos plásticos descartáveis por copos, canecas, xícaras de uso permanente, como os de vidro, de porcelana etc. Se for utilizar copo descartável, reaproveitar ao máximo naquele dia (UFES PLS, 2013).

No que se refere à Água, as principais recomendações são: caso seja percebido algum vazamento em torneiras ou descargas dos vasos sanitários, deve-se comunicar ao Departamento de Obras e Manutenção. Manter a torneira fechada enquanto escovar os dentes ou ensaboar as mãos. Não acionar a descarga desnecessariamente. Não "varrer" a sujeira com água, e sim com uma vassoura. Não jogar óleo no ralo ou na privada ou na rua, pois acabará chegando ao esgoto, pois é o mesmo que despejá-lo diretamente num rio ou lago (UFES PLS, 2013).

No que diz respeito Energia, as principais recomendações são: evitar o uso de tomadas em sobrecarga, como fios de extensão e benjamins. Manter os aparelhos elétricos desligados sempre que não estiverem sendo utilizados. Desligar os equipamentos da tomada, ao invés de desligar apenas no comando, pois aparelhos em modo *stand-by*

continuam consumindo energia. Apagar as lâmpadas de ambientes vazios ou quando deixar o ambiente de trabalho. Evitar a colocação de armários ou outros objetos próximos às janelas, obstruindo a entrada de luz natural no ambiente. Racionar o uso de ar-condicionado (UFES PLS, 2013).

Quanto aos Veículos, as principais recomendações são: dar preferência ao transporte coletivo, pois é mais econômico, gera menos poluição e evita parte do estresse diário. Oferecer carona, pois a iniciativa promove a economia de combustível, reduz a poluição e favorece as relações interpessoais. Utilização de bicicleta como meio de transporte e caminhar pequenos trechos são ótimas alternativas para a natureza, a saúde e o bolso. Ter sempre um saco de lixo no carro e nunca jogar lixo na rua ou pela janela, pois, além de ser falta de educação e cidadania, essa atitude contribui para o desequilíbrio de uma cidade, com o entupimento dos bueiros e aumento de doenças causadas pelo lixo acumulado (UFES PLS, 2013).

A respeito dos Resíduos, as principais recomendações são: pensar se realmente precisa de determinados produtos. Comprar somente o necessário para o consumo, evitando o desperdício. Comprar produtos duráveis e resistentes, evitando comprar produtos descartáveis. Comprar produtos cujas embalagens são reutilizáveis e/ou recicláveis. Emprestar ou alugar equipamentos que não são usados com frequência, ao invés de comprá-los. Consertar produtos em vez de descartá-los e substituí-los por novos. Reutilizar materiais e embalagens. Adotar a Coleta Seletiva (UFES PLS, 2013).

A UFES está adquirindo lixeiras próprias para separação de produtos recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) e materiais orgânicos e não recicláveis. As pilhas e baterias (de celulares, máquinas fotográficas entre outras) podem ser descartadas nos coletores específicos das operadoras de telefonia móvel ou em alguns supermercados, entre outros. Manter as lâmpadas queimadas bem armazenadas, para evitar a quebra. A UFES possui contrato com empresa terceirizada para recolhê-las e descartá-las de forma ambientalmente correta (UFES PLS, 2013).

- Relatório de Sustentabilidade

A versão do relatório de sustentabilidade da UFES foi a de 2021. No documento foi evidenciado que as IES desempenham uma função importante na consecução dos 17 ODS das Nações Unidas, atuando como organizações que promovem a transformação da sociedade. Assim, a UFES, em 2020, definiu um projeto de desenvolvimento institucional

baseado na Agenda 2030 para os ODS, com os seguintes objetivos: identificar o que já está sendo feito na instituição relacionado aos ODS; avaliar as possibilidades de integração, implementação e incorporação dos ODS nas políticas, estratégias e planos universitários e monitorar, avaliar e divulgar suas ações relacionada aos ODS (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

O relatório foi dividido em duas partes: A parte I com os Resultados gerais e a parte II com as ações específicas por ODS. Na parte I, foi utilizada a base de dados *SciVal* (*Elsevier*) para reunir publicações relacionadas aos ODS por pesquisadores da UFES. Ademais, foram pesquisados bancos de dados universitários e utilizadas pesquisas automatizadas de palavras-chave seguidas de inspeção manual para classificar projetos de pesquisa e iniciativas de divulgação, conforme cada ODS. Na parte II, foi mostrada ações feitas relativas aos 17 ODS, com base nos dados de 2020. Assim, foi feito um sumário dos principais esforços para a construção de uma sociedade mais sustentável em termos de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação aos resultados gerais, o relatório apresentou que, entre 2015 e 2020, os pesquisadores da UFES publicaram 2.279 artigos que dizem respeito aos ODS. Dentre eles, 40% foram sobre saúde e bem-estar, tema relacionado ao ODS 3. Foram feitos 2.017 projetos de pesquisa, iniciados entre 2016 e 2020. Dentre eles, 1.483, equivalente a 74%, estavam relacionados a pelo menos um ODS, sendo todos os 17 ODS representados. Quanto ao ODS 4 relativo à educação de qualidade, representou 15% dos projetos. Em 2020, houve um aumento de 35% para 45% dos projetos de pesquisa relativo ao ODS 3, focando na saúde, dado à pandemia de Covid-19 (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação as ações de extensão, das 1000 analisadas no mesmo período, 97,7% foram relativas a pelo menos um ODS, e todos os 17 ODS foram representados. Metade das ações de extensão foi sobre o ODS 4, e 27% foi sobre o ODS 3 (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021). Em 2020, 57% das ações de extensão eram relacionadas ao ODS 3 devido à pandemia da Covid-19, evidenciando as ações da UFES durante a crise sanitária causada pelo coronavírus (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

A partir junho de 2020, a Superintendência de Comunicação da UFES passou a classificar as notícias relativas aos ODS no Portal UFES, utilizando as logomarcas dos ODS correspondentes em cada página de notícias. Também foi criado um *website* e um perfil de mídia social dedicados às atividades relacionadas aos ODS na UFES. Ademais,

ações relativas aos ODS passaram a fazer parte do PDI e da visão da universidade para os próximos 10 anos, período entre 2021 e 2030 (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação a erradicação da pobreza, ODS 1, Meta 1.b, a atores da UFES promoveram a campanha solidária CHEGA+, levando auxílio aos estudantes e a suas famílias, que passaram por dificuldades durante a quarentena ocasionada na pandemia de Covid-19 (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que se refere à fome zero, ODS 2, Meta 2.1, durante a suspensão das atividades presenciais, os restaurantes universitários da UFES doaram alimentos a entidades públicas e assistenciais e às pessoas em situação de vulnerabilidade social (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021). Em relação a agricultura sustentável, Meta 2.4, foi feito projeto de pesquisa sobre a produção de mudas de cana-de-açúcar que promove a distribuição dessas mudas para auxiliar pequenos produtores rurais da região sul do Espírito Santo. As famílias cadastradas receberam 50 plantas cada, o que permite que o produtor consiga desenvolver um campo produtivo, podendo também tratar o gado com a produção ainda no primeiro ano (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que diz respeito a saúde e bem-estar, ODS 3, Meta 3.b, professores e alunos do curso de Medicina criaram a plataforma digital “Informa Hanseníase”. Na plataforma, são disponibilizadas informações atualizadas sobre a hanseníase e são divulgadas pesquisas desenvolvidas no país e no exterior sobre a doença, além de um canal aberto para a comunidade em geral tirar dúvidas. Ademais, o Projeto Antissépticos UFES, respectivo a Meta 3.3, produziu e doou mais 30 mil litros de antissépticos à base de álcool 70% para o combate ao vírus da Covid-19 (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

O relatório tem um Tópico especial a respeito do Covid19, que apresentou que desde o início da pandemia, a comunidade universitária se dedicou a buscar soluções que contribuíssem com as necessidades da sociedade. Em 2020, foram registrados 87 projetos relativos à temática do Covid-19, dos quais 30 foram projetos de pesquisa e 57 projetos de extensão (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Todas as ações foram relacionadas com o ODS 3, mas muitas também foram relacionadas com outros ODS. Dentre as ações e projetos tem-se: Manutenção de equipamentos hospitalares; Livro infantil “Os pequenos perguntam”; Projeto Sabão Sustentável; Projeto Mais que um Sabão; Universidade Aberta à Pessoa Idosa; Aplicativo Orienta COVIDES; Produção e doação de álcool em Alegre; Produção e doação de álcool em Vitória; Combate a notícias falsas; Prática de meditação; Ceunes em Ação, em São

Mateus; Divulgação científica em tempos de pandemia; Material informativo para gestantes e familiares; Atividades on-line do Laboratório de Educação Física Adaptada; Café com Saberes LGBTQIA+; Projeto Era Uma Vez conta histórias a crianças hospitalizadas; Capacitação de profissionais da atenção básica em saúde; Programa Aedes Zero; Máscara Solidária em Alegre; Máscara Solidária em Vitória; Pesquisa com casais para fortalecer vínculos durante a pandemia; Ação solidária para moradores da região do Caparaó; Apoio emocional a servidores; Apoio emocional a estudantes; Práticas integrativas contribuem com a promoção de saúde e; Equipamentos para desinfecção de objetos e ambientes e Produção de protetores faciais (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que tange a Educação de qualidade, ODS 4, Meta 4.5, a UFES criou a Comissão Especial responsável por desenvolver a Política de Acessibilidade. O documento vai definir objetivos, diretrizes e normas relativas às diferentes dimensões da acessibilidade dentro da universidade (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação a igualdade de gênero, ODS 5, Meta 5.6, tem-se o Programa de Atendimento à Vítima de Violência Sexual (PAVIVIS) que atende de forma especializada mulheres de todas as regiões do Espírito Santo que sofreram abusos sexuais. Tem-se o Projeto de extensão Café com Saberes LGBTQIA+, relacionado a Meta 5.1, criado para orientar e apoiar a comunidade LGBTQIA+ (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que se refere a Água potável e saneamento, ODS 6, Meta 6.3, desde 2014, a UFES passou a auxiliar no desenvolvimento de planos municipais e regionais de saneamento, além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Espírito Santo (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021). Em 2020, o Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental da UFES propiciou uma ação de extensão para a revisão do Plano Municipal de Água e Esgoto do Município de Cachoeiro de Itapemirim e a desenvolvimento do Plano Municipal do eixo Resíduos Sólidos (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que diz respeito a Energia limpa e acessível, ODS 7, Meta 7.b, tem-se o Projeto de extensão “Eólica” que visa difundir o uso da energia eólica por meio de eventos educativos, nos aspectos tecnológico, econômico e social. Tem a participação de alunos e professores de vários cursos que se aprofundam nesse tema (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Quanto ao trabalho e crescimento econômico, ODS 8, Meta 8.2, tem-se o projeto Desenvolvimento do Polo de Fruticultura da Região do Caparaó, que visa contribuir para

o desenvolvimento agrícola e econômico na área de fruticultura no Sul do Estado do Espírito Santo (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que concerne à Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 9, Meta 9.2, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) concedeu à UFES mais uma patente na área de petróleo. A Patente de Invenção BR102012033487-9 refere-se a um dispositivo e a um método para caracterização de amostras de petróleo (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No tocante a Redução das desigualdades ODS 10, Meta 10.2, a UFES abriu dois editais para o cadastro de estudantes de graduação e de pós-graduação stricto sensu que possuíam renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita e que não dispunham de acesso a equipamento de informática e/ou serviço de internet (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Acerca das cidades e comunidades sustentáveis, ODS 11, Meta 11.3, a UFES, representada por uma professora do Departamento de Engenharia Civil, integrou a equipe brasileira em um grupo de trabalho do Programa de Edificações e Comunidades Sustentáveis da Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency*, *IEA*), que trata dos impactos ambientais de edificações e comunidades sustentáveis (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação ao consumo e produção responsáveis, ODS 12, Meta 12.4, o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM-UFES) promoveu a coleta seletiva na Farmácia Central, reduzindo em 67% na destinação de resíduos comuns para o aterro sanitário. O projeto de extensão UFES TI-Verde, relativo à Meta 12.5, promove o descarte consciente e reciclagem de lixo eletrônico (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que se refere a Ação contra mudança global do clima, ODS 13, Meta 13.3, o Programa de Educação Tutorial ProdBio do Campus de São Mateus, preparou a Semana de Conscientização Ambiental, para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho. O tema das discussões neste evento foram as mudanças climáticas e seus efeitos durante a pandemia (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que diz respeito a Vida na água, ODS 14, Meta 14.a, foi feita uma expedição ao arquipélago de Fernando de Noronha, liderada por pesquisadores da UFES. O resultado da expedição está no artigo publicado na revista Neotropical *Ichthyology* (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Com relação à vida terrestre, ODS 15, Meta 15. A, tem-se o Herbário SAMES localizado no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES). O herbário além

de registrar e conhecer a flora regional, educa cidadãos conscientes de seu papel na conservação da biodiversidade. O SAMES também propicia conhecimento da flora do Campus do CEUNES, que consiste no Jardim Botânico de Palmarum e catalisa o desenvolvimento da formação de recursos humanos realizando atividades de treinamento no ensino da botânica (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

No que concerne à Paz, justiça e instituições eficazes, ODS 16, Meta 16.7, foi feita uma pesquisa que coletou sugestões para os objetivos estratégicos da universidade. Os participantes foram professores, servidores técnicos em educação, estudantes de graduação e de pós-graduação e egressos (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

Em relação às parcerias e meios de implementação, ODS 17, Meta 17.17, a UFES assinou um novo Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo com a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes) para desenvolvimento de projetos e ações focadas no compartilhamento de tecnologias, laboratórios, conhecimentos e treinamento de recursos humanos na área forense. O programa UFES Sustentável, que se encaixa na Meta 17.16, possui grupos de estudo para discutir conceitos de sustentabilidade, estimulando a produção de conhecimento na área (UFES Relatório de Sustentabilidade, 2021).

- Plano Político Pedagógico (PPP)

O PPP do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFES foi aprovado pela Resolução nº 14/2007. Foi evidenciado no documento que ele é uma exigência do Conselho Nacional de Educação (CNE) e é um instrumento de trabalho, um documento que direciona todo o processo ensino/aprendizagem (UFES PPP, 2007).

A justificativa do PPP, apontou que a matriz curricular deve contemplar disciplinas que promovam formação profissional conforme as demandas do mercado de trabalho, com conhecimentos técnicos, mas que também inclua formação diversificada, abrangendo áreas correlatas à Contabilidade, às humanísticas, exatas e outras (UFES PPP, 2007).

Assim, no que diz respeito ao perfil do profissional, o egresso deve possuir uma sólida formação humanística, estando preparado para enfrentar as demandas empresariais e sociais, materializando os aprendizados de forma interdisciplinar. Portanto, o egresso deve contribuir para geração de informações financeiras, econômicas e sociais,

contribuindo para qualidade de vida da sociedade brasileira e para a competitividade dos agentes sociais e/ou econômicos nos quais oferecem seus serviços (UFES PPP, 2007).

Em relação a organização curricular, o Quadro 13 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 13: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFES

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
FIL04842	Filosofia e Ética	4	60	-	Obrigatória	1º Período
CON06353	Contabilidade Ambiental	2	30	CON03751 - Contabilidade de Custos / CON03757 - Contabilidade Avançada	Optativa	-
ECO07667	Contabilidade Social	4	60	CON03747 - Contabilidade Intermediária II	Optativa	-
CON09906	Governança Corporativa	2	30	ECO03743 - ECONOMIA II / STA02171 - ESTATISTICA II	Optativa	-
LCE06306	LIBRAS	4	60	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFES PPP (2007).

Observa-se no Quadro 13 que as disciplinas Contabilidade Ambiental e Governança Corporativa tem carga horária reduzidas em relação as demais disciplinas. Além disso, as disciplinas dentro da temática educação para sustentabilidade são na maioria optativas.

Além das disciplinas, a UFES apresentou no PPP a natureza do estágio, apontando no Art. 2º. que as atividades de estágio são constituídas por "d) estímulo ao desenvolvimento de atividades e posturas profissionais, com o objetivo de desenvolver o senso crítico e atitudes éticas" (UFES PPP, 2007, p.29).

Em relação as atividades complementares, foi apresentado no PPP que trabalhos comunitários fazem parte das atividades complementares, com carga-horária máxima admitida por semestre de 10 horas e carga horária máxima por curso de 30 horas (UFES PPP, 2007).

No que se refere ao programa das disciplinas da UFES, este está contido no PPP e foi encontrado o programa avulso das disciplinas Contabilidade Ambiental e Contabilidade Social com suas respectivas ementas no *site* da instituição. O Quadro 14 apresenta o programa das disciplinas da UFES cujo nome tem ligação com a sustentabilidade.

Quadro 14: Programa das disciplinas da UFES cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina	
FIL04842 - FILOSOFIA E ÉTICA	**Ementa**	(UFES PPP, 2007, p.17)
	Conceito e objetos da ética. A ética e outras ciências. Problemas morais e problemas éticos. A ética, a moral e outras formas do comportamento humano (religião, política, direito, ciência e contrato social). Responsabilidade moral, determinismo e liberdade. As avaliações morais e o relativismo ético. Ética e comunicação na sociedade contemporânea".	
	Objetivo	
	Não encontrado	
CON06353 - CONTABILIDADE AMBIENTAL	**Ementa**	(UFES PPP, 2007, p.25) e (UFES Ementas, 2024)
	Preocupações ambientais. A informação contábil relacionada aos impactos ambientais. Conceitos contábeis de caráter ambiental: gasto ambiental; ativo ambiental; passivo ambiental; custo ambiental; receita ambiental; perda ambiental. Balanço patrimonial ambiental. Demonstração do resultado ambiental. Eco-indicadores de eficiência. *Disclosure* ambiental. Relatórios ambientais. Integração dos relatórios ambientais com os sociais.	
	Objetivo	
	Proporcionar uma visão geral aos alunos de como a contabilidade se insere no contexto da gestão ambiental como geradora de informações para a tomada de decisão tanto interna como externamente à empresa. Discutir os principais objetivos e conceitos da contabilidade ambiental. Evidenciar as principais diretrizes para a geração de informações ambientais, a Evidenciação ambiental e os relatórios ambientais. Discutir metodologias de cálculo de eco-indicares de eficiência.	
ECH-10760 - LIBRAS	**Ementa**	(UFES PPP, 2007, p.27)
	A língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos na conversação.	
	Objetivo	
	Não encontrado	
NECO-10874 - CONTABILIDADE SOCIAL	**Ementa**	(UFES PPP, 2007, p.26) e (UFES Ementas, 2024)
	Caracterização e Desenvolvimento Conceitual da Contabilidade Social. Natureza, Utilização e Limitações da Contabilidade Social. Sistema de Contas Nacionais para uma Economia Fechada e aberta. Sistema de Contas nacional brasileiro. Medidas da Atividade Econômica (produto, renda, consumo, poupança, investimento, gastos do governo, exportações e importações). Relações básicas que definem a estrutura de contas nacionais. Sistema de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto. Dívida Pública: Interna e Externa. Mercados Financeiros: estrutura e mecanismos básicos de funcionamento. Finanças Públicas: conceitos e medidas. Balanço de Pagamentos e Indicadores da Economia Internacional.	
	Objetivo	
	Facilitar ao aluno o conhecimento do sistema da Contabilidade Social de forma a compreender a política macroeconômica e os efeitos das políticas fiscais e monetárias nas contas nacionais, bem como a forma como apresentá-las.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFES Ementas (2024) e de UFES PPP (2007).

Os programas das disciplinas elencadas no Quadro 13 estão expostos no Quadro 14. Observou-se que a disciplina LIBRAS, no PPP na subseção 7.1 Estrutura do currículo, apresentou o código LCE06306 e na subseção 7.2 Programas de disciplinas apresentou código ECH-10760. Da mesma forma a disciplina Contabilidade Social no PPP na

subseção 7.1 Estrutura do currículo, apresentou o código ECO07667 e na subseção 7.2 Programas de disciplinas apresentou código NECO-10874.

Ressalta-se que a disciplina CON09906 Governança Corporativa foi apresentada no PPP da UFES como parte da estrutura curricular, mas não foram encontrados o programa, ementa e objetivo da disciplina (UFES PPP, 2007).

Além das disciplinas apresentadas no Quadro 14, o PPP da UFES apresentou a ementa da disciplina ADM03742 – Administração (Cr: -, C.H.S: -, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 4º Período). A disciplina inclui conceitos relacionados a sustentabilidade. Segue a ementa da disciplina.

> Ambiente externo e a organização: as novas realidades sócio-econômicas e seu rebatimento na vida das empresas e das pessoas; as organizações estudadas sob a visão de sistemas sociais abertos; estratégia empresarial. A organização formal: a organização burocrática; a abordagem mecanicista de administração; estruturas organizacionais (tradicionais e inovadoras). Os aspectos comportamentais da organização: a abordagem humanista da administração (comportamento individual e grupal); motivação e processo decisório; gerência e liderança. Abordagens recentes em Administração: qualidade total; reengenharia; cultura organizacional; ética. Especificidades em Administração: pequena empresa; empresa familiar; organização pública (UFES PPP, 2007, p.19).

A disciplina CON06339 - Legislação Profissional (Cr: 2, C.H.S: 30, Pré-Requisito: CON03747 Contabilidade Intermediária II, Classe: Obrigatória, 8º Período), possui a seguinte ementa e objeto:

> **Ementa**: Legislação profissional e Normas Brasileiras de Contabilidade. Código de ética profissional do contabilista. Código de defesa do consumidor. Responsabilidade civil e profissional no código de processo civil (UFES PPP, 2007, p.23)
>
> **Objetivo:** Conhecer as legislações inerentes aos profissionais de Contabilidade, inclusive o código de ética (UFES Ementas, 2024).

As ementas dessas disciplinas abordam o conceito de ética, que faz parte da temática da educação para sustentabilidade.

No que se refere a disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não foram identificadas disciplinas, dado que a versão do PPP é de 2007 e a curricularização da Extensão dentro dos cursos superiores de graduação no Brasil iniciou-se por meio da Resolução n.7 de 18 de dezembro de 2018. Portanto, esse PPP que é anterior a essa normatização, não elenca disciplinas de extensão.

4.1.2 Universidade Federal de Juiz de Fora

A UFJF foi criada pela Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, com sede em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais (UFJF Estatuto, 1998). Possui dois *campi*, Campus de Juiz de Fora e Campus de Governador Valadares. A IES é também responsável pelo Colégio de Aplicação João XXIII, que oferta os ensinos fundamental e médio, e pelo Hospital Universitário, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) (UFJF PDI, 2022).

A seguir estão apresentados os documentos da UFJF, sendo evidenciadas as questões que dizem respeito à sustentabilidade, referente aos seus dois *campi* que possuem cursos de Ciências Contábeis.

- Estatuto

No Art. 4º do estatuto foi exposto que na UFJF a formação universitária acatará aos princípios que são fundamentados no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana, sendo vedado à instituição se posicionar em questões político-partidárias ou religiosas, e assumir medidas discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza (UFJF Estatuto, 1998).

No Art. 5º diz que a instituição tem o intuito de produzir, sistematizar e divulgar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, propiciando a formação do ser humano para o exercício profissional, além de propiciar a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na expectativa de construir uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFJF Estatuto, 1998).

No Art. 6º foi apontado que para cumprimento de seus fins a instituição deverá formar cidadãos com uma consciência ética na sociedade e deverá estudar os problemas socioeconômicos e ambientais da região, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento nacional com vistas na qualidade da vida (UFJF Estatuto, 1998).

- Plano de Desenvolvimento Institucional

A versão analisada do PDI possui vigência do período de 2022-2027, sendo este aprovado na reunião do colegiado em 10 de maio de 2021, tornando-se a Resolução CONSU 24/2021. O documento leva em consideração o Plano Nacional de Educação

(PNE); o Plano Plurianual (PPA); a Política Nacional de Extensão Universitária, os ODS e a Agenda 2030 da ONU (UFJF PDI, 2022).

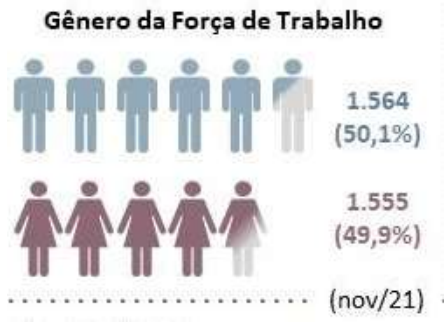
Em relação ao perfil institucional da UFJF, tem-se um panorama do corpo de servidores, representado nas Figuras 9 e 10.

Figura 9: Perfil de Servidores da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.52).

Figura 10: Gênero da força de trabalho da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.52).

Conforme exposto nas Figuras 9 e 10, há um equilíbrio de gênero na distribuição dos servidores da UFJF e há uma quantidade pequena de PCD. O quadro de servidores demonstrados nas Figuras 9 e 10 inclui servidores dos *campi* de Juiz de Fora e Governador Valadares e o Hospital Universitário, que abrange os Técnicos Administrativos em Educação e os Docentes do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Em relação ao perfil do corpo discente, distribuído pelos dois *campi*, Juiz de Fora e Governador Valadares, é integrado por 26.047 discentes e possuem características que são resultantes das ações afirmativas realizadas nos últimos anos (UFJF PDI, 2022). O recorte temporal usado para chegar a esse número de discente foi de 2016 a 2021, abarcando o período de vigência do PDI anterior. Também foi levado em conta o tempo médio de duração dos cursos de graduação e os ingressos na pós-graduação stricto sensu, sendo utilizado como critério o ano de ingresso do discente na instituição e o total de ingressantes (UFJF PDI, 2022). A Figura 11 demonstra a distribuição desses discentes por sexo.

Figura 11: Discentes por sexo da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.53).

Como pode ser observado na Figura 11, também há um equilíbrio entre discentes do sexo masculinos e discentes do sexo feminino. E no que diz respeito ao ODS 4, que diz respeito a educação de qualidade, a UFJF busca assegurar a equidade de gênero, raça e renda. No que ser refere a raça, a Figura 12 apresenta a distribuição de discentes quanto a cor.

Figura 12: Distribuição de discentes quanto a cor da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.54).

Conforme exposto na Figura 12, percebe-se que discentes de cor branca são maioria. Esse número traz reflexões, dado que em 2021 o Brasil registrou população total 212.650.000 pessoas, sendo 91.467.000 pessoas brancas e 119.201.000 pessoas pardas e pretas (IBGE, 2021), isto é, a população brasileira é, em sua maioria, constituída de pessoas negras.

Esses dados do IBGE são obtidos conforme a autodeclaração das pessoas, pode ser que o número de negros e pardos seja maior, pois pessoas podem ainda não se reconhecerem como negras. Dentro dessa narrativa, o ODS10 aponta para a redução das desigualdades no interior dos países e entre países. A ideia é até 2030, promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades, independentemente da idade, deficiência, gênero, raça, etnia, nacionalidade, condição econômica, religião, entre outras. Nessa

perspectiva, a universidade oferece cotas para ingresso de discentes, as quais são separadas por grupos, classificados conforme expostos no Quadro 15.

Quadro 15: Classificação dos grupos de vagas (cotas) da UFJF

Grupo A	candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas;
Grupo A1	candidatos com deficiência com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas;
Grupo B	candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração;
Grupo B1	candidatos com deficiência com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração;
Grupo C	vagas de ampla concorrência, independentemente de renda ou de escola;
Grupo D	candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda;
Grupo D1	candidatos com deficiência que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda;
Grupo E	candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de renda ou autodeclaração;
Grupo E1	candidatos com deficiência que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de renda ou autodeclaração.

Fonte: UFJF PDI (2022, p.57).

Como exposto no Quadro 15, há distribuições por faixa de cota que são separadas por grupos, tendo os grupos, A, A1, B, B1, C, D, D1, E, E1, que evidenciam a inclusão social mencionado no ODS 10, integrando grupos marginalizados como negros e PCD no meio social. Também evidencia os direcionamentos do ODS 4, buscando assegurar a equidade de acesso e permanência na educação superior. Ressalta-se que não foram apresentadas informações sobre o grupo F.

De acordo com esses grupos, a Figura 13 apresenta a quantidade de discentes que ingressaram na UFJF entre 2016 e 2020 em cada cota.

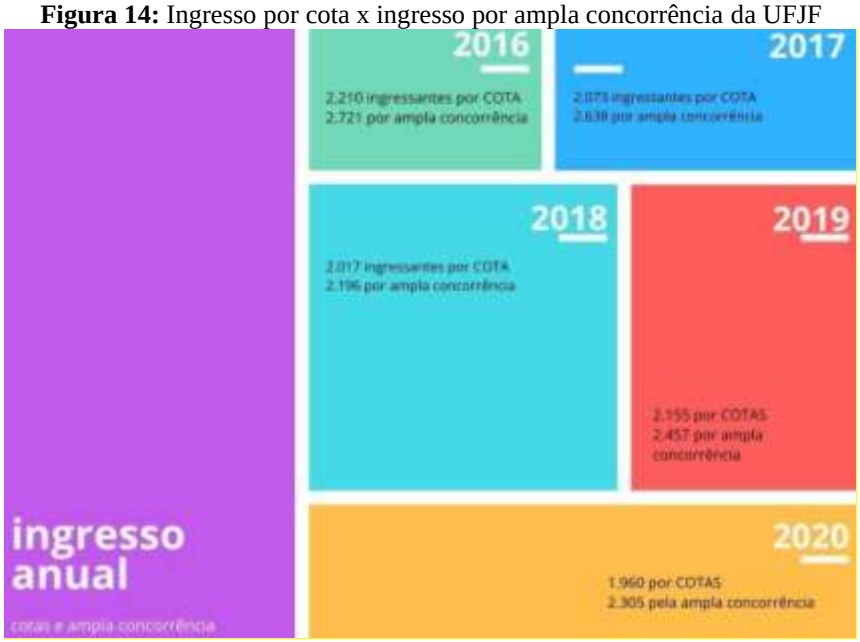
Figura 13: Ingresso de discente por cotas no período de 2016 a 2020 da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.56).

Como já mencionado a Figura 13 demonstra os discentes que ingressaram na UFJF por meio de cota, tendo em mente o número de ingressos por cota, a Figura 14 demonstra esse número comparado aos ingressos por ampla concorrência.

Figura 14: Ingresso por cota x ingresso por ampla concorrência da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.57).

Como pode ser observado na Figura 14, o número de discente que ingressaram por cota está cada vez mais equiparado aos discentes que ingressaram por ampla concorrência. Isto é, a inclusão social tem sido praticada pela UFJF.

Em relação a estrutura organizacional, a UFJF tem em sua Organização administrativa, pró-reitorias que assessoram a reitoria no cumprimento dos processos finalísticos (UFJF PDI, 2022). Dentre elas, destaca-se a Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE) e evidencia-se o órgão de apoio às atividades acadêmicas o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), que são organizações que se relacionam com a temática da sustentabilidade (UFJF PDI, 2022).

O CRITT é direcionado para a transferência de tecnologia e soluções inovadoras, promovendo o aumento da competitividade do país (UFJF PDI, 2022). O órgão tem atuação conjunta de empresas e empreendedores que buscam assessoria para o aperfeiçoamento de processos de produção e desenvolvimento de novos produtos. O CRITT vem se consolidando como um órgão de desenvolvimento econômico regional, que promove o desenvolvimento social e a expansão de tecnologias limpas, propiciando a proteção ao meio ambiente e o respeito à natureza (UFJF PDI, 2022).

Em relação a estrutura de governança da UFJF, está definida no Estatuto conforme Portaria nº 1.105/1998 do MEC. Para o desenvolvimento das suas atividades, a universidade tem a seguinte estrutura: Órgãos Colegiados Superiores; Reitoria; Pró-reitorias; Unidades Acadêmicas; Órgãos Suplementares. Os controles primários são feitos pelas Instâncias de Governança Interna, sendo auxiliados pelas instâncias de apoio através do desenvolvimento dos controles internos da gestão e das atividades de supervisão e de monitoramento (UFJF PDI, 2022).

Como instrumentos de controle, integridade e transparência a Auditoria Geral da UFJF apresenta-se como uma camada de defesa da universidade, dado que é responsável por avaliar a operacionalização dos controles internos da gestão e supervisão. Em conjunto com a auditoria interna, a universidade tem o apoio de duas ouvidorias, a geral e a especializada em ações afirmativas, oferecendo o Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic) (UFJF PDI, 2022).

No que diz respeito a Missão, princípios e diretrizes, as declarações da UFJF se encontram expressas no Quadro 16.

Quadro 16: Missão, visão, valores e princípios da UFJF

MISSÃO	A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.	(p.61)
VALORES E PRINCÍPIOS	• liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento; • pluralismo de ideias; • gratuidade do ensino; • gestão democrática; • garantia do padrão de qualidade; • indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	(p.62)
VISÃO	A UFJF, dentro da sua função de promover ensino, pesquisa e extensão, busca constituir-se em fator de integração da cultura nacional e formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na sociedade.	(p.65)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

A declaração da missão da UFJF exposta no Quadro 16, é apontada no PDI e expressada no Art. 5º do Estatuto, e para que essa missão permeasse os atos acadêmicos e administrativos, nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o Art. 3º do Estatuto, expressa os princípios que deverão ser obedecidos.

O Art. 4º do Estatuto, complementa o rol de princípios com as seguintes declarações:

> a formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana, e terá em vista a realidade brasileira, sendo vedado à Universidade tomar posição sobre questões político-partidárias ou religiosas, bem como adotar medidas discriminatórias ou baseadas em preconceitos de qualquer natureza (UFJF Estatuto, 1998, Art. 4º).

A Comissão Executiva que formulou o PDI fez uma consulta a comunidade através de formulário eletrônico em junho de 2021, sendo solicitada a apresentação de sete valores/princípios que deveriam nortear a atuação da UFJF. As respostas foram as seguintes:

> • Excelência acadêmica e qualidade na formação;
> • Universidade democrática no acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;
> • Formação cidadã ao lado da formação profissional;
> • Inovação nas mais diversas áreas de conhecimento;
> • Gestão democrática, transparente e participativa nas instâncias universitárias;
> • Respeito para com a diversidade pessoal, acadêmica, étnica e cultural;
> • Compromisso social em sua atuação, auxiliando na solução dos problemas sociais e econômicos (UFJF PDI, 2022, p.62).

Há pouca diferença entre os princípios apresentados em 1998 para os de 2021. Continua constando a preocupação com a qualidade, a democracia no acesso e na gestão e o pluralismo, mas com expressões de linguagem diferentes. E há dois itens novos incorporados à lista prevista no Estatuto, a preocupação com a inovação e o compromisso com o desenvolvimento social.

A comunidade pode indicar sua visão sobre as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relativas à UFJF. Os resultados da consulta a população estão apresentados na Figura 15.

Figura 15: Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da UFJF



Fonte: UFJF PDI (2022, p.63).

Os resultados apresentados na Figura 15 demonstram um equilíbrio entre forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Vale salientar que das forças apresentadas a UFJF tem destaque como um ambiente de diversidade, mas por outro tem como fraqueza a baixa acessibilidade e possui como ameaça o agravamento da situação socioeconômica.

O PDI da UFJF apresentou o Plano Pedagógico Institucional (PPI) e as políticas institucionais no capítulo 4, no qual expõe a visão da universidade que está mostrada no Quadro 16, a qual evidencia a formação de cidadãos com consciência ética na sociedade.

No capítulo 4 também foi exposto que a universidade é inclusiva e aberta, a qual oferece Assistência Estudantil conforme os princípios de democratização, inclusão, permanência e apoio aos estudantes (UFJF PDI, 2022). Também possui Ações Afirmativas as quais garantem a igualdade no acesso e tratamento, o combate ao preconceito em todas as suas formas, o reconhecimento da diversidade, promovendo a redução de desigualdades existentes na sociedade brasileira (UFJF PDI, 2022).

Também foi mostrado que a UFJF é uma instituição ética, que possui práticas de governança, transparência em seus processos, que é atenta aos riscos e às recomendações dos órgãos de controle (UFJF PDI, 2022). Como já mencionado a universidade tem a seguinte estrutura de governança: Ouvidoria Geral; Auditoria interna; Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas; Diretoria de Integridade e Controle Institucional,

que assessoram o Comitê de Governança, Riscos e Controles e o Comitê de Integridade (UFJF PDI, 2022).

Além dos órgãos internos citados acima, a universidade tem normatizados os temas: Conflitos de Interesses, Portaria/SEI nº 1.552/2019; Nepotismo, Portaria/SEI nº 1.554/2019; Gestão de Riscos, Portaria 1.553/2019; Comissão desenvolvedora do Código de Ética da UFJF, Portaria nº 1.518/2019 (UFJF PDI, 2022).

Em relação a comunicação e imagem institucional, declara possuir política de publicidade transparente inclusiva, divulgando uma imagem realística e de valorização da instituição (UFJF PDI, 2022).

No que se refere as ações estratégicas da instituição - 2022/2027, foram apresentadas no PDI várias ações e metas de ensino, pesquisa e extensão (UFJF PDI, 2022). O Quadro 17 expõe as ações e metas que se relacionam com a educação para sustentabilidade na graduação.

Quadro 17: Ações, objetivos e metas âmbito da graduação da UFJF

AÇÃO 1:	**CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO INTERSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DOCENTE**	(p.74)
OBJETIVOS	O1 Apoiar os docentes no processo de ensino-aprendizagem-avaliação e inovação curricular pedagógica.	
METAS DO OBJETIVO	M1.3 Promover ações de educação permanente com cerne nas necessidades docentes levantadas, promovendo o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem-avaliação e maior preparo na inclusão de estudante público-alvo da educação especial no ensino superior, implementando 100% até 2026.	
AÇÃO 3:	**ASSESSORAR A DISCUSSÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**	(p.78)
OBJETIVOS	O1 Promover o debate e a formação acadêmica em diferentes temas transversais (meio ambiente e sustentabilidade, direitos humanos, gênero e sexualidade, empreendedorismo, inovação e cultura).	
METAS DO OBJETIVO	M1.1 Promover o debate e a formação acadêmica em diferentes temas transversais 15% dos cursos em 2023; 40% em 2024; 70% em 2025; 100 em 2026.	
	M1.2 Favorecer o trabalho interdisciplinar entre os diversos cursos e Unidades Acadêmicas da UFJF, 15% dos cursos em 2023; 40% em 2024; 70% em 2025; 100% em 2026.	
AÇÃO 6:	**AÇÃO 6: INSTITUIR POLÍTICA ACADÊMICA DE ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO.**	(p.83)
OBJETIVOS	O1 Construir a política de acolhimento acadêmico.	
	O2 Implementar o Programa Institucional de Acompanhamento Acadêmico.	
METAS DO OBJETIVO	M1.1 Implantar em 100% a Política Institucional de Acompanhamento Acadêmico até o ano de 2026.	
	M2.1 Diagnosticar toda evasão e a retenção de discentes em cada curso de graduação UFJF até 2023.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como exposto no Quadro 17, em relação as práticas acadêmicas, no que se refere à graduação, a UFJF promove a formação de seus alunos, focando em temas transversais

como meio ambiente e sustentabilidade, direitos humanos, gênero e sexualidade, empreendedorismo, inovação e cultura. Além de promover políticas de acolhimento aos discentes, evitando evasão deles. Todos esses pontos vão ao encontro do ODS 4.

O Quadro 18 apresenta as ações, objetivos, metas e planos de ações que se relacionam com a educação para sustentabilidade no âmbito da pesquisa.

Quadro 18: Ações, objetivos e metas âmbito da pesquisa da UFJF

AÇÃO 1:	**COMITÊS DE ÉTICA**	
OBJETIVO 2	Melhorar o conhecimento e a capacitação dos membros da comunidade acadêmica da UFJF frente as questões éticas e de biossegurança.	(p.133)
METAS DO OBJETIVO	O2 - M2.1 Criar capacitações em ética em pesquisa com seres humanos, ética em pesquisa com animais e biossegurança de laboratórios.	
PLANO DE AÇÃO: O2 - M2.1	O que será feito? Ampliar a compreensão da comunidade acadêmica sobre os temas e estimular a participação da comunidade nas comissões e comitês de ética e biossegurança da UFJF. Como será feito? • Campanha permanente junto aos docentes, tanto para comporem as comissões e comitês, quanto para adotarem padrões éticos em suas pesquisas; • Adequar as comissões de acordo com as áreas (saúde, humanas etc.); • Aumentar e Qualificar os docentes para atuação como pareceristas neste tipo de processos; Manter cursos semestrais para toda a comunidade sobre o trabalho destes Comitês e Comissões e sobre a importância da conduta ética nas pesquisas.	(p.134)
OBJETIVO 3	Organizar a estrutura de funcionamento dos alojamentos de animais e salas de experimentação nas Unidades Acadêmicas.	(p.133)
METAS DO OBJETIVO	O3 - M3.1 Melhorar as condições de trabalho dos setores da pesquisa para atender as normas éticas do manejo de animais.	
PLANO DE AÇÃO: O3 - M3.1	O que será feito? Adequar os ambientes as normas de conduta éticas solicitadas pelos órgãos regulatórios nacionais – CONCEA. Como será feito? • Garantir a conduta ética e atendimento as normas nacionais para a experimentação animal em ambientes aptos a experimentação animal; • Aumentar a qualidade e a manutenção da conduta empregada nas pesquisas da UFJF que utilizam modelos animais; • Regulamentar institucionalmente os ambientes onde a experimentação animal está permitida.	(p.134)
OBJETIVO	O4 Criação do Comitê de Biossegurança Institucional.	(p.133)
METAS DO OBJETIVO	O4 - M4.1 Criação do comitê de Biossegurança da UFJF para regularizar a instituição frente aos órgãos regulatórios.	
PLANO DE AÇÃO: O4 - M4.1	O que será feito? Criação do comitê de Biossegurança da UFJF. Como será feito? • Campanha permanente junto aos docentes, tanto para comporem o CEP quando para adotarem padrões éticos em suas pesquisas; • Adequar aas comissões de acordo com as áreas (saúde, humanas etc.); • Qualificar os pareceristas para atuação nos processos.	(p.134 e 135)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como apresentado no Quadro 18, a UFJF possui Comitê de Ética no que tange a pesquisa, o que vai ao encontro com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituída como Política Nacional de Educação Ambiental, a qual tem como princípios e valores a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. Também vai ao encontro com a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que possui como um de seus princípios a vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação.

O Quadro 19 aponta as ações, objetivos e metas que se relacionam com à educação para sustentabilidade no âmbito da extensão.

Quadro 19: Ações, objetivos e metas âmbito da extensão da UFJF

AÇÃO 2:	**AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DA UFJF COM DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE CIVIL E GESTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL**	(p.148)
OBJETIVO	O1 Aproximar e fortalecer a relação da UFJF com diferentes setores da sociedade civil e de gestores da administração pública municipal e estadual, por meio da realização de ações de extensão e de fóruns de discussão em ambos os *campi* da instituição.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.2 Ampliar a interlocução com coletivos e movimentos sociais com atividades voltadas para igualdade étnico-racial, diversidade sexual, igualdade de gênero e pessoas com deficiência com vistas ao levantamento de demandas possíveis de atendimento pelas ações de extensão.	(p.148 e 149)
	O1 - M1.3 Estabelecer editais de projetos/programas com temáticas pertinentes às questões de igualdade étnico-racial, diversidade sexual, igualdade de gênero e pessoas com deficiência com estabelecimento de cotas para bolsistas.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Incentivar a realização de programas e projetos de extensão, visando à consolidação da prática extensionista no campo das ações afirmativas realizadas no âmbito das comunidades de abrangência dos *campi* de JF e de GV. Como será feito? Será estabelecido um calendário de reuniões com coletivos, movimentos sociais, organizações não governamentais, parceiros governamentais e outras instituições para levantamento de demandas específicas de ações afirmativas a serem atendidas pelas ações de extensão, por meio da publicação de editais pela PROEX.	(p.150)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.3	O que será feito? Criar editais de projetos/programas com temáticas pertinentes às questões de igualdade étnico-racial, diversidade sexual, igualdade de gênero e pessoas com deficiência com estabelecimento de cotas para bolsistas. Como será feito? Por meio das demandas levantadas com os coletivos, grupos e movimentos sociais afetos às questões de igualdade étnico-racial, diversidade sexual, igualdade de gênero e pessoas com deficiência, elaborar Edital específico para chamamento de projetos, programas, cursos e eventos que trabalhem com essas temáticas.	(p.151)
AÇÃO 3:	**FORTALECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE EXTENSÃO (CENTRO DE CIÊNCIAS, JARDIM BOTÂNICO E INCUBADORA**	(p.152)

	TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES) E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS	
OBJETIVO 1	O1 Ampliar as ações de Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências UFJF com vistas à produção de conhecimento, pesquisa e divulgação científica e oferecimento de atividades à comunidade.	(p.152)
METAS DO OBJETIVO O1	O1 - M.1.3 Apoiar o desenvolvimento do processo de curricularização da extensão na UFJF, por meio de atividades a serem desenvolvidas no Centro de Ciências.	(p.155)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.3	O que será feito? Organização interna de um espaço para atuação de professores e docentes vinculados às atividades de Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação, junto aos trabalhos de divulgação científica do Centro de Ciências. Como será feito? Em discussão com as coordenações dos cursos de graduação, PROGAD e professores envolvidos, os projetos serão apresentados ã direção do Centro de Ciências e desenvolvidos prontamente mediante o atendimento das condições necessárias.	(p.155)
OBJETIVO 2	O2 Ampliar a infraestrutura da Intecoop-UFJF para melhoria da execução das atividades que são oferecidas pela equipe de docentes e estudantes à comunidade externa no campo da economia solidária.	(p.155)
METAS DO OBJETIVO O2	O2 - M.2.1 Implementação e atualização das redes de infraestrutura e aquisição de equipamentos para devido funcionamento da Intecoop-UFJF. O2 - M.2.2 Realização de visitas técnicas aos grupos incubados orientadas pela metodologia de trabalho desenvolvida.	(p.156)
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.1	O que será feito? Instalação de rede de internet, aquisição de equipamentos demandados pelo Núcleo de Comunicação da Intecoop. Como será feito? • Planejamento do orçamento e da listagem de itens a serem instalados ou adquiridos; • Requisição de projeto e execução de redes de internet junto à Pró Reitoria de infraestrutura; • Requisição de instalação de programas em computadores e notebooks; • Requisição de apoio técnico computacional; • Requisição de compras de equipamentos.	(p.156 e 157)
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.2	O que será feito? Realização de visitas técnicas aos grupos incubados orientadas pela metodologia de trabalho desenvolvida. Como será feito? • Criação de um calendário de visitas técnicas aos grupos incubados; • Requisição de transporte da universidade conforme o calendário de visitas técnicas, desenvolvido com apoio da Pró Reitoria de Extensão e Gerência de Transportes; • Realização das Visitas.	(p.157)
OBJETIVO 3	O3 Ampliar a participação de docentes e de TAE´s nas ações da INTECOOP com vistas a propiciar espaço de formação profissional no campo da extensão para os estudantes e oferecimento de assessoria na área de economia solidária para grupos populares.	(p.157)
METAS DO OBJETIVO O3	O3 - M.3.1 Incluir novos docentes e TAE's na equipe que desenvolve a metodologia de incubação de coletivos de economia solidária na INTECOOP.	

PLANO DE AÇÃO: META O3 - M3.1	O que será feito? Desenvolvimento de ações que visem à ampliação do número de professores e TAE´s envolvidos com o trabalho de extensão universitária realizado pela Intecoop, incorporando novos conhecimentos e experiências aos integrantes e ao equipamento que estejam de acordo com as demandas, metodologia e princípios das ações. Como será feito? 1 - Realização de reuniões com professores e TAE's para apresentação da equipe multidisciplinar, metas, objetivos e valores preconizados pela incubadora; 2 - Apresentação dos grupos incubados e do trabalho realizado pela equipe multidisciplinar da Intecoop; 3 - Efetivação das parcerias e inserção dos professores e projetos na metodologia do trabalho realizado pela Intecoop/UFJF.	(p.158)
OBJETIVO 4	O4 Ampliação da infraestrutura, biodiversidade e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Jardim Botânico UFJF.	(p.158)
METAS DO OBJETIVO O4	O4 - M.4.2 Implementação do Viveiro de Mudas. O4 - M.4.3 Implementação de um Sistema Agroflorestal (SAF). O4 - M.4.4 Implementação de Coleções Botânicas e Registro de Biodiversidade.	(p.159)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.2	O que será feito? Construção/edificação de estrutura física de um viveiro de mudas para o Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como será feito? • Elaboração de croqui/planta arquitetônica do viveiro de mudas (Faculdade de Arquitetura e Direção do Jardim Botânico); • Elaboração de projeto executivo do viveiro de mudas (Pró Reitoria de Infraestrutura); • Captação de verba de custeio para construção/edificação de estrutura física do viveiro de mudas (Direção do Jardim Botânico e Pró Reitoria de Extensão); • Construção/edificação da estrutura física do viveiro de mudas (sob coordenação da Pró Reitoria de Infraestrutura).	(p.161)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.3	O que será feito? Desenvolvimento de ações visando a Implementação de um Sistema Agroflorestal (SAF) no Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como será feito? • Reuniões com a área técnica especializada para elaboração de projeto executivo; • Recomposição da fertilidade do solo da área de implantação do Sistema Agroflorestal; • Definição e execução de sistema de plantio e construção de "barraginhas"; • Monitoramento e manutenção de espécies vegetais.	(p.161 e 162)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.3	O que será feito? Realizar a implementação de novas coleções botânicas e um sistema de registro de biodiversidade no Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora Como será feito? • Realização de parcerias interinstitucionais com finalidade de realização de permutas de espécies botânicas; • Criação de espaços destinados para a implementação de coleções botânicas; • Realização de parceria com o CGCO para desenvolvimento de um programa informatizado de registro da biodiversidade de flora.	(p.162)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Conforme apontado no Quadro 19, a UFJF possui um Jardim Botânico, onde é desenvolvido um programa estratégico para incentivar projetos extensionistas relativos ao meio ambiente e à sustentabilidade.

No que concerne a Responsabilidade Social, a UFJF através da extensão universitária, executa seu papel na sociedade, promovendo impacto e transformação social, propiciando desenvolvimento social e regional aperfeiçoando as políticas públicas. São feitas ações que se relacionam com o meio ambiente, a diversidade, patrimônio cultural, melhoria da infraestrutura local e urbana, desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida da população e inovação social (UFJF PDI, 2022).

A universidade impulsiona os projetos de extensão que, junto com o ensino e à pesquisa, viabilizam à transformação das questões socioeconômicas e ambientais, levando em conta uma sociedade mais justa e democrática (UFJF PDI, 2022).

O Quadro 20 expõe as ações, objetivos e metas que se relacionam com a educação para sustentabilidade no âmbito da inovação.

Quadro 20: Ações, objetivos e metas âmbito da inovação da UFJF

AÇÃO 1:	**APRENDIZADO E CONHECIMENTO - TIME CAPACITADO DO CRITT E DE ALTO DESEMPENHO PARA GERIR INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA UFJF**	(p.180)
OBJETIVO	O1 Possibilitar capacitação e fortalecimento da equipe do CRITT em inovação e empreendedorismo.	
METAS DO OBJETIVO O1	O1 - M1.1 Realizar 20 capacitações para a equipe do CRITT por ano.	
	O1 - M1.2 Repor os servidores que atuam na Diretoria de Inovação/CRITT.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Capacitações em inovação e empreendedorismo para a equipe do CRITT Como será feito? Alocação de cursos e capacitações relevantes para setores/servidores, inscrição, realização e fechamento da efetividade dos treinamentos	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Repor o quantitativo de servidores que se deligaram da Diretoria de Inovação/CRITT. Como será feito? Alocação de servidores para repor as vagas daqueles que se desligaram da Diretoria de Inovação/CRITT, seja por meio de novos concursados ou por processos de remoção. Observação: meta sujeita à política de pessoal.	
AÇÃO 2:	**DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO - MAIOR CONEXÃO COM COMUNIDADE ACADÊMICA; REALIZAR MAIS E MELHORES PESQUISAS APLICADAS DE CUNHO INOVADOR E ESTIMULAR SPIN-OFFS ACADÊMICAS; AUMENTAR O NÚMERO PROGRAMAS/SERVIÇOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA UFJF.**	(p.181)
OBJETIVO O2	O2 Maior promoção de capacitações e eventos sobre esses temas para a comunidade acadêmica.	
METAS DO OBJETIVO O2	O2 - M2.1 Realizar 4 eventos sobre o tema Inovação e Empreendedorismo para a comunidade acadêmica por ano.	
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.1	O que será feito? Realizar eventos sobre o tema Inovação e Empreendedorismo para a comunidade acadêmica	

	Como será feito? Metodologias do CRITT para eventos de inovação e empreendedorismo	
OBJETIVO O3	O3 Implantar programas de incentivo e estímulo à pesquisa aplicada inovadora.	(p.181)
METAS DO OBJETIVO O3	O3 - M3.1 Realizar 4 programas de capacitação para prospecções tecnológicas, análise de patentes e intensificação de pesquisas aplicadas por área do conhecimento na UFJF por ano e a convergência desse resultado no aumento do número de spin-offs acadêmicas.	
	O3 - M3.2 Realizar 4 programas/oficinas de empreendedorismo inovador e tecnológico na academia por ano.	
PLANO DE AÇÃO: META O3 - M3.1	O que será feito? Criar curso e capacitar comunidade acadêmica acerca de prospecções tecnológicas, análise de patentes e fomentar, por meio de editais de fomento, programas para incentivar a abertura de empresas nascentes de base tecnológica. Como será feito? Cursos on-line ou presenciais.	(p.181 e 182)
PLANO DE AÇÃO: META O3 - M3.2	O que será feito? Criar curso e capacitar comunidade acadêmica acerca de empreendedorismo inovador e tecnológico. Como será feito? Cursos on-line ou presenciais.	(p.182)
OBJETIVO O4	O4 Aumentar o número de programas de inovação e empreendedorismo na UFJF.	(p.182)
METAS DO OBJETIVO O4	O4 - M4.1 Realizar 25 programas de inovação/programas de empreendedorismo ao ano, voltados à gestão e/ou ao fomento da inovação e empreendedorismo na UFJF por ano por meio do aumento no número de oferta de /programas/serviços	
	O4 - M4.2 Construção de 1 setor no CRITT de Prospecção e Novos Negócios - com 2 servidores da UFJF - para fins de captação de mais parcerias e intensificação das vendas no primeiro ano.	
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.1	O que será feito? Realizar ações do CRITT e da UFJF relativas à inovação e empreendedorismo junto aos principais stakeholders e Brasil. Como será feito? Usar processo já mapeado de ações e agir criativamente, pensando em nossas estratégias para fomentar a inovação e o empreendedorismo dentro e fora da UFJF.	(p.182 e 183)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.2	O que será feito? Realizar ações do CRITT e da UFJF relativas à inovação e empreendedorismo junto aos principais stakeholders e Brasil por meio da criação de um setor específico em que as relações comerciais possam ser focalizadas e intensificadas. Como será feito? Criar processos e procedimentos para o novo setor, inserindo-o na estrutura organizacional e de atividades do CRITT.	(p.183)
AÇÃO 3:	**PROCESSOS INTERNOS - APRIMORAR PROCESSOS INTERNOS LIGADOS À GESTÃO DA INOVAÇÃO NO SEI, NO CRITT E FUNDAÇÃO DE APOIO; E SATISFAÇÃO DE COLABORADORES INTERNOS, PROFESSORES(AS), ALUNOS(AS) E TAES LIGADOS A PROJETOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E RESULTADOS DE PROJETOS**	(p.183)
OBJETIVO O5	O5 Alinhar os trabalhos das equipes e as normativas da UFJF, CRITT e FUNDAÇÕES DE APOIO, visando contribuir para a construção de sistemas eletrônicos para facilitar a tramitação de projetos de inovação e de empreendedorismo na UFJF.	

METAS DO OBJETIVO	O5 - M5.1 Realizar alinhamento de ações de trabalhos em conjunto das equipes, entre as normativas e os itens necessários para viabilizar as plataformas eletrônicas que integrem os 3 sistemas.	
METAS DO OBJETIVO	O5 - M5.2 Melhorar prazos de tramitação de processos reduzindo em 15% ao ano.	(p.184)
METAS DO OBJETIVO	O5 - M5.3 Normatizar e Operacionalizar receitas provenientes de gestão da inovação e do empreendedorismo (destinadas ao CRITT e à nova e previstas na Política de Inovação da UFJF) dentro da Fundação de Apoio.	
PLANO DE AÇÃO: META O5 - M5.1	O que será feito? Realizar reuniões periódicas com Fundações de Apoio, UFJF e CRITT para alinhar sistemas operacionais de gestão de projetos. Como será feito? Encontros on-line ou presenciais para alinhamento.	
PLANO DE AÇÃO: META O5 - M5.2	O que será feito? Realizar, desenvolver e gerar processos otimizados nas plataformas para otimizar o fechamento projetos da UFJF geridos pelo CRITT. Como será feito? Processos, trilhas e ações otimizadas.	
PLANO DE AÇÃO: META O5 - M5.3	Não informaram	
OBJETIVO O6	O6 Analisar a satisfação interna dos colaboradores do CRITT e também das equipes - comunidade acadêmica - envolvidas em projetos junto ao CRITT.	(p.184)
METAS DO OBJETIVO	O6 - M6.1 Realizar pesquisa de satisfação com colaboradores do CRITT com IGS de 90% por semestre.	
METAS DO OBJETIVO	O6 - M6.2 Realizar pesquisa de satisfação com equipes - comunidade acadêmica - de projetos do CRITT com IGS de 90% por semestre.	
PLANO DE AÇÃO: META O6 - M6.1	O que será feito? Realizar periodicamente pesquisas de satisfação com colaboradores do CRITT. Como será feito? Desenvolvimento e aplicação da pesquisa.	(p.185)
PLANO DE AÇÃO: META O6 - M6.2	O que será feito? Realizar periodicamente pesquisas de satisfação com equipes de projetos do CRITT. Como será feito? Desenvolvimento e aplicação da pesquisa.	
AÇÃO 7:	**PROJETOS E PARCERIAS - DEIXAR A UFJF NIVELADA COM OS REQUISITOS DE ÓRGÃOS E EMPRESAS FOMENTADORES DE AÇÕES DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**	(p.188)
OBJETIVO O10	O10 Implantar metodologia para que a UFJF, por meio do CRITT, Fundação de apoio e laboratórios, atenda aos critérios e requisitos de órgãos e empresas, públicas ou privadas a fim de pleitear editais e de receber fomentos para pesquisas aplicadas inovadoras.	
METAS DO OBJETIVO	O10 - M10.1 Atualizar semestralmente resoluções ou portarias que contemplem adequações aos editais e/ou critérios de órgãos e empresas, públicas ou privadas, que fomentem a inovação e o empreendedorismo no Brasil e/ou no mundo.	
PLANO DE AÇÃO: META O10 – M10.1	O que será feito? Publicação de portaria e resoluções que contemplem adequações aos editais e/ou critérios de órgãos e empresas, públicas ou privadas, que fomentem a inovação e o empreendedorismo no Brasil e/ou no mundo. Como será feito? Buscar principais órgãos fomentadores e ver critérios de elegibilidade para seguir e alinhar unidades, órgãos e estrutura interna da UFJF a fim de	(p.188 e 189)

	atender a esses critérios e publicar, a partir da análise anterior, 4 resoluções ou portarias por ano que contemplem adequações aos editais e/ou critérios de órgãos e empresas, públicas ou privadas, que fomentem a inovação e o empreendedorismo no Brasil e/ou no mundo.	
AÇÃO 8:	**IMPLANTAR O PARQUE TECNOLÓGICO DA UFJF E OPERACIONALIZAR**	
OBJETIVO	O11 Implantar a infraestrutura e a governança do PCTJFR e a operacionalização, incluindo governança e infraestrutura em 3 unidades – Parque CRITT, Parque Ciepetec Norte e Parque BR040, considerando investimentos próprios, permuta ou/e build to suit, bem como outras formas de financiamento e viabilização financeira.	
METAS DO OBJETIVO	O11 - M11.1 Implantar, em até 4º ano, o Parque, construindo/viabilizando a: • Infraestrutura do PCTJFR • Prédio Sede (Campus) • Terreno Aeroporto – Lateral do CAED • CIEPTEC • Terreno BR 040.	(p.189)
	O11 - M11.2 Operacionalizar, nos próximos anos 4 anos, o funcionamento do Parque com recursos humanos, governança, processos e operações e melhor alinhamento de modelo jurídico ágil.	
PLANO DE AÇÃO: META O11 - M11.1	O que será feito? Construção do Plano de negócios; criação de uma resolução Consu/UFJF, para destinação das áreas do PCTJFR; construção do modelo jurídico e de uso das áreas do PCTJFR; construção e operacionalização das diretrizes definidas no Plano de Negócios; identificação e captação de empresas âncoras; lançamento do edital do condomínio de empresa; mapear demandas das cadeias produtivas identificadas no Plano de Negócios; desenvolvimento de ferramentas para demandas/oferta das cadeias produtivas mapeadas; criação do processo para atender e apoiar na solução das demandas mapeada. Como será feito? Por meio de reuniões com a Fundação Certi - responsável pela criação do Plano de Negócios; reuniões com a equipe do Parque e demais setores do CRITT.	(p.189 e 190)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Conforme exposto no Quadro 20, observa-se os esforços da UFJF no desenvolvimento da pesquisa e à consolidação de ambiente propício à inovação, que propicia a transformação do conhecimento acadêmico em tecnologias que atendem as demandas sociais. Assim, a universidade vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

O Quadro 21 apresenta as ações, objetivos e metas que se relacionam com a educação para sustentabilidade no âmbito da assistência estudantil.

Quadro 21: Ações, objetivos e metas âmbito da assistência estudantil da UFJF

AÇÃO 8:	**AMPLIAR E INTEGRAR AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NO ÂMBITO DA UFJF**	
OBJETIVO 1	O1 Construir uma política institucional de saúde mental na UFJF.	
METAS DO OBJETIVO O1	O1 - M1.1 Implementar uma Comissão Permanente de Saúde Mental na UFJF com a participação dos atores institucionais que tangenciam o tema (Faculdade de Psicologia, Centro de Psicologia Aplicada, Faculdade de Medicina (JF e GV), Residência Médica em Psiquiatria, Faculdade de Serviço Social, Residência Multiprofissional em Saúde Mental, Faculdade de Enfermagem, Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital Universitário, Centro de Atenção Psicossocial Liberdade (CAPS-HU), Setor de Apoio Estudantil da UFJF-GV, Serviço de Psicologia da PROAE, Coordenação de Saúde, Segurança e Bem-Estar da PROGEPE, Núcleo de Apoio a Inclusão, Ligas Acadêmicas relacionadas e representações discentes, docentes e dos técnico-administrativos em educação) para a formulação de uma política institucional integrada.	(p.269)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Implementação de uma Comissão Permanente de Saúde Mental na UFJF com a participação dos atores institucionais que tangenciam o tema da Saúde Mental para a formulação e acompanhamento de uma política institucional integrada. Como será feito? Mobilização e/ou nomeação dos atores institucionais para a formulação de uma proposta integrada de atenção à saúde mental para a comunidade universitária.	(p.270)
AÇÃO 9:	**INCLUSÃO DIGITAL, GESTÃO E SEGURANÇA DA MORADIA ESTUDANTIL**	
OBJETIVO	O1 Promover inclusão digital na Moradia Estudantil.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Implementar até 2023 uma rede de internet de qualidade, sem fio, que atenda a 100% dos moradores dos Blocos I e II da Moradia Estudantil.	(p.270)
	O1 - M1.2 Implementar até 2024 um infocentro em cada bloco da Moradia Estudantil que atenda simultaneamente a 10% dos moradores.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Implementar na Moradia Estudantil uma rede de internet de qualidade, sem fio, que atenda a todos os moradores. Como será feito? Extensão da rede Wi-Fi da UFJF para a Moradia Estudantil ou abertura de licitação para o fornecimento de Internet nos dois prédios da Moradia Estudantil.	(p.271)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Implementar um infocentro em cada um dos blocos da Moradia Estudantil. Como será feito? 1. Estudo de viabilidade técnica. 2. Adequação da rede elétrica. 3. Aquisição de 12 computadores (desktop) e mobiliário adequado.	(p.272)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como pode ser observado no Quadro 21, a UFJF propõe ações que promovem a inclusão social por meio de assistência estudantil, conforme direcionado no ODS 4 – Educação de Qualidade, que aponta para as instituições assegurarem a educação inclusiva, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Quadro 22 aponta as ações, objetivos e metas que se relacionam com à educação para sustentabilidade no âmbito das ações afirmativas.

Quadro 22: Ações, objetivos e metas âmbito das ações afirmativas da UFJF

AÇÃO 1:	**ACOMPANHAR E AVALIAR A POLÍTICA DE COTAS NA GRADUAÇÃO**	
OBJETIVO	O1 Avaliar o acesso de estudantes cotistas, com recorte nos subgrupos, considerando as dimensões de vagas, ingresso, permanência e conclusão.	(p.294)
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1. Acompanhar a implementação das cotas em todos os cursos de graduação até o ano de 2026, considerando o nº de vagas, o número de vagas ocupadas, a taxa de ocupação e conclusão.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? 2022: - Formação de comissão de avaliação e acompanhamento das ações afirmativas na graduação. - Levantamento do nº de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 1ºs anos dos cursos de 2022. Como será feito? Os gestores estabelecerão critérios para a participação na comissão e para a construção da metodologia de acompanhamento e avaliação.	(p.294)
	O que será feito? 2023: - Levantamento do nº de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 1ºs anos dos cursos de 2023. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 2ºs anos dos cursos de 2022. Como será feito? Levantamento de dados a partir do CGCO e das coordenações de cursos.	(p.294 e 295)
	O que será feito? 2024: - Levantamento do nº de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 1ºs anos dos cursos de 2024. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 2ºs anos dos cursos de 2023. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 3ºs anos dos cursos de 2022. Como será feito? Levantamento de dados a partir do CGCO e das coordenações de cursos.	
	O que será feito? 2025: - Levantamento do nº de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 1ºs anos dos cursos de 2025. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 2ºs anos dos cursos de 2024. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 3ºs anos dos cursos de 2023. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 4ºs anos dos cursos de 2022. Como será feito? Levantamento de dados a partir do CGCO e das coordenações de cursos.	
	O que será feito? 2026: - Levantamento do nº de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 1ºs anos dos cursos de 2026. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 2ºs anos dos cursos de 2025. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 3ºs anos dos cursos de 2024. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 4ºs anos dos cursos de 2023. - Levantamento do número de vagas ocupadas; taxa de ocupação geral dos 5ºs anos dos cursos de 2023. Como será feito?	(p.295 e 296)

	Levantamento de dados a partir do CGCO e das coordenações de cursos.	
AÇÃO 3:	**IMPLEMENTAR CONTEÚDOS ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.**	
OBJETIVO	O1 Promover conteúdos étnico-raciais para o conjunto das graduações, considerando as especificidades de cada área. * Licenciaturas: Educação das relações étnico-raciais e a questão racial na escola. * Saúde: Saúde da população negra. * Direito: processos de luta do Movimento Negro e Legislação antirracista (Estatuto da Igualdade Racial, Lei 10639/03, Lei 12711/12). * Arte e Literatura: a literatura africana e/ou afro-brasileira; a arte e a cultura afro-brasileira. * Humanas: Filosofia Africana e História da África. * Exatas: etnomatemática e a etnociência.	(p.298)
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Incorporar os ditames legais das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em todos os cursos de graduação até o ano de 2026.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? 2022: - Levantamento das disciplinas e de conteúdos curriculares que atendem as leis 10.639/03 e 11.645/08 em todos os cursos de graduação da UFJF. 2023: - Discussão com o Fórum de Licenciaturas e CONGRAD sobre a implementação dos conteúdos curriculares que cumprem as leis 10.639/03 e 11.645/08 em todos os cursos de graduação da UFJF. 2024: - Implementação em 50% dos cursos de graduação de disciplinas e/ou conteúdos curriculares que cumprem as leis 10.639/03 e 11.645/08. 2025: - Implementação em 75% dos cursos de graduação de disciplinas e/ou conteúdos curriculares que cumprem as leis 10.639/03 e 11.645/08. 2026: - Implementação em 100% dos cursos de graduação de disciplinas e/ou conteúdos curriculares que cumprem as leis 10.639/03 e 11.645/08. Como será feito? Levantamento e análise das ementas das disciplinas e componentes curriculares dos diferentes cursos de graduação da UFJF e nos anos seguinte revisão de ementas e componentes curriculares.	(p.298 e 299)
AÇÃO 4:	**DESENVOLVER UMA UNIVERSIDADE ACOLHEDORA, FLEXÍVEL, ACESSÍVEL, INCLUSIVA, DIVERSA E SOLIDÁRIA, COM RESPEITO À VIDA E AOS VALORES ÉTICOS DA CONVIVÊNCIA HUMANA.**	(p.299)
OBJETIVO	O1 Conscientização de servidores e estudantes da comunidade UFJF através de programas e ações de caráter pedagógico e permanente com respeito a promoção e garantia dos direitos humanos, bem como defesa e difusão de uma cultura de tolerância, do respeito aos direitos fundamentais, promovendo uma convivência solidária, ética e pacífica.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Estabelecer uma cultura da cidadania na vida cotidiana na UFJF, colaborando para a construção de novas acadêmicas e institucionais mais inclusivas e democráticas.	(p.300)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Realização de campanhas e eventos, assim como desenvolver material informativo com respeito aos temas de inclusão de pessoas com deficiência, de identidade de gênero e sexualidade, aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, de diversidade étnico-raciais, das culturas afro-brasileira e indígena, das relações institucionais e interpessoais de combate ao assédio, especialmente nas datas chaves para as temáticas acima. Como será feito? Trabalho de formação realizado pelas equipes dos setores envolvidos.	

AÇÃO 5:	**INGRESSO DE COTISTAS NOS PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS PÚBLICOS.**	(p.300)
OBJETIVO	O1 Aperfeiçoar a política de inclusão de cotistas.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Implementação de Comissão de Heteroidentificação ou de Verificação de Autodeclarações da UFJF, a fim de regular a entrada de cotistas nos processos seletivos e nos concursos públicos.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? 2022: - Avaliação da política de inclusão de cotistas na UFJF. - Curso de formação para membros da Comissão de Heteroidentificação. Como será feito? Curso de formação para membros da Comissão de Heteroidentificação. 2023: - Aperfeiçoamento da metodologia da heteroidentificação, do funcionamento das comissões de verificação e da comissão de análise dos recursos. - Divulgação para a comunidade interna e externa da UFJF dos critérios utilizados na Comissão de Heteroidentificação. Como será feito? Reuniões e oficinas realizadas pelas Comissões de Heteroidentificação da UFJF, campanhas de divulgação. 2024, 2025, 2026: - Curso de formação para membros da Comissão de Heteroidentificação. - Divulgação para a comunidade interna e externa da UFJF dos critérios utilizados na Comissão de Heteroidentificação. Como será feito? Cursos de Formação	(p.301 e 302)
AÇÃO 6:	**INTERSETORIALIDADE NAS AÇÕES DO NAI.**	(p.302)
OBJETIVO	O1 Criar a intersetorialidade para garantir políticas e ações de inclusão na UFJF.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Estruturar comissão de trabalho permanente para construir política de inclusão na UFJF.	
PLANO DE AÇÃO: META 01 – M1.1	O que será feito? Pautar cada ação do NAI com os setores correspondentes por sua execução e criar estratégias intersetoriais correspondentes às necessidades identificadas. Ex.: fluxo de matrícula para identificação dos estudantes com deficiência, aprimoramento do sistema SIGA para acompanhamento do fluxo dos estudantes com deficiência. Como será feito? Organização de ações intersetoriais com vistas a auxiliar o NAI nas práticas de inclusão.	
AÇÃO 7:	**POLÍTICA DE INCLUSÃO - REVISÃO E CRIAÇÃO DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.**	(p.302)
OBJETIVO	O1 Revisar e criar documentos institucionais em consonância com a política de inclusão.	
METAS DO OBJETIVO	O1 -M1.1 Definir critérios de revisão e construção de documentos institucionais em conformidade com a legislação de inclusão da pessoa com deficiência.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? 2022 - Revisar os documentos institucionais no que tange à política de inclusão. Como será feito? Revisão dos documentos institucionais através das instâncias deliberativas. O que será feito? 2023	(p.303)

	- Implementar a política de inclusão. Como será feito? Implementação de ações que busquem garantir a inclusão social na instituição a partir de legislação em vigor	
AÇÃO 8:	**AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**	(p.304)
OBJETIVO	O1 Capacitar a comunidade acadêmica da UFJF para atuar com base nos preceitos da inclusão na educação.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Criar um calendário anual de cursos de formação continuada dirigidos à comunidade acadêmica.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Implementar ações de formação continuada para a comunidade acadêmica. Como será feito? Oferta de cursos e ações de formação para a comunidade universitária.	
AÇÃO 9:	**CRIAÇÃO DO REGIMENTO DE TRABALHO DOS INTÉRPRETES-TRADUTORES DE LIBRAS (TILS).**	(p.304)
OBJETIVO	O1 Criar o regimento de trabalho dos TILs.	
METAS DO OBJETIVO	O1- M1.1 Criação de uma comissão para discutir e elaborar o regimento de trabalho dos TILs.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Redação e encaminhamento de regimento de trabalho Como será feito? Formação de grupo de trabalho a partir do NAI Proposta de minuta de regimento Encaminhamento ao CONSU para deliberação	(p.305)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Conforme a estrutura organizacional da UFJF, tem-se a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF). Como pode ser observado no Quadro 22, a UFJF por meio da DIAAF atua na sensibilização e mobilização da comunidade universitária para às diversas realidades sociais existentes na instituição e na sociedade no que diz respeito às questões étnico-raciais, à sexualidade, a gênero, aos sistemas de cotas, à tradição das culturas e a PCD, sendo promovidas reflexões sobre questões curriculares relativas aos temas inerentes às ações afirmativas, especialmente aos temas referentes à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

O Quadro 23 expõe as ações, objetivos, metas e plano de ação nos que diz respeito à sustentabilidade.

Quadro 23: Ações, objetivos e metas relativas à sustentabilidade da UFJF

AÇÃO 1:	**IMPLANTAR POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NA UFJF**	(p. 307)
OBJETIVO O1	O1 Expressar o posicionamento sustentável da instituição nas áreas acadêmicas e administrativas.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Nomear Comissão para definir, considerando os 17 “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da ONU (Organização das Nações Unidas), os objetivos passíveis de atuação pela UFJF.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.2 Consolidar documento sobre política de sustentabilidade e submetê-lo à apreciação e deliberação pelo Conselho Superior (CONSU).	

PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Elaborar documento indicando as Políticas de Sustentabilidade na UFJF, com participação da comunidade interna da UFJF. Como será feito? Através de questionário virtual.	(p.309)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Redigir documento com a política de sustentabilidade da UFJF, proposta pelo Fórum de Sustentabilidade para apresentação ao CONSU. Como será feito? Incorporando ações atuais e propostas vindas da Consulta à comunidade da UFJF através de questionários virtuais, seminários, workshops, etc.	
OBJETIVO O2	O2 Adotar procedimentos de compras e contratações sustentáveis.	(p. 307)
METAS DO OBJETIVO	O2 - M2.1 Incluir requisitos de sustentabilidade nos termos de referência das licitações realizadas pela UFJF.	
METAS DO OBJETIVO	O2 - M2.2 Nomear Grupo de Trabalho para instituir o critério de "Logística Reversa", sempre que possível, na compra de materiais pela UFJF.	
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.1	O que será feito? Capacitar requisitantes para elaborarem Termos de Referência imprimindo um caráter sustentável às aquisições com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/CGU). Como será feito? Promovendo curso de capacitação aos requisitantes da UFJF.	(p. 309)
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.2	O que será feito? Capacitar requisitantes para elaborarem Termos de Referência imprimindo um caráter sustentável às aquisições, através da adoção de procedimentos de Logística Reversa na UFJF. Como será feito? Promovendo curso de capacitação aos requisitantes da UFJF.	(p. 310)
OBJETIVO O3	O3 Gerenciar o Consumo sustentável de bens naturais.	(p. 308)
METAS DO OBJETIVO	O3 - M3.1 Monitorar e reduzir o Consumo e perdas de energia elétrica.	
METAS DO OBJETIVO	O3 - M3.2 Monitorar e reduzir o Consumo e perdas de água potável.	
PLANO DE AÇÃO: META O3 - M3.1	O que será feito? Monitorar as medições das contas de energia Elétrica para controle de Consumo. Como será feito? Análise da tarifa mensal do Consumo de energia elétrica e apresentação de relatório anual.	(p. 310)
PLANO DE AÇÃO: META O3 - M3.2	O que será feito? Monitorar as medições mensais de água potável para controle de Consumo e vazamentos. Como será feito? Monitoramento das medições dos hidrômetros de entrada de água potável da UFJF.	
OBJETIVO 04	O4 Estabelecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	(p. 308)
METAS DO OBJETIVO	O4 - M4.1 Nomear Grupo de Trabalho (GT) para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFJF.	
METAS DO OBJETIVO	O4 - M4.2 Implantar o recolhimento e destinação dos resíduos de poda e de obras no Campus de Juiz de Fora.	
METAS DO OBJETIVO	O4 - M4.3 Implantar do laboratório de purificação e reutilização de solventes.	
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.1	O que será feito? Nomear Grupo de Trabalho para elaborar documento estabelecendo os procedimentos para gerenciamento dos resíduos sólidos da UFJF.	(p. 310)

	Como será feito? Compilar as informações das unidades acadêmicas e administrativas sobre a geração e destinação de resíduos sólidos.	
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.2	O que será feito? Definir procedimentos de quantificação e destinação adequada para resíduos de poda e de obras. Como será feito? Adquirindo equipamentos que permitam a quantificação e, buscando processos e/ou empresas para o tratamento adequado.	(p. 311)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.3	O que será feito? Construir laboratório para purificação de solventes, com espaço previsto no Almoxarifado de Produtos Químicos. Como será feito? Construir e equipar laboratório para receber as misturas de solventes utilizados na UFJF.	
OBJETIVO O5	O5 Gerenciar a preservação de bens móveis dos dois *campi* da UFJF.	(p. 308)
METAS DO OBJETIVO	O5 - M5.1 Implantar o Sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) do Governo Federal para gerenciamento dos bens móveis.	
METAS DO OBJETIVO	O5 - M5.2 Ampliar os serviços internos de manutenção e recuperação de bens móveis.	
PLANO DE AÇÃO: META O5 – M5.1	O que será feito? Implantar o Sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) do Governo Federal Como será feito? Termo de adesão da UFJF ao Sistema SIADS, através da realização de inventários e desfazimento dos bens móveis	(p. 311)
PLANO DE AÇÃO: META O5 – M5.2	O que será feito? Instalação da ampliação da Oficina de Manutenção e Recuperação de bens móveis no novo prédio do Almoxarifado de Produtos Químicos a ser construído no Campus de Juiz de Fora da UFJF Como será feito? Espaço previsto no novo prédio do Almoxarifado de Produtos Químicos, com ampliação da atual área de Oficinas de recuperação e manutenção de bens móveis da UFJF	

AÇÃO 2:	**INTEGRAR A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE ATRAVÉS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**	(p. 312)
OBJETIVO O1	O1 Oferecer capacitação para público interno e externo sobre temas associados à sustentabilidade.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Oferecer disciplinas e/ou minicursos de capacitação em práticas sustentáveis, ampliando a participação de alunos de qualquer curso nas disciplinas já oferecidas pela UFJF, que estejam associadas à sustentabilidade.	
	O1 - M1.2 Promover capacitações para associações e/ou coletivos da sociedade que busquem formação em áreas afins com cursos ou serviços da universidade, através da realização de Seminários e Workshops promovidos pelo Fórum de Sustentabilidade.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Apresentar proposta ao CONGRAD sobre a ampliação de vagas para discentes de qualquer curso da UFJF, elencando as disciplinas já existentes nos cursos que possuem interface com áreas da sustentabilidade. Como será feito? Adaptando as disciplinas e trabalhando de forma Inter e multidisciplinar.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Realizar eventos com a temática Sustentabilidade, com a participação da comunidade interna e externa da UFJF. Como será feito?	

	Realização de Eventos com ampla participação da comunidade interna e externa da UFJF.	

AÇÃO 3:	**DIVULGAR E INTEGRAR AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**	(p. 313)
OBJETIVO O1	O1 Disponibilizar dados referentes a temas de sustentabilidade, visando sensibilizar a comunidade acadêmica para o engajamento nas ações e na alteração de hábitos que proporcionam a conservação de recursos naturais, financeiros e humanos.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Produzir materiais educativos, de todas as ações propostas no Plano de Logística Sustentável (PLS), usando diferentes mídias, visando atingir a todos os segmentos da universidade.	
	O1 - M1.2 Promover desafios internos, entre e intraunidades acadêmicas administrativas com o objetivo de estimular as práticas sustentáveis.	
	O1 - M1.3 Nomear Comissão para implementar a organização central de dados institucionais relacionados com os temas de interface com sustentabilidade para facilitar a divulgação interna e externa dos mesmos.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Produção de materiais educativos. Como será feito? Formando grupos de trabalho para cada tema do PLS.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Serão lançados desafios entre as Unidades Acadêmicas e Administrativas, visando redução de Consumo de bens naturais e materiais de Consumo. Como será feito? Acompanhando Consumo dos diferentes setores administrativos e unidades acadêmicas.	(p. 314)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.3	O que será feito? Nomear Comissão para elaborar a criação de órgão suplementar responsável por receber e compilar dados institucionais referentes aos temas do PLS e, também aqueles relacionados com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas. Como será feito? Compilando os dados de forma organizada e sistemática.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como pode ser visto no Quadro 23, a UFJF promove ações para se tornar sustentável, evidenciando o respeito e o compromisso com o meio ambiente, com os recursos humanos e com o patrimônio material. Essas ações vão de encontro com Marques, Santos e Aragão (2020) que apontam que a sustentabilidade vai além de iniciativas pontuais e isoladas, sendo promovidas relações além do ensino-aprendizagem, oferecendo projetos extraclasse com a comunidade acadêmica e externa, se encaixando numa universidade sustentável que busca desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão com perspectiva na Educação para sustentabilidade.

O Quadro 24 expõe as ações, objetivos, metas e plano de ação que estão relacionadas a educação para sustentabilidade e que tangem à infraestrutura.

Quadro 24: Ações, objetivos e metas relativas à infraestrutura da UFJF

AÇÃO 7:	**OTIMIZAR O USO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DA UFJF**	(p. 358)
OBJETIVO	O2 Adequação dos espaços acadêmicos	
METAS DO OBJETIVO	O2 - M2.1 Elaboração de diagnóstico para adequação dos espaços laboratoriais atendendo às legislações e normas pertinentes (ex.: biossegurança; segurança ambiental; segurança laboral etc.)	
	O2 - M2.2 Elaboração de diagnóstico específico para os espaços de manutenção e experimentação animal, devido às suas especificidades que os distinguem dos demais laboratórios da UFJF.	
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.1	O que será feito? Promoção de um conjunto de ações e medidas para modernização dos laboratórios de pesquisa e aulas práticas. Como será feito? 1) Instituir grupo de trabalho para diagnosticar necessidades de adequações dos laboratórios de ensino e pesquisa da UFJF; 2) Realizar estudo de uso e ocupação de todos os laboratórios da UFJF considerando as normativas da vigilância sanitária, segurança ambiental, segurança contra incêndios e segurança patrimonial e outros sinistros; 3) Desenvolver os projetos necessários para adequações, reforma ou obras. 4) Realizar as adequações conforme disponibilidade orçamentária.	(p. 358 e 359)
PLANO DE AÇÃO: META O2 - M2.2	O que será feito? Os laboratórios de pesquisa e aulas práticas assim como os espaços de manutenção e experimentação animal possuem regras e normativas próprias que levam em conta aspectos de biossegurança, bem-estar animal, segurança ambiental e laboral. Como será feito? 1) Instituir grupo de trabalho para diagnosticar necessidades de adequações dos laboratórios de pesquisa e aulas práticas na UFJF; 2) Instituir grupo de trabalho para diagnosticar necessidades de adequações dos espaços de manutenção e experimentação animal da UFJF; 3) Realizar estudo para os laboratórios de pesquisa e aulas práticas considerando as normativas da vigilância sanitária, segurança ambiental, segurança contra incêndios e segurança patrimonial e outros sinistros; 4) Realizar estudo para os laboratórios de experimentação animal existentes e demandados na UFJF considerando as normativas da vigilância sanitária, segurança ambiental, segurança contra incêndios e segurança patrimonial e outros sinistros; 5) Desenvolver os projetos necessários para adequações, reforma ou obras para laboratórios novos (demandados). 6) Realizar as adequações conforme disponibilidade orçamentária.	(p. 359)

AÇÃO 8:	**MELHORAR A INFRAESTRUTURA DO CAMPUS GOVERNADOR VALADARES**	(p.360)
OBJETIVO	O6 Providenciar a recuperação do dano ambiental provocado pela obra no terreno localizado no Rancho Miúra IV.	(p.364)
METAS DO OBJETIVO	O6 - M6.1 Realizar um dimensionamento da demanda.	
	O6 - M6.2 Providenciar contratação a partir do dimensionamento da necessidade.	
PLANO DE AÇÃO: META O6	O que será feito? Providenciar a recuperação do dano ambiental provocado no terreno localizado no Rancho Miúra IV. Como será feito? 1. Realizar um dimensionamento da demanda. 2. Providenciar contratação a partir do dimensionamento da necessidade.	(p.364 e 365)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como pode ser observado no Quadro 24, a UFJF promove ações que resguardam os espaços laboratoriais no que diz respeito a segurança ambiental, biossegurança e segurança laboratorial, não sendo evidenciado ações, no que tange a infraestrutura, de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais.

O Quadro 25 expõe as ações, objetivos, metas e plano de ação que estão relacionadas a educação para sustentabilidade e que diz respeito à tecnologia da informação.

Quadro 25: Ações, objetivos e metas relativas à tecnologia da informação da UFJF

AÇÃO 4:	**INFRAESTRUTURA DE ALTO PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO QUE PERMITA MAIOR DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS E RAPIDEZ NA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES.**	(p. 377)
OBJETIVO 4	O4 Prover infraestrutura de alto processamento e armazenamento para atividades de pesquisa e inovação.	
METAS DO OBJETIVO	O4 - M4.1 Atualizar a infraestrutura de processamento e armazenamento da UFJF.	
	O4 -M4.2 Elaborar um modelo de negócios para uso da infraestrutura de TIC pelas unidades da UFJF.	
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.1	O que será feito? Atualização da infraestrutura de alto processamento e armazenamento da UFJF. Como será feito? • Estudo de viabilidade das soluções de infraestrutura de alto processamento e armazenamento disponíveis no mercado; • Definição da infraestrutura de alto processamento e armazenamento a ser adotada; • Elaboração do Plano de Mudança para migração dos serviços existentes para a nova infraestrutura de alto processamento e armazenamento; • Aquisição/contratação da nova infraestrutura de alto processamento e armazenamento; • Execução do Plano de Mudança.	(p.379)
PLANO DE AÇÃO: META O4 - M4.2	O que será feito? Formalização do modelo de negócios acerca do uso do serviço de infraestrutura de TIC por parte das unidades usuárias da UFJF. Como será feito? 1. Elaboração do modelo de negócios para uso da infraestrutura de alto processamento e armazenamento; 2. Regulamentação do uso da infraestrutura de alto processamento e armazenamento.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como exposto no Quadro 25, a UFJF promove ações para disponibilizar um alto processamento e armazenamento para atividades de pesquisa e inovação. Conforme o ODS 9 deve-se construir infraestruturas resilientes e fomentar a inovação. Além disso, uma das estratégias da Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável é a Pesquisa e inovação.

O Quadro 26 expõe as ações, objetivos, metas e plano de ação que estão relacionadas a educação para sustentabilidade e que diz respeito à Comunicação Institucional.

Quadro 26: Ações, objetivos e metas relativas à Comunicação Institucional da UFJF

AÇÃO 5:	**FORTALECER E AMPLIAR A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, DANDO MAIS VISIBILIDADE À PESQUISA E INOVAÇÃO DA UFJF PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO PRODUZIDO PELA UNIVERSIDADE.**	(p. 397)
OBJETIVO	O1 Ampliar a divulgação científica da UFJF, capacitando novos divulgadores e apoiando setores estratégicos da Universidade que demandam uma comunicação eficiente do conhecimento técnico-científico da Instituição.	
METAS DO OBJETIVO	O1 - M1.1 Mapear projetos de divulgação científica distribuídos na Instituição.	(p. 398)
	O1 - M1.2 Capacitar divulgadores da ciência que atuam na Instituição, sejam docentes, discentes, técnico-administrativos em educação ou funcionários terceirizados, para melhor atuação na comunicação pública da ciência.	
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.1	O que será feito? Mapeamento de todos os projetos de pesquisa e/ou de extensão que tenham ações de divulgação científica. Como será feito? 1. Elaboração de questionário ou de outras ferramentas de pesquisa; 2. Levantamento dos dados; 3. Elaboração do relatório/ mapa dos projetos para criação posterior de banco de dados.	(p. 399)
PLANO DE AÇÃO: META O1 - M1.2	O que será feito? Criar uma rede dos divulgadores científicos que atuam na Instituição e que direta ou indiretamente contribuem com a divulgação científica e tecnológica da UFJF. Como será feito? A partir de levantamento do público-alvo potencial, a equipe de Divulgação Científica definirá a melhor forma de capacitação desses profissionais e como poderá ser criada uma rede de DC em toda a Universidade. Também serão definidos os critérios e as competências necessárias para auxiliar os gestores na contratação de profissionais, com o perfil de divulgador científico.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PDI (2022).

Como evidenciado no Quadro 26, a UFJF fortalece a divulgação científica, com ações que promovem maior visibilidade à pesquisa e inovação, o que também vai ao encontro com o ODS 9 e as estratégias da Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UFJF utilizada no presente trabalho é do ano de 2020. No documento foi apontado sobre a finitude dos recursos naturais e os exageros cometidos pelos seres humanos que geram transformações prejudiciais ao planeta. Assim, foi abordado o relatório *Brundtland*, também nomeado como "Nosso Futuro Comum", que evidencia a importância do Desenvolvimento Sustentável, ressaltando o trecho a seguir.

> Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (UFJF PLS, 2020, p.3*).*

Levando em consideração essas reflexões, a publicação da Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o governo federal que instituiu regras para elaboração dos PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, a UFJF espera incentivar a comunidade universitária a ter mudanças de hábitos institucionais e pessoais para o bem estar comum, mostrando o compromisso e respeito com o meio ambiente, com recursos naturais e humanos (UFJF PLS, 2020).

A instrução normativa nº10/2012 tem como principais temas a instituição de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços. Essas ações deverão abranger os temas a seguir:

> I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartucho para impressão;
> II – energia elétrica;
> III – água e esgoto;
> IV – coleta seletiva;
> V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
> VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
> VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na
> redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (UFJF PLS, 2020, p.5).

A UFJF criou em 2015 a Coordenação Geral de Sustentabilidade que é vinculada à Pró-Reitoria de Infraestrutura da instituição (UFJF PLS, 2020). A coordenação desenvolveu suas ações visando atender a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto 5.940/2006 que versa sobre os resíduos recicláveis que devem ser encaminhados a associações e/ou cooperativas de catadores (UFJF PLS, 2020).

O gerenciamento dos resíduos gerados, é feito em função do tipo de resíduo, que pode ser químico, de saúde, lixo comum e material reciclável (UFJF PLS, 2020). Os resíduos químicos são classificados, rotulados, recolhidos e encaminhados para incineração por semestre. As lâmpadas fluorescentes por conter mercúrio também são

incineradas. A coleta de resíduos de saúde é feita duas vezes por semana. E no caso dos resíduos urbanos ou lixo comum, é anualmente medido o volume gerado pela coordenação para elaboração do contrato de serviço (UFJF PLS, 2020).

No que diz respeito ao atendimento ao Decreto 5.940/2006, são realizados editais públicos para habilitar associações que possam receber o material reciclável gerado pela universidade (UFJF PLS, 2020). Na publicação do PLS obtido no presente estudo constou como habilitadas, as associações Associação Lixo Certo (ALICER) e a Associação dos catadores de resíduos sólidos (APARES**)** de Juiz de Fora (UFJF PLS, 2020).

Os materiais recicláveis que são recolhidos pela coordenação são papel e papelão, plástico, metais, isopor, pilhas, vidros e cartuchos de impressão, sendo encaminhados para as associações papel, papelão, plástico e sucatas metálicas (UFJF PLS, 2020). Outros materiais como as pilhas, isopor, baterias e cartuchos de impressoras são levados para empresas que reciclam esses materiais e que emitem certificados de destinação ambientalmente correta (UFJF PLS, 2020).

Em relação a Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, há programas para busca de melhoria nas condições de trabalho para os servidores que são gerenciados pela Coordenação de Saúde, Segurança e Bem-Estar (COSSBE), que é subordinada à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) (UFJF PLS, 2020). Os programas disponíveis apontados no PLS foram Acupuntura, Ginástica Laboral, Caminhada e Corrida, Programa de Avaliação de Desempenho (PROADES), Comissão de Avaliação de Riscos de Insalubridade e Periculosidade, Introdução à Técnica do *Mindfullness*, Memória e Qualidade de Vida: uma ação interdisciplinar com vistas ao envelhecimento ativo e saudável, Núcleo de Planejamento, Assessoria e Assistência (NUPLA), Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (NASS), além da Perícia Médica, Prevenção de Riscos Ambientais e Saúde Mental (UFJF PLS, 2020).

Quanto as metas, indicadores e planos de ação, no que diz respeito aos materiais de consumo a meta é reduzir o consumo de papel em 5 % ao ano, por meio da Efetivação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), redução no número de impressoras com ilhas de impressão com controle de uso, aquisição de impressoras que trabalham no modo frente e verso, campanha Institucional de conscientização para redução no consumo de papel e Intensificação do uso de plataformas virtuais para atividades e avaliações (UFJF PLS, 2020).

Dos materiais de consumo, há metas para reduzir o consumo de copos plásticos descartáveis em 20% ao ano. Metas para reduzir o consumo de cartuchos e toners para impressão em 10% ao ano (UFJF PLS, 2020).

Em relação a Energia elétrica a meta é reduzir o consumo de energia elétrica em 5 % ao ano, através de campanha para apagar as luzes e desligar os micros após o expediente; avaliar a utilização de sensor de presença em áreas comuns; implantar iluminação LED; revisar as instalações elétricas mais antigas; estudar a viabilidade de implantação do uso de células voltaicas e estudar a implantação de medidores de consumo em cada unidade (UFJF PLS, 2020).

No que se refere a água, a meta é reduzir consumo de água em 5% ao ano através de campanhas de sensibilização do consumo consciente quanto ao uso da água; Estudo sobre reutilização da água da chuva e da água de ar-condicionado; Revisão das instalações hidráulicas na busca de vazamentos; Aquisição de descargas e torneiras econômicas; Adoção de lavagem ecológica na frota de veículos; Orientação ao pessoal de limpeza e copa sobre uso racional da água; Estudo de viabilidade para instalação de hidrômetros por unidade; Levantamento do número de destiladores no Campus, buscando redução e reaproveitamento da água descartada (UFJF PLS, 2020).

Quanto a coleta seletiva a meta é aumentar a quantidade de material reciclável entregue para a associação de catadores em 20% ao ano através de campanha de conscientização da importância da separação dos resíduos e da ampliação do recolhimento de materiais recicláveis para destinação ambientalmente correta (UFJF PLS, 2020).

Em relação aos resíduos químicos a meta é reduzir a quantidade de resíduos químicos a serem tratados em 5% ao ano através de campanha de conscientização da importância da redução da produção de resíduos químicos; racionalizar a compra de produtos e promover condições de infraestrutura para recuperação e purificação de substâncias presentes no resíduo (UFJF PLS, 2020).

No que diz respeito aos resíduos de saúde a meta é reduzir a quantidade de resíduos de saúde a serem tratados em 5% ao ano através da busca de alternativas para adoção de tecnologias que reduzam a quantidade de resíduos de saúde e; estudo de viabilidade de tratamento para reutilização dos resíduos de maravalha (UFJF PLS, 2020).

Como considerações finais, o PLS aponta que todo trabalho na área de sustentabilidade depende da colaboração e da conscientização da comunidade para ter bons resultados. As mudanças de hábitos geram desconforto aos atores, mas, certamente

trazem bem-estar e a preservação de seus recursos naturais e humanos e dos bens patrimoniais (UFJF PLS, 2020).

- Plano Político Pedagógico Campus Juiz de Fora

Consta no PPP da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF que o currículo do curso de Ciências Contábeis respeita as determinações da Resolução nº 03/1992, que diz que no mínimo deve haver a inclusão de algumas disciplinas que são primordiais na formação do profissional. Dentre elas, consta a disciplina de Ética Profissional (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

O PPP abordou a Resolução CNE/CES nº 10/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis. No Artigo 4º são elencadas as competências e habilidades que o contador deve ter. Dentre essas, as relacionadas com a sustentabilidades são: exercer as responsabilidades com domínio significativo das funções contábeis, incluindo noções e quantificações de informações patrimoniais, financeiras e governamentais, bem como informações que propiciam valores voltados para a cidadania; exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas instituídas nas legislações (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

Também abordou o Apêndice I da Proposta de Resolução criada pelo Conselho Federal de Contabilidade que visa à alteração da Resolução CNE/CES n.º 10/2004 (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022). Essa resolução traz uma visão mais ampla, tendo as seguintes habilidades e atitudes relacionadas à sustentabilidade:

Habilidade técnica, no que se refere a participação da formulação e da implementação de estratégias organizacionais para a tomada de decisões, é avaliar o desempenho financeiro e econômico de produtos e segmentos de negócios, levando em consideração os impactos sociais e ambientais. Habilidades técnicas, no que se refere a análise da gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança, são compreender os princípios da boa governança, inclusive os direitos e responsabilidades dos empresários e dos responsáveis pela governança e compreender o papel das partes interessadas em relação à governança, divulgação e transparência (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

Habilidades Gerais de integrar os conhecimentos em Administração, Economia e Direito aos conhecimentos em Ciências Contábeis para desenvolver os modelos organizacionais, de forma sustentável levando em conta as dimensões sociais,

econômicas, ambientais e culturais; serem proativos nas discursões que promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação aos interesses das partes interessadas (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

Atitudes que levam a um comportamento ético, levando em consideração o código de ética e todas outras normas de conduta do contador; propiciar o respeito, o reconhecimento e a importância da diversidade nos diversos ambientes organizacionais e promover o Desenvolvimento Sustentável nas decisões relativas ao exercício da profissão contábil (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

O PPP da UFJF também retomou uma publicação específica da ONU de 2003, que apontou para o que se deve admitir na educação contábil, devendo ser oferecido um currículo amplo, que considerasse a realidade do mundo. Na publicação constou que o profissional contábil é ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico, social e político de qualquer nação e que isso exige uma formação cultural ampla. Foi destacado a necessidade de conhecimento em áreas técnicas da contabilidade, bem como em correlatas e gerais, como ética (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

No que diz respeito ao objetivo do curso de Ciências Contábeis, tem-se a seguinte finalidade:

> Formar profissionais com sólida base de conhecimentos científicos e técnicos, críticos e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável organizacional das empresas e instituições, participando ativamente dos processos inerentes à tomada de decisões, habilitado a contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade com a competência técnica da profissão contábil. No processo de formação profissional, é possível absorver conhecimentos técnicos específicos da ciência contábil, bem como outros conhecimentos de ciências afins, com vistas à formação do profissional multidisciplinar (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022, p.36).

Observa-se que o curso evidencia característica da educação para sustentabilidade, sendo destacadas uma formação que leva em conta os valores éticos, o Desenvolvimento Sustentável e desenvolvimento econômico da sociedade.

No que se refere ao perfil do egresso, este precisa compreender questões tecnológicas, culturais e socioambientais, questões do âmbito nacional e internacionais e nos diversos modelos organizacionais (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

Em relação à atenção aos discentes, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) promove às políticas de assistência estudantil, que compreendem o enfrentamento de demandas socioeconômicas para propiciar a permanência dos estudantes; e o enfrentamento de demandas psicopedagógicas, para o acolhimento dos

alunos, reconhecendo a diversidade e singularidades (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

A respeito da matriz curricular apresentada no PPP, o Quadro 27 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 27: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
FIN066	Ética e legislação profissional	2	30	DPM064-Instituições de Direito.	Obrigatória	8º Período
FIN045	Contabilidade e Responsabilidade Social Ambiental	4	60	FIN 027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis	Eletiva	-
FIN048	Governança Corporativa	4	60	FIN010 Mercado de Capitais	Eletiva	-
UNI015	LIBRAS Instrumental I	-	-	-	Optativa	-
UNI016	LIBRAS Instrumental II	-	-	-	Optativa	-
EDU110	Sistema Braille Grau I de Leitura e Escrita	-	-	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus Juiz de Fora (2022).

Observa-se no Quadro 27 que a disciplina Ética e legislação profissional tem carga horária reduzida em relação as demais disciplinas. Além disso, as disciplinas dentro da temática educação para sustentabilidade são na maioria eletivas e optativas. Isso demonstra que o curso ainda não prioriza o ensino ambiental.

As disciplinas eletivas são disciplinas previstas no Plano do Curso e as disciplinas optativas são quaisquer disciplinas oferecidas por qualquer curso da UFJF, desde que tenha carga horária e número de créditos compatíveis com exigido para integralização do curso (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022).

No que diz respeito as ementas das disciplinas cujo nome tem ligação com a educação para sustentabilidade, estas estão expostas no Quadro 28.

Quadro 28: Ementas das disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora

Disciplina	Ementa da disciplina	
FIN066 - Ética e Legislação Profissional	**Ementa**	(p.77)
	Conceitos básicos: Ética, objeto e objetivos; Ética x moral; Ética empresarial; Ética profissional; Código de Ética do Profissional Contador; Normas Brasileiras de Contabilidade de cunho Ético (NBC 100, 200, 300); Legislação Profissional - decreto lei 9.295/46 e alterações; Pesquisa em Ética Profissional Contábil; Ética em pesquisa. Visita técnica ao CRC MG.	
	Ementa	(p.82)

FIN045 - Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	Responsabilidade social. Responsabilidade ambiental. Projetos sociais. Marketing social. Empreendedorismo social. Noções de contabilidade social. Balanço social. Modelos de balanço social. Legislação aplicável.	
FIN048 - Governança Corporativa	**Ementa**	(p.84)
	Conceitos fundamentais da governança corporativa. Governança corporativa e custos de capital. Impactos da governança corporativa na redução dos custos de agência. Códigos e/ou normas de governança corporativa, editados por entidades governamentais ou não, no Brasil e no mundo. A importância e as técnicas em uso para evidenciação de informações de natureza econômico-financeira e contábil, de desempenho operacional e das ações da empresa. Tópicos contemporâneos em governança corporativa	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus Juiz de Fora (2022).

Como pode ser observado no Quadro 28, não foram encontradas as ementas das disciplinas UNI015- LIBRAS Instrumental I, UNI016-LIBRAS Instrumental II, EDU110-Sistema Braille Grau I de Leitura e Escrita.

Além das disciplinas apresentadas no Quadro 28, o PPP da UFJF apresenta as ementas das disciplinas CAD077 – Princípios de Administração II (Cr: não encontrado, C.H.S: 60, Pré-Requisito: CAD076 - Princípios de Administração I, Classe: Obrigatória, 2º Período), ECO034 – Economia (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 1º Período), FIN036 - Metodologia da Pesquisa em Contabilidade (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: FIN025 - Contabilidade Básica I, Classe: Obrigatória, 6º Período), FIN071 - Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade ((Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: FIN030 - Teoria da Contabilidade, Classe: Eletiva, Período: -) e FIN072 - Tópicos Avançados em Finanças (Cr: -, C.H.S: 60 , Pré-Requisito: FIN010- Mercado de Capitais, Classe: Eletiva, Período: -). Todas essas disciplinas incluem conceitos relacionados à sustentabilidade (UFJF PPP Campus Juiz de Fora, 2022). O Quadro 29 expõe as respectivas ementas.

Quadro 29: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFJF Campus Juiz de Fora

Disciplina	**Ementa da disciplina**	
CAD077 – Princípios de Administração II	**Ementa**	(p.62)
	Noções de administração de Marketing. Noções de Recursos Humanos. Noções de Produção. Noções de Responsabilidade Social. Noções de Organizações e Métodos	
ECO 034 – Economia	**Ementa**	(p.58)
	Conceito de economia. Modos de Produção e Pensamento Econômico. Introdução à microeconomia. As forças do mercado – Demanda, Oferta e Equilíbrio de mercado. Excedentes; Externalidades. Introdução à macroeconomia. Contabilidade Social. Mercado de bens e serviços. Mercado monetário. Setor externo. Desenvolvimento e crescimento econômico.	
	Ementa	(p.72)

FIN036 - Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	Estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos. Ética em pesquisa. Projeto de pesquisa. Fomento à pesquisa. O raciocínio científico. Grau de evidência científica.	
FIN071 - Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade	**Ementa**	(p.90)
	O objetivo desta disciplina é discutir tópicos contemporâneos em teoria contábil não discutidos na disciplina de Teoria da Contabilidade. Contabilidade Criativa. Governança Corporativa. Finanças Comportamentais. Empreendedorismo na Contabilidade. Ferramentas para Tomada de Decisão	
FIN072 - Tópicos Avançados em Finanças	**Ementa**	(p.90)
	Dinheiro e significados. De Bretton Woods à crise de 2008. Cypherpunks e o advento das criptomoedas. Novas formas de capitalismo e o papel do governo. Pandemia, Riscos ambientais e estabilidade financeira. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus Juiz de Fora (2022).

As disciplinas abordam conceitos de Responsabilidade Social, Desenvolvimento e crescimento econômico, Ética em pesquisa, Governança Corporativa, Pandemia, Riscos ambientais, que fazem parte da temática da educação para sustentabilidade.

No que se refere às disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o PPP prevê o reconhecimento de disciplinas existentes que possuam características extensionistas, como disciplina extensionista. A única disciplina que possui ligação com o tema Educação para Sustentabilidade é a ofertada na modalidade EAD. Portanto, não foi selecionada.

- Plano Político Pedagógico Campus Governador Valadares

O PPP do curso de Ciências Contábeis da UFJF de Governador Valadares foi atualizado em 2022 com base em aspectos econômicos, sociais e de sustentabilidade. Sobre a concepção pedagógica do curso, foi destacado que o ensino de graduação não pode ter uma estrutura curricular rígida, sendo indispensável flexibilidade, para atender as demandas tecnológicas e sociais da comunidade moderna e apoiar a estrutura filosófica de promoção da equidade social, para melhora da qualidade de vida dos brasileiros. Então, procurou-se desenvolver um PPP que propiciasse a formação de profissionais com visão crítica da sociedade, conscientes de suas responsabilidades éticas e sociais, qualificados para utilizar seus conhecimentos em benefício da sociedade (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

Vale destacar uma contextualização institucional apresentada no PPP, sendo exposto que a UFJF foi fundada em 1960, tendo uma trajetória histórica no estado de Minas Gerais (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022). Assim, o Conselho

Superior (CONSU), em 16 de fevereiro de 2012, aprovou a criação do Campus em Governador Valadares MG, de acordo com a Resolução nº 01/2012. Foi evidenciado no PPP que em Governador Valadares, antes da criação do Campus, apenas IES privadas ofertavam o curso de Ciências Contábeis.

Como o acesso ao curso dependia de condições econômicas-financeiras para entrada e permanência de discentes, foi evidenciado que a realidade direcionava para uma não inclusão de alunos com menor poder aquisitivo (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

A instituição/curso possui grande relevância na cidade e região por apresentar um índice significativo de extensão e pesquisa, apoiando substantivamente na diminuição das desigualdades sociais e proporcionando ensino profissional de qualidade (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

O PPP foi pautado nas seguintes legislações Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004; Resolução CONAES n° 1, de 17 de junho de 2010 que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e outras providências; Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007; Proposta Nacional de conteúdo para o curso de Graduação em Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (2008); Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 e Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 que institui diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

Também foi pautado na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012 – CNE/CP; Resolução CNE/CP nº 01 de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e Decreto Presidencial nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que implementa a inserção da matéria de LIBRAS como unidade curricular optativa nos cursos de educação superior, que são normativos que propiciam a integração da educação para a sustentabilidade às disciplinas do curso de modo contínuo, permanente e transversal (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

Também foi baseado na Portaria Normativa n° 40 de 12 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria Normativa MEC n° 23 de 01 de dezembro de 2010, publicada em 29 de dezembro de 2010 que tratam da disponibilização de informações acadêmicas na

forma impressa e virtual e Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

No que diz respeito ao objetivo geral, o curso visa uma formação sólida no aspecto multidisciplinar, tendo como diretrizes uma formação crítica e ética do discente (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022). A ideia é que o discente entenda e aplique na vida profissional conceitos éticos e tenham boa conduta profissional, levando em conta os pilares do Código de Ética Profissional do Contador. Não só promover uma formação de profissionais com capacidade crítica e ética, mas também formar profissionais que contribuam para o Desenvolvimento Sustentável das empresas e instituições (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

Quanto aos objetivos específicos relacionados educação para a sustentabilidade, o curso tem objetivo de formar profissionais que exerçam à cidadania e que tenham conduta ética (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

Tendo os objetivos em mente, o perfil esperado do egresso é de um profissional com visão multidisciplinar e global, com sólida formação científica, que seja apto para exercer a profissão com distinção, zelo, ética e responsabilidade social. O egresso também necessita entender sobre questões tecnológicas e de inovação, culturais e socioambientais (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

No que tange habilidades e competências a serem desenvolvidas, o PPP apoiado no Artigo 4º da Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 10/2004 apresenta que o discente deve ter como competências e habilidades relacionadas a educação para sustentabilidade: ética, responsabilidade social e valores orientados para a cidadania (UFJF PPP Campus Governador Valadares, 2022).

No que concerne a matriz curricular, o Quadro 30 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 30: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFJF Campus Governador Valadares

Código	Disciplina	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
CAD036GV	Inovação Tecnológica e Competitividade	60	CAD004GV Teoria Geral da Administração I	Obrigatória	5º Período
FINXXXGV	Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade	60	-	Obrigatória	7º Período
FIN050GV	Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	60	Contabilidade Básica II Contabilidade de Custos	Eletiva	-
FIN042GV	Governança Corporativa	60	Metodologia Científica; Teoria da Contabilidade	Eletiva	-

EDU088	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	-	Eletiva	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus de Governador Valadares (2022).

Como pode ser observado no Quadro 30, as disciplinas Inovação Tecnológica e Competitividade e Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade são disciplinas obrigatórias oferecidas pelos departamentos do curso de Ciências Contábeis, isto é, disciplinas dos núcleos de conteúdos básico, profissional e teórico-prático. As disciplinas Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental e Governança Corporativa são disciplinas eletivas oferecidas pelo departamento. E a disciplina LIBRAS é uma disciplina de outro departamento, o de fisioterapia, que também faz parte do quadro de eletivas do curso de Ciências Contábeis.

Os Programas das disciplinas mencionadas acima estão apresentados no Quadro 31.

Quadro 31: Programa das disciplinas da UFJF Campus Governador Valadares cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa e Conteúdo Programático	
CAD036GV - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E COMPETITIVIDADE	**Ementa**	(p.67)
	História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TIC´s em foco.	
	Conteúdo Programático	
	1. Fundamentos e Conceitos básicos	
	2. Tipos de Inovação	
	3. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação.	
	4. Processo de inovação: Geração de ideias, desenvolvimento de Novos Produtos, serviços,	
	negócios	
	5. Sistema Nacional de Inovação: Habitats de Inovação	
	6. Gestão da Inovação	
	7. Novas tecnologias e suas implicações sociais	
FIN032GV - ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM CONTABILIDADE	**Ementa**	(p.76 e 77)
	Ética Geral; Ética nos negócios e no campo contábil. Código de Ética do Profissional Contábil. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Educação para a Sustentabilidade. Geração de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. Responsabilidade Social Empresarial. Empresas Sociais; Microfinanças e Microcrédito. Relações político-sociais e étnico-raciais.	
	Conteúdo Programático	
	I. Conhecimento multidimensional da ética	

	Introdução à ética e os fundamentos de ética geral; Teoria da convicção e da responsabilidade; Ética, caráter e sentido; A formação do caráter: esclarecimento, competência técnica e competência emocional do dirigente e desenvolvimento da consciência.	
	II. Ética empresarial e Contabilidade e Sociedade	
	Ética nos negócios e no campo Contábil: ética da convicção, ética da responsabilidade e ética da virtude; Código de Ética profissional do Contador e dilemas éticos; Sustentabilidade: os pilares do desenvolvimento sustentável e a educação para ações sustentáveis e éticas; Problemas éticos contemporâneos: os negócios na mídia, o mercado, o produto e as diversidades de gêneros, raças e inclusão social.	
	III. Responsabilidade Social e Ambiental: Compliance e Relatórios de Informação Contábil	
	A ética e a responsabilidade social empresarial e os relatórios de sustentabilidade da contabilidade; Abordagem crítica da Geração de Valor Econômico, Social e Ambiental: existe compromisso informacional e conduta ética?; Empresas Sociais e seus compromissos com o bem-estar da sociedade.	
	IV. Desenvolvimento Social: Microfinanças e ODS	
	Conceito e Caracterização das Microfinanças e dos Microcréditos; Modelos e programas com compromisso social para mitigação da situação de pobreza; Estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Social e a finalidade contábil.	
FIN050GV - CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	**Ementa**	(p.88)
	Ambiente da Contabilidade e da Contabilidade Ambiental. Terminologias contábeis ambientais: Ativo, passivo, receitas, gastos, custos e despesas ambientais. Contabilização de eventos ambientais. Gestão ambiental e sustentabilidade empresarial. Balanço social, Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Relato Integrado. Indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável. Legislação ambiental.	
	Conteúdo Programático	
	I. Contabilidade, Meio Ambiente e Sociedade	
	História da Contabilidade e aspectos ambientais; Organização, Meio ambiente e Responsabilidade Social; Sistema de Informações Contábeis e transparência empresarial; ODS direcionados ao meio ambiente.	
	II. Diagnóstico da Contabilidade Ambiental	
	Caracterização da Contabilidade Ambiental; Adequação das terminologias contábeis: gastos, passivos, despesas e receitas ambientais; Custos ambientais; Contabilização de eventos ambientais; Demonstrações Contábeis Ambientais.	
	III. Gestão Social, Ambiental e Sustentabilidade Empresarial	
	Dicionário de Gestão Social; Responsabilidade Social e Ambiental; Contexto da Gestão Social e Ambiental nas organizações públicas e privadas; Legislação ambiental no Brasil; Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável; Tipos de Informação Contábil, Social e Ambiental nos relatórios brasileiros e internacionais.	
	IV. Contabilidade da Gestão Ambiental: Informações Contábeis no Balanço Social e no Relato Integrado	
	Controladoria ambiental; Conceito, estrutura e elaboração do Balanço Social; Relato integrado. Indicadores Ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável	

FIN042GV Governança Corporativa	**Ementa**	(p.31)
	Não foi disponibilizada no PPP	
	Conteúdo Programático	
	Não foi disponibilizada no PPP	
EDU088 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	**Ementa**	(p.105 e 106)
	Desenvolvimento, em nível básico, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos sinalizantes da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS). Introdução ao estudo das visões sobre a surdez e sobre a educação de surdos. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da LIBRAS. Estudo de aspectos culturais dos surdos brasileiros e suas implicações educacionais. Estudo das políticas linguísticas e educacionais na área da Surdez.	
	Conteúdo Programático	
	Não foi disponibilizada no PPP	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus de Governador Valadares (2022).

Além das disciplinas mencionadas no Quadro 31, o PPP apresentou disciplinas que não possuem títulos com termos relacionados a temática da sustentabilidade, mas possuem na ementa e/ou no conteúdo programático, como apresentado no Quadro 32.

Quadro 32: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFJF Campus Governador Valadares

Disciplina	Ementa e Conteúdo Programático	
DPR001GV - INSTITUIÇÕES DE DIREITO	**Ementa**	(p.38 e 39)
	Mundo normativo. Direito e valores. Direito e norma. Direito e sociedade. Direito e Estado. Direito e Constituição. Direito e política. Direitos humanos	
	Conteúdo Programático	
	1. Mundo Normativo	
	1.1 Linguagem prescritiva e normatividade.	
	1.2 Sentido do Direito.	
	2. Direito e valores	
	2.1 Significado de valor.	
	2.2 Ética e valores morais.	
	2.3 O ideal de justiça.	
	3. Direito e Constituição	
	3.1 Força normativa constitucional.	
	3.2 Poder Constituinte: Como uma Constituição é elaborada?	
	3.3 Direitos fundamentais: por que estão na Constituição?	
	4. Estado Democrático de Direito	
	4.1 Significado e percurso histórico.	
	4.2 Democracia e cidadania: como participar das deliberações do Estado?	
	4.3 Direitos sociais, políticas públicas e ações afirmativas.	
	5. Estado de Direito e economia	
	5.1 Constituição, mercado e sociedade.	

	5.2 O papel da regulação econômica.	
	6. Direito e pessoa	
	6.1 Noção de pessoa.	
	6.2 Autonomia relacional.	
	6.3 Construções, determinações identitárias e diversidade.	
	7. Direitos humanos	
	7.1 Gerações de direitos: como construímos os direitos humanos?	
	7.2 Gênero, minorias étnicas e racismo.	
	7.3 Direito humano ao meio ambiente.	
FIN006GV – AUDITORIA	**Ementa**	(p. 73 e 74)
	Conceitos básicos de auditoria. Normas técnicas e profissionais de auditoria (NBC-T e NBC-P). Planejamento de auditoria. Seleção da amostra e avaliação de risco. Controle interno. Papeis de trabalho. Pareceres de auditoria. Auditoria das contas patrimoniais. Auditoria das contas de resultado. Relatório de auditoria. Revisão pelos pares.	
	Conteúdo Programático	
	I. Introdução à auditoria	
	Aspectos conceituais da auditoria; Evolução histórica; Objetivo da auditoria das demonstrações contábeis; Registro do auditor; Aspectos éticos e responsabilidade legal da auditoria.	
	II. Normas de auditoria	
	Normas profissionais de auditoria: gestão de qualidade para firmas de auditoria independente; revisão de qualidade do trabalho; revisão externa de qualidade pelos pares; exame de qualificação técnica para auditor; independência para trabalho de auditoria e revisão e independência para trabalho de asseguração diferente de auditoria e revisão; Normas técnicas de auditoria: concordância com o trabalho de auditoria; planejamento, identificação e avaliação de riscos de distorção; procedimentos de auditoria; conclusão e formação de opinião; relatórios especiais; demonstrações financeiras de uso geral e comunicação.	
	III. Controles Internos	
	Aspectos conceituais; Levantamento do sistema de controle interno; Avaliação do controle interno; Tipos de controle interno; Determinação dos procedimentos de auditoria para entidades de pequeno, médio e grande porte.	
	IV. Planejamento de Auditoria	
	Aspectos conceituais; Seleção de amostra; Avaliação de riscos; Procedimentos de auditoria; Testes de auditoria.	
	V. Auditoria das contas patrimoniais e de resultado	
	Demonstrações contábeis a serem auditadas; Superavaliação e subavaliação; Programas de auditoria.	
	VI. Papeis de trabalho	
	Aspectos conceituais; Tipos e naturezas de papeis de trabalho; Técnicas de elaboração.	
	VII. Relatório de auditoria	
	Importância do relatório; Tipos de opinião do auditor; Tipos de pareceres; Critérios para estruturação e redação.	
	VIII. Revisão pelos pares	
	Aspectos conceituais; Relatório de revisão.	
	Ementa	

FIN022GV - CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO I	Noções de Administração Pública. Normas e Legislações da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Ciclo Orçamentário no Brasil. Orçamento Público. Relações Étnico-raciais e Orçamento Público. Licitação Créditos adicionais, Restos a Pagar, Dívida Pública e Patrimônio Público.	(p. 75 e 76)
	Conteúdo Programático	
	I. Noções de Administração Pública	
	Noções sobre estrutura e funcionamento da Administração Pública; Princípios Constitucionais da Administração Pública; Administração Pública Direta e Indireta.	
	II. Normas e Legislações da Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
	Lei 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal; Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP).	
	III. Ciclo Orçamentário no Brasil	
	Planejamento Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA)	
	IV Orçamento Público	
	Conceito; Princípios Orçamentários; Tipos de Orçamento; Da elaboração à aprovação do Orçamento; Créditos Orçamentários e Adicionais; Orçamento Público e Racismo Estrutural; Orçamento Público, Relações de Gênero e Raça.	
	V. Licitação	
	Processo Licitatório; Modalidades de Licitação; Inexigibilidade; Dispensa de Licitação; Sistema de Registro de Preços.	
	VI. Patrimônio Público e Principais Lançamentos Típicos do Setor Público	
	Patrimônio Público; Receita Pública; Dívida Ativa; Despesa Pública; Restos a Pagar.	
FIN034GV- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	**Ementa**	(p.85)
	Orientações gerais. Ciência. Metodologia de pesquisa. Estrutura e conteúdo do projeto de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso.	
	Conteúdo Programático	
	I. Orientações Objetivos gerais do trabalho de conclusão de curso. Propriedade intelectual em pesquisa; Aspectos ético-legais em pesquisa científica; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à formatação de textos científicos.	
	II. Ciência	
	O que é ciência; Ciência e conhecimento científico; Métodos científicos de pesquisa.	
	III. Metodologia de pesquisa	
	Tipologias de pesquisas; Execução das etapas de uma pesquisa científica.	
	IV. Estrutura e conteúdo do projeto de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso	
	Introdução; Referencial teórico e revisão de literatura; Abordagem metodológica; Elaboração do projeto de pesquisa.	
FIN068GV - CONSULTORIA EMPRESARIAL	**Ementa**	(p.94 e 95)
	Conceitos básicos. Características do trabalho de consultoria empresarial. Perfil do consultor empresarial. Ética empresarial. Mudança organizacional e consultoria empresarial: definições estratégicas – negócio, mercado, clientes e produtos; essência e gerência da mudança. Estratégias. Estudo de viabilidade. Consultoria Empresarial.	

	Conteúdo Programático	
	I. Conceitos básicos.	
	O que é consultoria empresarial e por que contratar uma.	
	II. O consultor: estilos, carreiras, habilidades, marketing pessoal.	
	III. Ética empresarial.	
	Fundamentos com o código de ética; Código de ética dos consultores; Relação com os clientes de consultoria x Relação com a Comunidade x Relação com a categoria empresarial.	
	IV. A atividade de consultoria: tendências contemporâneas, tipo de consultoria.	
	Tipos de Consultoria; Consultoria interna e externa; Consultoria empresarial.	
	V. Características do trabalho de consultoria empresarial.	
	O passo a passo do consultor empresarial; as principais competências de um consultor de sucesso.	
	VI. Mudança organizacional e consultoria empresarial: definições estratégicas – negócio, mercado, clientes e produtos; essência e gerência da mudança.	
	Mudanças organizacionais no contexto da era digital; O incremento de inovações tecnológicas e o fenômeno da globalização econômica têm produzido fortes impactos no contexto empresarial.	
	VII. Estratégias, planejamento estratégico.	
	O planejamento como ferramenta de gestão; Os cenários mais diversos e competitivos; Elaboração do planejamento estratégico.	
	VIII. Estudo de viabilidade.	
	Pesquisa de Mercado; Como fazer um estudo de viabilidade – 4 pilares básicos: Projeção de receitas; Projeção de custos, despesas e investimento; Projeção de fluxo de caixa; Análise indicadores.	
ADM025GV - GESTÃO DE OPERAÇÕES I	**Ementa**	(p.113 e 114)
	Conceitos fundamentais: produtos/serviços, produção/operações, modelo input-transformação-output, níveis de análise (processo, negócio, cadeia), volume, variedade, variação e visibilidade das operações. Papel estratégico das operações. Objetivos estratégicos: custo, qualidade, velocidade, confiabilidade, flexibilidade. Conteúdo e processo estratégico de operações. Operações e sustentabilidade. Projeto de rede de operações produtivas: configuração da rede de operações, localização, capacidade produtiva de longo prazo. Gestão de Processos: tipos de processos, mapeamento e melhoria de processos. Arranjo físico e fluxo. Projeto e organização do trabalho.	
	Conteúdo Programático	
	Não foi disponibilizada no PPP	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFJF PPP Campus de Governador Valadares (2022).

As disciplinas elencadas no Quadro 32 possuem as seguintes características: DPR001GV - Instituições de Direito (Cr: 5, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 1º Período); FIN006GV - Auditoria (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: Estrutura das Demonstrações Contábeis; Planejamento e Contabilidade Tributária, Classe: Obrigatória, 6º Período); FIN022GV - Contabilidade Aplicada ao Setor Público I (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: Estruturas das Demonstrações Contábeis, Classe:

Obrigatória, 6º Período); FIN034GV-Trabalho de Conclusão de Curso I (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: Metodologia da Pesquisa, Classe: Obrigatória, 7º Período); FIN068GV - Consultoria Empresarial (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: Contabilidade Gerencial e Gestão Financeira II, Classe: Eletiva, Período: -); ADM025GV - Gestão de Operações I (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: Teoria Geral da Administração II, Classe: Eletivas, Período: -)

As disciplinas mencionadas anteriormente tangem temas transversais, mostrando que o programa das disciplinas, além das competências técnicas trabalha para o desenvolvimento de competências e habilidades de caráter humanístico e de cidadania, motivando a participação dos discentes na sociedade e no ambiente de trabalho, respeitando e fortalecendo os direitos humanos, o consumo responsável, a consciência socioambiental, a diversidade e o combate a diversas formas de discriminação (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Apesar da transversalidade desses temas, algumas temáticas são trabalhadas diretamente em disciplinas inclusas na estrutura curricular como a disciplina da LIBRAS; das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana; da educação ambiental e da educação em direitos humanos. De acordo com a Resolução CNE/CP nº2/2012, que institui a Lei nº 9795/1999, a educação ambiental é elemento essencial na Educação Nacional e deve ser promovida pelas IES em seus PPP. Os conceitos relacionados a esse tema são ofertados nas disciplinas obrigatórias Instituições de Direito e Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Quanto a educação em Direitos Humanos, que possui suas diretrizes definidas na Resolução CNE/CP nº1/ 2012, é trabalhada nas disciplinas Instituições de Direito, Gestão e Legislação Social, Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade. No que se refere ao ensino da LIBRAS, com base no Decreto nº 5622/ 2005, é trabalhada como uma disciplina eletiva. E ainda, na promoção da educação antirracista, conforme a Resolução CNE/ CP nº1/ 2014, que aborda sobre as relações étnico-raciais e da educação da cultura afro-brasileira e africana, são trabalhadas nas disciplinas Instituições de Direito, Contabilidade Aplicada ao Setor Público I, Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade, além da disciplina eletiva Política I (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Ressalta-se que o PPP não apresentou a ementa da disciplina Gestão e Legislação Social. A ementa da disciplina CSO006GV - Política I é a seguinte:

> Este curso examina a natureza, principais características, transformações, alcance e limites da intervenção estatal à luz das relações entre Economia, Estado e Sociedade no Brasil contemporâneo. O curso tem como objetivo a análise da especificidade e da importância do papel do Estado na conformação do desenvolvimento socioeconômico e político-institucional da nação brasileira (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022, p. 115).

Observando-se a ementa, não há traços do tema relações étnico-raciais e educação da cultura afro-brasileira e africana. Entretanto, o PPP afirma que é abordado esse tema na disciplina.

No que diz respeito aos alunos com deficiência, os docentes são direcionados pelo Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI UFJF) para adequar os recursos de ensino levando em conta a deficiência de cada aluno e as formas de avaliação. O NAI é vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas, à PROAE e à PROGRAD, visando desenvolver políticas de ações afirmativas para PCD, para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Superdotação e Altas Habilidades. Além disso, o NAI desenvolve políticas de inclusão e acessibilidade dos técnicos administrativos e docentes com deficiência (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Entre as adequações podem ser usados material didático em LIBRAS, uso de vídeos curtos, podcast, imagens que abordam o conteúdo, questões avaliativas menores, tempo de avaliação maior, entre outros recursos personalizados (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Em relação ao apoio aos discentes, a UFJF de Governador Valadares, por meio do departamento de Ciências Contábeis desenvolve várias ações e programas para apoiar seus alunos durante sua formação, visando garantir a permanência dos discentes no curso (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

A política de atendimento aos alunos inclui programas de acolhimento e permanência, de acessibilidade, monitoria, dentre outros. O apoio ao discente inclui Atendimento Psicológico; Programa de Bolsas de Estudos; Programa de Monitoria e Programa de Atendimento Psicopedagógico. Há um programa de Apoio aos alunos portadores de necessidades educativas especiais para permanecerem no curso até sua conclusão. Há também um programa de acessibilidade, que inclui todas as dimensões de acessibilidade prevista em lei, como acessibilidade da estrutura física, atitudinal, pedagógica, comunicacional e outras (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) é o locus da política institucional de inclusão e acessibilidade dos alunos e colaboradores que possuem deficiências. O NAP tem a finalidade de oferecer suporte na eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e na comunicação e informação para cumprir a legislação de acessibilidade e inclusão. O Núcleo atende aos discentes, como também, dá suporte pedagógico aos professores, além de prestar acompanhamento pedagógico, psicopedagógico e psicológico (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

Conforme a Lei nº 12.764, de 2012, a instituição busca contribuir para a construção do conhecimento de alunos com transtorno do espectro autista através de atendimento psicológico, fonoaudiologia, propostas metodológicas apropriadas e de ferramentas avaliativas conforme as necessidades individuais (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

A instituição busca atender as demandas especiais, promovendo saúde, bem-estar psicossocial, respeito aos direitos humanos, garantia de acessibilidade e políticas ambientais e étnico-raciais (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022).

O PPP da UFJF Campus de Governador Valadares apresentou a curricularização da extensão, nomeada como Atividade Curricular de Extensão (ACE), tem as seguintes finalidades relativas à educação para sustentabilidade:

> i) garantir a inserção ativa dos/as estudantes e seu protagonismo nas ações de extensão universitária; ii) formação humanista e cidadã dos(as) discentes e à produção do conhecimento de forma interprofissional e interdisciplinar; iii) desenvolver atividades de caráter técnico-operativo que atendam às questões provenientes da comunidade externa ou àquelas consideradas importantes a serem levadas à comunidade, de forma a ampliar as possibilidades de relação entre a UFJF e os segmentos sociais envolvidos (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022, p. 121).

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta duas disciplinas optativas de caráter extensionistas, a citar: FINXXXGV-Extensão Universitária: Programas e Projetos 01(Cr: -, C.H.S: 70, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -) e FINXXXGV-Extensão Universitária: Programas e Projetos 02 (Cr: -, C.H.S: 70, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -). Foi evidenciado que essas disciplinas podem ser feitas durante todo período do curso. Portanto, não são restritas a um período específico.

O programa da disciplina FINXXXGV-Extensão Universitária: Programas e Projetos 01 é o seguinte:

> **EMENTA**
> A extensão e a universidade; A relação ensino-pesquisa-extensão; As concepções de extensão universitária; A política de extensão universitária da UFJF; Concepção, planejamento e execução de etapas ou ações de um programa/projeto de extensão.
>
> **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
> **I. Extensão e Universidade**
> Conceito e concepções de extensão universitária; A relação ensino-pesquisa-extensão; A política de extensão da UFJF.
> **II. Antecedentes de um programa/projeto de extensão**
> Processo de articulação entre comunidade externa e universidade; Etapas de diagnóstico; A construção coletiva do escopo do programa de extensão.
> **III. Definição do cronograma de ação**
> Construção do cronograma das ações a serem executadas.
> **IV. Execução do programa/projeto**
> Ajustes da equipe para as ações ao longo do semestre; Organização das tarefas; Intervenções.
> **V. Avaliação das ações desenvolvidas**
> Definição dos instrumentos de avaliação juntos aos participantes externos; Retornos dos grupos externos quanto a desdobramentos das ações; Avaliação interna das ações; construção do relatório de avaliação (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022, p. 103).

O programa da disciplina FINXXXGV-Extensão Universitária: Programas e Projetos 02 é o seguinte:

> **EMENTA**
> A extensão e a universidade; A relação ensino-pesquisa-extensão; Concepção, planejamento e execução de etapas ou ações de um programa/projeto de extensão.
>
> **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
> **I. Extensão e Universidade**
> Conceito e concepções de extensão universitária; A relação ensino-pesquisa-extensão; A política de extensão da UFJF.
> **II. Antecedentes de um programa/projeto de extensão**
> Processo de articulação entre comunidade externa e universidade; Etapas de diagnóstico; A construção coletiva do escopo do programa de extensão.
> **III. Definição do cronograma de ação**
> Construção do cronograma das ações a serem executadas.
> **IV. Execução do programa/projeto**
> Ajustes da equipe para as ações ao longo do semestre; Organização das tarefas; Intervenções.
> **V. Avaliação das ações desenvolvidas** (UFJF PPP Campus de Governador Valadares, 2022, p. 104).

Essas disciplinas de extensão têm relação com a educação para sustentabilidade, dado que os estudantes desenvolvem ou aprendem desenvolver atividades que atendam às questões referentes a comunidade externa, podendo ampliar a relação entre a instituição e a sociedade.

4.1.3 Universidade Federal de Minas Gerais

A UFMG foi fundada em 7 de setembro de 1927, é uma instituição pública de ensino superior gratuito e é a mais antiga universidade do estado de Minas Gerais. A sede da instituição está localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. A UFMG possui três *campi* universitários, a citar, o Campus Pampulha, Campus Montes Claros e Campus Saúde (UFMG PDI, 2018).

A seguir estão apresentados os documentos da UFMG, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Pampulha, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

O Estatuto da UFMG foi aprovado em 8 de junho de 1999 pelo Conselho Nacional de Educação (UFMG Estatuto, 1999).

Em relação à educação para sustentabilidade, o único trecho que trata desse tema é no Artigo 6º que diz que a "Universidade inspira-se nos ideais de liberdade e de solidariedade humana" (UFMG Estatuto, 1999).

- Plano de Desenvolvimento Institucional

A versão do PDI da UFMG analisada no presente trabalho foi publicada em 2018 para o período de 2018 a 2023.

No que diz respeito ao perfil institucional, o objetivo da instituição, nos termos do seu respectivo Estatuto é:

> ... a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica (UFMG PDI, 2018, p. 17).

Para o cumprimento dos objetivos, a universidade mantém cooperação acadêmica, científica, cultural e tecnológica com instituições nacionais e internacionais, sendo um instrumento de desenvolvimento regional, nacional e mundial, a fim de consolidar-se como instituição de excelência e relevância, reconhecida mundialmente (UFMG PDI, 2018).

O PDI apresenta a missão e princípios da UFMG, conforme exposto no Quadro 33.

Quadro 33: Missão e Princípios da UFMG

MISSÃO	Visando ao cumprimento integral das suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável.	(p.17)
PRINCÍPIOS	a) defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infraestrutura e recursos humanos adequados a esse propósito; b) estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional; c) gratuidade do ensino, entendida como a inexistência de anuidade ou mensalidade nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado; d) afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição; e) defesa permanente da autonomia universitária; f) interação continuada com a sociedade; g) integração, articulação e compromisso com os demais níveis e graus de ensino; h) consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional; i) apoio ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas; j) gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição; k) aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da Comunidade Universitária; l) respeito à diversidade que constitui a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de servidores TAEs, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.	(p.23)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018).

Pode-se observar no Quadro 33 que a missão e os princípios da UFMG vão ao encontro dos conceitos de educação para sustentabilidade, dado que a instituição leva em consideração os valores éticos, almejam promover desenvolvimento econômico e sustentável, reduzir as desigualdades sociais, entre outros aspectos dentro da temática da sustentabilidade.

Quanto a Inserção Regional, Nacional e Internacional, a UFMG é uma instituição historicamente comprometida com o desenvolvimento do estado de Minas Gerais e do país. Para isso investe em áreas geograficamente diversificadas, nas dimensões qualitativa e quantitativa dos projetos acadêmicos, tecnológicos, científicos e culturais (UFMG PDI, 2018).

Destaca-se uma atuação da UFMG no âmbito da extensão, o Programa Participa UFMG Mariana-Rio Doce, que reuniu docentes responsáveis por projetos de pesquisa e extensão para colaborar com o processo de reconstrução ambiental, após o rompimento da barragem do “Fundão”, localizada no distrito de Bento Rodrigues. Atuam nesse projeto

as seguintes redes: Rede Saúde Mental, Rede Juventude, Rede Cidades, Rede Direitos Humanos, Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce e Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais (UFMG PDI, 2018).

No que se trata do controle social, a UFMG possui um Comitê de Ética em Pesquisa e conta com a Diretoria de Governança Informacional (DGI) que inclui a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC-UFMG). A DGI promove a governança informacional na UFMG (UFMG PDI, 2018).

A Comissão de Ética da universidade foi criada em 11 de setembro de 2006 e está subordinada à Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República. É uma comissão consultiva que orienta e aconselha o servidor sobre ética profissional na administração do patrimônio público, no tratamento com as pessoas, atua também na apuração de desvios éticos, podendo executar procedimentos suscetíveis de censura. Trata também de situações de conflito de interesses privados e públicos. O objetivo da Comissão de Ética é privilegiar as ações educativas, de conscientização da comunidade e de informação (UFMG PDI, 2018).

O PDI apresentou no capítulo 2 o Projeto Pedagógico Institucional. Neste capítulo foi exposto que a UFMG permanece comprometida com sua função de gerar conhecimento aliado ao seu compromisso social para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa (UFMG PDI, 2018).

Também foi destacada a importância de a universidade estabelecer parcerias com órgãos e entidades como as redes públicas de educação básica, os serviços públicos de saúde e outros órgãos de Estado que desenvolvam programas públicos de assistência social e de promoção da cidadania (UFMG PDI, 2018).

A instituição possui princípios norteadores dos projetos pedagógicos, para todos os cursos. A seguir estão expostos os princípios relacionados a educação para sustentabilidade.

> I. A elaboração e implementação de propostas curriculares comprometidas com a inserção regional e nacional dos egressos.
> III. A consistência e qualidade dos projetos acadêmicos, propiciando aos estudantes liberdade de acesso ao conhecimento, autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação ética e formação cidadã, em sintonia com as necessidades regionais e nacionais.
> V. A construção de ambiente acadêmico orientado à constituição da cidadania cultural dos discentes, por meio de uma ampla oferta de atividades acadêmicas curriculares que objetivem a constituição de repertório de ferramentas de análise e de matrizes de interpretação dos fenômenos da sociedade e da cultura.
> XVII. A construção de uma política de acesso e oportunidades que garanta níveis de equidade sempre mais satisfatórios, bem como a construção de um ambiente acadêmico inclusivo, capaz de acolher pessoas das mais diversificadas origens socioculturais.

> XVIII. A promoção de políticas que deem especial atenção para prover os meios acadêmicos necessários para viabilizar a formação de pessoas com deficiências.
> XIX. A constituição de um ambiente universitário em que tenha primazia a noção de solidariedade como elemento estruturante das relações entre indivíduos.
> XX. O estabelecimento de políticas de combate a todas as manifestações de opressão, preconceito e exclusão, assim como de mecanismos de apoio para pessoas expostas a situações de sofrimento mental ou de violações de direitos humanos (UFMG PDI, 2018, p.38 a 40).

Observa-se que os princípios da UFMG se pautam na ética, cidadania, inclusão social, direitos humanos, entre outros. São princípios ligados a educação para a sustentabilidade.

No que diz respeito ao ensino de Graduação, vale destacar que há um dispositivo previsto nas Normas Gerais de Graduação, que permite a criação de regimes acadêmicos especiais para o atendimento a PCD, com doenças crônicas, pessoas em condição de sofrimento mental, gestantes, guarda e companhia de filhos menores de quatro anos, responsabilidade legal por cuidados a pessoas doentes ou com deficiência (UFMG PDI, 2018).

Em relação aos programas de bolsas de graduação, há o Programa de Incentivo a Inclusão e Promoção da Acessibilidade (PIPA), coordenado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), esse programa visa oferecer bolsas para estudantes de graduação participantes de projetos voltados à promoção da inclusão e da acessibilidade da PCD ou com necessidades educacionais especiais, buscando e construindo novas ferramentas e metodologias de ensino para PCD e que busquem eliminar ou reduzir as barreiras atitudinais, metodológicas, instrumentais, digitais, físicas e das comunicações de forma a garantir o acesso e a permanência na UFMG (UFMG PDI, 2018).

O PDI apresentou o objetivo geral, objetivos específicos e ações que dizem respeito à graduação. O Quadro 34 expõe os objetivos relacionados a educação para sustentabilidade.

Quadro 34: Objetivo geral, objetivo específico e ações do ensino na Graduação da UFMG

OBJETIVO GERAL	Aperfeiçoar a formação discente, com ênfase na flexibilidade dos projetos curriculares e na associação da adequada aquisição de conteúdos ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências, promovendo a autonomia intelectual, a capacidade de aprendizagem continuada e independente, o pensamento crítico, a conduta ética e a responsabilidade social.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6. Envidar esforços para intensificar a diversidade sociocultural do corpo discente, em conexão com a ampliação do acesso para grupos historicamente excluídos do ensino superior. Cabe especial atenção às pessoas com deficiências, aos indígenas, aos negros e aos refugiados.

AÇÕES	7. Incorporar, nos currículos, conjuntos de atividades acadêmicas curriculares que visem estimular o protagonismo discente, potencializando o desenvolvimento de atitudes tais como: a responsabilidade social e ambiental, o foco na inovação, a atuação em equipes interdisciplinares.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 54 a 57).

Observa-se no Quadro 34 que os objetivos do ensino na graduação incluem a formação de profissionais éticos, que tenham responsabilidade social e também se observa que há a preocupação com a inclusão social no acesso a graduação, o que vai ao encontro com legislação e literatura que se relacionam com a educação para a sustentabilidade.

No que diz respeito a Pesquisa, esta é indissociável ao ensino, a extensão e a inovação, constituindo elemento transformador na sociedade (UFMG PDI, 2018).

Em relação a organização institucional da pesquisa, há a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) que conta com dois órgãos que atuam nos temas da ética na pesquisa, a citar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) e a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), que têm o propósito de disseminar na instituição as boas práticas no campo da ética em pesquisa e no uso de animais em experimentação. Também estimulam a reflexão sobre a ética na pesquisa envolvendo seres humanos ou animais (UFMG PDI, 2018).

O PDI apresentou o objetivo geral e ações que tangem a pesquisa. O Quadro 35 demonstra o objetivo e ações relacionados a educação para sustentabilidade.

Quadro 35: Objetivo geral e ações da pesquisa da UFMG

OBJETIVO GERAL	Incrementar a atividade de pesquisa na UFMG, visando que esta se torne referência nacional e alcance reconhecimento internacional em todas as áreas do conhecimento.
AÇÕES	17. Fortalecer ações de inovação científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento e fomentar iniciativas voltadas para desenvolvimento de projetos de inovação, utilizando a infraestrutura de prototipagem do sistema de bibliotecas direcionado a estudantes.
	20. Protagonizar a integração do desenvolvimento científico e tecnológico com o ecossistema de inovação (empresas incubadas, startups, aceleradoras).
	21. Viabilizar recursos para investimento continuado e sustentável em novas tecnologias.
	25. Incentivar uma maior interação entre empresas e a Universidade na realização de pesquisas tecnológicas e aplicadas e na geração de inovação.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 106 a 107).

Como pode ser observado no Quadro 35, a UFMG no âmbito da pesquisa tem objetivos e ações voltadas à inovação e investimento sustentável em novas tecnologias, o que se espera promovam o desenvolvimento social. Essas ações estão em conformidade com a legislação e literatura relativa à educação para sustentabilidade.

No que tange a extensão o PDI demonstrou que essa atividade propicia ações que apoiam o desenvolvimento social, econômico, cultural e político, nos diversos âmbitos e

espaços, e tem papel importante no enfrentamento das desigualdades sociais e na degradação ambiental (UFMG PDI, 2018). A extensão é instrumento de consolidação dos princípios institucionais da UFMG, principalmente, o de interagir continuamente com a sociedade e é instância primordial para o favorecimento da criação do conhecimento e desenvolvimento de profissionais capazes de atuar de forma inovadora e socialmente comprometidos com o desenvolvimento humano e social (UFMG PDI, 2018).

Nesse sentido, as atividades de extensão são organizadas em diversas áreas temáticas como educação, trabalho, saúde, meio ambiente, direitos humanos, justiça, comunicação, cultura e tecnologia de produção. O Sistema de Informação da Extensão da UFMG registrou, em 2017, 185 programas, 1.125 projetos, 377 cursos, 368 eventos e 335 prestações de serviço, totalizando 2.390 ações de extensão (UFMG PDI, 2018).

Objetivando à ampliação da cooperação entre ações de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) criou a política para fomento de Redes Interdisciplinares (UFMG PDI, 2018). O trabalho em rede proporciona a troca de experiência e integração dos projetos e programas de extensão, aumentando o impacto das ações nas comunidades. As redes que estão em funcionamento são: Rede Saúde Mental; Rede Juventude; Rede Cidades que inclui a temática da justiça ambiental; Rede Direitos Humanos; Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais que tem parceria da Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais com várias universidades; Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce que inclui a participação de programas e projetos de extensão também da Universidade Federal de Ouro Preto e da UFES (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 36 apresenta o objetivo geral, objetivo específico e ações da extensão que estão relacionados a educação para sustentabilidade apontadas no PDI.

Quadro 36: Objetivo geral, objetivos específicos e ações da extensão da UFMG

OBJETIVO GERAL	Ampliar a aproximação da UFMG com a sociedade em geral, numa perspectiva interdisciplinar apoiada no compromisso com o saber, o fazer e o criar, em constante diálogo com os saberes científicos e não-científicos, formação acadêmica e cidadã dos estudantes e transformação social. Fortalecer a extensão universitária, por meio de ações e processos que tomem a democratização do conhecimento – em ambos os aspectos de produção e divulgação - como princípio central, para que a UFMG cumpra sua função pública e sustente sua relevância social.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19. Contribuir para fortalecimento de política institucional de direitos humanos, diversidade e ação afirmativa da UFMG. 20. Consolidar a Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG como espaço de formação continuada. 22. Consolidar a Formação Transversal em Direitos Humanos coordenada pela Rede DH UFMG.

AÇÕES	8. Fomentar ações de extensão que articulem a dimensão tecnológica e de inovação com problemas da sociedade (em consonância com a política de inovação da UFMG e a Política Nacional de Extensão Universitária). 10. Fomentar e consolidar uma política de ensino, pesquisa e extensão na Estação Ecológica na área de meio ambiente. 13. Ampliar a abrangência das redes interdisciplinares de extensão, ensino e pesquisa, com o fortalecimento das redes: Rede Direitos Humanos, Rede Cidades, Rede Juventude, Rede Saúde Mental, Participa UFMG – Mariana/Rio Doce; e a criação das Rede Campo, Rede "Inovação e democracia". 17. Edital conjunto de fomento a atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, internacionalização em direitos humanos. 25. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs em educação que envolvam temas relacionados as ações afirmativas, diversidade, direitos humanos, acessibilidade e inclusão, meio ambiente, entre outros.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 116 a 119).

Como pode ser observado no Quadro 36, os objetivos e ações de extensão da UFMG, evidenciam práticas que materializam os preceitos de educação para sustentabilidade.

No que tange a cultura, o PDI evidenciou que a cultura aumenta a interação entre o conhecimento produzido na instituição e os conhecimentos tradicionais e plurais, aumentando a reflexão crítica e o pensamento coletivo em campos como os direitos sociais e humanos, a cidadania e a inclusão (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 37 apresenta o objetivo geral e ações da cultura e que estão relacionados a educação para sustentabilidade.

Quadro 37: Objetivo geral e ações da cultura da UFMG

OBJETIVO GERAL	Promover a cultura como elemento que estabelece conexões, dá sentido e fomenta interligações contínuas nas ações da Universidade destinadas a promover e disseminar o espírito crítico, emancipatório e humanista. E, ainda, fazer da cultura uma dimensão orientadora do fazer acadêmico, assim como outros princípios, entre os quais os relacionados à ética, à justiça e à liberdade; sempre suscitando novas indagações para oferecer novas perspectivas de tratamento das problemáticas contemporâneas mais prementes.
AÇÕES	10. Reestruturar a FRMFA para que possa atuar como fundação de apoio à pesquisa no campo da cultura, das artes e da inovação.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018 p. 123 a 124).

Como pode ser observar no Quadro 37, a UFMG através da cultura prega a ética, justiça, inovação entre outros conceitos relacionados a educação para sustentabilidade.

Em relação as Políticas para estudantes, a UFMG com objetivo de reduzir as desigualdades sociais e equalizar as oportunidades de acesso à educação superior, adotou, desde o Concurso Vestibular 2013, um sistema de cotas, conforme a Lei 12.711/2012, reservando um percentual das vagas para egressos do ensino médio público, estudantes de baixa renda e estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e em 2018 incluiu

cota para pessoas com deficiência (UFMG PDI, 2018). Vale destacar que a instituição também criou o curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas e o curso de Licenciatura em Educação no Campo, feitos em alternância, levando em consideração o acesso de indivíduos que historicamente encontraram barreiras para acessar as IES (UFMG PDI, 2018).

Em 2014, o Conselho Universitário criou a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para conduzir políticas de assuntos estudantis. A PRAE possui três Diretorias: a de Políticas de Assistência Estudantil, a de Políticas de Ações Afirmativas e a de Políticas de Apoio a Projetos Acadêmicos de Estudantes (UFMG PDI, 2018).

A Política de Assuntos Estudantis da UFMG, possui três dimensões: Assistência Estudantil, Ações Afirmativas e Apoio Acadêmico e está baseada em princípios, eixos estruturantes, relacionados com a sustentabilidade, que estão expostos no Quadro 38.

Quadro 38: Princípios, eixos estruturantes da Política de Assuntos Estudantis da UFMG

Princípios	I. Igualdade e direito à diferença. II. Justiça Social. III. Democracia e participação. IV. Protagonismo estudantil. V. Transparência. VI. Diversidade cultural e artística.
Eixos Estruturantes	I. Permanência: coordenar e realizar ações para garantir a estudantes as condições básicas necessárias para uma vida de qualidade em saúde, alimentação, moradia e transporte, viabilizando sua formação acadêmica e permanência bem-sucedida na Universidade. II. Enriquecimento cultural: coordenar e realizar ações para expandir a experiência cultural em diversas linguagens, potencializando a sociabilidade estudantil pela participação em manifestações culturais diversas. III. Apoio, acolhimento e acompanhamento: coordenar e realizar ações continuadas, integradas e sistematizadas, nas dimensões pedagógica, psicossocial e socioeconômica, que estimulem a imersão na vida acadêmica, o bem-estar e a qualidade da formação na perspectiva da emancipação. IV. Afirmação e Cidadania: coordenar e realizar ações para promover o acolhimento de estudantes e a inclusão social, a igualdade étnico-racial e de gênero, o respeito à diversidade sexual, a afirmação de identidades, a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação. V. Perfil Estudantes UFMG: coordenar e realizar ações para conhecer o perfil socioeconômico e cultural de estudantes da UFMG.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 142 a 143).

As Políticas de Assistência Estudantil objetivam garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco social (UFMG PDI, 2018). Essas políticas são mantidas com recursos da própria instituição e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), integradas com ações que incluem alimentação através dos restaurantes universitários; habitação através das moradias

universitárias; transporte para os *campi*; apoio pedagógico; inclusão digital; saúde; auxílios emergenciais; material acadêmico; acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência, entre outras (UFMG PDI, 2018).

Em relação as Políticas de Ações Afirmativas, foi proposto o desenvolvimento de um conjunto de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos discentes. São políticas orientadas para o combate às desigualdades sociais, equidade de direitos e redução de discriminações (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 39 apresenta o objetivo geral, os objetivos específicos e ações das políticas para estudantes que estão relacionados a educação para sustentabilidade.

Quadro 39: Objetivo geral e ações das políticas para estudantes da UFMG

OBJETIVO GERAL	Garantir o direito social à educação superior e democratizar as condições de acesso e permanência de estudantes, reduzindo os efeitos das desigualdades sociais e regionais na educação superior.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Empregar esforços para garantir as condições de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural e risco pessoal na UFMG. 2. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais no acesso, na permanência e na conclusão da formação superior. 3. Implementar uma cultura de cidadania e diversidade na vida cotidiana da Comunidade Universitária. 4. Contribuir para a promoção da inclusão social, cultural e artística de estudantes. 5. Promover, acompanhar e apoiar os programas de atenção à saúde de estudantes.
AÇÕES	11. Apoiar a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 147 a 148).

Constata-se no Quadro 39 que a UFMG propõe políticas que garantem diversos direitos sociais aos seus discentes, possibilitando o acesso no ensino e permanência na instituição, além de promover cultura da diversidade, cidadania, inclusão social, entre outras culturas que tangem a educação para sustentabilidade.

Quanto a Inovação e Empreendedorismo, visa transformar conhecimento em tecnologias voltadas para atividades produtivas e para o enfrentamento de desafios sociais, como ferramenta no processo de desenvolvimento democrático, solidário e sustentável (UFMG PDI, 2018). Nessa perspectiva, o PDI aponta que a UFMG procura manter diálogo com as políticas estadual e nacional de Ciência e Tecnologia (UFMG PDI, 2018).

No que se refere a estrutura institucional da inovação, a instituição possui vários instrumentos institucionais voltados à promoção da inovação, como um núcleo de inovação tecnológica, através da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), uma incubadora de empresas de base tecnológica (INOVA) vinculada à CTIT, uma fundação de apoio a empreendimentos de base tecnológica (FUNDEPAR), o Parque

Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC) e várias empresas juniores nos vários cursos de graduação (UFMG PDI, 2018).

O PDI destacou que o ambiente favorável à inovação tecnológica da instituição tornou-se possível por alguns aspectos que caracterizam a UFMG. O primeiro deles é que a instituição sedia grupos de excelência que produzem pesquisas de significativo impacto tecnológico. Recentes destaques desses grupos são os INCTs sediados na UFMG, que criaram os seguintes empreendimentos: o CT-Nano, o CT-Web e o CT-Vacinas (UFMG PDI, 2018).

Outro aspecto importante da inovação na UFMG é a sua inclusão nas atividades de ensino. As atividades na graduação são desenvolvidas nas empresas juniores que podem ser aproveitadas para a obtenção de créditos nos currículos da maioria dos cursos. Além disso, diversos cursos de várias áreas do conhecimento, contam com disciplinas ligadas à criação de negócios, planos de negócios e cultura empreendedora (UFMG PDI, 2018).

Em relação a política de inovação, conforme exigido no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) e para consolidar a missão institucional no âmbito da inovação e empreendedorismo, a universidade construiu, em 2016, um documento para estabelecer sua política de inovação (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 40 apresenta o objetivo geral, os objetivos específicos e ações da inovação e empreendedorismo que estão relacionados a educação para sustentabilidade.

Quadro 40: Objetivo geral e específicos e ações da inovação e empreendedorismo da UFMG

OBJETIVO GERAL	Expandir a contribuição da UFMG para a formação de condições propícias à disseminação da inovação com elevada agregação de conhecimento nas diversas esferas da sociedade brasileira, de forma a alcançar crescente impacto social e econômico, com particular ênfase nos arranjos produtivos locais das regiões em que a UFMG se situa.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Fomentar o desenvolvimento de inovações tecnológicas de elevada agregação de conhecimento, com o estímulo à geração de patentes, bem como de outros produtos tecnológicos derivados da atividade de pesquisa, visando solidificar a vocação em inovação e empreendedorismo na UFMG. 2. Consolidar, na UFMG, o conjunto dos órgãos que formam seu sistema de inovação (parque tecnológico, incubadora de empresas, núcleo de inovação tecnológica, empresas juniores, laboratórios e grupos de pesquisa, programas de Pós-Graduação), e aprofundar a relação desse sistema com os arranjos produtivos locais e com o setor produtivo nacional, especialmente no que se refere a empresas de base tecnológica. 3. Fomentar o desenvolvimento, a difusão e a divulgação de inovação social e tecnologias sociais e promover o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social. 4. Estender as iniciativas relacionadas ao empreendedorismo e inovação às áreas ligadas à cultura, às artes e às humanidades. 5. Fomentar nos estudantes a proatividade, a liderança, as habilidades de comunicação, de negociação, de gestão de conflitos e de exposição ao risco, habilitando-os a se tornarem protagonistas da disseminação da inovação na sociedade.

	6. Posicionar a execução da política de inovação da UFMG, apoiada pela CTIT, como referência nacional de excelência.
AÇÕES	3. Fortalecer a Formação Transversal em Empreendedorismo e Inovação, ampliando o número de Unidades que participam da oferta de atividades. 6. Garantir que as ações de incentivo ao empreendedorismo e à inovação sejam disponibilizadas para todas as Unidades Acadêmicas, com particular atenção para se obter um maior envolvimento das Unidades situadas fora do Campus Pampulha.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 152 a 153).

Verifica-se no Quadro 40 que a UFMG promove à inovação do país como proposto nos ODS, literatura e legislações relativas à temática da educação para sustentabilidade.

No capítulo 4 do PDI foram apresentados os aspectos do desenvolvimento institucional da UFMG (UFMG PDI, 2018). Na subseção 4.1 foram abordados os aspectos da Cidadania: Direitos Humanos, Saúde Mental, Acessibilidade e Inclusão. É apontado que uma sociedade mais igualitária e mais justa é uma exigência que países como o Brasil, em que os indicadores de desigualdade são significativos, precisam atender. Nesse sentido, as instituições públicas devem colaborar para criar novas condições sociais, mais democráticas e mais inclusivas, especialmente as IES públicas, por terem compromissos sociais, e serem propiciadoras de justiça social, por serem responsáveis pelo desenvolvimento e propagação do conhecimento, o que propicia a cidadania nas sociedades contemporâneas (UFMG PDI, 2018).

O PDI evidenciou que o debate sobre a inclusão social tem aumentado nas IES. As recentes mudanças no acesso a vagas na graduação são resultantes desses debates. Por esse propósito a UFMG criou a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social (UFMG PDI, 2018).

Também foi evidenciado que a cidadania deve ser entendida como um processo coletivo e contínuo que resulta na concretização dos direitos humanos (UFMG PDI, 2018). A cidadania é a execução dos direitos e deveres políticos, civis, econômicos e sociais instituídos na Constituição, pressupondo a consciência que os sujeitos têm direito e obrigações que devem ser colocados em prática. Assim, a UFMG tem o compromisso de criar ações específicas para desenvolver a cultura da cidadania no dia a dia da comunidade acadêmica, direcionada pelos seguintes eixos: Saúde Mental, Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade (UFMG PDI, 2018).

Levando em consideração esses compromissos da UFMG, o objetivo geral da instituição é:

> Estabelecer uma cultura da cidadania na vida cotidiana da Comunidade Acadêmica, colaborando para a construção de novas condições sociais,

> acadêmicas e institucionais mais inclusivas e mais democráticas (UFMG PDI, 2018, p.159).

Na subseção 4.1.1 foram abordados pontos sobre os Direitos Humanos, sendo destacado que a UFMG busca desenvolver uma política institucional de direitos humanos para fortalecer a diversidade, igualdade, inclusão e cidadania. A Resolução do Conselho Universitário nº 09/2016, de 31 de maio de 2016, aborda sobre a violação de direitos humanos e a erradicação de discriminações dentro da instituição (UFMG PDI, 2018).

A UFMG como uma universidade pública que leva em conta valores éticos e democráticos, procura ser uma instituição de qualidade, inclusiva, equânime e justa. Suas políticas buscam combater o sexismo, o racismo, a homofobia, o assédio moral, as violências físicas, simbólicas ou morais e outros tipos de discriminação (UFMG PDI, 2018).

Há várias medidas estabelecidas para ampliar o cumprimento desses direitos. O COEP é o órgão institucional da instituição que tem a finalidade de proteger o bem-estar dos indivíduos participantes em pesquisas desenvolvidas na IES. Os projetos de pesquisa necessitam da aprovação desse órgão (UFMG PDI, 2018).

O PDI aponta que há a Diretoria de Ações Afirmativas; o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; a Ouvidoria; a política de saúde mental para cuidar dos direitos humanos, tendo também algumas resoluções relacionados a esses direitos como a Resolução nº 06/2014, que proíbe o trote dos calouros; a Resolução nº 09/2015, que prevê o uso do nome social por travestis e transexuais em seus registros acadêmicos, e a Resolução nº 09/2016, que trata das violações de direitos humanos na instituição (UFMG PDI, 2018). Nessa última Resolução, a universidade se compromete na busca pela erradicação de todas os tipos de discriminação, intolerância e violação de direitos humanos para obter uma sociedade mais justa, expondo no Artigo 6º dessa resolução:

> desenvolver, de forma progressiva, programas e ações de caráter pedagógico e permanente que visem à conscientização, promoção e efetiva garantia dos direitos humanos, bem como defesa e difusão de uma cultura de tolerância, do respeito aos direitos fundamentais, de forma a promover uma convivência solidária, ética e pacífica no âmbito institucional, em conformidade com a ordem jurídica posta (PDI UFMG, 2018, p.160; Anexo IV do PDI. Resolução sobre Direitos Humanos (Resolução nº 09/2016, de 31 de maio de 2016, p.5).

A Rede Direitos Humanos da instituição é uma disposição da PROEX que inclui núcleos, grupos e laboratórios que trabalham através do ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos direitos humanos (UFMG PDI, 2018). Há várias produções e intervenções em direitos humanos como disciplinas; projetos de pesquisa; cursos de formação continuada

de gestores públicos, de professores, lideranças comunitárias e há publicações acadêmicas, material pedagógico, projetos e programas de extensão feitos em conjunto com outros setores da sociedade, por meio de movimentos sociais, políticas públicas, instituições de justiça, organismos nacionais e internacionais, entre outros (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 41 apresenta os objetivos específicos e ações dos Direitos Humanos.

Quadro 41: Objetivos específicos e ações dos Direitos Humanos da UFMG

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Fortalecer e consolidar a Política de Direitos Humanos em todos os c*ampi* UFMG, criando condições para que as normativas se transformem em atos e ações concretas com impacto na vida cotidiana das pessoas, consolidando e expandindo uma cultura dos direitos humanos. 2. Promover a formação sistemática e continuada em Direitos Humanos dos/as estudantes da UFMG, mas também do corpo técnico administrativo e de professores contribuindo com a construção de um espaço de reflexão e análise dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e uma sociedade livre, justa e solidária. 3. Estimular práticas sociais, educacionais, profissionais e institucionais em direitos humanos no âmbito da UFMG. 4. Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando diferentes áreas de conhecimento, voltadas para a compreensão e difusão da importância dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; 5. Promover a ampliação de uma política institucional de Direitos Humanos buscando colaborar com a promoção de condições de trabalho e de estudo que garantam uma crescente equidade, fortalecendo uma cultura dos Direitos Humanos na UFMG e combatendo todas as formas de violação dos DH (racismo, sexismo, homofobia, transfobia, entre outros). 6. Promover o fortalecimento e a transversalização dos estudos dos direitos humanos com objetivo de produzir uma agenda de trabalho permanente que contribua para uma crescente equidade e inclusão social. 7. Ampliar a participação da UFMG em redes nacionais e internacionais de Direitos Humanos, incentivando ações de colaboração acadêmica e intercâmbio
AÇÕES	1. Realizar levantamento sistemático sobre violações dos direitos humanos na UFMG, aprofundando trabalho iniciado pela Comissão que elaborou a Resolução aprovada em maio de 2016. 2. Instituir e apoiar a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão. 3. Discutir com a comunidade sobre a criação de um Núcleo de Promoção dos Direitos Humanos na UFMG, para agregar e coordenar os esforços exigidos para a implementação dessa política. 4. Promover espaços de integração entre as diversas disciplinas das Formações Transversais, discutindo as contribuições das Humanidades para as demais áreas do conhecimento. 5. Aprimorar e expandir as Formações Transversais em Direitos Humanos; em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, Gênero e Sexualidade e Acessibilidade e Inclusão. 6. Produzir material didático com foco interdisciplinar sobre a temática dos direitos humanos por meio de programas de EAD. 7. Realizar conferências sobre Direitos Humanos, com a presença de referências acadêmicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, no debate sobre os diversos temas que envolvem os DH – gênero, sexualidade, raça/etnia, migração, DH e meio ambiente, moradia, memória e verdade, infância e juventude, entre outros. 8. Lançar editais que fomentem atividades de pesquisa e extensão interdisciplinares, contribuindo para deslocar esse debate do campo exclusivo das Humanidades e do

	Direito, em torno de temáticas do DH por meio de uma ação conjunta entre as Pró-Reitorias Acadêmicas, a DRI, a DAC, o NAI e demais órgãos. 9. Dar continuidade e ampliar ações que reconheçam os saberes populares que contribuíram para a expansão dos direitos humanos, promovendo a descolonização da ciência e da Universidade. 10. Publicar produções de referências nacionais e internacionais em torno da temática dos direitos humanos em parceria com a editora da UFMG e outras editoras nacionais. 11. Pleitear receber a Cátedra Direitos Humanos da Associação Universidades do Grupo Montevideo (AUGM). 12. Propor curso sobre Direitos Humanos no Brasil e na América Latina, juntamente com o Centro de Estudos Latino-americanos, para público composto por profissionais das políticas públicas, dos movimentos sociais, de estudantes de Graduação de países da América Latina. 13. Desenvolver material informativo e preventivo sobre direitos humanos em relação a violações e preconceitos, como, por exemplo, cartilhas virtuais que ajudem a comunidade a nomear as violências e preconceitos vividos, a identificá-los e também a preveni-los. 14. Realizar campanhas específicas sobre direitos humanos e ações comemorativas de datas nacionais e internacionais importantes dos direitos humanos. 15. Aprimorar o atendimento qualificado dos setores e serviços da UFMG aos sujeitos da diversidade e criar e fortalecer setores de escuta específica a esses sujeitos. 16. Incluir na recepção aos servidores recém-contratados – docentes e TAEs – a formação em Direitos Humanos. 17. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs que envolvam temas dos Direitos Humanos. 18. Articular a política de cultura, de esporte e de lazer da UFMG com a temática dos direitos humanos, promovendo, por exemplo, a acolhida dos artistas refugiados. 19. Dar continuidade à proposta do Domingo no Campus, ampliando a participação das comunidades periféricas da RMBH. 20. Estabelecer programas específicos para acolhimento de imigrantes, refugiados e vítimas de deslocamentos forçados.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 161 a 162).

Constata-se, através do Quadro 41, que a UFMG promove educação pautada nos direitos humanos, o que possibilita a formação de cidadãos conscientes das questões sociais e ambientais, discutidas e promovidas na Agenda 2030, nos Objetivos do Desenvolvimento Social, entre outras propostas em prol da educação para sustentabilidade.

Na subseção 4.1.2 foi abordado sobre a Saúde Mental que é entendida como um estado de bem-estar em que a pessoa desenvolve suas habilidades, supera as situações estressantes normais, trabalha produtivamente e contribui para sociedade, conforme a Organização Mundial de Saúde. Nessa perspectiva a UFMG tem buscado promover ações para definir uma Política de Saúde Mental, através da Rede de Saúde Mental e por meio de eventos e encontros feitos nas unidades e pela administração central (UFMG PDI, 2018).

A Rede Saúde Mental, vinculada à PROEX, foi constituída em 2014. Uma das suas principais ações é a Semana de Saúde Mental e Inclusão Social. Outras ações da rede são diálogo entre instituições, estudiosos e pesquisadores nacionais e internacionais que

se dedicam à saúde mental e a comunidade interna e externa da universidade (UFMG PDI, 2018).

Para promover a política de saúde mental foi instituída a Comissão Institucional de Saúde Mental (CISME), que elaborou um relatório que orienta as ações dos setores que participam da Rede. A seguir apresenta-se os princípios estabelecidos nesse Relatório.

> I. Universidade para todos: acolhedora, flexível, acessível, inclusiva e solidária.
> II. Protagonismo das pessoas com a experiência de sofrimento mental.
> III. Respeito à vida e aos valores éticos da convivência humana.
> IV. Sintonia e defesa do SUS; da Política Nacional de Saúde Mental (Lei nº 10.216/2001) e todo o arcabouço legal que compõe e orienta os programas municipal, estadual e nacional de saúde mental para o tratamento territorial/comunitário em liberdade; da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS); e, da Política de Direitos Humanos da UFMG (Resolução nº 09/2016, de 31 de maio de 2016) (UFMG PDI, 2018, p.164).

A Política de Saúde Mental é executada por meio de um trabalho sistêmico, envolvendo toda comunidade acadêmica, promovendo ações que sensibilizam e mobilizam as várias unidades e setores, sob os cuidados da administração central (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 42 apresenta os objetivos específicos e ações da Saúde Mental.

Quadro 42: Objetivos específicos e ações dos Saúde Mental da UFMG

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Viabilizar a implementação da Política de Saúde Mental da UFMG, colocando em prática as indicações do relatório produzido pela CISME, voltadas para discentes, servidores docentes e TAEs. 2. Consolidar a Rede de Saúde Mental (RSM) da UFMG, que congrega diversas Pró-Reitorias e Órgãos de várias Unidades que se dedicam ao tema, sob coordenação da PROEX, como lugar de definição e acompanhamento da Política de Saúde Mental da UFMG. 3. Instituir comissão permanente de saúde mental que, em diálogo com a Rede, será responsável pela execução da política de saúde mental na UFMG.
AÇÕES	1. Apoiar a continuidade de realização anual da Semana de Saúde Mental, coordenada pela Rede de Saúde Mental. 2. Produzir e distribuir materiais que orientem a Comunidade Acadêmica quanto à promoção das condições de saúde mental, cuidados e tratamento do sofrimento mental. 3. Criar espaços nos c*ampi* da UFMG dedicados a atividades de convivência e interação entre os diversos sujeitos que circulam nos c*ampi*. 4. Incentivar e apoiar o desenvolvimento de políticas e ações de promoção da saúde mental nas diversas Unidades da UFMG, desenvolvidas por docentes, TAEs e discentes. 5. Promover programa de formação permanente para servidores docentes e TAEs em temas como: relação estudante/professor e estudante/ TAEs; comunicação não-violenta; relações interpessoais; psicologia e educação; diversidade e gênero; juventudes contemporâneas; saúde e sofrimento mental na contemporaneidade, entre outros.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 164).

Como pode ser observado no Quadro 42, a UFMG viabiliza ações que influenciam positivamente no bem-estar dos seus discentes, docente e toda comunidade acadêmica, o que reflete numa educação de qualidade, bem como na educação para sustentabilidade.

A subseção 4.1.3 abordou aspectos da acessibilidade e inclusão, sendo exposto que na década de 90 começou o processo de inclusão dos alunos com deficiência na instituição através do projeto Pro Acesso, com um programa de atendimento às PCD na etapa do vestibular e teve a criação do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) para dar suporte aos candidatos com deficiência durante o processo seletivo (UFMG PDI, 2018).

Em 2015 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que incorporou o CADV e a equipe de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (TILS). Atualmente, a inclusão é feita através da política institucional, que opera por meio da coordenação do NAI, que em sua essência, identifica barreiras e facilitadores; promove ações que possibilitam o acesso, a permanência e a participação na universidade (UFMG PDI, 2018).

Entre as ações promovidas pelo NAI, destaca-se a capacitação da comunidade acadêmica para o atendimento dos PCD; atividades de sensibilização; treinamento para uso de dispositivos de tecnologia pelos discentes e servidores; estímulo e apoio em projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da inclusão e acessibilidade; empréstimo de equipamentos para uso em classe; desenvolvimento de plano acadêmico individualizado; orientação aos professores no uso de métodos de avaliação e materiais pedagógicos diferenciados; monitoria especial; serviço de tradução e interpretação da LIBRAS; acessibilidade nas bibliotecas; entre outras (UFMG PDI, 2018).

Observa-se que as ações promovidas pela UFMG obedecem a legislação pertinente, atendendo as diferentes dimensões de acessibilidade.

Em relação a infraestrutura, boa parte dos prédios foram construídos anteriormente aos regulamentos, sendo feita reforma ou ampliação dos espaços. Quanto ao transporte coletivo todos contam com dispositivo de acessibilidade, tendo ainda um veículo adaptado que auxilia no deslocamento das PCD nos espaços da UFMG (UFMG PDI, 2018).

Em se tratando da inclusão em números, a partir de 2018, devido a inclusão da reserva de vagas para PCD no processo seletivo dos cursos de graduação da instituição, houve um aumento expressivo no ingresso de alunos com deficiência, consequentemente houve aumento da demanda de suporte do NAI (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 43 demonstra o número de discentes com deficiência no período de 2016 a 2018.

Quadro 43: Número de discentes com deficiência no período de 2016 a 2018 na UFMG

	2016	**2017**	**2018**
Total	409	362	540
Em acompanhamento pelo NAI	39	56	164

Fonte: UFMG PDI (2018, p.167).

Como pode ser observado no Quadro 43 há uma oscilação do número discentes em acompanhamento pelo NAI que se justifica pelo fato dos discentes terem concluído seus cursos, pela eventual evasão, pelo aumento do número de ingressantes PCD e pelo aumento de discentes que desejaram sair da invisibilidade.

O Quadro 44 apresenta os objetivos específicos e ações da Acessibilidade e Inclusão.

Quadro 44: Objetivos específicos e ações da Acessibilidade e Inclusão da UFMG

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Consolidar o NAI como órgão responsável pela coordenação e execução da política da UFMG para pessoas com deficiência. 2. Reconhecer a acessibilidade como princípio fundamental para a garantia dos direitos e para a promoção da autonomia e independência de cada um e a inclusão com o objetivo de possibilitar a participação de todos, em igualdade de condições. 3. Reconhecer o potencial de todo cidadão, estimular a participação de cada um, apreciando as diferentes experiências nas quais a limitação do indivíduo não diminui seus direitos e deveres. 4. Garantir o acesso, participação e pertencimento das pessoas com deficiência no âmbito da Instituição. 5. Eliminar ou minimizar as barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas, entre outras, que impossibilitam ou dificultam a participação social de pessoas com deficiência no contexto educacional e do trabalho. 6. Estabelecer o diálogo contínuo entre todos os envolvidos com a implantação da política de acessibilidade e inclusão da e na UFMG.
AÇÕES	1. Promover, a partir de discussões com a comunidade, o fomento de projetos e ações que assegurem a acessibilidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida nos espaços da UFMG. 2. Estimular uma mudança sociocultural para que a presença e a participação de pessoas com deficiência sejam valorizadas e possibilitadas em todas as instâncias da vida social. 3. Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência e a terminalidade de estudantes com deficiência, visando assegurar as condições adequadas para o sucesso acadêmico e social. 4. Acompanhar e avaliar o ingresso e a trajetória profissional de servidores com deficiência, visando assegurar as condições adequadas para o seu sucesso profissional e a sua inserção nos ambientes de trabalho. 5. Estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFMG, bem como o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, em prol do desenvolvimento e consolidação das ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiência. 6. Catalisar, prover e articular projetos, pesquisas e ações que tenham como foco a inclusão e a acessibilidade, formando uma rede de colaboradores imprescindível para o desenvolvimento das ações voltadas para a pessoa com deficiência no âmbito da UFMG. 7. Adquirir acervo em diferentes formatos e implantar acessibilidade nas bibliotecas universitárias.

	8. Desenvolver e implementar o projeto de rotas acessíveis na UFMG. 9. Acompanhar o plano de implantação da acessibilidade de transporte vertical nas Unidades. 10. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. 11. Garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso e conhecimento de ferramentas tecnológicas, que facilitem o processo de ensino-aprendizagem. 12. Garantir aos servidores com deficiência o acesso a recursos que eliminem as barreiras no processo de trabalho. 13. Auxiliar os docentes no desenvolvimento e uso dos diversos métodos e práticas de ensino mais adequados à realidade das pessoas com deficiência. 14. Investir em infraestrutura, visando o processo de transformação das dependências da Universidade em espaços mais acessíveis. 15. Buscar a construção do conhecimento acerca da deficiência, suas implicações psíquicas, motoras, cognitivas e sociais, por meio de seminários, palestras, oficinas e grupos de pesquisa e publicações, a fim de difundir o conhecimento, contribuindo também com o processo de inclusão na Universidade. 16. Buscar o intercâmbio de informações com outras instituições universitárias, objetivando o aprimoramento das ações e a difusão de boas práticas relativas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. 17. Construir parcerias com todas as instâncias da Universidade que trabalhem direta ou indiretamente com a temática da pessoa com deficiência, visando suprir lacunas que possam vir a existir na execução dos trabalhos, além de contribuir para uma ação interdisciplinar e transdisciplinar, oportunizando o crescimento da Instituição com relação à temática da inclusão. 18. Formar gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais. 19. Fortalecer e expandir a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão. 20. Elaborar, produzir e distribuir recursos educacionais para a acessibilidade. 21. Apoiar iniciativas estudantis e de servidores docentes e TAEs que envolvam temas relacionados a Acessibilidade e Inclusão.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 168 a 169).

Como pode ser visto no Quadro 44, a UFMG busca assegurar acessibilidade e inclusão social através de suas ações e atividades, o que contribui com a educação para sustentabilidade.

Na subseção 4.2 foi tratado sobre a autonomia e relações institucionais da UFMG, sendo evidenciado que a conduta fundamental que a instituição deve ter é de ser uma universidade autônoma, que propicia a reflexão plural e crítica, levando em consideração os princípios éticos para alcançar uma sociedade mais justa e menos desigual. Também foi evidenciado que a instituição deve estabelecer ampla conexão, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas (UFMG PDI, 2018).

A seção 4.4 tratou do Ambiente e Sustentabilidade, que é um dos maiores desafios da humanidade nos próximos anos, sendo destacado nessa seção que na civilização humana está aflorando a consciência do processo de degradação ambiental que pode reduzir significativamente a capacidade do ecossistema de sustentar a vida, o que limita

o futuro da espécie humana no que diz respeito ao bem-estar das próximas gerações (UFMG PDI, 2018).

Essa consciência foi evidenciada nas 17 “Metas para o Desenvolvimento Sustentável”, desenvolvidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para serem executadas entre 2016 e 2030 (UFMG PDI, 2018).

O PDI da UFMG assim destacou o protagonismo que as universidades podem ter dentro da agenda ambiental, gerando conhecimento sobre os diversos temas; formando especialistas que sejam capazes de trabalhar de forma interdisciplinar com os complexos desafios ambientais e estruturando os sistemas de educação ambiental (UFMG PDI, 2018). Por entender a importância da temática ambiental nas IES, o PDI da UFMG apresentou o tópico do Ambiente e Sustentabilidade como um item do capítulo de Desenvolvimento Institucional, que direciona uma agenda de transformações institucionais a serem feitas nos próximos anos (UFMG PDI, 2018).

O documento expôs que a instituição precisa transbordar os limites tradicionais das atividades acadêmicas, abordando a questão ambiental de forma que essas atividades sejam percebidas como uma atitude institucional. Assim, a UFMG se organiza, não só adequando seus procedimentos, mas também procura criar um padrão atitudinal para ser referência para os membros de comunidade interna e para a sociedade (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 45 esboça os objetivos e ações a serem desenvolvidos nas várias áreas de atuação da UFMG, objetivando alcançar esse posicionamento institucional.

Quadro 45: Objetivos e ações do Ambiente e Sustentabilidade da UFMG

OBJETIVO GERAL	Constituir uma “Agenda UFMG para o Ambiente e Sustentabilidade”, integrando as diversas áreas, os diversos órgãos e setores da Instituição, visando tornar a UFMG um referencial sobre a questão ambiental para a sociedade, tanto na produção de conhecimento e formação de pessoas quanto na prática cotidiana de seu funcionamento.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1. Garantir uma presença significativa da temática ambiental no universo do ensino de Graduação na UFMG, que assegure que todos os egressos sejam cidadãos bem-informados sobre tal temática, e que exista a possibilidade, em todos os currículos, de que o estudante obtenha um aprofundamento de estudos sobre o tema, em conexão com seu campo de formação. 2. Estimular a convergência de esforços inter e transdisciplinares, no âmbito dos programas de Pós-Graduação, visando à produção de conhecimento sobre a temática ambiental em suas diferentes dimensões, em articulação com a preparação de pessoas, nos níveis de Mestrado e de Doutorado, capacitadas a tratar de maneira abrangente essa temática. 3. Intensificar e expandir ações que visem a educação ambiental articulada com o uso e o conhecimento dos espaços da UFMG. 4. Incentivar a expansão do número, do alcance e da abrangência de projetos e programas de extensão voltados para a questão ambiental, garantindo a articulação destes com as dimensões do ensino de Graduação e de Pós-Graduação e com a pesquisa.

	5. Incentivo a ações que visem o apoio à produção familiar com fomento à produção agroecológica. 6. Garantir que a questão ambiental esteja presente na pauta diária da Universidade, de forma visível e permeando todas as ações: uso racional dos recursos naturais, logística, gestão adequada dos resíduos, atendimento a legislação, compras sustentáveis, proteção à fauna e flora dos *Campi*, etc. 7. Mobilizar a comunidade interna da UFMG para o seu engajamento na questão do ambiente e sustentabilidade, tanto no que diz respeito ao funcionamento cotidiano da Instituição quanto junto à sociedade em geral.
AÇÕES	1. Garantir a presença de no mínimo uma disciplina voltada para a questão ambiental em todos os currículos de Graduação. 2. Ofertar formações complementares ou transversais, disponíveis para estudantes de todas as áreas, que possibilitem uma compreensão aprofundada da questão ambiental, em sua articulação com temáticas tais como: ecologia, sistemas produtivos, segurança alimentar, pobreza e desigualdade, tecnologias, cidades sustentáveis, energias limpas, uso da água, mudança climática, e outros. 3. Garantir a oferta regular de eventos que discutam a questão ambiental no elenco de atividades dirigidas ao público da Graduação. 4. Articular esforços de pesquisa na temática ambiental, desenvolvidos no âmbito de diferentes programas de Pós-Graduação através das ações do Programa Institucional de Internacionalização da UFMG, no tema da "Sustentabilidade, Manejo de Risco e Governança", que se desdobra nos projetos: (i) Desenvolvimento, Inclusão e Exclusão; (ii) Mudanças Climáticas; (iii) Fronteiras e Migrações; (iv) Sustentabilidade de Cidades e Territórios; (v) Recursos Naturais com Ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente; e (vi) Energia. 5. Envolver os programas de Pós-Graduação na oferta sistemática de eventos dedicados à discussão da temática ambiental e destinados ao público interno e externo. 6. Articular fóruns ou redes que visem aproximar as atividades de pesquisa de diferentes grupos que lidam com a questão ambiental nas diversas áreas do conhecimento. 7. Articular a existência perene de uma Rede Temática voltada para a questão ambiental, a partir de experiências como o Participa UFMG – Mariana, e o Projeto Manuelzão. 8. Expandir a realização de eventos em espaços da UFMG que se articulem com a questão ambiental, a exemplo de: Domingo no Campus, Festival de Inverno, Semana do Servidor, e outros, incluindo a expansão do programa de feiras agroecológicas nos c*ampi*. 9. Fomentar projetos de interação com produtores rurais relacionados à proteção do ambiente e à produção agroecológica. 10. Praticar, de forma ampla, sistemática e visível, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos em todas as instalações da UFMG. 11. Elaborar programas de proteção e recuperação dos corpos hídricos e nascentes existentes nos c*ampi*. 12. Estabelecer protocolos organizacionais para garantir a capilaridade das ações ambientais em toda a Universidade. 13. Garantir que as fazendas da UFMG adotem práticas sustentáveis em seu funcionamento. 14. Divulgar, junto à comunidade interna, a legislação pertinente em relação aos resíduos, efluentes e impactos diversos provocados pela atividade acadêmica (pesquisa, fluxo de pessoas, laboratórios, resíduos diversos). 15. Divulgar, de maneira integrada, o conjunto das ações relativas ao ambiente e sustentabilidade que já estejam em curso, ou já ocorram de maneira rotineira. 16. Planejar políticas de engajamento da comunidade interna em questões tais como: economia de água, economia de energia, geração de lixo, manutenção de instalações, a partir da divulgação de dados e de indicadores a respeito dessas questões. 17. Sensibilizar todos os setores da Universidade quanto ao compromisso ambiental da UFMG e aos procedimentos que tal compromisso implica. 18. Incentivar e dar visibilidade a projetos de proteção ambiental, economia de energia, economia e reuso de água, e outros relacionados à sustentabilidade. 19. Conhecer, proteger e divulgar a biodiversidade do Campus.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 183 a 184).

Os objetivos e ações expostos no Quadro 45 apontam o empenho da UFMG com ações que promovem a educação para sustentabilidade.

O capítulo 5 do PDI tratou das políticas de gestão, que deve ser pautada nos princípios do respeito, do diálogo, da participação e da inclusão (UFMG PDI, 2018). Assim sendo, é função da UFMG zelar pela saúde do servidor, entendida como estado de bem-estar físico, social e emocional, sendo observado as condições de trabalho e as relações interpessoais. A instituição deve propiciar um ambiente colaborativo, solidário, livre de assédio, com respeito à diversidade e promover ambiente inclusivo. Para qualificar o relacionamento entre a comunidade acadêmica, a instituição possui a Comissão de Ética como mencionado anteriormente (UFMG PDI, 2018).

No que se refere ao desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos em educação a criação do Programa de Avaliação de Desempenho dos TAE, com seus objetivos, pressupostos, diretrizes e estrutura básica instituídos na Resolução Complementar nº 05, aprovada pelo Conselho Universitário em 11 de dezembro de 2012, promove mapeamento da situação dos servidores possibilitando a inclusão dos servidores com deficiência (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 46 esboça os objetivos e ações no que se refere a gestão de pessoas, relativas à temática da sustentabilidade.

Quadro 46: Objetivos e ações da gestão de pessoas da UFMG

OBJETIVO GERAL	Aprimorar a política de gestão de pessoas da UFMG, com ênfase em ações que fortaleçam o desenvolvimento das potencialidades individuais, coletivas e institucionais. Prover alternativas para que os servidores docentes e TAEs possam fazer um planejamento de trajetórias profissionais, permitindo tanto a constituição da qualidade de sua atuação profissional quanto a obtenção de satisfação de suas aspirações individuais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8. Consolidar boas condições de qualidade, de salubridade e de segurança no meio ambiente de trabalho de servidores docentes, TAEs e de todos os trabalhadores que, por meio de vínculo jurídico de outra natureza, prestem serviços à Universidade. 9. Aprimorar a política de alocação de vagas do magistério superior, por meio da avaliação dos indicadores, considerando a diversidade das atividades acadêmicas.

AÇÕES	1. Promover a discussão ampliada sobre os critérios de progressão e promoção na carreira docente de forma a contemplar maior diversidade de perfis acadêmicos, considerando que a avaliação deve ser parte de um processo amplo e articulado de organização do trabalho docente, de forma colaborativa, que visa promover o planejamento da trajetória acadêmica e a qualificação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. 2. Garantir a liberdade acadêmica como elemento constitutivo fundamental de uma universidade de excelência, incentivando as iniciativas de atuação em campos inter e transdisciplinares, bem como a inovação metodológica, a exploração de novos temas e a experimentação acadêmica nas diversas dimensões da atividade docente. 3. Incentivar a formação de redes e de comunidades interunidades e interáreas, aproximando docentes com focos comuns de trabalho, como as metodologias do ensino superior, a divulgação científica, os direitos humanos, entre outros. 15. Implantar programa de capacitação de docentes para a educação inclusiva. 21. Implantar programa de capacitação de TAE para a educação inclusiva.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 198 a 201).

Como evidenciado no Quadro 46, a UFMG busca gerir o seu pessoal, levando em consideração a diversidade, direitos humanos, inclusão social e outros conceitos relacionados a educação para sustentabilidade.

A subseção 5.2 tratou da Gestão Administrativa da UFMG, sendo abordado que a Pró-Reitoria de Administração (PRA) atua em diferentes objetivos e projetos da instituição visando reduzir a defasagem existente no quadro de excelência acadêmica e reduzir as fragilidades do seu suporte administrativo, através da otimização do uso de recursos e a promoção da melhoria das condições de vida da comunidade universitária (UFMG PDI, 2018).

Dentre as propostas de avanço, foi evidenciado que a PRA entende que é necessário aprimorar o planejamento e a gestão ambiental da instituição, buscando medidas para a recuperação do passivo ambiental e a valorização urbanístico-ambiental, gestão de resíduos sólidos e a preservação dos recursos ambientais (UFMG PDI, 2018).

Vale destacar que PRA tem a colaboração do Departamento de Gestão Ambiental (DGA), que é responsável pela gestão dos resíduos e da infraestrutura sanitária, manutenção de áreas verdes (UFMG PDI, 2018).

No que se refere a Gestão de Serviços de Apoio e Logística, foi apontado a necessidade de melhoria na circulação de pessoas e trânsito de veículos na instituição (UFMG PDI, 2018).

Esse tópico se apoia no desenvolvimento urbanístico-ambiental da universidade, que necessita da inclusão de ferramentas que garantem o Desenvolvimento Sustentável nos planos diretores. Dentre as ações a serem desenvolvidas na instituição são rever o planejamento territorial e urbanístico; criar planos diretores ambientais; recuperar áreas

degradadas; promover a cultura da sustentabilidade; propiciar a eficiência energética na universidade e propiciar o uso racional de água (UFMG PDI, 2018).

Em especial, o PDI destacou a importância da gestão de resíduos, apontando que é necessário propiciar a sua efetiva institucionalização na universidade, com participação plena da comunidade, das unidades e da administração central (UFMG PDI, 2018).

Especificamente no que se refere a Gestão Ambiental, a instituição visa à proteção da saúde dos trabalhadores e da sociedade, do meio ambiente e dos recursos naturais. Nessa perspectiva, o DGA vinculado a PRA, foi criado para articular e centralizar as questões ambientais da UFMG (UFMG PDI, 2018).

O DGA tem atuação multidisciplinar e abrangente, incluindo o gerenciamento integrado dos resíduos, regularização e licenciamento ambiental, gestão das questões de infraestrutura sanitária, como abastecimento de água e esgotamento sanitário e drenagem pluvial, gerenciamento da fauna e promoção da educação ambiental. Além disso, o DGA contribui com a Comissão de prevenção e combate a incêndio e pânico (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 47 demonstra os objetivos e ações no que se refere a gestão administrativa, relativas à temática da sustentabilidade.

Quadro 47: Objetivos e ações da gestão administrativa da UFMG

OBJETIVO GERAL	Modernizar a gestão dos processos administrativos da UFMG e aprimorar a oferta de serviços à comunidade, adequando-os à complexidade inerente ao funcionamento de uma instituição universitária. Promover de maneira gradual uma descentralização do planejamento e da execução orçamentárias, incentivando as Unidades Acadêmicas a estabelecerem políticas localmente referenciadas para utilização dos recursos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4. Tratar a questão da Gestão Ambiental como parte de uma pauta ambiental diária da Universidade, de forma visível e permeando todas as ações: uso racional dos recursos naturais, logística, gestão adequada dos resíduos, atendimento a legislação, compras sustentáveis, etc, em articulação com as dimensões acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão.
AÇÕES	27. Dar prosseguimento às ações para obtenção do Licenciamento Ambiental e Urbanístico dos c*ampi*. 28. Desenvolver e implantar projetos de eficiência energética e uso racional da água. 29. Ampliar as ações de gerenciamento de resíduos orgânicos, da construção e demolição, químicos, de serviços de saúde e eletroeletrônicos. 30. Controlar e monitorar os produtos químicos e poluentes utilizados pela pesquisa e práticas em geral, de modo a evitar acidentes e lançamentos na rede de esgotamento do Campus. 31. Implementar um plano de manutenção nas caixas de retenção das saídas dos laboratórios, centros de experimentação, restaurantes e cantinas do Campus. 32. Divulgar relatórios mensais sobre consumo de água e energia, individualizados por prédio. 33. Monitorar e controlar vetores de doenças (a exemplo do Aedes aegypti) nos c*ampi*. 34. Estabelecer planejamento abrangente para controle de pragas a ser realizado em caráter permanente. 35. Expandir as iniciativas de criação de feiras agroecológicas periódicas que permitam a comercialização de alimentos orgânicos e artesanais, favorecendo assim a promoção da saúde da população dos c*ampi*.

	36. Implantar uma política contra o abandono de animais nos c*ampi*.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 208 a 210).

Como pode ser observado no Quadro 47, a UFMG se propõe a promover ações ambientais através da gestão administrativa.

A subseção 5.3 tratou do Planejamento, Orçamento e Sustentabilidade Financeira. No que diz respeito ao planejamento das atividades, este foi feito para assegurar que a instituição atinja suas metas por meio do conhecimento científico, tecnológico e cultural, sendo também uma instituição formadora de profissionais críticos e éticos, que tenham uma consistente base científica e humanística e que sejam comprometidos com as transformações na sociedade (UFMG PDI, 2018).

Em relação ao Orçamento e Sustentabilidade Financeira, a UFMG sendo uma instituição federal de ensino superior, a sustentabilidade dos compromissos é assegurada pelos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) (UFMG PDI, 2018).

O Quadro 48 demonstra os objetivos e ações no que se refere ao planejamento e orçamento da UFMG, relativas à temática da sustentabilidade.

Quadro 48: Objetivos e ações do planejamento e orçamento UFMG

OBJETIVO GERAL	Atuar para assegurar a sustentabilidade orçamentária e financeira dos compromissos da UFMG com o ensino, pesquisa e extensão.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3. Apoiar o Comitê de Governança, Riscos e Controles no aperfeiçoamento dos processos de Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos na UFMG conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº01/2016.
AÇÕES	5. Instituir mecanismos de aferição de eficiência de gasto de recursos pelas Unidades Acadêmicas de tal modo que os eventuais ganhos resultantes de práticas inovadoras, sustentáveis e academicamente qualificadas sejam revertidos para as Unidades responsáveis por essas práticas

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PDI (2018, p. 216).

Identifica-se no Quadro 48 que a UFMG se preocupa com práticas sustentáveis que evidenciam sua responsabilidade social.

A subseção 6.4 elencou as Estruturas de Apoio da UFMG. Dentre as estruturas destaca-se:

a) o Hospital das Clínicas que é um hospital universitário integrado ao SUS, que tem como missão propiciar assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança. Suas atividades baseiam-se em valores éticos, respeito, profissionalismo, transparência,

equidade, humanização, responsabilidade econômica, patrimonial e socioambiental, propagação de conhecimento e ensino;

b) a Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo que sedia o Laboratório de Geotecnologias e Geomateriais (LGG) da Escola de Engenharia, a qual tem o objetivo de promover o ensino e a pesquisa do aproveitamento de resíduos e rejeitos da mineração de forma sustentável. A pesquisa desenvolvida oferece alternativas viáveis de recuperação e aproveitamento de recursos naturais;

c) a Fazenda Pequi-Porteirinha utilizada para implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia do Norte de Minas. O Centro possui ações ligadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, dado que fazenda tem áreas de pastagens e de reserva natural;

d) Estação Ecológica UFMG que é uma unidade de conservação, pesquisa e educação ambiental dentro da universidade, atuando como parque e escola (UFMG PDI, 2018).

O capítulo 7 do PDI tratou da avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional (UFMG PDI, 2018). No que se refere a Autoavaliação Institucional, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG se propôs administrar os processos avaliativos, elaborando relatórios anuais. No que diz respeito aos relatórios parciais, em 2014 foi destacado no eixo do Desenvolvimento Institucional, as ações afirmativas na UFMG; Responsabilidade Social da Instituição e a relação com o SUS. Em 2015, foi destacado as mudanças no ensino de graduação; Educação superior e inclusão social (UFMG PDI, 2018).

O PDI apresenta anexos que fundamentam o documento apresentado. Destaca-se, o Anexo III que tratou da Política Institucional de Inovação da UFMG; o Anexo IV que apresentou a Resolução n. 09/2016, de 31 de maio de 2016, que versa sobre direitos humanos; o Anexo V apresentou o resumo do relatório conclusivo da comissão instituída pelo reitor para constituir uma agenda de discussão e propor diretrizes para uma política institucional de saúde mental no âmbito da UFMG (UFMG PDI, 2018).

- Plano de Logística Sustentável

A UFMG ainda não elaborou seu PLS. No *site* da instituição foi evidenciado o compromisso para elaboração do documento como ação a ser implementada na esfera de seu planejamento estratégico (UFMG Sustentável, 2023).

No *site* também foi abordado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), sendo apontado que o programa está na pauta de atividades da Comissão Permanente de Gestão Energética, Hídrica e Ambiental (CPGHEA) da UFMG para ser aderido no momento propício. A instituição informa que em breve serão divulgadas mais informações do programa no *site* (UFMG Sustentável, 2023).

A Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável também foi abordada, sendo evidenciados os ODS e destacado que é necessário a participação de todos, inclusive da universidade (UFMG Sustentável, 2023).

- Plano Político Pedagógico

O PPP do curso de Ciências Contábeis da UFMG, no que diz respeito a temática da educação para sustentabilidade, apresentou o Ofício Circular PROGRAD-DA/018/2010 que apontava a aprovação do Parecer 438/2010 que trata da inclusão da disciplina LIBRAS nos cursos de graduação da UFMG, modalidade Bacharelado, o qual foi aprovado na sessão do dia 14 de setembro de 2010 pela Câmara de Graduação. A disciplina foi incluída na matriz curricular com código LET223, Denominação Fundamentos de LIBRAS, CH de 60h/04 créditos, natureza optativa, modalidade a distância.

Na seção 2.31 Flexibilização Curricular da UFMG foi apresentado que no processo de flexibilização curricular foram criadas diretrizes que definiram as competências e as habilidades asseguradas ao egresso, como capacidade de aprendizagem continuada, autonomia intelectual, atuação ética conforme as demandas do país. Assim, a universidade considerou como fundamentais algumas competências e habilidades. Dentre elas, “a) conduta ética e preocupação com as questões sociais e ambientais” (UFMG PPP, 2016, p.7).

No que se refere ao egresso, a Resolução nº 10/2004 institui no Art. 3º que o curso deve propiciar condições para que o futuro contador possa “compreender as questões, científicas técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização” (UFMG PPP, 2016, p.9), entre outras capacidades.

No Art. 4º a resolução estabelece competências e habilidades que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar. Dentre elas, “VII – exercer com ética e proficiências as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação

específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.” (UFMG PPP, 2016, p.10)

No capítulo 3, foi apresentado o objetivo do curso de Ciências Contábeis da UFMG, sendo o objetivo geral apontado a seguir:

> O objetivo geral do curso de Ciências Contábeis da FACE/UFMG é formar Bacharéis em Ciências Contábeus com visão humanítisca e social, aptos a desenvolver as suas prerrogativas profissionais em qualquer tipo de entidade; capazes de acompanhar o processo dinâmico das organizações e o desenvolvimento de pesquisas científicas teórico-empíricas (UFMG PPP, 2016, p.13).

Foi evidenciado que independente da escolha profissinal, o curso visa formar contadores com visão holística, com capacidade analítica e crítica, com pricipios éticos, que tenham resposabilidade sócio-ambiental e que respeitem à cidadania (UFMG PPP, 2016).

Para a formação de contador, o discente deverá “l) ser capaz de exercer com zelo, distinção e ética as atribuições e prerrogativas profissionais do contador, segundo sua vocação, seja como profissional liberal, seja vinculado às entidades, públicas ou privadas, com responsabilidade social” (UFMG PPP, 2016, p.14), dentre outras competências e habilidades.

A respeito do Programa das disciplinas e da matriz curricular da UFMG, o Quadro 49 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 49: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFMG

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré-Requisito	Classe	Período
CIC068	Contabilidade Social e Ambiental	04	60 horas/aula	Não há	Obrigatória	10º Período
CIC033	Ética Geral e Profissional	02	30 horas/aula	Não há	Optativa	-
CIC	Governança Corporativa	04	60 horas/aula	-	Optativa	-
LET223	Fundamentos de LIBRAS	04	60 horas/aula	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG PPP (2016).

Como pode ser observado no Quadro 49, a UFMG oferta a disciplina Contabilidade Social e Ambiental ofertada de forma obrigatória e a disciplina optativa Fundamentos de LIBRAS o que condiz com o conceito de educação para

sustentabilidade. Entretanto, a disciplina Ética Geral e Profissional, que também é optativa, tem carga horária reduzida em relação as demais disciplinas.

No que diz respeito as ementas das disciplinas, estas estão expostas no Quadro 50.

Quadro 50: Ementas de disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFMG

Disciplina	Ementa da disciplina	
CIC068 - Contabilidade Social e Ambiental	**Ementa**	(UFMG PPP, 2016, p.34)
	Responsabilidade social das empresas: história e perspectivas teóricas. Contabilidade e balanço social: origem, perspectivas de análise. Modelos institucionais de balanço social: IBASE, ETHOS, Leis, outros. Plano de Contas Ambiental. Modelos contábeis: Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração do Valor Adicionado Interno. Demonstração dos Excedentes. Contabilidade e meio ambiente: perspectivas e conceitos básicos. Regulação contábil: perspectivas teóricas e modelos de regulação.	
CIC033 - ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	**Ementa**	(UFMG PPP, 2016, p.36)
	Conceito de ética. Fundamentos de ética geral. Ética profissional. Códigos de Ética. Código de ética profissional da Contabilidade.	
CIC – GOVERNANÇA CORPORATIVA	**Ementa**	(UFMG PPP, 2016, p.39)
	Conceitos Fundamentais da Governança Corporativa. Governança corporativa e Custos de Capital. Impactos da Governança Corporativa na redução dos custos de agência. Códigos e/ou normas de Governança Corporativa editados por entidades governamentais ou não, no Brasil e no mundo. A importância e as técnicas em uso para evidenciação de informações de natureza econômico-financeira e contábil, de desempenho operacional e das ações da empresa. Tópicos contemporâneos em Governança Corporativa.	
LET223 – FUNDAMENTOS DE LIBRAS	**Ementa**	(UFMG Ementas, 2024, p.21)
	Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFMG Ementas (2024) e de UFMG PPP (2016).

Além das disciplinas com títulos relativos à sustentabilidade, há uma disciplina optativa, CAD059 – Empreendedorismo (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -). A ementa da disciplina é a seguinte:

> Empreendedorismo em diferentes perspectivas: financeira, mercadológica, corporativa e social. Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação como atividades empreendedoras. PD&I como atividades essenciais ao processo empreendedor e de geração de *startups* e *spinoffs*. Empreendedorismo e sustentabilidade. Modelos de Negócios e estruturação de planos de negócio (UFMG PPP, 2016, p.42).

A ementa da disciplina aborda o conceito de inovação e sustentabilidade, que faz parte da temática da educação para sustentabilidade.

No que se refere as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, a versão analisada do PPP é a de 2016, data anterior a curricularização da Extensão nos cursos superiores de graduação no Brasil, que se iniciou por meio da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de

2018. Entretanto, consta no quadro de disciplinas optativas, a seguinte disciplina: CIC - Iniciação à Extensão – 45 h/a, tendo a seguinte descrição:

> Serão atribuídos no máximo 6 (seis) créditos.
> - Iniciação a extensão com ou sem bolsa em projeto de extensão com duração superior a 6 (seis) meses, com dedicação de 20 horas semanais equivalendo a 3(três) créditos, por projeto.
> Obs: atividades de Extensão não previstas serão analisadas pelo colegiado.
> Requisitos exigidos:
> - Apresentação ao colegiado de cópia do projeto ou cópia do trabalho ou relatório final da atividade de extensão, aprovado pelo prof. Coordenador ou orientador da atividade, para aprovação (UFMG PPP, 2016, p.37).

Assim, para integralização curricular essa disciplina foi considerada como uma das Atividades Geradoras de Crédito.

4.1.4 Universidade Federal de São João Del Rei

A UFSJ foi criada pela Lei nº 7.555 18 de dezembro de 1986, incialmente como Fundação de Ensino Superior. Depois foi transformada em universidade, por meio da Lei nº 10.425 de 19 de abril de 2002. A instituição tem sede na cidade de São João del-Rei, estado de Minas Gerais e é pessoa jurídica de direito público e possui financiamento do Poder Público, sendo vinculada ao Ministério da Educação. A UFSJ possui seis *campi* universitários, a citar, o Campus Alto Paraopeba, Campus Cento-Oeste "Dona Lindu", Campus Dom Bosco, Campus Santo Antônio, Campus Sete Lagoas, Campus Tancredo Neves (UFSJ PDI, 2019).

A seguir estão apresentados os documentos da UFSJ, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Tancredo Neves, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

Em relação à educação para sustentabilidade, os trechos que tratam desse tema estão contidos nos princípios e objetivos da universidade. O Quadro 51 apresenta os princípios e objetivos da UFSJ.

Quadro 51: Princípios, Finalidade e Objetivos da UFSJ

PRINCÍPIOS	I. ética; II. gestão democrática; III. natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União; IV. liberdade e excelência de ensino, pesquisa e extensão, bem como difusão e	(p.3)

	socialização crítica do saber, sem discriminação de qualquer natureza; V. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VI. universalidade e interdisciplinaridade do conhecimento; VII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VIII. respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos; IX. exercício da justiça e bem-estar do ser humano; X. transparência nas ações institucionais; XI. valorização dos profissionais da educação; XII. desenvolvimento cultural, científico, artístico, tecnológico, social e econômico da região, do estado e do país; XIII. compromisso com a solidariedade entre os povos, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.	
FINALIDADES	São finalidades da Universidade Federal de São João del-Rei a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na formação científica e técnico-profissional, na difusão da cultura e na produção filosófica, artística, científica e tecnológica.	(p.4)
OBJETIVOS	I. estimular o desenvolvimento do espírito científico e da reflexão crítica; II. incentivar a pesquisa científica e tecnológica e a produção cultural; III. promover ampla divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, tanto aqueles que constituem patrimônio da humanidade quanto os produzidos pela Universidade Federal de São João Del-Rei; IV. incentivar o permanente aperfeiçoamento científico, cultural e profissional.	(p.4)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ Estatuto (2017).

Para atingir os objetivos a instituição se compromete a:

> I. formar e colaborar na formação contínua de diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, de tal modo a se tornarem aptos para a inserção no mundo do trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
> II. estudar os problemas do mundo contemporâneo, em particular os nacionais e regionais, com o propósito de contribuir para a busca de soluções para os mesmos;
> III. estabelecer com a comunidade uma relação de reciprocidade, através da qual a Universidade coloque ao alcance dela, por meio de cursos e serviços especializados, a técnica, a cultura e os resultados das pesquisas que realizar;
> IV. ampliar e fortalecer os vínculos da Universidade com instituições de Educação Básica, sobretudo as públicas;
> V. ampliar e fortalecer a rede de tecnologias de informação e de comunicação da Universidade e facilitar o acesso a ela, por parte da comunidade interna e externa, na forma da lei;
> VI. aperfeiçoar a cultura de avaliação e de prestação de contas de suas atividades à comunidade interna e externa (UFSJ Estatuto, 2017, p.4).

- Plano de Desenvolvimento Institucional

A versão do PDI da UFSJ tem vigência no período de 2019-2023. Inicialmente foi feita uma apresentação da instituição, sendo evidenciado que foram realizados avanços em infraestrutura, produção do conhecimento e diversidade, que permitiram um crescimento institucional nos últimos anos (UFSJ PDI, 2019).

No capítulo 2 do PDI, foi apresentado o histórico da instituição, sendo destacado que o alto padrão de formação da instituição evidencia os anseios pela oferta de educação

pública de alta qualidade e a preocupação com a responsabilidade social, atendendo os discentes e a população de baixa renda nas regiões próximas a universidade (UFSJ PDI, 2019).

A UFSJ oferta cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento e como resultado da expansão da graduação nos últimos anos, houve crescimento da pós-graduação e da pesquisa. No âmbito da Extensão, a instituição possui oito áreas temáticas que são eixos integrativos da Política Nacional de Extensão, a citar: Cultura, Comunicação, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, e Tecnologia e Produção (UFSJ PDI, 2019).

A inclusão da Extensão nos currículos retrata o papel social da universidade, possibilitando uma formação humanística e cidadã ajustada com as causas e demandas sociais (UFSJ PDI, 2019).

Na seção 2.3, foi mencionado que na UFSJ, o ensino de graduação, é uma base institucional da formação superior, que permite o atendimento de demandas regionais e nacionais por profissionais qualificados, que atuam de forma crítica e responsável na formação de uma sociedade mais justa, solidária, inclusiva e desenvolvida (UFSJ PDI, 2019).

Na seção 2.7, foi apresentado o Diálogo interinstitucional com fundações de apoio. Dentre elas tem a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (FAUF) que possui visão estratégica, pretendendo ser referência nacional através da excelência na gestão e desenvolvimento de seus procedimentos e ações, levando em consideração os valores da Ética, da Responsabilidade Social, do Comprometimento, da Competência, Integração, do Dinamismo e da Agilidade, Criatividade e Inovação (UFSJ PDI, 2019).

Na seção 2.10, foram apresentados assuntos relativos ao corpo discente. No que diz respeito a Assistência estudantil, apoio pedagógico, programas, auxílios e ações, a UFSJ assume o compromisso de garantir o acesso, permanência e formação ampliada aos estudantes dos cursos de graduação, através de políticas de assistência estudantil; práticas que reduzem as taxas de evasão e retenção; acesso a programas de ensino/pesquisa/extensão; auxílios a alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica e ações para prevenção e promoção da saúde integral (UFSJ PDI, 2019).

O PDI destacou o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que discorre sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo evidenciadas as políticas de assistência estudantil que são feitas baseadas nos princípios a seguir:

> I - afirmação da educação superior como uma política de Estado;
> II - igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
> III - formação ampliada tendo em vista o desenvolvimento integral dos estudantes;
> IV - garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
> V - liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> VI - orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
> VII - defesa da justiça social, com vistas à eliminação de todas as formas de preconceitos;
> VIII - pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central;
> IX - racionalização da organização, com plena utilização de recursos materiais e humanos, buscando assegurar condições de trabalho compatíveis com os fins institucionais e com as expectativas de qualificação e de melhoria de desempenho do servidor (UFSJ PDI, 2019, p.59 e 60).

O Quadro 52 apresenta as ações de assistência estudantil entre 2016 e 2018 da UFSJ.

Quadro 52: Ações de assistência estudantil entre 2016 e 2018 da UFSJ

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Auxílio Alimentação	19	19	17
Auxílio Creche	16	15	20
Auxílio Promoção Sócio Acadêmica	1199	918	1561
Auxílio Emergencial	4	3	11
Moradia Estudantil	52	42	47
Monitoria Especial	3	2	1
Programa de atenção à saúde (física, mental e bucal)	1434	3495	3568
Programa de Auxílio Financeiro para apresentação de trabalhos	39	199	391
Programa Institucional de Desenvolvimento Acadêmico nas Ações Afirmativas (PIDAC-AF)	0	45	59

Fonte: UFSJ PDI (2019, p.61).

Observa-se no Quadro 52 que aumentou os programas de atenção à saúde (física, mental e bucal) e PIDAC-AF. Já o auxílio alimentação diminuiu devido ao avanço dos Restaurantes Universitários (RUs).

Além desses programas ainda dispõe de bolsas estudantis na graduação, a citar: Monitoria, Artes, PET, Pesquisa e Extensão, que juntas com os auxílios oferecidos aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, constituem amplo leque de subsídios para garantir a formação estudantil (UFSJ PDI, 2019).

No que diz respeito a Acessibilidade e atendimento a pessoas com deficiência, a instituição se baseia na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (UFSJ PDI, 2019).

Objetivando sistematizar suas práticas para o atendimento da lei e alinhamento com a realidade institucional, a universidade possui Comissão de Acessibilidade (COACE), que debate, estrutura e propõe a Política de Inclusão e Acessibilidade da instituição. A COACE trabalha em parceria com o Setor de Inclusão, ligado à Proex, que é responsável pela gestão das ações de acessibilidade e inclusão (UFSJ PDI, 2019).

A partir da publicação de uma resolução interna, a instituição passará a ter diversas ações, na próxima versão do PDI, para desenvolver a cultura de acessibilidade, também terá programas e atividades de inclusão, para reduzir as barreiras físicas, metodológicas, comunicacionais, instrumentais, atitudinais e programáticas (UFSJ PDI, 2019).

O PDI evidenciou que há uma complexidade nas questões de acessibilidade e inclusão, que demanda que a instituição dialogue com agentes públicos, para garantir acessibilidade no entorno da universidade, desde os pontos de ônibus até as entradas principais (UFSJ PDI, 2019).

O capítulo 3 do PDI foi intitulado “A UFSJ Que Queremos!”, evidenciando que a instituição deve assegurar a todos, igualmente, o direito de acesso imediato, direto e permanente a todos os ambientes e a oferta de serviços (UFSJ PDI, 2019). Para a versão 2019-2023 do PDI, partiram de atores da universidade demandas por ações para aprimorar a cultura institucional da UFSJ, tendo maior transparência, agilidade e posicionamento em defesa do serviço público gratuito e de qualidade, buscando ser uma universidade ideal no que se refere a inclusão e acessibilidade, propiciando a superação de barreiras físicas, metodológicas, comunicacionais, instrumentais, atitudinais e programáticas, além de trabalhar junto com a comunidade externa na superação das desigualdades e condições de precariedade humana (UFSJ PDI, 2019).

Na seção 3.1, o PDI também abordou os princípios, finalidades e objetivos estratégicos da UFSJ instituídos no Estatuto e que estão expostos no Quadro 51. Nesta seção também foi apresentado a missão, visão, valores da instituição, conforme exibido no Quadro 53.

Quadro 53: Missão, visão, valores da UFSJ

MISSÃO	A UFSJ, como instituição pública, assume a missão de educar, desenvolvendo com excelência as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa de forma indissociável, contribuindo na indução de mudanças e avanços na direção de uma sociedade justa e igualitária, por meio do encontro, da análise e da construção de práticas e conhecimentos, considerando os contextos acadêmicos, éticos, culturais, sociais e ambientais.	(p.75 e 76)
VISÃO	Ser uma universidade comprometida com a superação das desigualdades e com o desenvolvimento da humanidade. A noção de Humanidade, aqui adotada, não se refere a dados meramente demográficos, mas a um conjunto de valores considerados válidos, necessários	(p.76)

	e dignos de serem perseguidos, tais como a alteridade, a Justiça, a dignidade humana, o direito dos povos, a liberdade, as diferenças culturais.	
VALORES	●Cidadania – assegurar a liberdade, os direitos e as responsabilidades individuais e comunitárias; ●Cooperação – interagir para o bem comum: local, regional, nacional e internacionalmente; ●Criatividade – inovar teórica e empiricamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental; ●Dignidade – tratar e retratar com respeito toda pessoa e comunidade; ●Diversidade – respeitar e incluir pessoas e comunidades, em seus modos de ser e agir, considerando suas características distintivas; ●Equidade – promover compartilhamento justo das condições fundamentais ao desenvolvimento humano; ●Ética – agir à luz das ideias de universalidade, respeito, integridade e dignidade de todos os sujeitos de direito; ●Sustentabilidade – produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento socioeconômico não pode ser dissociado da preservação e conservação ambiental.	(p.76)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Como mostrado no Quadro 53, a UFSJ possui missão, visão e valores pautados na temática da sustentabilidade.

Baseado nas premissas estatutárias e institucionais, a comunidade acadêmica, propôs 73 objetivos que se dão por meio de ações e indicadores para o ciclo 2019 a 2023, que estão apresentados a seguir.

No que diz respeito ao eixo acadêmico: Assistência Estudantil, estão apresentados no Quadro 54 os objetivos, ações, indicadores da assistência estudantil da UFSJ.

Quadro 54: Objetivos, ações, indicadores da assistência estudantil da UFSJ

Objetivo 4: Acompanhar os discentes atendidos por recursos oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)		
Ações	**Indicadores**	
Ampliação do número de campanhas educativas: contra o trote; em favor da valorização do Patrimônio Público da UFSJ e das cidades; valorização da vida; valorização da saúde; entre outras	Total de campanhas realizadas	
Ampliação do número de auxílios para participação em atividades pedagógicas, apresentação e participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais	Total de auxílios concedidos	(p.80)
Consolidação da participação de discentes em vulnerabilidade socioeconômica em programas de ensino, extensão e pesquisa	Total de participantes por programa	
Criação de ferramentas para acompanhamento das taxas de retenção e evasão dos discentes	Taxa de retenção Taxa de evasão	
Objetivo 5: Desenvolver ações de promoção de saúde integral para os discentes de graduação		
Ações	**Indicadores**	

Reorganização do Programa de Atendimento Psicossocial, visando estabelecer ações preventivas e protetivas, nos limites de atuação de uma instituição de educação superior.	Total de atendimentos realizados	
Estimulação de programas de reeducação alimentar, combate ao tabagismo e doenças sexualmente transmissíveis, entre outras de promoção à saúde.	Total de programas desenvolvidos	
Consolidação e aprimoramento, em todas as unidades, dos programas de assistência à saúde (física, mental, bucal e oftalmológica) e articular a construção de protocolos para ocasiões de urgência e emergência.	Total de clínicas e/ou profissionais credenciados de protocolos criados	
Estabelecimento de parcerias com as redes de saúde dos municípios onde a UFSJ possui Campus, ou outros necessários aos atendimentos da comunidade acadêmica, para promover a assistência integrada e continuada além das ações dos programas da UFSJ	Número de municípios com parcerias para cuidado da comunidade acadêmica	
Objetivo 6: Aprimorar o Programa de Avaliação Socioeconômica (PASE), com foco nos resultados e no crescimento do discente de forma individualizada, buscando a valorização acadêmica e a permanência do discente na Instituição		
Ações	**Indicadores**	
Democratização das decisões sobre a distribuição de recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da implantação do Orçamento Participativo	Total de participantes na elaboração do orçamento	
Atualização constante dos critérios de Avaliação Socioeconômica do PASE, considerando as mudanças da realidade social e econômica	Número de normas atualizadas Número de processos Aprimorados	
Estabelecimento de critérios de avaliação de resultados do PASE, com base na metodologia desenvolvida no Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE)	Indicadores do FONAPRACE adotados	
Objetivo 7: Informatizar a avaliação socioeconômica dos discentes de graduação ingressantes pelas ações afirmativas do Sistema de Seleção Unificada (SISU)		(p.81)
Ações	**Indicadores**	
Implantação de sistema capaz de informatizar a avaliação socioeconômica.	Número de avaliações realizadas versus Demanda	
Compartilhamento, junto a outros órgãos, das informações do questionário socioeconômico respondido pelo discente no momento da pré-inscrição do SISU		
Objetivo 8: Propor e implantar políticas de apoio às atividades estudantis nas áreas de artes, esporte, lazer, cultura e meio ambiente		
Ações	**Indicadores**	
Criação de hortas comunitárias e o plantio de árvores frutíferas em espaços de convivência	Levantamento de espaços potenciais realizado Espaços efetivamente utilizados	
Proposição da Política de Acolhimento Estudantil	Total de atividades de acolhimento estudantil	
Implementação de sistema de registro de projetos de lazer para a comunidade acadêmica	Número de projetos cadastrados	
Implementação da política de Assuntos da Diversidade e Diferença	Número de eventos apoiados	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo administrativo: Gestão acadêmico-administrativa, estão apresentados no Quadro 55 os objetivos, ações, indicadores da Gestão acadêmico-administrativa da UFSJ.

Quadro 55: Objetivos, ações, indicadores da Gestão acadêmico-administrativa da UFSJ

Objetivo 27: Aprimorar os mecanismos de promoção da inovação tecnológica e simplificar os procedimentos relativos ao estabelecimento de convênios		(p.88)
Ações	**Indicadores**	
Fomento às ações de inovação tecnológica conjugada com política de distribuição interna de recursos	Número de ações de inovação tecnológica desenvolvidas pela instituição e docentes divulgadas; Número de peças de divulgação da política de inovação da instituição; Número de ciclos de palestras realizados pelo NETEC	
Fortalecimento do setor de contratos e convênios da universidade para melhoria nos trâmites burocráticos e treinamento de docentes/técnicos sobre conduta nos processos/convênios/acordos de cooperação	Número de servidores técnicos qualificados a dar suporte em ações ligadas ao tema; Número de servidores técnicos e docentes capacitados a lidar com este tipo de assunto; Página de perguntas e respostas acerca do tema publicada no portal da UFSJ, com acesso destacado	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo administrativo: Pessoas e carreiras, estão apresentados no Quadro 56 os objetivos, ações, indicadores de Pessoas e carreiras da UFSJ.

Quadro 56: Objetivos, ações, indicadores de Pessoas e carreiras da UFSJ.

Objetivo 38: Promover a saúde e a qualidade de vida dos servidores		(p.92 e 93)
Ações	**Indicadores**	
Implantação de Programa de Preparação para Aposentadoria	Número de servidores atendidos / beneficiados	
Implantação de Programas de promoção do bem-estar do servidor		
Otimização da atuação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)		
Desenvolvimento de ações para promoção de segurança no trabalho		
Integração da equipe multiprofissional da UFSJ para atendimento das demandas de discentes e servidores nas diversas unidades	Criação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional	
Articulação da construção de uma política de saúde e qualidade de vida para a comunidade acadêmica	Resolução aprovada	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo estrutural: Acessibilidade e inclusão, estão apresentados no Quadro 57 os objetivos, ações, indicadores de Acessibilidade e inclusão da UFSJ.

Quadro 57: Objetivos, ações, indicadores de Acessibilidade e inclusão da UFSJ

Objetivo 44: Assegurar o alinhamento das ações de inclusão da UFSJ à legislação brasileira de inclusão, fazendo cumprir as obrigações legais que visam garantir o acesso de discentes	(p. 94)

com diferenças funcionais (pessoas com deficiência e outras condições que requeiram acessibilidade física, comunicacional, instrumental, metodológica ou atitudinal), servidores e prestadores de serviços com deficiência no âmbito da instituição		
Ações	**Indicadores**	
Manutenção da política de cotas para pessoas com diferenças funcionais no ingresso à UFSJ (discentes, docentes, técnicos e terceirizados)	Vagas reservadas para pessoas com diferenças funcionais	
Objetivo 45: Garantir a elaboração de políticas institucionais que promovam ações inclusivas nas unidades administrativas/acadêmicas da instituição.		
Ações	**Indicadores**	
Desenvolvimento da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFSJ	Resolução aprovada	
Objetivo 46: Garantir o pleno funcionamento da Unidade responsável pela Inclusão e Acessibilidade na UFSJ, tanto no que se refere aos aspectos administrativos das rotinas de trabalho quanto na contratação de profissionais que possam auxiliar no desenvolvimento das diversas ações		
Ações	**Indicadores**	
Ampliação do quadro de servidores do Setor de Inclusão e Acessibilidade	Número de servidores do Setor de Inclusão e Acessibilidade	
Objetivo 47: Garantir condições de acessibilidade metodológica, assegurando que as estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes da universidade contribuam para o processo de aprendizagem de todos os discentes com necessidades educacionais específicas ou deficiência		
Ações	**Indicadores**	
Criação de resolução para normatizar a acessibilidade metodológica	Resolução publicada	(p.95)
Promoção de ações de sensibilização e formação sobre o tema	Número de reuniões realizadas sobre o tema Número de cursos promovidos sobre o tema	
Objetivo 48: Adequar as instalações, edificações e rotas das unidades da UFSJ à legislação da inclusão		
Ações	**Indicadores**	
Implementação de, no mínimo, uma rota acessível em cada unidade da UFSJ, de maneira a assegurar uma mobilidade acessível entre edificações, portarias e demais dependências internas da instituição	Número de rotas acessíveis por unidade	
Realização de modificações arquitetônicas e urbanísticas, sob os princípios do desenho universal, de forma a garantir espaços acessíveis e inclusivos, nas antigas e nas futuras edificações, em equipamentos, mobiliários e outros espaços da instituição (calçadas, área de descanso e recreação, entre outras)	Número de edificações adaptadas	
Realização de Planos de Mobilidade Acessível por unidade	Plano publicado	
Objetivo 49: Modernizar e atualizar a frota de veículos da Instituição de maneira que discentes, servidores, terceirizados e visitantes com deficiência possam realizar deslocamento interno e participar de viagens didáticas e administrativas e serem transportados em atividades externas à instituição		(p.96)
Ações	**Indicadores**	
Adaptação, aquisição e/ou contratação de veículos para viagens institucionais com acessibilidade	Número de veículos adaptados	

Dimensionamento da contratação e treinamento de motoristas dos veículos capacitados para a acessibilidade	Número de motoristas capacitados
Objetivo 50: Garantir acessibilidade comunicacional para discentes, servidores e terceirizados com deficiência na instituição	
Ações	**Indicadores**
Adaptação dos sistemas institucionais de informática	Número de sistemas adaptados
Manutenção do quadro de tradutores e intérpretes de LIBRAS condizente com a demanda	Número de servidores versus Número de usuários com deficiência
Implantação da sinalização acessível em todas as dependências da UFSJ	Número de dependências sinalizadas
Objetivo 51: Assegurar que instrumentos e tecnologias assistivas estejam disponíveis para discentes, servidores e terceirizados	
Ações	**Indicadores**
Manutenção atualizada dos recursos de tecnologia assistiva para discentes, servidores e terceirizados com deficiência	Número de computadores adaptados versus Número de usuários com deficiência
	Número de mobiliários adaptados versus Número de usuários com deficiência
	Número de programas de informática adaptados versus Número de usuários com deficiência

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo estrutural: Inovação e empreendedorismo, estão apresentados no Quadro 58 os objetivos, ações, indicadores de Inovação e empreendedorismo da UFSJ.

Quadro 58: Objetivos, ações, indicadores de Inovação e empreendedorismo da UFSJ

Objetivo 62: Dotar a UFSJ de uma estrutura capaz de fomentar e gerir as atividades voltadas ao desenvolvimento de inovação tecnológica, ao incentivo do empreendedorismo e de incubação de empresas; aos processos interdisciplinares na área de empreendedorismo, gestão de inovação e propriedade intelectual, abrangendo o ensino de graduação e pós-graduação		
Ações	**Indicadores**	
Categorização e tratamento característico a projetos e pesquisas como atividade de Desenvolvimento de Inovação Tecnológica, cujo objeto é definido a partir da identificação das deficiências do estado da técnica, de aplicação industrial e potencial para transferência de tecnologia	Número de transferência e licenciamento de tecnologia dos pedidos de patentes e software registrados. Número de servidores atuando no Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica. Quantidade de empresas admitidas no programa de incubação institucional. Agenda de atividades voltadas ao incentivo do ecossistema regional de inovação, com surgimento de spin-offs acadêmicas, abrangendo todas as unidades da UFSJ.	(p.100)
Definição e implementação do mecanismo de gestão de projetos de Desenvolvimento de Inovação Tecnológica		
Ampliação, no NETEC, do quadro técnico e recursos tecnológicos apropriados para gestão dos projetos, proteção da propriedade intelectual e negociação de tecnologias e incubação de empresas		
Análise, por meio de aplicação da metodologia TRL/CRL, de todo o portfólio de pedidos de patentes e de softwares de titularidade da UFSJ		

Participação, em parceria com instituições regionais, na implantação dos ecossistemas de fomento a empreendedorismo e inovação tecnológica nas regiões de influência dos *campi* da UFSJ	Estágio de implantação de mecanismo de gestão de projetos de Desenvolvimento de Inovação Tecnológica. Quantidade de dispositivos regulamentadores e de incentivo à participação de docentes nas atividades de gestão de inovação tecnológica e de assessoramento prestada às empresas incubadas e regulamentação dos fundos de Estímulo à Inovação e de Manutenção do NETEC	
Estímulo à criação de spin-off acadêmicas		
Incentivo à criação de dispositivos regulamentadores e de incentivo à participação de docentes nas atividades de gestão de inovação tecnológica e de assessoramento prestada às empresas incubadas		
Constituição e regulamentação dos fundos de Estímulo à Inovação e de Manutenção do NETEC		

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo estrutural: Internacionalização, estão apresentados no Quadro 59 os objetivos, ações, indicadores da Internacionalização da UFSJ.

Quadro 59: Objetivos, ações, indicadores da Internacionalização da UFSJ.

Objetivo 66: Contribuir para a diminuição das desigualdades e assimetrias sociais		
Ações	**Indicadores**	
Proposição e articulação da criação de programa de acolhimento aos imigrantes forçados – refugiados	Número de discentes atendidos	(p.102)
Ampliação do programa PEC-G e inserção da UFSJ no Programa PEC-PG		
Articulação da oferta de bolsas e vagas de pós-graduação a discentes do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) e/ou outros dessa natureza		
Ampliação da colaboração sul-sul, em especial, com a recepção de discentes provenientes de países subdesenvolvidos e de baixa renda per capita		

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

Em relação ao eixo estrutural: Meio ambiente e sustentabilidade, estão apresentados no Quadro 60 os objetivos, ações, indicadores do Meio ambiente e sustentabilidade da UFSJ.

Quadro 60: Objetivos, ações, indicadores do Meio ambiente e sustentabilidade da UFSJ

Objetivo 67: Ampliar e aprimorar a gestão de resíduos		
Ações	**Indicadores**	
Gerenciamento do monitoramento, coleta, tratamento, armazenamento temporário e descarte ambientalmente correto de resíduos perigosos	Quantitativo da redução do passivo e ativo ambiental de resíduos/Atendimento a normas ambientais	(p.102)
Implantação do sistema de gerenciamento informatizado	Sistema implantado e em uso	
Promoção da redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos	Quantitativo de resíduos	
Objetivo 68: Promover gestão de áreas verdes		
Ações	**Indicadores**	
Gestão, conservação, preservação e processamento, sob orientação técnica, da micro e macropaisagens de todas unidades, incluindo as áreas de preservação permanente dos núcleos	Número de unidades vegetais plantadas Taxa de sobrevida das unidades vegetais plantadas Reposição de unidades vegetais mortas Número de espaços qualificados	

agrícolas e ambientais de Ensino, Extensão e Pesquisa (fazendas)	
Parcerias com instituições públicas e privadas da área de fomento florestal	Parcerias efetivadas
Objetivo 69: Promover o desenvolvimento da política de sustentabilidade da UFSJ	
Ações	**Indicadores**
Aprimoramento do Plano de Logística Sustentável	Número de ações sustentáveis em andamento Número de ações sustentáveis implementadas
Implementação de meios sustentáveis de produção e consumo de energia elétrica e reutilização da água de chuva	Quantidade de usinas de microprodução de energia elétrica instaladas Quantidade de lâmpadas e reatores substituídos kW/h consumidos / reduzidos Número de projetos de eficiência aprovados
Avaliação da implantação de biodigestores nas unidades da UFSJ demandantes	Número de biodigestores implantados Quantidade de biogás e/ou biofertilizantes gerados Quantidade de agrotóxico substituída por biofertilizantes

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PDI (2019).

O capítulo 4 do PDI apresentou o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Na seção 4.4, foi evidenciado que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis. O ensino e a extensão, em conjunto, propiciam o encontro do conhecimento acadêmico com as demais esferas sociais, levando em consideração a formação da cidadania. À Pesquisa e à Extensão, possuem ações ligadas ao Ensino de graduação as quais estão baseadas em princípios que asseguram uma formação integral ao discente, como: interdisciplinaridade, flexibilidade curricular, inclusão social, respeito à diversidade, ética e compromisso e responsabilidade social (UFSJ PDI, 2019).

No que diz respeito a extensão, na UFSJ esse eixo acontece através de programas e projetos, que estão ligados a cursos, eventos e oficinas, propiciando a ligação da instituição com as comunidades externas. Essa ligação, é alicerçada na ecologia do conhecimento, visando a superação das desigualdades sociais e redução da precariedade da condição humana (UFSJ PDI, 2019).

No que se refere à Pesquisa, o PDI evidenciou que esta deve ser orientada numa perspectiva ética, dado que o pesquisador tem responsabilidade social em relação a sua produção. Todo a metodologia da pesquisa deve basear-se científica e socialmente (UFSJ PDI, 2019).

A seção 4.5, tratou da Responsabilidade Social, sendo evidenciado que esta é fundada em valores éticos, que direcionam as práticas decisórias da instituição. Esses valores se materializam nas ações norteadas para o bem-estar da coletividade, o desenvolvimento de práticas e conhecimentos para a proteção e melhoria da qualidade de

vida social, levando-se em conta os interesses da comunidade local, a preservação do meio ambiente, a tomada de ações para desenvolvimento humano e social, dentre outros (UFSJ PDI, 2019).

A UFSJ atua baseada na responsabilidade social, oferecendo cursos em período noturno, para formar estudantes de classes trabalhadoras e com poder aquisitivo baixo. Por meio das resoluções que contêm políticas de ações afirmativas, aprovadas em 2009 no CONSU, a universidade assumiu o compromisso com a aumento do acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFSJ PDI, 2019).

O compromisso social também pode ser observado nas diferentes ações de ensino, pesquisa e extensão, que promovem o desenvolvimento social, sendo evidenciadas as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Empresas, a Incubadora de Desenvolvimento Tecnológico e Setores Tradicionais do Campo das Vertentes (INDETEC); pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); pela equipe Tuguna (grupo de discussões sobre a representação dos negros no ensino brasileiro); pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) e o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NACE) (UFSJ PDI, 2019).

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UFSJ utilizada é do ano de 2013, sendo desenvolvido com base na Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro 2012 e no Decreto n. 7.746, de 05 de junho de 2012. Assim, a UFSJ incluiu em suas propostas de ações, melhores práticas de sustentabilidade, pois seus valores organizacionais são pautados na Responsabilidade Social (UFSJ PLS, 2013).

O PLS apresentou a conceituação de sustentável e sustentabilidade como exibido a seguir:

> O termo sustentável significa sustentar, apoiar, conservar. O conceito de sustentabilidade está normalmente relacionado com uma mentalidade, atitude ou estratégia que é ecologicamente correta, viável a nível econômico, socialmente justa e com uma diversificação cultural (UFSJ PLS, 2013, p. 4).

Levando em conta estes conceitos, o PLS evidenciou que o objetivo do documento é sistematizar e organizar as ações de sustentabilidade e difundir práticas sustentáveis, tendo como objetivos:

> a) Racionalizar o uso de material de consumo;

> b) Diminuir o consumo de energia elétrica;
> c) Diminuir o consumo, o desperdício e aumentar o reuso de água, assim como diminuir os impactos ambientais dos esgotos gerados;
> d) Organizar um fluxo contínuo e eficiente de materiais descartados para organizações externas;
> e) Melhorar a qualidade de vida dos servidores e terceirizados da UFSJ;
> f) Inserir de forma legal as variáveis ambientais nos processos de compras e contratações da UFSJ;
> g) Aumentar a eficiência e o controle do sistema de transporte de pessoas e materiais;
> h) Racionalizar o uso de telefonia fixa e móvel na UFSJ, e
> i) Racionalizar o emprego de mão de obra de vigilância na UFSJ (UFSJ PLS, p. 5 e 6).

O PLS da UFSJ apresentou um inventário com plano de ações a serem implementadas, conforme os Quadros 61 a 66.

Quadro 61: Plano de ação material de consumo do PLS da UFSJ

PLANO DE AÇAO MATERIAL DE CONSUMO				
Objetivo: Racionalizar o uso de material de consumo		Responsável: Fábio Bruno		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Diminuir a aquisição de copos descartáveis.	Promoção da substituição de uso de copos descartáveis por reaproveitáveis.	Out/13	Dez/14
2	Substituir papel branco clorado por papel branco menos clorado ou reciclado.	Redução da compra de papel branco clorado.	Out/13	Dez/14
3	Estudar a viabilização para terceirização de impressão e de criação de "ilhas de impressão".	Apuração da viabilidade da terceirização sob o ponto de vista econômico e de eficiência operacional.	Out/13	Dez/14
4	Promover campanha de conscientização sobre uso de copos, papéis, envelopes e outros materiais de consumo.	Estimulação do uso racional de material de escritório e copa pela comunidade da UFSJ.	Out/13	Dez/14
5	Capacitação dos usuários acerca do tema.	Difundir a importância do uso sustentável do material de consumo.	Nov/13	-

Fonte: UFSJ PLS (2013, p. 7).

Quadro 62: Plano de ação energia elétrica do PLS da UFSJ

PLANO DE AÇÃO ENERGIA ELÉTR ICA				
Objetivo: Diminuir o consumo de Energia Elétrica na UFSJ		Responsável Prof. José Tarcísio Assunção		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Criação de uma Comissão de Gestão do uso da energia elétrica.	Definir o grupo responsável pelo plano de ação energia elétrica.	Out/ 13	Out/13
2	Diagnóstico Energético da utilização da Energia Elétrica na UFSJ. Identificação e definição de um índice de eficiência energética.	Identificação das principais cargas e ações de maior impacto na economia de energia. Definição de índice de medição dos resultados do plano de ação.	Nov/13	Jul/14

3	Necessidade de Energia Ininterrupta e Fontes Alternativas de Geração de Energia.	Identificação de cargas especiais e possíveis fontes alternativas de energia.	Jan/ 14	Jul/14
4	Diagnóstico das Instalações Elétricas da UFSJ.	Normas para projetos de instalações elétricas. Normas de manutenção das instalações elétricas.	Jan/ 14	Jul/14
5	Avaliação da Qualidade de Energia Elétrica e Confiabilidade do Sistema.	Normas para projetos de instalações elétricas. Normas de manutenção das instalações elétricas.	Ago/14	Dez/14
6	Conscientização dos Usuários Envolvimento de toda Comunidade Acadêmica e convidados (CEMIG ELETROBRÁS -PROCEL).	Programa Permanente de Conscientização para o uso racional de energia elétrica.	Mar/ 14	Dez/14

Fonte: UFSJ PLS (2013, p.8).

Quadro 63: Plano de ação água e esgoto do PLS da UFSJ

PLANO DE AÇÃO ÁGUA E ESGOTO				
Objetivo: Diminuir o consumo, diminuir o desperdício e aumentar o reuso de água, assim como diminuir os impactos ambientais dos esgotos gerados.		Responsável Karina da Silva Martins		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Diagnóstico Completo da UFSJ	Publicação do diagnóstico de consumo e custos com água por campus da UFSJ, após implantação dos hidrômetros.	Jun/14	Dez/16
2	Aquisição/Manutenção de bombas de reuso	Pleno funcionamento das bombas de reuso.	Abr/14	Dez/14
3	Brigada contra vazamentos/ Brigada de combate a incêndio	Criar uma brigada contra vazamentos e uma brigada de combate a incêndio em cada campus da UFSJ, em parceria com Corpo de Bombeiros de cada cidade e o setor competente da prefeitura. Diminuir o desperdício de água e riscos de incêndio.	Nov/13	-
4	Implantação de caixas fechadas com cadeado e embutidas no jardim, para pontos de água	Bloquear uso indiscriminado dos pontos de água.	Out/14	Mar/15
5	Implantação de hidrômetros por prédios	Instalar hidrômetros para controle do uso de água por prédio ou instituição parceira da UFSJ.	Abr/14	Dez/15
6	Revisão e manutenção das instalações de água e esgoto	Evitar desperdício de água e controlar a disposição adequada dos esgotos sanitários em especial do Restaurante Universitário (rever o sistema).	Nov/13	-
7	Capacitação dos usuários acerca do tema	Difundir a importância do uso adequado da água e da disposição correta do esgoto na instituição.	Nov/13	-
8	Elaborar projeto de irrigação para os *campi* com aproveitamento da água de reuso, aumentando a captação atual.	Visando o aproveitamento das águas residuais e economia de água potável. Além da melhoria no cuidado das áreas ajardinadas.	Abr/14	Abr/15

9	Tratamento da água do CSL	Diminuir consumo de água mineral e melhor aproveitamento da água do CSL por processo de tratamento específico.	Nov/13	Jul/14
10	Padronização das bocas de lobo com aquisição de elementos pré-moldados de concreto	Evitar acidentes dos transeuntes e melhorar a captação das águas pluviais.	Abril/14	Dez/14
11	Elaborar projetos abrangentes a respeito da drenagem pluvial e tratamento de áreas alagadiças	Evitar a deterioração dos espaços e revitalizá-los, bem como reaproveitar águas residuais.	Abril/14	Abril/15
12	Eliminar fossas negras e substituir por sistema com filtro e sumidouro – onde for inviável a ligação na rede coletora de esgoto.	Disposição adequada dos esgotos sanitários.	Abril/14	Dez/14
13	Tratamento dos esgotos sanitários provenientes dos laboratórios que utilizem produtos químicos.	Disposição adequada dos esgotos sanitários.	Abril/14	Abril/16
14	Criação de uma Comissão de Gestão do uso de água e esgoto	Definir o grupo responsável pelo plano de ação de água e esgoto	Out/13	Dez/13

Fonte: UFSJ PLS (2013).

Quadro 64: Plano de ação coleta seletiva do PLS da UFSJ

PLANO DEAÇAO COLETA SELETIVA				
Objetivo: Organizar um fluxo contínuo e eficiente de materiais descartados para organizações externas		Responsável: Prof. Flávio Neves		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Realizar diagnóstico dos resíduos na UFSJ, por unidade de ensino ou setores da administração.	Diagnóstico estabelecido contendo os materiais a serem descartados.	Out/13	Dez/14
2	Segregar os materiais descartados para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final.	Materiais devidamente segregados para reaproveitamento ou descarte.	Out/13	Dez/14
3	Capacitar a comunidade acadêmica acerca do tema Coleta Seletiva.	Difusão do conhecimento da importância na adequação do uso e descarte de materiais.	Out/13	Jul/14

Fonte: PLS UFSJ (2013).

Quadro 65: Plano de ação qualidade de vida no trabalho do PLS da UFSJ

PLANO DE AÇÃO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO				
Objetivo Melhorar a qualidade de vida dos servidores e terceirizados da UFSJ		Responsável: Adriana Amorim da Silva		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Implementar a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.	Colocar em operação a CIPA em cada *campi* da UFSJ.	out/13	dez/14
2	Capacitar servidores em Primeiros socorros e combate a incêndio.	Capacitar servidores e terceirizados sobre uso de equipamentos contra incêndio e primeiros socorros.	out/13	dez/14

3	Implementar a Ginástica laboral.	implantação da ginástica laboral em todos os *campi*.	out/13	dez/14
4	Implementar ações sobre Alimentação Saudável.	Realização de palestras nos *campi* sobre o tema saúde e alimentação.	out/13	dez/14
5	Levantar diagnóstico sobre a ergonomia e implementar ações que forem necessárias.	Realização de palestras nos *campi* sobre o tema ergonomia e QVT.	out/13	dez/14

Fonte: UFSJ PLS (2013).

Quadro 66: Plano de ação compras e contratações do PLS da UFSJ

PLANO DE AÇÃO COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS				
Objetivo: Inserir de forma legal as variáveis ambientais nos processos de compras e contratações da UFSJ.		Responsável: Vera Meneghini		
ORDEM	**AÇÕES**	**META**	**INÍCIO**	**FIM**
1	Capacitar servidores em Compras Sustentáveis.	Capacitação de uma equipe de Compras Sustentáveis.	Out/13	dez/14
2	Criação de equipe provisória de análise de sustentabilidade.	Estabelecimento de uma equipe provisória de análise de sustentabilidade para identificação e classificação de itens a serem adquiridos ou contratados cela UFSJ.	Out/13	dez/14
3	Implementar o sistema de Estoque Virtual.	Disponibilização do sistema virtual de todo estoque da UFSJ.	Out/13	dez/14
4	Inserir variáveis ambientais nos processos de compra e contratação.	Inserção de Variáveis ambientais em todos os editais publicados.	Out/13	dez/14

Fonte: UFSJ PLS (2013).

O PLS evidencia que havia um caminho longo pela frente, pois para as ações, apresentadas nos Quadros 61 a 66, serem implementadas, foi necessário considerar questões organizacionais, tecnológicas, arquitetônicas e financeiras.

Também foi evidenciado que a comissão que criou o PLS tinha consciência que pontos operacionais adiariam a viabilidade das ações no futuro, sendo destacado que outras ações poderão ser sugeridas e colocadas em prática. Assim, foi realizado um mapeamento para buscar ações de Práticas, Ética e de Condutas, para uma performance socialmente responsável (UFSJ PLS, 2013).

- Plano Político Pedagógico

A versão do PPP da UFSJ é a de 2015, que surgiu para atender as demandas da Resolução nº. 022 CONEP/UFSJ de 31 de junho de 2013 e a Resolução nº. 027 CONEP/UFSJ de 11 de setembro de 2013, além de atender as Diretrizes Curriculares

Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis instituídas pela Resolução CNE/CES nº. 10 de 16 de dezembro de 2004 (UFSJ PPP, 2015).

No capítulo 2 foi apresentada a base legal do PPP. Dentre as normas, segue as citadas que estão relacionadas com a educação para a sustentabilidade: Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, relacionada à educação ambiental; Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que trata das "normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", como a oferta de disciplina de LIBRAS; Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que "Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000"; Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena (UFSJ PPP, 2015).

O capítulo 3, apresentou o objetivo geral do curso que é:

> Formar profissional com elevado nível de consciência crítica, ética e responsabilidade social, para atuar científica, técnica e instrumentalmente na função contábil, integrado com o meio ambiente e com o desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional (UFSJ PPP, 2015, p.7).

Observa-se que a instituição está comprometida com a formação de profissionais éticos e responsáveis socialmente.

No capítulo 4 foi descrito o perfil do curso de Ciências Contábeis da UFSJ, sendo evidenciado que a instituição faz parte da sociedade e com isso, deve ser capaz de atender as necessidades desta. Seu posicionamento diante da sociedade traz benefícios sociais, mais credibilidade e enriquece o ensino, por meio da pesquisa (UFSJ PPP, 2015).

A universidade é direcionada por interesses sociais e é comprometida com o desenvolvimento regional, produzindo e difundindo conhecimento, interligando ensino, pesquisa e extensão e propiciando uma formação com valores éticos e humanísticos (UFSJ PPP, 2015).

O curso de Ciências Contábeis da UFSJ busca propiciar aos seus estudantes uma formação de qualidade, gerando profissionais com formação ética e senso crítico, que atuam na sociedade em diferentes aspectos econômicos, ambientais e sociais (UFSJ PPP, 2015).

O capítulo 5 abordou as competências e habilidades que o curso deve possibilitar aos formados, como previsto na Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. A seguir estão apresentadas as competências e habilidades relacionadas com educação para a sustentabilidade.

> VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
> VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UFSJ PPP, 2015, p.12).

O capítulo 6 apresentou o perfil do egresso que deve estar apto a apresentar soluções relativas às questões financeiras e econômicas, bem como às questões social e ambiental, fazendo pontes com outras áreas de conhecimento, com vistas na análise da contabilidade brasileira e internacional (UFSJ PPP, 2015). O egresso deve buscar resultados coerentes que sejam adequados para o desenvolvimento de atividades financeiras e econômicas, com significativa consciência social e ambiental (UFSJ PPP, 2015).

No que se refere ao mercado de trabalho, o egresso pode atuar em várias áreas, a citar, como profissional autônomo, analista, perito e auditor contábil (UFSJ PPP, 2015). O egresso pode ainda dar sequência na sua formação, cursando uma pós-graduação lato/stricto sensu, o que permite sua capacitação de forma mais específica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Se optar pelo ramo acadêmico, o egresso pode lecionar disciplinas na área de contabilidade geral, intermediária, avançada, internacional, custos, pública, tributária, ambiental, entre outras disciplinas (UFSJ PPP, 2015).

O capítulo 10 apresentou a Matriz Curricular, sendo evidenciado que o curso de Ciências Contábeis oferta, de forma optativa, a unidade curricular relativa à LIBRAS, visando preparar o discente para o desenvolver habilidades de comunicação com PCDs auditivos, como instituído no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (UFSJ PPP, 2015).

Conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, a unidade Curricular Contabilidade Social e Ambiental abordará temas relativos a Educação Ambiental. As unidades Curriculares Gestão de Pessoas, Ciências Sociais, Ética Profissional e Prática Contábil propiciarão ao discente uma formação

humanística, abrangendo conteúdos relativos à educação dos direitos humanos e das relações étnico-raciais (UFSJ PPP, 2015).

A respeito das unidades curriculares obrigatórias e optativas da UFSJ, o Quadro 67 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 67: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFSJ

Código	Disciplina	C.H.S	C.H.A	Pré- Requisito	Classe	Período
DECIS	Ciências Sociais	66h	72 h/a	-	Obrigatória	1º Período
DECAC	Contabilidade social e ambiental	66h	72h/a	Contabilidade Geral II	Obrigatória	8º Período
DECAC	Ética profissional e prática contábil	66h	72 h/a	Contabilidade Geral II	Obrigatória	-
DELAC	LIBRAS	66h	72 h/a	-	Optativa	6º Período
DECAC	Governança Corporativa	66h	72 h/a	Finanças Corporativas II	Optativa	8º Período

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PPP (2015).

Observa-se no Quadro 67 que a UFSJ oferta disciplinas que estão dentro da temática da educação para sustentabilidade, sendo a maioria disciplina obrigatória.

No que que diz respeito ao programa das disciplinas da UFSJ, este está incluso no PPP, conforme o Quadro 68.

Quadro 68: Programa das disciplinas da UFSJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina	
CIÊNCIAS SOCIAIS	**Ementa**	(p.25)
	Conceitos fundamentais das Ciências Sociais: indivíduo, sociedade, cultura e poder. O papel das organizações na constituição do mundo moderno. Transformações sociais no mundo do trabalho. Relações étnico-raciais. Direitos Humanos.	
	Objetivo	
	Introduzir os alunos no universo das questões mais centrais estudadas pela Sociologia e a Ciência Política, tais como a constituição de sociedade capitalista, suas etapas de desenvolvimento, as transformações ocorridas na estrutura de classes, na organização do trabalho e ainda nas relações entre o estado e a sociedade na etapa contemporânea.	
CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	**Ementa**	(p.58)
	Responsabilidade social das empresas: história e perspectivas teóricas. Contabilidade e balanço social: origem, perspectivas de análise. Modelos institucionais de balanço social: IBASE, ETHOS, Leis, outros. Plano de Contas Ambiental. Modelos contábeis: Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração do Valor Adicionado Interno. Demonstração dos Excedentes. Contabilidade e meio ambiente: perspectivas e conceitos básicos. Regulação contábil: perspectivas teóricas e modelos de regulação. Educação Ambiental.	
	Objetivo	
	Oferecer uma compreensão do papel da contabilidade, de forma que as informações sociais e ambientais das empresas sejam mensuradas e evidenciadas. Estudar o ambiente contábil no que diz respeito às	

	informações sociais e ambientais. Estudar princípios de educação ambiental.	
ÉTICA PROFISSIONAL E PRÁTICA CONTÁBIL	**Ementa**	(p.59)
	Conceitos morais fundamentais: ética, filosofia, educação, formação, justiça, convicção e responsabilidade, consciência moral, relações étnico-raciais, direitos humanos. Código de ética do profissional da contabilidade. Prática profissional da contabilidade de empresas. Processo de constituição e transformação de empresas. Prática simulada em laboratório com uso de software específico da área contábil.	
	Objetivo	
	Fundamentar os conceitos essenciais das relações humanas e da vida em sociedade relacionados aos paradigmas éticos. Fornecer os conteúdos básicos da vida no trabalho e suas relações com a prática ética experimentada nas organizações. Desenvolver através da utilização prática dos recursos de informática atividades que darão suporte para os alunos no desenvolvimento de atividades inerentes à prática da profissão contábil.	
LIBRAS	**Ementa**	(p.61)
	História, língua, identidade e cultura surda. Aspectos linguísticos e teóricos da LIBRAS. Educação de surdos na formação de professores, realidade escolar e alteridade. Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Prática em LIBRAS: vocabulário geral e específico da área de atuação docente.	
	Objetivo	
	Desconstruir os mitos estabelecidos socialmente com relação às línguas de sinais e a comunidade surda. Destacar metodologias para a expansão de informações/conhecimento ao sujeito surdo por meio da Língua de Sinais. Fornecer conhecimento teórico e prático sobre a comunidade surda e sua língua. Desenvolver atividades que proporcionem contato dos alunos com a comunidade surda, a fim de ampliar o vocabulário na língua de sinais. Motivar os alunos no aprendizado, destacando a importância da língua no ensino para alunos surdos.	
GOVERNANÇA CORPORATIVA	**Ementa**	(p.65)
	Fornecer subsídios ao entendimento do papel da Governança Corporativa no mundo empresarial atual. Custos de agência. Separação da propriedade e controle. Códigos ou normas de Governança Corporativa. Ressaltar a percepção da relevância da comunicação e divulgação empresariais na redução do custo de capital da firma. Destacar a importância e as técnicas em uso para divulgação de informações de natureza econômico-financeira e contábil, de desempenho operacional e das ações da empresa voltadas à responsabilidade social.	
	Objetivo	
	Proporcionar aos discentes o conhecimento dos princípios básicos de governança corporativa. As aplicações da governança corporativa na Contabilidade. A transparência das informações, prestação de contas e equidade. Os controles internos. O custo de capital e os resultados contábeis. A governança corporativa no Brasil. A lei *Sarbanes-Oxley*. A governança corporativa e o Contador.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFSJ PPP (2015).

Além das disciplinas apresentadas no Quadro 68, o PPP da UFSJ apresenta o programa da disciplina DECAC - Gestão de Pessoas (C.H.S: 66, C.H.A: 72 h/a, Pré-Requisito: -, Classe: obrigatória, 3º Período), que inclui conceito relacionado a sustentabilidade. Segue a ementa e objetivo da disciplina:

> **Ementa:** Gestão de Pessoas nas organizações: histórico, evolução, objetivos. O posicionamento da Administração de Recursos Humanos como um

> sistema/processos. Recrutamento de Pessoal. Seleção de Pessoal. Treinamento e Desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Comportamento Organizacional. Estratégias motivacionais. Especificidades das relações de trabalho e da gestão de pessoas no setor público. Tendências para Gestão de Pessoas. Relações étnico-raciais. Direitos Humanos.
>
> **Objetivo:** Apresentar as principais atividades e procedimentos na gestão de pessoas e os impactos de sua operacionalização em diferentes instâncias organizacionais, possibilitando ao aluno desenvolver expertises para lidar com as rotinas que envolvem as pessoas no contexto organizacional. Apresentar os principais pressupostos teóricos que fundamentam a definição de políticas e práticas de Gestão de Pessoas nas organizações, objetivando aos alunos assimilar o conhecimento, ainda que básico, da origem e evolução dessa ciência. Capacitar os alunos para desenvolver uma visão crítico-reflexiva para abordagens e tendências de Gestão de Pessoas (PPP UFSJ, 2015, p.34).

A disciplina trata dos conceitos das Relações étnico-raciais e dos Direitos Humanos, os quais estão dentro da temática da educação para sustentabilidade.

No que se refere as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não constam disciplinas, dado que a versão do PPP é de 2015 e a curricularização da Extensão dentro dos cursos superiores de graduação no Brasil iniciou-se por meio da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Portanto, esse PPP que é anterior a essa normatização, não elenca disciplinas de extensão.

4.1.5 Universidade Federal de Uberlândia

A UFU possui sede em Uberlândia, estado de Minas Gerais, é uma fundação pública de educação superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), federalizada pela Lei no 6.532, de 24 de maio de 1978, autorizada a iniciar suas atividades pelo Decreto-lei no 762, de 14 de agosto de 1969 (UFU PDI, 2022).

A instituição possui sete *campi* universitários, sendo quatro na sede e um em Ituiutaba, um em Monte Carmelo e um em Patos de Minas. O *campi* nessas três cidades citadas, são denominados Campus Pontal, Campus Monte Carmelo e Campus Patos de Minas, respectivamente. A UFU possui 32 Unidades Acadêmicas, sendo 16 Faculdades e 16 Institutos e duas Unidades Especiais de Ensino a citar, a Escola de Educação Básica (ESEBA) e a Escola Técnica de Saúde (ESTES). Possui também três hospitais, a citar, Hospital de Clínicas de Uberlândia, Hospital Odontológico e Hospital Veterinário. Possui três fazendas experimentais e uma reserva ecológica (UFU PDI, 2022).

A seguir estão apresentados os documentos da UFU, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Santa Mônica/Reitoria e Campus Pontal.

- Estatuto

No que se refere ao Estatuto, a UFU apresenta os princípios que respeita, os quais estão detalhados no PDI. Levando em conta os princípios, o Estatuto apresenta os objetivos da instituição, os quais são:

> I - produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos;
> II - promover a aplicação prática do conhecimento, visando a melhoria da qualidade de vida
> III - promover a formação do homem para o exercício profissional, bem como a ampliação e o aprofundamento dessa formação;
> IV - desenvolver e estimular a reflexão crítica e a criatividade;
> V - ampliar a oportunidade de acesso à educação superior;
> VI - desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico;
> VII - buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho; e
> VIII - preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia (UFU Estatuto, [s.d.], p. 2 e 3).

O Art. 6 do Estatuto aponta que a universidade buscará o cumprimento destes objetivos:

> I - desenvolvendo e difundindo, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento teórico e prático, em suas múltiplas áreas;
> II - ministrando a educação superior, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, bem como à formação de profissionais para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais;
> III - mantendo ampla e orgânica interação com a sociedade, valendo-se dos recursos desta para a integração dos diferentes grupos sociais com a UFU;
> IV - estudando questões sócio-econômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida;
> V - constituindo-se em agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo na comunidade universitária uma consciência ética, social e profissional;
> VI - estabelecendo formas de cooperação com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras;
> VII - desenvolvendo mecanismos que garantam a igualdade no acesso à educação superior; e
> VIII - prestando serviços especializados e desempenhando outras atividades na área de sua competência (UFU Estatuto, [s.d.], p. 3).

Destaca-se os itens II, III, IV, V, VII que são relacionados com a educação para a sustentabilidade.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFU foi estabelecido para o período 2022-2027 e foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFU. O planejamento apresentado no PDI está fundamentado nos princípios da indissociabilidade, da sustentabilidade, da efetividade, da transparência e da interatividade com a sociedade, contribuindo para aumentar os níveis educacional, econômico, social, ambiental e cultural da sociedade brasileira (UFU PDI, 2022).

O plano foi desenvolvido a partir do estabelecimento de 18 Diretrizes, que se traduzem em metas específicas. Destacam-se as diretrizes relacionadas com a temática da sustentabilidade.

> Diretriz 2: Contribuir MAIS, com MELHORES resultados de nossa PESQUISA, para a transformação do ambiente global que nos envolve.
> Diretriz 7 Aprimorar e criar mecanismos para o desenvolvimento pleno das atividades de Pesquisa e Inovação.
> Diretriz 10 Aprimorar e criar mecanismos voltados para o planejamento, a execução plena e o controle contínuo dos processos administrativos, logísticos, serviços, obras e de sustentabilidade social e ambiental (UFU PDI, 2022, p.12).

Observa-se que a instituição possui diretrizes que transformam a sociedade e cria processos de sustentabilidade social e ambiental.

No capítulo 1 foi apresentado o Perfil institucional da UFU, sendo evidenciado que a universidade tem como propósito promover o ensino, a pesquisa e a extensão através da formação profissional alinhada às demandas da sociedade, da transformação social para o bem comum (UFU PDI, 2022).

Em conformidade com as demandas da sociedade, a instituição oferece diversos cursos de extensão na forma de treinamentos, iniciação profissional, aperfeiçoamentos e capacitação para o trabalho, atuando com sólida relação com desenvolvimento local e regional e transformação social, tendo atividades incorporadas ao ensino e à pesquisa, com orientação humanística focada na cidadania. A universidade vem se reinventando para formar cidadãos comprometidos com a qualidade de vida da população e com o desenvolvimento social (UFU PDI, 2022).

No que se refere a responsabilidade social, tem gratuidade do ensino, estima pela formação humanística e consciência de cidadania, preza pela igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição, pela democratização da educação, pela aplicação de práticas sustentáveis em prol do meio ambiente e ainda pela defesa dos direitos humanos (UFU PDI, 2022).

Quanto a identidade estratégica, o Quadro 69 apresenta a Missão, Visão, Valores e Princípios da UFU.

Quadro 69: Missão, visão, princípios e valores da UFU

MISSÃO	Promover o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, produzindo e disseminando a ciência, a tecnologia, a inovação, a cultura e a arte, formando cidadãos críticos comprometidos com a ética, a democracia, a sustentabilidade e a transformação social.	(p.20)
VISÃO	Ser referência de Universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em âmbito regional, nacional e internacional, promovendo a formação humanística e inclusiva para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.	(p.20)
PRINCÍPIOS	I - gratuidade do ensino; II - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; III - indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; IV - universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade; V - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VI - garantia de padrão de qualidade e eficiência; VII - orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII - democratização da educação no que concerne à gestão e à socialização de seus benefícios; IX - democracia e desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País; X - igualdade de condições para o acesso e permanência na UFU; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e XII - defesa dos direitos humanos, paz e de preservação do meio ambiente.	(p.21)
VALORES	Ética Liberdade Igualdade Democracia	(p.21)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFU PDI (2022).

Levando em conta a missão, visão, valores e princípios do Quadro 69, o PDI apresenta o Mapa estratégico com diretrizes que promovem ações para fortalecer o ensino, aprimoram os processos de desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia e da inovação e garantem a excelência nas atividades de extensão. Para assistência estudantil, as diretrizes são de promover o acesso, a permanência e a conclusão do curso, com vista na produção de conhecimentos, na melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida e na inclusão social.

No capítulo 2, o PDI apresenta a organização administrativa. Na UFU, a estrutura de governança é feita pelos órgãos que compõem a Administração Superior da universidade, incluindo os órgãos colegiados e a Reitoria. Complementando essa estrutura, há o Comitê de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade, que tem relevante papel no auxílio das demais instâncias de governança (UFU PDI, 2022).

No capítulo 3, foram apresentadas as Políticas institucionais e a organização didático-pedagógica. Em relação ao plano para atendimento às diretrizes pedagógicas na graduação, a UFU oferece uma ampla formação técnico-científica, cultural e humanística, preparando o discente para que desenvolva uma visão histórico-social e tenha senso

crítico, seja criativo e ético, para que tenha capacidade de entender as necessidades da sociedade relacionada a problemas socioeconômicos, políticos, culturais e organizativos, utilizando racionalmente os recursos disponíveis (UFU PDI, 2022).

Quanto as práticas pedagógicas inovadoras, na UFU, o ensino de graduação é caracterizado por sua articulação interligada com a pesquisa e extensão (UFU PDI, 2022).

Na UFU há Políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares, que possuem natureza ética e humanística, Política de educação inclusiva para Pessoas com Deficiência (PCD), que assume o compromisso de estabelecer a cultura da inclusão e da acessibilidade na instituição juntamento com o Desenvolvimento Sustentável, com os valores democráticos e com o estímulo contínuo à promoção e o respeito aos direitos humanos. Além disso, foi assumido o compromisso com a justiça social e com a legislação referente à PCD (UFU PDI, 2022).

Quanto as políticas de assistência estudantil, tem foco na permanência do discentes no ensino superior, buscando viabilizar e promover a igualdade de oportunidades e inclusão social. Para cumprir os objetivos dessa política, a UFU atuará de forma a buscar garantias de acesso, permanência e conclusão do curso. Também atuará como agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo profissionais com consciência social, ética, profissional e política, promovendo a diversidade dos saberes formados pelos diversos contextos sociais e o respeito às diferenças (UFU PDI, 2022).

No capítulo 4, foram apresentadas informações sobre Gestão administrativa da UFU, sendo evidenciado que a universidade busca uma gestão compartilhada, participativa e dialógica, procurando aumentar a transparência administrativa para alcançar valores éticos e solidários (UFU PDI, 2022).

Em relação aos aspectos financeiros e orçamentários, a estratégia de gestão econômica para a sustentabilidade financeira das atividades da universidade está alicerçada por uma análise ampla do macro ambiente, para cumprir com sua missão, valores, diretrizes e objetivos (UFU PDI, 2022).

- Plano de Logística Sustentável

O PLS da UFU foi estabelecido pela resolução nº 9/2019, do Conselho Universitário, para o período de 2018 a 2021.

Na apresentação do PLS, foram abordadas a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, em que foi criada a Agenda 21 (UFU PLS, 2019). Também foi abordada a aderência do Brasil ao Processo de Marrakesh, em 2007, em vista das questões de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Nesta apresentação é mencionada a criação do Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável (CGPCS), em 2008 que têm por finalidade promover um Plano de Ação, visando à PCS. Com isso, o setor público passou a preocupar-se com as compras e licitações sustentáveis (UFU PLS, 2019).

No final do ano de 2012, tornou-se obrigatória para os órgãos públicos o desenvolvimento do PLS. Assim a UFU, comprometida com o Meio Ambiente e a Sustentabilidade, estabeleceu sua Política Ambiental, traduzindo em um conjunto de princípios e diretrizes, visando promover ações institucionais que propiciem o Desenvolvimento Sustentável (UFU PLS, 2019).

A resolução nº26 definiu a Política Ambiental da instituição, bem como estabeleceu a formação da Comissão Institucional de Gestão e Educação Ambiental (CIGEA) (UFU PLS, 2019).

No capítulo 2 do PLS, foi apresentado o objetivo do plano da UFU que é:

> adotar critérios sustentáveis em suas rotinas administrativas, com práticas que visam à melhoria contínua de seus processos e a sensibilização dos servidores, discentes, colaboradores e visitantes da instituição com vistas a mudanças de conduta (UFU PLS, 2019, p.9).

Quanto aos objetivos específicos, apresentou-se os seguintes:

> a) Difundir e promover a prática da ecoeficiência no ambiente da UFU;
> b) Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade;
> c) Qualificar e quantificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais; d) Estabelecer parcerias, visando à reciclagem, reuso ou à destinação ambientalmente adequada de resíduos;
> e) Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
> f) Promover ações de sensibilização e capacitação da comunidade universitária, visando a construção de novos hábitos que propiciem um novo olhar ao gerenciamento de recursos públicos (UFU PLS, 2019, p.9).

Foi evidenciado que a comunidade acadêmica poderá sugerir novas ações sustentáveis além das propostas pela CIGEA, sendo ações que contribuam para os temas água e esgoto, energia elétrica, coleta seletiva, material de consumo, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal e qualidade vida no trabalho (UFU PLS, 2019).

A UFU apresentou o que foi desenvolvido de práticas de sustentabilidade e o inventário do consumo de bens e similares feitos nos últimos três anos. Em relação aos planos de ações, foram descritas as ações a serem executadas pela instituição para a adoção de práticas mais sustentáveis (UFU PLS, 2019).

No que se refere aos materiais de consumo, as metas, ações e indicadores para o consumo de papel e copos descartáveis estão evidenciados no Quadro 70.

Quadro 70: Metas, Ações e Indicadores consumo de papel e copos descartáveis da UFU

Descrição	**Ação**	**Indicadores**	**Meta**			
			2018	**2019**	**2020**	**2021**
Redução do consumo total de papel.	Promoção de campanha de educação ambiental e sensibilização da Comunidade Acadêmica.	Consumo per capita	5%	2%	2%	0%
	Criação de resolução ou portaria interna da UFU, reiterando ações de sustentabilidade.					
Substituição do consumo de papel comum pelo reciclado.	Substituição do papel comum pelo reciclado ou por comum produzido sem uso de substâncias cloradas.					
Redução do consumo de copas descartáveis.	Levantamento do quadro de pessoal de cada setor.		2%	2%	5%	5%
	Distribuição de Canecas para colaboradores.					
	Campanha de sensibilização por meio de Endomarketing.					

Fonte: UFU PLS (2019, p. 24 e 25).

Como observado no Quadro 70, haverá conscientização para imprimir somente o necessário, utilização do modo econômico de impressão, impressão no modo frente e verso, utilização de mensagens eletrônicas na comunicação e reutilização de envelopes.

Em relação a redução do uso de Cartuchos e *tonners* para impressão, as metas, ações e indicadores estão evidenciados no Quadro 71.

Quadro 71: Metas, Ações e Indicadores consumo de Cartuchos e *tonners* para impressão da UFU

Descrição	**Ação**	**Indicadores**	**Meta**			
			2018	**2019**	**2020**	**2021**
Redução do consumo de cartuchos e *tonners* de impressão	Optar, sempre que possível, por ilhas de impressão.	Consumo per capita	5%	2%	2%	2%
	Treinamento da equipe de informática.					
	Adoção da fonte *Century Gothic* como padrão.					

Fonte: UFU PLS (2019, p. 24 e 25).

Como pode ser observado no Quadro 71, a UFU através da equipe de informática promove ações que conduzem para otimização dos serviços de impressão.

Quanto à redução do consumo de energia elétrica, as metas, ações e indicadores estão evidenciados no Quadro 72.

Quadro 72: Metas, Ações e Indicadores consumo de energia elétrica, água e esgoto da UFU

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução do consumo	Análise e verificação de desperdícios.	Consumo per capita .	2%	2%	5%	0%
	Promoção de campanha de conscientização e sensibilização dos funcionários.					
	Aquisição de equipamentos energeticamente mais eficientes.					
	Promoção do uso racional de energia nos novos prédios.					
	Revisar os contratos de energia elétrica.					
Redução do consumo de água	Avaliação periódico dos sistemas hidráulicos e promoção de reparos que evitem desperdícios.	Consumo per capita Gasto per capita	0% 5%	0% 5%	2% 0%	5% 0%
	Modernização dos sanitários.					
	Construção de novos sanitários com lameiros inteligentes e vasos sanitários econômicos.					
	Promoção de companhas educativos sobre o uso racional da água.					
	Adoção de técnicas racionais e econômicas de irrigação de praças e jardins.					
Monitoramento da utilização de água dos poços artesianos	Instalação de hidrômetros e realização de controle mensal de consumo.					

Fonte: UFU PLS (2019, p. 26 e 27).

Como pode ser visto no Quadro 72, quanto ao esgoto, a finalidade é dar destino adequado aos efluentes gerados pela UFU, sendo encaminhado para pré-tratamento ou tratamento de concessionária terceirizada nos próprios *campi*.

Em relação ao consumo de telefonia, as metas, ações e indicadores estão evidenciados no Quadro 73.

Quadro 73: Metas, Ações e Indicadores consumo de telefonia da UFU

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução no gasto com telefonia fixa e móvel	Promoção de campanhas de sensibilização dos usuários.	Gasto per capita	0%	0%	2%	2%
	Quantificação do gasto mensal por uso de ramal ou linha telefônica fixa.					

Fonte: UFU PLS (2019, p. 28).

Como pode ser visto no Quadro 73, as ações têm por objetivo a redução dos custos com ligações telefônicas para linhas fixas e móveis.

No que diz respeito a qualidade de vida no ambiente de trabalho, as metas, ações e indicadores estão evidenciados no Quadro 74.

Quadro 74: Metas, Ações e Indicadores referentes a qualidade de vida dos servidores da UFU

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Manter o número de divisões atendidas pelo Programa Qualidade de Vida em Ação.	Traçar plano de ação para ampliar a aplicação dos questionários e intervenções.	Quantidade de divisões atendidas	5	5	5	s
Aumentar o número de servidores atendidos pelo programa de Exames Periódicos.	Ações de incentivo ao cumprimento da convocação de exames periódicos realizada pela DIRQS.	nº de servidores atendidos / nº de servidores convocados (%).	50%	55%	60%	65%
Aumentar o número de divisões atendidas pelo Levantamento de Riscos Ocupacionais.	Traçar plano de ação para ampliar o número de divisões analisadas.	Divisões analisadas / divisões passíveis de análise (%).	60%	70%	80%	90%
Manter a manutenção dos extintores.	Manter plano de manutenção dos extintores.	nº de extintores verificados / total de extintores (%).	100%	100%	100%	100%
Manter a meta de número de unidades ofertadas anualmente do programa Cuidando de Si.	Traçar plano de ação para manutenção do número de ações oferecidas.	Quantidade de divisões atendidas.	23	23	23	23

Fonte: UFU PLS (2019, p. 28).

Como pode ser observado no Quadro 74, as ações referentes à qualidade de vida no ambiente de trabalho têm a finalidade de promover à saúde e qualidade de vida dos servidores da universidade.

Em relação ao deslocamento de pessoal, as metas, ações e indicadores estão evidenciados no Quadro 75.

Quadro 75: Metas, Ações e Indicadores referentes a qualidade de vida dos servidores da UFU

Descrição	Ação	Indicadores	Metas			
			2018	2019	2020	2021
Reduzir o consumo de combustíveis.	Otimização dos transportes de pessoas; incentivar o uso de videoconferência.	Consumo total de combustíveis *per capita*.	2%	2%	2%	2%
Substituir o consumo de combustíveis fósseis por biocombustíveis.	Estimular o uso de etanol nos carros oficiais.	% de consumo de biocombustíveis.	2%	39%	8%	8%

Fonte: UFU PLS (2019, p. 29).

Como pode ser observado no Quadro 75, as ações referentes ao deslocamento de pessoal têm a finalidade de otimizar o transporte de pessoas da universidade e substituir o uso de combustíveis fósseis por fontes de energias renováveis.

Para todos os planos e metas são feitas campanhas de sensibilização e ações de capacitação. O PLS da UFU é revisto periodicamente, podendo ser atualizado com outras dimensões da sustentabilidade (UFU PLS, 2019).

- Plano Político Pedagógico Campus Santa Mônica

A versão do PPP de Ciências Contábeis da UFU Campus Santa Mônica é a de 2022. O documento teve como base a Resolução CNE/CES no. 10 de 16/12/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis na forma de bacharelado (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 4 foi apresentada a justificativa do PPP, que é contemplar os conteúdos mínimos propostos pelas Diretrizes Curriculares do curso, levando em consideração as demandas da comunidade e do mercado de trabalho regional e global (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Na seção 4.1 foi apresentada a necessidade social do curso de ciências contábeis. Nesta seção foi evidenciado que o contador contribui com os vários atores da sociedade, que são usuários da informação contábil. Dentre as suas contribuições, contribui com a sustentabilidade, ao possibilitar gerenciar os passivos e riscos ambientais das empresas (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 5 foram apresentados os princípios e fundamentos norteadores do PPP. Dentre eles, tem-se a ética como direcionador das ações educativas (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 6 foi evidenciada a caracterização do egresso da UFU, sendo que o perfil profissional idealizado compreende:

> -autonomia intelectual, que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social, necessária ao exercício de sua profissão, como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
> -capacidade para estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas;
> -possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias e capacidade para compreender as necessidades dos grupos sociais e comunidades com relação a problemas sócio- econômicos, culturais, políticos e organizativos, de forma a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de preocupar-se em conservar o equilíbrio do ambiente;

> -constante desenvolvimento profissional, exercendo uma prática de formação continuada e que possa empreender inovações na sua área de atuação (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022, p.16 e 17).

A ética é um princípio essencial em qualquer profissão, em específico, na contabilidade, o preceito moral se acentua dado a fé, pessoal e pública, que as ações do contador devem ter diante da sociedade (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

O PPP evidenciou que o curso de Ciências Contábeis busca ofertar aos discentes uma formação técnico-científica, humanística e cultural. O egresso deve exercer a profissão, com responsabilidade e competência, a função social que se espera dele. Esse atributo, pode ser classificado como Atributos de natureza humana, Atributos de natureza social e Atributos de natureza profissional (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

O primeiro está relacionado ao discente como ser humano. Este atributo deve ser cultivado através de disciplinas e atividades, que propiciem senso de responsabilidade; capacidade para desenvolver pensamento crítico; capacidade de discernimento; agilidade de raciocínio e criatividade; capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações e capacidade de vincular seus atos às exigências de qualidade (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Os Atributos de natureza social estão relacionados ao discente como ser social, são atributos que dizem respeito à formação do aluno como ser social. Dentre as capacidades relativas a esse atributo, destaca-se espírito de equipe e cooperação; postura crítica construtiva; participação em iniciativas de interesse comum; posicionamento científico e investigativo; gerenciamento de trabalhos e pessoas; comportamento ético nas suas atividades (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Os Atributos de natureza profissional estão relacionados à capacitação para exercício da própria profissão. O egresso deve ter habilidade e competência para atuar na parte prática da contabilidade como elaborar pareceres e relatórios, conhecer aspectos contábeis das empresas, entre outros (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 8 foi apresentada a estrutura curricular. O Quadro 76 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 76: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFU Campus Santa Mônica

Disciplina	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
Ética e Responsabilidade Social	60	Livre	Obrigatória	4º Período
Direitos Humanos	60	Livre	Optativa	-
Governança Corporativa	60	Livre	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFU PPP Campus Santa Mônica (2022).

Conforme pode ser visto no Quadro 76, o PPP não apresenta os códigos das disciplinas e o programa dessas disciplinas foi encontrado no *site* da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU, conforme exposto no Quadro 77.

Quadro 77: Programas das disciplinas da UFU Campus Santa Mônica cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Programa
GCC020 Ética e Responsabilidade Social	**Ementa**
	1. Ética e Moral 2. Ética Geral 3. Ética Profissional 4. Ética Empresarial 5. Responsabilidade Social 6. Contabilidade Ambiental
	Objetivo
	Ao final da disciplina o estudante será capaz de: Compreender, com mais profundidade os principais conceitos de moral, ética, cidadania e responsabilidade social, decorrentes do exercício profissional. Conhecer da importância do Código de Ética da Profissão Contábil. Poder discutir, com outras pessoas, a ética empresarial e a responsabilidade social das empresas. Proporcionar ao aluno à compreensão da Ética, aplicando-a a sua vida contribuindo de forma significativa para uma sociedade melhor.
	Programa
	1. Ética e Moral 1.1. Conceitos de Moral e Ética 1.2. Diferenças e semelhanças conceituais 2. Ética Geral 2.1. A Ética como dimensão intrínseca à convivência humana. 3. Ética Profissional 3.1. Convivência humana, profissionalização e suas exigências éticas. 3.2. A profissão do Contador e suas exigências éticas frente à sociedade. 3.3. O Código de Ética do Profissional Contabilista. 4. Ética Empresarial 4.1. A importância da ética nos relacionamentos empresariais 4.2. A ética das empresas como instrumento de controle 5. Responsabilidade Social 5.1. Responsabilidade social da profissão contábil 5.2. Responsabilidade social das empresas 6. Contabilidade Ambiental 6.1. Educação Ambiental 6.2. Contabilidade da Gestão Ambiental 7. Relações Étnico-Raciais na Área Contábil 7.1. Pluralismo étnico 7.2. Multiculturalismo
Direitos Humanos	**Ementa**
	A afirmação histórica dos direitos humanos, os fundamentos filosóficos e políticos do princípio da dignidade humana. Direitos Humanos e sua recepção na ordem jurídica brasileira. A arquitetura internacional dos direitos humanos. A sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas de direitos humanos.
	Objetivo
	Compreender historicamente o processo de consolidação dos direitos humanos no âmbito internacional, bem como seu processo de internalização na ordem jurídica brasileira. Estudar concretamente, a partir das decisões do STF, os limites e perspectivas do debate da internacionalização do Direito e analisar as denúncias do Estado brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, analisando seus reflexos na realidade jurídica pátria.

	Programa
	Unidade 1. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. 1.1 Direitos das pessoas humanas na antiguidade: entre a escravidão e a cidadania. 1.2 Da submissão das pessoas aos diversos pluralismos medievais ao reconhecimento do indivíduo. 1.3 O indivíduo moderno racional do iluminismo e as Revoluções Burguesas. 1.4 O advento da "questão social" e o reconhecimento dos direitos sociais. 1.5 As experiências totalitárias e o pós segunda-guerra: o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948. Unidade 2. Os fundamentos filosóficos e políticos do princípio da dignidade humana. 2.1 Universalismo e relativismo cultural: os desafios da superação de uma visão tradicional de direitos e da construção de novos marcos emancipatórios. 2.1.1 A instrumentalização do discurso tradicional dos direitos humanos na violação dos direitos. 2.2 Reconhecimento da dignidade humana e proteção da diversidade cultural. 2.3 O multiculturalismo como elemento essencial da concepção de direitos humanos. 2.3.1 Os perigos do culturalismo Unidade 3. Direitos Humanos e sua recepção na ordem jurídica brasileira 3.1 A questão da "hierarquia" dos tratados relativos aos direitos humanos: a posição anterior e posterior à emenda constitucional 45 na doutrina e na jurisprudência. 3.2 A eficácia e justiciabilidade dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira. Unidade 4. A arquitetura internacional dos direitos humanos 4.1 Os fundamentos normativos e institucionais do sistema global (ONU) 4.1.1 Precedentes históricos da construção da justiciabilidade dos direitos humanos na ordem internacional: o Tribunal de Nuremberg. 4.1.2 A criação do Tribunal Penal Internacional e sua internacionalização da ordem constitucional brasileira. 4.2 Os fundamentos normativos e institucionais dos sistemas regionais interamericano, europeu e africano. 4.3 Análise comparada entre os mecanismos de defesa, monitoração e proteção dos direitos humanos dos sistemas global e regionais. 4.4 Estudo dos casos brasileiros levados ao sistema Interamericano de Direitos Humanos e suas repercussões no sistema interno de direitos e garantias fundamentais. Unidade 5. A sociedade civil e o Estado na construção de políticas públicas de direitos humanos 5.1 O Plano de ação de Viena e as recomendações da II conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU. 5.2 O Contexto social, político e jurídico da aprovação do I e II programa/plano nacional de Direitos Humanos. 5.3 A construção democrática e participativa do III Plano Nacional de Direitos Humanos e os debates decorrentes. 5.4 Um sistema nacional a construir: o sistema único de defesa e promoção dos Direitos Humanos.
Governança Corporativa	**Ementa**
	1. A Natureza das Fraudes Corporativas. 2. Fraudes Categorias e teorias. 3. Como uma fraude é ocultada. 4. Mecanismos Subjacentes e Formação de Juízos. 5. Raciocínio, Lógica e Tomada de Decisão Pericial. 6. A Investigação Lógica da Verdade e sua relação com a evidenciação. 7. Fraudes. 8. Fraudes Empresariais. 9. Legislação Aplicada à Fraude Empresarial.
	Objetivo
	Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos sobre a auditoria e as técnicas de investigação de fraudes; desenvolver habilidades de detectar e prevenir fraudes contábeis; e proporcionar aos alunos o conhecimento de técnicas de como evidenciar as provas periciais.
	Programa

	1. A Natureza das Fraudes Corporativas 1.1. Atitudes e Equívocos 1.2. Equívoco 1 – A polícia detecta Fraudes 1.3. Equívoco 2 – órgãos reguladores previnem fraudes 1.4. Equívoco 3 – Auditores detectam fraudes 2. Fraudes Categorias e Teorias 2.1. Categorias de Fraudes 2.2. Motivação Criminal 2.3. Teoria da Oportunidade 2.4. Teoria de desvios e Exceções 3. Como uma Fraude é Ocultada 3.1. Diferença entre Manipulação e Adulteração 3.2. Níveis de Ocultação 3.3. Manipulação 4. Mecanismos subjacentes e Formação de Juízos 4.1. Introdução 4.2. Formação de juízos 5. Raciocínio, Lógica e Tomada de Decisão Pericial 5.1. Por que o estudo da atividade pericial 5.2. Os modelos mentais e a atividade pericial/de auditoria 6. A Investigação lógica da verdade e sua relação com a evidenciação 6.1. Aplicação da lógica à prova 7. Fraudes 7.1. Histórico da investigação de fraude em Auditoria 8. Fraudes Empresariais 8.1. Fraudes realizadas no Ativo Circulante e Não Circulante. 8.2. Fraudes no Ativo Imobilizado 8.3. Fraudes no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante 8.4. Fraudes no Patrimônio Líquido 8.5. Fraudes no Resultado do Exercício 9. Legislação Aplicada à Fraude Empresarial

Fonte: Elaboração própria com informações de UFU Documentos (2024).

Como pode ser visto no Quadro 77, as disciplinas possuem ligação com a educação para sustentabilidade.

Na seção 8.4 foram apresentados os aspectos das atividades curriculares de extensão do curso de graduação em Ciências Contábeis, sendo evidenciado que essas atividades contribuem para formar cidadão crítico e responsável, social e ético. A extensão também possibilita a interação do discente com a sociedade e com as atividades relativas à responsabilidade social, direitos humanos, educação ambiental, desenvolvimento equitativo, social e sustentável (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Na seção 8.5 foram abordados os aspectos das atividades acadêmicas complementares, sendo evidenciado que essas atividades possibilitam complementar a formação do discente, objetivando sua preparação estética, ética e humanística (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 10 foram apresentados os aspectos da atenção ao estudante. Na seção 10.8 foi exposto como é feito o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, sendo

evidenciado que a instituição possui programas conforme a Política de Assistência Estudantil, sendo apresentados os programas oferecidos. Dentre eles, destacam-se aqueles que promovem educação para sustentabilidade:

Programa de Saúde Mental; Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes de Baixa Condição Socioeconômica; Programa de Incentivo à Formação da Cidadania; e Programa de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros, facilitando para os discentes de baixa condição socioeconômica, adquirir esses materiais (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Na instituição também existem Programas de Iniciação Científica que propiciam pesquisa, inovação, transferência de tecnologia e o empreendedorismo. As políticas nesse âmbito abrangem o financiamento de bolsas de pesquisa também na graduação (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Na seção 10.12 foram apresentados os aspectos da Internacionalização, sendo evidenciado que os movimentos de internacionalização da UFU implementam uma política de gestão acadêmica e científica alinhada aos ODS, estabelecidos em 2015 pela ONU na Agenda 2030. A internacionalização da UFU alinhada aos ODS permite ampliar parcerias entre o global-local com parceiros internos e externos à instituição. E a inserção da temática no PPP proporciona aos discentes entendimentos das interações e do impacto das suas decisões e ações, direcionando-os a um compromisso com o Desenvolvimento Sustentável (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Assim, considerando a relevância do alcance dos ODS, o Curso de Ciências Contábeis dispõe de esforços para promover a discussão e executar ações que possibilitem o atingimento desses objetivos nos temas desenvolvidos pelo curso, tais como os ODS 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16 e 17. Para isso, o curso promoverá várias estratégias, tais como: Oferta de conteúdos com a temática dos ODS, especialmente no tema Ética e Responsabilidade Social; Oferta de pesquisas, iniciação científica e trabalhos de conclusão dentro do tema; Oferta de projetos de extensão que viabilizam a interação entre a instituição e a sociedade dentro do tema. O curso busca difundir a transversalidade na educação, por meio de conteúdos como ética, sexualidade, saúde e meio ambiente (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No capítulo 13 foram apresentados requisitos legais e normativos do curso, sendo apresentadas as principais temáticas e legislações específicas que o PPP busca atender, oferecendo disciplinas com a temática Educação para as relações étnico-raciais e o Ensino

de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação em direitos humanos, educação ambiental e LIBRAS (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No *site* da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU, encontram-se os programas dessas disciplinas, como exposto no Quadro 78.

Quadro 78: Programas de outras disciplinas relacionadas à sustentabilidade da UFU Campus Santa Mônica

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina
Contabilidade Social e Ambiental 60 horas (Optativa)	**Ementa**
	1. Aspectos introdutórios: Relatórios Sociais e a influência da adoção das IFRS 2. Responsabilidade Social das Empresas 3. Balanço Social 4. Padrões e Indicadores de Desempenho Social 5. Demonstração do Valor Adicionado 6. Contabilidade Ambiental
	Objetivo
	Evidenciar os aspectos econômicos, sociais e ambientais que impactam no desempenho organizacional e que conjecturam sobre a responsabilidade social das entidades.
	Programa
	1. Aspectos introdutórios: Relatórios Sociais e a influência da adoção das IFRS 2. Responsabilidade Social das Empresas 2.1. Contexto histórico e conceito de responsabilidade social 2.2. Informações econômico-financeiras x Informações sociais 3. Balanço Social 3.1. Elaboração e Estrutura do Balanço Social 3.2. Interpretação do Balanço Social 3.3. Relatórios de Indicadores (índices básicos de desempenho, índices básicos de rentabilidade e índices básicos de gestão e excelência de pessoas): construção e interpretação 3.4. Balanço Social e o desenvolvimento econômico 4. Padrões e Indicadores de Desempenho Social 4.1. Padrão GRI (Global Reporting Initiative) 4.2. Índice de Sustentabilidade Empresarial - o ISE da BM&FBOVESPA 5. Demonstração do Valor Adicionado 5.1. Conceitos de Valor Adicionado e importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) 5.2. Como elaborar uma Demonstração do Valor Adicionado (DVA) 6. Contabilidade Ambiental 6.1. Gerenciamento do meio ambiente e conceitos da Contabilidade Ambiental 6.2. Contabilidade da Gestão Ambiental: ativos e passivos ambientais 6.3. Evidenciação Ambiental
Cultura Afro-brasileira 60 horas (Optativa)	**Ementa**
	Cultura afro-brasileira e resistência escrava no Brasil escravista. Estudo da historiografia sobre o tema.
	Objetivo
	Apresentar discussões teóricas sobre a formação da cultura afro-americana; • Analisar o tráfico negreiro e a formação de um mundo atlântico; • Abordar a construção de identidades africanas e afro-americanas na experiência da escravidão; • Analisar as relações entre cultura, identidade e resistência escrava;

	• Discutir formas africanas e afro-brasileiras de interpretar a escravidão e a sociedade escravista entre os séculos XVI e XIX no Brasil; • Analisar a construção de uma religiosidade afro-americana; • Analisar as manifestações culturais afro-brasileiras.
	Programa
	1. Cultura afro-americana: um conceito. 2. O tráfico de escravos e a construção de um mundo atlântico. 3. Identidades africanas e a experiência da escravidão. 4. Identidades e nações africanas na América portuguesa; 5. Formas africanas e afro-brasileiras de interpretar a escravidão e a sociedade escravista entre os séculos XVI e XIX no Brasil 6. O problema da família escrava e da proto-nação africana no Brasil. 7. Cultura, identidade e resistência; 8. Negociações e conflitos no interior do sistema escravista; 9. Resistências culturais e religiosas: sincretismos, permanências e releituras; 10. Festas populares e identidade afro-americana.
LIBRAS01 Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS I 60 horas (Optativa)	**Ementa**
	Conceito de LIBRAS, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos Linguísticos da LIBRAS.
	Objetivo
	Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), língua oficial da comunidade surda brasileira, contribuindo para a inclusão educacional dos alunos surdos. Utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em contextos escolares e não escolares. Reconhecer a importância, utilização e organização gramatical da LIBRAS nos processos educacionais dos surdos; Compreender os fundamentos da educação de surdos; Estabelecer a comparação entre LIBRAS e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças; Utilizar metodologias de ensino destinadas à educação de alunos surdos, tendo a LIBRAS como elemento de comunicação, ensino e aprendizagem.
	Programa
	1. A Língua Brasileira de Sinais e a constituição dos sujeitos surdos. 1.1 História das línguas de sinais. 1.2 As línguas de sinais como instrumentos de comunicação, ensino e avaliação da aprendizagem em contexto educacional dos sujeitos surdos; 1.3 A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas 1.4 Legislação específica: a Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005. 2. Introdução a LIBRAS 2.1 Características da língua, seu uso e variações regionais. 2.2 Noções básicas da LIBRAS: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais, números; expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas, expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo e de horas. 3. Prática introdutória em LIBRAS 3.1 Diálogo e conversação com frases simples 3.2 Expressão viso-espacial.
GPEO33 Racismo e Educação: desafios para a formação docente 60 horas (Optativa)	**Ementa**
	Esta disciplina estudará o racismo enquanto categoria conceitual e enquanto conceitual e enquanto prática social vivenciada no cotidiano escolar, no universo das instituições educativas e na estrutura da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, abordaremos as principais concepções racistas ao longo da história e a constituição do racismo enquanto uma instituição imaginária da nossa sociedade; num segundo momento abordaremos como as instituições

	educacionais brasileira e particularmente a escola se tornam espaços de construção e reprodução de práticas raciais; e por fim abordaremos alguns aspectos da Lei Federal n° 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
	Objetivo
	A disciplina tem por objetivo trabalhar a formação dos futuros docentes numa perspectiva de desenvolvimento da consciência étnico/racial, tendo em vista a ruptura com as práticas racistas no universo escolar, particularmente, a discriminação racial praticada em relação aos alunos negros e afrodescendentes.
	Programa
	1. O que é Racismo? 2. Teorias e Conceitos que Fundamentaram o Racismo na Sociedade Brasileira: 2.1 Negação da "alma"; 2.2 Teoria do "branqueamento"; 2.3 Teorias da miscigenação e da mestiçagem; 2.4 Teoria do racismo da existência das raças. 3. Racismo e a Construção da identidade Racial 3.1 A construção da identidade negra; 3.2 Identidade e alteridade; 3.3 Representações do negro na sociedade e na escola. 4. A Escola como Espaço de Construção e Disseminação de Práticas Racistas 4.1 As construções do racismo no ambiente escolar; 4.2 Negro no currículo escolar; 4.3 As representações do negro nos livros didáticos; 4.4 A relação professor-aluno negro na sala de aula. 5. A Lei Federal Nº 10.639 de 09 Janeiro de 2003 e a recuperação do Legado Cultural e Histórico das Populações Afro-Brasileiras 5.1 Por uma nova visão no negro na sociedade e na escola; 5.2 Os aspectos da Lei Federal Nº 10.639 de 09 Janeiro de 2003, do Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (NCE/CP) nº 3, de 10 março de 2004, e da Resolução do Conselho Nacional de educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004. 6. Construindo Práticas de Superação do racismo no Universo Escolar 6.1 Debate, acompanhado de elaboração de atividades.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFU Documentos (2024).

Como pode ser visto no Quadro 78, a instituição oferece diversas disciplinas que promovem a educação para a sustentabilidade.

Na seção 13.5 foi evidenciado como é feito o acolhimento e acompanhamento do estudante com Espectro Autista e a capacitação de técnicos-administrativos e docentes, que são disponibilizados pela instituição por meio de programas específicos. Foi ressaltado que apesar da faculdade estar preparada para receber alunos com transtorno do espectro autista, não havia nenhum matriculado no curso (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

Na seção 13.6 foi evidenciado que a faculdade de ciências contábeis proporciona as condições necessárias de acessibilidade aos PCD (UFU PPP Campus Santa Mônica, 2022).

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta disciplinas com caráter extensionistas. A única disciplina que possui conteúdo relacionado com a educação para a sustentabilidade é: Atividades Curriculares de Extensão V (Cr: -, C.H.S: Teórica 0, Prática 60, total 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 7º Período). O programa da disciplina é o seguinte:

> **EMENTA**
> 1. Auditoria, Perícia e Governança Corporativa
> **OBJETIVOS**
> Apresentar conceitos teóricos e a prática de técnicas relevantes à obtenção, preparação, avaliação e utilização de informações fornecidas pela contabilidade, relevantes à maioria dos usuários, as atividades de extensão em áreas diretamente vinculadas ao Curso de Ciências Contábeis se apresentam como elementos de aperfeiçoamento pessoal e/ou modernização profissional, diante de um panorama econômico-social de alta competitividade e de crescente qualificação técnico-científica.
> **PROGRAMA**
> 1. Auditoria, Perícia e Governança Corporativa
> 1.1. Aspectos introdutórios e conceituais
> 1.2. Procedimentos metodológicos para aplicação
> 1.3. Técnicas de análise e discussões de resultados
> 1.4. Aplicabilidade dentro de contextos e cenários locais e/ou regionais (UFU Documentos, 2024).

O PPP ressalta que as atividades curriculares de extensão buscam formar um cidadão crítico e responsável. Em especial, as atividades priorizam a formação nos aspectos técnico, social, humano e ético, bem como busca possibilitar a integração do aluno com a sociedade, com as atividades relativas à responsabilidade social, direitos humanos, educação ambiental, desenvolvimento social e sustentável.

- Plano Político Pedagógico Campus Pontal

A versão do PPP de Ciências Contábeis da UFU Campus Pontal é a de 2022. O documento diz o mesmo que o PPP de Ciências Contábeis da UFU Campus Santa Mônica, mas com os dizeres estruturados um pouco diferente (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

No capítulo 4 também foi apresentada a justificativa do PPP, que foi ampliar o acesso e a permanência na educação superior (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

No capítulo 5 também foram apresentados os princípios e fundamentos norteadores do PPP de forma mais detalhada, mas também, dentre os princípios ligados

a educação para sustentabilidade, evidenciou a ética como direcionador das ações educativas (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

Do mesmo modo, no capítulo 6 foi evidenciada a caracterização do egresso do curso, tendo o mesmo perfil profissional idealizado no curso de Ciências Contábeis de Santa Mônica. Também foi mencionado que o egresso deve exercer a profissão, com responsabilidade e competência na função social que se espera dele, sendo também apresentados os Atributos de natureza humana, Atributos de natureza social e Atributos de natureza profissional (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

No capítulo 8 também foi apresentada a estrutura curricular do curso. As disciplinas ligadas a educação para sustentabilidade, foram as mesmas apresentadas no Quadro 77, a citar, Ética e Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Governança Corporativa e o programa dessas disciplinas também não foi apresentado no PPP, entende-se que é o mesmo programa encontrado no *site* da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU como exposto no Quadro 78.

Na seção 8.3 foram apresentados os aspectos das atividades curriculares de extensão, os quais foram indicados no PPP do Campus de Santa Mônica na seção 8.4, sendo evidenciados os diversos temas dessas atividades, tais como sustentabilidade, responsabilidade social, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, dentre outros (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

Na seção 8.6 foram abordados os aspectos das atividades acadêmicas complementares, que no PPP do Campus de Santa Mônica foi apresentado na seção 8.5, também sendo evidenciado que essas atividades possibilitam complementar a formação do discente, objetivando sua preparação estética, ética e humanística (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

Na seção 8.7 foram citados requisitos legais e normativos do curso, os quais foram apresentados no PPP do Campus de Santa Mônica foi apresentado no capítulo 13, também sendo listadas as principais temáticas e legislações específicas que o PPP busca atender. Também foram salientadas as disciplinas com a temática Educação para as relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura afro-brasileira, Africana e Indígena, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e LIBRAS. Assim como no PPP do Campus de Santa Mônica, os programas dessas disciplinas não foram apresentados, sendo estes programas encontrados no *site* da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU, como expostos no Quadro 78.

No capítulo 10, assim como no PPP do campus de Santa Mônica, foram apresentados os aspectos da atenção ao estudante, sendo também mostrado como é feito o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, reforçando que a instituição possui programas em conformidade com a Política de Assistência Estudantil e elencando os programas oferecidos (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

Ainda no capítulo 10, foi evidenciado como é feito o acolhimento e acompanhamento do estudante com Espectro Autista e as condições oferecidas de acessibilidade aos PCD, assuntos que foram apresentados no PPP de Santa Mônica na seção 13.5 e 13.6 respectivamente. Em resumo, o curso oferece inclusão, acessibilidade e apoio à permanência das PCD (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

No capítulo 11 foram indicadas as diretrizes para os processos de avaliação da aprendizagem e do curso, sendo evidenciado que de um modo geral, as diretrizes devem assegurar o caráter formativo da avaliação, devendo avaliar o desenvolvimento humano, cognitivo, político, ético, entre outros do discente. O processo avaliativo deve envolver clareza e transparência dos objetivos e da forma de avaliação para discentes e docentes, observando a ética, transparência, compromisso e responsabilidade (UFU PPP Campus Pontal, 2022).

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta disciplinas de extensão como componentes curriculares de natureza obrigatória. Entretanto, nenhuma dessas disciplinas tem nome relacionado com a educação para a sustentabilidade. O programa e as ementas dessas disciplinas não foram encontrados, não sendo possível fazer uma análise dos conteúdos deles.

4.1.6 Universidade Federal de Viçosa

A UFV, tem sede em Viçosa, Minas Gerais, criada na forma de fundação, nos preceitos do Decreto-lei n.º 570, de 8 de maio de 1969, atualizado pelo Decreto-lei n.º 629, de 16 de junho de 1969 e Decreto n.º 64.825, de 15 de julho de 1969, registro de n.º de ordem 11.184, no livro A-12 do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em Belo Horizonte. A instituição é pessoa jurídica de direito público, financiada pelo Poder Executivo da União, possui autonomia didático-científica, patrimonial, financeira, disciplinar e administrativa. A UFV possui três *campi* universitários, a citar, o Campus Viçosa, Campus Florestal e Campus Rio Paranaíba (UFV PDI, 2018).

A seguir estão apresentados os documentos da UFV, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativos ao Campus Viçosa e ao Campus Rio Paranaíba.

- Estatuto

O Estatuto não abordou tópicos relativos à educação para sustentabilidade.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFV foi estabelecido para o período 2018-2023, sendo evidenciado que o documento é um compromisso da universidade com o corpo acadêmico, com a sociedade e com o Ministério da Educação. O PDI 2018-2023 foi construído tendo como base o Decreto nº 5.773, de 9 maio de 2006 e o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as resoluções do Conselho Universitário (Consu) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o Regimento e o Estatuto da instituição (UFV PDI, 2018).

No capítulo 1, o PDI apresentou o perfil institucional da UFV, evidenciando o histórico da instituição, sendo ressaltada a política de assistência estudantil aplicada ao longo da história da universidade. A UFV se empenha para reduzir a evasão dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica e dedica-se para permanência deles, cooperando para a inclusão social, para o bom desempenho acadêmico e para a formação plena dos estudantes. Ademais, oferece moradia, alimentação através dos restaurantes universitários e concede várias modalidades de bolsas e auxílios (UFV PDI, 2018).

Neste mesmo capítulo, a UFV apresentou sua missão, visão e seus valores, conforme o Quadro 79.

Quadro 79: Missão, visão, valores, finalidades e objetivos da UFV

MISSÃO	A Universidade Federal de Viçosa tem como missão promover, por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, o avanço das ciências, letras e artes, a excelência, a inovação, o desenvolvimento institucional, a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade, e a inclusão social.	(p.65)
VISÃO	Consolidar-se como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, reconhecida pela comunidade científica e pela sociedade, nacional e internacionalmente	(p.66)
VALORES	Ética, transparência, responsabilidade, legalidade, excelência, eficiência, comprometimento social, igualdade, cidadania e respeito às diversidades	(p.65)

FINALIDADES	i. ministrar, desenvolver e aperfeiçoar a educação superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais de nível universitário; ii. estimular, promover e executar pesquisa científica; iii. promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes; iv. estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino e os resultados da pesquisa. Tem por finalidade, também, dentro dos limites de seus recursos, proporcionar aos poderes públicos a assessoria de que necessitarem.	(p.66)
OBJETIVOS	1. Consolidar e aperfeiçoar os cursos de graduação, de nível médio, técnicos e a educação infantil. 2. Promover a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de nível médio, técnicos e da educação infantil. 3. Estabelecer e consolidar programas e projetos de melhoria do ensino e da aprendizagem. 4. Ampliar o acesso aos programas de ensino e extensão com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). 5. Consolidar e expandir a pós-graduação. 6. Fortalecer as políticas de pesquisa, inovação, biossegurança e proteção da propriedade intelectual. 7. Ampliar a produção e a divulgação científica e intelectual. 8. Aprimorar e consolidar as políticas de incentivo ao empreendedorismo e disseminação da cultura de inovação, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico. 9. Aprimorar a política de extensão e cultura. 10. Aprimorar a internacionalização. 11. Aprimorar a política de gestão e desenvolvimento de pessoas. 12. Aprimorar a política de assistência estudantil para a permanência dos estudantes de graduação, favorecendo o desempenho acadêmico e a diplomação. 13. Aprimorar as políticas de saúde, esporte e lazer para melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária. 14. Aprimorar a comunicação institucional da Universidade. 15. Institucionalizar práticas e mecanismos para o desenvolvimento sustentável e a segurança patrimonial e comunitária. 16. Promover a expansão de instalações físicas do sistema didático-científico, administrativo e comunitário e de estruturas urbanas. 17. Promover a adequação, a reforma e a revitalização de edificações do sistema didático-científico, administrativo e comunitário e de estruturas urbanas. 18. Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz. 19. Aprimorar a gestão da universidade *multicampi*. 20. Consolidar os processos de planejamento e avaliação como instrumentos de gestão. 21. Aprimorar a gestão administrativa, financeira e econômica.	(p.66 a 68)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PDI (2018).

Observa-se no Quadro 79, que a missão, valores e alguns objetivos da UFU estão alinhados com os conceitos de educação para sustentabilidade.

Ainda no capítulo 1, o PDI apresentou na seção 1.9 aspectos da instituição referentes a sustentabilidade e segurança, evidenciando que este tema se tornou pauta para as IES na conferência Rio+20 através da iniciativa de Educação Superior para Sustentabilidade, em que as instituições assumiram o compromisso de adequar o ensino, garantindo a inclusão de conceitos relativos ao Desenvolvimento Sustentável no

currículo; propiciar pesquisas sobre o tema; promover ações de sustentabilidade nas comunidades e viabilizar um Campus mais sustentável, com menor impacto ambiental (UFV PDI, 2018).

A UFV evidenciou sua contribuição para a sustentabilidade quando incluiu no plano institucional várias ações relacionadas a sustentabilidade. O resultado foi a redução do consumo de água em aproximadamente 35%. Isso foi possível devido ao gerenciamento de recursos hídricos (UFV PDI, 2018).

No que se refere aos resíduos sólidos, foram feitas ações de gerenciamento de resíduos perigosos, sendo organizada a coleta dos resíduos infectantes, perfurocortantes e químicos, que são descartados de forma ambientalmente adequada. A instituição teve avanços no gerenciamento dos resíduos de construção civil. Em relação aos resíduos recicláveis, são destinados à Coleta Seletiva Solidária e o restante são destinados aos "bota-foras" licenciados. No caso da Coleta Seletiva Solidária, os resíduos são destinados às associações de catadores de reciclagem (UFV PDI, 2018).

Também houve diminuição no consumo de papel, que foi possível por meio da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que facilitou a comunicação feita de forma eletrônica. Foi adotado o uso de canecas reutilizáveis nos Restaurantes Universitários, que diminui o uso de materiais descartáveis e a geração de resíduos. Houve substituição de lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de LED, o que possibilitou redução do consumo de energia elétrica e a eliminação de resíduo perigoso (UFV PDI, 2018).

Em relação a segurança patrimonial e comunitária, foi avaliada como ruim, sendo evidenciado que a instituição se esforçará para aperfeiçoar o modelo de gestão de segurança em seus *campi*, como investir nas barreiras físicas para controle de acesso, como portões e guaritas e aumento da segurança eletrônica (UFV PDI, 2018).

A UFV consciente que ainda é necessário avançar, planeja cumprir objetivos e metas estratégicas, como expostos no Quadro 80.

Quadro 80: Objetivo 15 e metas da UFV

OBJETIVO 15	Institucionalizar práticas e mecanismos para o desenvolvimento sustentável e a segurança patrimonial e comunitária.	(p.71)

Metas	1. Implantar o projeto Via das Águas. 2. Implantar projeto de captação de água na bacia do rio Turvo Sujo. 3. Aprimorar o Plano de Ampliação e Diversificação da Matriz Energética. 4. Aprimorar o Plano de Mobilidade Urbana 5. Aprimorar a Política de Compras Sustentáveis. 6. Ampliar a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde em todas as Unidades Geradoras (% de unidades geradoras atendidas). 7. Aprimorar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos. 8. Substituir o sistema de iluminação de edificações por lâmpadas mais eficientes e livres de mercúrio. 9. Substituir o sistema de iluminação de vias urbanas por lâmpadas mais eficientes e livres de mercúrio. 10. Instalar hidrômetros nas edificações do Campus UFV-Viçosa. 11. Reestruturar e ampliar o Sistema Integrado de Vigilância Eletrônica. 12. Cercar área equivalente a pelo menos 65.000 metros de extensão. 13. Implantar Sistema Eletrônico de Controle de Acesso (número de edifícios). 14. Implantar guaritas. 15. Adquirir Base de Vigilância Comunitária Móvel e implementar o seu uso.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PDI (2018).

Esse objetivo e metas do Quadro 80, ressaltam o comprometimento da UFV com a implementação de práticas sustentáveis e de segurança.

No capítulo 2 foi apresentado o Projeto Pedagógico Institucional, no que se refere a organização didático-pedagógica, a universidade relaciona o ensino com atividades de pesquisa, de extensão e prestação de serviços, para incentivar a autonomia acadêmica (UFV PDI, 2018). A UFV busca propiciar a formação de cidadãos com valores éticos, que atuam em diferentes contextos sociais com comprometimento para construir uma sociedade mais justa, inteirada ao meio ambiente e solidária. Assim, há flexibilização do currículo com inclusão de disciplinas optativas que exploram e abordam além dos temas da área especializada, tópicos atuais, abrangentes e relevantes (UFV PDI, 2018).

Na seção 2.4 evidenciou que o ensino na instituição tem base no princípio da indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, sendo assegurado ensino técnico-científico profissional; vivências baseadas em valores, como ética e solidariedade, respeito e acolhimento às diferenças, Desenvolvimento Sustentável e equilíbrio ambiental, formação de cidadãos reflexivos e críticos, com habilidades para modificar a realidade em que estão inseridos e que contribuam para a melhora da qualidade de vida das pessoas (UFV PDI, 2018).

Na subseção 2.4.1 apresentou o perfil do egresso, que deve ter competências e habilidades para aplicar os aprendizados específicos da área, observando a responsabilidade e a ética profissionais; avaliando os impactos das atividades profissionais no contexto social e ambiental e; atuando de forma comprometida para construir uma sociedade justa, solidária e democrática. Para ofertar uma formação com

ensino de qualidade, a UFV planeja, por meio do Objetivo 2, “Promover a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de nível médio, técnicos e da educação infantil” (PDI UFV, 2018, p.78).

No que se refere aos estágios e atividades complementares, na subseção 2.4.4 foi evidenciado que o estudante após concluir o estágio, deverá ter obtido uma postura ética e profissional, para desenvolvimento da vida cidadã e do trabalho (UFV PDI, 2018).

Na subseção 2.4.6 foram apresentadas as políticas de educação inclusiva e acessibilidade física e comunicacional. A instituição promove ações de acolhimento da diversidade e de Educação Inclusiva. Destacam-se os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE), cujas determinações são de responsabilidade da Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) (UFV PDI, 2018).

A UPI presta apoio aos discentes com cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia ou outra condição que necessite de atendimento especializado. A unidade atua de forma conjunta com a Divisão de Saúde da UFV e com a Divisão Psicossocial. As ações da equipe se baseiam na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira da Inclusão (UFV PDI, 2018).

A UFV oferta o ensino de LIBRAS, propiciado pelo Departamento de Letras. Além disso, a UFV tem tentado utilizar metodologias de ensino diferenciadas que possibilitam o aprendizado de todos os alunos com deficiência. Como exemplo, cita-se, os materiais com foco na acessibilidade, com audiodescrição e LIBRAS (UFV PDI, 2018).

Foi evidenciado que a instituição investe na formação continuada de professores e gestores, para promover a educação inclusiva, conforme a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que institui a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas IES federais (UFV PDI, 2018).

A universidade está adaptando e construindo prédios para promover acessibilidade, com sinalização e reserva de vagas em estacionamentos, construção de rampas, instalação de corrimãos, de elevadores, bebedouros, lavabo e carteiras adaptadas, entre outras adaptações (UFV PDI, 2018).

Na subseção 2.4.12 foram apresentados os programas para melhoria do ensino. Dentre eles, destaca-se o Programa de Educação Tutorial (PET). As atividades do programa são feitas por meio de projetos, que desenvolvem as habilidades dos estudantes, visando torná-los profissionais com alto padrão técnico, científico e ético, nas diversas

áreas de atuação. Dentre os grupos tutoriais, tem-se o de Engenharia Agrícola e Ambiental, ligado a educação ´para sustentabilidade (UFV PDI, 2018).

A seção 2.5 abordou sobre extensão e cultura, revelando que na extensão universitária, há a construção dos direitos de cidadania, preservando sua relevância social. Os programas e projetos de extensão, dão destaque na inclusão social nas suas várias dimensões, para aprofundar ações políticas que solidificam a institucionalização da extensão (UFV PDI, 2018).

A UFV possui iniciativas como a da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) que é um programa de extensão, que trabalha com grupos de trabalhadores da Zona da Mata Mineira. A incubadora se destina a construir valores da economia solidária popular, por meio de cursos de capacitação e oficinas para os grupos envolvidos, visando a organização econômica e social desses grupos. Nos últimos anos, a incubadora trabalhou com catadores de materiais recicláveis, grupos culturais, clube de trocas, grupos de prestação de serviços gerais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esse trabalho articula várias realidades socioeconômicas para a construção e acesso a políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal (UFV PDI, 2018).

A UFV participa do Projeto Rondon, iniciativa do Ministério da Defesa, que objetiva contribuir para a formação do discente como cidadão e para o Desenvolvimento Sustentável nas comunidades carentes (UFV PDI, 2018).

A seção 2.6 discorreu sobre a pesquisa na UFV. A instituição promove ações para aumentar a produção científica e possui comissões e comitês que atuam para verificar os aspectos éticos das pesquisas elaboradas na universidade. Dentre eles, tem o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), a Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua), a Comissão de Ética no Uso de Animais de Produção (Ceuap), a Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) (UFV PDI, 2018).

A seção 2.8 abordou os aspectos da responsabilidade social, que deve ser obtida por meio de processos baseados em princípios éticos, na defesa da cidadania, na promoção da capacidade crítica dos estudantes com relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, a fim de detectar problemas e sugerir soluções. Nesta seção foi destacada a experiência de atuação da UFV junto à sociedade, em que são promovidos a educação e qualificação profissional, a qualidade de vida, a inclusão social e digital, os projetos de melhoria do planejamento urbano, a saúde pública, o tratamento e reciclagem

de lixo, o saneamento básico, a coleta e destinação adequada de resíduos, o cooperativismo, o desenvolvimento rural, dentre outros aspectos (UFV PDI, 2018).

Ademais, a UFV atua na Casa dos Prefeitos e no Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional (Nudese), relacionado ao Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (Centev) (UFV PDI, 2018).

O capítulo 3 apresentou a gestão institucional. Na subseção 3.1.4 descreveu as relações de parcerias da UFV com a comunidade, instituições e empresas. Essas parcerias têm a finalidade de produzir conhecimentos, inovação tecnológica e desenvolvimento social e econômico. Assim, a instituição busca promover a cultura do empreendedorismo para interligar ciência, pesquisa, tecnologia e desenvolvimento com o capital intelectual construído com base nas necessidades e bem-estar da sociedade (UFV PDI, 2018).

Para a UFV, o desenvolvimento tecnológico, ligado à inovação a partir dos estudos e pesquisas, é uma das direções que propicia o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, o Centev promove a inclusão regional da instituição, destacando-se pelo estímulo à geração de empreendimentos que criam produtos e processos a partir de inovações tecnológicas. O Centev é constituído pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT), pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional (Nudese), pelo Parque Tecnológico de Viçosa (tecnoPARQ) e pela Central de Empresas Juniores (Cemp). As atividades são viabilizadas pela UFV em parceria com a Prefeitura Municipal de Viçosa e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sedectes) (UFV PDI, 2018).

Para consolidar a política de incentivo à inovação e ao empreendedorismo na sociedade, a UFV elaborou o Objetivo 8 e suas metas, como mostrado no Quadro 81.

Quadro 81: Objetivo 8 e metas da UFV

OBJETIVO 8	Aprimorar e consolidar as políticas de incentivo ao empreendedorismo e disseminação da cultura de inovação, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico.	
Metas	1. Incentivar parcerias com empresas públicas e privadas para execução de projetos voltados à inovação. 2. Implementar programa de educação empreendedora. 3. Apoiar a criação de núcleos de empreendedorismo nos *campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba. 4. Elaborar e aprovar Plano Integrado de Responsabilidade Social para as Empresas Juniores associadas à Cemp. 5. Aumentar em 60% o número de pessoas contempladas nos programas socioeducativos atendidos pelo Nudese. 6. Aumentar em 10% a taxa de sobrevivência das empresas vinculadas ao Centev. 7. Implantar Centro de P & D no tecnoParq.	(p.127)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PDI (2018).

Observa-se que esse objetivo e suas respectivas metas, mostrados no Quadro 81, estão alinhados com a educação para a sustentabilidade.

Outro órgão vinculado à UFV, que intermedia convênios entre a universidade e setores privados e públicos, é a Sociedade de Investigações Florestais (SIF), que tem objetivo dar apoio a qualificação profissional e ao desenvolvimento de pesquisas, por meio de projetos econômicos, científicos e socioambientais nas áreas de Ambiência, Silvicultura, Tecnologia de Produtos Florestais e Manejo de Recursos Florestais (UFV PDI, 2018).

Na seção 3.2 foram apresentadas a organização e a gestão de pessoal da UFV. Na subseção 3.2.2 foi descrito o perfil do corpo técnico-administrativo. Em relação à gestão de pessoas, tem-se um Comitê de Gestão de Pessoas, de atuação consultiva, que orienta as questões de desenvolvimento dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais, incluindo insalubridade e periculosidade, biossegurança e as ações relativas à saúde ocupacional, qualidade de vida, higiene no trabalho e segurança (UFV PDI, 2018).

Na seção 3.4 foram detalhados os aspectos sobre a qualidade de vida. A UFV possui espaços para lazer, práticas esportivas e cultura. Há auditórios, anfiteatros, museus, pinacoteca, cineclube, Centro de Vivência, teatro, ginásios, piscinas e quadras poliesportivas, onde são promovidas exposições de artes, seminários, exibições de filmes, festivais, shows musicais, apresentações de peças teatrais, corais e dança, eventos esportivos, entre outros (UFV PDI, 2018).

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, em parceria com as outras Pró-Reitorias, administra as atividades relativas ao bem-estar social e a qualidade de vida dos servidores e dos estudantes. Ademais, são ofertados serviços de moradia, assistência estudantil, alimentação, esporte, saúde física e mental e lazer na instituição (UFV PDI, 2018). Para melhorar a qualidade de vida da comunidade acadêmica, foram elaboradas as metas estratégicas expostas no Quadro 82.

Quadro 82: Objetivo 13 e metas da UFV

OBJETIVO 13	Aprimorar as políticas de saúde, esporte e lazer para melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária.	p.141
Metas	1. Ampliar em 15% o número de atendimentos individuais e procedimentos na área da saúde. 2. Ampliar em 15% o número de pessoas atendidas em oficinas e grupos terapêuticos voltados à promoção da saúde mental e qualidade de vida da comunidade universitária. 3. Ampliar em 30% as ações e campanhas de prevenção e promoção da saúde. 4. Estabelecer mecanismos para a promoção da saúde mental dos estudantes.	

	5. Ampliar em 15% a participação nos programas, projetos e eventos de esporte e lazer. 6. Ampliar em 15% a infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer pela comunidade universitária. 7. Estabelecer políticas para promoção dos direitos humanos e da diversidade na UFV.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PDI (2018).

Pode-se observar que Objetivo 13 e suas respectivas metas, evidenciados no Quadro 82, estão alinhados com a educação para a sustentabilidade.

No capítulo 4 foram expostas as políticas de atendimento aos discentes da UFV. Na seção 4.1 foram apresentados os estímulos à permanência. A instituição busca aumentar as políticas de inclusão e de assistência estudantil por meio de programas especiais, para aumentar as taxas de acessibilidade à educação (UFV PDI, 2018).

Os alunos possuem atendimento didático-pedagógico sistêmico e permanente, através de comissões e de programas de Tutoria e Monitoria, acesso gratuito ou subsidiado à alimentação de qualidade, moradia, atendimentos realizados na área da saúde, esporte e lazer (UFV PDI, 2018).

Além desses serviços, a instituição possui programas e projetos para discentes como Programa UFV de Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas/Bem Viver, com campanha de prevenção ao uso de drogas, nomeada Março de Boa; projeto de recepção aos calouros, nomeado Desafios da Liberdade; e o Projeto Grupos Terapêuticos, que promove oficinas, a citar, a oficina nomeada Fala Garoto, para alunos que têm medo de falar em público, ajudando-os a identificar e controlar os sintomas de ansiedade social; a oficina Longe de Casa, destinada a calouros que estão em adaptação à vida acadêmica; a oficina Assertividade, orientada para alunos que querem desenvolver o comportamento assertivo; e a oficina Desenvolver-se, dedicada ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais (UFV PDI, 2018).

Para ampliar as políticas de assistência estudantil, a instituição criou o Objetivo 12 e as suas respectivas metas, conforme demostrado no Quadro 83.

Quadro 83: Objetivo 12 e metas da UFV

OBJETIVO 12	Aprimorar a política de assistência estudantil para a permanência dos estudantes de graduação, favorecendo o desempenho acadêmico e a diplomação.	(p.148)
Metas	1. Regimentar os setores relacionados à assistência estudantil e comunitária. 2. Desenvolver mecanismos de avaliação dos impactos da assistência estudantil. 3. Ampliar em 15% a capacidade de atendimento dos Restaurantes Universitários. 4. Adequar o atendimento a vegetarianos e diabéticos nos Restaurantes Universitários. 5. Adequar a estrutura física e o mobiliário das moradias estudantis.	

	6. Ampliar em 15% as ações e campanhas de promoção da saúde e qualidade de vida nas moradias estudantis. 7. Desenvolver sistemas informacionais de suporte ao processo de avaliação socioeconômica. 8. Implementar mecanismos de acompanhamento dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PDI (2018).

Conforme demonstrado no Quadro 83, o Objetivo 12 e suas respectivas metas, promovem a educação para a sustentabilidade.

Na seção 4.2 foi demonstrada a organização estudantil da UFV, que é coordenada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pela Associação de Pós-Graduandos (APG), as quais são representadas por estudantes de graduação e de pós-graduação, respectivamente. Além dessas organizações, têm-se os coletivos estudantis, em que os discentes levantam bandeiras e propostas em diversas áreas relativas à garantia do respeito à diversidade e ao enfrentamento das violências, promovendo eventos e ações junto com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e à Comissão dos Direitos Humanos e Diversidade que dá assessoria às Diretorias de Centros de Ciências, entre outros órgãos (UFV PDI, 2018).

No capítulo 5 foram apresentadas as questões relativas à infraestrutura da UFV. Na seção 5.2. foi abordado que a instituição investe na adequação da infraestrutura para atendimento a pessoas com deficiências físicas, conforme suas Políticas de Educação Inclusiva e Acessibilidade Física e Comunicacional. Também investe na adequação de edificações e estruturas urbanas antigas, adotando critérios de acessibilidade nos projetos de construções (UFV PDI, 2018).

Por fim, no capítulo 7 foi evidenciado que a UFV possui Ouvidoria, órgão que busca o aprimoramento institucional, através de um canal de comunicação entre a comunidade e seus dirigentes, levando em conta suas ações pela imparcialidade e ética (UFV PDI, 2018).

- Plano de Logística Sustentável

O PLS da UFV foi estabelecido para o período 2021-2023, sendo destacado na introdução deste documento que a preocupação da instituição com a sustentabilidade é anterior ao conceito da palavra sustentabilidade, definida pelo documento "Nosso Futuro Comum", do Relatório *Brundtland*, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento em 1987, dado que foi disposta uma comissão, em 1984, para propor uma política ambiental institucional (UFV PLS, 2020).

Este plano, objetiva cumprir com os anseios institucionais destacados na Meta Estratégica 2 - Elaborar e implantar o Plano de Gestão de Logística Sustentável, do Objetivo 15 - Institucionalizar práticas e mecanismos para o Desenvolvimento Sustentável e a segurança patrimonial e comunitária, apontado no PDI 2020-2023 da UFV, além de outros objetivos institucionais. O documento também foi construído em conformidade com os ODS da ONU, apresentados na Agenda 2030 (UFV PLS, 2020).

O capítulo 2 do PLS, apresentou um breve histórico do arcabouço legal referente a promoção da sustentabilidade. Primeiro citou a Constituição Federal de 1988, que aborda sobre a defesa do meio ambiente em alguns artigos, como o Art. 170 e o Art. 225. Citou a Lei nº 8.666/1993, Lei de Licitações, que estabeleceu normas para contratos e licitações da Administração Pública, sendo disposto no Art. 3º que a licitação deve observar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (UFV PLS, 2020). Citou a Lei nº 12.349/2010, que incluiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável no texto. Citou o Decreto n° 7.746, de 5 de julho de 2012, o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, os quais inseriram termos relativos à sustentabilidade em seus textos, o Decreto nº 10.179, de 18 de dezembro de 2019, que desenvolveu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap) e citou a Instrução Normativa (IN) nº 10, de 12 de novembro de 2012, que institui as regras para construção dos PLS (UFV PLS, 2020).

Na seção 2.1 foram expostos os conceitos de logística sustentável. Na seção 2.2 foram abordados os aspectos da Agenda 2030 da ONU, elencando os 17 ODS (UFV PLS, 2020).

No capítulo 3 foi apresentado o programa de gestão de logística sustentável da instituição, o PLS. Na seção 3.1 foram apresentados os objetivos do PLS que é “nortear as ações de aquisição, logística e gestão de bens de consumo, capital e serviços da Universidade Federal de Viçosa, visando à redução de seus impactos, a promoção de boas práticas e o conhecimento ambiental, no período de 2021 a 2023” (UFV PLS, 2020, p.16).

Os objetivos específicos são:

> - promover uma gestão eficiente no uso dos recursos, eliminando o desperdício e promovendo melhoria contínua da gestão dos processos, visando à garantia da qualidade do gasto público na Instituição;
> - revisar e aprimorar os processos de compras e de contratações, a aquisição de bens, serviços e projetos de forma a incluir critérios de sustentabilidade

> ambiental, nos editais de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços e de obras;
> - qualificar instalações e edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos, visando eliminar o desperdício e aproveitar de maneira mais otimizada os recursos naturais;
> - quantificar, caracterizar e qualificar os resíduos produzidos na Instituição para um gerenciamento adequado, incluindo a diminuição da produção e a destinação final ambientalmente correta;
> - propiciar a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e nos *campi*, entre servidores e estudantes, também propiciando maior integração dos servidores e demais colaboradores da Instituição em um ambiente seguro e saudável; e
> - promover campanhas educativas, visando ao alcance de uma cultura organizacional pautada em práticas ambientais adequadas e de consumo responsável (UFV PLS, 2020, p.16).

As diretrizes para desenvolvimento das ações e/ou iniciativas a serem implementadas são:

> - atender às normas constitucionais e infraconstitucionais vigentes;
> - atender à política dos 5 R's: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar;
> - tratar as questões de sustentabilidade com base em seus três pilares: ambiental, social e econômico;
> - expressar as políticas institucionais da UFV fundamentadas na cultura, na tradição, na identidade e na vocação da Universidade e em sua realidade institucional;
> - dar preferência às ações que conduzam à condição de sinergia ao invés de trade-off entre si; e
> - ter previsibilidade de divulgação e comprometimento das ações (UFV PLS, 2020, p.17).

Levando em conta os objetivos e as diretrizes, o PLS da UFV foi formado por ciclos bianuais, tendo também como premissa que um ciclo ultrapasse o período de uma administração da instituição, assim como é adotado nos planos plurianuais da Administração Federal (UFV PLS, 2020).

No capítulo 4 foi apresentado o inventário de bens e materiais. Levando em consideração apenas os aspectos de sustentabilidade, o PLS evidencia que não foi encontrada nenhuma compra de item sustentável (UFV PLS, 2020).

No capítulo 5 foi exposto o diagnóstico organizacional, com levantamento das práticas de sustentabilidade já existentes. As práticas relativas a material de consumo, como papel para impressão, copos descartáveis, cartuchos para impressão, tiveram as seguintes ações para redução do consumo, a citar, a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), substituição de copos descartáveis por canecas distribuídas à comunidade acadêmica; criação de ilhas de impressão (UFV PLS, 2020).

As práticas para a redução de consumo de Energia elétrica foram: Troca de lâmpadas fluorescentes tubulares por lâmpadas LED; Execução do projeto para implantar um sistema de telemetria para monitorar o consumo de energia, dado que todos os prédios

novos já possuem um transdutor de energia modelo CCK 4400 ME, viabilizando o acesso em tempo real aos dados de consumo, através da rede de fibra óptica da instituição. Assim os técnicos podem realizar análises para identificar prédios com maior gasto energético. Além da contratação de serviços para implantar um sistema de geração de energia por células fotovoltaicas (UFV PLS, 2020).

As práticas para a redução de consumo de Água e tratamento de esgoto foram: instalação de hidrômetros nas edificações, prevenção e identificação de vazamentos, substituição de destiladores por purificadores nos laboratórios, perfuração e revitalização de poços, substituição de equipamentos hidráulico-sanitários por modelos mais eficientes (UFV PLS, 2020). Em relação ao tratamento de esgoto, a UFV lança os efluentes líquidos na rede coletora da instituição, que é conectada aos esgotos da autarquia responsável pela cidade. Também possuem sistemas próprios de tratamento, coleta e destinação final, como tanques de condicionamento de dejetos, fossa-sumidouro, e fertirrigação, entre outros (UFV PLS, 2020).

Quanto aos resíduos sólidos, a UFV separa os resíduos em:

a) Resíduos sólidos administrativos, que são gerados em diferentes ambientes da universidade como sala de aula, lanchonete, restaurante universitário, entre outros, classificando-os como recicláveis, rejeitos e compostáveis. As coletas garantem fluxos diferentes para os recicláveis. As práticas relativas a resíduos são: são feitas duas coletas no dia, uma seletiva e outra convencional; também é feita Coleta Seletiva Solidária, que é a coleta dos resíduos recicláveis, que são destinados à Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (Acamare). A coleta dos rejeitos, incluindo os orgânicos, é feita diariamente e destinada para o aterro sanitário municipal (UFV PLS, 2020).

b) Resíduos de serviços de saúde e laboratoriais que são divididos em cinco grupos: Grupo A - Infectantes; Grupo B - Químicos; Grupo C - Radioativos; Grupo D - Comuns e; Grupo E - Perfurocortantes. Para os resíduos comuns são feitos os mesmos procedimentos dos resíduos administrativos, desde que não sejam contaminadores (UFV PLS, 2020).

c) Resíduos de construção civil e demolição são divididos em três rotinas: Classe A – Os agregados são utilizados para melhoria em estradas não pavimentadas e os demais agregados, são destinados para bota-fora de resíduos de construção civil, devidamente licenciados, através de contratos; e os recicláveis, Classe B, são destinados para coleta seletiva solidária à associação de catadores. Vale ressaltar que é feita uma análise dos

materiais removidos de reformas, para verificar a possibilidade de reuso em outras obras (UFV PLS, 2020).

d) Resíduos de poda e jardinagem que têm sido destinados, ainda de maneira experimental, para a Unidade de Pesquisa, Ensino e Extensão (Uepe), em Caprinocultura, sendo usados para condicionamento de solo, compostagem junto aos dejetos do plantel e cama de animais. Os resíduos de manutenção de jardins são recolhidos e guardados temporariamente no Viveiro de Mudas, onde são triturados e usados para adubação e recobrimento de canteiros para retenção de umidade. Os galhos e troncos de árvores são triturados e destinados para vários setores da universidade (UFV PLS, 2020).

e) Resíduos agropecuários, isto é, fezes, carcaças, restos de partos e experimentos e sangue, que são em sua maioria, utilizados em áreas de cultivos (UFV PLS, 2020).

f) Resíduos passíveis de logística reversa como pilhas e baterias; embalagens de óleos lubrificantes usados; óleos lubrificantes usados; pneus; embalagem de agrotóxicos e lâmpadas. Em relação as lâmpadas como tem sido utilizada as de LED, que possuem vida útil maior, a universidade vem reduzindo a necessidade de destinação final de lâmpadas de mercúrio. Quanto as pilhas foram feitas parcerias, de caráter experimental, com a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe) e o Supermercado Escola, sendo destinadas para reciclagem, através da logística reversa (UFV PLS, 2020).

g) Resíduos eletroeletrônicos são destinados para Acamare e à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (Acat) (UFV PLS, 2020).

No que se refere a Qualidade de vida no ambiente de trabalho, a UFV promove o Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho e o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida. Dentre as ações feitas pela UFV evidencia-se as que ela promove junto às comunidades universitárias dos municípios em que atua, como o Projeto SuperAção, em que são ofertadas práticas de ginástica laboral e localizada, caminhadas, corridas, musculação e natação; o Programa de Esporte e Lazer na UFV (Pelu), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); o Programa de Análise do Risco Ambiental para Servidora Gestante; o Acompanhamento de servidores com deficiência; o Programa de Preparação para Aposentadoria; a Promoção de campanhas, palestras, oficinas e exposições para incentivar práticas sustentáveis; Campanhas de vacinação; treinamentos de segurança no trabalho; Cursos sobre educação financeira, segurança, saúde mental, saúde ocupacional, prevenção de uso e abuso de álcool e outras drogas e; a Aplicação de Pesquisa de Clima Organizacional (UFV PLS, 2020).

A seção 5.7 abordou os aspectos do Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (UFV PLS, 2020). No que se refere à limpeza dos veículos, é utilizada a água da represa do Campus, que é direcionada para um reservatório localizado no setor de lavagem. A UFV com objetivo de incentivar o uso de bicicletas para o deslocamento dentro do Campus, implantou ciclofaixas, para que o uso de bicicleta aumentasse (UFV PLS, 2020).

Outro ponto positivo relativo a transportes é a disponibilização de transporte coletivo, sem cobrança de taxa. Também é incentivada uma prática sustentável que é a carona solidária, dado que na UFV tem pontos de carona sinalizados, o que reduz, indiretamente, a quantidade de veículos circulando e, consequentemente, reduz a emissão de gases nocivos ao meio ambiente (UFV PLS, 2020).

Em relação a Acessibilidade, a seção 5.8 evidenciou que na UFV todos os edifícios têm banheiros adaptados e os prédios novos, atendem às normas de acessibilidade, com rampas de acesso ou elevadores instalados. Nas edificações antigas estão sendo feitas adequações. Quanto à mobilidade, os estacionamentos públicos têm vagas especiais reservadas para pessoas com deficiência. A UFV possui dois micro-ônibus adaptados para cadeirantes (UFV PLS, 2020).

Em relação à assistência e moradia estudantil, apesar de as edificações ainda precisarem de adaptações, a instituição reformou dois quartos no pavimento térreo do alojamento, para que atendesse a alunos com deficiência visual e outro para alunos que usem cadeira de rodas ou que tenham dificuldades de locomoção (UFV PLS, 2020).

No que se refere as áreas verdes, o gerenciamento delas envolve vários setores acadêmicos e administrativos para execução das atividades que vão além da irrigação e roçada dos gramados (UFV PLS, 2020).

Por fim, no capítulo 6 foi apresentado o plano de ações da UFV (UFV PLS, 2020). A Tabela 1, apresenta o resumo dos objetivos e respectivos indicadores e metas para cada eixo que compõe o PLS da instituição.

Tabela 1: Resumo dos objetivos, respectivos indicadores e metas para cada eixo do PLS da UFV

EIXO	OBJETIVO	INDICADOR	META	ODSs-ONU
Material de Consumo	Conscientizar servidores e discentes para o uso racional de materiais de consumo	Número de campanhas realizadas	5	
	Substituição parcial de papel branco por papel reciclado não alcalino	% de papel reciclado comprado em relação ao total de papel comprado	10%	
	Implementar a política de copo plástico descartável zero	Redução na quantidade de copos descartáveis adquiridos, ano base 2019.	50%	
	Reduzir a quantidade de impressão	Redução na quantidade de papel com saída do estoque anual. Ano base, média 2017-2019	50%	
Energia elétrica	Promover a sensibilização de docentes, técnico-administrativos e discentes quanto à redução da utilização de energia elétrica nos *campi* da UFV	Redução no consumo de energia elétrica, medido em %, em relação à média dos últimos 5 anos	5%	
	Operacionalizar sistema de gestão de energia elétrica nas edificações dos *campi* da UFV	Porcentagem de edificações da UFV com equipamentos instalados e operantes	100%	
	Etiquetar edifícios dos *campi* da UFV conforme etiqueta PBE Edifica	Número de edificações etiquetadas	6	
	Reduzir a utilização de aparelhos de ar condicionado nas edificações dos *campi* da UFV	Redução no consumo de energia de aparelhos de ar condicionado	10%	
	Estudar a ampliação da geração por meio de fontes alternativas de energia	Nível de elaboração, medido em %, do estudo	100%	
	Realizar estudo de viabilidade para entrada no mercado livre de energia	Nível de elaboração, medido em %, do estudo	100%	
Água e esgoto	Padronizar procedimentos multicampi de acompanhamento de consumo de água	Nível de elaboração, medido em %, do sistema multicampi,para preenchimento multiusuários, de controle de consumo de água	100%	
	Implantar Programa Redução de Perdas.	Nível de implantação, medido em %, do Programa Redução de Perdas	100%	
	Elaborar plano de gestão de recursos hídricos, PGRH	Nível de elaboração, medido em %, do PGRH	100%	
	Realizar cadastramento da destinação dos efluentes gerados nos *campi*	Quantitativo de pontos de lançamento de efluentes cuja cadastrados	90%	
Resíduos sólidos	Padronizar procedimentos de acompanhamento de geração e destinação de resíduos para os três *campi* da UFV	Nível de implementação e disponibilidade, medido em %, das planilhas de acompanhamento para os órgãos/setores administrativos	100%	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Integrar as ações e informações de qualidade de vida nos *campi* da UFV	Nível de implementação de uma plataforma (planilha ou sistema) integrada de compilação de dados de ações realizadas nos três *campi*	100%	
Deslocamento de pessoal	Fomentar cultura organizacional para utilização eficiente de veículos e reduzir a quilometragem rodada para a frota própria	Redução da quilometragem rodada. Ano base: média 2017-2019	30%	
	Priorizar o uso de combustíveis de fontes renováveis	Percentual de consumo de combustíveis renováveis em relação aos de combustíveis fósseis. Ano base: média 2017-2019.	15%	
	Definir modelo de avaliação custo por km rodado de veículos para fins de renovação da frota	Nível de elaboração, medido em %, do modelo	100%	
	Ampliar e/ou adequar infraestrutura para locomoção nos *campi*	Percentual de execução das obras do projeto	100%	

(Continua...)

EIXO	OBJETIVO	INDICADOR	META	ODSs-ONU
Compras e contratações sustentáveis	**Geral 01**: Aumentar o porcentual de compras de produtos sustentáveis. NOTA: Não necessariamente precisa ser produtos da tabela CATMAT classificados como sustentáveis. Basta que na descrição do item, o autor do edital exija esta condição. (ALEXANDRE, 2020)	Relação entre o valor total (R$) de bens sustentáveis e o valor total contratado (R$) pela UFV no ano fiscal, medido em porcentagem. Ano base: média 2017-2019.	5%	
	Geral 02: Realizar compras compartilhadas com outros órgãos públicos	Relação entre o valor total (R$) de bens adquiridos na forma de compras compartilhadas e o valor total contratado (R$) pela UFV no ano fiscal, medido em porcentagem	5%	
	Obras: Elaboração de editais com critérios de sustentabilidade para contratação de obras, nos quais faça parte o conteúdo mínimo de: 1) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (obrigações da Contratada); 2) Elaboração do Relatório de consumo de água e energia elétrica, total e por m², (obrigações da Contratante); e 3) Elaborar relatório de localidade de contratação de mão de obra (obrigação da Contratada)	Quantitativo de editais em que constam o conteúdo mínimo enumerado no objetivo	100%	
	Equipamentos: Garantir as condições de eficiência no uso de recursos naturais dos equipamentos adquiridos pela UFV	Relação entre o valor (R$) de equipamentos com o selo Procel nível de eficiência energética "A" e o valor total (R$) dos equipamentos adquiridos pela UFV no ano fiscal, em porcentagem	50%	
	Serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial): Elaboração de editais com critérios de sustentabilidade, nos quais faça parte o conteúdo mínimo de treinamento dos terceirizados quanto ao uso racional de água, de energia elétrica, quanto à coleta seletiva, gerenciamento de resíduos perigosos e a biossegurança em ambientes com riscos (atendimentos à saúde humana e animal, laboratórios, obras, etc.)	Quantitativo de editais em que constam o conteúdo mínimo enumerado no objetivo	100%	
Áreas verdes	Inventariar a arborização urbana dos *campi* da UFV	Percentual de árvores, que compõem a arborização urbana dos três *campi*, cadastradas	85%	
	Inventariar jardins ornamentais dos *campi* da UFV	Percentual de jardins ornamentais dos três *campi*, cadastrados	85%	
	Elaborar Plano de Arborização Urbana para o *campus* Viçosa	Nível de elaboração, medido em %, do Plano	100%	
	Elaborar Guia de Procedimentos para Paisagismo do *campus* Viçosa	Nível de elaboração, medido em %, do Guia	100%	
Acessibilidade	Criar plataforma de acompanhamento de adequações de acessibilidade em edifícios antigos	Nível de elaboração da plataforma, medido em %	100%	
	Criar plataforma de acompanhamento de adequações de acessibilidade das áreas externas da UFV	Nível de elaboração da plataforma, medido em %	100%	
Geral	Implementar plataforma de dados abertos relacionados aos indicadores do PLS	Níveis de implementação e disponibilidade, medidos em %, da plataforma	100%	
	Implementar ferramenta de balanço de emissões de carbono da UFV para mensuração do balanço de emissões de CO2 em toneladas métricas por ano	Níveis de implementação e disponibilidade para consulta, medidos em %, da ferramenta	100%	

Fonte: UFV PLS (2020, p. 81 e 82).

Como pode ser observado na Tabela 1, a UFV possui diversos planos de ações que contribuem para educação para sustentabilidade, sendo evidenciados os ODS relacionados com cada objetivo e meta.

- Plano Político Pedagógico Campus Viçosa

O PPP do curso de Ciências Contábeis da UFV Campus Viçosa utilizado no presente trabalho é o do ano de 2022. Inicialmente, na apresentação do documento foi evidenciado que o plano foi criado baseado na Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas atualizações, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nas Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, conforme a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

O PPP foi desenvolvido por meio de discussões, baseadas em aspectos sociais, econômicos e de sustentabilidade, que definiram os principais conceitos da estrutura curricular do curso, os objetivos, os perfis do egresso, as metodologias, as formas de autoavaliação e outros aspectos do curso (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No capítulo 1 do PPP foi apresentado o contexto no qual o curso de Ciências Contábeis está inserido, sendo evidenciado que a Organização das Nações Unidas havia retomado as discussões sobre o papel social das empresas, processo iniciado em 1970. Evidenciou-se também que em 2002, o grupo das nações mais ricas do mundo, passou a motivar a adoção de responsabilidades sociais pelas empresas multinacionais e o uso de ferramentas de transparência contábil das atividades (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No Brasil, o papel das empresas na solução de problemas sociais também é discutido. Desde 1980, algumas empresas iniciaram um processo de desenvolvimento de Balanços Sociais, nos quais buscavam evidenciar os impactos de suas atividades na sociedade. Estes problemas, por sua vez, têm motivado as universidades a promoverem discussões sobre a preocupação social que as empresas devem ter (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis apresentou o objetivo geral do PPP que é “assegurar a qualidade do ensino de Ciências Contábeis na UFV” (PPP UFV Campus Viçosa, 2022, p.11). Dentre as especificidades desse objetivo, destaca-se que o curso deve “Formar profissionais que, além de estarem tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, tenham consciência da sua responsabilidade na construção de uma ordem social mais justa e solidária” (UFV PPP Campus Viçosa, 2022, p.11).

O curso foi criado para formar profissionais com habilidades e competências, para uma atuação ética-profissional das suas atribuições. Baseado nisso, o PPP foi construído levando em consideração algumas legislações. Dentre elas, destaca-se as relativas a educação para sustentabilidade, a citar, Resolução CNE/CP n° 01 – 17/06/2004, que tem

as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Decreto n° 5.296/2004, que apresenta as condições de acesso para pessoas com deficiência; Decreto n° 5.626/2005, que estabelece a oferta de Disciplina optativa de LIBRAS; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que são políticas de educação ambiental; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que exigem a integração da educação ambiental no currículo do curso; Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que aborda sobre a educação em Direitos Humanos e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que aborda sobre a proteção dos direitos da pessoa com Transtornos do Espectro Autista (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No capítulo 3 foi apresentada a concepção do curso de formar contadores que desempenham suas atividades profissionais conforme a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e que desenvolvam seus deveres, capacidades e valores éticos como consta na Lei 12.249, de 11 de junho de 2010 do Conselho Federal de Contabilidade (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

A estrutura de 2022 do curso de Ciências Contábeis está alinhada com elementos do PDI como Sustentabilidade, Inovação, Empreendedorismo, Internacionalização, Governança, Inclusão, Respeito aos direitos humanos, Diversidade (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No capítulo 4 foram apresentados os objetivos do curso de Ciências Contábeis. O objetivo geral é:

> promover uma sólida formação científica, cultural, técnica, empreendedora e humanística aos bacharéis em Ciências Contábeis, de modo a permitir por meio do ético exercício profissional, competências para a interpretação de fenômenos ambientais, econômicos, financeiros e sociais, em cenários nacionais e internacionais, com instrumentos e técnicas de natureza contábil que desenvolvam habilidades para a avaliação e solução de problemas contábeis nas organizações (UFV PPP Campus Viçosa, 2022, p.25).

Os objetivos específicos buscam integrar ações de ensino, pesquisa e extensão na formação dos alunos. Destaca-se o objetivo que está alinhado com a educação para a sustentabilidade, que é “Desenvolver formação profissional com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental e organizacional” (UFV PPP Campus Viçosa, 2022, p.26).

No que se refere ao perfil do egresso, o estudante deverá ser capaz de desenvolver algumas habilidades e competências, conforme a Resolução CNE/CES 10/2004. Destaca-se a competência relativa à educação para sustentabilidade, que é ter "condições de exercer com zelo, distinção, responsabilidade social e ética as atribuições e prerrogativas profissionais do contador, segundo sua vocação, seja como profissional liberal, seja vinculado às entidades públicas ou privadas" (UFV PPP Campus Viçosa, 2022, p.27).

No capítulo 6 foi apresentada a Estrutura Curricular, sendo evidenciado que o curso busca cumprir com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contidos na Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, através da disciplina CIS 214 – Sociologia e de seminários e palestras promovidos por especialistas nas atividades complementares (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

Também foi evidenciado que para atender Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e integrar ao currículo os valores e conceitos de educação para sustentabilidade, foi incluída no currículo a disciplina CCO 342 – Contabilidade Socioambiental, que além de abordar o conceito de responsabilidade ambiental e social, aborda conceitos sobre formas de evidenciação da Contabilidade Ambiental (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

Ademais, o curso oferta como disciplina LET 290 - LIBRAS - Linguagem brasileira de Sinais, de maneira optativa para estimular a prática de sinais, através do entendimento, interpretação e tradução da linguagem de sinais (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

Na seção 6.3 foram demonstrados os aspectos da educação das relações etnicorraciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, políticas de educação ambiental e educação em direitos humanos. Estes conceitos são ofertados nas disciplinas de Contabilidade Socioambiental, Sociologia e tópicos especiais. Ademais, as atividades extracurriculares, os projetos de pesquisa e extensão, também podem abordar estes conceitos (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

Quanto a educação em direitos humanos, estes conceitos são ofertados através das disciplinas DIR 130 – Instituições de Direito e DIR 131 – Legislação Social e na disciplina EDU 193 – Ética (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

Estes temas também podem ser abordados, eventualmente, em outras disciplinas, como nas disciplinas de tópicos especiais (CCO 400 a CCO 405), bem como nos Trabalhos de Conclusão de Curso (CCO 499). Além disso, as disciplinas optativas

também abordam esses temas como a disciplina “Ética e moral” (EDU 193) (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No capítulo 7 foram abordados os aspectos sobre as Metodologias de Ensino Aprendizagem, sendo evidenciado que o curso busca propiciar uma educação integradora, com desenvolvimento de capacidades e atividades éticas e responsáveis dos estudantes, o que permite a formação de um agente social transformador, equilibrado e justo (UFV PPP Campus Viçosa, 2022).

No capítulo 10 foram mostrados os aspectos relativos ao apoio ao discente (UFV PPP Campus Viçosa, 2022). Dentre as ações de apoio extraclasse, evidencia-se as ações que promovem o acesso e permanência de pessoas com deficiência. A universidade criou a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI), que implementa ações, com o apoio da Divisão Psicossocial e da Divisão de Saúde da UFV, que busca promover um ensino de qualidade e inclusivo, que propicie a todos uma formação mais humanizada (UFV PPP Campus Viçosa, 2022). Os objetivos da UPI são:

> • Apoiar e orientar a comunidade universitária acerca do processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no ambiente universitário.
> • Propor soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação no âmbito da instituição, visando garantir a permanência do estudante com necessidade educacional específica;
> • Acompanhar o desenvolvimento da política de inclusão do estudante com necessidade educacional específica na UFV, visando contribuir para a tomada de decisões nos vários níveis da instituição (UFV PPP Campus Viçosa, 2022, p.62).

No capítulo 12 foram abordados os aspectos da Autoavaliação do PPP (UFV PPP Campus Viçosa, 2022). Levando em conta os objetivos do curso e os perfis esperados dos discentes e dos egressos, foram apresentadas as ações de implementações do plano, que estão mostradas no Quadro 84. Ressalta-se que estão mostradas somente as ações relativas à educação para sustentabilidade.

Quadro 84: Ações de implementações do PPP da UFV, conforme objetivo e os perfis de egressos almejado

Objetivos do Curso	**Ações para atingir os objetivos**	**Perfil almejado do egresso com os objetivos e ações**
Conhecimentos, habilidades e vivência prática em áreas específicas associadas à vocação regional, como o agronegócio, as atividades da educação e o setor de construção civil	- Disciplinas optativas e livres. - Outras atividades: Estágio Supervisionado e Atividades Complementares.	- Visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; - Condições de exercer com zelo, distinção, responsabilidade social e ética as atribuições e prerrogativas profissionais do contador, segundo sua vocação, seja como profissional liberal, seja vinculado às entidades públicas ou privadas

Formação profissional com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental e organizacional	-Disciplinas: Áreas de direito e ciências sociais, Introdução à Administração, Teoria da Contabilidade e disciplinas optativas e livres. - Outras atividades: Integração com a Pós-Graduação em Administração, participação em eventos e debates, e atividades complementares.	- Desenvolvimento de raciocínio lógico e crítico-analítico para a resolução de problemas, formação e emissão de juízos fundamentados; - apto para aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; - Capacidade de propor estratégias na busca de soluções para questões apresentadas pela sociedade

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PPP Campus Viçosa (2022, p. 67).

Observa-se pelas ações do Quadro 84, que o curso demonstra preocupação em promover ações concretas para cumprir com os objetivos do curso.

Em relação a matriz curricular, no Anexo III, são apresentadas as disciplinas do curso. O Quadro 85 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 85: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFV Campus Viçosa

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
CCO342	Contabilidade Socioambiental	4	60	CCO103 Contabilidade III	Optativa	-
CCO346	Governança Corporativa	4	60	ADM372 Análise de Projetos de Investimento	Optativa	-
CCO363	Governança Pública e *Accountability*	4	60	-	Optativa	-
EDU193	Ética	4	60	-	Optativa	-
LET290	LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	3	45	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PPP Campus Viçosa (2018, p. 72 e 73).

Observa-se no Quadro 85 que as disciplinas dentro da temática educação para sustentabilidade são todas optativas.

Em relação ao programa das disciplinas da UFV Campus Viçosa, este foi encontrado no *site* da instituição, dado que o PPP não apresentou. O Quadro 86 expõe os programas.

Quadro 86: Programa das disciplinas da UFV cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina
CCO342 - Contabilidade Socioambiental	**Ementa**
	Introdução ao Ambiente da Contabilidade. Responsabilidade Social das Empresas. Aspectos Históricos e Teóricos do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Introdução a Contabilidade e o Meio Ambiente. Contabilização de Eventos Ambientais. Gastos, Ativos, Passivos, Despesas (Custos) e Receitas Ambientais. Divulgação e Transparência de Informações Ambientais. Indicadores Ambientais e Socioeconômicos do Desempenho Sustentável.
	Objetivo

	Compreender os elementos conceituais, práticos e de divulgações contábeis relacionados às operações ambientais e sociais das entidades.
EDU193 - Ética	**Ementa**
	Ética. Ética e sentido sócio-histórico. Desafios éticos.
	Objetivo
	Conceituar e entender os conceitos de Ética e Moral Estudar as principais correntes filosóficas da Ética Entender os principais dilemas éticos enfrentados pela nossa sociedade Tomar consciência da importância da Ética na vida profissional
LET290 - LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	**Ementa**
	Introdução à Língua de Sinais. Conceituação e concepções de surdez e dos sujeitos surdos. Histórico da educação de surdos e da Língua de Sinais. Identidades surdas e cultura surda. Fundamentos da educação de surdos: Legislação. Educação bilíngue para surdos: os novos desafios das escolas inclusivas. Formação de professores para atuar na educação de alunos surdos. O papel do tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa.
	Objetivo
	Identificar e caracterizar os principais aspectos que norteiam a realidade das pessoas surdas e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a partir de atividades de intervenção teórica e prática, apontando desafios e possibilidades para a inclusão social e escolar

Fonte: Elaboração própria com informações do *site* em UFV (2019).

Ressalta-se que não foi encontrado o programa das disciplinas CCO346 Governança Corporativa e CCO363 Governança Pública e *Accountability*. Além dos objetivos e ementas das disciplinas incluídas no Quadro 86, o PPP da UFV mencionou, no capítulo 6, as disciplinas CIS 214 – Sociologia (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 7º Período), DIR 130 – Instituições de Direito (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 1º Período) e DIR 131 – Legislação Social (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: DIR 130 - Instituições de Direito, Classe: Obrigatória, 4º Período), as quais incluem conceitos relacionados a sustentabilidade. Evidencia-se que foi mencionada no PPP, mas não constou na Matriz Curricular do Curso, apresentada no Anexo III. Segue a ementa das disciplinas, encontradas no *site* da instituição:

O objetivo da disciplina CIS 214 – Sociologia, não foi informado e a ementa é: "Perspectivas teóricas e metodológicas das Ciências Sociais. Princípios constitutivos do conhecimento sociológico: cultura, processo de socialização, estratificação e classes sociais. Tendências da sociedade brasileira contemporânea" (UVF, 2019, s/ página).

A objetivo e ementa da disciplina DIR 130 – Instituições de Direito são:

> OBJETIVO: Estimular o pensamento reflexivo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive, conferir aos universitários instrumentos que possibilitem a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 9.394, de 1996.Outorgar os universitários formações cívico-cidadã e jurídico-profissional, para que possam compreender o Estado, especialmente o Estado brasileiro, os institutos jurídicos que ensejam o exercício da cidadania, como a iniciativa popular e a ação popular, bem assim

> os principais institutos jurídicos necessários ao exercício profissional de nível superior, como as leis e o processo legislativo de regência das profissões (UVF, 2019, s/ página).
>
> EMENTA: Noções preliminares. Fontes do direito. Teoria geral do estado. O Estado brasileiro. Direito Penal. Direito administrativo. Teoria das Obrigações. Classificação das obrigações. Direito tributário. Direito comercial. Direito do trabalho. Fundamentos do Direito Ambiental (UVF, 2019, s/ página).

O objetivo e a ementa da disciplina DIR 131 – Legislação Social, não foi encontrado, ocorrendo falha de acesso ao documento (Erro 404) no *site*.

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta disciplinas de extensão obrigatórias, que são denominadas Atividades Curriculares de Extensão. Essas disciplinas possuem código CCO. Dentre elas, destacam-se as disciplinas CCO 103, CCO 106, CCO 360, CCO 361 que são relacionadas a educação para a sustentabilidade, sendo apresentadas a seguir informações sobre elas, dado que não foram encontrados os programas dessas disciplinas.

Informações sobre as disciplinas CCO 103 (CH Extensão 10), CCO 106 (CH Extensão 10):

> **Atividades a serem realizadas**
> As atividades de extensão desta disciplina estão vinculadas ao caráter de transparência da informação contábil, com a elaboração de Demonstrações Contábeis. As atividades a serem realizadas estão embasadas nos conceitos de ESG, envolvendo o ambiente, o social e a governança das entidades. Haverá um diagnóstico informacional das entidades pelas estudantes, que proporão reportes contábeis para a utilização gerencial e a tomada de decisão.
> **Impacto na comunidade**
> O impacto desta atividade está na transferência do conhecimento gerado e instalado na UFV à comunidade, incluindo-se nesse conceito assessorias e consultorias informacionais
> **Público-Alvo**
> Entidades Privadas de pequeno porte, MEI(s) e Entidades da Sociedade Civil.
> **Metodologia**
> A metodologia é participativa. Haverá a captação de entidades pelo docente, que repassará as demandas para os discentes. Eles farão um diagnóstico informacional para levantar as demandas das entidades. Após isso, em conjunto com o docente e as entidades, as demonstrações contábeis serão elaboradas e apresentadas. Como intervenção, os estudantes transferirão o conhecimento de como elaborar e entender as demonstrações contábeis - para que as entidades se tornem autossuficientes
> **Estratégias de Avaliação**
> A avaliação das atividades de extensão está incluída na pontuação geral da disciplina. Para que o estudante obtenha adequada avaliação, é necessário que ele faça o planejamento, reflexão, apresentação e intervenção com as demonstrações contábeis elaboradas (UFV PPP Campus Viçosa, 2018, p. 49).

Informações sobre as disciplinas CCO 360 (CH Extensão 15), CCO 361 (CH Extensão 10):

> **Atividades a serem realizadas**
> As atividades de extensão desta disciplina estão vinculadas ao caráter de transparência da informação contábil das entidades públicas, com a elaboração

> de Relatórios facilitadores da compreensão para a sociedade. As atividades a serem realizadas estão embasadas nos conceitos de ESG, envolvendo o ambiente, o social e a governança das entidades. Haverá um diagnóstico informacional das entidades públicas pelos estudantes, que proporcionarão informações que proporcionarão o controle e participação social.
> **Impacto na comunidade**
> O impacto desta atividade está na transferência do conhecimento gerado e instalado na UFV à comunidade, proporcionando entendimento por parte da comunidade dos temas relacionados à contabilidade e finanças públicas, formando-a para uma atuação efetiva no controle e participação social.
> **Público-Alvo**
> Representantes das entidades públicas e da sociedade civil.
> **Metodologia**
> A metodologia adotada é a participativa, promovendo o protagonismo dos estudantes na seleção dos temas, planejamento, debate, elaboração das informações e indicadores e socialização dos resultados para a comunidade.
> **Estratégias de Avaliação**
> A avaliação das atividades de extensão está incluída na pontuação geral da disciplina. Para que o estudante obtenha desempenho satisfatório, é necessário que participe das etapas de planejamento, debate e socialização dos resultados (UFV PPP Campus Viçosa, 2018, p. 53).

Essas disciplinas de extensão têm relação com a educação para sustentabilidade, dado que envolvem atividades baseadas nos conceitos de ESG, compreendendo o ambiente, o social e a governança das empresas.

- Plano Político Pedagógico Campus Rio Paranaíba

A versão do PPP de Ciências Contábeis da UFV Campus Rio Paranaíba é a de 2022. No capítulo 1 foi evidenciado que a estrutura curricular do curso foi desenvolvida considerando aspectos sociais, econômicos e de sustentabilidade para a definição dos objetivos, dos perfis do egresso, das metodologias, das formas de autoavaliação e de outros aspectos relativos ao curso (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 2 foi apresentada a fundamentação legal do curso, sendo evidenciado que o plano foi criado baseado em algumas legislações. Destaca-se as relacionadas com a educação para a sustentabilidade, a citar, Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas atualizações, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; nas Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, conforme a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 3 foi apresentada que a concepção do curso é formar contadores que desempenham suas atividades profissionais conforme a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação, e que desenvolvam seus deveres, capacidades e valores éticos como consta na Lei 12.249, de 11 de junho de 2010 do Conselho Federal de Contabilidade (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 4 foram apresentados os objetivos do curso de Ciências Contábeis. O objetivo geral é:

> promover uma sólida formação científica, cultural, técnica e humanística aos bacharéis em Ciências Contábeis, preparando-os para interpretar os fenômenos ambientais, econômicos, financeiros e sociais, de contextos nacionais e internacionais, por meio de instrumentos e técnicas de natureza contábil, e desenvolver habilidades para análise e utilização de dados organizacionais e contábeis de forma ética e responsável, atuando como agente de mudança no gerenciamento e nas soluções para os problemas contábeis nas organizações, em geral (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022, p.21).

Os objetivos específicos buscam integrar ações de ensino, pesquisa e extensão na formação dos alunos. Destaca-se os objetivos que estão alinhados com a educação para a sustentabilidade, a citar:

> Formação profissional com capacidade técnica, científica e humana que sejam capazes de atuar em atividades pertinentes à área de Contabilidade, atuando de forma ética em sua profissão;
> Formação profissional com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental e organizacional (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022, p.21).

No que se refere ao perfil do egresso, o estudante deverá ser capaz de desenvolver algumas habilidades e competências, conforme a Resolução CNE/CES 10/2004. Destacam-se a competências relativas à educação para sustentabilidade:

> - Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
> - Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhes são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022, p.22).

No capítulo 6 foi apresentada a estrutura curricular, sendo evidenciado que o curso busca cumprir com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contidos na Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, através da disciplina CIS 214 –

Sociologia e de seminários e palestras promovidos por especialistas nas atividades complementares (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Também foi evidenciado que para atender Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e integrar ao currículo os valores e conceitos de educação para sustentabilidade, foi incluída no currículo a disciplina Contabilidade Socioambiental, que além de abordar o conceito de responsabilidade ambiental e social, aborda conceitos sobre formas de evidenciação da Contabilidade Ambiental (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Ademais, o curso oferta como disciplina LIBRAS - Linguagem brasileira de Sinais, de maneira optativa para estimular a prática de sinais, através do entendimento, interpretação e tradução da linguagem de sinais (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Na seção 6.3 foram mostrados os aspectos da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esses conceitos são abordados na disciplina CIC 495 – Atividades Complementares, em que os discentes participam de palestras relativas a temática e nas disciplinas CRP 297 – Sociologia Geral (Obrigatória); CRP 296 - Instituições de Direito (Obrigatória); ADE 320 - Gestão do Trabalho Humano em Organizações I (Optativa); ADE 321 - Gestão do Trabalho Humano em Organizações II (Optativa); ADE 345 - Comportamento Organizacional (Optativa); ADE 380 - Associativismo e Cooperativismo (Optativa); CRP 293 - Filosofia da Ciência (Optativa); CRP 294 - Sociologia Aplicada ao Agronegócio (Optativa); CRP 295 – Psicologia (Optativa); CRP 299 - Dinâmica de Grupo (Optativa); e NUR 493 - Tópicos em Políticas Públicas de Saúde e Cidadania (Disciplina optativa) (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Ressalta-se que a disciplina CIC 495 – Atividades Complementares não é uma disciplina regular, são atividades com carga horária de 120 horas, que são contadas por meio da disciplina, as quais devem ser cumpridas ao longo do curso.

A disciplina CRP 297 – Sociologia Geral, em especial, desenvolve na ementa o assunto Tendências da sociedade brasileira contemporânea, abordando sobre o impacto da globalização e as transformações do trabalho no Brasil; as desigualdades sociais no Brasil; a desigualdade e cidadania e; as relações étnico-raciais, cidadania e inclusão social.

Na seção 6.4 foram abordados os aspectos da Políticas de Educação ambiental, sendo evidenciado que o curso busca incluir em seu currículo abordagens relacionadas a educação ambiental e sustentabilidade. Assim, na matriz curricular há uma disciplina que

utiliza essas abordagens, a citar, a disciplina CIC 324 – Contabilidade Socioambiental. Foi ressaltado no PPP que na UFV Campus Rio Paranaíba, há cursos como o de Ciências Biológicas e Química, Agronomia com ênfase ambiental que podem contribuir para a educação ambiental no curso de Ciências Contábeis (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 7 foram mostrados aspectos sobre as Metodologias de Ensino e Aprendizagem, sendo evidenciado que o objetivo é formar cidadãos com valores éticos, competentes para atuar na sociedade com comprometimento para construir uma sociedade mais justa, integrada ao meio ambiente e solidária (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 10 foram abordados os aspectos relativos ao apoio ao discente, sendo evidenciado que são promovidas ações para o bem-estar físico, psíquico e social da comunidade universitária, por meio de projetos, programas e ações nos âmbitos da Psicologia, Serviço Social, Nutrição, Esporte e Lazer (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

São oferecidas assistências aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como Auxílio Moradia; Auxílio Creche/ Pré-Escola para discentes de graduação que tiverem filhos com idade entre 0 e 5 anos, 11 meses e 29 dias; Bolsa de Iniciação Profissional; e Serviço de Alimentação (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Ademais, existe uma Subcomissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão que busca assegurar a inclusão de PCD, procurando reduzir barreiras pedagógicas, comportamentais, de comunicação e arquitetônicas (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

No capítulo 11 foram expostos os aspectos da Autoavaliação do PPP. Levando em conta os objetivos do curso e os perfis esperados dos discentes e dos egressos, foram apresentadas as ações de implementações do plano, iguais as mostradas no Quadro 84, na parte do PPP do curso de Ciências Contábeis da UVF Campus Viçosa (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022).

Em relação a matriz curricular, no Anexo III são apresentadas as disciplinas do curso. O Quadro 87 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 87: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFV

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
CIC 324	Contabilidade Socioambiental	4	60	CCO103 Contabilidade III	Obrigatória	5º Período
CRP 280	LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	3	45	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFV PPP Campus Rio Paranaíba (2012, p. 74 a 76).

Em relação ao programa das disciplinas apresentadas no Quadro 87 e as outras mencionadas no PPP, não foram disponibilizadas no documento e nem no *site* do curso de Ciências Contábeis UFV Campus Rio Paranaíba. Ressalta-se que no Quadro 87, estão expostas somente as disciplinas apresentadas no Anexo III Matriz Curricular do Curso do PPP. Entretanto a disciplina NUR 493 - Tópicos em Políticas Públicas de Saúde e Cidadania, que é optativa, citada no PPP tem nome ligado à sustentabilidade, mas não está no Anexo III.

Quanto as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta disciplinas obrigatórias de extensão denominadas como Atividades Curriculares de Extensão em Contabilidade. Dentre essas disciplinas a única que pode ter relação com a educação para a sustentabilidade é a CIC 380 - Atividades de Extensão para o Curso de Ciências Contábeis, por causa do nome dela. As outras disciplinas de extensão, conforme o nome não possuem relação com o tema (UFV PPP Campus Rio Paranaíba, 2022). Entretanto, não se encontrou o programa e a ementa dessa disciplina, não sendo possível fazer uma análise mais detalhada.

Essa disciplina de extensão pode ter relação com a educação para sustentabilidade, pois os alunos examinam questões relativas à comunidade externa.

4.1.7 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

A UFVJM tem sede em Diamantina, estado de Minas Gerais, criada pela Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro de 1953, como Faculdade de Odontologia de Diamantina. Foi federalizada como Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina pela Lei nº 3.846, de 17 de dezembro de 1960. Depois, alterada para Autarquia de Regime Especial pelo Decreto 70.686, de 07 de junho de 1972. Tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina pela Lei n° 10.487, de 04 de julho de 2002. Tornou-se Universidade pela Lei n° 11.173, de 06 de setembro de 2005. A universidade é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União. É uma universidade *multicampi*, com

atuação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A UFVJM possui Campus em quatro cidades: Diamantina, Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba (UFVJM PDI, 2017).

A seguir estão apresentados os documentos da UFVJM, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus de Teófilo Otoni (Campus do Mucuri), que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

No que se refere ao Estatuto, a UFVJM apresenta no subtítulo II, Art. 3º, os princípios institucionais e no subtítulo III, Art. 4º e Art. 5º, seus objetivos e finalidades. Esses objetivos e finalidades estão detalhados no tópico relativo ao PDI, que também os abordam (UFVJM Estatuto, 2014).

Das informações relativas à sustentabilidade, no subtítulo V, Art. 57, foi evidenciado que os membros da comunidade acadêmica devem ter convivência baseada no respeito às pessoas e nos princípios institucionais de humanização (UFVJM Estatuto, 2014).

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFVJM foi estabelecido para o período 2017-2021, possuindo vigência até 31 de dezembro de 2023. O documento evidencia na apresentação, que a universidade é uma enorme conquista para as regiões onde está localizada. A instituição tem um poder de transformação social que está baseado na sua missão (UFVJM PDI, 2017).

A missão, objetivos, finalidades e princípios da UFVJM, estão apresentados no Quadro 88.

Quadro 88: Missão, objetivos, finalidades e princípios da UFVJM

MISSÃO	Promover o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural da sua região, assegurando o ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, respeitando a natureza, inspirado nos ideais da democracia, da liberdade e da solidariedade, visando produzir, integrar e divulgar conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável da sua região. A universidade procura seu ajustamento às demandas da sociedade que gravita em seu entorno, criando uma base de reflexão sobre o seu perfil organizacional e a sua prática pedagógica. Toda a ação universitária está fundamentada na responsabilidade com o estudo e com a solução dos problemas comunitários, sendo o meio regional o principal foco de suas atividades. A UFVJM surge,	p.13 e 14

	então, como componente natural de uma vasta região em desenvolvimento e está pautada em critérios que buscam harmonizar as aspirações sociais com os padrões técnico-acadêmicos. A universidade busca emergir como a concretização do seu ideário de possibilitar igualdade na oferta de oportunidades educacionais. O compromisso principal da instituição é a formação de um profissional crítico, responsável e apto a atuar como agente multiplicador das ações de transformação social. Espera-se, desse modo, suprir a região de profissionais qualificados para o trabalho, preparados para o exercício consciente e pleno da cidadania. No seu horizonte temporal futuro, a UFVJM vislumbra uma posição referencial no campo das ciências, no cenário nacional. Pretende ampliar o seu espaço de atuação, intensificar o exercício fundamentado no tripé ensino-pesquisa-extensão e assumir a liderança no âmbito regional em prol de um desenvolvimento equitativo e sustentável.	
FINALIDADES	Gerar, desenvolver, disseminar e aplicar o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada entre si e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística, literária, científica e tecnológica. • Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo e crítico. • Formar e qualificar continuamente profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida. • Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação filosófica, artística, literária, científica e tecnológica. • Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional; • Estimular o entendimento e o debate dos problemas do mundo moderno, em particular os regionais e nacionais. • Prestar serviços à comunidade e estabelecer com ela uma relação de interatividade, por meio de ações de extensão. • Complementar a formação cultural, intelectual e ética de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo. • Contribuir para o processo de desenvolvimento da sua região de atuação e do Brasil.	p.13
OBJETIVOS	preservar, elaborar, desenvolver, cultivar e disseminar o saber em suas várias formas de conhecimento, puro e aplicado.	p.17
PRINCÍPIOS	✓ A formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais do ser humano. ✓ A observância dos princípios da ética, da gestão democrática, transparência, participação, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade dos atos, planejamento, avaliação e sustentabilidade. ✓ O respeito à liberdade de pensamento e de expressão. ✓ A universalização do conhecimento, com profissionalismo e competência técnica. ✓ O respeito à cidadania e à diversidade étnica e cultural. ✓ A natureza pública e gratuita do ensino de graduação e pós-graduação stricto sensu, sob responsabilidade da União. ✓ A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ✓ A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos. ✓ A excelência acadêmica. ✓ A defesa dos direitos humanos, com tratamento justo e respeitoso ao ser humano e à vida. ✓ A qualidade e desenvolvimento sustentável. ✓ A preservação e incentivo aos valores culturais. ✓ A integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social.	p.16

	✓ A democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade e à oportunidade de acesso e socialização de seus benefícios.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PDI (2017).

Levando em conta os objetivos apresentados Quadro 88, evidencia-se que as atividades acadêmicas são executadas considerando a integração do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a IES busca manter a cooperação e a integração com instituições nacionais e internacionais e busca os recursos necessários para assegurar a acessibilidade e permanência de discentes com deficiência. Ademais, a universidade busca implementar medidas para a sistematização de práticas relativas à governança, à gestão de riscos, aos controles internos.

Na seção 1.6 foi abordado os aspectos sobre as áreas de atuação em aspectos socioeconômicos da UFVJM, sendo evidenciado que a universidade contribui para o desenvolvimento da região onde está localizada, dado que aumentou significativamente a oferta educacional, através de novos cursos de graduação, promovendo uma educação de qualidade, que forma indivíduos que transformam a realidade econômica, social e ambiental da região. Ademais, a UFVJM se destaca por promover desenvolvimento econômico e sociocultural na região, através da geração de emprego e consequentemente aumento de renda e redução da desigualdade social (UFVJM PDI, 2017).

No capítulo 2 foram apresentados os aspectos do Ensino, Pesquisa e Extensão relativos ao Projeto Pedagógico Institucional. No que se refere aos Princípios Pedagógicos, foi evidenciado que a universidade está sempre comprometida com a redução das desigualdades e com a transformação da realidade socioeconômica. Assim, desenvolve suas ações pedagógicas para formar alunos comprometidos e habilitados a vencer os desafios da sociedade, levando em conta as características regionais e locais (UFVJM PDI, 2017).

Nesse sentido, a IES estabelece diretrizes pedagógicas que se traduzem nos princípios expostos a seguir.

> I- gerar, desenvolver, disseminar e aplicar o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística, literária, científica e tecnológica;
> II- estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo e crítico;
> III- formar e qualificar continuamente profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida;

> IV- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação filosófica, artística, literária, científica e tecnológica nos cursos presenciais, semipresenciais e a distância;
> V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
> VI- estimular o entendimento e o debate dos problemas do mundo moderno, em particular os regionais e nacionais;
> VII- prestar serviços à comunidade e estabelecer com esta uma relação de interatividade, por meio de ações de extensão;
> VIII- complementar a formação cultural, intelectual e ética de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo;
> IX- contribuir para o processo de desenvolvimento das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais e do Brasil (UFVJM PDI, 2017, p. 27 e 28).

Esses princípios regem a educação na universidade, sendo eixo do planejamento das atividades universitárias, interligadas à pesquisa e à extensão.

Na seção 2.2 foi evidenciado o perfil do egresso. Os direcionamentos pedagógicos da universidade demonstram que ela é responsável não somente pelo desenvolvimento das habilidades cognitivas básicas do estudante, mas também pelo desenvolvimento do comportamento ético, formando profissionais comprometidos com as transformações sociais. Sendo assim, os cursos da UFVJM devem formar profissionais com senso crítico, com comprometimento e responsabilidade social, além de serem capazes de entender sua formação técnica e científica (UFVJM PDI, 2017).

Na seção 2.3 foram expostas as políticas para o ensino que devem focar no compromisso de desenvolver um perfil de egresso, em que a formação garanta a internalização de convicções e valores baseados na responsabilidade social, no senso crítico e ético, na solidariedade e numa formação geral e humanística (UFVJM PDI, 2017).

Na subseção 2.3.2 foram apresentadas as diretrizes para construção dos currículos dos cursos de graduação, em que devem ser atendidas às orientações expressas nas legislações relativas ao ensino superior, a citar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de formação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional sobre promoção da educação ambiental, as Diretrizes normativas para inclusão da LIBRAS nos currículos da Educação Superior, as diretrizes sobre carga horária e duração dos cursos e promover a inserção de créditos curriculares de extensão (UFVJM PDI, 2017).

Também deve incentivar uma formação geral sólida; fortalecer a relação da teoria com a prática; valorizar a pesquisa, os estágios e a participação em atividades de extensão;

manter a LIBRAS como unidade curricular obrigatória, nos cursos que formam docentes para o magistério e como optativa nos demais cursos de graduação; entre outras diretrizes (UFVJM PDI, 2017).

Na seção 2.4, subseção 2.4.2, foram abordados aspectos organização acadêmica do ensino de graduação. Entre os centros de formação acadêmica e de apoio à sociedade, a universidade possui fazendas experimentais. Dentre elas, destaca-se a Fazenda Rio Manso, situada em Couto de Magalhães de Minas, em Minas Gerais, a qual dá apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Foi evidenciado que estava previsto a recuperação de uma represa, sendo previstas também atividades e estudos relativos às áreas de silvicultura; grandes culturas; ecologia; conservação e uso do solo; pastagem; banco de gemoplasma de pequi e de plantas exóticas; milho e sorgo/multiuso perenes; preservação ambiental; olericultura e aquicultura (UFVJM PDI, 2017).

A UFVJM também possui laboratórios do curso de Nutrição. Destacam-se os Laboratórios de Segurança Alimentar e Nutricional, Laboratório de Epidemiologia, de Educação Alimentar e Nutricional e os de Consumo Alimentar, os quais são equipados para a execução de atividades de aulas práticas e para a elaboração de projetos de pesquisa e de extensão (UFVJM PDI, 2017).

Na seção 2.5 foram apresentados os aspectos relativos as políticas de extensão, sendo evidenciados que há vários impactos na formação dos discentes que participam das atividades extensionistas. Dentre eles, o desenvolvimento da responsabilidade social, a formação de laços mais estreitos e o respeito com a sociedade, formação interdisciplinar e ampla, baseada na realidade (UFVJM PDI, 2017).

Na seção 2.6 foram apresentados os aspectos relativos as políticas de pesquisa, sendo mencionado que a pesquisa acadêmica é a forma pela qual a instituição aperfeiçoa sua função no desenvolvimento do pensamento e das melhorias da qualidade da vida. A pesquisa deve estar em conformidade com a sustentabilidade econômica, social e ambiental, respaldada na sua função pública. Conforme interage com a extensão e o ensino, a pesquisa contribui para o desenvolvimento humano (UFVJM PDI, 2017).

Na seção 2.7 foram destacados os elementos direcionadores dos objetivos e metas propostos para o projeto pedagógico institucional, os quais são o desenvolvimento do conhecimento, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão e o incentivo à inovação, levando em consideração a missão da universidade e o desenvolvimento regional e nacional. O Quadro 89 elenca as metas e objetivos que estão ligados a educação para sustentabilidade.

Quadro 89: Objetivos e metas pedagógicas da UFVJM

OBJETIVOS		
Fundamentar o compromisso com a qualidade e consolidar-se como instituição de ensino voltada para a transformação social, em especial das regiões onde se insere; Produzir e disseminar conhecimento, primando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Buscar uma prática pedagógica e curricular compatível com a formação de profissionais instrumentalizados para responder às demandas contemporâneas geradas pelo avanço científico/tecnológico e às exigências conjunturais em permanente evolução.		(p.77)
METAS	**AÇÕES**	
4. Implementar ações que visem a redução dos índices de retenção e de evasão nos cursos de graduação;	4.1. Promover espaços de reflexão e análise para melhorar a compreensão acerca das múltiplas causas dos fenômenos da retenção e da evasão; 4.2. Regulamentar ações voltadas para a garantia do fluxo formativo, tanto no âmbito das esferas administrativas, para garantia da oferta de unidades curriculares e vagas, quanto no âmbito das instâncias acadêmicas, tomando medidas para análise e adequação das práticas pedagógicas e avaliativas; 4.3 Recepcionar o corpo discente quando do seu ingresso e acompanhar sua trajetória acadêmica, mediante o desenvolvimento de medidas para a identificação e intervenção precoce nas situações de risco elevado de retenção/evasão; 4.4 Lançar edições especiais do PROAE com foco no enfrentamento à retenção e à evasão na UFVJM;	(p.80)
5. Consolidar e viabilizar ações de inclusão, em conjunto com as Pró- Reitorias, administração superior e Unidades Acadêmicas;	5.1 Promover fóruns entre as Pró-reitorias e Unidades Acadêmicas para discussões e ações relativas ao acesso, permanência e redução da evasão de estudantes; 5.2 Promover ações para garantir as condições de acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes com necessidades especiais: deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento; 5.3 Propor ações afirmativas relativas ao acolhimento e permanência de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e indígenas; 5.4 Atualizar e publicar o manual do acadêmico da UFVJM. 5.5 Promover ações para a melhoria da qualidade e para a humanização das relações interpessoais na UFVJM, incluindo a relação professor/estudante, as quais devem ser pautadas nos princípios da justiça e da legalidade.	(p.81)
9. Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação;	9.4 Promover a cultura do respeito à diversidade e à pluralidade de ideias, primando pelo desenvolvimento da qualidade da comunicação e das relações interpessoais nos diferentes espaços acadêmicos e administrativos da UFVJM, em obediência aos princípios da justiça e da legalidade.	(p.84)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PDI (2017).

Observa-se no Quadro 89 que a UFVJM tem iniciativas para eliminar ou diminuir as evasões. Isso quer dizer, que a instituição busca realizar ações que promovem educação de qualidade e propiciam bem-estar aos alunos para que permaneçam e concluam o curso. Além disso, são implementadas ações para inclusão de alunos com suas diversas particularidades. Também promovem ações que promovem respeito a diversidade na instituição. Todas essas condizem com a educação para sustentabilidade.

Na seção 2.13 foram apresentados os aspectos das políticas de equalização de oportunidades. Em relação à Assistência Estudantil, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), tem por objetivo a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento da comunidade universitária, por meio da

assistência estudantil e da promoção de inclusão social, da promoção e atenção à saúde, da segurança do trabalho e higiene ocupacional, da acessibilidade, diversidade e inclusão, do esporte e lazer. Atualmente, a PROACE é dividida em três diretorias: Diretoria de Assistência Estudantil (DAE); Diretoria de Atenção à Saúde e Acessibilidade (DASA); e Diretoria de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis (DECACE) (UFVJM PDI, 2017).

A DAE tem suas ações voltadas para os estudantes que possuem vulnerabilidade socioeconômica, através do Programa de Assistência Estudantil (PAE). O PAE proporciona benefícios como auxílio creche; auxílio emergencial, que custeia parcialmente alimentação e transporte ou disponibiliza temporariamente moradia estudantil universitária; auxílio material pedagógico; auxílio manutenção, que custeia parcialmente despesas com alimentação e transporte, oferecendo quatro parcelas semestrais; bolsa integração, que concede uma bolsa mensal, para despertar vocações para atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e administrativas, melhorando a qualidade da formação dos alunos e preparando para o mercado de trabalho, com vigência semestral; Moradia estudantil (UFVJM PDI, 2017).

Especificamente sobre as políticas de acessibilidade e inclusão, a subseção 2.13.2 evidencia que o atendimento das PCD é feito pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) (UFVJM PDI, 2017).

O NACI promove a sensibilização da comunidade universitária para o atendimento e acolhimento às diferenças, procurando propiciar a acessibilidade e a inclusão na universidade. Também promove eventos e ações de educação para a diversidade e de educação inclusiva. Além disso, oferece serviços de tradução e interpretação de LIBRAS, recursos didáticos para apoiar a educação de alunos com deficiência auditiva e equipamentos de tecnologia assistiva (UFVJM PDI, 2017).

Quanto às políticas de atenção à saúde, a seção 2.14 mostrou que a PROACE, busca promover o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade universitária por meio de ações que promovem atenção à saúde, segurança do trabalho e higiene ocupacional (UFVJM PDI, 2017).

No capítulo 3 foram apresentados os aspectos da gestão e planejamento institucionais (UFVJM PDI, 2017). Na seção 3.3 foram expostas as propostas de infraestrutura física, serviços de apoio e de logística do PDI 2012-2016, acompanhadas de avaliações. Uma dessas propostas foi fazer compras e contratações sustentáveis,

evidenciando ao segmento fornecedor a necessidade de adequações de seus processos produtivos as normas de proteção ambiental, tendo como base a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria 2/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esta proposta foi executada na inclusão de cláusulas de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação (UFVJM PDI, 2017).

No capítulo 4 foram demonstrados os aspectos da Gestão do Conhecimento (UFVJM PDI, 2017). Na seção 4.2 foram abordados os aspectos específicos da Gestão Ambiental da UFVJM. A Assessoria de Meio Ambiente (AMA) é quem cuida dos assuntos relativos à parte ambiental da universidade, assessorando a Reitoria e os outros segmentos da comunidade universitária (UFVJM PDI, 2017).

A AMA propõe iniciativas e ações que incentivam a coleta, o tratamento e o descarte adequado de resíduos; o uso sustentável e racional dos recursos naturais e a conciliação com a preservação ambiental, dado a expansão das áreas construídas da IES. Portanto, procura reduzir os impactos ambientais através da promoção de práticas sustentáveis, para obter qualidade de vida em toda a comunidade universitária (UFVJM PDI, 2017).

A AMA promove as seguintes atividades: Programa de Coleta Seletiva Solidária; Licenciamentos ambientais de obras no Campus; Licenciamentos ambientais e registros de equipamentos e maquinários; Gestão dos licenciamentos ambientais e outorgas do uso de água nos *campi*; Licenciamento de intervenções ambientais necessárias dentro do Campus; Monitoramento das condições de funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto e monitoramento das águas do córrego Soberbo; Coordenação e participação na Comissão de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); Coordenação e participação na Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável; Coordenação e participação na Comissão de elaboração do Projeto de Humanização de Ambientes e Paisagismo e Apoio e participação nos Comitês e Conselhos relacionados ao Meio Ambiente (UFVJM PDI, 2017).

No que se refere ao PDI 2012-2016, a AMA conseguiu cumprir várias atividades, a citar, implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária, gerando recursos financeiros para as Associações de Catadores de Material Reciclável; realização de licenciamentos ambientais de obras e de outras intervenções ambientais; gestão e renovação de licenciamentos ambientais para o uso de água nos *campi*; monitoramento contínuo das condições de funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e de águas superficiais (Córrego do Soberbo) e subterrâneas; coordenação e participação

na elaboração do PGRS; coordenação e participação na Comissão Gestora do PLS; coordenação e participação na Comissão de Humanização de Ambientes e Paisagismo dos *campi*, que desenvolveu o projeto de Arborização das áreas centrais e coletivas do Campus; apoio e participação nos Comitês e Conselhos municipais, estaduais e federais relacionados à área de Meio Ambiente e atualização e melhoria contínua da *Home Page* da Assessoria de Meio Ambiente (UFVJM PDI, 2017).

O Quadro 90 apresenta os objetivos e metas de gestão ambiental relativas ao PDI de 2018-2021.

Quadro 90: Objetivos e metas de gestão ambiental do PDI da UFVJM

OBJETIVOS	• Promover e desenvolver propostas e ações necessárias à condução da política de Meio Ambiente no âmbito da universidade, tendo como foco primordial conciliar o desenvolvimento institucional com a preservação e a conservação ambiental, a fim de proporcionar a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social de toda a comunidade acadêmica. • Manter e ampliar a Coleta Seletiva Solidária na UFVJM. • Participar do Grupo Gestor do Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos – PGIRSU. • Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços da Saúde (PGRSS). • Promover o desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos em cada Unidade Acadêmica. • Coordenar os processos de Licenciamento Ambiental das diferentes atividades da Instituição, incluído as solicitações e renovações de outorgas de uso de águas existentes em suas dependências. • Coordenar o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) na área ambiental. • Apoiar e acompanhar a participação de representantes da UFVJM nas reuniões dos Comitês e Conselhos estaduais de Meio Ambiente.	(p. 186 e 187)
METAS	• Aumentar a quantidade de coleta de material reciclável a ser doado para as instituições adequadas (Associação de Catadores deste material). • Concluir a implantação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos – PGRSU. • Implantar o PGRSS dentro de cada Estabelecimento de Atendimento à Saúde (EAS) da UFVJM. • Desenvolver, finalizar e implantar os Planos de Gerenciamento de Resíduos em todas as Unidades Acadêmicas da UFVJM. • Coordenar, assessorar e promover a melhoria contínua do Projeto de Humanização de Ambientes e Paisagismo do Campus JK. • Atualizar e implantar o Plano de Logística Sustentável. • Dinamizar os processos de licenciamento e regularização ambiental na UFVJM. • Orientar e acompanhar a participação de representantes da UFVJM nas reuniões dos Comitês e Conselhos relacionados ao Meio Ambiente. • Promover, atualizar e melhorar a Home Page da Assessoria de Meio Ambiente.	(p. 187)
AÇÕES	Adquirir uma fragmentadora de papel, visando à ampliação da quantidade do material reciclável destinado às Associações de Catadores (ação vinculada à parte de extensão). • Conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da coleta seletiva solidária por meio da realização de oficinas de coleta seletiva (ação vinculada à parte de ensino) para funcionários terceirizados, corpo discente, servidores docentes e técnico-administrativos. • Realizar reuniões periódicas com a Comissão de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS (ação vinculada à parte de	(p. 187 e 188)

	pesquisa), a fim de: a) contratar empresa(s) especializada(s) em destinação final de resíduos dos Serviços da Saúde e Perigosos; b) criar oficinas que visem à atualização dos protocolos de coleta de resíduos gerados dentro de cada EAS da UFVJM; e c) criar oficinas que visem à atualização dos protocolos de coleta de resíduos gerados dentro de outras Unidades Acadêmicas da UFVJM. • Compatibilizar ações com a Comissão de Biossegurança da UFVJM. • Realizar reuniões periódicas com a Comissão de elaboração do Projeto de Humanização de Ambientes e Paisagismo para dar sequência às propostas voltadas aos demais espaços do Campus JK, quanto à melhoria desses ambientes (ação vinculada à parte de pesquisa e extensão). • Desenvolver protocolos para o licenciamento ambiental, estabelecendo diretrizes para todas as etapas, desde a licitação até a obtenção do licenciamento pelo órgão ambiental (ação vinculada à parte de pesquisa). • Realizar os licenciamentos dos *campi*, conforme demanda. • Propor, realizar e participar, em parceria com outras instituições de eventos na área ambiental, particularmente em datas comemorativas tradicionais como Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore etc. (ação vinculada à parte de ensino e extensão). • Criar e propor Regimentos para a Assessoria de Meio Ambiente. • Propiciar a participação de representantes da UFVJM nas reuniões dos Comitês e Conselhos estaduais de Meio Ambiente (ação vinculada à parte de extensão). • Promover a melhoria e atualização da Home Page da Assessoria de Meio Ambiente (ação vinculada à parte de ensino e extensão). • Representar a UFVJM nos eventos relacionados às questões ambientais e de sustentabilidade.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PDI (2017).

Observa-se no Quadro 90 que a UFVJM é comprometida com iniciativas e ações de gestão do meio ambiente.

Na seção 4.3 foram apresentados aspectos relativos à Proteção, Inovação e Transferência de Tecnologias (UFVJM PDI, 2017). A subseção 4.3.2 abordou as políticas de inovação, informando que a instituição se orienta pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a qual incentiva o desenvolvimento científico, a capacitação científica e tecnológica, a pesquisa e a inovação. As ações da universidade visam promover o empreendedorismo, a inovação tecnológica e o desenvolvimento regional e nacional, levando em consideração o Centro de inovação tecnológica (CITEC) que executa as seguintes atividades:

> I – atuar institucionalmente de forma pró-ativa e estratégica considerando o ambiente produtivo local, regional e nacional;
> II – promover o empreendedorismo, garantindo a manutenção dos diferentes ambientes de inovação, pertencentes à UFVJM em todos os seus *campi*, incluindo a gestão de incubadoras nos *campi*; possibilitar a participação no capital social de empresas; e apoiar as Empresas Juniores, os pólos de inovação e os Parques Tecnológicos;
> III – apoiar ações de incentivo à extensão tecnológica e à prestação de serviços técnicos;
> IV – definir regulamentação para compartilhamento e para permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual;
> V – criar estrutura que permita a gestão da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia;

> VI – orientar as ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;
> VII - definir regulamentação para o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras entidades (UFVJM PDI, 2017, p.191).

Observa-se que a UFVJM é comprometida com ações e iniciativas que promovem a inovação, que está ligada aos conceitos de educação para sustentabilidade.

- Plano de Logística Sustentável

O PLS da UFVJM foi elaborado pela Comissão do Plano de Gestão de Logística Sustentável da instituição, em Diamantina, em setembro de 2013, para atender as determinações da Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012 – MPGO, que determina as regras para elaboração dos PLS de que trata o Art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (UFVJM PLS, 2013).

O plano tratou da coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado (UFVJM PLS, 2013).

Para fins de entendimento do PLS, foi demonstrado alguns termos e o significado deles.

> I - logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
> II - critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
> III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;
> IV - práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;
> V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;
> VI - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais
> recicláveis;
> VII - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;
> VIII - material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada há dois anos;

> IX - material permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;
> X - inventário físico financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição, e o valor do bem; e
> XI - compra compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal (UFVJM PLS, 2013, p. 2 e 3).

No Anexo 1 do PLS foi apresentada a Instrução Normativa nº 10/2012 – SLTI/MPOG, que contém Anexo I com a Lista de Materiais de Consumo (UFVJM PLS, 2013). O Anexo II, com sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais de consumo, tais como papel, copos descartáveis e cartuchos para impressão; de energia elétrica; de água e esgoto; práticas de coleta seletiva; práticas de promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho e; práticas sustentáveis de compras e contratações. O Anexo III, com sugestões de Indicadores dos materiais (UFVJM PLS, 2013).

O Anexo 2 apresentou a comissão gestora do documento da UFVJM. O Anexo 3 apresentou o Plano de Metas, objetivos e ações para desenvolvimento da Logística Sustentável da instituição, com informações que estão evidenciadas no Quadro 91.

Quadro 91: Plano de Metas, objetivos e ações do PLS da UFVJM

GRUPO DE TRABALHO:	GT 1 - Materiais de Consumo		
METAS	Redução do consumo em 10 %		(p. 20)
Objetivo 1	Inventariar o material de consumo comprado em 2012 pelo Almoxarifado: copos plásticos, toners, papel A4 (vergê, colorido, alcalino e pardo), guardanapos, produtos de limpeza (detergente, água sanitária), produtos de higiene pessoal (papel higiênico, sabonete perfumado, papel toalha, etc.).		
	AÇÕES	1.1 – Levantamento do que foi gasto em 2012 1.2 – Inventariar para racionalizar e diagnosticar os modos de consumo por setor	
Objetivo 2	Conscientizar a comunidade acadêmica a respeito do consumo sustentável		(p. 21)
	AÇÕES	2.1 - Implantação de um sistema de comunicação, para discussão via intranet sobre consumo sustentável (encaminhar ofício (atachado via email) para o DTI solicitando a infra-estrutura necessária para incluir todos os GTS nas discussões. 2.2 - Palestras de sensibilização para o consumo sustentável/UFVJM 2.3 - Realização de um concurso de frases que promovam o consumo sustentável (incluindo todos os GTS)	(p. 21 e 22)
Objetivo 3	Quantificar o número atual de discentes, docentes, TAS, terceirizados, usuários dos *campi*.		(p. 22 e 23)
	AÇÕES	3.1 - Solicitar ao PI (Pesquisador Institucional) o quantitativo de pessoal dos *campi*	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 2 - Energia Elétrica		
METAS	Redução do consumo de energia em 10%		(p. 24)
Objetivo 1	Conscientizar a comunidade acadêmica a respeito do consumo sustentável		

	AÇÕES	1.1 - criação de grupos de servidores para conscientizar as pessoas sobre as práticas de economia de energia nos prédios até a instalação dos sensores de presença 1.2 - Visitas às salas de aula, Departamentos, Prédios, etc., para incentivar a redução do consumo de energia elétrica	(p. 24 e 25)
Objetivo 2	Realizar compras de materiais elétricos e equipamentos com o menor consumo de energia		
	AÇÕES	2.1 - Criação de uma lista de especificações destes materiais para a licitação, pela Diretoria de Infraestrutura.	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 3 - Água e esgoto		
METAS	Redução do desperdício de água no Campus JK em 5%		(p. 26 a 28)
Objetivo 1	Mapear as instalações hidráulicas do Campus para verificar a demanda para reparos		
	AÇÕES	1.1 - Diagnóstico preliminar das instalações hidráulicas e elaboração de cadastro de rede de água e rede de incêndio 1.2 - Correção de vazamentos na rede de água, reservatórios e Instalações hidráulicas. 1.3 - Substituição de equipamentos hidráulicos convencionais por equipamentos economizadores de água 1.4 - Incluir nos processos licitatórios a recomendação de instalação equipamentos hidráulicos ecológicos (torneiras, vasos sanitários)	
Objetivo 2	Conscientizar a comunidade acadêmica a respeito do consumo sustentável de água (Prorrogar a vida útil dos pontos de captação existentes).		(p. 28 e 29)
	AÇÕES	2.1 - Criação de grupos de servidores para conscientizar os usuários sobre as práticas de economia de água nos prédios. 2.2 - Visitas às salas de aula, Departamentos, Prédios, etc., para incentivar a redução do consumo de água	
Objetivo 3	Postergar investimentos necessários à ampliação do Sistema de Abastecimento de Água bem como do Sistema de Esgotamento Sanitário do Campus JK)		(p. 29 e 30)
	AÇÕES	3.1 - Manutenção da rede de coleta do esgoto 3.2 - Implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos 3.3 – Melhorias nos canteiros de infiltração para aumentar a capacidade de armazenamento. 3.4 – Capacitação dos funcionários diretamente ligados à ETE.	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 4 - Coleta Seletiva		
META	Ampliação da quantidade de material doado para a ACAD (Associação de Catadores de Material reciclado de Diamantina) em 10%		(p.31)
Objetivo 1	1) Inventariar o material de consumo comprado em 2012 pelo Almoxarifado: toners, papel A4 (vergê, colorido, alcalino e pardo).		
	AÇÕES	1.1 – Levantamento do que foi gasto em 2013	
Objetivo 2	Conscientizar a comunidade acadêmica a respeito da coleta seletiva solidária		(p.32 e 33)
	AÇÕES	2.1 – Implantação de um sistema de comunicação, para discussão via intranet sobre consumo sustentável (encaminhar ofício (atachado via e-mail) para o DTI solicitando a infraestrutura necessária. Incluir todos os GTS nas discussões. 2.2 - Realização de um concurso de frases que promovam o consumo sustentável (incluindo todos os GTS) 2.3 – Realizar palestras de sensibilização para o consumo sustentável/UFVJM 2.4 - Divulgar e implementar a NT 19 ERDIA/PFMG/PGF/AGU 2009	
Objetivo 3	3) Realizar a coleta de papel e papelão nos diferentes setores da UFVJM		(p.35)
	AÇÕES	3.1 - Treinamento do pessoal terceirizado e servidores da UFVJM	

		3.2 - Implantação de coletores de papel e papelão nos diferentes setores	
Objetivo 4	4) Implantar o galpão definitivo de armazenamento temporário do material reciclado		(p.36)
	AÇÕES	4.1 - Visitas a outras entidades que possuem galpões instalados, para atualização do projeto do galpão.	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 5 - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho		
METAS	Diagnosticar a "Qualidade de Vida Relacionada ao Trabalho" dos servidores e funcionários terceirizados da UFVJM.		(p.37)
Objetivo 1	Levantar a percepção dos servidores quanto a QV no trabalho		
	AÇÕES	1.1 - Preparar e aplicar instrumento (questionário) de avaliação da percepção da "Qualidade de Vida Relacionada ao Trabalho" aos servidores e funcionários terceirizados da UFVJM.	
Objetivo 2	Promover melhoria na percepção de QV nos ambientes laborais		(p.38)
	AÇÕES	2.1 – Efetivação de programas específicos (exercício físico, orientação nutricional, controle de tabagismo e alcoolismo)	
Objetivo 3	3) Desenvolver Programa Melhorias das condições de trabalho		
	AÇÕES	3.1 – Vigilância nos ambientes laborais, avaliação dos riscos físicos e ambientais	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 6 - Compras e Contratações Sustentáveis		
META 1	Criar procedimentos de contratações públicas com critérios de sustentabilidade ambiental, para uso de todos os fornecedores e membros de comissões de licitações		(p.39)
Objetivo 1	1) Atender aos dispositivos legais gerando contratações sustentáveis no âmbito da UFVJM		
	AÇÕES	1.1 - Criar guia de contratações públicas sustentáveis 1.2 - Promover estudos buscando legislações aplicáveis 1.3 - Submeter o guia a análise da PGF	
META 2	Economia papel e impressão em 50%		
Objetivo 2	Reduzir o volume de papéis e impressão nos processos licitatórios		(p.40)
	AÇÕES	2.1 - Criar arquivamento digital para orçamentos 2.2 - Quantificar o volume de papel gasto nos processos atualmente 2.3 - Utilizar para efeitos de comprovação e prestação de contas apenas os arquivos digitais disponíveis no sítio do comprasnet	
Objetivo 3	Reduzir o volume de papéis e impressão nos processos de fiscalização de contratos		(p.41)
	AÇÕES	3.1 - Criar arquivamento digital para orçamentos 3.2 - Quantificar o volume de papel gasto nos processos atualmente 3.3 - Utilizar para efeitos de comprovação e prestação de contas apenas os arquivos digitais disponíveis no sítio do comprasnet	
GRUPO DE TRABALHO:	GT 7- Meios de transporte		
META 1	Redução do consumo de combustível em 10%		(p.42 e 43)
Objetivo 1	Acompanhar mensalmente o consumo em litros, por tipo de combustível e por veículo (2013).		
	AÇÕES	1.1 – Aferimento por meio das planilhas de controle de abastecimento, do quantitativo utilizado por tipo de combustível (gasolina, diesel e etanol), por veículo. 1.2 - Comparação do gasto de combustível no ano atual em relação ao ano anterior.	
Objetivo 2	Instituir a lotação mínima de 60% nos ônibus da UFVJM.		(p.43)

	AÇÕES	2.1 – Regulamentação pelo CONSU	
Objetivo 3	Compartilhar viagens com mesmo destino ou localidades próximas.		(p.44 a 46)
	AÇÕES	3.1 – Regulamentação deste compartilhamento de viagens pelo CONSU. 3.2 - Criação do sistema de controle de veículo para viagens compartilhadas a partir da Pesquisa Operacional. 3.3 - Criação do sistema de controle de compatibilização de rota e vôo. 3.4 - Divisão do custeio com combustível, diretamente no SIGA, através de distribuição igualitária da quilometragem entre as UO's, no momento em que a requisição for executada. 3.5 - Distribuição do valor da(s) diária(s) a ser(em) paga(s) ao(s) motorista(s) terceirizado(s), entre as UO's requisitantes da(s) viagem(s) no momento de envio do relatório à PROPLAN. 3.6 – Regulamentação pelo CONSU, dos procedimentos de distribuição de diárias do servidor, motorista e colaboradores eventuais.	
META 2	Redução na emissão de poluentes		(p.47)
Objetivo 4	Realizar treinamento e capacitação de motoristas e servidores para a direção eficiente.		
	AÇÕES	4.1 - Inclusão de cursos no PLANCAP. 4.2 - Fazer análise três vezes ao ano da presença e quantidade de gases que saem pelo escapamento dos veículos.	
META 3	Destinação correta de 100% dos óleos lubrificantes usados e substituídos nos veículos institucionais		(p.48)
Objetivo 5	Devolver ao revendedor autorizado e registrado na ANP como coletor. (http://www.sindirepasp.org.br/pdfs/guia.pdf)		
	AÇÕES	5.1 - Verificar com a PGF a legalidade de indicar, nas próximas licitações, a obrigatoriedade do revendedor de óleo lubrificante ser também um coletor autorizado e, caso positivo, fazer esta indicação.	
META 4	Destinação correta de 100% dos pneus usados e substituídos nos veículos institucionais		
Objetivo 6	Realizar leilão ou a doação dos pneus (o que for de melhor custo/benefício)		
	AÇÕES	6.1 - Realização de leilão ou doação de pneus	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PLS (2013).

Observa-se no Quadro 91, o comprometimento da UFVJM com a sustentabilidade.

- Plano Político Pedagógico

A versão do PPP do curso de Ciências Contábeis da UFVJM é a de 2019. No capítulo 1 foi apresentada a caracterização do curso, o qual foi fundamentado por algumas legislações (UFVJM PPP, 2019).

Destaca-se as legislações ligada à educação para a sustentabilidade, a citar, Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208, a Lei nº 10.098 de 2000, a Lei 13.146 de 2015, os Decretos nº 5.296 de 2004, nº 6.949 de 2009, nº 7.611 de 2011 e a Portaria nº

3.284 de 2003, que prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a LIBRAS, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2012; Parecer CNE/CP nº 14 de 2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena (UFVJM PPP, 2019).

No capítulo 2 foi feita uma apresentação do curso de Ciências contábeis, sendo evidenciado o contexto histórico do curso. A privatização e desregulamentação da economia, especialmente dos serviços públicos, aumentou o volume de investimentos estrangeiros no final do século XX. Assim, o Estado passou a necessitar de melhores informações contábeis prestadas pelas empresas, o que aumentou as discussões, para o uso das normas contábeis como forma de propiciar a transparência e responsabilização das atividades empresariais (UFVJM PPP, 2019).

Em 1970, a ONU retomou a discussão da função social das empresas transnacionais. Em 2002, o grupo das nações mais ricas do mundo, passou a incentivar a adoção de responsabilidades sociais e a transparência contábil das atividades nas empresas multinacionais. No Brasil, também são feitas essas discussões sobre a função das empresas na resolução dos problemas sociais. Desde 1980, empresas brasileiras elaboraram Demonstrações Contábeis para divulgar os impactos de suas atividades na sociedade (UFVJM PPP, 2019).

Também foi citado no PPP o processo de convergência internacional da contabilidade, que passou a exigir maior consistência e transparência nas divulgações contábeis. Todas as mudanças no contexto socioeconômico ocorridas no mundo demonstraram a necessidade de atualização do currículo e da proposta pedagógica do curso de Ciências Contábeis da UFVJM (UFVJM PPP, 2019).

A seção 2.3 apresenta as exigências atuais para o curso de Ciências Contábeis, as quais foram estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004 (UFVJM PPP, 2019).

A Resolução nº 10/2004 determina, no Art. 3º, que o curso de Ciências Contábeis deve oferecer condições para que o futuro profissional, tenha habilidades de

> I- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
> II- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
> III- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (UFVJM PPP, 2019, p.16).

No Art. 4º, a Resolução determina que o curso deve propiciar formação profissional que tenha algumas competências e habilidades. Destaca-se as que estão ligadas a educação para a sustentabilidade.

> VI- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
> VIII- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UFVJM PPP, 2019, p.17).

No capítulo 3 foi apresentada a justificativa do PPP, sendo evidenciado que o ensino deverá responder as demandas dos vários usuários da informação contábil, em harmonia com a realidade econômica, social e política. O curso de Ciências Contábeis da UFVJM tem como objetivo formar profissionais competentes e habilidosos, com alto senso ético, capacitados para tomarem decisões nas empresas (UFVJM PPP, 2019).

No capítulo 5 foram apresentados o objetivo geral e objetivos específicos do curso de Ciências Contábeis da UFVJM, sendo o objetivo geral:

> [...] formar Bacharéis em Ciências Contábeis com capacidade de exercer o gerenciamento, o controle e a análise dos fatos econômicos que afetam o patrimônio das entidades e sua programação orçamentária, bem como a aptidão para desempenhar atividades de auditoria, perícia, avaliação e consultoria em geral, sem desprezar a visão humanística e social.
> Profissionais aptos a desenvolver a sua criatividade e seu espírito crítico baseado na aquisição integral de conhecimentos básicos, teóricos e práticos, permitindo o exercício da profissão não somente com competência, mas também com plena consciência da sua responsabilidade ética (UFVJM PPP, 2019, p.23).

Neste sentido, o curso deve formar profissionais capazes de entender as mudanças dos negócios, no mundo social e na tecnologia, para aplicá-las com eficácia, nas atividades da profissão contábil. Nessa perspectiva, os objetivos específicos do curso são:

> a) atender suficientemente as diretrizes do MEC (CNE/CES n. 10 de 16 de dezembro de 2004);
> b) contribuir e participar do projeto de flexibilização curricular dos cursos da UFVJM;
> c) formar profissionais que, além de estarem tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, tenham consciência da sua responsabilidade na construção de uma ordem social mais justa e solidária promovendo uma visão holística social, econômica e política;
> d) promover a pesquisa contábil dentro da UFVJM e, consequentemente, seu desenvolvimento e crescimento nacional e internacionalmente;
> e) preparar e permitir o bom desempenho dos alunos em processos de avaliação institucional e nacional na área (UFVJM PPP, 2019, p.23 e 24).

O curso objetiva, então, formar bacharéis em Ciências Contábeis com visão holística, com senso crítico e analítico, que valorizem os princípios éticos, que tenham respeito à cidadania e responsabilidade socioambiental (UFVJM PPP, 2019).

O capítulo 6 foi apresentado o perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis da UFVJM, sendo evidenciado que o curso forma contadores com habilidades para atuar com os diversos agentes econômicos, de forma a prestar contas da sua gestão para a sociedade. Enfim, o curso objetiva à formação de profissionais que sejam competentes na sua área de desempenho, que tenham atitudes crítico-criativas e que estejam preparados para o atender as exigências do mercado de trabalho, levando em conta atitude ética (UFVJM PPP, 2019).

Foi evidenciado que o curso idealiza um perfil profissional que tenha responsabilidade social. Os egressos devem ter habilidade para exercer suas atribuições com proficiência, ética e responsabilidade, viabilizando a prestação de contas da gestão. Deve ter essas habilidades citadas, além das qualidades técnicas de um contador (UFVJM PPP, 2019).

O capítulo 7 apresenta as competências e habilidades que o contador deve ter. Dentre elas, destaca-se as ligadas a sustentabilidade, a citar, “i) ser capaz de exercer com zelo, distinção e ética as atribuições e prerrogativas profissionais do contador, segundo sua vocação, seja como profissional liberal, seja vinculado às entidades, públicas ou privadas, com responsabilidade social” (UFVJM PPP, 2019, p.27).

No que diz respeito a matriz curricular, o Quadro 92 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 92: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFVJM

Código	Disciplina	C.H.S	CR	Pré- Requisito	Classe	Período
CON055	Contabilidade Social e Ambiental	60	4	CON110 Contabilidade IV	Eletiva	-
CON056	Direito Ambiental e Agrário	60	4	CON102 Instituições de Direito Público e Privado	Eletiva	-
SSO014	Filosofia e Ética	60	4	-	Eletiva	-
CEX134	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60	4	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PPP (2019).

Como pode ser observado no Quadro 92, todas as disciplinas são eletivas, exceto a LIBRAS, que é optativa. Disciplinas eletivas e optativas podem não ser escolhidas pelos estudantes do curso de Ciências Contábeis, o que pode levar a um menor contato dos mesmos com a temática da sustentabilidade.

Os Programas das disciplinas mencionadas estão apresentados no Quadro 93.

Quadro 93: Ementas das disciplinas da UFVJM cujo nome tem relação com sustentabilidade

Disciplina	Ementa	
CON055 Contabilidade Social e Ambiental	Contabilidade Ambiental: conceito e objetivos. Conceitos contábeis de caráter ambiental: gasto ambiental; ativo ambiental; passivo ambiental; custos de recuperação e proteção ambiental; receita ambiental; perda ambiental e investimentos ambientais. Sistema de Gestão Ambiental. Desenvolvimento sustentável. Responsabilidade Social: história e perspectivas teóricas. Contingências sociais. Balanço Social: origem, perspectivas de análise e modelos. Relatórios gerenciais que contemplem a Contabilidade Social e Ambiental, indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável. Normas nacionais e internacionais sobre os temas. Diretrizes voluntárias nacionais e internacionais sobre evidenciação socioambiental.	(p.85)
CON056 Direito Ambiental e Agrário	A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Ecologia e Meio Ambiente. Direito Ambiental brasileiro. Conceito e princípios do Direito Ambiental. Sistema legal de proteção da fauna, flora, recursos hídricos, resíduos sólidos. Responsabilidade em matéria ambiental. Sanções administrativas e penais em matéria ambiental. Direito e recursos ambientais. Noções Introdutórias e Conceitos Básicos de Direito Agrário. Reforma Agrária. Princípios Constitucionais. Legislação Nacional Específica.	(p.89)
SSO014 Filosofia e Ética	A disciplina propõe introduzir e discutir, segundo recorte temático e histórico da filosofia, questões relativas aos processos de produção do conhecimento e acerca dos princípios da moral elaborados pelo pensamento ocidental.	(p.108)
CEX134 Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial e natural da comunidade surda brasileira; Conceito e classificação de surdez; Sujeito surdo: diferença, cultura e identidade; Políticas públicas educacionais para surdos; inclusão e filosofias educacionais na educação de surdos; Princípios básicos da LIBRAS.	(p.109)

Elaboração própria com informações de UFVJM PPP (2019)

Além das disciplinas mencionadas no Quadro 93, o PPP apresenta disciplinas que não possuem títulos com termos relacionados a temática da sustentabilidade, mas possuem conceitos de sustentabilidade em suas ementas, conforme evidenciado no Quadro 94.

Quadro 94: Disciplinas com ementas que abordam à sustentabilidade da UFVJM

Disciplina	**Ementa**	
CON106 CONTABILIDADE III	Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Relatório de Sustentabilidade. Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas. Folha de Pagamento: aspectos contábeis.	(p.56)
CON121 LABORATÓRIO CONTÁBIL	Atos de constituição, alteração, extinção e registro de firmas, sociedades, associações e cooperativas. Simulação das operações e registros contábeis, apuração de resultado e levantamento das demonstrações contábeis e emissão de livros fiscais utilizando sistemas de informação contábeis. Apuração de custos. Encerramento de exercício fiscal. Execução das principais rotinas trabalhistas e previdenciárias. Cálculo e escrituração dos principais tributos. Perfil, especializações e ética do profissional da contabilidade. Integração do sistema de informação contábil com os demais sistemas da organização.	(p.69)
CON118 AUDITORIA CONTÁBIL	Fundamentos da auditoria. Normas Específicas quanto ao profissional e ao exercício da auditoria (NBCP e NBCT). Técnicas gerais de exames. Auditorias de áreas específicas das demonstrações contábeis. Fases e Relatórios da auditoria. Ética no Exercício de Auditoria.	(p.71)
CON132 GESTÃO PÚBLICA E CONTEMPORÂNEA	Desafios da gestão pública no mundo contemporâneo. O processo de modernização da Administração Pública. Governança, Governabilidade e *Accountability*. Planejamento Estratégico no Setor Público. Gestão Pública Empreendedora. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil.	(p.78)
CON057 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	Introdução ao Direito Internacional: Sociedade Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Público. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito Internacional Público: Costume, Tratados, Convenções e outros atos internacionais e reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Sujeitos de Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e Pessoa Humana. Direitos Humanos. Modos Pacíficos de Solução de Controvérsias. Sanções do Direito Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Privado: Norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Regime jurídico brasileiro em face do Direito Internacional Privado. Execução de Sentença Estrangeira. Carta Rogatória. Contratos Comerciais Internacionais. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Conflito de Normas.	(p.86)
ECO 023 ECONOMIA SOLIDÁRIA	Origens e desenvolvimento do associativismo. Conceito de terceiro setor, Economia Social e Economia Popular Solidária. Natureza e ação socioeconômica de organizações não governamentais, fundações, institutos, cooperativas, associações comunitárias, organizações da sociedade civil de caráter público (OSCIP) e de entidades filantrópicas. Noções das dimensões sociais, políticas e econômicas relacionadas ao fenômeno: sociedade civil, democracia, espaço público, autonomia social, desenvolvimento local sustentável, gestão ambiental.	(p.102)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFVJM PPP (2019).

As disciplinas apresentadas no Quadro 94 tem as seguintes características: CON106 - Contabilidade III (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: CON103 – Contabilidade II, Classe: Obrigatória, 3º Período); CON121 Laboratório Contábil (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: CON115 - Contabilidade Fiscal e Tributária, Classe: Obrigatória, 6º Período); CON118 - Auditoria Contábil (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: CON110 - Contabilidade IV, Classe: Obrigatória, Período: -); CON132 - Gestão Pública e Contemporânea (Cr: 4,

C.H.S: 60, Pré-Requisito: CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Classe: Obrigatória, 6º Período); CON057 - Direito Internacional Público e Privado (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: CON102 – Instituições de Direito Público e Privado, Classe: Eletiva, Período: -) e ECO 023 - Economia Solidária (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito:-, Classe: Eletiva, Período: -). Observa-se que há muitas disciplinas que abordam indiretamente a temática da sustentabilidade.

O capítulo 14 apresentou as ações pedagógicas inclusivas que podem ser tratadas no ensino, pesquisa e extensão. Foi evidenciado que o ementário de disciplinas apresentadas no plano, permitem abordar e discutir práticas inclusivas (UFVJM PPP, 2019).

Em relação as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não constam disciplinas de extensão no PPP. Apesar da versão do documento ser de 2019, data posterior a Resolução n.7 de 18 de dezembro de 2018 que versa sobre a curricularização da Extensão dos cursos superiores de graduação no Brasil, não se encontrou menção a esta resolução e nem informações sobre disciplinas de extensão. Foi evidenciado no PPP que as atividades de extensão demandam recursos financeiros para serem implementadas e que no curso essas atividades, somente serão implementadas quando houver disponibilidade de recursos mínimos para práticas extensionistas (UFVJM PPP, 2019).

4.1.8 Universidade Federal de Alfenas

A UNIFAL-MG é uma Instituição federal de ensino superior, com sede em Alfenas, Minas Gerais. Foi federalizada pela Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, criada sob a forma de autarquia de regime especial pelo Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972 e credenciada como Centro Universitário Federal, de acordo com a Portaria nº 2.101, de 1º/10/2001, do Ministério da Educação. A UNIFAL-MG possui quatro *campi* universitários, a citar, o Campus Sede – Alfenas, Unidade Santa Clara – Alfenas, Campus Poços de Caldas e Campus Varginha (UNIFAL-MG PDI, 2020).

A seguir estão apresentados os documentos da UNIFAL-MG, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Varginha, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

O Estatuto da UNIFAL-MG apresenta no Título II, no Art. 2º., os princípios e os objetivos da instituição, conforme demonstrado no Quadro 95.

Quadro 95: Princípios, objetivos da UNIFAL-MG

PRINCÍPIOS	I - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; lI - liberdade de ensino, de pensamento e de ação; lll - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; lV - desenvolvimento integral da pessoa humana visando à promoção do seu bem-estar físico, emocional e social; V - respeito à dignidade do homem e às suas liberdades fundamentais; Vl - proscrição de tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de qualquer natureza; VlI - fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; VIlI - conservação, difusão e expansão do patrimônio cultural.	(p. 2)
OBJETIVOS	I - formar pessoas para o exercício profissional nas diferentes áreas do conhecimento, aptas para a inserção nos diversos campos de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade; II - promover programas e atividades de atualização permanente de profissionais; III - promover programas e projetos de pesquisa e extensão para a ampliação do conhecimento, para a melhor qualificação do ensino e das atividades didático-pedagógicas; IV - realizar atividades de pesquisa, extensão e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como a criação e a difusão da cultura, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio ambiente em que vive; V - pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos, ações e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar; VI - contribuir para a elevação do nível de ensino em todos os seus graus e modalidades; VII - participar ativamente da identificação, estudo e solução de problemas sociais e culturais, em nível nacional, regional e local, e estimular a integração de discentes, docentes e servidores técnico administrativos em educação; VIII - promover o sentimento de solidariedade entre as pessoas, buscando soluções para a melhoria da qualidade de vida do ser humano e de sua integração com o meio ambiente.	(p. 2 e 3)

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG Estatuto (2007).

Como demonstrado no Quadro 95, a UNIFAL-MG valoriza os princípios da sustentabilidade como promoção do seu bem-estar humano, respeito e valorização da igualdade, solidariedade e estimula a inovação que contribui para o Desenvolvimento Sustentável.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

A versão do PDI utilizada no presente trabalho é a de 2020, sendo o documento estabelecido para o período 2021-2025. No capítulo 2 do PDI, a UNIFAMG apresentou sua missão, visão e seus valores, conforme o Quadro 96.

Quadro 96: Missão, visão, valores da UNIFAL-MG

MISSÃO	Promover a formação plena do ser humano, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento, comprometendo-se com a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, com base nos princípios da reflexão crítica, da ética, da liberdade de expressão, da solidariedade, da justiça, da inclusão social, da democracia, da inovação e da sustentabilidade.	(p.34)
VISÃO	Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, por sua excelência acadêmica, científica, cultural e social, comprometida com o desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental do país.	(p.34)
VALORES	a) diversidade e pluralidade; b) equidade; c) excelência; d) inclusão social e) inovação; f) integração e interdisciplinaridade; g) participação democrática h) sustentabilidade e; i) transparência.	(p.34)

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG PDI (2020).

Levando em consideração a missão, visão e valores demonstrados no Quadro 96, a UNIFAL-MG, atua nas várias áreas do conhecimento em ensino, pesquisa e extensão por meio de ações aplicadas nas várias unidades acadêmicas.

A IES buscando inter-relacionar as áreas estratégicas, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas, com vistas a cumprir com sua missão, visão e valores, fez uma análise SWOT, que demonstra os pontos fortes e fracos internos da universidade que necessitam ser melhorados ou mantidos, permitindo, também, identificar ameaças externas que devem ser eliminadas ou reduzidas e as oportunidades externas que possam ser usufruídas (UNIFAL-MG PDI, 2020). A Figura 16 apresenta a análise SWOT da UNIFAL-MG.

Figura 16: Análise SWOT da UNIFAL-MG



Fonte: UNIFAL-MG PDI (2020).

Através da análise SWOT apresentada na Figura 16, foram criados objetivos estratégicos, os indicadores e as metas para as áreas estratégicas da universidade. Essas informações, foram divididas em seis áreas estratégicas, chamadas de eixos temáticos, a citar, Ensino; Pesquisa; Extensão; Qualidade de Vida na Universidade; Gestão, Inovação e Internacionalização; Sustentabilidade (ambiental, financeira e social). O Quadro 97 destaca os objetivos, indicadores e metas que estão ligados a educação para a sustentabilidade.

Quadro 97: Objetivos Estratégicos dos Eixo Temáticos da UNIFAL-MG

EIXO	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	
Ensino	Revisar e adequar os PPCs às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - DNEDH (2012) e ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (Brasil, 2013).	Número de PPCs revisados e adequados às DNEDH e PNEDH	Revisar e adequar o PPC de todos os cursos de graduação	(p.4)

Pesquisa	Aumentar a produção e inovação tecnológica	Número de produtos de inovação/tecnológicos registrados	Aumentar 5% ao ano	(p.48)
Extensão	Fomentar a interação dialógica entre o público interno e externo à Universidade, fortalecendo o protagonismo da comunidade externa por meio das ações de extensão.	Número de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços) realizadas	1- Aumentar a média anual em 5% da quantidade de programas 2- Aumentar a média anual em 3% da quantidade de projetos 3- Aumentar a média anual em 2% da quantidade de cursos 4- Aumentar a média anual em 1% da quantidade de eventos 5- Aumentar a média anual em 20% da quantidade de prestação de serviços 6- Aumentar em 80%, até 2025, eventos e cursos mediados por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), via Centro de Educação Aberta e à distância (CEAD) 7- Aumentar a média anual no número de ações que atendam ao processo de inclusão trabalhado no Departamento de Direitos Humanos e Inclusão (DDHI)	(p.49)
	Ampliar o número de ações de extensão nas áreas temáticas de Meio Ambiente e Direitos Humanos e Justiça, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.	Número de ações de extensão na área temática de Direitos Humanos e Justiça.	1- Número de ações de extensão na área temática de Direitos Humanos e Justiça. 2- Ter dois (02) eventos especiais sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) até 2025 3- Aumentar em 50% o número de cursos de formação continuada em educação em direitos humanos, para profissionais da educação nos vários níveis (Básico, superior e pós-graduação) e modalidades de ensino (EaD e presencial) até 2025 4- Aumentar em 20% o número de programas e projetos na área temática Direitos Humanos e Justiça até 2025	(p.53)

		Número de ações de extensão na área temática de Meio Ambiente	1- Aumentar em 10% o número de programas e projetos na área temática Meio Ambiente até 2025 2- Promover 2 eventos especiais sobre Educação Ambiental até 2025. (Eventos de 2 em 2 anos) 3- Realização de 02 cursos de formação continuada em educação em Meio Ambiente, para profissionais da educação nos vários níveis (Básico, superior e pós-graduação) e modalidades de ensino (EaD e presencial) até 2025	(p.54)
Qualidade De Vida Na Universidade	Desenvolver práticas para prevenção de doenças físicas e mentais e promoção de vida saudável.	Banco de Dados para a análise situacional da saúde física e mental da comunidade acadêmica implantado	Implantação de 1 (um) banco de dados de acompanhamento pós-atendimento de usuários da comunidade universitária atendidos por PRACE, CIAST, CEM, Clínica Odontológica, Clínica de Fisioterapia e QVT até o fim de 2021	(p.55)
		Relatório anual com diagnóstico situacional sobre as condições de saúde física e mental da comunidade acadêmica apresentado a partir de Q1-I1-M1	Desenvolvimento e apresentação de 1 relatório por ano com diagnósticos situacionais sobre as condições de saúde física e mental da comunidade acadêmica a partir de dados de saúde levantados na instituição	
		Adesão a ações de promoção em saúde mental direcionadas por encaminhamento ou demanda espontânea	Manter a cobertura na comunidade acadêmica por 5 anos	
		Adesão da comunidade acadêmica a ações sobre alimentação e nutrição	Manter a cobertura aferida em 2021 no diagnóstico situacional da comunidade acadêmica por 5 anos	
		Adesão a ações de educação em saúde e sexualidade.	Manter a cobertura aferida em 2021 no diagnóstico situacional da comunidade acadêmica por 5 anos	(p.56)
		Taxa de afastamento por motivo de adoecimento dos trabalhadores.	Manter o afastamento de servidores por estas doenças abaixo de 10%, a cada ano.	
		Número de Exames periódicos concluídos.	Aumentar o número de exames periódicos realizados em 50% em 5 anos	

		Participação da comunidade Acadêmica em ações esportivas	Manter a cobertura na comunidade acadêmica por 5 anos	
		Participação da comunidade Acadêmica em ações culturais	Manter a cobertura na comunidade acadêmica aferida em 2021 até 2025	
		Execução de Projetos/programas multiprofissionais ou interdisciplinares	Aumentar em 100% a proporção de ações multidisciplinares ou interdisciplinares até 2025.	
	Promover Ações Reabilitadoras e de Prevenção de Agravos.	Banco de Dados para a análise situacional da saúde física e mental da comunidade acadêmica implantado	Implantação de 1 (um) banco de dados de acompanhamento pós-atendimento de usuários da comunidade universitária atendidos por PRACE, CIAST, CEM, Clínica Odontológica, Clínica de Fisioterapia e QVT até o fim de 2021.	(p.57)
		Coeficiente de efetividade de atendimentos psicológicos individuais	Manter o coeficiente aferido pelo banco de dados (Q2-I1-M1) em 2021 até 2025.	
		Coeficiente de efetividade de atendimentos médicos individuais	Manter o coeficiente aferido pelo banco de dados (Q2-I1-M1) em 2021 até 2025.	
		Coeficiente de efetividade de atendimentos odontológicos individuais	Manter o coeficiente aferido pelo banco de dados (Q2-I1-M1) em 2021 até 2025.	
		Coeficiente de efetividade de atendimentos fisioterápicos individuais	Manter o coeficiente aferido pelo banco de dados (Q2-I1-M1) em 2021 até 2025.	
		Coeficiente de efetividade de ações voltadas para redução de consumo de tabaco, álcool e substâncias de abuso	Manter o coeficiente aferido pelo banco de dados (Q2-I1-M1) em 2021 até 2025.	
Qualidade De Vida Na Universidade	Promover a Integração ao ambiente universitário.	Número de ações de acolhimento e apoio pedagógico realizadas anualmente pela reitoria e seus órgãos	Mínimo de 4 eventos de acolhimento e apoio pedagógico por ano.	(p.58)
		Número de ações de acolhimento e apoio pedagógico realizadas anualmente por cada coordenação de curso.	Mínimo de 2 eventos de acolhimento e apoio pedagógico por ano.	
		Número anual de eventos de integração organizacional para servidores	Manutenção de 4 eventos de integração organizacional por ano	

	Estimular o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas para um envelhecimento saudável.	Levantamento das lacunas de atenção direcionada para a promoção de um envelhecimento saudável finalizado.	Relatório das lacunas de atenção direcionada para a promoção de um envelhecimento saudável até 2021.	(p.58)
		Número absoluto de iniciativas direcionadas para a promoção de um envelhecimento saudável/ano	Desenvolver ao menos 1 ação por ano para atendimento às lacunas observadas em Q4-I1-M1	
	Estimular o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas para equidade de gênero, sexualidade e raça.	Número absoluto de iniciativas direcionadas para a promoção de equidade de gênero, sexualidade e raça na comunidade acadêmica	Desenvolver pelo menos 6 ações por ano voltadas para a promoção de equidade.	(p.58 e 59)
		Distribuição de gênero na ocupação de cargos de Chefia por nomeação	Alcançar, em 5 anos, no mínimo 45% de cargos de FG1 e CDs, de livre nomeação, ocupados por cada gênero	
	Promover ações voltadas à prevenção, à saúde e segurança do trabalho	Número de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho.	Ampliação em 20% as ações de inspeções aos ambientes de trabalho em 5 anos.	(p.59)
		Fichas de Controle de EPIs adotadas por Unidade Acadêmica/Administrativa.	Adoção da Ficha de controle de EPIs em 100% das unidades em 5 anos.	
		Número de ações de capacitação e treinamentos voltados à segurança do trabalho;	Desenvolver 3 ações de capacitação e qualificação em segurança do trabalho por ano.	
		Número de Manuais e ou Procedimentos de Boas Práticas de Laboratórios implementados	Elaboração de 5 manuais/procedimentos de segurança nas atividades laboratoriais que envolvem exposição a riscos / ano.	
		Mapa de Riscos elaborados e fixados.	Elaboração de Mapas de riscos em 2 unidades acadêmicas/administrativas, a cada ano.	
		Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) implementados por Unidade Acadêmica.	Adoção PGR em 2 unidades acadêmicas/administrativas, a cada ano.	(p.60)
		Avaliação pericial com fins de insalubridade em todos os ambientes de trabalho da UNIFAL-MG	Elaboração de avaliação pericial com fins de insalubridade para todos os servidores e/ou ambientes de trabalho da UNIFAL-MG	
Gestão, Inovação e Internacionalização	Fomentar Ações de Empreendedorismo e Inovação.	Número de ações de empreendedorismo focadas na capacitação e estímulo com empresas juniores.	Realizar anualmente pelo menos 2 ações com empresas juniores	(p.74)

		Número de Registros.	Aumentar, em pelo menos 2, o número de registros de Patentes ao ano.	
		Parceria com instituições públicas/privadas.	Aumentar, em pelo menos 2, o número de registros de Computador ao ano.	
		Volume de recursos captados externos.	Aumentar, em pelo menos 5% ao ano, o volume de recursos captados externos.	
		Número de ações para conscientização, sensibilização e capacitação sobre Propriedade Intelectual e empreendedorismo.	Realizar ao menos uma ação semestral em cada *campi*.	(p.75)
		Número de empresas incubadas.	Aumentar, em 1, o número de empresas incubadas ao ano.	
Sustentabilidade	Promover, sensibilizar e conscientizar sobre os benefícios e a importância da Sustentabilidade (ambiental, financeira e social) no meio acadêmico	Número de ações anuais com temas sustentáveis	No mínimo 10 ações no primeiro ano (2021) com acréscimo de 20% ao ano até 2025	(p.78)
		Horas de palestras / treinamentos por funcionário / colaborador terceirizado em temáticas ambientais e sustentáveis	No mínimo 6 horas de palestra / treinamento por funcionário / colaborador terceirizado ao ano	
		Porcentagem de discentes que participaram das ações de sustentabilidade executadas no ano	No mínimo 10% dos discentes com participação nas ações desenvolvidas	
		Número de disciplinas oferecidas e relacionadas a sustentabilidade	No mínimo uma disciplina obrigatória por curso de graduação (grade do curso)	
		Quantidade de publicações anuais relacionadas à sustentabilidade	No mínimo 33 publicações anuais	
		Horas de capacitações anuais oferecidas aos servidores voltadas para sustentabilidade	No mínimo 60 horas de capacitação / servidor ao ano.	
		Porcentagem de servidores que participaram das capacitações ofertadas em temática sustentabilidade	No mínimo 10% dos servidores com participação nas ações desenvolvidas anualmente	
	Promover a saúde, o bem-estar e a segurança dentro dos *campi* da universidade.	Número de ocorrências relatadas anualmente relacionadas com a falta de segurança no Campus por membros da comunidade universitária	Diminuir o número de ocorrências de roubos e furtos, em pelo menos 30%.	(p.79)
			Implantar o sistema monitorado de vigilância nos três *campi* e Unidade Santa Clara.	

Promover a sensibilização / conscientização e diminuição efetiva do consumo de materiais e recursos de impacto significativo ao meio ambiente.	Quantidade de papel comprado anualmente	Reduzir o consumo de resmas de papel branco em 50% em relação ao ano-base 2019, até 2025	(p.79)
	Porcentagem do papel comprado anualmente de origem reciclável	Para o consumo remanescente de papel, aumentar a participação de papel reciclado para 50% do total de papel consumido, até 2025	
	Energia consumida (kWh) relativamente à quantidade de membros da comunidade acadêmica e área física.	Reduzir o consumo de energia elétrica 2% ao ano, pelo prazo do PDI	
	Volume (m^3) total de água consumida anualmente relativamente à quantidade de membros da comunidade acadêmica e área física	Reduzir o consumo de água per capita da rede pública de abastecimento em 25% até 2025, considerando também a área construída.	
	Porcentagem de água consumida que é proveniente de reutilização, por exemplo, de águas das chuvas e/ou destiladores	Aumentar a participação de água de fontes próprias (coleta de água da chuva, reuso de água de destiladores e aparelhos de ar-condicionado e reuso de água cinza) para 20% do total consumido até 2025.	(p.80)
	Porcentagem de vasos sanitários equipados com descarga de 2 volumes	Atingir 80% até 2025	
	Número de ações para conscientização /sensibilização sobre o uso responsável de recursos e materiais de impacto ambiental.	No mínimo 3 campanhas ao ano, voltadas para toda a comunidade acadêmica	
	Contratos atrelados a posicionamentos ambientais de produtos e fornecedores	Implantar / adicionar critérios de contratações sustentáveis de bens e serviços na UNIFAL-MG para 60% dos produtos e serviços que permitam a adoção destes critérios, até 2025	
Promover a sensibilização / conscientização e destinação adequada para resíduos líquidos e sólidos produzidos na UNIFAL-MG.	Porcentagem de resíduos orgânicos produzidos anualmente que são encaminhados para compostagem	1- Reduzir a quantidade de resíduos sólidos orgânicos destinados ao sistema público de coleta no mínimo em 50% até 2025 2- Tratar, por meio de compostagem pelo menos 50% dos resíduos sólidos orgânicos gerados em cada *campi* até 2025	(p.81)
	Tratamento / separação de resíduos	1-Até 2025, atingir 100% de destinação correta de resíduos sólidos	

			2- Promover no mínimo uma ação durante o período de vigência do PDI referente a tratamento de resíduos líquidos.	
	Ampliar a infraestrutura e a acessibilidade aos prédios da UNIFAL-MG	Adequar os espaços de atendimento as normas da Vigilância Sanitária	Manter todos os espaços de atendimento externo que são necessários, de acordo com às normas de Vigilância Sanitária, no período do PDI.	(p.85)

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG PDI (2020).

Como pode ser observado no Quadro 97, há várias ações estratégias ligadas a educação para sustentabilidade em cada eixo na UNIFAL-MG. Os indicadores apresentados são traduzidos em valores intrínsecos, como inovação, inclusão social e participação democrática.

Conforme os objetivos mapeados, foram gerados valores públicos. Destaca-se os valores públicos ligados a sustentabilidade, conforme estão descritos no Quadro 98.

Quadro 98: Valores públicos dos objetivos mapeados dos eixos temáticos da UNIFAL-MG

EIXO	**DESCRIÇÃO DO VALOR PÚBLICO**	
Ensino	A ampliação da qualidade e das oportunidades de acesso ao conhecimento científico permite alcançar um maior número de cidadãos, proporcionando a melhoria das condições de vida das pessoas por meio de sua inserção no mercado de trabalho e pelo desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, resultando na socialização do capital intelectual adquirido na Universidade e agregando valor público	(p.87)
Pesquisa	A ampliação do envolvimento em pesquisas científicas e tecnológicas consequentemente aumentam o desenvolvimento de soluções para os problemas públicos, proporcionando uma melhoria das condições de vida das pessoas por meio de novos produtos e serviços - criados, desenvolvidos e registrados (patentes) - a serem oferecidos aos cidadãos nas mais diversas áreas, entre elas saúde e educação	(p.87)
Extensão	A Universidade pública tem como premissa dialogar com a sociedade sobre aquilo que é realizado dentro do âmbito acadêmico, não só compartilhando os resultados de seus esforços e habilidades por meio das ações e serviços ofertados, como também captando as necessidades da sociedade para que essa relação possa se fortalecer cada vez mais e gerar bons impactos. A extensão é o meio mais explícito de interação entre a Universidade e o cidadão, por isso, a entrega de valor público é bastante clara nas atividades extramuros.	(p.87)
Qualidade de Vida na Universidade	A atuação da Universidade pública na promoção de atividades que visem uma maior qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica coopera, também, com a população de forma geral em razão do uso da prevenção, uma prática ainda pouco utilizada que permite não somente a redução do fluxo de tratamentos no próprio sistema público de saúde, mas também na ampliação da consciência sobre a importância da qualidade de vida que é um processo multiplicador.	(p.88)
Gestão, Inovação e Internacionalização	A transparência, a acessibilidade e a segurança da informação são poderosas ferramentas de entrega de valor público uma vez que o destinatário do serviço público é, além da comunidade acadêmica, a própria sociedade. Ao ampliar a participação, por meio da avaliação institucional, ocorre a	(p.88)

	retroalimentação (feedback) da prestação de serviços com vistas à melhorá-los.	
Sustentabilidade	1- A promoção da sustentabilidade ambiental, financeira e social está alinhada ao compromisso público com o cidadão e com o meio ambiente, dada a responsabilidade de otimização dos recursos financeiros e ambientais - ambos escassos - em prol da sociedade, por meio de uma instituição acessível, que propicie segurança e bem-estar, que respeite a diversidade, os direitos, o meio ambiente e promova a cidadania 2- A prestação de serviços públicos pela universidade não só amplia a captação de recursos próprios como também impacta a sociedade com a oportunidade de desfrutar desses serviços, entregando valor público.	(p.89)

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG PDI (2020).

Levando em consideração os valores públicos descrito no Quadro 98, estes deves ser direcionadores das IES na prestação de serviços, dado que trazem para o centro das ações governamentais a procura por soluções mais alinhadas às expectativas dos cidadãos.

No capítulo 3 do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), seção 3.3, foi evidenciado o perfil do egresso, conforme exposto a seguir.

> a) espírito crítico, reflexivo, criativo, ético e científico;
> b) habilidade para a inserção nos diversos setores profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade;
> c) comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável;
> d) adoção de perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática;
> e) aptidão para desenvolver trabalho em equipe e;
> f) propósito permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional (UNIFAL-MG PDI, 2020, p.92)

Esse perfil de egresso foi pensado com vista a desenvolver a ciência, a cultura e a tecnologia, buscando o entendimento do ser humano no ambiente em que está inserido.

Na seção 3.5 foram apresentados os aspectos das políticas institucionais relacionadas ao desenvolvimento pedagógico (UNIFAL-MG PDI, 2020). Na subseção 3.5.1 demonstrou-se os aspectos das políticas de ensino, sendo evidenciado que a caracterização da condição humana é sua consciência ética, em que o indivíduo é capaz de discernir as escolhas entre o mal e o bem, e é capaz de ser criativo e explorador de soluções aos problemas que o meio lhe impõe. Nessa perspectiva, o ensino precisa ser o *locus* do desenvolvimento do conhecimento, em que o discente atue como protagonista da sua aprendizagem. Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico da instituição, prioriza a formação de profissionais científica, cultural e tecnologicamente competentes, com

habilidade para interpretar e responder às demandas do meio social (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Na seção 3.5.2 foi mostrado os aspectos das políticas de extensão, sendo ressaltado que a extensão deve ser direcionada pela interdisciplinaridade e pela indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, avaliadas pelo impacto na formação do aluno e nas ações de transformação social (UNIFAL-MG PDI, 2020). Levando em conta os conceitos de sustentabilidade, foi evidenciado que no âmbito acadêmico, a instituição busca:

> d) priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e redistribuição da renda) relacionadas com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e o mundo do trabalho;
> f) estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
> i) reafirmar o compromisso com as ações que promovam a inclusão social e o respeito às diversidades das pessoas em sociedade (políticas de questões: étnico-racial; acessibilidade; contra violação aos direitos de gêneros; diversidade religiosa; povos tradicionais de matriz africana; população em privação de liberdade; dentre outros) (UNIFAL-MG PDI, 2020, p.98).

No capítulo 8 foi abordado os aspectos das políticas de atendimento aos discentes, sendo evidenciado que a assistência prioritária, os direitos humanos, a promoção de saúde, o apoio psicopedagógico, os canais de atendimento e a avaliação da instituição resumem essas políticas (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Na seção 8.1 foi apresentada uma contextualização da formação sócio-histórica brasileira, a qual está baseada nas desigualdades sociais, na produção de riqueza coletiva e na apropriação privada, sendo assim deve ser assegurado a assistência estudantil como parte do direito à educação, sendo citada a Constituição Federal de 1988 institui à educação como direito de todos e dever do Estado, ressaltando a igualdade de acesso e permanência. Cita também que a Política de Educação - Lei de Diretrizes e Bases, n.º 9.394/1996 orienta o sistema da educação, evidenciando o dever do Estado com educação escolar pública e outras legislações (UNIFAL-MG PDI, 2020).

A seção foi finalizada apontando que para que a educação seja pública, inclusiva, gratuita e respeite a pluralidade de ideias, é necessário defender o Estado Democrático de Direito (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Na seção 8.2 foram tratados os aspectos dos Direitos Humanos e Inclusão na instituição, sendo evidenciado que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

(PRACE) é quem promove as políticas inclusivas da universidade, colaborando com a diversidade e inclusão na sociedade em que está inserida (UNIFAL-MG PDI, 2020).

O Departamento de Direitos Humanos e Inclusão (DDHI) oferece atendimento especializado a comunidade acadêmica com deficiência, produção de material, planos individuais de ensino, estudos de acessibilidade, tradução Português-LIBRAS-Português e oferece formação continuada sobre o tema para docentes e outros profissionais das comunidades interna e externa (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Desde 2019, a UNIFAL-MG vem aumentando as discussões sobre questões de gênero, étnico-raciais e de sexualidade. A instituição tem políticas específicas para mulheres, negros e indígenas e comunidade LGBT+, através da promoção ou participação em eventos sobre os temas (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Na seção 8.3 tratou da assistência prioritária, evidenciando que a PRACE possui um programa de assistência aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, visando aprimorar as condições de permanência desses alunos. O programa proporciona auxílio alimentação por meio dos restaurantes universitários, de bolsas para permanência, auxílios para participar de trabalhos de campo e eventos, auxílio para os discentes que são mães e pais e oferece a cessão de equipamentos (UNIFAL-MG PDI, 2020).

A seção 8.4 abordou sobre o apoio psicopedagógico que a instituição oferece aos alunos que tenham sofrimento psíquico ou que tenham outras dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. É oferecido apoio psicológico, que não tem caráter de atendimento clínico e apoio pedagógico, com grupos de acolhimento e oficinas sobre processos de ensino-aprendizagem (UNIFAL-MG PDI, 2020).

A seção 8.5 tratou dos aspectos da promoção da saúde e prevenção de males físicos e mentais, sendo evidenciado que a instituição promove projetos, campanhas e ações de esporte, cultura, nutrição, integração e prevenção de morbidades, através do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico (PROGRIDA) (UNIFAL-MG PDI, 2020).

No capítulo 9 foi apresentada a infraestrutura da UNIFAL-MG. A seção 9.1 apresentou os aspectos relacionados as bibliotecas, sendo evidenciado que estas para contribuir com a inclusão digital, emprestam notebooks do Programa de Empréstimo de Computador Portátil da PRACE, buscando atender uma parcela dos alunos que ainda não tem este equipamento para estudar e pesquisar. Também é disponibilizado acesso ao Portal de Periódicos CAPES e a outros recursos digitais para contribuir com a inclusão digital (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Na seção 9.3 foram abordados os aspectos da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Na subseção 9.3.5 foi descrito os assuntos relativos à rede elétrica, sendo evidenciado que nas questões de consumo inteligente, a sustentabilidade é essencial. A instituição tem vários projetos para alcançar uma eficiência energética, que está diretamente ligada ao conceito de sustentabilidade, como a substituição de ares-condicionados obsoletos por novos com tecnologia *inverter*, a utilização de lâmpadas de LED, a instalação de projetos de energia solar fotovoltaica, aquisições de equipamentos de consumo mais efetivos, entre outras ações (UNIFAL-MG PDI, 2020).

No capítulo 10 foram demonstrados os aspectos da avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. A seção 10.2 tratou da autoavaliação institucional que é baseada nos objetivos estabelecidos no Plano Anual de Avaliação, desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A autoavaliação também é feita com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e nas perspectivas de uma avaliação formativa, a citar:

> a) produzir conhecimento;
> b) questionar os sentidos das atividades e finalidades da Instituição;
> c) identificar as causas de problemas e deficiências;
> d) aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos docentes e funcionários;
> e) fortalecer as relações de cooperação entre os atores institucionais;
> f) julgar a relevância científica e social das atividades e produtos da Instituição;
> g) prestar contas à sociedade e;
> h) efetivar a vinculação da Instituição com a comunidade (UNIFAL-MG PDI, 2020, p.177).

A autoavaliação visa a qualidade da educação superior e o aumento da eficácia institucional, acadêmica e social. É essencial intensificar o compromisso e a responsabilidade social, por meio da valorização promoção dos valores democráticos, da missão pública, do respeito à diversidade, da identidade institucional e da afirmação da autonomia (UNIFAL-MG PDI, 2020).

A CPA estabeleceu os seguintes princípios que são: a autonomia em relação aos demais órgãos da universidade; a transparência dos procedimentos; o respeito à identidade e à diversidade no sistema educacional; a igualdade na participação do corpo acadêmico e; o compromisso com a melhoria da qualidade (UNIFAL-MG PDI, 2020).

Por fim, no capítulo 11 foram evidenciados os aspectos financeiros e orçamentários da UNIFAL-MG. No que se refere as estratégias de gestão orçamentária, foi evidenciado a proposta de melhorar a transparência e possibilitar maior independência

às unidades. Quanto ao sistema de orçamento, propõe a melhoria dos relatórios (UNIFAL-MG PDI, 2020).

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UNIFAL-MG é a de setembro de 2020, estabelecido para 2020-2024. Na introdução, foi evidenciado os desafios globais existentes, como exploração excessiva de recursos naturais, aquecimento global, dependência de combustíveis fósseis, pressão populacional, escassez de alimentos e água, degradação ambiental, segurança energética e Desenvolvimento Sustentável. Considerando esses desafios, a educação de nível superior tem papel fundamental na promoção de soluções (UNIFAL-MG PLS, 2020).

A UNIFAL-MG manifesta a preocupação com os desafios mundiais e com a sustentabilidade através da sua missão e dos seus valores, que são direcionadores básicos a serem cumpridos pela universidade. Para que essa preocupação não seja manifesta somente na sua missão e valores, foi criado o PLS (UNIFAL-MG PLS, 2020).

O documento evidencia que tem como objetivo elencar ações, indicadores e metas relativos ao Desenvolvimento Sustentável da instituição. E os objetivos específicos, são:

> ● Estimular uma vida saudável e promover o bem-estar a toda comunidade acadêmica da UNIFAL-MG, incluindo docentes, discentes, técnicos administrativos (TAEs) e colaboradores terceirizados;
> ● Otimizar a qualidade do gasto público, eliminando desperdícios;
> ● Identificar e estimular melhores práticas relacionadas com a eficiência na utilização dos recursos naturais nas diversas unidades e setores da UNIFAL-MG;
> ● Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
> ● Estimular a adoção da prática dos 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) na Universidade: reduzindo o consumo, o desperdício e a produção de resíduos; repensando as práticas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, incorporando os valores da sustentabilidade; promovendo o reaproveitamento e correta destinação para coleta seletiva e reciclagem de resíduos e recusando produtos e serviços impactantes para o meio ambiente (UNIFAL-MG PLS, 2020, p.5).

A justificativa da elaboração do PLS é uma resposta da universidade ao desafio mundial do Desenvolvimento Sustentável.

Os objetivos estratégicos, os indicadores e metas do PLS, foram criados com base na Instrução Normativa Nº 10 de 12 de novembro de 2012, no PDI da instituição, na Agenda 2030 da ONU, na Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente - A3P e no *ranking UI-GreenMetric* (UNIFAL-MG PLS, 2020).

Os objetivos foram divididos em oito eixos temáticos, a citar, material de consumo; uso racional dos recursos naturais e bens públicos; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal/ transporte; instalações e infraestrutura e ações contra as mudanças climáticas (UNIFAL-MG PLS, 2020).

O Quadro 99 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas do eixo material de consumo.

Quadro 99: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Material de Consumo

Objetivos estratégicos de sustentabilidade - Tema: material de consumo			
Objetivo	**Metas**	**Indicadores**	**Operacionalização**
Reduzir o consumo de papel.	Reduzir o consumo de resmas de papel branco em 50% em relação ao ano-base 2019, até 2024.	Quantidade anual de papel adquirido pela UNIFAL-MG.	Média de consumo de papel. Quanto menor, melhor.
Privilegiar o consumo de papel reciclado em detrimento do papel comum.	Para o consumo remanescente de papel. aumentar a participação de papel reciclado para 50% do total de papel consumido, até 2024.	Quantidade anual de papel reciclado adquirido pela UN1FAL-MG/total de papel adquirido.	Média de consumo de papel reciclado. Quanto maior, melhor.
Reduzir o consumo de copos descartáveis.	Reduzir 95% o consumo de copos de 200 ml e 50 ml em relação ao ano-base 2019, até 2024.	Quantidade anual de copos de 200 ml e 50 ml adquiridos pela UNIFAL-MG. Para isto iremos verificar quais setores ainda utilizam esse material.	Média de consumo de copos de 200 ml e 50 ml. Quanto menor o consumo, melhor o resultado.
Privilegiar o consumo de copos compostáveis/ biodegradáveis.	Para o consumo remanescente de copos descartáveis, aumentar a participação de copos compostáveis ou biodegradáveis para 50% do total de copos consumidos até 2024.	Quantidade anual de copos compostáveis ou biodegradáveis adquiridos pela UNIFAL-MG/total anual de copos adquiridos pela UNIFAL-MG.	Média de consumo de copos compostáveis/biodegradáveis em relação ao consumo total de copos descartáveis. Quanto maior o percentual de consumo de copos compostáveis em relação ao consumo total de copos descartáveis, melhor o resultado.
Reduzir o consumo de cartuchos e toners de impressão.	Reduzir em 30% a compra de cartuchos e toners de impressão em relação ao ano-base 2019 até 2024.	Quantidade anual de cartuchos e toners de impressão adquiridos pela UNIFAL- MG.	Média de consumo de cartuchos e toners. Quanto menor, melhor o resultado.
Reduzir o consumo de sacos de lixo.	Reduzir em 30% o consumo de sacos de lixo em relação ao ano-base 2019, até 2024.	Quantidade anual de sacos de lixos adquiridos.	Média de consumo de sacos de lixo. Quanto menor, melhor o resultado. Obs.: esta ação decorre de ações para redução de volume de lixo, e também de melhor aproveitamento dos sacos

Troca de produtos de limpeza convencionais por produtos orgânicos ou naturais.	Troca de 80% dos produtos de limpeza convencionais por alternativas orgânicas ou naturais até 2024.	Porcentagem de produtos de limpeza orgânicos ou naturais em relação ao total de produtos de limpeza adquiridos.	Quanto maior a porcentagem, melhor o resultado.
Reduzir o consumo de produtos de limpeza.	Reduzir em 30% o consumo de materiais de limpeza em relação ao ano-base 2019, até 2024.	Quantidade anual de produtos de limpeza adquiridos.	Média de consumo de produtos de limpeza. Quanto menor, melhor o resultado.
Reduzir a compra de reagentes de laboratório.	Reduzir em 20% até 2024, a compra de reagentes de laboratório em relação ao ano-base 2019.	Quantidade de reagentes.	Quanto menor, melhor o resultado.
Reduzir o desperdício de alimentos nos restaurantes da UNIFAL-MG.	Reduzir no mínimo 30% do desperdício de alimentos nos restaurantes da UNIFAL-MG até 2024. considerando as etapas: preparo, planejamento (sobras nas cubas) e consumo (sobras nos pratos).	Quantidade de alimentos desperdiçados (kg)/número de usuários dos restaurantes da UN1FAL-MG.	Obter junto ao setor responsável uma estimativa em toneladas de alimentos desperdiçados anualmente na universidade e do número de usuários no período. Ter critérios claros do que seriam alimentos desperdiçados.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.12 e 13).

No que se refere ao Eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Energia elétrica/Água/Esgoto), o Quadro 100 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 100: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Energia elétrica/Água/Esgoto)

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Reduzir o consumo de energia elétrica.	Reduzir o consumo de energia elétrica 2% ao ano, pelo prazo do PLS.	Consumo de energia elétrica / considerando área construída e quantidade de usuários nos *campi*.	Dividir o consumo anual de energia elétrica de cada campus pela área construída (m²) e pelo número de usuários (docentes + TAEs + terceirizados + discentes). Quanto menor o (kwh) por m² por usuário, melhor o resultado. Ao final de cada ano emitiremos um relatório com parecer.
Aumentar a participação de energia elétrica de fonte solar ou outra fonte de produção própria renovável no total de energia elétrica consumida.	Aumentar em 15% a participação de energia elétrica de fonte solar ou outra fonte de produção própria renovável, no total de energia elétrica consumida até 2024.	Relação entre o total do consumo de energia elétrica representado por fonte solar ou outra fonte de produção própria, sobre a quantidade total consumida de energia elétrica não	Quanto maior a proporção, melhor o resultado.

		solar ou fonte própria.	
Reduzir o consumo de água de rede pública de abastecimento, incluindo usos diversos dos usuários e nos serviços de limpeza.	Reduzir o consumo de água de rede pública de abastecimento em no mínimo 30% até 2024, considerando o per capita da comunidade acadêmica e também a área consumida.	Consumo de água per capita por m² de área construída nos *campi*.	Dividir o consumo anual de água de cada campus pelo número de usuários (docentes + TAEs + terceirizados + discentes) e pela área total em m².
Aumentar reaproveitamento de água.	Aumentar a participação de água de fontes próprias (coleta de água de chuva, reuso de água de destiladores e aparelhos de ar-condicionado e reuso de água cinza) para 10% do total consumido.	Volume de água de fontes próprias/total de água consumida.	Calcular percentual de volume de água de fontes próprias / total de água consumida.
Eliminar o lançamento de produtos químicos contaminantes biológicos na rede de esgoto pelos laboratórios da UNIFAL- MG.	Zerar até 2024 o lançamento pelos laboratórios da UNIFAL-MG de produtos químicos / contaminantes biológicos na rede de esgoto.	Quantidade de produtos químicos lançados na rede de esgoto pelos laboratórios.	Entrevistas com os docentes responsáveis por cada laboratório e com os TAEs e terceirizados para verificar os lançamentos e aderência / comprometimento de cada setor.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.14 e 15).

No que tange ao Eixo temático: Coleta seletiva, o Quadro 101 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 101: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: coleta seletiva

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Reduzir a quantidade de resíduos sólidos orgânicos destinados ao sistema público de coleta ou a particulares, gerados por empresas de serviço de alimentação dentro dos *campi*.	Reduzir a quantidade de resíduos sólidos orgânicos destinados ao sistema público de coleta no mínimo em 50%; Eliminar a destinação dos resíduos orgânicos para fins de alimentação animal por parte de particulares; Tratar, por meio de compostagem pelo menos 50% dos resíduos sólidos orgânicos gerados em cada *campi*.	Peso dos resíduos destinados à compostagem, devidamente triados pela empresa prestadora de serviços em relação ao peso total de resíduos orgânicos gerados.	Inclusão da gestão sustentável dos resíduos sólidos orgânicos no contrato de prestação de serviço com as empresas alimentícias localizadas nos *campi*. Projetos de extensão.

Implantação/ ampliação e coleta seletiva	Sistema de coleta seletiva implantado/ampliado em todos os *campi*; Operação do sistema operacional sem registros de não-conformidades até 2024; Aumento de 10% ao ano da quantidade de resíduos inorgânicos produzidos nos *campi* da UNIFAL encaminhados para o sistema de coleta seletiva.	Quantidade de *campi* com sistemas implantados; Quantidade de reclamações de não conformidades por parte dos parceiros; Quantidade de resíduos lançados inadequadamente; Peso dos resíduos inorgânicos anuais da UNIFAL destinados ao sistema de coleta seletiva.	Registro das implantações dos sistemas; Registro das reclamações por parte dos parceiros; Verificações aleatórias nos coletores e nos bags para identificação da quantidade de resíduos inadequados, seguindo metodologia padronizada; Peso realizado na retirada pelos parceiros ou informado por estes. Seria interessante também ter uma medida do peso total de resíduos na UNIFAL antes e depois da medida para verificar se houve um impacto sobre o volume total de resíduos.
Implantação e ampliação do sistema de coleta adequada de pilhas e baterias. Aumento na quantidade de pilhas e baterias encaminhadas para destinação correta por ano.	Operação do sistema operacional sem registros de não-conformidades até 2024;	Quantidade de coletores distribuídos; Quantidade de *campi* atendidos; Peso das pilhas e baterias destinadas corretamente.	Emitir relatório e parecer sobre a implantação de coleta adequada de pilhas e baterias. Relatório Controle de Coleta de Pilhas e Baterias usadas.
Implantação e ampliação do sistema de coleta de medicamentos. Aumento na quantidade de medicamentos e embalagens encaminhados à destinação correta por ano.	Distribuição dos coletores de medicamentos nos quatro *campi* em pontos estratégicos. Aumento de 10% ao ano da quantidade de resíduos inorgânicos produzidos nos *campi* da UNIFAL encaminhados à destinação correta por ano até 2024.	Quantidade de coletores distribuídos. Quantidade de *campi* atendidos; Peso dos medicamentos e embalagens encaminhados à destinação correta. .	Emitir relatório e parecer sobre a abrangência da campanha. Peso informado pela empresa que fará a destinação correta final.
Aumento no descarte ambientalmente adequado de embalagens de produtos de limpeza e materiais de limpeza inservíveis com preferência para reciclagem.	Até 2024 atingir 100% de descarte ambientalmente adequado de embalagens de produtos de limpeza e materiais de limpeza inservíveis, com preferência para reciclagem.	Quantidade de produtos e materiais de limpezas reciclados.	Percentual de produtos e materiais de limpeza reciclados pelo total adquirido no ano.

Destinação correta dos bens móveis considerados inservíveis pela administração.	Destinação correta de 100% dos bens móveis inservíveis até 2024.	Quantificação e qualificação de bens inservíveis anualmente pelo setor de Patrimônio.	Percentual de destinação correta dos bens inservíveis pelo total.
Aumento no descarte ambientalmente adequado de pneus, baterias e outras peças veiculares.	Descarte ambientalmente adequado de 100% de pneus, baterias e outras peças de veículos até 2024.	Quantidade de pneus, baterias e outras peças de veículos descartados de forma ambientalmente adequada.	Informação a ser fornecida pelo setor de transportes.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.16 e 17).

Em relação ao Eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho, o Quadro 102 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 102: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG –Tema: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Reduzir a quantidade de afastamentos por acidentes de trabalho e lesões de esforço repetitivo.	Reduzir a quantidade de afastamentos por acidentes de trabalho e lesões de esforço repetitivo em 10% ao ano até 2024.	Número de afastamentos causados por acidentes de trabalho e lesões de esforço repetitivo.	Percentual de afastamentos por acidentes de trabalho ou lesões por esforço repetitivo. Quanto menor o resultado, melhor o desempenho.
Reduzir a quantidade de afastamentos por doenças mentais entre os docentes, técnicos, terceirizados e alunos.	Reduzir a quantidade de afastamentos por doenças mentais entre os docentes, técnicos, terceirizados e alunos em 10% até 2024. Obs: no CIAST conseguimos controle dos servidores. visto que tem registros de atestados *e p*erícias dos mesmos.	Número de afastamentos por doenças mentais.	Percentual de afastamentos por doenças mentais. Quanto menor o resultado, melhor o desempenho.
Aumentar a quantidade de servidores atendidos por campanhas e ações sobre qualidade de vida e promoção à saúde do servidor.	Atingir no mínimo 30% dos servidores pelas campanhas sobre qualidade de vida e promoção à saúde do servidor até 2024.	Quantidade de campanhas implementadas. Quantidade de servidores participantes das campanhas.	Percentual de servidores participantes de eventos. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho.
Aumentar a quantidade de servidores que cessaram de fumar.	Cessação do tabagismo em 20% dos fumantes da comunidade acadêmica da UNIFAL-MG até 2024.	Percentual de servidores fumantes.	Percentual de ex-fumantes que cessaram o tabagismo a partir de participação em campanhas da UNIFAL-MG. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho.

Aumentar a quantidade de servidores que participam de atividades fisioterápicas relativas à ergonomia e qualidade de vida no trabalho (por exemplo, ginástica laboral, etc).	Participação de 30% dos servidores nas ações até 2024.	Quantidade de servidores participando das atividades fisioterápicas do programa de Qualidade de Vida.	Percentual de servidores participantes. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho. Relatórios dos docentes responsáveis pelos programas de extensão.
Aumentar o nível de proteção e prevenção de doenças infectocontagiosas nos servidores	Orientar sobre a regularização do cartão de vacinação de 50% dos servidores até 2024. Vacinar contra a gripe H1N1 50% dos servidores até 2024.	Percentual de cartões de vacinação regularizados. Quantidade de servidores vacinados.	Percentual de cartões regularizados. Percentual de servidores vacinados. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho para ambos.
Aumento no controle dos servidores hipertensos e diabéticos.	Acompanhamento e orientação de 40% de diabéticos e hipertensos até 2024.	Quantidade de servidores detectados com hipertensão. Quantidade de servidores detectados com diabetes.	Proporção entre o número de servidores com hipertensão identificados com relação ao número total de servidores. Proporção entre o número de servidores com diabetes identificados com relação ao número total de servidores.
Aumento da adesão de servidores ao programa de saúde bucal.	Adesão de 35% de servidores participando do programa até 2024.	Quantidade de servidores participando do programa.	Percentual de servidores participantes pelo número total de servidores. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho.
Aumentar a quantidade de servidores participantes de ações voltadas para qualidade de vida (p. e*x* programas de exercícios, pilates, artes marciais, danças, etc).	Obter a participação de 30% dos servidores em ações de qualidade de vida por ano até 2024.	Número de servidores participantes de ações diversas voltadas para a qualidade de vida.	Percentual de servidores participantes em relação ao total de servidores. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.18 e 19).

No que concerne ao Eixo temático: Compras e Contratações Sustentáveis, o Quadro 103 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 103: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Compras e Contratações Sustentáveis

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Implantação de elementos de eficientização para os recursos de água e energia elétrica nas novas obras dos *campi*.	100% das novas construções deverão contemplar equipamentos de iluminação com eficiência energética, bem como de consumo racional de água e esgoto na edificação.	Quantidade de edificações construídas com os elementos de iluminação e consumo de água e esgoto eficientes.	Quantitativo será solicitado. Coordenadoria de Projetos e Obras.

Aumento na quantidade de bens e serviços que incorporem critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios de aquisição / contratação.	Implantar / adicionar critérios de contratações sustentáveis de bens e serviços na UNIFAL-MG para 60% dos produtos e serviços que permitam a adoção destes critérios até 2024.	Quantidade de produtos e serviços que incorporaram critérios sustentáveis em sua contratação.	Solicitação de informações junto ao setor de compras.
Redução nos custos das contas de telefonia fixa e móvel.	Redução de 5% ao ano até 2024 dos custos totais com telefonia da UNIFAL-MG.	Valor anual gasto com telefonia fixa e móvel pela UNIFAL-MG.	Percentual de economia anual no custo total com telefonia pela Instituição.
Aumento do orçamento anual destinado à sustentabilidade.	Ampliar pelo menos 10%, até 2024 o orçamento anual da universidade para Sustentabilidade.	Valor do orçamento anual da universidade para esforços relacionados a sustentabilidade.	Percentual de aumento anual no orçamento da universidade para Sustentabilidade.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.20).

Quanto ao Eixo temático: Deslocamento de Pessoal/Transporte, o Quadro 104 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 104: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Deslocamento de Pessoal/Transporte

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Diminuição na quantidade de deslocamentos de pessoal entre os *campi* da UNIFAL-MG.	Diminuir o deslocamento de servidores entre os *campi* em 10% ao ano até 2024, estimulando, por exemplo, a utilização de tecnologias como vídeo e web conferências.	Número de deslocamentos de servidores entre os *campi*.	Percentual da diminuição anual na quantidade de deslocamento de servidores entre os *campi*.
Reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) devido ao transporte.	Reduzirem 20% a emissão de GEE até 2024. considerando o consumo de combustíveis dos veículos da frota oficial ou fretados.	Fórmula que incorpore a quantidade de litros de cada tipo de combustível gasto por ano *e* sua emissão de GEE em termos de carbono- equivalente.	A partir do relatório anual do setor de Transportes.
Aumentar a quantidade de usuários dos *campi* que se desloquem a pé, com veículos não motorizados ou veículos compartilhados (vans, ônibus) até 2024.	Aumentar em 20% a quantidade de usuários dos *campi* que se desloquem a pé, com veículos não motorizados ou veículos compartilhados (vans, ônibus) até 2024.	Quantidade de usuários dos *campi* que se desloquem a pé com veículos não motorizados ou veículos compartilhados (vans, ônibus).	Entrevistas por amostragem.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.21).

No que se refere ao Eixo temático: Instalações e Infraestrutura, o Quadro 105 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 105: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Tema: Instalações e Infraestrutura

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Reflorestar as áreas verdes e de preservação ambiental dos *campi*.	Manter e adicionar espécies às áreas verdes e de preservação ambiental dos *campi* (Varginha, Unidade Santa Clara e Poços de Caldas) em no mínimo 10% até 2024.	Área total (m²) no campus coberta por vegetação de floresta (%).	Percentual de área dos *campi* coberta por floresta.
Aumentar a proporção de área de prédios eficientes em relação à área total de prédios na UNIFAL.	Ampliar em 10% até 2024 a porcentagem da área total de térreos de prédios eficientes com relação à área total de todos os prédios.	Porcentagem da área térrea total de prédios eficientes com relação a área total de todos térreos (áreas com prédios eficientes e não eficientes).	(m² de prédio eficiente térreo / m² térreos totais) * 100.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.22).

No que tange ao Eixo temático: Ações Contra as Mudanças Climáticas, o Quadro 106 apresenta os objetivos estratégicos, os indicadores e metas desse eixo.

Quadro 106: Objetivos estratégicos de sustentabilidade da UNIFAL-MG – Ações Contra as Mudanças Climáticas

Objetivo	Metas	Indicadores	Operacionalização
Aumentar o uso de equipamentos com consumo eficiente de energia.	Ampliar pelo menos 20%, até 2024, o uso de equipamentos com consumo eficiente de energia, estimulando substituições de equipamentos defasados.	Porcentagem de equipamentos com consumo eficiente de energia em relação ao total de equipamentos existentes.	Percentual de equipamentos com eficiência energética em relação ao total de equipamentos existentes.
Reduzir a emissão total de carbono.	Reduzir ao menos 5% até 2024 a emissão total anual de carbono nos *campi*.	A proporção entre emissão total de carbono (CO2) nos últimos 12 meses dividida pela população do campus.	Cálculo da emissão total de Co2 nos últimos 12 meses / população do campus. Resultado em toneladas por pessoa.

Fonte: UNIFAL-MG PLS (2020, p.23).

Como pode ser observado nos Quadros 99 a 106, a UNIFAL-MG possui várias ações estratégicas para contribuir com o Desenvolvimento Sustentável, demonstrando que está comprometida com os desafios mundiais da sustentabilidade.

Por fim, o PLS evidenciou que o plano de ações é uma atividade coletiva da comunidade universitária, o que norteia a consolidação de política públicas.

- Relatório de Sustentabilidade

A versão do relatório de sustentabilidade da UNIFAL-MG é a de 2022, sendo evidenciado no documento que a instituição desenvolve suas políticas de sustentabilidade socioambiental através das atividades da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade, que é coordenada pela Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, interligada à Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e é desenvolvida por iniciativas das Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e órgãos suplementares e de apoio (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

As ações de sustentabilidade são executadas no âmbito do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2022, as iniciativas de sustentabilidade resultaram no âmbito do ensino 53 disciplinas, no âmbito da pesquisa 79 publicações e no âmbito da extensão 88 ações (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

Além dessas iniciativas, a universidade, após a adesão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 2021, recebeu em 2022 o Selo A3P dado às instituições públicas pela comprovação de adoção de práticas administrativas sustentáveis. Portanto a instituição não apenas aderiu, como também cumpriu com os compromissos acordados (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

No primeiro semestre de 2022, foi implantado o Curso de graduação em Gestão Ambiental e Sustentabilidade à distância. O curso foi o primeiro em formação de nível superior da área a ser oferecido em EaD por uma universidade federal brasileira. Neste semestre também foi feita a implantação efetiva da Coleta Seletiva na instituição (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

Outra significativa ação realizada, foi a compra de filtros de purificação de água por osmose reversa, para economia de água nos processos de destilação e substituição de alguns freezers, equipamentos defasados, promovendo a economia de energia (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

No segundo semestre de 2022, houve a conclusão do curso da primeira turma de especialização lato sensu em Educação para Sustentabilidade, no formato EaD. O curso tem o objetivo de formar cidadãos e profissionais com capacidade para atuar no desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

Em 2022, a instituição teve bons resultados no *Ranking UI Green - Metric*, ocupando a 24ª posição entre as universidades brasileiras, 5ª posição entre as de Minas Gerais. Os indicadores do ranking avaliaram iniciativas em seis eixos, a citar, infraestrutura e ambiente, mudanças climáticas e energia, água, resíduos, transporte,

educação e pesquisa. No *ranking* mundial, a instituição ficou 563° lugar entre as 1050 universidades participantes (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

A UNIFAL-MG possui um evento tradicional que é o Dia da Sustentabilidade que em 2022 foi expandido para a Semana da Sustentabilidade. O evento conta com oficinas, palestras, atividades de plantio de árvores nos *campi* e apresentação da mascote da Sustentabilidade, a Manu, que recebeu esse nome inspirada na Mãe Natureza. A Manu promove sensibilização nos setores administrativos (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

A universidade também tem um Curso de Capacitação para servidores, cujo tema é "A Interdisciplinaridade da Sustentabilidade", possuindo carga horária total de 60 horas. O curso objetiva formar agentes multiplicadores no corpo acadêmico, que promovam a conscientização pela mudança de hábitos, contribuindo com o desenvolvimento sustentável. E em 2022 foram concretizadas as Usinas Fotovoltaicas, que gerarão quantidade considerável de energia elétrica por fonte limpa na UNIFAL-MG (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

O relatório de sustentabilidade apresentou por último os resultados do plano de ações 2022 da sustentabilidade ambiental e acompanhamento do PDI 2021-2025 (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

Em relação ao Eixo Sustentabilidade (ambiental, financeira e social), para alcançar os objetivos do eixo, foram planejadas 32 ações e concluídas 20, o que contribuiu para os avanços na conscientização sobre a importância da sustentabilidade no ambiente acadêmico, sobre a diminuição efetiva do consumo de materiais e recursos de impacto significativo ao meio ambiente e sobre a destinação adequada para resíduos líquidos e sólidos produzidos na universidade (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

No que se refere a meta S1-I2-M1: "Aumento de 20% ao ano na quantidade de resíduos recolhidos e destinados para reciclagem até 2025" não teve avanço, mesmo tendo sido disponibilizadas lixeiras para a coleta seletiva e ecoponto. Quanto a quantificação dos resíduos gerados, ainda não tinha sido realizada, pois foi evidenciado que é um desafio. A meta, a S1-I2-M1: "Horas de palestras / treinamentos por funcionário / colaborador terceirizado em temáticas ambientais e sustentáveis", ficou abaixo do esperado. Esperava-se ofertar seis horas e foram ofertadas duas horas. Entretanto outras seis metas foram alcançadas em 100%, a citar, a S1-I1-M1: "No mínimo 10 ações com temas sustentáveis no primeiro ano (2021) com acréscimo de 20% ao ano até 2025", ocorreram 88 ações sustentáveis; a S3-I3-M1: "Reduzir o consumo de energia elétrica 2%

ao ano, pelo prazo do PDI", houve a redução de 25% do valor de referência (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

De 13 metas para todo o período do PDI, sete metas ainda não tinham apresentado avanços, mas foi ressaltado que estavam sendo planejadas ações para que até 2025 essas metas fossem alcançadas (UNIFAL-MG Relatório de Sustentabilidade, 2022).

- Plano Político Pedagógico

A versão do PPP do curso de Ciências Contábeis da UNIFAL-MG utilizada no presente trabalho é 2018. Inicialmente o documento retomou a visão, missão e valores institucionais (UNIFAL-MG PPP, 2018).

Na justificativa de criação e oferta do curso, foi evidenciado que a criação do curso de Ciências Contábeis da instituição pode propiciar o desenvolvimento econômico local, regional e, até nacional (UNIFAL-MG PPP, 2018).

No Capítulo 3 foram apresentados os objetivos do curso. O objetivo geral é:

> Formar bacharéis em Ciências Contábeis com base teórico-prática, aliada as necessidades da sociedade, para atuar em diversas áreas do conhecimento contábil, capazes de contribuir para a sustentabilidade, transparência e desenvolvimento econômico-financeiro das entidades e, consequentemente, da região que estão inseridas e do Brasil (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.15).

Os objetivos específicos são:

> • Oferecer uma formação qualificada para que os egressos possam atuar com proficiência nas suas atribuições;
> • Contribuir para uma formação de consciência e capacidade crítica, por meio de uma solidez conceitual, que permita ao egresso absorver as transformações/mudanças ocorridas no âmbito contábil;
> • Estimular a educação continuada como forma de constante aperfeiçoamento profissional e pessoal que permite exercer a profissão contábil com competência;
> • Proporcionar a compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diversos modelos de entidades;
> • Estimular a capacidade empreendedora, bem como a visão sistêmica e interdisciplinar que envolve a profissão contábil, no intuito que os egressos possam implantar e organizar atividades de conhecimento da área;
> • Incentivar a pesquisa no âmbito do conhecimento contábil por parte dos acadêmicos (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.15).

No capítulo 4 foi apresentada a fundamentação filosófica, pedagógica e legal do curso. No histórico da instituição, foi evidenciado que as ações de extensão, incluindo a Universidade da Terceira Idade (Unati), que é uma faculdade com cursos para pessoas na terceira idade, propiciam o contato e o relacionamento permanentes entre a comunidade

acadêmica e o meio social, objetivando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e a integração com a sociedade e fortalecimento da cidadania (UNIFAL-MG PPP, 2018).

No que se refere a concepção político-filosófica, a UNIFAL-MG considera que o ensino superior tem papel fundamental nas mudanças de ordem técnica e científica, que afetam diretamente no desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil, o que demonstra a necessidade de aperfeiçoar suas atividades para capacitar e formar cidadãos qualificados e conscientes, com capacidade de assumir suas responsabilidades individuais e sociais, para alcançar um desenvolvimento humano sustentável. Assim, a instituição se empenha para garantir o acesso real à educação para exercer a democracia, oferecendo uma educação, em que são priorizados valores humanos, como a solidariedade e honestidade (UNIFAL-MG PPP, 2018).

A UNIFAL-MG entende como necessária a formação humana com uma concepção ambiental, que possibilita promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, em oposição à depredação dos recursos naturais, que põem em risco a própria existência da humanidade. Nessa perspectiva, a instituição se compromete a continuar buscando formar profissionais com plena consciência de suas responsabilidades e seus deveres de cidadãos, com amplo conhecimento científico, técnico e humanista, e com o desenvolvimento da capacidade para resolver, de forma criativa, os problemas que surgirão em sua esfera de atuação (UNIFAL-MG PPP, 2018).

Em relação ao Ideário pedagógico, a instituição desenvolve seu plano pedagógico baseado em algumas considerações. As relativas à educação para a sustentabilidade são:

> • Assunção do trabalho humano como categoria universal, que reflete as condições sociais da existência humana e que se constitui uma forma de realização pessoal;
> • Busca do avanço técnico associado ao bem-estar social, à qualidade de vida, ao respeito aos direitos humanos e ao equilíbrio ecológico;
> • Compromisso com a superação das desigualdades sociais;
> • Identificação das necessidades e problemas sociais como ponto de partida para reflexão teórica, para busca de soluções práticas, e a intervenção na realidade como ponto de transição para o desempenho profissional (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.25).

Com isso, apontam condições para desenvolvimento do ideário pedagógico. A condição relativa à educação para a sustentabilidades é “Educação de natureza reflexiva e crítica, formadora de sujeitos conscientes e participantes de sua realidade histórico-social” (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.26).

Quanto a base legal utilizada como referência para a construção do PPP, apresentou algumas legislações. Destaca-se as relativas a educação para a sustentabilidade:

> • Resolução CNE/CP nº 01/2004 e Lei nº 11645/2008, que tratam da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, cuja abordagem é feita nas Unidades Curriculares Ciências Sociais e Relações Raciais no Brasil (Unidade Curricular Eletiva) ou em outras atividades desenvolvidas no curso;
> • Lei nº 9.795/1999 e Resolução nº 2/2012 – CNE/CP, que tratam da política e diretrizes para a Educação Ambiental, abordadas em unidades curriculares eletivas ou em outras atividades desenvolvidas no curso;
> • Resolução CNE/CP nº 01/2012, que trata da Educação em Direitos Humanos, abordada por diferentes unidades curriculares ou em outras atividades desenvolvidas no curso;
> • Lei nº 10.436/2002 e Decreto Presidencial nº 5.626/2005, que tratam da inserção da matéria de LIBRAS como Unidade Curricular optativa nos cursos de educação superior, atendidos pela unidade curricular optativa LIBRAS;
> • Parecer CNE/CP nº 9/2003, que trata da prevenção ao uso e abuso de drogas pelos alunos de todos os graus de ensino, abordada em palestras promovidas pelo PTA ou em outras atividades desenvolvidas no curso (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.28).

No capítulo 6 foi apresentado o perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis, o qual deverá ter o senso crítico no exercício da atividade contábil e ter responsabilidade profissional e ética. Também, deverá ter capacidade de aplicar o conhecimento teórico e prático da contabilidade para solucionar problemas e deverá desenvolver habilidades de comunicação para interagir com profissionais de outras áreas. Evidenciou-se que o egresso deve reconhecer sua função social e a importância da ciência contábil na sociedade (UNIFAL-MG PPP, 2018).

Levando em conta a Resolução CNE/CES nº 10/2004, o egresso deverá apresentar algumas competências e habilidades. Destaca-se as ligadas a educação para sustentabilidade.

> VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo as atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos gestores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
> VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UNIFAL-MG PPP, 2018, p.28).

No capítulo 7 foi apresentada a organização curricular do curso de Ciências Contábeis da UNIFAL-MG. No que diz respeito a estrutura do currículo das disciplinas, o Quadro 107 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 107: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFAL-MG

Disciplina	Cr	C.H.S	Classe	Período
Ética e Profissionalismo	2	36	Obrigatória	9º Período
Classes e Movimentos Sociais	4	72	Eletiva	4º Período
Políticas Públicas	4	72	Eletiva	6º Período
Ciências Sociais	4	72	Obrigatória	3º Período
Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	4	72	Eletiva	3º Período
Contabilidade Social	4	72	Eletiva	4º Período

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG PPP (2018).

Observa-se no Quadro 107 que a maioria das disciplinas ligada à educação para sustentabilidade são eletivas, sendo a disciplina de Ética e Profissionalismo obrigatória, mas com carga horária reduzida em relação as demais disciplinas. Ressalta-se que não foram apresentados os códigos das disciplinas e os pré-requisitos para cursá-las. Além das disciplinas do Quadro 107, foi destacado que a unidade poderá ofertar a disciplina de LIBRAS como optativa.

No que se refere a ementa das disciplinas, o Quadro 108 apresenta as ementas.

Quadro 108: Ementas das disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFAL-MG

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina	
Ciências Sociais	**Ementa** Perspectiva histórica do desenvolvimento da ciência social. A Imaginação Sociológica. Debate sobre os dilemas teóricos da sociologia. Natureza e cultura. Indivíduo e sociedade. Agência e estrutura. Conflito e Consenso. Pensamento social clássico. Positivismo e Funcionalismo. Sociologia Compreensiva. Materialismo Histórico. Ação social, relação social. O fato social. Divisão social do trabalho. Classes e estamentos. Classes e luta de classes. Temas contemporâneos da sociologia.	(p.73)
Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	**Ementa** Aspectos conceituais e dilemas sobre desenvolvimento e crescimento econômico. Ciência e tecnologia na sociedade industrial capitalista. Articulação entre o local e o global; Relações entre a sociedade e a natureza. Desenvolvimento Humano, Social e Ambiental. Desenvolvimento sustentável: possibilidades e limites. Desenvolvimento local: perspectivas e estratégia de desenvolvimento. Movimentos ambientalistas e a pressão pela preservação ambiental. Políticas de desenvolvimento local e meio ambiente no Brasil; Participação e desenvolvimento. Metodologias participativas: diagnóstico e planejamento participativos.	(p.74)
Classes e Movimentos Sociais	**Ementa** Fundamentos históricos, teóricos e práticos que compreendem a construção dos entendimentos acerca de classes sociais e movimentos sociais. Luta e consciência de classe. Estudo de movimentos sociais contemporâneos. As classes sociais e os movimentos sociais no Brasil. Classes sociais e a administração pública. Movimentos sociais e a administração pública.	(p.77)
Contabilidade Social	**Ementa**	(p.77)

	Conceitos básicos e introdutórios; Sistema de Contas Nacionais; Números índices; Balanço de Pagamentos; Taxa de Câmbio e Mercado Cambial; Indicadores Sociais.	
Políticas Públicas	**Ementa**	(p.80 e 81)
	Principais vertentes teóricas em políticas públicas. Atores, instituições e instrumentos de políticas públicas. Tipologias e Modalidades de Políticas Públicas. Ciclos do processo de políticas: montagem de agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação. A evolução das Políticas Públicas no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas.	
Ética e profissionalismo	**Ementa**	(p.85)
	Conceitos; Ética Geral, Empresarial e Profissional; Código de Ética Profissional do Contador – CEPC; Processos, Infrações e Penalidades; Responsabilidade Civil, Criminal, Fiscal e Social; Legislação do Exercício Profissional.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFAL-MG PPP (2018).

As disciplinadas apresentadas no Quadro 108, demonstram que a UNIFAMG se dedica ao ensino para a sustentabilidade. No entanto, não oferece a disciplina de Contabilidade Ambiental.

Foi evidenciado que os temas transversais como História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Educação Ambiental e outros temas são abordados no curso dentro das várias disciplinas obrigatórias, como: Ciência Política, Ciências Sociais e Tópicos Especiais e são integradas nas atividades do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) e do Programa Tutorial Acadêmico (PTA), em minicursos, palestras e workshops (UNIFAL-MG PPP, 2018).

No que se refere as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não constam disciplinas de extensão. A versão do PPP é de 2018, mesmo ano em que foi instituída a Resolução n.7 de 18 de dezembro de 2018, que versa sobre a curricularização da Extensão dentro dos cursos superiores de graduação no Brasil. Portanto, esse PPP não elenca disciplinas de extensão.

4.1.9 Universidade Federal Fluminense

A UFF possui sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro. A instituição foi criada pela Lei 3.848 de 18 de dezembro de 1960, formada de acordo com a Lei n.º 3.958 de 13 de setembro de 1961, reformulada nos termos do Decreto n.º 62.414. É uma entidade federal autárquica, de regime especial, com autonomia didática-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira, exercida na forma de seu Estatuto (UFF Estatuto, 1983).

A UFF possui unidades acadêmicas em Niterói e em oito municípios do Estado do Rio de Janeiro, a citar, Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior), e Volta Redonda (Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica, e o Instituto de Ciências Exatas) (UFF PDI, 2018).

A seguir estão apresentados os documentos da UFF, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo aos *campi* de Niterói, Macaé e Volta Redonda.

- Estatuto

O Estatuto não abordou tópicos relativos à educação para sustentabilidade.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFF foi estabelecido para o período 2018-2022. Na perspectiva da educação para sustentabilidade o PDI apresentou no capítulo 2 o planejamento estratégico da instituição, evidenciando que a expansão da UFF fez com que ela se tornasse uma das maiores instituições públicas do Brasil no que se refere a quantidade de estudantes, cumprindo sua função de responsabilidade social. Com isso, houve a necessidade de promover medidas de reorganização na instituição, tanto nos aspectos administrativos quanto nos aspectos acadêmicos. Assim, essa versão do PDI tem como eixo central a Reorganização (UFF PDI, 2018).

Dentre os objetivos estratégicos, metas de desempenho e sugestões de ações estratégicas apresentados no Quadro 109, destaca-se a perspectiva da Responsabilidade Social.

Quadro 109: Objetivos, metas e ações da UFF

Objetivo Estratégico	Indicador
1 Possibilitar a permanência e diplomação do estudante no tempo pré-estabelecido.	Número de convênios com governos municipais/estaduais para subsídio aos estudantes

2 Cumprir as metas e objetivos estabelecidos no Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFF.	% metas alcançadas
3 Cumprir as metas e objetivos estabelecidos no Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFF - UFF-Acessível.	% metas alcançadas
Ações estratégicas	
i) Assinatura de convênios com governo municipal e estadual para subsídios aos estudantes (moradia, transporte, alimentação etc.). ii) Implementação das ações descritas no PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) aprovado no Conselho Universitário. iii) Implementação das ações descritas no Plano UFF-Acessível	

Fonte: Elaboração própria com informações UFF PDI (2018, p.19).

Como pode ser observado no Quadro 109, a UFF se empenha para promover a responsabilidade social.

No capítulo 5 foi apresentado o perfil institucional, sendo expostas a missão e a visão da UFF no Quadro 110.

Quadro 110: Missão e visão da UFF

MISSÃO	Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social.	(p.28)
VISÃO	A UFF será reconhecida, nacional e internacionalmente pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades.	(p.28)
PRINCÍPIOS	A UFF tem como princípio, que uma universidade pública deve ter como missão, aliar sua função de desenvolver e de difundir o conhecimento a um sentido prático de amplo e profundo engajamento social, consubstanciando a essência de sua dupla natureza enquanto instituição de pesquisa e de formação profissional. Seus valores devem privilegiar a equidade e a ética como suportes de um conhecimento que responda a padrões qualitativos universais na sua produção, com a intenção explícita de se constituir em uma universidade de classe mundial, mas que focalize prioritariamente a realidade brasileira na sua aplicação.	(p.30 e 31)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFF PDI (2018).

Conforme a missão apresentada no Quadro 110, a UFF evidencia no PDI que a missão universitária deve focar nos valores éticos e humanistas.

No capítulo 6 foi apresentado o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Na seção 6.4 foi evidenciado os aspectos das políticas de ensino. Essas políticas deverão basear-se nos princípios a seguir.

> a) formação de cidadãos preparados para intervir no mundo profissional de forma ética;
> b) combate à desigualdade, ao preconceito e à discriminação, tanto na universidade, quanto fora dela;
> c) busca da equidade no acesso à educação superior e básica;
> d) acolhimento ao estudante, entendido como figura principal do ensino na universidade (UFF PDI, 2018, p.33).

Na seção 6.6 foram apresentados os aspectos das Políticas de Extensão, sendo evidenciado a interação dialógica da universidade e sociedade, cria a universidade cidadã ou universidade popular, que promove a transformação social, criando uma sociedade mais justa, soberana, mais igualitária e sustentável. A UFF se dedica a aplicar essa concepção de universidade, que realiza uma extensão voltada para os interesses da sociedade em que está inserida (UFF PDI, 2018).

Assim, foram criadas algumas diretrizes para ações de extensão que deverão estar presentes nas atividades da UFF. Destaca-se a diretriz ligada à educação para sustentabilidade

> e) Impacto e transformação social: essa diretriz reafirma a extensão universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a extensão universitária. A própria universidade pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada. Um exemplo é que a UFF vem passando por uma grande transformação ao implementar a sua política de ações afirmativas para o ingresso de novos estudantes. A grande quantidade de discentes que vem ingressando na UFF nos últimos anos, por meio das mais variadas ações afirmativas, também demanda atenção da atividade extensionista (UFF PDI, 2018, p.33).

Na seção 6.7 foram apresentados os aspectos das políticas de responsabilidade social, sendo evidenciado que a UFF tem pautado suas atividades em ações afirmativas de significativo alcance social, dado que a instituição acredita que o ensino superior é um agente de transformação social (UFF PDI, 2018).

Levando em consideração as ações afirmativas no ensino superior a instituição implanta ações que compensam o passado de discriminação e de segregação, ajudando as pessoas desfavorecidas, contribuindo para a eficiência econômica da sociedade, aumentando a diversidade nos *campi* e integrando a equidade e a justiça social (UFF PDI, 2018). Nessa perspectiva, há reserva de 50% das vagas de ingressantes na graduação para ações afirmativas, o que propicia o ingresso de alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Essa vulnerabilidade é causa de evasão. Assim, a UFF tem se esforçado para garantir a permanência dos ingressantes até a formação (UFF PDI, 2018).

No plano acadêmico são feitos investimentos em métodos de ensino ativo e apoio aos discentes, com vistas a um maior diálogo com a nova geração de alunos, também são promovidas Políticas de Acessibilidade e de Inclusão (UFF PDI, 2018).

A responsabilidade social da UFF passa pela adoção de ações sustentáveis, aplicando os conceitos de sustentabilidade em sua gestão acadêmica e administrativa, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico autossustentável do Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Plano de Gestão de Logística Sustentável (UFF PDI, 2018).

Na seção 6.8 foram apresentadas as políticas de gestão, sendo evidenciado que no aperfeiçoamento da gestão, a instituição vem consolidando um sistema de governança, que engloba o Comitê de Governança, o Comitê de Gestão da Informação e o Comitê de Tecnologia da Informação. O objetivo do sistema é assessorar a administração superior, propondo recomendações, alinhando interesses e contribuindo para o sucesso da gestão, levando em conta o mapa estratégico da instituição (UFF PDI, 2018).

No capítulo 11 foram apresentados os aspectos da política de atendimento aos discentes, sendo evidenciado que são oferecidos programas de apoio pedagógico, financeiro e de permanência, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEs), sendo considerados os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (UFF PDI, 2018).

No capítulo 12 foram apresentados os aspectos da infraestrutura da UFF, sendo evidenciado um plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência. A instituição está desenvolvendo um Plano de Acessibilidade (UFF-Acessível) constituído em três eixos temáticos: acessibilidade arquitetônica e urbanística; normatização interna, para dar efetividade à legislação federal vigente e sensibilização; e capacitação da comunidade universitária sobre o tema da inclusão (UFF PDI, 2018).

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UFF utilizada no presente trabalho é a de novembro 2017. Na introdução foi evidenciado que o Desenvolvimento Sustentável é equilíbrio econômico, justiça social e preservação ambiental, sendo uma responsabilidade coletiva. No âmbito público, essa concepção significa que é preciso mudar a ideia de que o bem público é só uma de propriedade de todos, sem levar em consideração a responsabilidade de preservá-lo. Assim, o desenvolvimento de uma política institucional que inclua esses valores é essencial. O PLS da UFF é uma ferramenta para ter uma gestão responsável que assegure o uso consciente dos recursos naturais, incorporando ações de sustentabilidade na cultura da instituição (UFF PLS, 2017).

Em relação a fundamentação legal, o documento se baseia nos seguintes normativos e legislações: Constituição Federal de 1988, Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, Decreto de 7 de março de 2017, Decreto n° 7.746, de 05 de junho de 2012, Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Além dessas legislações, o PLS foi baseado nas iniciativas propostas pela IN nº 10, de 10/12/2012 (UFF PLS, 2017).

Quanto aos fundamentos do PLS, este foi baseado nos princípios de redução de consumo e de gastos públicos, de compras e contratações sustentáveis, de gestão dos recursos naturais e de resíduos e da promoção da melhoria da qualidade de vida nos vários *campi* da instituição. Assim, o PLS foi desenvolvido com base no sistema dos 5R's: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar, recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (UFF PLS, 2017).

Foi evidenciado que desafio é assegurar o crescimento sustentável da universidade, com equilíbrio nos pontos econômico, social e ambiental. Neste sentido, os princípios da gestão socioambiental que direcionam as estratégias do PLS são Prevenção do dano ambiental; Precaução; Proteção Ambiental; Inovação; Transparência; Comunicação e Responsabilidade (UFF PLS, 2017).

O PLS da UFF tem como objetivo geral "estabelecer uma ferramenta efetiva de planejamento da sustentabilidade com objetivos e responsabilidades, com definição de metas, iniciativas e prazos de execução, com mecanismos de monitoramento e avaliação" (PLS UFF, 2017, p.20). E os objetivos específicos são:

> - Incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações da UFF;
> - Estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;
> - Garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
> - Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e nos *campi*;
> - Promover ações de sensibilização e capacitação para toda comunidade acadêmica e administrativa;
> - Viabilizar a implementação de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da UFF (UFF PLS, 2017, p.20).

No PLS foi apresentado um plano de ação com detalhamento de eixos temáticos, sendo eles:

I – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos, com o objetivo de "Incentivar a implementação de ações de eficiência energética e uso racional de bens e

materiais na UFF" (UFF PLS, 2017, p.2) e com os seguintes temas e suas respectivas metas:

> TEMA: Consumo de Energia
> META: Reduzir o consumo de energia elétrica em 10%.
>
> TEMA: Consumo de Água.
> META: Diminuir em 10% o consumo de água.
>
> TEMA: Esgoto.
> META: Destinar adequadamente 100% do esgoto da UFF.
>
> TEMA: Consumo de copos descartáveis.
> META: Reduzir o uso de copos descartáveis em todas as unidades administrativas e educacionais em 50%.
>
> TEMA: Consumo de papel
> META: Reduzir o consumo de papel em 50% na UFF.
>
> TEMA: Consumo de material de expediente.
> META: Diminuir em 10% o uso de materiais de expediente.
>
> TEMA: Transporte terrestre – uso de bicicletas.
> META: Aumentar em 10% a utilização de bicicletas pela comunidade universitária, principalmente no deslocamento entre os Campi.
>
> TEMA: Transporte terrestre – uso de veículos automotores.
> META: Diminuir em 10% a utilização de veículos automotores individuais por pessoa na UFF.
>
> TEMA: Transporte terrestre – emissão de CO^2.
> META: Diminuir em 2% a emissão de CO^2 com deslocamentos da frota da UFF.
>
> TEMA: Bens públicos
> META: Manter os bens da UFF em perfeito estado de conservação (UFF PLS, 2017, p.28 a 37).

II – Gestão adequada dos resíduos, com o objetivo de "Instituir a coleta seletiva, a destinação de materiais recicláveis às cooperativas de catadores, o uso de material orgânico para compostagem e a gestão adequada dos resíduos perigosos" (UFF PLS, 2017, p.38) e com os seguintes temas e suas respectivas metas:

> TEMA: Coleta seletiva e gestão de resíduos.
> META: Realizar a destinação ambientalmente adequada de 70% dos resíduos recicláveis e orgânicos, e 100% dos rejeitos, conforme estabelecido nas metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
>
> TEMA: Descarte dos resíduos de serviços de saúde – RSS.
> META: Realizar a destinação ambientalmente adequada de 100% dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS (químicos e infectantes).
>
> TEMA: Descarte dos resíduos de logística reversa – RLR.
> META: Realizar manejo ambientalmente adequado dos resíduos de RLR gerados na UFF (lâmpadas, pilhas/baterias, pneus, embalagens de resíduos tóxicos, resíduos de equipamentos eletrônicos – REE).

> TEMA: Descarte dos resíduos provenientes de serviços de limpeza.
> META: Destinar adequadamente os resíduos provenientes dos serviços de limpeza na UFF
>
> TEMA: Descarte dos resíduos provenientes de obras na UFF.
> META: Destinar adequadamente os resíduos provenientes de obras na UFF (UFF PLS, 2017, p.38 a 43).

II – Qualidade de vida, com o seguinte objetivo, temas e suas respectivas metas:

> OBJETIVO: Implantar medidas que visem tornar a jornada de permanência na instituição mais agradável, otimizando o desempenho das atribuições de cada um, além de contribuir para melhoria da qualidade de vida fora da universidade através da adoção de novos hábitos e conceitos que podem ser empregados nos contextos da vida em sociedade (UFF PLS, 2017, p.45)
>
> TEMA: Saúde dos servidores, colaboradores e alunos
> META: Diminuir em 10% o número de afastamentos por motivo de saúde.
>
> TEMA: Segurança nos Campi.
> META: Reduzir em 5% o número de ocorrências relacionadas à segurança nos Campi.
>
> TEMA: Água destinada ao consumo.
> META: Garantir que 100% da água destinada ao consumo nos Campi estejam dentro dos padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.
>
> TEMA: Qualidade do ar nos ambientes internos.
> META: Garantir a melhora da qualidade do ar nos ambientes internos da UFF.
>
> TEMA: Áreas verdes.
> META: Revitalizar 15% das áreas verdes dos Campi.
>
> TEMA: Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Áreas de Preservação Ambiental (APA's).
> META: Recuperar 20% das APP's e APA's dos *Campi* da UFF.
>
> TEMA: Qualidade de vida.
> META: Aumentar em 10% a qualidade de vida no ambiente da UFF.
>
> TEMA: Acessibilidade.
> META: Melhorar em 50% a condição de acessibilidade nas dependências da UFF para servidores e estudantes com algum tipo de deficiência.
>
> TEMA: Situações de emergência.
> META: Garantir adequada segurança da comunidade universitária no que diz respeito às situações de emergência (UFF PLS, 2017, p.45 a 54).

IV – Sensibilização e capacitação com objetivo de "promover ações de sensibilização e capacitação para toda comunidade acadêmica e administrativa" (UFF PLS, 2017, p.55) e com os seguintes temas e suas respectivas metas:

> TEMA: Capacitação de servidores e colaboradores.
> META: Realizar cursos de capacitação sobre sustentabilidade para servidores e colaboradores durante todo o ano de 2018.

> TEMA: Capacitação da comunidade acadêmica.
> META: Aumentar em 10% a inserção da sustentabilidade nas atividades acadêmicas.
>
> TEMA: Sensibilização.
> META: Realizar programas sobre as temáticas da sustentabilidade durante todo o ano de 2018 (UFF PLS, 2017, p.55 a 56).

Por último, eixo temático V – Licitações sustentáveis com o de objetivo: Revisar contratos e adotar práticas sustentáveis nos processos de contratações de serviços e compras da UFF (UFF PLS, 2017, p.58) e com os seguintes temas e suas respectivas metas:

> TEMA: Compras de materiais permanentes e de consumo
> META: Realizar 50% das licitações de compras de materiais permanentes e de consumo com critérios de sustentabilidade, conforme previsto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1990.
>
> TEMA: Licitações de contrações de serviços.
> META: Realizar 30% das licitações de Contratos de prestação de serviços com critérios de sustentabilidade (UFF PLS, 2017, p.58 a 59).

Assim em cada Eixo, apresentou-se um objetivo geral, as metas a serem atingidas, iniciativas com os prazos conforme um nível de prioridade de 1 a 3, sendo a prioridade 1 a mais relevante, a 2 de média relevância e a 3 de menor relevância. Também foram apresentados os indicadores do plano (UFF PLS, 2017).

- Plano Político Pedagógico Campus Volta Redonda

A versão do PPP da UFF Campus Volta Redonda utilizada no presente trabalho é a de maio de 2016. Inicialmente foi feita uma apresentação dos cursos de Ciências Contábeis da instituição (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

Em relação aos fundamentos do PPP, foi evidenciado que o curso tem bases pedagógicas e filosóficas de um currículo integrado, em que todas as atividades são pautadas numa filosofia humanista, que fornece formação crítica dos fenômenos sociais e econômicos da sociedade e numa linha holística, que considera o ser humano em todos os seus aspectos (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

A concepção do curso é a de que o profissional seja um Gestor Contábil, que tenha conhecimentos técnicos, base cultural, visão social e de mercado e que seja ético em todas as suas ações. Deve ser capaz de ser solidário, de dialogar com profissionais de outras áreas e ter responsabilidade para com o desenvolvimento econômico, social e do país (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

O objetivo Geral do curso é “Formar Contadores Gerenciais capazes e habilitados a gerar informações contábeis, que atendam as práticas inovadoras das entidades no processo de tomada de decisão” (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.21). E os objetivos específicos:

> - ✓ Fornecer embasamento técnico científico que proporcione condições para a realização de escrituração contábil, estruturação de controle e análise de aplicação das técnicas que constituem os sistemas de contabilidade e ainda preparar o aluno para as funções de auditor, de perito judicial e de programador orçamentário de uma entidade.
> - ✓ Desenvolver profissionais com capacidade de analisar e implementar sistemas de informação contábil e de controle gerencial.
> - ✓ Formar profissionais éticos no desenvolvimento das atribuições e prerrogativas previstas pela legislação pertinente (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.21).

Observa-se que existe o objetivo de formar contadores ético, que é o valor chave ligado a educação para a sustentabilidade.

Foram evidenciadas várias características do perfil do bacharel em Ciências Contábeis da UFF. Destaca-se a característica de que esse bacharel deve ser ético e agir com responsabilidade social. Além disso, foram citadas as principais áreas de atuação do curso. Dentre elas, destaca-se a Contabilidade Ambiental e a Contabilidade Social que estão ligadas a educação para a sustentabilidade (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

No que se refere aos Trabalhos de Conclusão de Curso, como ferramenta de incentivo, apoio e desenvolvimento da pesquisa, foram criados os grupos de pesquisa ARCONTE - Análise de Risco e Controladoria Estratégica e GECONTEC – Grupo de Estudos em Contabilidade e Educação Contábil, com diversas linhas de Pesquisas. Destaca-se a linha 5 – Contabilidade Social e Ambiental, que tem objetivo e justificativa expostos a seguir:

> Objetivo: Avaliar os relatórios contábeis ambientais e de sustentabilidade e a influência da contabilidade para o desenvolvimento da sociedade.
> Justificativa: Justifica-se devido à crescente demanda pelo desenvolvimento sustentável e a preocupação com a qualidade ambiental (UFF PPP Campus Volta Redonda, 2016, p.28).

No que se refere a interface pesquisa e extensão, a UFF oferece ensino de qualidade e compromete-se com a propagação do conhecimento, com vistas na cidadania e no desenvolvimento social em nível regional, estadual e nacional, na ótica do Desenvolvimento Sustentável (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

Em relação a organização curricular no que tange os aspectos da educação para sustentabilidade, o Quadro 111 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 111: Programa das disciplinas da UFF Campus Volta Redonda cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré-Requisito	Classe	Período	Fonte
VCO00003	Ética Geral e Profissional	-	30h	-	Obrigatória	8º Período	(UFF PPP Volta Redonda 2016, p.98)
Objetivos da disciplina	Analisar e interpretar os aspectos éticos, morais e do direito com as práticas sem sociedade, bem como aqueles circunscritos ao exercício profissional contábil. Reconhecer e compreender situações em que um dilema ético ou moral se apresenta no âmbito da relação profissional.						
Ementa	a) Ética Geral e Profissional: O conceito e sua inserção na Filosofia. Os campos de Ética e da Moral. As fontes das regras éticas. A Sociedade e a Ética. O papel da Contabilidade na Sociedade. A Ética Profissional. b) Legislação sobre a Ética Profissional: Código de Ética Profissional do Contador. Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais. c) Legislação Profissional e de Organização dos Conselhos de Contabilidade: Decreto Lei n.º 1.040/69 e alterações posteriores. Resolução CFC n.o1.370/11 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e alterações posteriores. Decreto-Lei n.º 9.295/46 e alterações.						
Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré-Requisito**	**Classe**	**Período**	(UFF Banco de Ementas, 2024)
VQI00065	LIBRAS	-	30	-	Optativa	-	
Objetivos da disciplina	Não encontrado						
Ementa	Definição de LIBRAS, cultura surda e comunidade surda. Escuta brasil. Batismo do sinal. Expressões faciais afetivas e expressões faciais específicas: interrogativas, exclamativas, negativas e afirmativas. Homonímia e polissemia. números cardinais e ordinais. Valores monetários. Estruturas interrogativas. Uso do espaço e comparação. Classificadores para formas. Classificadores descritivos para objetivos. Localização espacial e temporal. Advérbio de tempo. Famílias						

Fonte: Elaboração própria.

Conforme o Quadro 111, não é oferecida a disciplina de Contabilidade Ambiental.

Além das disciplinas apresentadas no Quadro 111, o PPP da UFF apresenta disciplinas com ementas com conteúdo relativo a educação para sustentabilidade, a citar, a disciplina Instituição de direito público e privado (Cr: -, C.H.S: 30, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 1º Período), tem a seguinte ementa:

> Direito Público e Privado: Conceito de Direito, Direito objetivo e subjetivo, Direito positivo e natural, Direito e moral, fontes do Direito, fases da lei, noções de interpretação jurídica aplicada. O Direito Constitucional, o Direito Administrativo, o Direito Internacional, o Direito Penal, Direito Processual. O Direito Civil, e o Direito do Consumidor. Aplicação prático do Direito Público e Privado associado às diversas etapas do processo contábil (mensuração, reconhecimento e evidenciação). Introdução ao Estudo dos Direitos Humanos; 2) Proteção Internacional dos Direitos Humanos; 3) Aspectos Sócio-Jurídicos dos Direitos Humanos (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.45).

Observa-se que a disciplina aborda sobre os direitos humanos, tema ligado a educação para a sustentabilidade.

A disciplina VCO00020 - Controladoria Estratégica II (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 7º Período), a qual tem a seguinte objetivo e ementa:

> **OBJETIVO:** O objetivo da disciplina é fornecer instrumentos que auxiliem em funções gerenciais, permitindo a obtenção de informações econômicas, financeiras e de custos acerca das empresas, para que os discentes possam compreender e interpretar as funções de gestão e o papel do *controller*, instrumentos de controladoria, componentes de custos, visando à produção de um sistema informações úteis no processo de tomada de decisão e de planejamento, controle, execução e avaliação de desempenho. Relatórios Ambientais.
>
> **EMENTA:** A relação da controladoria com o planejamento estratégico, a gestão ambiental e seus reflexos nos relatórios contábeis.
> O processo de educação ambiental – empresa – sociedade e o contador.
> Governança Corporativa – Normas CVM – IBGC – modelo.
> Gestão de Risco e suas reflexões organizacionais.
> Demonstrativos de Natureza Socioambiental – NBCT 15 – CT 07 de 2012 IBRACON.
> Balanço Social e seus modelos corporativos.
> Contabilidade Ambiental e seus marcos teóricos – o Ativo, o Passivo, a Receita, a Despesa, os Custos Ambientais. Relatórios e modelos corporativos (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.93 e 94).

Observa-se que apesar de não ofertar a disciplina contabilidade Ambiental, oferta uma disciplina com conteúdo relacionado.

A disciplina VCO00025 - Prática de Pesquisa Contábil I (Cr: -, C.H.S: 30, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 8º Período), a qual tem a seguinte objetivo e ementa:

> **OBJETIVO:** Ciência, pesquisa e conhecimento. Saberes do senso comum e da ciência. Tipos e elaboração de trabalhos acadêmicos. Aspectos metodológicos e fases de elaboração de uma pesquisa científica. Linguagem nos trabalhos acadêmicos. Ética na produção acadêmica. O projeto de pesquisa.
>
> **EMENTA:** 1. Metodologia do Trabalho Acadêmico:
> 1.1. Construção do conhecimento. Competências requeridas para o trabalho acadêmico: estudar, ler e escrever, produtos acadêmicos: fichamento, resenha, relatórios, apresentação oral, Normas de citação bibliográfica, normas ABNT, Produção de textos e tipos de trabalhos científicos, *paper* e artigo científico, trabalhos monográficos, dissertação e tese.
> 2. Metodologia da Ciência
> 2.1. Conhecimento científico, Paradigmas científicos, Complexidade, caos e ciência pós-moderna.
> 3. Metodologia da Pesquisa:
> 31. A pesquisa (epistemologia, lógica, pressupostos).
> 3.2. Pesquisa quantitativa e qualitativa.
> 3.3. A ética na pesquisa.
> 3.4. Primeiros passos do trabalho de pesquisa: o projeto.
> 4. Os métodos de pesquisa aplicados à contabilidade e à administração.
> 5. Estrutura do projeto de pesquisa, com base no regulamento do curso (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.96).

Como pode ser observado a disciplina aborda conceito de ética que está ligado à educação para sustentabilidade.

A disciplina Introdução a Sociologia (Cr: -, C.H.S: 30, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 1º Período), a qual tem a seguinte objetivo e ementa:

> **OBJETIVO:** Analisar, compreender a definição de "social"; Sociologia e Sociedade Moderna: o contexto do surgimento da Sociologia; leituras do capitalismo na Sociologia clássica e contemporânea
>
> **EMENTA:** 1. A especificidade da realidade social
> 1.1. Cultura e natureza;
> 1.2. Socialização, papéis e identidade:
> 1.3. Representações sociais e poder.
> 2. O surgimento da Sociologia: contextualização e as abordagens clássicas.
> 2.1. Sociologia e sociedade moderna (mudanças institucionais e intelectuais);
> 2.2. Karl Marx (materialismo histórico e a crítica à "exploração do homem pelo homem").
> 2.3. Émile Durkheim (o fato social e os tipos de solidariedade).
> 2.4. Max Weber (os tipos ideais: ação social, relação social, dominação; burocracia, ética protestante e capitalismo).
> 3. Temas de Sociologia contemporânea.
> 3.1. Globalização, cultural e identidade.
> 3.2. Cidadania no Brasil.
> 3.3. Desenvolvimento regional (UFF PPP Volta Redonda, 2016, p.48 e 49).

Observa-se que a disciplina vários conteúdos relacionados a sustentabilidade, como realidade social, cidadania, desenvolvimento regional, solidariedade, ação social, entre outros.

Em relação a Infraestrutura do curso de Ciências Contábeis da UFF, no que tange a acessibilidade, o PPP evidencia que há implantações de ações contínuas como eliminação de barreiras arquitetônicas; elevadores, para facilitar a circulação de cadeiras de rodas; reserva de vagas em estacionamentos próximo as unidades de serviço; adaptação de portas e banheiros para propiciar o acesso de cadeiras de rodas; inclusão de barras de apoio nas paredes dos banheiros. A instituição possui Intérpretes de LIBRAS. Além dessas ações possui Acessibilidade via *Web* com Tecnologias Assistivas, em que são disponibilizados computadores com sistema operacional que possuem programas específicos que possibilitam aos estudantes com deficiências visuais acesso à tecnologia (UFF PPP Volta Redonda, 2016).

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não constam disciplinas de extensão, dado que a versão do PPP é de 2016 e a curricularização da Extensão nos cursos superiores de graduação no Brasil iniciou-se por meio da Resolução n.7 de 18 de dezembro de 2018. Portanto, esse PPP que é anterior a essa normatização, não elenca disciplinas de extensão.

- Plano Político Pedagógico Campus Macaé

Não foi encontrado o PPP do curso de Ciências Contábeis da UFF Campus Macaé, mas no *site* do curso foi disponibilizada a matriz curricular. O Quadro 112 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 112: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFF Campus Macaé

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
MCT00107	Ética e legislação profissional	-	30h	-	Obrigatória	2º Período
Ementa	Noções gerais e evolução histórica da ética. Deontologia profissional do contador. Relações entre o comportamento moral e outras formas de comportamento humano. A profissão: desenvolvimento, normas e regulamentação. A ideologia do contador. A moral do mundo contábil e da gestão pública.					
Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
GLC00292	LIBRAS I	-	30	-	Optativa	-
Ementa	Definição de LIBRAS, cultura e comunidade surda; Surdos quanto à minoria linguística; Retrospectiva da educação de surdos no brasil - escuta brasil; Aquisição da língua de sinais por crianças surdas; Diversos aspectos da gramática da LIBRAS; Alfabeto manual e sistema de transcrição para LIBRAS; Expressão faciais afetivas e expressões faciais especificas: interrogativas, exclamativas, negativas e afirmativas; Homonímia e polissemia; Quantidade, número cardinal e ordinal; Valores monetários; estruturas interrogativas; Uso do espaço e comparação; Classificadores para formas; Classificadores descritivos para objetos; Localização espacial e temporal; Famílias; Alimentos; Transportes.					
Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
MCT00090	Contabilidade social e ambiental	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Gestão ambiental. Responsabilidade social da empresa. a contabilidade e o meio ambiente. ativo ambiental. passivo ambiental. Receita ambiental. Despesa ambiental. custo ambiental. Custeio das atividades. Teoria dos sistemas.					
Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
MCT00113	Direito ambiental	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Introdução ao direito ambiental. Princípios do direito ambiental. Tutela constitucional do direito ambiental. Sisnama. Política nacional do meio ambiente. Competência em matéria ambiental. Cidadania e meio ambiente. Estudo prévio de impacto ambiental (eia). Informação ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental. Tutela civil ambiental. Tutela administrativa ambiental. Tutela penal ambiental. Licenciamento ambiental. Espaços especialmente protegidos. Poluição: atmosférica, das águas, do solo e sonora. Proteção do patrimônio cultural. Estatuto das cidades. Direito internacional ambiental. Meios processuais ambientais.					
Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
MCT00131	Responsabilidade social I	-	30	-	Optativa	-
Ementa	Crise de paradigma: social, ambiental e ético o papel do estado. Desenvolvimento sustentável e sociedades sustentáveis responsabilidade social: ferramentas de gestão e benefícios para as empresas. Governança corporativa. Mudanças nos hábitos sociais: consumo consciente, pegada ecológica, carta da terra. Case instituto ethos: valores,					

	público interno, meio ambiente, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00109	Contabilidade ambiental	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Contextualização. A empresa e a questão ambiental: Responsabilidade social; Impacto da legislação ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Gestão ambiental empresarial. Contabilidade ambiental. Princípios, normas e procedimentos contábeis. Evidenciação de eventos econômico-ambientais. Demonstrativos contábeis-ambientais. Avaliação do resultado da gestão ambiental.					

Fonte: Elaboração própria com informações UFF Campus Macaé Matriz Curricular (2024) e de UFF Banco de Ementas (2024).

Observa-se no Quadro 112 que o curso de Ciências Contábeis da UFF de Macaé oferta variadas disciplinas ligadas à educação para a sustentabilidade.

Quanto as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, não há como identificar se são ofertadas disciplinas de extensão, dado que não foi obtido o PPP da UFF Campus Macaé.

- Plano Político Pedagógico Campus Niterói

Não foi encontrado o PPP do curso de Ciências Contábeis da UFF Campus Niterói, mas no *site* do curso foi disponibilizada matriz curricular. O Quadro 113 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 113: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFF Campus Niterói

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00201	Ética profissional e responsabilidade socioambiental em contabilidade	-	60h	[6 - STC00195] Contabilidade avançada I	Obrigatória	7º Período
Ementa	Dilemas socioambientais contemporâneo. Filosofia e suas contribuições para o indivíduo, sociedade e meio ambiente. Filosofia e ética. Ética geral e profissional. Responsabilidade socioambiental individual, organizacional e coletiva. Regulação da conduta ética do profissional da área contábil.					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00205	Contabilidade socioambiental	-	60	[6 - STC00195] Contabilidade avançada I	Obrigatória	-
Ementa	Não encontrada					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00224	Contabilidade, sociedade e meio ambiente	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Sociedade e meio ambiente; origens dos problemas sociais e ambientais; entidades e seus impactos sobre a sociedade e a natureza; responsabilidade socioambiental individual e institucional; propostas de equacionamento dos problemas socioambientais; transparência					

	sobre impactos socioambientais; fundamentos e usos do balanço socioambiental ou de relatórios sobre sustentabilidade.

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00227	Educação ambiental e sustentabilidade	-	30	-	Optativa	-
Ementa	Educação para a sustentabilidade ambiental; educação ambiental e interdisciplinaridade. A didática e metodologia na educação ambiental. fundamentos da gestão ambiental; conservação e manejo de biodiversidade e educação ambiental. ética e valoração ambiental. Recursos naturais, energia e educação ambiental. o princípio dos 3rs: reduzir, reutilizar e reciclar; planejamento e avaliação de projetos em educação ambiental. princípios de ecologia, ciências ambientais e educação ambiental. Problemas ambientais e tendências globais.					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00230	Educação e formação em direitos humanos	-	30	-	Optativa	-
Ementa	Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. história dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. estatuto da criança e do adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz. diversidades socioculturais: negros e afrodescendentes, indígenas, questão de gênero, orientação sexual, diferenças geracionais, pessoas com deficiências e diversidade religiosa; preconceito, discriminação e prática educativa. plano nacional de educação em direitos humanos; políticas e ações educacionais afirmativas. o papel da escola no processo educativo de direitos humanos. Políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00234	Governança corporativa	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Não encontrada					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
GLC00292	LIBRAS I	-	30	-	Optativa	-
Ementa	Definição de LIBRAS, cultura e comunidade surda; Surdos quanto à minoria linguística; Retrospectiva da educação de surdos no brasil - escuta brasil; Aquisição da língua de sinais por crianças surdas; Diversos aspectos da gramática da LIBRAS; Alfabeto manual e sistema de transcrição para LIBRAS; Expressão faciais afetivas e expressões faciais especificas: interrogativas, exclamativas, negativas e afirmativas; Homonímia e polissemia; Quantidade, número cardinal e ordinal; Valores monetários; estruturas interrogativas; Uso do espaço e comparação; Classificadores para formas; Classificadores descritivos para objetos; Localização espacial e temporal; Famílias; Alimentos; Transportes.					

Código	**Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Pré- Requisito**	**Classe**	**Período**
STC00237	Perícia e auditoria ambiental	-	60	-	Optativa	-
Ementa	Princípios de auditoria ambiental; Introdução à auditoria ambiental. Objetivos e principais; Tipos de auditoria: auditoria de gestão ambiental; Auditoria de conformidade legal e auditoria de due diligence. Papéis de trabalho na auditoria ambiental: papel do auditado e a função do auditor; Perfil do auditor. Processo de auditoria ambiental; Etapas de auditoria: planejamento e condução da auditoria ambiental. Instrumentos para realização da auditoria ambiental; Execução da auditoria e conclusão da auditoria; Comunicação e técnicas de entrevista. Auditoria e certificação ambiental; Processo de certificação. Fundamentos de perícia ambiental; Instrumentos de perícia ambiental. Avaliação e análise de impactos, riscos e danos ambientais. Elaboração de laudos e pareceres em perícia ambiental.					

Fonte: Elaboração própria com informações de UFF Campus Niterói Grade (2024) e de UFF Banco de Ementas (2024).

Observa-se no Quadro 113 que o curso de Ciências Contábeis da UFF de Niterói oferta diversas disciplinas ligadas à educação para a sustentabilidade. Observa-se que as disciplinas Ética profissional e responsabilidade socioambiental em contabilidade e Contabilidade Ambiental são ofertadas sob forma obrigatória.

Em relação as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, não há como identificar se são ofertadas disciplinas de extensão, dado que não foi obtido o PPP da UFF Campus Niterói.

4.1.10 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A UFRJ é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, possui sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920. É pessoa jurídica de direito público, organizada na forma de autarquia de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão patrimonial e financeira (UFRJ Estatuto, [s.d.]). A UFRJ possui os seguintes *campi*: Cidade Universitária; Duque de Caxias; Macaé – Polo Universitário: Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé; Praia Vermelha e; outros locais isolados Centro de Arte Hélio Oiticica; Colégio de Aplicação da UFRJ ; Colégio Brasileiro de Altos Estudos; Escola de Enfermagem Anna Nery; Escola de Música; Faculdade Nacional de Direito; Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis; Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade; Instituto de História; Instituto de Filosofia e Ciências Sociais; Maternidade Escola; Museu Nacional e Observatório do Valongo (UFRJ Campi, 2024).

A seguir estão apresentados os documentos da UFRJ, sendo evidenciadas às questões relativas à educação para sustentabilidade, referente aos *campi* Cidade Universitária e Praia Vermelha, os quais possuem cursos de Ciências Contábeis.

- Estatuto

No Capítulo II, Seção I foram apresentados os objetivos gerais da UFRJ, expostos conforme a seguir:

> Art. 6º A Universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, à busca e ampliação dos conhecimentos e à preservação e difusão da cultura.

> Art. 7º Em cumprimento ao disposto no artigo anterior constituem objetivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro:
> I – a educação em nível superior;
> II – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> III – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> IV – o trabalho de pesquisa e investigação científica, filosófica e tecnológica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
> V – a criação artística;
> VI – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> VII – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VIII – estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
> IX – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> X – a participação, de caráter formativo e informativo, na opinião pública;
> XI - o fortalecimento da paz e da solidariedade universal; e
> XII - a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (UFRJ Estatuto, [s.d.], p.3).

Na Seção II, foram apresentados os aspectos da Educação da instituição, sendo que a universidade atendará os seguintes:

> I – ao desenvolvimento integral da pessoa humana e à sua participação na obra do bem comum;
> II – ao respeito à dignidade da pessoa humana e às suas liberdades fundamentais;
> III – à proscrição do tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religião e por preconceito de classe e de raça;
> IV – ao fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; e
> V – à preservação e à expansão do patrimônio cultural (UFRJ Estatuto, [s.d.], p.3 e 4).

Observa-se que a universidade preza pelo respeito humano e pela igualdade social.

Na Seção III, foram apresentados os aspectos da Pesquisa, sendo evidenciado que a pesquisa se constitui em formação de novos valores humanos e será meio de desenvolvimento econômico e social, e de segurança nacional (UFRJ Estatuto, [s.d.]).

Na Seção VII, são apresentados os aspectos da área de gestão e governança, sendo evidenciado que as atividades dessa área, no que se refere aos aspectos da sustentabilidade, visa o bem-estar da comunidade e a segurança das pessoas (UFRJ Estatuto, [s.d.]).

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFRJ foi estabelecido para o período 2020-2024. No capítulo 1 foi apresentado o perfil institucional, sendo evidenciados a visão, missão e valores da universidade, conforme exposto no Quadro 114.

Quadro 114: Missão, visão e valores da UFRJ

MISSÃO	Contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.
VISÃO	Posicionar-se entre os líderes mundiais na produção de conhecimento e na formação emancipadora em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século e destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.
VALORES	• Excelência acadêmica; • liberdade de pensamento e expressão; • responsabilidade social e ambiental; • ética e transparência; • diversidade, acessibilidade e inclusão social; • autonomia universitária, didático-científica, administrativa e de gestão.

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRJ PDI (2021, p.26).

Observa-se no Quadro 114, que a UFRJ tem missão, visão e valores ligados aos conceitos da educação para sustentabilidade.

Em relação ao ensino, a instituição tem por objetivo garantir a todos os alunos uma formação com elevada cultura científica, tecnológica, histórico-crítica, cultural e artística, que propicie o desenvolvimento da criatividade e do senso ético, visando o bem viver dos povos (UFRJ PDI, 2021).

No que se refere a pesquisa, foi evidenciado que as atividades relativas à pesquisa são fiscalizadas pela Câmara Técnica de Ética em Pesquisa, ligada diretamente ao Conselho de Ensino para Graduados (Cepg), a fim de propiciar um comportamento ético em todas as fases da pesquisa, desde o desenvolvimento do projeto até o impacto socioambiental, propondo ações e políticas educativas (UFRJ PDI, 2021). A Câmara possui subcâmaras temáticas, a citar: 1) Pesquisa com humanos; 2) Pesquisa com animais; 3) Integridade em pesquisa, 4) Biossegurança; 5) Biodiversidade; 6) Relação empresa – universidade (UFRJ PDI, 2021).

Quanto a extensão, foi evidenciado que a proposta da extensão universitária da UFRJ é permitir ao estudante uma formação mais cidadã e propiciar a interação com novas realidades. As ações extensionistas são divididas em áreas temáticas, a citar: Cultura; Comunicação; Educação; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Tecnologia e Produção; Saúde e Trabalho (UFRJ PDI, 2021).

No capítulo 2 foi apresentado os aspectos do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). No que se refere às políticas de extensão, foi evidenciado que a extensão não se trata só de relacionar o conhecimento obtido na universidade com a sociedade, mas é contribuir para a superação da exclusão social e da desigualdade, e para a construção de uma sociedade mais ética, justa e democrática (UFRJ PDI, 2021).

A extensão deve contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural equitativo, sustentável e adequado à realidade do Brasil. Também deve permitir a materialização dos compromissos solidários e éticos da instituição pública brasileira, deve promover a formação do estudante como cidadão crítico e responsável e deve, ainda, expressar o compromisso social da instituição com as seguintes áreas: cultura, comunicação, educação, direitos humanos e justiça, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, e trabalho, em conformidade com as políticas relacionadas às diretrizes para a educação ambiental, direitos humanos, educação étnico-racial e educação indígena (UFRJ PDI, 2021).

Na seção 2.9 foram apresentados os aspectos da Responsabilidade social da UFRJ, sendo evidenciado que a instituição visa formar profissionais altamente qualificados e cidadãos com senso crítico desenvolvido, profissionais capazes de promover ações transformadoras e inovadoras para atender as demandas sociais (UFRJ PDI, 2021).

No que se refere a contribuição à inclusão social, a UFRJ, através das ações afirmativas e da extensão, promove o acesso ao ensino superior de população de escolas públicas, de pessoas pretas, pardas e indígenas, de pessoas com deficiência e grupos socialmente vulneráveis, visando a diminuição das desigualdades sociais (UFRJ PDI, 2021).

Em relação a contribuição ao desenvolvimento econômico, foi destacado que a UFRJ não só busca formar profissionais de alto nível, que contribuem para o desenvolvimento econômico, mas também busca desenvolver pesquisas que colocam o país em um alto patamar do conhecimento e da inovação tecnológica em áreas estratégicas. Além disso, a instituição possui grupos de estudos na área de resiliência ligados aos desastres naturais e ambientais. São feitos estudos e promovidas ações na área ambiental, que tangem o saneamento básico, busca de tecnologias sustentáveis e ações de educação ambiental (UFRJ PDI, 2021).

Na área da saúde, são desenvolvidos testes diagnósticos e novos tratamentos, combate a doenças emergentes e reemergentes no Brasil, desenvolvimento de vacinas e a possibilidade de tratamentos inovadores. No campo da extensão, são promovidas ações

que impactam as novas economias, contribuindo para o alcance dos ODS e para a resolução de questões relacionadas à cidadania e à diversidade. Foi destacado as ações no campo da economia solidária, economia criativa, economia colaborativa e cultura digital, com desenvolvimento de sistemas econômicos, como financiamentos coletivos, bancos sociais, bancos de tempo e ações de inovação cidadã (UFRJ PDI, 2021).

Quanto a contribuição social para região, foi destacado o sistema de saúde pública com atuação do Complexo Hospitalar da UFRJ, em especial a Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Maternidade-Escola, Instituto de Psiquiatria (Ipub), Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), entre outros. A UFRJ também oferece à sociedade carioca várias instituições de atendimento ao público e de ensino básico e superior. Também tem o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Nacional de Direito, que oferece assessoria jurídica gratuita à população em geral. Tem o Centro de Referência de Mulheres (CRM), o qual realiza trabalho de formação cultural, educacional e profissional, para prevenir a violência de gênero, para fortalecer a cidadania das mulheres e promover relações igualitárias de gênero (UFRJ PDI, 2021).

Em relação ao desenvolvimento social, as ações de extensão impactam em áreas estratégicas, tais como, na melhoria da qualidade de vida, na inovação social e cidadã, na formulação de políticas públicas e se articulam com todos os setores da sociedade. As ações atendem aos 17 ODS (UFRJ PDI, 2021).

No que tange a contribuição para os ODS, a UFRJ tem linhas de pesquisa que englobam 16 entre os 17 temas dos ODS, do 1 ao 16 (UFRJ PDI, 2021).

Quanto ao ODS 1, promove ações de política estudantil, com oferecimento de bolsas de auxílio para estudantes em vulnerabilidade; ações de inovação e empreendedorismo social lideradas pela Agência UFRJ de Inovação e pela Pró-Reitoria de Extensão, com existência da incubadora tecnológica de cooperativas populares, que permitem a geração de negócios, beneficiando a renda das famílias mais vulneráveis. Quanto ao ODS 2, possui grupos de pesquisa para a geração de produtos relativos à agricultura sustentável, e possui os restaurantes universitários nos *campi*, que oferecem alimentação de qualidade (UFRJ PDI, 2021).

Quanto ao ODS 3, a instituição oferece 16 cursos na área da Saúde, tendo também o complexo hospitalar. Quanto ao ODS 4, os alunos da instituição se destacaram no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Quanto ao ODS 5, há incentivo ao engajamento de alunas em disciplinas e cursos de Ciências Exatas, nos quais elas são historicamente minoria. Também é incentivado o respeito à orientação sexual e à

gravidez, maternidade e puerpério. Quanto aos ODS 6 e 7 possui linhas de pesquisa e iniciativas pontuais, porém ainda possui carência de políticas institucionais dentro desses temas. O ODS 8 é menos aplicável na instituição (UFRJ PDI, 2021).

Quanto ao ODS 9, a instituição se destaca na interação com empresas através do edital de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação. Quanto ao ODS 10, ele está ligado à adesão da universidade à política de cotas. Quanto ao ODS 11, pode ser representado pela abertura dos espaços da UFRJ, como suas quadras poliesportivas, museus, coleções e espaços de Ciência, além dos espaços ao ar livre dos *campi* para a sociedade (UFRJ PDI, 2021).

Quanto ao ODS 12, são adotadas políticas de reciclagem de resíduos e educação continuada do pessoal terceirizado de limpeza, mas foi destacado que há muito trabalho a ser desenvolvido na instituição no que se refere ao consumo e produção responsável. Quanto ao ODS 11 que tem correlação com o ODS 13, a instituição possui medidas contra a mudança climática e seus impactos. Quanto aos ODS 14 a 16, a instituição tem diversos eventos, com estímulo a participação em desafios e prêmios (UFRJ PDI, 2021).

Em relação à contribuição para a Integridade Acadêmica e a Ética em Pesquisa, foi evidenciado que tem crescido a conscientização sobre à importância da Ética e da Integridade em Pesquisa no ambiente universitário (UFRJ PDI, 2021).

Na seção 2.10 foram apresentados os aspectos das políticas de inovação, foi evidenciado que a UFRJ, atualmente, possui um Parque Tecnológico, uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, uma Incubadora de Empresas, uma Agência de Inovação (Núcleo de Inovação Tecnológica) e várias outras estruturas, como laboratórios de pesquisas. Possui também atividades de fomento à inovação e ao empreendedorismo. Essas estruturas aumentam a efetividade e eficiência das ações inovadoras da instituição (UFRJ PDI, 2021).

No capítulo 4 foram demonstrados os aspectos da Gestão e organização administrativa da UFRJ. Na seção 4.7 foram evidenciadas as ações de transparência e divulgação de informações da universidade. Dentre as principais ações e ferramentas de transparência foram destacados: a criação da Ouvidoria-Geral, da Auditoria Interna e da Comissão de Ética; a divulgação do Portal da Transparência, dos contratos e convênios e da Carta de Serviços; o relatório de prestação de contas anuais; o desenvolvimento do orçamento participativo; a instituição da Coordenadoria de Comunicação Social (Coordcom); a criação do Plano de Conduta e Integridade da UFRJ; a utilização do

sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e do sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal (e-OUV) (UFRJ PDI, 2021).

Na seção 4.8 foram apresentados os aspectos da gestão e governança na UFRJ, sendo evidenciado que o planejamento institucional, a governança, a gestão de riscos, a integridade e a comunicação assertiva são conceitos ainda incipientes na instituição. Assim na seção 4.9 são apresentadas várias metas das áreas relacionadas à reitoria e da pró-reitoria de gestão e governança (UFRJ PDI, 2021).

No capítulo 7 foram mostrados os aspectos das Políticas de atendimento aos discentes, sendo evidenciado que a Pró-Reitoria de Graduação (PR-1) e Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7) desenvolve formas de acesso para ingresso de estudantes na universidade; promove estímulo à permanência; possui uma organização estudantil, cria espaços para participação e convivência estudantil e; faz acompanhamento dos egressos. Neste capítulo ainda foram apresentados objetivos, indicadores e metas relativos à política de atendimento aos estudantes (UFRJ PDI, 2021).

Quanto as formas de acesso, tem-se os seguintes editais: Edital Geral de Acesso, Edital Sisu/MEC, Edital THE/Enem e Edital TCE/Enem. Também existem outras modalidades de acesso, como transferência externa, reingresso e mudança de curso/polo, que são validadas por editais próprios. Vale ressaltar que são utilizadas ações afirmativas para ingresso na universidade, visando aumentar as oportunidades de acesso ao público com situação de vulnerabilidade socioeconômica e grupos minoritários discriminados, como pardos, pretos, indígenas, pessoas com deficiências físicos e outros, contribuindo com a diminuição das desigualdades sociais (UFRJ PDI, 2021).

No que se refere ao estímulo à permanência dos estudantes na educação superior pública federal, visando a redução dos efeitos das desigualdades sociais e das taxas de retenção e evasão dos alunos, foram elaborados programas, projetos e ações de assistência estudantil, que proporcionam moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Há iniciativas voltadas para promover o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (UFRJ PDI, 2021).

São concedidos auxílio-moradia; auxílio-alimentação; auxílio-material didático; auxílio-transporte intermunicipal; auxílio-permanência; auxílio-educação infantil; e auxílio-situações emergenciais (UFRJ PDI, 2021).

No capítulo 9 foram evidenciados os aspectos da Infraestrutura e instalações acadêmicas. Na seção 9.2 foi apresentado o Sistema de alimentação (SIA/UFRJ) da UFRJ. A concepção do sistema envolveu uma política de alimentação em conformidade com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. A essência do sistema foi incorporada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFRJ PDI, 2021).

A Política de Alimentação da universidade objetiva a garantir oportunidades de formação integral aos estudantes, demonstrando o compromisso social e pedagógico da instituição ao elaborar políticas públicas que aumentam o suporte à assistência estudantil (UFRJ PDI, 2021). O SIA elabora e implementa proposta para produção e distribuição de refeições que sejam equilibradas nos princípios nutritivos, culturalmente diversificadas, seguras levando em conta os aspectos higiênico-sanitário, economicamente justa e em conformidade com os princípios de proteção ambiental e uso racional dos recursos naturais, possibilitando também oportunidades para a agricultura familiar (UFRJ PDI, 2021).

Na seção 9.6 foi apresentado os aspectos do plano de promoção de acessibilidade e de direitos específicos às pessoas com deficiência, sendo evidenciados os projetos de acessibilidade básica concluídos (UFRJ PDI, 2021).

Na seção 9.8 foram apresentadas as perspectivas da Prefeitura Universitária (PU) para a infraestrutura da UFRJ. Dentre as atribuições da Prefeitura foi destacado a Gestão do ambiente, sendo a Coordenação de Operações Urbano-Ambientais (Coua) responsável pela conservação e manutenção das áreas verdes da universidade, pela coleta dos resíduos sólidos e limpeza urbana dos *campi* (UFRJ PDI, 2021). A PU também desenvolve políticas de mobilidade universal e sustentável para os *campi*, bem como é responsável pela gestão e fiscalização dos serviços de transporte, pela observação e intervenção, junto aos governos Municipal e Estadual, nas questões de transporte público e do trânsito no Campus da Cidade Universitária. Também planeja a utilização dos recursos da engenharia de tráfego, da circulação de pedestres e veículos, procede a guarda, a fiscalização e o controle de veículos (UFRJ PDI, 2021).

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UFRJ utilizada no presente trabalho é a de 2022, sendo apresentado o desempenho e as iniciativas relativas à sustentabilidade da instituição. Foi ressaltado que a UFRJ englobando todos seus *campi* e unidades isoladas, possui ampla

extensão dos espaços ocupados, significativa quantidade de pessoas que circulam nas unidades e diversidade de atividades. Essa estrutura da universidade é semelhante à de um município de médio porte, o que demonstra a importância da utilização de instrumentos de gestão ambiental na instituição (UFRJ PLS, 2022).

O PLS apresentou um diagnóstico detalhado para a gestão sustentável em áreas-chave, a citar: Material de Consumo, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Coleta Seletiva, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Deslocamento de Pessoal (UFRJ PLS, 2022).

O PLS foi dividido nas áreas-chave, sendo disponibilizados no *site* da instituição em documentos separados para cada área (UFRJ PLS, 2022).

O PLS - Material de Consumo trata de papel para impressão, copos descartáveis, cartuchos e toners para impressão, apresentando para cada material os dados de consumo e despesa e sugestão de ações (UFRJ PLS, 2022). No PLS - Energia Elétrica são fornecidos os dados de consumo e despesa anual para cada unidade da UFRJ. No PLS - Água e Esgoto foi exposto o diagnóstico de consumo de água e seus indicadores; o diagnóstico do descarte de efluentes sanitários, apresentando a rede coletora de esgotos, e como é feito o tratamento dos efluentes sanitários, sendo demonstrados problemas e anomalias em alguns prédios da universidade. Foram sugeridas ações de soluções preventivas e corretivas para a rede coletora de esgotos e soluções gerais (UFRJ PLS, 2022).

O PLS - Coleta Seletiva apresenta o histórico da coleta seletiva da UFRJ e os desafios para realizá-las. O PLS - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho revela os programas oferecidos, mostrando as condições do ambiente de trabalho e os aspectos da acessibilidade, sugerindo programas que podem ser implementados (UFRJ PLS, 2022).

O PLS - Deslocamento de Pessoal apresenta um diagnóstico de acessibilidade, demonstrando a distribuição espacial e a interação com a oferta de transporte, fornecendo o perfil da oferta de transporte e um diagnóstico de mobilidade, inclusive com uma seção que aborda o incentivo a caronas. Expõe uma proposta preliminar de aprimoramentos dos padrões de mobilidade, com plano de mobilidade sustentável e levantamento de melhores práticas (UFRJ PLS, 2022).

- Plano Político Pedagógico da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

A versão do PPP do curso de Ciências Contábeis da UFRJ desenvolvido pela FACC é a de setembro de 2019 e foi implementado nos dois *campi* - Cidade Universitária e Praia Vermelha.

Na introdução foi evidenciado que as instituições devem ter uma postura socialmente responsável, tendo como base um bom sistema de informações. A contabilidade, por sua vez, é uma das principais fontes de informação das empresas, devendo assumir uma função que lhes assegure um comportamento socialmente responsável (UFRJ PPP, 2019).

No capítulo 2 foi apresentada a justificativa do curso, sendo ressaltado que para a formação do profissional contábil, deve-se considerar a formação humanísticas (UFRJ PPP, 2019). O curso não deve formar somente profissionais que processam informações técnicas e inteligentes, deve haver formação humanística, com consciência de responsabilidade perante a sociedade. Levando este entendimento em conta, o PPP propõe a inclusão de disciplinas que possibilitam aos estudantes a formação do homem "ser social". Assim, atendendo as diretrizes do conselho regional de contabilidade, os discentes têm até o 5º período a formação mínima exigida para se tornar contador com essa formação humanística e social (UFRJ PPP, 2019).

No capítulo 3 foi apresentada a concepção do curso, sendo evidenciado a missão do curso conforme a seguir.

> O Curso de Ciências Contábeis tem como proposta de matriz curricular um rol de disciplinas que irão possibilitar ao discente o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação de um Contador Generalista. É importante que esta proposta de matriz curricular atenda, também, aos anseios das organizações viabilizando aos discentes uma visão que valorize mais os prognósticos do que os diagnósticos (UFRJ PPP, 2019, p.4).

Em relação ao perfil profissional, foram ressaltados os objetivos gerais do curso que é além de desenvolver competências técnicas, conceituais e profissionais, também desenvolver outras competências e habilidades complementares. Dentre elas, destaca-se a relativa a educação para sustentabilidade, que é a "capacidade de se relacionar, com base nos direitos e deveres de cidadania e éticas social e profissional" (UFRJ PPP Campus Cidade Universitária, 2019, p.4).

Os objetivos específicos estabelecem algumas competências e habilidades. Evidenciam-se as ligadas a educação para a sustentabilidade:

> - Incentivar o aluno agir dentro dos princípios éticos, morais e legais, promovendo o bom relacionamento humano;

> - Proporcionar formação profissional dotada de competência e habilidades que viabilizem aos agentes econômicos e seus prepostos o pleno cumprimento de responsabilidade perante a sociedade;
> - Proporcionar capacidade de interpretar tendências de mercado, sem perder a consciência e a dimensão das questões éticas, humanas e sociais (UFRJ PPP, 2019, p.5).

Ressaltou-se no PPP que, conforme a missão e objetivos do curso, o perfil do egresso exige algumas características. Dentre elas, destacam-se as ligadas a educação para sustentabilidade, a citar:

> ➢ Ter valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, principalmente, porque o exercício profissional da contabilidade pressupõe envolvimento com cifras, apuração de resultados, levantamento de modelos decisórios e outros que afetam diretamente investidores, governo, fornecedores, clientes, funcionários etc.; e
> ➢ Ter formação humanística adequada ao exercício profissional habilitando o profissional a uma compreensão do meio em que vive, seja social, político, econômico ou cultural (UFRJ PPP Campus Cidade Universitária, 2019, p.5 e 6).

Em relação ao currículo proposto no PPP da UFRJ, o Quadro 115 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 115: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFRJ

Código	Disciplina	C.H	C.H.	Pré- Requisito	Classe	Período
ACC482	Ética Profissional	04	60	ACC235 Contabilidade Intermediária	Obrigatória	8º Período
ACC638	Contabilidade Socioambiental	04	60	ACC237 Teoria da Contabilidade	Optativa	-
LEF599	Estudo da Língua Brasileira de Sinais I	04	60	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRJ PPP (2019).

Observa-se no Quadro 115 que a UFRJ oferta disciplinas que estão dentro da temática da educação para sustentabilidade, sendo a maioria disciplina optativa.

O PPP aponta a definição horizontal das disciplinas, conforme a seguir:

> I - Formação Humana
> Objetivo: Compreender o comportamento do homem nas relações sociais, nas relações de poder, na percepção de si mesmo e na relação com outros homens.
> Disciplina: Ética Profissional (UFRJ PPP, 2019, p.11).

> III - Formação Específica - Desenvolvendo o contador na área escolhida
> a) Planejamento e Gerenciamento da Empresa
> Objetivo: Desenvolver habilidade, de planejar e gerenciar com o fim de: avaliar alternativas, considerando todos os aspectos inerentes à gestão de uma empresa.
> Disciplina: Contabilidade Socioambiental (UFRJ PPP, 2019, p.12).

No que diz respeito ao programa das disciplinas da UFRJ, este foi encontrado no *site* da instituição, conforme o Quadro 116.

Quadro 116: Programa das disciplinas da UFRJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa e Objetivo da disciplina
Ética Profissional	**Ementa**
	Conceito e campo da ética. Fontes das normas éticas. Comportamento ético. Código de ética profissional. Atuação do profissional e os padrões de qualidade. Atributos de um bom profissional da contabilidade. Os conselhos reguladores da profissão.
	Objetivo
	1. Oferecer um embasamento teórico para aplicação da ética na carreira profissional, desmistificando o conceito popular sobre ética. 2. Levar os alunos a compreenderem, por meio de casos reais e hipotéticos, a importância de cada tomada de decisão que implique aspectos éticos. 3. Capacitar os alunos a entenderem as possíveis consequências, positivas e negativas, de modo quantitativo e qualitativo, de cada tomada de decisão tomada eticamente ou não.
Contabilidade Socioambiental	**Ementa**
	Conceitos sobre o meio ambiente e métodos de avaliação. Gestão ambiental. Mensuração contábil e sistema de informação, Relatório Social, Balanço Social.
	Objetivo
	Dotar o aluno de capacidade para identificar as ações de uma entidade que afetem o meio ambiente e como elas devem ser reconhecidas e mensuradas pela contabilidade. Elaborar relatórios que evidenciem a gestão socioambiental de uma empresa.
Estudo da Língua Brasileira de Sinais I	**Ementa**
	Não foi encontrada
	Objetivo
	Não foi encontrado

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRJ (2024a).

No capítulo 7 foram apresentados os aspectos dos projetos de extensão e de pesquisa, sendo evidenciados os núcleos de pesquisa do curso. Dentre eles, destaca-se os ligados a educação para sustentabilidade, a citar, Núcleo de Pesquisa de Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais e Núcleo de Pesquisa de Apoio à Gestão Governamental (UFRJ PPP, 2019).

O Núcleo de Pesquisa de Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais estuda o registro e a divulgação do impacto das empresas na esfera socioambiental e o relacionamento das mesmas com a responsabilidade social (UFRJ PPP, 2019).

No que se refere as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, o curso oferta disciplinas de extensão. Dentre elas destacam-se a ACCZ50 - Atividade de Extensão (Cr: 0, C.H.: 195, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, 1º Período), ACC602 - Gestão, Tecnologia e Inovação (Cr: 4, C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -), ACC030 - Gestão, Desenvolvimento e Inovação I (Cr: 4, C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -), ACC642 - Gestão, Desenvolvimento e Inovação II (Cr: 4,

C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -), ACC031 - Introdução ao Cooperativismo (Cr: 4, C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -), ACC032 - Aspectos Gerenciais das Cooperativas (Cr: 4, C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -) e ACC033 - Aspectos Legais das Cooperativas (Cr: 4, C.H.: 45, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -).

Foi enfatizado que, no que se refere ao conjunto de disciplinas de extensão apresentado no PPP, o estudante deverá totalizar nove créditos em 330 horas, distribuídos ao longo do curso, nos períodos indicados no currículo proposto.

No que diz respeito a disciplina ACCZ50-Atividade de Extensão, segue a ementa:

> **EMENTA:** Atividade de extensão de projetos envolvendo os discentes, juntamente com a sociedade. Seminários técnicos e científicos onde o discente realize produções beneficentes. Eventos em caráter excepcional com a participação da comunidade. Empresa Júnior com produção discente para a sociedade de gestão empresarial ou comunidades em desenvolvimento (UFRJ, 2024b).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois permite que o estudante tenha relação com as questões referentes a comunidade externa.

Em relação a disciplina ACC602 Gestão, Tecnologia e Inovação, seguem a ementa e o objetivo:

> **EMENTA:**
> Território da Gerência da Tecnologia (Getec); Temas prioritários; Concepções alternativas do processo de inovação tecnológica; Sistemas nacionais de ciência e tecnologia (Exterior e Brasil); Papel do estado na inovação tecnológica; Estratégia tecnológica de empresa: formulação e gestão; Avaliação em Ciência e Tecnologia.
> Atividade de extensão a ser desenvolvida junto à comunidade, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na Inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresas, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade.
> **OBJETIVOS:**
> Objetivo Geral: Examinar o conjunto dos aspectos conjunturais, humanos e organizacionais ligados ao desenvolvimento de uma tecnologia, procurando em seguida estudar o conjunto das interações que existem entre a gerência no dia a dia de uma tecnologia e os objetivos estratégicos de uma organização. Finalmente, as relações entre tecnologia e ambiente externo à organização são explicitadas.
> Objetivos Específicos: Ao final do curso o aluno deverá saber: Conceituar inovação e gerência da tecnologia; Os processos envolvidos no desenvolvimento de tecnologias; Como administrar a tecnologia para obter vantagem competitiva; Como avaliar a capacitação tecnológica da empresa UFRJ (2024a).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois aborda tópicos sobre inovação tecnológica.

Quanto a disciplina ACC030 - Gestão, Desenvolvimento e Inovação I, segue a ementa:

> **EMENTA:** Aspectos teóricos e práticos de gestão e inovação. Incubação como metodologia de desenvolvimento. Aspectos multidisciplinares da incubação. Abordagem metodológica: finanças, gestão, cidadania, tecnologia, mercado, integração multidisciplinar e aplicações (UFRJ, 2024b).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois desenvolve tópicos sobre inovação e cidadania.

No que se refere a disciplina ACC642 - Gestão, Desenvolvimento e Inovação II, segue a ementa:

> **EMENTA:** Atividade de extensão a ser desenvolvida junto à comunidade, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na Inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresas, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade (UFRJ, 2024b).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois também desenvolve tópicos sobre inovação tecnológica.

No que concerne a disciplina ACC031 - Introdução ao Cooperativismo, segue a ementa:

> **EMENTA:** Origem do Cooperativismo; Evolução do pensamento; Definição, Valores e Princípio; Sistema e Aliança Nacional e Internacional: organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e a Confederação nacional das Cooperativas (CNCOOP); Legislação aplicada; Sociedades Cooperativas; participação, Identidade, Sustentabilidade, Capital e Quadro Legal; Panorama e Tendências no Brasil e no Mundo. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, com utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo (UFRJ, 2024b).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois trabalha tópicos sobre a inovação, o cooperativismo, a sustentabilidade e também permite que o aluno tenha relação com as questões da sociedade.

No tocante a disciplina ACC032 - Aspectos Gerenciais das Cooperativas, segue a ementa:

> **EMENTA:** Normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Cooperativismo; Análise de Custos para Tomada de Decisão; Padronização Contábil; Demonstrações Contábeis; técnicas Gerenciais; orçamento e Planejamento; Profissionalização da Gestão. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, através da utilização de processo de

> inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo (UFRJ, 2024b).

A disciplina tem relação com a educação para sustentabilidade, pois desenvolve tópicos sobre a inovação tecnológica, cooperativismo e também possibilita que o discente tenha relação com as questões da comunidade externa.

Acerca da disciplina ACC033 - Aspectos Legais das Cooperativas, segue a ementa:

> **EMENTA:** Sociedades Cooperativas; Orçamento e Planejamento; Profissionalização da Gestão; Governança Cooperativista. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo (UFRJ, 2024b).

A disciplina aborda os mesmos tópicos da disciplina ACC032 - Aspectos Gerenciais das Cooperativas, os quais possuem relação com a educação para sustentabilidade, só que pela perspectiva legal das cooperativas.

Em geral as disciplinas de extensão da possibilitam que a UFRJ tenha inserção na sociedade, propiciando o bem-estar social.

4.1.11 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A UFRRJ tem sede na região metropolitana do Grande Rio, Estado do Rio de Janeiro. A instituição foi criada pelo Decreto-Lei nº 6. 155, de 30 de dezembro de 1943. Foi reorganizada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962 e depois reestruturada pelo Decreto nº 63.492, de 29 de outubro de 1968. A universidade é uma autarquia de regime especial, tendo autonomia didática e científica, financeira, administrativa e disciplinar. A UFRRJ possui quatro *campi* universitários, a citar, o Campus de Seropédica, Campus de Nova Iguaçu, Campus de Três Rios e o Campus de Campos dos Goytacazes (UFRRJ PDI, 2023).

A seguir estão apresentados os documentos da UFRRJ, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Seropédica, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

No capítulo 1 do Estatuto, Art. 2º, foram expostos os objetivos da UFRRJ, que estão demonstrados a seguir.

> a. ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, em todos os campos do conhecimento, visando ao preparo e aperfeiçoamento de pesquisadores, professores e técnicos;
> b. estimular, promover e executar investigações científicas, com o objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos, enriquecimento da cultura e sua aplicação ao serviço do Homem e ao desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere ao melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e humanos;
> c. contribuir para a divulgação de conhecimentos especializados visando à melhor compreensão da realidade brasileira, em seus múltiplos aspectos;
> d. proporcionar aos Poderes Públicos, dentro dos limites dos seus recursos, a assessoria que lhe for solicitada para o desenvolvimento do país; e
> e. desenvolver integralmente a personalidade dos seus alunos, atendendo ao ideal do bem comum, da unidade nacional e da compreensão e cooperação universais (UFRRJ Estatuto, 1974).

Observa-se que um dos objetivos da UFRRJ é desenvolver produções para o desenvolvimento social do país, considerando o uso consciente dos recursos naturais, o que está ligado a conceito de sustentabilidade.

No capítulo II, foi ressaltado que a instituição obedece aos princípios expostos a seguir.

> - unidade de patrimônio e administração;
> - integração das funções de ensino, pesquisa e extensão;
> - não duplicidade de meios para fins idênticos;
> - universalidade de campo, pelo cultivo das diversas á de conhecimento;
> - cooperação entre as unidades e órgãos da Universidade desenvolvimento de projetos, cursos e programas (UFRRJ Estatuto, 1974).

Na Seção IV, foram apresentados os aspectos da assistência da UFRRJ. No Art. 91, foi evidenciado que a instituição, dentro dos seus recursos e das disponibilidades, poderá oferecer aos seus estudantes assistência médica e social (UFRRJ Estatuto, 1974).

No capítulo IV, foram expostos os aspectos relativos à vida social universitária na UFRRJ (UFRRJ Estatuto, 1974). No Art. 96, foi ressaltado que a vida social na instituição se fundamenta na integração docente-discente, ficando determinado que a instituição:

> a. proporcionará ao corpo discente, por meio de suas atividades de extensão, oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e em processo geral de desenvolvimento;
> b. assegurará ao corpo discente meios para a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
> c. incentivará as atividades de educação física e desportos;

> d. estimulará as atividades que visem à formação cívica, tendo como objetivo a criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (Estatuto UFRRJ, 1974).

Observa-se que a instituição leva em conta a promoção da melhoria de vida de seus discentes, além de propiciar uma consciência de direitos e deveres profissionais e de cidadania.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFRRJ foi estabelecido para o período 2023-2027. No capítulo 3 foi apresentada a metodologia utilizada no PDI, sendo ressaltado que devem ser levados em consideração no documento as questões legais e normativas, planos e acordos internacionais e os vários sistemas educacionais. Dentre os acordos internacionais, destacou-se os ODS estabelecidos na Agenda 2030 da ONU (UFRRJ PDI, 2023).

No capítulo 4 foram evidenciadas as políticas de gestão e transparência da universidade. Dentre as políticas, destaca-se a Política de Governança. Foi evidenciado que a Governança Pública compreende instrumentos de estratégia, liderança e controle, que permitem a adequada prestação de serviços públicos à sociedade e a alocação do orçamento e dos recursos provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos (UFRRJ PDI, 2023).

A Governança Pública contribui na redução de desvios do erário público, de fraudes e corrupção. Nessa perspectiva, a UFRRJ tem órgãos que fazem a governança, a citar, Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Curadores, Representante Comitê de Governança Risco e Controle, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Conselho de Administração, tendo como apoio interno, a Auditoria Interna, a Ouvidoria e o Comitê de Ética, e externamente, o Ministério da Educação, Ministério de Planejamento e Orçamento, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Sociedade e Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FAPUR) (UFRRJ PDI, 2023).

Para propiciar a adoção de ações e medidas institucionais para prevenção, detecção, punição e remediação de corrupção e fraudes, instituiu-se um programa de integridade. Com isso, foi criado um Comitê Técnico de Integridade, comissão permanente de suporte às ações de gestão, para definir as diretrizes para o programa,

sendo coordenado por representantes das áreas de planejamento, gestão de pessoas, ouvidoria e ética (UFRRJ PDI, 2023).

A universidade possui ações de transparência relativas as ações, programas, atividades e projetos implementados. As informações das principais ações e programas desenvolvidos estão descritas no PDI, no Relatório de Gestão, na Carta aos Cidadãos, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, nas páginas da internet e nas redes sociais (UFRRJ PDI, 2023).

A Carta de Serviços aos Cidadãos é um documento que informa os cidadãos quais serviços foram prestados pela instituição, descrevendo como obter os serviços e quais são os compromissos de atendimento estipulados. Esse documento é compromisso da UFRRJ com a população, dado que oferece mais informação e transparência em relação aos seus serviços (UFRRJ PDI, 2023).

A universidade possui canais de divulgação para a comunidade, como: Portal da Transparência e Prestação de Contas, Relatório de Gestão, Ouvidoria da UFRRJ, PDI, Coordenadoria de Comunicação Social e Jornalismo, Consulta de processos e Rural em Números (UFRRJ PDI, 2023).

Destaca-se também a Política de Gestão Ambiental, sendo evidenciado o Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, os quais instituíram o desenvolvimento do Plano de Gestão de Logística Sustentável. Assim, deu-se início as ações para executar o PLS, aprovado em 2020 (UFRRJ PDI, 2023).

Ressalta-se a Política de Inovação, esta é gerida pela Agência de Inovação da UFRRJ que coordena as atividades de transferência de tecnologia feitas pelos docentes, estudantes e técnico administrativo, voluntários e assemelhados, e zela pela proteção dos direitos de propriedade intelectual. Foi evidenciado que há um baixo número de estudantes envolvidos com a Inovação, o que demonstra a necessidade de fortalecer as ações de Inovação (UFRRJ PDI, 2023).

No Capítulo 5 foram apresentados os aspectos do ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ. Na seção 5.1 apresentou-se o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sendo evidenciado que para a instituição, a educação é balizada nos princípios da solidariedade, da inclusão, do respeito à diversidade, da aprendizagem de qualidade, com o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da cidadania, baseadas nos princípios democráticos, na cooperação, no trabalho em equipe, na formação de indivíduos

conscientes de suas responsabilidades sociais e com a preservação do meio ambiente (UFRRJ PDI, 2023).

A graduação procura formar integralmente o ser humano, altamente qualificado, levando em conta os princípios citados no parágrafo anterior, no contexto de uma sociedade com diversidade cultural marcada pela desigualdade social. Conforme essa perspectiva, há objetivos estratégicos da graduação para criação de indicadores e políticas institucionais para monitorar o desempenho dos discentes (Objetivo 19). Também há dois objetivos estratégicos para reduzir a evasão nos cursos de graduação (Objetivo 20 e Objetivo 21), o que impacta a vida acadêmica dos estudantes e a potencial diplomação (UFRRJ PDI, 2023).

Assim, há políticas e ações como: o aumento da quantidade de bolsas de permanência para alunos com vulnerabilidade social, o aprimoramento de sistema de inclusão de discentes pretos, pardos, indígenas e com deficiência (UFRRJ PDI, 2023).

Em relação a Política de ensino, a instituição possui uma função relevante na formação profissional e cidadã. A universidade compreende que a formação no Ensino Superior deve ter caráter integral e reforçar valores, com forte compromisso social e ambiental (UFRRJ PDI, 2023).

No que se refere a política de extensão, foi evidenciado que os programas de extensão devem considerar às questões relevantes da sociedade, permitindo o contato da comunidade acadêmica com a realidade social através do diálogo com diversos grupos sociais, nos diferentes campos da ação profissional, e viabilizando o desenvolvimento e bem-estar social (UFRRJ PDI, 2023).

Foi ressaltado que a quantidade de bolsas de extensão vem sendo ampliada e inclui oito programas, a citar, a Fazendinha Agroecológica Km 47; o Programa preparatório para o Enem; o Programa de ações em direitos humanos e cidadania; o Programa de residência em iniciação profissional na área de gestão aplicada a projetos educacionais; o Programa de projetos em sustentabilidade; o Programa de bolsas de iniciação à extensão; o Programa de apoio técnico acadêmico a projetos de extensão e; o Programa de fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro (UFRRJ PDI, 2023).

No capítulo 6 foi apresentado os aspectos da assistência estudantil da UFRRJ, que é feita com vistas na permanência dos discentes na instituição, na melhoria do seu desempenho acadêmico e na redução dos índices de evasão. A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) é a unidade que faz a gestão da assistência estudantil, atuando nas

áreas da moradia estudantil, transporte, alimentação, atenção à saúde, cultura, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico, creche e acessibilidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades (UFRRJ PDI, 2023).

No capítulo 7 foi apresentada uma análise de cenários e tendências. Levando em conta o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei Nº 13.971, DE 27 de dezembro de 2019 a UFRRJ criou algumas estratégias, para contribuir com as diretrizes do governo. A primeira estratégia visa melhoria na Governança, modernização, transparência, eficiência e eficácia da atuação da Administração Pública. A instituição entende que é importante melhorar seus indicadores de governança (UFRRJ PDI, 2023).

A instituição também procura melhorar a gestão dos indicadores acadêmicos, para aumentar a qualidade na formação dos estudantes. Outra estratégia é a redução das desigualdades regionais. A universidade atua na Baixada Fluminense, região que apresenta carências estruturais, econômicas e sociais. Assim, aumentou-se a estratégia de ampliar a quantidade de programas, projetos e ações para a comunidade do entorno (UFRRJ PDI, 2023).

No que diz respeito ao combate desigualdades sociais, a universidade estabelece cotas, para o ingresso de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas, bem como oferece Assistência Estudantil. Por fim, no que se refere a responsabilidade ambiental, a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, tem-se o programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que inclui a geração de renda, a redução da desigualdade e promoção da segurança alimentar (UFRRJ PDI, 2023).

Em relação as políticas de fomento à pesquisa e inovação, a universidade visa contribuir para o desenvolvimento nacional, promovendo pesquisa sobre a redução da desigualdade e da pobreza, promoção da justiça ambiental e dos direitos humanos (UFRRJ PDI, 2023).

No capítulo 8 foi apresentado o planejamento estratégico institucional, sendo evidenciado a missão, a visão e os princípios da UFRRJ, conforme exposto no Quadro 117.

Quadro 117: Missão, visão e princípios da UFRRJ

MISSÃO	Gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade de vida	(p.86 e no Anexo II)

VISÃO	Ser uma Instituição pública de ensino superior, básico, técnico e tecnológico de excelência acadêmica e administrativa, consolidando a formação do ser humano para a atividade profissional e reflexão crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária	(p.87 e no Anexo II)
PRINCÍPIOS	I – Excelência acadêmica nas ciências, tecnologia, artes e humanidades; II – Ênfase à questão socioambiental na formação profissional e cidadã; III – Respeito à diversidade cultural, intelectual, artística, institucional, política e religiosa; IV – Respeito às pessoas e às diferenças individuais; V – Compromisso com a valorização e com a promoção do desenvolvimento de relações humanas solidárias; VI – Compromisso com a democracia política com justiça social; VII – Compromisso com a melhoria das condições democráticas de acesso e permanência nos seus diversos cursos; VIII – Compromisso com a formação de profissionais-cidadãos qualificados, críticos e socialmente engajados; IX – Gestão democrática, transparente, participativa e descentralizada	(p.87 e no Anexo II)

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRRJ PDI (2023).

Observa-se que a UFRRJ tem missão, visão e princípios que vão ao encontro do conceito de educação para a sustentabilidade.

A seção 9.4 aborda os aspectos da acessibilidade, sendo evidenciado que a responsabilidade sobre a acessibilidade é do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o qual implementa as políticas educacionais inclusivas e de acessibilidades. O NAI possui oito grupos de trabalho que são divididos em: Grupo de Acessibilidade Física; de Acolhimento; de Acessibilidade Curricular e Pedagógica; de Formação Continuada; de Comunicação, Informação e Tecnologias Assistivas; de Políticas de Estágio; de Ingresso; e de LIBRAS, Inclusão e Educação de Surdos (UFRRJ PDI, 2023).

Foi evidenciado que o Plano de Acessibilidade da instituição apresenta informações relativas à estrutura de cada localidade dos *Campi* e mostra as obras de acessibilidade já feitas e os projetos que estão aguardando dotação orçamentária e o planejamento para os próximos anos (UFRRJ PDI, 2023).

No Campus de Seropédica, ressaltou-se a necessidade de decisões estratégicas da Gestão e de disponibilidade de recursos para a execução das obras e aquisições, dado que a escassez de recursos, torna necessário procurar por parcerias e convênios para viabilizar as obras de acessibilidade (UFRRJ PDI, 2023).

- Plano de Logística Sustentável

O PLS da UFRRJ não foi encontrado. Há menções sobre o documento no PDI, sendo evidenciado que foi aprovado em 2020, mas não está disponível no *site* da universidade.

- Plano Político Pedagógico

A versão do PPP do curso de Ciências Contábeis da UFRRJ é a de 2018, sendo evidenciado na introdução que cabe a instituição possibilitar condições para que os seus egressos sejam os agentes de mudanças, trazendo soluções para os problemas sociais e econômicos presentes na sociedade. Levando essas necessidades em conta, o curso de Ciências Contábeis busca fortalecer sua estrutura curricular para formar egressos com competências que englobam diversas construções do saber. Assim, a instituição fica atentas às questões sociais e ambientais, com vistas na excelência do ensino e do atendimento às demandas sociais (UFRRJ PPP, 2018).

No capítulo 2 foi exposto o objetivo geral do curso que é:

> Formar profissionais capazes de compreender que, as organizações são elementos dinâmicos influenciados pelas pessoas que nelas desempenham suas funções e interagem para realização de seus propósitos, utilizando-se da mais moderna tecnologia para realização de suas tarefas funcionais, propiciando um fluxo contínuo de informações e consultas, de modo a garantir que o processo de tomada de decisão ocorra de maneira eficaz, com base nas ferramentas contábeis (UFRRJ PPP, 2018, p.6).

Também foram expostos os objetivos específicos do curso. Dentre eles, destacam-se os ligados à educação para sustentabilidade.

> Adotar políticas para a formação de profissionais altamente éticos e capacitados; um contador de excelência, que seja um colaborador na elevação das condições de vida em sociedade, na medida em que negócios públicos e privados vêm exigindo bacharéis que consigam dominar assuntos ecléticos, desde os de origem técnica até as demandas do mercado de trabalho globalizado.
> Preparar o profissional de contabilidade comprometido com os valores exigidos pelo mercado, para assim contribuir para o desenvolvimento das sociedades, com a competência técnico acadêmica desta profissão (UFRRJ PPP, 2018, p.6).

No capítulo 3 foi apresentado o perfil do profissional egresso, sendo ressaltado que o curso de graduação em Ciências Contábeis da instituição deve possibilitar condições para que o futuro contador tenha algumas capacidades (UFRRJ PPP, 2018). Dentre elas, destacam-se as ligadas à educação para sustentabilidade:

> I. Compreender as questões científicas, econômicas, tecnológicas, socioambientais e culturais, disciplinares e interdisciplinares, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
> III. Atuar no mercado competitivo privado e público, em âmbito nacional e internacional, adotando uma postura ética, consciente de sua função social e de sua responsabilidade civil e penal, aplicando os embasamentos teóricos e práticos consoantes os Princípios Fundamentais da Ciência Contábil.
> V. Dialogar com profissionais de outras áreas e de participar com responsabilidade e competência do processo de integração e desenvolvimento social, político e econômico do nosso país (UFRRJ PPP, 2018, p.8).

No capítulo 4 foram evidenciadas as competências e habilidades que os bacharéis devem ter. Dentre elas, destacam-se as ligadas à educação para sustentabilidade:

> VI. Exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
> VIII. Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (UFRRJ PPP, 2018, p.9).

A respeito do Programa das disciplinas e da matriz curricular da UFRRJ, o Quadro 118 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 118: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UFRRJ

Código	Disciplina	Cr	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
ICS4635	Ética Geral e Profissional em Contabilidade	4T-0P	60	-	Obrigatória	3º Período
ICS4683	Contabilidade Socioambiental	2T-0P	30	ICS4631 - Contabilidade Intermediária I	Obrigatória	8º Período
IE622	Educação e Relações Etnicorraciais na Escola	2T-0P	30	-	Optativa	-
IH453	Filosofia e Ética das Organizações	4T-0P	60	-	Optativa	-
IH902	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2T-0P	30	-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRRJ PPP (2018).

Como pode ser observado no Quadro 118, a maioria das disciplinas tem carga horária reduzida com 30 horas totais. A disciplina Ética Geral e Profissional em Contabilidade também tinha C.H.S de 30 horas, mas houve atualização do projeto pedagógico aumentando a carga.

No que diz respeito as ementas das disciplinas, estas estão expostas no Quadro 119.

Quadro 119: Ementas das disciplinas da UFRRJ cujo nome tem relação com a sustentabilidade

Disciplina	Ementa da disciplina	
ICS4635 - Ética Geral e Profissional em Contabilidade	**Ementa**	(p.35 e 36)
	Introdução ao estudo da ética e da moral. Fontes da ética e da moral. Ética profissional contábil. Tópicos contemporâneos sobre ética profissional.	
ICS4683 - Contabilidade Socioambiental	**Ementa**	(p.55)
	Necessidade de informações sociais. A relação da contabilidade com o meio ambiente e o balanço social. Demonstração do valor adicionado. Contabilização e evidenciação de eventos ambientais. Contabilidade gerencial ambiental. Tópicos especiais sobre abordagens ambientais do balanço social.	
IH 902 - Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	**Ementa**	(p.67)
	Contextualizar as políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa de seus direitos; Apresentar aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte); Discutir a relação linguagem e surdez, bem como as implicações sócio-psico-lingüísticas da surdez no processo de ensino-aprendizagem; Refletir sobre a atuação e as implicações do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos; Aprofundar as noções lingüísticas básicas da LIBRAS.	
IH 453 - Filosofia e Ética das Organizações	**Ementa**	(p.66)
	Noções Básicas de Filosofia; Filosofia e Ciências Humanas; surgimento do Estado Moderno; Ética e Administração.	

Fonte: Elaboração própria com informações de UFRRJ PPP (2018).

Além das disciplinas com títulos relativos à sustentabilidade expostas no Quadro 119, a UFRRJ oferta a disciplina obrigatória, IH 190 - Legislação Trabalhista (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, 2º Período), que possui ementa com conceitos relativos à educação para sustentabilidade. A ementa da disciplina é a seguinte:

> Aspectos Introdutórios a disciplina. Contrato Individual de Trabalho. Direitos Sociais Individuais dos Trabalhadores. Direito Sociais Coletivos dos Trabalhadores. Direitos Sociais relativos à Seguridade Social; a Educação e Cultura; a Criança, ao Adolescente e ao Idoso; e ao Meio Ambiente (UFRRJ PPP, 2018, p.31).

Também oferta a disciplina IH 106 - Administração Municipal (Cr: 4, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Optativa, Período: -). A ementa da disciplina é:

> O Município no regime federativo brasileiro. Autonomia, competência e organização municipal dos limites da Constituição Federal. Estrutura de Poder e atribuições governamentais. Competência municipal para serviço público e descentralização. Planejamento, execução e controle como instrumentos de ação administrativa. Ordenamento urbano e meio ambiente. Funções municipais e organização administrativa da Prefeitura (UFRRJ PPP, 2018, p.68).

Observa-se que a UFRRJ é comprometida com a educação para sustentabilidade, dado a oferta de disciplinas que abordam a temática.

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, a versão do PPP é de 2018, mesmo ano que foi instituída a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 que institui a curricularização da Extensão nos cursos superiores de graduação no Brasil. O PPP somente evidencia que desenvolve atividades de pesquisa e extensão por meio dos laboratórios. Essas atividades não são citadas especificamente como disciplinas, mas estão inclusas na matriz curricular do curso (UFRRJ PPP, 2018).

4.1.12 Universidade Federal de São Paulo

A UNIFESP é uma instituição federal de ensino superior, que possui sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A instituição foi criada pela Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994 e possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial e financeira. A UNIFESP possui os *campi* Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos, São Paulo e Zona Leste (PDI UNIFESP, 2021).

A seguir estão apresentados os documentos da UNIFESP, sendo evidenciadas às questões relacionadas com a educação para sustentabilidade, relativo ao Campus Osasco, que possui curso de Ciências Contábeis.

- Estatuto

No que se refere a Estrutura Organizacional, no capítulo I, seção III, foi apresentado os Conselhos Centrais. No Art. 26 foi evidenciado o Conselho de Assuntos Estudantis e no Art. 27 foi ressaltada as competências deste Conselho. Dentre as competências, destaca-se as ligadas a educação para a sustentabilidade

> IV – promover políticas e programas de apoio à permanência do aluno, tais como moradia, transporte, alimentação e saúde;
> VII – propiciar apoio psicopedagógico e social aos alunos de todos os níveis de ensino da Unifesp;
> VIII – disciplinar a conduta e aplicar o código de ética do corpo discente da Unifesp;
> IX – acompanhar e propor medidas de aprimoramento para as políticas de ações afirmativas da Unifesp (UNIFESP Estatuto, 2011, p.16).

Observa-se que a UNIFESP busca propiciar educação de qualidade, oferecendo apoio aos estudantes, que são iniciativas ligadas ao conceito de educação para sustentabilidade.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UNIFESP foi estabelecido para o período 2021-2025. Na introdução foi evidenciado que o documento está alinhado com as estratégias e metas do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, por meio dos 17 ODS (PDI UNIFESP, 2021).

Foi ressaltado que a instituição obteve posição de destaque no primeiro *ranking* internacional de universidades na aplicação do ODS, ficando em primeiro lugar no Brasil e entre as 100 melhores do mundo, no que se refere a Redução das Desigualdades; Saúde e Bem-estar e Igualdade de Gênero (PDI UNIFESP, 2021).

Assim, o PDI foi desenvolvido levando em conta a defesa do conhecimento, os valores públicos e os compromissos sociais, visando garantir a inclusão, a participação, a eficiência, a pluralidade, a inovação e o aumento da interação com a sociedade (PDI UNIFESP, 2021).

Foi mencionado os impactos da pandemia causada pela COVID 19, sendo evidenciado que a instituição se esforçará para reduzir desigualdades, aprimorar políticas públicas, garantir direitos e retomar o desenvolvimento econômico e social (PDI UNIFESP, 2021).

Em relação ao posicionamento diante dos cenários, a UNIFESP traçou linhas iniciais para a política universitária e temas estratégicos do PDI 2021- 2025, fazendo uma prospectiva de visão do futuro, conforme a seguir.

> ● Manter a autonomia universitária e sua perspectiva pública e social;
> ● Foco em defesa da vida, do bem comum, da redução das desigualdades, da melhoria da qualidade de vida para todos e atuar nos grandes desafios locais e globais;
> ● Universidade preparada para enfrentar situações de crise complexas, aumento de desigualdade e vulnerabilidade, instabilidades sistêmicas e suas emergências;
> ● Universidade questionadora, transformadora, cooperativa, criativa que problematiza e atua contra a acomodação diante de situações que promovam a desigualdade, o conformismo e o individualismo;
> ● Fortalecer diálogo e interação ativa com a sociedade e seus múltiplos atores, em especial os mais pobres, vulneráveis, minorias e desprovidos de acesso aos direitos plenos;
> ● Aliar tecno-ciência com as humanidades como meio para a inovação social;

> ● Ampliar convergência temática entre áreas e instituições, ampliando trabalho em rede;
> ● Colaboração com governos para inovação em políticas públicas, seu papel formulador ganhará espaço;
> ● Capacitar a gestão para melhor atuar em cenários de alta instabilidade e vulnerabilidade;
> ● Ampliar qualidade de vida/permanência nos espaços da universidade; e
> ● Consolidar tecnologias de ensino à distância ou semipresencial (PDI UNIFESP, 2021, p.25 e 26).

Levando em consideração essa perspectiva de futuro, foi construída a Missão, Visão, Valores e os cinco Grandes Temas Estratégicos para o PDI 2021-2025 (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 1 foi apresentada a visão de universidade e grandes temas estratégicos, sendo evidenciados na seção 1.1, a visão, missão e valores da UNIFESP, conforme exposto no Quadro 120.

Quadro 120: Missão, visão e valores da UNIFESP

MISSÃO	Formar profissionais e cidadãos conscientes, críticos e tecnicamente habilitados, nas mais diversas áreas, preparados para transformar a realidade e desenvolver o país, na construção de uma sociedade mais justa, democrática, plural e sustentável, por meio de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura, assistência, inovação tecnológica, social e em políticas públicas atuando como universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.
VISÃO	A Unifesp pretende ser cada vez mais reconhecida pela Sociedade como uma Universidade Pública: •Democrática: plural, inclusiva e solidária. •Autônoma: crítica, ousada, independente, com autonomia intelectual e científica. •Transformadora: questionadora, criativa, cooperativa e indutora do desenvolvimento com justiça social e ambiental. •Comunicativa: produtora e difusora do conhecimento socialmente referenciado, na defesa da vida e da educação pública, combatendo as desigualdades e os racismos estrutural e institucional.
VALORES	1. Ética, integridade e respeito à coisa pública 2. Defesa da vida, da educação pública e da dignidade humana 3. Autonomia universitária, políticas e gestão participativas 4. Compromisso público e social com a redução das desigualdades 5. Democracia, transparência e equidade 6. Liberdade de pensamento e de expressão 7. Cooperação, solidariedade e empatia 8. Qualidade e relevância no ensino, pesquisa, extensão e gestão 9. Unidade na diversidade, com pluralismo científico e formação crítica 10. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFESP PDI (2021, p.30).

Observa-se no Quadro 120, que a UNIFESP tem missão, visão e valores ligados aos conceitos da educação para sustentabilidade.

Na seção 1.2 foram apresentados os Grandes Temas e os Objetivos Estratégicos a eles associados, conforme o Quadro 121.

Quadro 121: Grandes Temas e os Objetivos Estratégicos da UNIFESP

Grande Tema 1:	Defesa da vida, da educação pública e da dignidade humana

	Objetivos estratégicos associados ao Grande Tema 1:	1.1. Produzir conhecimento em defesa da vida 1.3. Fortalecer a atuação no SUS 1.4. Estimular a formação em saúde para todos e democratizar a educação em saúde. 1.5. Promover a cultura de direitos humanos 1.6. Atuar em áreas vulneráveis com as organizações locais. 1.7. Reduzir as desigualdades por meio da formação e ações institucionais. 1.9. Fortalecer ações de permanência estudantil na (pós-pandemia).
Grande Tema 2:	Universidade plural, democrática e articulada com a sociedade	
	Objetivos estratégicos associados ao Grande Tema 2:	2.1. Unifesp cada vez mais plural e inclusiva. 2.2. Ampliar o diálogo, articulação e inclusão da sociedade em nossas atividades. 2.3. Ampliar interação com nossos entornos. 2.4. Ampliar trocas entre comunidades científicas e tradicionais, saberes populares e movimentos sociais. 2.5. Pluralizar currículos e ampliar elos com mundo do trabalho. 2.6. Desenvolver parcerias para impacto social e construir metas sociais de interesse público. 2.7. Consolidar os observatórios como instrumento de cidadania ativa. 2.8. Popularizar conhecimento para fortalecer laços sociais. 2.10. Ampliar a democracia digital fortalecendo a governança participativa na Unifesp. 2.11. Ampliar coleta seletiva solidária. 2.12. Promover a equidade e o combate ao racismo.
Grande Tema 3:	Ciência, educação e inovação com impacto social e em cooperação	
	Objetivos estratégicos associados ao Grande Tema 3:	3.1. Estimular a cultura de inovação social por meio de redes cooperativas com impacto social. 3.2. Ampliar relação com o setor produtivo. 3.3. Fomentar a economia solidária no entorno dos *campi*. 3.4. Simplificar processos para cooperações institucionais 3.8. Fortalecer a parceria por meio de projetos da Unifesp apoiados pela FAP.
Grande Tema 4:	Articulação pedagógica e multiunidades	
	Objetivos estratégicos associados ao Grande Tema 4:	4.11. Ampliar a oferta de ações de extensão na área ambiental. 4.12. Promover condições de permanência estudantil com qualidade.
Grande Tema 5:	Completar e consolidar a expansão	
	Objetivos estratégicos associados ao Grande Tema 5:	5.2. Realizar obras planejadas nos *campi*, melhorar continuamente as infraestruturas e atuar na captação de recursos complementares para obras. 5.5. Elaborar e implantar planos ambientais em todos os *campi*.

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFESP PDI (2021, p.31 a 37).

O Quadro 121 evidencia os Grandes Temas e os Objetivos Estratégicos ligados a educação para sustentabilidade.

No capítulo 2 foi apresentado o perfil de cada Campus da UNIFESP. A universidade compreende Campus São Paulo, Campus Baixada Santista, Campus Diadema, Campus Guarulhos, Campus São José dos Campos, Campus Osasco e Campus

Zona Leste (em implantação). Em relação ao Campus Osasco, que possui a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), foi evidenciado que o currículo dos cursos tem ênfase multidisciplinar voltada à compreensão dos fenômenos profissionais e sociais, levando em conta uma visão humanista, socialmente crítica e com caráter mais generalista e global (PDI UNIFESP, 2021).

Em relação ao Curso de Ciências Contábeis da UNIFESP, foi evidenciado no PDI que ele tem o objetivo de formar profissionais aptos para lidar com os desafios contábeis das empresas, levando em consideração os valores socioambientais, tendo uma conduta ética e visão pluralista (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 2.7 foi apresentado os aspectos da Internacionalização, sendo evidenciado que a UNIFESP se baseia nos valores dos direitos humanos, respeito às diferenças, multiculturalismo, na igualdade de gênero, levando em conta as dimensões econômica, social e ambiental do Desenvolvimento Sustentável, especialmente objetivando e redução das desigualdades nos países e entre eles (PDI UNIFESP, 2021).

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI) constrói estratégias que possibilitam que a universidade tenha ampla interação com os países consolidados em suas áreas de pesquisas e desenvolvimento. Países que tenham protagonismo na interação com as Universidades do Sul Global, investindo em questões globais (PDI UNIFESP, 2021).

Almejando o sucesso do processo de internacionalização, são feitos estudos convergentes em várias áreas do conhecimento. Dentre os temas destaca-se os ligados a educação para sustentabilidade, a citar, “Cidades e Desenvolvimento Sustentável”, “Promoção do bem-estar e enfrentamento de questões relacionadas à violência e ao uso de drogas”, “Direito humano, desenvolvimento, desigualdade e democracia”, “Educação e relações étnicos raciais” e “Ciências do Mar, bioprodutos e bioprocessos”. Esses temas têm grande repercussão social (PDI UNIFESP, 2021).

O capítulo 3 foi intitulado “Diálogo, cooperação e impacto social”. Na seção 3.1 foram mostrados os aspectos de uma universidade socialmente referenciada. Ademais, foi reiterado que a UNIFESP tem o compromisso com a consolidação de valores, assegurando diversidade, inclusão, liberdade de pensamento e expressão, além de governança democrática (PDI UNIFESP, 2021).

Também foi evidenciado que a universidade socialmente referenciada é o contrário de uma universidade auto referenciada e corporativa. Leva em conta a produtividade, mas não é produtivista, não é focada somente na eficiência acadêmica e

na gestão de carreiras, não forma profissionais preocupados apenas com sua carreira privada. A universidade socialmente referenciada é compromissada com as demandas da sociedade. Isso quer dizer que a instituição se mantém interagindo permanentemente com a sociedade (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 3.2 foram mencionados os aspectos da interlocução e cooperação com a sociedade e governos, sendo ressaltado que a interlocução institucionalizada com a sociedade passou a ocorrer em 2018, através de um Conselho opinativo, com escuta representativa e qualificada da sociedade Civil, com espaço para diálogo e prestação de contas do que a instituição faz. Assim, foi instituído o Conselho Estratégico Universidade Sociedade (CEUS) (PDI UNIFESP, 2021).

O CEUS formulou objetivos estratégicos que foram posteriormente analisados e selecionados para integrar o PDI 2021-2025.

> 1. Atuar em áreas vulneráveis com as organizações locais.
> 2. Formação dirigida a reduzir desigualdades.
> 3. Pluralizar currículos
> 4. Consolidar os observatórios como instrumento de cidadania ativa.
> 5. Popularizar conhecimento para fortalecer laços sociais.
> 6. Fomentar à economia solidária no entorno dos *campi*.
> 7. Promover formação integral em contextos complexos.
> 8. Completar a expansão conforme planejada e pactuada (UNIFESP PDI, 2021, p.139).

O CEUS tem sido positivo na organização de ações que contribuem na interação entre sociedade e universidade (PDI UNIFESP, 2021).

A UNIFESP possui observatórios que são espaços para diálogo, que contribuem para monitorar e a transformar a realidade, por meio de recomendações, com vistas evidenciar temas de relevância socioambiental e de garantia de direitos. São espaços que contribuem para a gestão pública em ações coletivas de participação social e cidadania ativa (PDI UNIFESP, 2021).

Os observatórios se dividem em dois tipos, a citar, os Observatórios institucionais e os Observatórios temáticos, que acompanham diversas políticas públicas e situações de conflito social ou violência de estado, buscando assegurar direitos e informação confiável e qualificada para o cidadão (PDI UNIFESP, 2021).

Em 2020, a UNIFESP possuía 10 observatórios institucionais e 19 observatórios temáticos. Dentre os temáticos, destacam-se os ligados a temática da sustentabilidade, a citar, Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos; Observatório Socioambiental da Cidade de Diadema; Observatório da Proteção dos Direitos Humanos;

Observatório de Saúde Mental de Crianças, Jovens e Adultos nas Sociedades Contemporâneas; e Observatório de Educação e Sustentabilidade (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 3.4 foi apresentado a mensuração do impacto social e acadêmico da UNIFESP. Em relação aos *rankings* nacionais, destaca-se que a UNIFESP foi a melhor colocada em Sustentabilidade na Categoria Educação no Anuário Época Negócios 360° 2019. Quanto aos *rankings* internacionais, ficou em sétima posição no mundo no *THE – Impact Rankings* 2020, no que se refere ao ODS 5 – Igualdade de Gênero; ficou em nonagésima no que se refere ao ODS 10 – Redução das Desigualdades; ficou em terceiro lugar no ODS 13 – Ações Climáticas; ficou em terceiro lugar no ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes e ficou em quarto lugar no ODS 17 – Parceria para as Metas (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 4 foram apresentados os aspectos de uma universidade inovadora e convergente, sendo evidenciado que em relação a política da inovação, a UNIFESP utiliza o princípio de convergência e possui uma visão de inovação plural, não focada somente na inovação tecnológica, incluindo também as dimensões complementares da inovação, como a pública e a social. Isso quer dizer que devem ser considerados na inovação os impactos na qualidade de vida e na garantia de direitos (PDI UNIFESP, 2021).

A Inovação tecnológica objetiva institucionalizar a gestão de ações que assegurem a interação da pesquisa na universidade com o setor produtivo, resultando em novos processos, produtos e serviços que geram benefícios para a sociedade. Por meio da educação empreendedora e do incentivo ao empreendedorismo tecnológico, a universidade propicia inovação, empreendedorismo e desenvolvimento da ciência e tecnologia no país (PDI UNIFESP, 2021).

A Inovação Social se refere à Inovação em tecnologias sociais e economia solidária. São ações voltadas à inclusão social e produtiva, que podem ser feitas através da integração entre pesquisa, extensão e parcerias. É uma inovação socialmente justa e solidária, visando a diminuição de exclusão e vulnerabilidade social, econômica e ambiental. Assim são realizadas pesquisas para desenvolver tecnologias sociais e economia solidária, propiciando práticas de inclusão social, sustentabilidade ambiental e econômica (PDI UNIFESP, 2021).

A Inovação em Políticas Públicas é uma modalidade que procura a melhoria da qualidade das atividades e serviços de natureza públicos, podendo ser feita através da integração entre ensino, pesquisa, extensão e parcerias com outras instituições. Essa modalidade objetiva incentivar inovações legislativas e o desenvolvimento de novas

tecnologias, para melhorar o atendimento à população e universalização do acesso a direitos. Busca fortalecer os processos democráticos, os mecanismos de transparência, o acesso à informação, executando programas e atividades para controle social e avaliação de políticas públicas e serviços de utilidade pública (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 4.4 foram tratados os aspectos da Inovação multidimensional em Saúde, sendo evidenciado o Polo de Inovação Tecnológica e Social em Saúde da UNIFESP e o Instituto de Saúde Global com foco em Infecções e Patógenos Emergentes. O Instituto tem como missão identificar, entender e cuidar das doenças infecciosas que ameaçam a saúde, integridade, segurança e qualidade de vida das pessoas (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 4.5 foram apresentados os aspectos da Tecnologia da Educação e Inclusão Digital, sendo ressaltado que a UNIFESP demonstra atenção para as tecnologias educacionais inclusivas, fazendo uso de experiências de pesquisadores dos temas, que propõem a adoção de novas práticas (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 5 foram expostos os aspectos da comunidade acadêmica, sendo evidenciadas as políticas para o corpo discente. No que se refere ao acesso e inclusão, a UNIFESP atingiu 50% de vagas reservadas para cotas, para estudantes de escola pública, de uma determinada faixa de renda, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (PDI UNIFESP, 2021).

Em relação a Permanência, a UNIFESP possui política afirmativa, que além da reserva obrigatória de vagas, disponibiliza auxílios sociais aos alunos socioeconomicamente vulneráveis, o que propicia a igualdade de condições. Os auxílios são moradia, transporte, alimentação, e auxílio creche para discentes que possuem filhos (PDI UNIFESP, 2021).

Dentre as políticas afirmativas da UNIFESP destaca-se a Política de Acessibilidade e Inclusão para estudantes com deficiência. Há a Carta de Princípios relativa à Diversidade Sexual e de Gênero, que busca assegurar livre acesso aos espaços da universidade como banheiros e vestiários, sendo utilizadas novas construções com cabines individuais. Também prevê o uso da linguagem neutra e inclusiva de gênero nas comunicações institucionais em geral. Possui comissão para propor uma agenda de Combate ao racismo e promoção de ações afirmativas. Também concede Assistência Social e Apoio Pedagógico (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 6 foram tratados os aspectos da democracia de gestão, governança e participação, sendo evidenciado que o modelo de governança da UNIFESP é

participativo, com deliberação feita através de conselhos e colegiados, tendo transparência e amplo debate na tomada de decisões (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 7 foram abordados os aspectos da organização administrativa e de gestão. Na seção 7.4 foram evidenciadas as questões relativas à Sustentabilidade. A universidade considera a sustentabilidade um princípio que norteia suas ações, englobando os aspectos sociais, ambientais e econômicos (PDI UNIFESP, 2021).

Em relação as Políticas de Gestão Ambiental, o Departamento de Gestão e Segurança Ambiental é o órgão da Pró-Reitoria de Administração, que orienta e implementa as ações e políticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade na UNIFESP (PDI UNIFESP, 2021).

Foi evidenciado no PDI que, em 2015, foi criada a Política de Excelência em Sustentabilidade Ambiental na UNIFESP (PENSA), que são princípios e diretrizes para implantação ou adaptações de ações para promover Desenvolvimento Sustentável na universidade e na sociedade. Também foi criada a Política de Resíduos Sólidos (PRS), para desenvolver o gerenciamento de resíduos sólidos e foi implantado o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UNIFESP (PLS) (PDI UNIFESP, 2021).

Em 2016, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Ambiental (SisGA) que gerencia metas e os resultados semestrais, fornecidos pela Comissão Gestora do PLS-UNIFESP. Em 2017 foi criada a Política de Segurança Biológica (Pbio), que propôs normas técnicas de segurança no meio ambiente e no descarte de material com risco biológico (PDI UNIFESP, 2021).

No que se refere a Compras sustentáveis, a UNIFESP busca atender aos parâmetros de sustentabilidade utilizados pelos órgãos do Governo Federal. Assim elaborou um Guia de Contratações Sustentáveis, para integralizar as questões sociais e ambientais na aquisição de bens e serviços, para diminuir os impactos na saúde humana e no meio ambiente. Além das contratações sustentáveis, o DGA faz campanhas para incentivar o consumo consciente de recursos, como energia, água e materiais de consumo, conforme o PLS (PDI UNIFESP, 2021).

No capítulo 8 foram apresentados os aspectos das tecnologias e infraestruturas da UNIFESP (PDI UNIFESP, 2021). Na seção 8.1 foi evidenciado que a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), é uma área central da Tecnologia da Informação, que tem forte compromisso com a inovação tecnológica e sustentabilidade, baseando-se nos seguintes valores: Humanização, tratando os colaboradores como seres humanos; Profissionalismo, proporcionando um clima agradável e organizado; Ética, incentivando

a transparência, o respeito e comprometimento; Equidade, promovendo o senso de justiça contínuo; Gestão participativa, estimulando a tomada de decisões em forma de colegiado e o trabalho colaborativo e; Empreendedorismo, estimulando conhecimento, inovação e pesquisa (PDI UNIFESP, 2021).

Na seção 8.2 foram mostrados os aspectos sobre a acessibilidade na UNIFESP, sendo evidenciado que a Política de Acessibilidade na instituição é direcionada em cinco eixos, a citar, I – Acesso e permanência; II – Tecnologia Assistiva; III – Formação e acessibilidade pedagógica; IV – Comunicação e Mobilização; V – Serviços e Infraestrutura (PDI UNIFESP, 2021).

No que se refere a promoção da acessibilidade, foram verificadas algumas aplicações em todos os edifícios dos *campi*, tais como, entrada e saída com dimensionamento; ambientes desobstruídos, facilitando a circulação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual; lavabos e bebedouros adaptados; elevadores, esteiras rolantes; mobiliário adaptado; sanitários/banheiros adaptados e exclusivo com cabine PCD interna; sinalização sonora; sinalização tátil; e sinalização visual.

Quanto a sustentabilidade nas obras e edificações, a Pró-Reitoria de Planejamento cumpre com requisitos de sustentabilidade e a responsabilidade ambiental nas suas atividades, desde a obtenção de terrenos e imóveis até o planejamento de ocupação, desenvolvimento de projetos, reformas de edifícios ou construções de prédios (PDI UNIFESP, 2021).

A UNIFESP adota Planos Diretores de Infraestrutura que propiciam o diagnóstico e o planejamento de ocupação dos espaços da instituição, e utiliza o plano sustentável do Campus, que possibilita o diagnóstico sobre uso da água, energia, conforto ambiental e gerenciamento de resíduos, tendo também um plano de ajustes e melhorias das situações existentes (PDI UNIFESP, 2021).

Quanto a Saúde e segurança nas obras e edificações, foi destacado que a UNIFESP aprovou uma Política de Saúde e Segurança da Comunidade Acadêmica, que tem como princípios a promoção da saúde, a prevenção e tratamento de doenças ou agravos na saúde; o bem-estar social e ambiental; a sustentabilidade e a cooperação e responsabilidade compartilhada (PDI UNIFESP, 2021).

- Plano de Logística Sustentável

A versão do PLS da UNIFESP utilizada no presente trabalho é de 2023. Na apresentação foi evidenciado que as ações propostas no plano direcionam a instituição na promoção de responsabilidade socioambiental, de bem-estar da comunidade e do Desenvolvimento Sustentável (UNIFESP PLS, 2023).

No capítulo 2 foi exposto que o PLS foi desenvolvido para dar prosseguimento a implementação da cultura da sustentabilidade na universidade, que se iniciou com a criação do PLS em 2015 (UNIFESP PLS, 2023).

Em relação as diretrizes, foi evidenciado que o PLS se baseia nos valores institucionais definidos no PDI, a citar:

> 1. Ética, integridades e respeito à coisa pública
> 2. Defesa da vida, da educação pública e da dignidade humana
> 3. Autonomia universitária, políticas e gestão participativa
> 4. Compromisso público e social com a redução das desigualdades
> 5. Democracia, transparência e equidade
> 6. Liberdade de pensamento e de expressão
> 7. Cooperação, solidariedade e empatia
> 8. Qualidade e relevância no ensino, pesquisa, extensão e gestão
> 9. Unidade na diversidade, com pluralismo científico e formação crítica
> 10. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental (UNIFESP PLS, 2023, p.33).

O plano utiliza as diretrizes contidas no Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (alterado pelo Decreto nº 9.178/2017) (UNIFESP PLS, 2023). As diretrizes da UNIFESP são: aplicar a Política de Excelência em Sustentabilidade na UNIFESP; a Política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UNIFESP; a Política se Segurança Biológica da UNIFESP; a Instrução Normativa nº 1/2022, que institui recomendações para construção de abrigos de resíduos na universidade; divulgar a Política dos 5 R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar); incentivar a adoção de práticas de consumo consciente e sustentável; divulgar as normas ligadas à sustentabilidade para que sejam mais conhecidas e seguidas; e adequar as ações para que sejam colocados em práticas os requisitos de sustentabilidade (UNIFESP PLS, 2023).

Diante dessas diretrizes, a UNIFESP faz Compras Públicas Sustentáveis, fazendo contratações e compras, levando em conta os atributos e critérios de sustentabilidade. Os atributos são: Ambientais, Diversidade, Segurança, Direitos Humanos e Compras de pequenas empresas locais (UNIFESP PLS, 2023).

No que diz respeito ao objetivo geral do PLS da UNIFESP, tem-se:

> estabelecer uma ferramenta efetiva de planejamento da sustentabilidade com objetivos e responsabilidades, com definição de ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, possibilitando à

> UNIFESP a implementação de práticas socioambientais criteriosas e justas, além da racionalização de gastos e processos na Administração Pública (UNIFESP PLS, 2023, p. 37).

Os objetivos específicos, por sua vez, são:

> → Inserir e disseminar a responsabilidade socioambiental nas atividades da UNIFESP;
> → Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios;
> → Adotar critérios de sustentabilidade ambientais nas compras públicas, induzindo o mercado a adotar padrões de produção pautados em protocolos ambientais;
> → Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores (UNIFESP PLS, 2023, p. 37).

No capítulo 3, seção 3.1, foi apresentado um diagnóstico das iniciativas de capacitação sobre sustentabilidade já feitas na UNIFESP, como cursos e eventos de capacitação. Em seguida, foi apresentado os planos de ações, os quais foram estruturados em sete temas. Para cada tema, foram propostas metas e ações para serem atingidas, sendo indicadas as áreas envolvidas, o cronograma para implementação, a previsão de recursos, os indicadores e a periodicidade da obtenção dos resultados (UNIFESP PLS, 2023).

Foi ressaltado que a UNIFESP tem vários *campi* e Reitoria descentralizada, com isso as metas foram separadas por tema, sendo indicado o respectivo local (UNIFESP PLS, 2023).

Os temas abordados para as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso foram: Material de consumo, como papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; Energia elétrica; Água e esgoto; Coleta seletiva; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Compras e contratações sustentáveis; Deslocamento de pessoal, levando em conta os meios de transporte, focando na diminuição de gastos e da poluição (UNIFESP PLS, 2023).

- Plano Político Pedagógico

A versão do PPP do curso de Ciências Contábeis da EPPEN da UNIFESP é a de 2020. No capítulo 3, seção 3.3 foi apresentada a dinamicidade do plano pedagógico do curso, sendo evidenciado que os temas discutidos no curso têm o objetivo de propiciar a formação de um profissional consciente de seus direitos e deveres sociais e que seja participante na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (UNIFESP PPP, 2020).

No capítulo 4, seção 4.2, foi apresentado o perfil do curso de Ciências Contábeis, sendo ressaltado que o curso se preocupa em oferecer conhecimentos atuais relativos à temática da sustentabilidade ambiental, econômica e social, essencial para a formação de profissionais. A graduação em Ciências Contábeis deve garantir uma formação sólida e ética, multidisciplinar e humanista, dando conta das especificidades da evolução social, econômica e financeira (UNIFESP PPP, 2020).

No capítulo 5 foi apresentado os objetivos do curso de ciência contábeis, sendo evidenciado que o curso se propõe a desenvolver um profissional com capacidade de exercer as funções contábeis de maneira ética, sendo comprometido com a cidadania. Também foi apresentado os objetivos específicos do curso. Dentre eles, destaca-se o objetivo: "e) Contribuir para a formação de gestores capacitados a interpretar a legislação pertinente à sua área de atuação, comprometido com a ética profissional e acima de tudo, respeitar os mais altos valores morais e éticos que a sociedade tanto necessita" (UNIFESP PPP, 2020, p.34).

No capítulo 6 foi apresentado o perfil do egresso do curso de Ciências Contábeis, sendo ressaltado que o egresso deve saber equilibrar conhecimentos práticos e teóricos, atuando com criatividade e flexibilidade dado às mudanças do mundo globalizado, sendo elemento que propicie o desenvolvimento econômico sustentável (UNIFESP PPP, 2020).

O curso objetiva formar um contabilista com algumas capacidades. Destacam-se as relativas à educação para a sustentabilidade.

> III. Exercer Com Ética e Proficiência as Atribuições e Prerrogativas Profissionais: exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional a tomada de decisões embasadas e o controle da organização, bem como o pleno cumprimento de seus encargos quanto à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade;
> IV. Desenvolver, Analisar e Implantar Sistemas de Informação Contábil e de Controle Gerencial, revelando capacidade crítico analítica para aplicar a tecnologia da informação e considerar as implicações éticas, humanas, organizacionais e sociais dos sistemas implantados (UNIFESP PPP, 2020, p.35 e 36).

No capítulo 7 foi apresentada a organização curricular, sendo observado que o curso inseri temas relativos às relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental em suas Unidades Curriculares para atender à Lei nº 10.639/2003, que aborda a Educação das Relações Étnico Raciais. Além disso, foi evidenciado que o curso desenvolve

metodologias, materiais didáticos e avaliações que permitem condições de igualdade e permanência de estudantes com deficiência (UNIFESP PPP, 2020).

A respeito do Programa das disciplinas e da matriz curricular da UNIFESP, o Quadro 122 elenca as disciplinas cujo nome indicou ligação com o tema Educação para Sustentabilidade.

Quadro 122: Disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFESP

Disciplina	C.H.S	Pré- Requisito	Classe	Período
Contabilidade Social e Ambiental	60	-	Obrigatória	2º Período
Ética Contábil	60	-	Obrigatória	8º Período
LIBRAS		-	Optativa	-

Fonte: Elaboração própria com informações UNIFESP PPP (2020).

As disciplinas apresentadas no Quadro 122 foram distribuídas por Eixo Temático de Conhecimento. A Contabilidade Social e Ambiental está inclusa no eixo Contabilidade Gerencial e a disciplina Ética Contábil está inclusa no eixo Formação específica. Não foram informados o código das disciplinas, também não foi apontado a carga horária da disciplina LIBRAS (UNIFESP PPP, 2020).

No que diz respeito as ementas das disciplinas, estas estão expostas no Quadro 123.

Quadro 123: Ementas de disciplinas cujo nome tem relação com a sustentabilidade da UNIFESP

Disciplina	Ementa da disciplina	
Contabilidade Social e Ambiental	**Ementa**	(p.57)
	Educação Ambiental: Importância da preservação ambiental e a sustentabilidade. Conscientização e ações para a sustentabilidade ambiental e social, no Brasil e no mundo. Fundamentação Teórica do Desenvolvimento sustentável. Aspectos ambientais e sociais relevantes para a Contabilidade. Abordagem Normativa e Legislação Ambiental e seus reflexos na Contabilidade. Avaliação Ambiental: danos e passivos ambientais. Investimentos, gastos e custos ambientais. Gestão social e ambiental. Responsabilidade social. Valor Adicionado. Indicadores e Relatório de sustentabilidade e a Contabilidade.	
Ética Contábil	**Ementa**	(p.75)
	Conceitos; Ética Geral, Empresarial e Profissional; Código de ética Profissional do Contabilista; Processos, Infrações e Penalidades; Responsabilidade Civil, Criminal, Fiscal e Social; Legislação do Exercício Profissional.	
LIBRAS	**Ementa**	
	Não foi informada	

Fonte: Elaboração própria com informações de UNIFESP PPP (2020).

Além das disciplinas com títulos relativos à sustentabilidade expostas no Quadro 123, a UNIFESP oferta a disciplina Realidade Socioeconômica e Política Brasileira [CRB II] (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, Período: -), que possui ementa

com conceitos relativos à educação para sustentabilidade. A ementa da disciplina é a seguinte:

> Estudo da formação socioeconômica brasileira, legado colonial para entender o processo concentrado de desenvolvimento econômico e seus efeitos socialmente excludentes. Análise das estratégias e modelos de desenvolvimento no século XX, relacionados com o modelo político de cada período. O papel do Estado na possível superação das tendências históricas de exclusão social a partir de políticas sociais assistencialistas e inclusivas no início do século XXI (UNIFESP PPP, 2020, p 67 e 68).

A disciplina Introdução ao Direito (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito:-, Classe: Obrigatória, 1ºPeríodo), também possui conceito relativos à educação para sustentabilidade na sua ementa, que diz:

> Conceito de Direito. Conceito de Moral. Distinção entre Direito e Moral. Fontes do Direito. Principais Ramos do Direito. Direito Público: O Estado. Elementos do Estado. Constituição. Classificação. Princípios Fundamentais. Divisão dos Três Poderes: Legislativo; Executivo e Judiciário
> Direito Privado. Das Pessoas Naturais e Das Pessoas Jurídicas.
> Direitos Humanos (UNIFESP PPP, 2020, p. 72 e 73).

Além dessas disciplinas, a disciplina Metodologia do Trabalho Científico Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas (Cr: -, C.H.S: 60, Pré-Requisito: -, Classe: Obrigatória, Período: -) possui a seguinte ementa:

> Natureza da ciência e do conhecimento científico. Metodologia científica e método científico. Causação e correlação. Interdisciplinaridade e Ciências sociais aplicadas. Teorias, questões e hipóteses. Fontes de pesquisa. Pesquisa Bibliográfica. Planejamento e execução da pesquisa científica. Elaboração e divulgação de textos científicos. Ciência e sociedade. Ética da pesquisa científica (UNIFESP PPP, 2020, p. 68).

Destaca-se que a disciplina inclui o tema Ética da pesquisa científica, que está ligado ao tema educação para sustentabilidade

No capítulo 8 foram apresentados os procedimentos de avaliação da UNIFESP, sendo evidenciado que a avaliação do projeto pedagógico do curso Ciências Contábeis permite obter maior teor de governança e um sistema de avaliação pode aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais, e promover o respeito à diversidade, os valores democráticos, a afirmação da identidade e a busca da autonomia (UNIFESP PPP, 2020).

No capítulo 9 apresentam os aspectos das atividades complementares, que são seminários, eventos profissionais, congressos científicos, monitoria, projetos de extensão, bolsa de iniciação científica e outras atividades que ampliam a formação do discente. Foi ressaltado que essas atividades objetivam desenvolver a responsabilidade cívica e

socioambiental, e propiciar o respeito à diversidade e promover um comportamento ético (UNIFESP PPP, 2020).

No capítulo 12 foram mostrados os aspectos dos projetos de extensão universitária, que, como as atividades complementares, desenvolvem a responsabilidade cívica e socioambiental, posicionamento ético e respeito à diversidade. Os projetos de extensão de forma integrada com o ensino e a pesquisa, devem promover a cidadania e a redução das desigualdades (UNIFESP PPP, 2020).

No capítulo 13 foram apresentados os aspectos do apoio ao discente, que é possibilitado através do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), que efetiva a Política de Assistência Estudantil da UNIFESP como a assistência social, o cuidado com a saúde física e mental, as atividades de apoio pedagógico e as ações para incentivar a permanência. O NAE oferece moradia, transporte, alimentação e creche. No apoio ao discente, também tem o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Campus Osasco que promove a política de acessibilidade e inclusão e implementa ações, em parceria com a comunidade local, para acolher pessoas com deficiência (UNIFESP PPP, 2020).

No que diz respeito as disciplinas ligadas ao grupo de extensão, na versão analisada não constam disciplinas de extensão no PPP. Apesar da versão do documento ser de 2020, data posterior a Resolução n.7 de 18 de dezembro de 2018 que institui a curricularização da Extensão dos cursos superiores de graduação no Brasil, não se encontrou menção a está resolução e nem informações sobre disciplinas de extensão. Foi evidenciado no PPP que o curso inclui 60 horas da carga horária em Projetos de Extensão Universitária, mas não menciona disciplinas especificamente, somente diz que optaram pela inclusão das atividades de extensão na Matriz Curricular (UNIFESP PPP, 2020).

4.2 Análise integrada de todos os documentos dentro de cada IES

As subseções a seguir apresentam análises integradas de todos os documentos dentro de cada IES.

4.2.1 Universidade Federal do Espírito Santo

A UFES aborda os conceitos de sustentabilidade em todos os documentos analisados, a citar, Estatuto, PDI, PLS, Relatório de sustentabilidade e PPP. A instituição utiliza os conceitos da sustentabilidade na sua missão, visão, valores, princípios,

estratégias e ações, atendendo os acordos da Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFES busca promover educação superior para a cidadania, formando profissionais conscientes das suas responsabilidades sociais e profissionais. Em específico no curso de Ciências Contábeis, os conceitos de sustentabilidade são trabalhados no PPP, dado que o curso oferece sete disciplinas dentro da temática da educação para sustentabilidade, sendo a maioria optativas e algumas com carga horária reduzida.

Ressalta-se que a instituição oferta a disciplina Ética na modalidade obrigatória, mas a disciplina Contabilidade Ambiental é optativa. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a UFES necessita avançar, dado que é necessário que pelo menos estas duas disciplinas sejam obrigatórias.

Além das disciplinas com títulos relativos à sustentabilidade, aborda conceitos de sustentabilidade nas ementas de outras disciplinas (Administração e Legislação Profissional). Ademais, o curso promove atividades complementares, como trabalhos comunitários. Isso quer dizer que o curso busca promover a Educação para Sustentabilidade de forma interdisciplinar, englobando não só disciplinas específicas de contabilidade ambiental, mas também em forma de ações como aponta Gomes *et al*. (2012).

Assim como apontado nos estudos de Wu, Shen e Kuo (2015), o curso tem uma proporção maior de disciplinas eletivas como as universidades asiáticas. O contrário do que é apontado nos estudos de Chulián (2011), Wyness e Dalton (2018), Gomes, Jorge e Eugénio (2020), o curso de Ciências Contábeis da UFES não enfatiza práticas materialistas e a busca pelo lucro, mas dá ênfase aos valores éticos, a responsabilidade social, fortalecendo as percepções dos futuros profissionais sobre a temática da sustentabilidade.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, conforme o PDI, a UFES evidencia os princípios éticos na produção e na divulgação da pesquisa científica. Conforme o relatório de sustentabilidade, entre 2015 e 2020, os pesquisadores da UFES publicaram significativa quantidade de artigos e desenvolveram muitos projetos de pesquisa com temas relacionados aos ODS.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a UFES além das atividades de ensino-aprendizagem, desenvolve projetos extraclasse com a comunidade

acadêmica e a comunidade externa. As atividades possuem relevância social, com projetos e programas que fortalecem a inclusão de estudantes pobres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e quilombolas e Pessoas com Deficiência (PCD). Conforme o relatório de sustentabilidade, foram executadas muitas ações de extensão.

Observa-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFES, em geral, promovem Educação para a Sustentabilidade, tendo característica de uma universidade sustentável, como Marques, Santos e Aragão (2020) apontam em seu estudo.

Conforme os documentos da UFES, especialmente o Relatório de sustentabilidade, fica evidente que a instituição procura atender os ODS e as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (*United Nations*, 2015), buscando oferecer educação de qualidade, em especial ofertando educação ambiental.

4.2.2 Universidade Federal de Juiz de Fora

A UFJF trata das questões de sustentabilidade em todos os documentos analisados, como o Estatuto, PDI, PLS e PPP, mas não foi encontrado relatório de sustentabilidade. A instituição utiliza dos conceitos da sustentabilidade na sua missão, valores e princípios, visão e ações, evidenciando a Educação para Sustentabilidade, como acordado na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFJF evidencia no PDI que busca alcançar os ODS e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, como mostrado no texto da *United Nations* (2015). A instituição atende especialmente o ODS 4, oferecendo educação de qualidade e assegurando a equidade de acesso e permanência na educação superior. Também atende o ODS 5, tendo igualdade de gênero na distribuição de discentes e atende o ODS 10, contribuindo para redução de desigualdades, através da inclusão social através das cotas no ingresso.

Especificamente, no ensino das Ciências Contábeis tanto no Campus de Juiz de Fora quanto no Campus de Governador Valadares, são trabalhados conceitos de sustentabilidade. Os cursos oferecem diversas disciplinas dentro da temática da educação para sustentabilidade. Entretanto, a maioria das disciplinas são eletivas ou optativas. Isto é, no total de 25 disciplinas nos dois *campi*, incluindo as de extensão, 15 são eletivas ou optativas.

No que diz respeito as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética que fazem parte do núcleo da educação para sustentabilidade na área contábil, nos cursos dos dois *campi* são ofertadas as duas, porém só Ética é obrigatória. Sendo assim, a instituição necessita avançar, dado que é recomendável que pelo menos estas duas disciplinas sejam obrigatórias.

Observa-se que a UFJF procura promover a Educação para Sustentabilidade de forma interdisciplinar, trabalhando os conceitos em disciplinas, bem como através das atividades de extensão, como sugerido no estudo de Gomes *et al*. (2012).

Esses resultados vão na contramão do que foi apontado por Gomes, Jorge e Eugénio (2020) que apontaram que no ensino contábil há uma prática materialista, voltada para o lucro. A instituição demonstra que os cursos, tanto em Juiz de Fora quanto em Governador Valares, buscam estar mais fundamentados em aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFJF destaca o desenvolvimento de suas pesquisas com base na ética.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a UFJF enfatiza a Responsabilidade Social, através da execução do seu papel na sociedade. A instituição procura promover ações que se relacionam com o meio ambiente, a diversidade, patrimônio cultural, melhoria da infraestrutura local e urbana, desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida da população e inovação social.

No geral, a UFJF se mostra comprometida com a sustentabilidade, através do seu planejamento, atividades acadêmicas, estratégias e ações.

4.2.3 Universidade Federal de Minas Gerais

A UFMG versa sobre os conceitos de sustentabilidade em todos os seus documentos, Estatuto, PDI e PPP. Entretanto no Estatuto, é pouco evidenciada a temática e não foi encontrado o PLS e nem o relatório de sustentabilidade.

No PDI é tratado o conceito da sustentabilidade em sua missão, princípios e ações, evidenciando a Educação para Sustentabilidade, como preconizado na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFMG permanece comprometida com sua função de gerar conhecimento aliado ao seu compromisso social para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa.

Especificamente no curso de Ciências Contábeis, a instituição evidenciou que trabalha com conceitos de sustentabilidade. O curso oferta seis disciplinas dentro da temática da educação para sustentabilidade, incluindo disciplina do grupo extensão, sendo somente uma obrigatória. A instituição promove a Educação para Sustentabilidade de forma interdisciplinar.

Evidencia-se que a UFMG oferta a disciplina Contabilidade Ambiental de forma obrigatória, porém a disciplina de Ética é ofertada na modalidade optativa. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a instituição necessita avançar, dado que é essencial que pelo menos estas duas disciplinas sejam obrigatórias.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, enfatiza a Ética.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, evidenciou-se que as atividades de extensão são organizadas em diversas áreas temáticas como educação, trabalho, saúde, meio ambiente, direitos humanos, justiça, comunicação, cultura e tecnologia de produção.

O Sistema de Informação da Extensão da UFMG registrou, em 2017, 185 programas, 1.125 projetos, 377 cursos, 368 eventos e 335 prestações de serviço, totalizando 2.390 ações de extensão. Destacou-se o Programa Participa UFMG Mariana-Rio Doce, Projeto nas redes: Rede Saúde Mental, Rede Juventude, Rede Cidades, Rede Direitos Humanos, Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce e Observatório da Migração Internacional de Minas Gerais.

Em geral, a UFMG mostra que busca cumprir com os ODS e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (*United Nations*, 2015) e busca promover educação para a sustentabilidade.

Os resultados da UFMG, em conformidade com o estudo de Isenmann, Landwehr-Zloch e Zinn (2020), demonstram que o tema sustentabilidade tem ganhado espaço, em especial no curso de Ciências Contábeis, tendo em vista a necessidade de formar gestores de empresas com competências também na área ambiental.

4.2.4 Universidade Federal de São João Del Rei

A UFSJ aborda aspectos da educação para a sustentabilidade em todos os documentos encontrados, no Estatuto, PDI, PLS e PPP. No que se refere ao relatório de sustentabilidade, o documento não foi encontrado.

A instituição evidencia conceitos de educação para sustentabilidade nos seus princípios, finalidade, objetivos, missão, visão, valores e ações, como sugerido na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, ficou evidenciado que a instituição busca oferecer educação pública de alta qualidade, bem como se preocupa com a responsabilidade social. A UFSJ também se preocupa em oferecer Assistência estudantil, o que corrobora para uma educação de qualidade. Em específico no curso de Ciências Contábeis, oferece disciplinas com as temáticas contabilidade social e ambiental, ética, governança corporativa e LIBRAS, promovendo educação para sustentabilidade.

Ressalta-se que a instituição oferta as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética na modalidade obrigatória. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a instituição se mostra empenhada em disseminar o ensino relativo à sustentabilidade.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, evidenciou que suas pesquisas são desenvolvidas considerando a ética, dado que o pesquisador tem responsabilidade social em relação a sua produção.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a instituição possui oito áreas temáticas, a citar, Cultura; Comunicação; Educação; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Saúde; Trabalho; e Tecnologia e Produção. Levando em consideração o PDI e o PLS, foi notado um esforço significativo da instituição para alinhar seus objetivos e metas às questões ligadas à sustentabilidade.

A UFSJ demonstra, em geral, comprometimento com as questões da sustentabilidade, tendo um planejamento voltado para a sustentabilidade e possuindo atividades acadêmicas alicerçadas em aspectos sustentáveis, como nas universidades espanholas, analisadas no estudo de León-Fernández e Domínguez-Vilches (2015), que fizeram um significativo esforço para incorporar a sustentabilidade ambiental em suas atividades. Ademais a instituição atende os ODS e metas da Agenda 2030 da ONU, como proposto no texto de *United Nations* (2015).

4.2.5 Universidade Federal de Uberlândia

A UFU versa sobre conceitos da educação para a sustentabilidade em todos os documentos, a citar no Estatuto, PDI, PLS e PPP, porém o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

O objetivo, missão, visão, princípios, valores e ações estão alinhados com a sustentabilidade como proposto na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFU enfatiza no geral sua responsabilidade social, oferecendo ensino gratuito, estimando pela formação humanística e consciência de cidadania, prezando pela igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição, pela democratização da educação, pela aplicação de práticas sustentáveis em prol do meio ambiente e pela defesa dos direitos humanos.

No PPP do curso de Ciências Contábeis, oferece sete disciplinas dentro da temática da sustentabilidade no Campus Santa Mônica e oito disciplinas, incluindo a disciplina de extensão no Campus Pontal.

Ressalta-se que a instituição oferta as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética na modalidade obrigatória. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a instituição se mostra comprometida com a disseminação da educação para a sustentabilidade.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFU oferece Programas de Iniciação Científica que propiciam pesquisa, inovação, transferência de tecnologia e o empreendedorismo, tendo bolsas de pesquisa também na graduação.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a UFU se baseia nas demandas da sociedade, oferecendo diversos cursos de extensão como treinamentos, iniciação profissional, aperfeiçoamentos e capacitação para o trabalho, promovendo desenvolvimento local e regional e transformação social.

Foi evidenciado que a política de gestão acadêmica e científica da UFU está alinhada aos ODS, estabelecidos na Agenda 2030. Em relação a internacionalização, também está alinhada aos ODS, tendo parcerias agentes internos e externos à instituição, o que proporciona aos discentes entendimentos das interações, direcionando-os a um compromisso com Desenvolvimento Sustentável.

No curso de Ciências Contábeis em específico, foi evidenciado que tem sido promovidas discussões e ações para atingir os ODS 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16 e 17.

Assim, o curso oferta conteúdos com a temática dos ODS, especialmente no tema Ética e Responsabilidade Social, por meio do ensino, pesquisas, iniciação científica e trabalhos de conclusão dentro do tema.

As conclusões do estudo de Albareda-Tiana, Vidal-Raméntol e Fernández-Morilla, (2018), apontaram que é necessário incorporar a educação para a sustentabilidade e os ODS no currículo dos cursos universitários. Observa-se que a UFU tem se comprometido com a inclusão dos ODS no seu currículo, especialmente no curso de Ciências Contábeis, atendendo os objetivos e metas da Agenda 2030 da ONU, como apontando em *United Nations* (2015).

4.2.6 Universidade Federal de Viçosa

A UFV não trata dos conceitos da educação para a sustentabilidade em todos os documentos. Trata no PDI, no PLS e no PPP, mas o Estatuto não abordou tópicos relativos à temática e o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

A missão, visão, valores, finalidades, objetivos, estratégias e ações estão dentro das orientações da Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFV busca assegurar ensino técnico-científico baseado em valores, como ética e solidariedade, respeito e acolhimento às diferenças, Desenvolvimento Sustentável e equilíbrio ambiental, e melhora da qualidade de vida das pessoas. Especificamente no Curso de Ciências Contábeis, oferece 12 disciplinas, incluindo as disciplinas do grupo de extensão, que abordam conceitos de sustentabilidade no Campus Viçosa. No Campus Rio Paranaíba, foram apresentadas 14 disciplinas, englobando a disciplina do grupo de extensão, dentro da temática ao longo do PPP.

Em relação as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética, as quais são disciplinas que fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade, o curso no Campus Viçosa oferta Contabilidade Ambiental e Ética na modalidade optativa. Já o curso no Campus Rio Paranaíba oferta a disciplina Contabilidade Ambiental na modalidade obrigatória e não oferta a disciplina Ética. Sendo assim, a instituição necessita avançar, dado que se espera que ao menos estas duas disciplinas sejam ofertadas na modalidade obrigatória.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFV busca promover ações para aumentar a produção científica e possui comissões e comitês que atuam para verificar os aspectos éticos das pesquisas. No que se refere ao desenvolvimento tecnológico, ligado à inovação a partir dos estudos e pesquisas, propicia o desenvolvimento econômico e social do país.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, na UFV os programas e projetos de extensão, dão destaque a inclusão social nas suas várias dimensões. A instituição possui iniciativas como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) que é um programa de extensão, que trabalha com grupos de trabalhadores da Zona da Mata Mineira e se destina a construir valores da economia solidária popular, visando a organização econômica e social dos grupos. A universidade participa do Projeto Rondon, iniciativa do Ministério da Defesa, para propiciar o Desenvolvimento Sustentável nas comunidades carentes.

Apesar de não ter sido encontrado relatório de sustentabilidade, o PDI apresenta que a sustentabilidade se tornou pauta para as IES na conferência Rio+20 através da iniciativa de Educação Superior para Sustentabilidade. Assim, promoveu várias ações, que resultaram na redução do consumo de água, teve avanços no gerenciamento e redução dos resíduos, também houve diminuição no consumo de papel, houve redução do consumo de energia elétrica. Em relação a segurança patrimonial e comunitária, foi avaliada como ruim, sendo evidenciado que a instituição se esforçará para aperfeiçoar o modelo de gestão de segurança em seus *campi*.

Os resultados do estudo Zhang *et al*. (2020) revelaram que a ocorrência de educação para a sustentabilidade em IES do Paquistão é geralmente baixo e há um espaço considerável para melhorias, o contrário do que é observado na UFV, dado que a instituição demonstra esforço para cumprir com os ODS e promover educação para sustentabilidade.

4.2.7 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

A UFVJM aborda aspectos da educação para sustentabilidade em todos os documentos analisados, no Estatuto, PDI, PLS e PPP, mas o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

O Estatuto evidencia poucos aspectos da sustentabilidade, sendo apresentados os objetivos e finalidades dentro da temática, os quais também estão evidenciados no PDI da instituição. A missão, finalidades, objetivos, princípios e ações estão alinhados com a educação para sustentabilidade como tratado na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFVJM evidenciou que buscar oferecer educação de qualidade, tendo ações pedagógicas que procura formar indivíduos que transformam a realidade econômica, social e ambiental da região onde está localizada. Especificamente no curso de Ciências Contábeis, oferta quatro disciplinas com nomes ligados à temática da sustentabilidade, todas eletivas ou optativas. Além dessas disciplinas, oferta mais seis disciplinas que possuem conceitos de sustentabilidade em suas ementas, sendo quatro obrigatórias, demonstrando que a instituição busca propiciar educação para sustentabilidade de forma interdisciplinar. Em especial a UFVJM oferta uma disciplina de Direito Ambiental e Agrário, revelando atenção para questões locais e regionais.

Ressalta-se que a instituição oferta as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética de forma optativa. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a UFVJM necessita avançar, dado que é indispensável que pelo menos estas duas disciplinas sejam obrigatórias.

Esse resultado vai na contramão do estudo Singh e Segatto (2020) que apontou que nas metodologias de ensino, as disciplinas ainda são muito técnicas e não ocorrem de forma interdisciplinar.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFVJM evidenciou que através da pesquisa aperfeiçoa sua função no desenvolvimento do pensamento e das melhorias da qualidade da vida e que a pesquisa deve estar em conformidade com a sustentabilidade econômica, social e ambiental, respaldada na sua função pública.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a UFVJM evidenciou que as atividades extensionistas, promovem o desenvolvimento da responsabilidade social, a criação de laços mais estreitos e o respeito com a sociedade e a formação interdisciplinar e ampla, baseada na realidade.

Apesar de não ter sido encontrado o relatório de sustentabilidade, o PDI mostra que a UFVJM faz compras e contratações sustentáveis, sendo essa proposta inclusa nas cláusulas de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação. A instituição conseguiu

implantar Programa de Coleta Seletiva Solidária, gerando recursos financeiros para as Associações de Catadores de Material Reciclável.

No geral, a UFVJM demonstra estar comprometida com promoção do Desenvolvimento Sustentável, especialmente no âmbito da educação. Como a Universidade Federal do Ceará no estudo de Marques, Santos e Aragão (2020), a UFVJM demonstrou-se estruturada e comprometida com as dimensões da sustentabilidade.

4.2.8 Universidade Federal de Alfenas

A UNIFAL-MG apresenta conteúdo da educação para a sustentabilidade em todos os seus documentos, Estatuto, PDI, PLS, Relatório de sustentabilidade e PPP.

Os seus princípios, objetivos, missão, visão, valores, estratégias e ações estão alinhados com a sustentabilidade como determinado na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UNIFAL-MG entende como necessária a formação humana com uma concepção ambiental, que possibilita promover o desenvolvimento social e econômico sustentável. Assim, se compromete a formar profissionais com plena consciência de suas responsabilidades e seus deveres de cidadãos. No geral, a instituição oferece 53 disciplinas ligadas a sustentabilidade, conforme o relatório de sustentabilidade. Além disso, em 2022, implantou o Curso de graduação em Gestão Ambiental e Sustentabilidade à distância.

Em específico no curso de Ciências Contábeis, oferta sete disciplinas com nome relativos à temática da sustentabilidade. Além dessas disciplinas, temas como História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Educação Ambiental e outros são abordados no curso dentro das várias disciplinas obrigatórias e são integradas nas atividades de pesquisa e extensão, em minicursos, palestras e workshops. Contudo, a UNIFAL-MG não oferta a disciplina Contabilidade Ambiental, somente Contabilidade Social. Isto é, a temática da sustentabilidade é trabalhada de forma interdisciplinar no curso, como aponta no estudo de Gomes *et al*. (2012).

A disciplina Ética é ofertada na modalidade obrigatória e a disciplina Contabilidade Ambiental, como já mencionado não é ofertada pela UNIFAL-MG. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade.

Sendo assim, a instituição necessita avançar, dado que é fundamental que pelo menos estas duas disciplinas sejam ofertadas e que sejam obrigatórias.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, foram feitas 79 publicações relativas à sustentabilidade.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, são avaliadas pelo impacto na formação do aluno e nas ações de transformação social. Em 2022, foram feitas 88 ações sustentáveis.

Destaca-se que UNIFAL-MG recebeu em 2022 o Selo A3P dado às instituições públicas pela comprovação de adoção de práticas administrativas sustentáveis, evidenciando que a instituição cumpriu com os compromissos relativos à sustentabilidade.

Em 2022, implantou a Coleta Seletiva na instituição, comprou filtros de purificação de água por osmose reversa, para economia de água nos processos de destilação, e fez a substituição de alguns *freezers*, equipamentos defasados, promovendo a economia de energia. Neste ano, teve bons resultados no *Ranking UI Green – Metric*, sendo bem colocada e avaliada nos temas infraestrutura e ambiente, mudanças climáticas e energia, água, resíduos, transporte, educação e pesquisa.

Observa-se que a UNIFAL-MG, como apontando em *Umwelt-Campus Birkenfeld* (2022), está no mesmo caminho que a *Umwelt-Campus Birkenfeld*, uma das universidades que oferece educação para a sustentabilidade na Alemanha. Essa universidade também possui cursos de graduação dentro do tema meio ambiente e sustentabilidade. Além disso, em 2021, essa universidade ficou em 6º lugar no *ranking GreenMetric*.

Em relação ao Eixo Sustentabilidade (ambiental, financeira e social), foram planejadas 32 ações e concluídas 20, tendo avanços na conscientização sobre a importância da sustentabilidade no ambiente acadêmico. Em relação a quantidade de resíduos recolhidos e destinados para reciclagem, não teve avanço, mesmo tendo sido disponibilizadas lixeiras para a coleta seletiva e ecoponto. E no que se refere a Horas de palestras / treinamentos por funcionário / colaborador terceirizado em temáticas ambientais e sustentáveis, ficou abaixo do esperado.

Diante desses resultados, ficou evidente que a UNIFAL-MG busca cumprir com os ODS e as metas da Agenda 2030 da ONU, como apontado no texto *United Nations* (2015).

Os resultados da UNIFAL-MG, vão na contramão do que foi apontado por Ramus e Montiel (2005), quando afirmaram que apesar de muitas organizações terem políticas com foco na responsabilidade ambiental, regularmente elas não as aplicam. A UNIFAL-MG, não só possui políticas em prol da sustentabilidade, como também busca aplicá-las, e ainda estão obtendo resultados significativos.

Ademais, a UNIFAL-MG mostra que busca colocar em prática o que foi apontado no estudo de Kanashiro *et al*. (2020), dado que a instituição "faz o que falam", isto é, as propostas da universidade são de fato praticadas, e isso permite que os alunos aprendam de forma mais profunda, quando fazem conexões pessoais com os tópicos aprendidos em aula.

4.2.9 Universidade Federal Fluminense

A UFF abordou os conceitos da educação para a sustentabilidade no PDI, no PLS e no PPP, mas o Estatuto não evidenciou trechos relativos à temática. Além disso, o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

A missão, visão, princípios, estratégias e ações estão em conformidade com os aspectos da sustentabilidade tratados na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFF busca formar profissionais preparados para atuar de forma ética, que combatam a desigualdade, o preconceito e a discriminação. Em específico o curso de Ciências Contábeis, no Campus de Volta Redonda oferece as disciplinas Ética Geral e Profissional e LIBRAS, bem como as disciplinas Instituição de direito público e privado, Controladoria Estratégica II, Prática de Pesquisa Contábil I, Sociologia, que abordam a temática da sustentabilidade nas suas ementas. O curso em Macaé oferece seis disciplinas na temática da sustentabilidade no total, conforme a matriz curricular. E o curso em Niterói, oferece oito disciplinas.

Em relação as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética, elas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. O curso no Campus Volta Redonda oferta a disciplina Ética de forma obrigatória, mas Contabilidade Ambiental não é ofertada. Já o curso do Campus Macaé oferta a disciplina Ética na modalidade Obrigatória e Contabilidade Ambiental é optativa. Por último, no Campus Niterói as duas disciplinas são ofertadas de forma obrigatória. Sendo assim, os *campi* Volta Redonda e

Macaé necessitam avançar, dado que é vital que ao menos estas duas disciplinas sejam ofertadas na modalidade obrigatória.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, em específico do curso de Ciências Contábeis, no que se refere aos Trabalhos de Conclusão de Curso, possui grupos de pesquisa, que atuam em diversas linhas de Pesquisas. Destaca-se a linha 5 – Contabilidade Social e Ambiental.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, a UFF criou a universidade cidadã ou universidade popular, que promove a transformação social, possibilitando uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. A instituição realiza suas atividades de extensão considerando os interesses da sociedade que está inserida.

No geral, a UFF não detalhou seus resultados relativos à educação para sustentabilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, mas observa-se que nos cursos de Ciências Contábeis a instituição tem promovido a temática socioambiental, contrariando a afirmação do estudo Singh e Segatto (2020) de que nos cursos de gestão as disciplinas ainda são muito técnicas.

4.2.10 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A UFRJ versa sobre aspectos da educação para a sustentabilidade nos Estatuto, PDI, PLS e PPP, porém o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

No que se refere ao Estatuto, vários trechos evidenciaram a educação para sustentabilidade. O Estatuto são regras e leis instituídas na universidade. Ter vários trechos no documento que abordam a temática é positivo, evidenciando que a instituição valoriza estes conceitos.

A missão, visão, valores e ações da UFRJ estão alinhados com a sustentabilidade como sugerido na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, a UFRJ busca garantir formação que propicie o desenvolvimento da criatividade e do senso ético, visando o bem viver dos povos. Especificamente o curso de Ciências Contábeis, nos dois *campi* oferta as disciplinas Ética Profissional, Contabilidade Socioambiental e Estudo da Língua Brasileira de Sinais I e a disciplina do grupo de extensão, denominada Atividade de Extensão.

Evidencia-se que a instituição oferta a disciplina Ética na modalidade obrigatória, mas a disciplina Contabilidade Ambiental é optativa. Essas disciplinas fazem parte do núcleo da educação para a sustentabilidade na contabilidade. Sendo assim, a UFRJ necessita avançar, dado que é imperioso que pelo menos estas duas disciplinas sejam obrigatórias.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFRJ evidencia no Estatuto que a pesquisa se constitui em formação de novos valores humanos e é meio de desenvolvimento econômico e social, e de segurança nacional. No PDI evidencia que as atividades relativas à pesquisa devem ter valores éticos em todas as fases, desde o desenvolvimento do projeto até o impacto socioambiental. A UFRJ desenvolve pesquisas que colocam o país em um alto patamar do conhecimento e da inovação tecnológica. Além disso, são feitos estudos e ações na área ambiental, com temas de saneamento básico, tecnologias sustentáveis e educação ambiental. Na área da saúde, são desenvolvidos testes diagnósticos e novos tratamentos, além do combate a doenças no Brasil e desenvolvimento de vacinas. No geral, a instituição tem linhas de pesquisa que englobam 16 entre os 17 temas dos ODS, do 1 ao 16.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão. A UFRJ propicia ao estudante uma formação mais cidadã e interação com novas realidades. As áreas temáticas da extensão são: Cultura; Comunicação; Educação; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Tecnologia e Produção; Saúde e Trabalho. Nas atividades de extensão, são promovidas ações que impactam as novas economias, contribuindo para o alcance dos ODS e das questões relacionadas à cidadania, à diversidade, ao desenvolvimento social, à melhoria da qualidade de vida e à inovação social. No geral, as ações atendem aos 17 ODS.

Específico no curso de Ciências Contábeis, possui o Núcleo de Pesquisa de Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais, que estuda o registro e a divulgação do impacto das empresas na esfera socioambiental e o relacionamento delas com a responsabilidade social.

A UFRJ, no PDI elencou suas atividades relacionando aos ODS, demonstrando que cumpre com os ODS e metas da Agenda 2030 da ONU, como apontado no texto *United Nations* (2015).

Os resultados corroboram com o que Viegas e Cabral (2015) ao demonstrar que as IES estão na dianteira na construção e incorporação da sustentabilidade. Os autores identificaram que as IES incorporam a questão socioambiental e a sustentabilidade em

seus modelos de gestão. Os resultados da UFRJ revelam que há incorporação da sustentabilidade no eixo do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como nas práticas institucionais.

4.2.11 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A UFRRJ apresenta conceitos da educação para a sustentabilidade em todos os documentos analisados, a citar, no Estatuto, no PDI e no PPP. Ressalta-se que o PLS e relatório de sustentabilidade não foram encontrados.

Os objetivos, a missão, visão, princípios e ações estão alinhados com a sustentabilidade como sugerido na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, para a UFRRJ a educação se apoia nos princípios da solidariedade, da inclusão, do respeito à diversidade, da aprendizagem de qualidade, com o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da cidadania. A universidade compreende que a formação no Ensino Superior deve ter caráter integral e reforçar valores, com forte compromisso social e ambiental.

No curso de Ciências Contábeis, a instituição oferece, cinco disciplinas com nome relacionado a temática da sustentabilidade e oferta mais duas disciplinas com inclusão de tópicos relativos ao tema na ementa. Destaca-se a obrigatoriedade das disciplinas Contabilidade Socioambiental e Ética que fazem parte do núcleo da educação para sustentabilidade na área contábil. Estes resultados demonstram que os cursos de gestão estão priorizando práticas sustentáveis na formação de seus discentes. O contrário do que Davis (1973) apontou, os gestores e suas futuras empresas estão sendo preparados para lidar com as atividades sociais, pois esses gestores não são mais só orientados para lidar com finanças, mas estão sendo formados com habilidades sociais para tomar decisões sociais.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, a UFRRJ contribui para o desenvolvimento nacional, promovendo pesquisas sobre desigualdades sociais, justiça ambiental, pobreza e direitos humanos.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, na UFRRJ os programas de extensão levam em consideração às questões relevantes da sociedade, viabilizando o desenvolvimento e bem-estar social. Em relação a quantidade de bolsas de

extensão, foi evidenciado que vem sendo ampliada e inclui oito programas, a citar, a Fazendinha Agroecológica Km 47; o Programa preparatório para o Enem; o Programa de ações em direitos humanos e cidadania; o Programa de residência em iniciação profissional na área de gestão aplicada a projetos educacionais; o Programa de projetos em sustentabilidade; o Programa de bolsas de iniciação à extensão; o Programa de apoio técnico acadêmico a projetos de extensão e; o Programa de fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que entre o final de 2021 e início de 2022, a UFRRJ entregou seis obras importantes para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as obras de acessibilidade em alguns prédios da instituição. Também foram feitas várias melhorias no restaurante universitário, como banheiros adaptados para PCD, para atender às normas de acessibilidade, foi instalada uma nova rede elétrica entre outras melhorias.

Em geral, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ, propiciam a Educação para a Sustentabilidade.

4.2.12 Universidade Federal de São Paulo

A UNIFESP aborda aspectos da educação para a sustentabilidade no Estatuto, PDI, PLS e PPP, mas o relatório de sustentabilidade não foi encontrado.

A missão, visão, valores, estratégias e ações estão de acordo com os aspectos da sustentabilidade evidenciados na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS).

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Ensino, o currículo dos cursos da UNIFESP tem ênfase multidisciplinar voltada à compreensão dos fenômenos profissionais e sociais, levando em conta uma visão humanista, socialmente crítica e com caráter mais generalista e global. No curso de Ciências Contábeis, oferece seis disciplinas que abordam conceitos ligados à educação para sustentabilidade. Evidencia-se que as disciplinas Contabilidade Social e Ambiental e Ética são obrigatórias, as quais são núcleos da educação para sustentabilidade na contabilidade. A instituição se mostra dedicada em disseminar o conhecimento da sustentabilidade para seus estudantes.

Observa-se que as concepções estão mudando nos cursos de gestão, indo na contramão do estudo de Friedman (1970) que apontou que as questões sociais não são preocupações dos empresários e que esses problemas devem ser resolvidos pelo

funcionamento irrestrito do sistema de mercado livre. Os cursos de gestão estão reconhecendo a importância de agir em prol do meio ambiente e da sustentabilidade.

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Pesquisa, na UNIFESP são feitos estudos convergentes em várias áreas do conhecimento, com temas de grande repercussão social. Como "Cidades e Desenvolvimento Sustentável", "Promoção do bem-estar e enfrentamento de questões relacionadas à violência e ao uso de drogas", "Direitos humanos, desenvolvimento, desigualdade e democracia", "Educação e relações étnico-raciais" e "Ciências do Mar, bioprodutos e bioprocessos".

Quanto a perspectiva da sustentabilidade no eixo Extensão, foi evidenciado que as atividades de extensão da UNIFESP desenvolvem a responsabilidade cívica e socioambiental, posicionamento o ético e o respeito à diversidade. Os projetos de extensão de forma interativa com o ensino e a pesquisa, promovem a cidadania e redução das desigualdades.

Vale ressaltar que, em relação ao impacto social e acadêmico, a UNIFESP foi a mais bem colocada em Sustentabilidade na Categoria Educação no Anuário Época Negócios 360° 2019. Quanto aos rankings internacionais, ficou em sétima posição no mundo no *THE – Impact Rankings* 2020, no que se refere ao ODS 5 – Igualdade de Gênero; ficou em nonagésima no que se refere ao ODS 10 – Redução das Desigualdades; ficou em terceiro lugar no ODS 13 – Ações Climáticas; ficou em terceiro lugar no ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes e ficou em quarto lugar no ODS 17 – Parceria para as Metas.

Diante desses resultados, ficou claro que a UNIFESP busca cumprir com os ODS e as metas da Agenda 2030 da ONU, como evidenciado em *United Nations* (2015).

4.3 Análise global de todas as universidades.

Apresenta-se a seguir uma análise global dos Estatutos, PDI, PLS, Relatório de Sustentabilidade e PPP de todas as universidades.

- Estatuto

Os Estatutos de todas as universidades tiveram trechos relativos à educação para a sustentabilidade, exceto os Estatutos da UFV e da UFF, que não tinham nenhum trecho

sobre a temática. Os pontos ligados à educação para sustentabilidade evidenciados nos Estatutos estão apresentados no Quadro 124.

Quadro 124: Pontos ligados à educação para sustentabilidade evidenciados nos Estatutos

IES	Pontos ligados à educação para sustentabilidade evidenciados nos Estatutos
UFES	Formação ética
UFJF	Formação ética, respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana, a construção de uma sociedade justa e democrática, a defesa da qualidade de vida e o estudo dos problemas socioeconômicos e ambientais.
UFMG	Se inspira na solidariedade humana.
UFSJ	Apresentou seus princípios, finalidades, objetivos, os quais incluem conceitos ligados a educação para sustentabilidade.
UFU	Apresentou seus objetivos com conceitos ligados a sustentabilidade, como melhoria da qualidade de vida, construção de uma sociedade democrática e justa, desenvolvimento regional e nacional, desenvolvimento de consciência ética e de mecanismos de igualdade.
UFV	Não havia nenhum trecho evidenciando a educação para sustentabilidade
UFVJM	Apresentou seus objetivos e finalidades, os quais também foram apresentados no PDI, sendo evidenciado que a convivência na instituição deve ser baseada no respeito às pessoas e nos princípios de humanização.
UNIFAL-MG	Apresentou os objetivos e princípios, sendo enfatizado a promoção do bem-estar humano, respeito e valorização da igualdade, solidariedade e estímulo à inovação que contribui para o Desenvolvimento Sustentável.
UFF	Não havia nenhum trecho evidenciando a educação para sustentabilidade
UFRJ	Apresentou os objetivos gerais, sendo enfatizado a prestação de serviços à comunidade, fortalecimento da paz e da solidariedade universal, o respeito à dignidade da pessoa humana, à proscrição do tratamento desigual e por preconceito de classe e de raça.
UFRRJ	Apresentou seus objetivos e princípios, sendo enfatizado que a busca pela melhoria de vida dos seus alunos, promoção de uma consciência de direitos e deveres de profissional e cidadão.
UNIFESP	Evidenciou a educação de qualidade, apoio aos seus estudantes e conduta ética na instituição.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se no Quadro 124, que as universidades, em geral, evidenciam a formação ética que é o quarto Princípio da Educação Ambiental da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 exposta no Quadro 5. A Resolução diz que a gestão das instituições de ensino deve valorizar a ética e promover ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética.

Todos os outros conceitos abordados nos Estatutos estão ligados a promoção do Desenvolvimento Sustentável, conforme a UNESCO (2005) propõe, como apresentado no Quadro 1, na visão para a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

- Plano de Desenvolvimento Institucional

Em relação ao período estabelecido para os PDI das universidades, o Quadro 125 apresenta vigência do documento em cada IES.

Quadro 125: Período de vigência do PDI analisado

IES	PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI ANALISADO
UFES	2021-2030
UFJF	2022-2027
UFMG	2018-2023
UFSJ	2019-2023
UFU	2022-2027
UFV	2018-2030
UFVJM	2017-2021
UNIFAL-MG	2021-2025
UFF	2018-2022
UFRJ	2020-2024
UFRRJ	2023-2027
UNIFESP	2021-2025

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no Quadro 125, todas as universidades estão com PDI vigentes, exceto a UFF que já possui uma nova versão, que não foi utilizada no presente trabalho, pois o período de coleta dos dados foi anterior a divulgação dela. Ressalta-se que o PDI da UFVJM, apesar de ter sido estabelecido para 2017-2021, tem vigência até 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciado no *site* da instituição e um novo documento está sendo desenvolvido para 2024-2028.

No que se refere ao perfil institucional, as instituições apresentaram sua missão, visão, valores e princípios. O Quadro 126 apresenta um resumo do perfil institucional, através de pontos chave relacionados à educação para sustentabilidade.

Quadro 126: Missão, visão, valores e princípios das universidades

IES	Pontos chave relacionados à educação para sustentabilidade			
	MISSÃO	**VISÃO**	**VALORES**	**PRINCÍPIOS**
UFES	Formação humana; avanços sociais e de inovação; inclusão social.	Inclusão social; inovação e desenvolvimento sustentável	Parceria com a sociedade; diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais; acessibilidade e permanência; ações afirmativas; princípios éticos e de sustentabilidade	Responsabilidade social; cidadania; Ensino inclusivo; Enfrentamento das desigualdades e discriminações; diversidade étnico-racial, de gênero e Inovação
UFJF	Formação do ser humano; solidariedade, sociedade justa; qualidade de vida.	Formação de cidadãos; consciência ética	Sem pontos ligados a sustentabilidade	

UFMG	Interesses sociais, formação ética, base humanística; desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais; desenvolvimento sustentável.	-	-	Educação de qualidade; sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e justas; gestão transparente; Diversidade.
UFSJ	Sociedade justa e igualitária; valores éticos, sociais e ambientais.	Superação das desigualdades; Desenvolvimento da humanidade; Justiça, dignidade humana, o direito dos povos.	Cidadania; cooperação para o bem comum; inovação; transformação socioambiental; dignidade e respeito toda pessoa; diversidade e inclusão; equidade; desenvolvimento humano; ética; sustentabilidade; desenvolvimento socioeconômico; preservação ambiental.	Ética; Respeito à dignidade da pessoa humana; Exercício da justiça e bem-estar do ser humano; Transparência nas ações institucionais; Desenvolvimento social e econômico Solidariedade; Defesa dos direitos humanos e preservação do meio ambiente.
UFU	Inovação, formação de cidadãos comprometidos com a ética, a sustentabilidade e a transformação social.	Formação humanística e inclusiva para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.	Ética Liberdade Igualdade	Ensino de qualidade; Orientação humanística; Exercício da cidadania; Desenvolvimento socioeconômico; Igualdade no acesso e permanência; Direitos humanos, paz e preservação do meio ambiente
UFV	Inovação, formação de cidadãos; visão humanística, atendimento as demandas da sociedade e inclusão social.	Sem pontos ligados a sustentabilidade	Ética, transparência, responsabilidade, comprometimento social, igualdade, cidadania e respeito às diversidades	-
UFVJM	Ensino de qualidade; solidariedade, formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável; igualdade na educação; exercício da cidadania.	-	-	Respeito à dignidade; direitos humanos; ética, transparência, sustentabilidade; cidadania; diversidade étnica; tratamento justo e respeitoso ao ser humano e à vida; desenvolvimento sustentável; à igualdade e à oportunidade de acesso.

UNIFAL-MG	Formação do ser humano, ética, solidariedade, justiça, inclusão social, inovação e sustentabilidade.	Desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental do país.	Diversidade; equidade; inclusão social; inovação; sustentabilidade e transparência.	-
UFF	Formação de cidadão com valores éticos; desenvolvimento autossustentado do Brasil; responsabilidade social.	Impacto social.	-	Engajamento social; Equidade; ética.
UFRJ	Sociedade justa, democrática e igualitária.	Veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental.	Responsabilidade social e ambiental; ética e transparência; diversidade, acessibilidade e inclusão social;	-
UFRRJ	Formação do ser humano; solidariedade; sociedade justa; valorização da paz e da qualidade de vida	Formação do ser humano; sociedade justa e igualitária	-	Ênfase à questão socioambiental; formação cidadã; diversidade; relações humanas solidárias; Justiça social; Melhoria do acesso e permanência; Formação de cidadãos socialmente; Gestão transparente.
UNIFESP	Formar cidadãos conscientes; desenvolver o país; sociedade mais justa e sustentável; inovação.	Universidade plural, inclusiva, solidária, transformadora; indutora do desenvolvimento com justiça social e ambiental; defesa da vida; combate às desigualdades e o racismo.	Ética; Defesa da vida, dignidade humana; Redução das desigualdades; Transparência e equidade; solidariedade e empatia; Qualidade de ensino; Diversidade; Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.	-

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser visto no Quadro 126, no geral, as universidades buscam promover educação para a sustentabilidade. Todas elas possuem princípios, valores e objetivos como sugeridos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 e na Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015.

Os perfis demonstrados pelas instituições, estão em conformidade com o que foi apontado pela UNESCO (2005), isto é, que as características de IES voltadas para a educação para a sustentabilidade são: visar a obtenção de valores, ser holística e interdisciplinar, incentivar pensamento crítico, estimular a participação nos processos de tomada de decisão e estar atenta as necessidades da comunidade local. Sobretudo, os

valores devem ser pautados no respeito à pessoa e suas necessidades e respeito ao meio ambiente. As universidades apresentaram todas essas características, com visão, características, valores, processos, objetivos e estratégias que são caracterizados na Assembleia das Nações Unidas sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) em 2005.

Observa-se que as IES analisadas, em geral, tem buscado serem universidades sustentáveis, oferecendo educação para a sustentabilidade, como discutido na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo em 1972, na Carta *Copernicus* em 1988, na Declaração de *Talloires*, em 1990, Declaração de *Halifax* em 1991, na Agenda 21 Global em 1992, na Declaração de *Swansea* em 1993, no Programa *COPERNICUS* em 2000, Declaração de *UBUNTU* em 2002, na Conferência Internacional sobre Gestão Ambiental para as Universidades Sustentáveis (EMSU) ainda em 2002.

As IES oferecem educação para a sustentabilidade, como discutido no projeto Ecocampus em 2006, na Rio+20 em 2012, nos ODS e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Observa-se que todas elas possuem perfis voltados para os ODS apresentados na seção 2.2.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O perfil institucional evidencia, especialmente, o ODS 3 que aponta para bem-estar, o ODS 4 que aponta para educação de qualidade, o ODS 5 que aponta para igualdade de gênero, o ODS10 que aponta para a redução das desigualdades, o ODS 11 que aponta para comunidades sustentáveis e o ODS 16 que aponta para paz e Justiça.

As instituições analisadas oferecem educação para o Desenvolvimento Sustentável, como proposto na Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em 2021, entre outros eventos dentro da temática.

No que se refere aos pontos em comum que foram apresentados nos PDI das universidades, todas elas abordam conceitos de educação para sustentabilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Ensino, todas evidenciam políticas de ensino voltadas para a igualdade social, formação profissional humanizada, socialmente referenciada, que não reproduz discriminações de gênero e raça.

No âmbito da Pesquisa, todas apontam para diretrizes baseadas em princípios éticos na produção e na divulgação da pesquisa científica, sendo incentivado a produção de conhecimentos nas temáticas étnico-raciais, de gênero, de PCD entre outros temas de estudos.

No âmbito da extensão, todas evidenciaram que as atividades de extensão devem ter relevância social, promovendo impacto e transformação social, propiciando desenvolvimento social, regional e nacional. As universidades impulsionam os projetos de extensão sempre de forma indissociável com ensino e à pesquisa, viabilizando uma sociedade mais justa e democrática.

Além do tripé ensino, pesquisa e extensão, todas oferecem assistência estudantil, contribuindo para alimentação, moradia e transporte, propiciando ações de caráter psicossocial e de inclusão social, tentando reduzir a evasão e possibilitando o acesso, a permanência e a inclusão dos diversos grupos sociais.

Todas as IES possuem políticas afirmativas, com práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes. São políticas que combatem as desigualdades sociais, promovem equidade de direitos e redução de discriminações e racismo, promovem acessibilidade e inclusão para estudantes com deficiência; promovem o respeito a diversidade sexual e de gênero, entre outras promoções.

Todas abordam sobre infraestrutura e acessibilidade, que os prédios têm sido construídos, reformados e adaptados para propiciar inclusão social para alunos com deficiência. Em relação a governança, as universidades buscam atuar com transparência, com ética e responsabilidade, equidade e sustentabilidade. E todas apresentam estratégias, objetivos, metas, ações e indicadores no que se refere ao ensino, pesquisa, extensão, inovação, assistência estudantil, sustentabilidade e infraestrutura. Todas essas estratégias contribuem para a educação para a sustentabilidade.

A UFMG, a UFSJ e UFV destacam mais os aspectos da Sustentabilidade e Responsabilidade Social em seções, evidenciando práticas decisórias da instituição e ações que se traduzem na melhoria da qualidade de vida social, na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento humano e social, na inclusão social e digital, na saúde pública, no tratamento e reciclagem de lixo, no saneamento básico, na coleta e destinação adequada de resíduos, dentre outros aspectos.

A UNIFAL-MG e UNIFESP ganham destaque no que diz respeito ao impacto social e acadêmico, dado que as instituições foram bem colocadas em *rankings* nacionais e internacionais.

Somente a UNIFESP em seu PDI apresenta de uma forma mais evidente conceitos tais como, Inovação Social e Inovação em Políticas Públicas. A Inovação Social que se refere à Inovação em tecnologias sociais e economia solidária, tecnologias voltadas à inclusão social, uma inovação socialmente justa e solidária, visando a diminuição de

exclusão e vulnerabilidade social, econômica e ambiental. Também traz o conceito de Inovação em Políticas Públicas que é uma modalidade que procura a melhoria da qualidade das atividades e serviços de natureza públicos.

Como já mencionado todas oferecem educação para o Desenvolvimento Sustentável, como sugerido nas conferências, eventos e legislações. Em conformidade com o estudo de Nunes, Pereira e Pinho (2017) demonstram responsabilidade social universitária (RSU), tendo compromisso social e educacional com a igualdade social, direitos humanos, ciência e a tecnologia e meio ambiente.

- Plano de Logística Sustentável

No que diz respeito ao período estabelecido para os PLS das universidades, o Quadro 127 apresenta a versão do documento de cada IES.

Quadro 127: Versão do PLS das universidades

IES	VERSÃO DO PLS ANALISADO
UFES	2013
UFJF	2020
UFMG	-
UFSJ	2013
UFU	2019
UFV	2020
UFVJM	2013
UNIFAL	2020
UFF	2017
UFRJ	2022
UFRRJ	-
UNIFESP	2023

Fonte: Elaboração própria.

Conforme exposto no Quadro 127, não foi encontrado o PLS da UFMG e da UFRRJ. Vale ressaltar que o PLS da UFU é a Resolução nº 9/2019, do Conselho Universitário. A resolução é de 2019, sendo evidenciado que a vigência do PLS é de 2018-2021. O PLS da UFV foi divulgado em 2020, sendo evidenciado que a vigência do documento é 2021-2023. O PLS da UNIFAL-MG é de setembro de 2020, estabelecido para 2020-2024.

Os PLS de todas as universidades apresentam suas ações de sustentabilidade, focando nos seguintes aspectos: redução de material de consumo como papel para impressão, copos descartáveis e cartucho para impressão; redução do consumo de energia

elétrica; redução do consumo de água e tratamento de esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, levando em conta todos os meios de transporte.

O PLS da UFES foi baseado no princípio dos 3R's: reduzir, reutilizar e reciclar para executar as ações sustentáveis no ambiente acadêmico. Já o PLS da UFV aponta que as diretrizes, ações e/ou iniciativas da instituição, atendem à política dos 5 R's: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar, recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais. O PLS da UNIFAL-MG, da UFF e da UNIFESP também atendem a Política dos 5R's.

O uso destes princípios vai ao encontro do texto do MMA (2022), que aborda a adoção do princípio dos 3R's para a observância de padrões de consumo sustentável, objetivando poupar os recursos naturais e controlar o desperdício. Nessa mesma perspectiva, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) tem eixos temáticos fundamentados na política dos 5 R's, como citado no texto de MMA (2021).

O PLS da UFJF e o da UFV citaram o relatório *Brundtland*, também nomeado como "Nosso Futuro Comum", demonstrando a importância do Desenvolvimento Sustentável e reforçando as recomendações da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como exposto em WCED (1987, p. 46).

Os PLS da UFJF, da UFSJ, da UFV, da UFVJM, da UNIFAL-MG, da UFF, da UFRRJ evidenciam que os documentos foram baseados na Instrução Normativa nº10/2012, que estabelece as regras para elaboração dos PLS e dá outras providências.

O PLS da UFJF e da UFF atendem ao Decreto 5.940/2006 que versa sobre os resíduos recicláveis que devem ser encaminhados a associações e/ou cooperativas de catadores.

O PLS da UFSJ, da UFV, da UFVJM, da UFF e da UNIFESP também atendem ao Decreto n. 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Em geral, entre as 12 universidades analisadas, 10 divulgaram o Plano de Logística Sustentável, o que é positivo para a promoção da educação para a sustentabilidade. Acredita-se que as iniciativas e ações das instituições incentivam o respeito ao meio ambiente. Além de melhorar os seus resultados, promovem consciência socioambiental para estudantes, docentes e toda a comunidade acadêmica.

- Relatório de Sustentabilidade

Vale ressaltar que foi encontrado o relatório de somente duas universidades, a citar, UFES e a UNIFAL-MG. As versões dos relatórios foram 2021 e 2022, respectivamente. A ausência do relatório de sustentabilidade nas outras instituições, apesar de elas abordarem os aspectos da sustentabilidade em outros documentos institucionais, surpreende por se tratar de grandes universidades públicas. Por serem públicas poderiam divulgar o relatório de sustentabilidade, tendo mais transparência de suas ações ambientais.

O Relatório de Sustentabilidade da UFES deu maior destaque aos ODS. A UFES demonstrou o que já está sendo feito na instituição para alcançar os ODS; no que se refere a implementação e incorporação dos ODS nas políticas, nas estratégias e nas suas ações. Então a UFES mapeou todas as publicações oriundas da própria instituição relacionada os ODS e mapeou as ações relativas aos ODS, sendo encontrados os resultados expostos na subseção 4.1.1. Já a UNIFAL-MG não citou os ODS. A menção dos ODS no relatório evidência maior alinhamento da instituição em relação ao compromisso com os ODS.

Por outro lado, a UNIFAL-MG evidenciou sua adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e que recebeu o Selo A3P dado às instituições públicas pela comprovação de adoção de práticas administrativas sustentáveis, bem como demonstrou que tem alcançado suas metas de redução de consumo. Ademais, a UNIFAL-MG também evidenciou que tem tido bons resultados, dado que teve boas colocações no *Ranking UI Green – Metric,* conforme exposto no relatório. Esse resultado confirma o que Warken, Henn e Rosa (2014) apontaram, isto é, que a adoção da A3P, apesar de ter aceitação voluntária para órgãos públicos, possibilita que as instituições promovam sustentabilidade ambiental em suas atividades. O resultado vai ao encontro também do texto de MMA (2021) que diz que as instituições públicas que seguem as diretrizes da Agenda, preservam a natureza, bem como conseguem reduzir seus gastos. A UFES não fez menção a agenda A3P.

Em geral, a UFES e a UNIFAL-MG apresentaram suas ações e resultados sustentáveis nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, demonstrando que contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável e que promovem educação para a sustentabilidade, como proposto pela UNESCO na Agenda de Educação Global 2030 (UNESCO, 2021a).

Na contramão do que foi apontado por Rohrich e Takahashi (2019), isto é, de que a operacionalização da implantação de práticas de responsabilidade socioambiental é um desafio para as instituições, há universidades que não parecem estar enfrentando dificuldades em operacionalizar suas práticas sustentáveis, dado que algumas das IES analisadas já apresentaram bons resultados.

- Plano Político Pedagógico

Quanto ao período estabelecido para os PPP das universidades, o Quadro 128 apresenta a versão do documento de cada IES.

Quadro 128: Versão PPP das universidades

IES		Versão do PPP ANALISADO
UFES	Campus Goiabeiras	2007
UFJF	Campus Juiz de Fora	2022
	Campus Governador Valadares	2022
UFMG	Campus Pampulha	2016
UFSJ	Campus Tancredo Neves	2015
UFU	Campus Santa Mônica	2022
	Campus Pontal	2022
UFV	Campus Viçosa	2022
	Campus Rio Paranaíba	2022
UFVJM	Campus do Mucuri	2019
UNIFAL-MG	Campus Varginha	2018
UFF	Campus Volta Redonda	2016
	Campus Macaé	-
	Campus Niterói	-
UFRJ	Campus Cidade Universitária	2019
	Campus Praia Vermelha	
UFRRJ	Campus Seropédica	2018
UNIFESP	Campus Osasco	2020

Fonte: Elaboração própria.

Conforme exposto no Quadro 128, não foi encontrado o PPP do Campus Macaé e do Campus Niterói da UFF, somente a matriz curricular no *site* das instituições. Em relação ao PPP do curso de Ciências Contábeis da UFRJ, o documento foi desenvolvido pela FACC e implementado nos dois *campi* - Cidade Universitária e Praia Vermelha.

No que se refere a justificativa do PPP, a UFES, a UFU a UFVJM e a UFRJ evidenciaram, de forma genérica, que o ensino deverá responder as demandas da comunidade e do mercado de trabalho regional e global, com formação do ser humano**, o** "ser social" consciente das responsabilidades perante a sociedade.

Quanto a base legal dos PPP, o da UFJF Governador Valadares, da UFSJ, da UFV Campus Viçosa e Campus Rio Paranaíba, e da UNIFAL-MG levaram em consideração a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituída como Política Nacional de Educação Ambiental, a qual foi apresentada no Quadro 4 do presente trabalho.

O PPP da UFJF Governador Valadares e UNIFAL-MG também se basearam na Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, como apresentado no Quadro 5.

Nenhum PPP mencionou a Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável e nenhum PPP abordou os Princípios para Educação Executiva Responsável.

A maioria dos PPP apresentou a base legal. Quanto as legislações que não foram abordadas no referencial do presente trabalho, mas que abordam questões da educação para sustentabilidade, destaca-se a Lei 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNE), citada no PPP da UFJF Campus Governador Valadares. Essa lei tem como meta ampliação das políticas de inclusão e de acesso, permanência e assistência estudantil para reduzir as desigualdades sociais no ambiente acadêmico.

A maioria citou resoluções do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis e algumas diretrizes estão relacionadas com educação para sustentabilidade Como Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, Educação Ambiental.

Os PPP da UFJF, UFSJ, UFU, UFVJM, UNIFAL-MG citaram a Lei nº 10.436/2002. A UFJF, a UFSJ, a UFU, a UFV, a UNIFAL-MG abordaram no PPP o Decreto Presidencial nº 5.626/2005, que tratam da inserção da matéria de LIBRAS como Unidade Curricular optativa nos cursos de educação superior.

O PPP da UFJF e da UFV citaram o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, relacionada à educação ambiental. O PPP da UFSJ, UFV, UFVJM abordaram o Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que trata das "normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", entre outras legislações.

No que diz respeito ao objetivo do curso de Ciências Contábeis, todas as universidades objetivam, em síntese, formar profissionais éticos, capazes de contribuir

para o desenvolvimento sustentável, que exerçam à cidadania, que tenham visão humanítisca e social, e responsabilidade social.

Quanto ao perfil do egresso, as universidades, em resumo, evidenciaram que o egresso deve ser capaz enfrentar as demandas empresariais e sociais, deve contribuir para geração de informações financeiras, econômicas e sociais, para qualidade de vida da sociedade e, principalmente, o egresso deve ter conduta ética.

Em relação a atenção aos discentes, todas as universidades promovem políticas de assistência estudantil para proporcionar acolhimento aos alunos e permanência no curso. São oferecidas assistências aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como Auxílio Moradia; Auxílio Creche/ Pré-Escola para discentes de graduação que tiverem filhos de até cinco anos; Bolsa de Iniciação Profissional; Serviço de Alimentação e promoção de políticas de acessibilidade e inclusão para acolher pessoas com deficiência. Porém, só algumas evidenciam os aspectos da atenção aos discentes no PPP, como a UFJF Campus Juiz de Fora, a UFU Campus Santa Monica e Pontal, a UFV Campus Viçosa e Rio Paranaíba e a UNIFESP.

O PPP da UFJF Campus Juiz de Fora e o PPP da UFU Campus Santa Mônica fizeram abordagens relativas à educação para a sustentabilidade no documento que vale a pena destacar. O PPP da UFJF Campus Juiz de Fora retomou uma publicação da ONU de 2003, apontando que se deve admitir na educação contábil um currículo amplo, que considere a realidade do mundo, dado que o profissional contábil é ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico, social e político. Entretanto, a educação socioambiental é ofertada na modalidade eletiva, o que mostra que a instituição precisa se atentar a essa publicação, dado que os estudantes podem não optar por cursar essa disciplina e, portanto, podem não obter o conhecimento necessário nessa perspectiva.

Já o PPP da UFU Campus Santa Mônica evidenciou que implementam uma política de gestão acadêmica e científica alinhada aos ODS, estabelecidos em 2015 pela ONU na Agenda 2030. Ainda ressaltou que o curso busca difundir a transversalidade na educação, por meio de conteúdos como ética, sexualidade, saúde e meio ambiente. No entanto, apesar da disciplina Ética ser ofertada de forma obrigatória, a disciplina contabilidade ambiental é optativa, o que demonstra que a instituição precisa se atentar à sua política de gestão, dado que o aluno pode se formar sem cursar essa disciplina e, portanto, não ter acesso aos conhecimentos ambientais compreendidos na Agenda 2030.

Levando em conta tudo que foi abordado nos PPP de todas as universidades, e apesar de não mencionarem os Princípios para Educação Executiva Responsável

(PRME), observa-se que as instituições procuram alinhar-se com estes princípios. Na mesma perspectiva com o que foi apontado em *United Nations Global Compact* (2021), cursos de Ciências Contábeis estão buscando promover uma conscientização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e formar futuros líderes empresariais responsáveis.

No que se refere as disciplinas, o Quadro 129 resume as disciplinas relativas à educação para a sustentabilidade oferecidas em cada IES. Estão elencadas tanto as disciplinas cujo nome tem relação com a educação para sustentabilidade quanto as disciplinas que possuem ementas com conteúdo relacionado ao tema. Além disso, estão expostas as disciplinas do grupo extensão que tem relação com o tema.

Quadro 129: Disciplinas relacionadas à sustentabilidade de todas as IES federais da região Sudeste

IES	Código	Disciplina	Classe	Bloco *	Nível **
UFES	FIL04842	Filosofia e Ética	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	CON06353	Contabilidade Ambiental	Optativa		
	ECO07667	Contabilidade Social	Optativa		
	CON09906	Governança Corporativa	Optativa		
	LCE06306	LIBRAS	Optativa		
	ADM03742	Administração	Obrigatória	Bloco 2	
	CON06339	Legislação Profissional	Obrigatória		
UFJF Campus Juiz de Fora	FIN066	Ética e legislação profissional	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	FIN045	Contabilidade e Responsabilidade Social Ambiental	Eletiva		
	FIN048	Governança Corporativa	Eletiva		
	UNI015	LIBRAS Instrumental I	Optativa		
	UNI016	LIBRAS Instrumental II	Optativa		
	EDU110	Sistema Braille Grau I de Leitura e Escrita	Optativa		
	CAD077	Princípios de Administração II	Obrigatória	Bloco 2	
	ECO 034	Economia	Obrigatória		
	FIN036	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	Obrigatória		
	FIN071	Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade	Eletiva		
	FIN072	Tópicos Avançados em Finanças	Eletiva		
UFJF Campus Governador Valadares	CAD036GV	Inovação Tecnológica e Competitividade	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	FINXXXGV	Ética e Responsabilidade Socioambiental em Contabilidade	Obrigatória		
	FIN050GV	Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	Eletiva		
	FIN042GV	Governança Corporativa	Eletiva		
	EDU088	Língua Brasileira De Sinais - LIBRAS	Eletiva		
	DPR001GV	Instituições de Direito	Obrigatória	Bloco 2	
	FIN006GV	Auditoria	Obrigatória		

	FIN022GV	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	Obrigatória		
	FIN034GV	Trabalho de Conclusão de Curso I	Obrigatória		
	FIN068GV	Consultoria Empresarial	Eletiva		
	ADM025GV	Gestão de Operações I	Eletiva		
	CSO006GV	Política I	Eletiva		
	FINXXXGV (Grupo Extensão)	Extensão Universitária: Programas e Projetos 01	Optativa	Bloco 3	
	FINXXXGV (Grupo Extensão)	Extensão Universitária: Programas e Projetos 02	Optativa		
UFMG	CIC068	Contabilidade Social e Ambiental	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	CIC033	Ética Geral e Profissional	Optativa		
	CIC	Governança Corporativa	Optativa		
	LET223	Fundamentos de LIBRAS	Optativa		
	CAD059	Empreendedorismo	Optativa	Bloco 2	
	CIC (Grupo de Extensão)	Iniciação à Extensão	Optativa	Bloco 3	
UFSJ	DECIS	Ciências Sociais	Obrigatória	Bloco 1	Nível 3
	DECAC	Contabilidade social e ambiental	Obrigatória		
	DECAC	Ética profissional e prática contábil	Obrigatória		
	DELAC	LIBRAS	Optativa		
	DECAC	Governança Corporativa	Optativa		
	DECAC	Gestão de Pessoas	Obrigatória	Bloco 2	
UFU Campus Santa Mônica e Campus Pontal	-	Ética e Responsabilidade Social	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	-	Direitos Humanos	Optativa		
	-	Governança Corporativa	Optativa		
	-	Contabilidade Social e Ambiental	Optativa		
	-	Cultura Afro-brasileira	Optativa		
	LIBRAS01	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS I	Optativa		
	GPEO33	Racismo e Educação: desafios para a formação docente	Optativa		
Campus Santa Mônica	(Grupo extensão)	Atividades Curriculares de Extensão V	Obrigatória	Bloco 3	
UFV Campus Viçosa	CCO342	Contabilidade Socioambiental	Optativa	Bloco 1	Nível 1
	CCO346	Governança Corporativa	Optativa		
	CCO363	Governança Pública e Accountability	Optativa		
	EDU193	Ética	Optativa		
	LET290	LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	Optativa		
	CIS 214	Sociologia	Obrigatória	Bloco 2	
	DIR 130	Instituições de Direito	Obrigatória		
	DIR 131	Legislação Social	Obrigatória		
	CCO 103 (Grupo de extensão	-	Obrigatória	Bloco 3	
	CCO 106 (Grupo de extensão	-	Obrigatória		
	CCO 360 (Grupo de extensão	-	Obrigatória		

	CCO 361 (Grupo de extensão	-	Obrigatória		
UFV Campus Rio Paranaíba	CIC 324	Contabilidade Socioambiental	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	CRP 280	LIBRAS Língua Brasileira de Sinais	Optativa		
	NUR 493	Tópicos em Políticas Públicas de Saúde e Cidadania	Optativa		
	CRP 297	Sociologia Geral	Obrigatória	Bloco 2	
	ADE 321	Gestão do Trabalho Humano em Organizações II	Optativa		
	ADE 345	Comportamento Organizacional	Optativa		
	ADE 380	Associativismo e Cooperativismo	Optativa		
	CRP 293	Filosofia da Ciência	Optativa		
	CRP 294	Sociologia Aplicada ao Agronegócio	Optativa		
	CRP 295	Psicologia	Optativa		
	CRP 296	Instituições de Direito	Obrigatória		
	ADE 320	Gestão do Trabalho Humano em Organizações I	Optativa		
	CRP 299	Dinâmica de Grupo	Optativa		
	CIC 380 (Grupo extensão)	Atividades de Extensão	Obrigatória	Bloco 3	
UFVJM	CON055	Contabilidade Social e Ambiental	Eletiva	Bloco 1	Nível 1
	CON056	Direito Ambiental e Agrário	Eletiva		
	SSO014	Filosofia e Ética	Eletiva		
	CEX134	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Optativa		
	CON106	Contabilidade III	Obrigatória	Bloco 2	
	CON121	Laboratório Contábil	Obrigatória		
	CON118	Auditoria Contábil	Obrigatória		
	CON132	Gestão Pública e Contemporânea	Obrigatória		
	CON057	Direito Internacional Público e Privado	Eletiva		
	ECO 023	Economia Solidária	Eletiva		
UNIFAL-MG	-	Ética e Profissionalismo	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	-	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Eletiva		
	-	Classes e Movimentos Sociais	Eletiva		
	-	Políticas Públicas	Eletiva		
	-	Ciências Sociais	Obrigatória		
	-	Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Eletiva		
	-	Contabilidade Social	Eletiva		
UFF Volta Redonda	VCO00003	Ética Geral e Profissional	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	VQI00065	LIBRAS	Optativa		
	-	Instituição de direito público e privado	Obrigatória	Bloco 2	
	VCO00020	Controladoria Estratégica II	Obrigatória		
	VCO00025	Prática de Pesquisa Contábil I	Obrigatória		
	-	Sociologia	Obrigatória		
UFF Campus Macaé	MCT00107	Ética e legislação profissional	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	GLC00292	LIBRAS I	Optativa		

	MCT00090	Contabilidade social e ambiental	Optativa		
	MCT00113	Direito ambiental	Optativa		
	MCT00131	Responsabilidade social I	Optativa		
	STC00109	Contabilidade ambiental	Optativa		
UFF Niterói	STC00201	Ética profissional e responsabilidade socioambiental em contabilidade	Obrigatória	Bloco 1	Nível 3
	STC00205	Contabilidade socioambiental	Obrigatória		
	STC00224	Contabilidade, sociedade e meio ambiente	Optativa		
	STC00227	Educação ambiental e sustentabilidade	Optativa		
	STC00230	Educação e formação em direitos humanos	Optativa		
	STC00234	Governança corporativa	Optativa		
	GLC00292	LIBRAS I	Optativa		
	STC00237	Perícia e auditoria ambiental	Optativa		
UFRJ Campus Cidade Universitária e Praia Vermelha	ACC482	Ética Profissional	Obrigatória	Bloco 1	Nível 2
	ACC638	Contabilidade Socioambiental	Optativa		
	LEF599	Estudo da Língua Brasileira de Sinais I	Optativa		
	ACCZ50 (Grupo Extensão)	Atividade de Extensão	Optativa	Bloco 3	
	ACC602 (Grupo Extensão)	Gestão, Tecnologia e Inovação	Optativa		
	ACC030 (Grupo Extensão)	Gestão, Desenvolvimento e Inovação I	Optativa		
	ACC642 (Grupo Extensão)	Gestão, Desenvolvimento e Inovação II	Optativa		
	ACC031 (Grupo Extensão)	Introdução ao Cooperativismo	Optativa		
	ACC032 (Grupo Extensão)	Aspectos Gerenciais das Cooperativas	Optativa		
	ACC033 (Grupo Extensão)	Aspectos Legais das Cooperativas	Optativa		
UFRRJ	ICS4635	Ética Geral e Profissional em Contabilidade	Obrigatória	Bloco 1	Nível 3
	ICS4683	Contabilidade Socioambiental	Obrigatória		
	IE622	Educação e Relações Etnicorraciais na Escola	Optativa		
	IH453	Filosofia e Ética das Organizações	Optativa		
	IH902	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Optativa		
	IH 190	Legislação Trabalhista	Obrigatória	Bloco 2	
	IH 106	Administração Municipal	Optativa		
UNIFESP	-	Contabilidade Social e Ambiental	Obrigatória	Bloco 1	Nível 3
	-	Ética Contábil	Obrigatória		
	-	LIBRAS	Optativa		

	-	Realidade Socioeconômica e Política Brasileira [CRB II]	Obrigatória	Bloco 2	
	-	Introdução ao Direito	Obrigatória		
	-	Metodologia do Trabalho Científico Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas	Obrigatória		

(*) Bloco: 1- Disciplinas cujo nome tem relação com a educação para sustentabilidade, 2- Disciplina com conteúdo relativo ao tema nas ementas e 3 - Disciplinas do Grupo de extensão.
(**) Nível: No que se refere as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental que são núcleo da sustentabilidade na Ciências Contábeis, tem-se: o Nível 1 - nenhuma é obrigatória, Nível 2 - uma é obrigatória e Nível 3 - as duas são obrigatórias.
Fonte: Elaboração própria com informações dos PPP das universidades.

Como pode ser visto no Quadro 129, a maioria das disciplinas relativas à educação para sustentabilidade, isto é, no total 155 disciplinas, contando todas as disciplinas ofertadas em cada campus, 99 são oferecidas de forma eletiva ou optativa. As disciplinas do Bloco 1, isto é, as disciplinas cujo nome tem relação com a educação para a sustentabilidade também são em sua maioria eletivas ou optativas, ou seja, 65 disciplinas são eletivas ou optativas considerando o total de 88 do bloco.

As disciplinas do Bloco 2, isto é, as disciplinas com conteúdo relativo ao tema nas ementas são oferecidas 17 disciplinas eletivas ou optativas considerando o total de 44 do bloco. E as disciplinas do Bloco 3, isto é, as disciplinas do Grupo de extensão também são em sua maioria eletivas ou optativas, ou seja, 17 disciplinas são eletivas ou optativas considerando o total de 23 do bloco.

Ressalta-se que a contagem das disciplinas foi feita levando em conta todos os *campi*. Assim, as disciplinas expostas no Quadro 129 referente a UFU Campus Santa Mônica e Campus Pontal (Bloco 1) e UFRJ Campus Cidade Universitária e Praia Vermelha foram contadas de forma duplicada, dado que são quatro *campi*.

No que se refere aos níveis, dois *campi* estão compreendidos no Nível 1, a citar, UFV Campus Viçosa, UFVJM; 12 *campi* estão no Nível 2, a citar, UFES, UFJF Campus Juiz de Fora, UFJF Campus Governador Valadares, UFMG, UFU Campus Santa Mônica, UFU Campus Pontal, UFV Campus Rio Paranaíba, UNIFAL-MG, UFF Volta Redonda, UFF Campus Macaé, UFRJ Campus Cidade Universitária e UFRJ Praia Vermelha e; somente quatro campus estão no Nível 3, a citar, UFSJ, UFF Niterói, UFRRJ, UNIFESP.

Apesar de estar enquadrada no Nível 2, a UFV Campus Rio Paranaíba se enquadrou neste nível por oferecer a disciplina de Contabilidade Ambiental de forma obrigatória, mas não oferta a disciplina Ética, nem como obrigatória nem como optativa/eletiva. Já a UNIFAL-MG e a UFF Volta Redonda se enquadraram no Nível 2 por oferecer Ética de forma obrigatória, mas não ofertam a disciplina Contabilidade

Ambiental, nem como obrigatória nem como optativa/eletiva. Evidencia-se que a UNIFAL-MG e a UFF Campus Volta Redonda não oferecem a disciplina Contabilidade Ambiental, que deveria ser ofertada por todos os cursos de Ciências Contábeis.

No geral a maioria dos cursos, isto é, 12 *campi* estão enquadrados no Nível 2, o que significa que há um caminho longo para uma adesão total a educação para a sustentabilidade, pois não há garantia que os alunos irão cursar disciplinas que são ofertadas de forma optativa. Por outro lado, os quatro campi compreendidos no Nível 3 demonstram maior empenho em atender as legislações, aderindo mais a educação para sustentabilidade, dado que nestes casos obrigatoriamente os alunos cursarão as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental.

Entende-se que todos os cursos devem oferecer disciplinas que abordam a temática ambiental de forma obrigatória para assegurar a educação ambiental. No entanto, as disciplinas sendo ofertadas de forma optativa, podem não alcançar muitos alunos, não promovendo adequadamente a educação para sustentabilidade conforme expresso nos documentos que norteiam sua atuação, principalmente o Estatuto e o PDI.

No geral, observa-se que as universidades promovem a educação para sustentabilidade com variados temas como direitos humanos, meio ambiente, diversidade, ética, governança corporativa, raça, entre outras.

Esses resultados corroboram parcialmente com o estudo de Figueiró e Raufflet (2015) que apontou que as questões de sustentabilidade têm sido integradas na grade curricular dos cursos de graduação de negócios de forma opcional, não chegando a ser um componente curricular obrigatório. Essas questões são introduzidas de forma superficial, pontual, não sendo promovido um pensamento integrado e interdisciplinar sobre o tema.

Como também mostrado no Quadro 129, são ofertadas nas universidades outras disciplinas que não contém no nome palavras ligadas a sustentabilidade, mas que abordam em suas ementas os conceitos da temática. Isto é, os cursos promovem a educação para a sustentabilidade de forma interdisciplinar, como abordado no estudo de Gomes *et al*. (2012).

Esse resultado vai ao encontro do que consta nas atas da Conferência Campus *Earth Summit*, conforme a citação de Hall (1982), em que foi apontado que uma universidade sustentável é aquela em que a sustentabilidade é prioridade e o conhecimento ambiental faz parte das disciplinas, e a universidade promove práticas sustentáveis conscientizando os discentes. Assim, pode-se inferir que parte das

universidades já está no caminho correto para promoção da educação para sustentabilidade.

De forma geral, o resultado corrobora com o que aponta Gomes, Jorge e Eugénio (2020), pois revela que o curso de Ciências Contábeis está cada vez mais fundamentado nos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Por fim, para fechar a análise global dos documentos de todas as universidades analisadas, verifica-se que estas em maior ou menor grau observam o que está declarado em suas missões, pois são implementados projetos, práticas e cursos voltados para a educação para sustentabilidade. Sempre há espaço para avançar, mas as universidades demonstraram preocupação com os aspectos da sustentabilidade. Diferente do estudo de Albareda-Tiana, Vidal-Raméntol e Fernández-Morilla (2018), que depois de revisar os relatórios de graduação da universidade estudada, observou uma falta de consistência com a missão da universidade, sugerindo modificações curriculares e uma nova aprovação ministerial dos relatórios de graduação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de destacar a temática da educação para sustentabilidade na área contábil, o presente trabalho buscou analisar as construções simbólicas ambientais das Instituições de Ensino Superior (IES) federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste à luz do arcabouço normativo ambiental existente na sociedade, visando a formação de tomadores de decisão mais sustentáveis.

Inicialmente foram pesquisadas no *site* do MEC (MEC, 2021b) as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste, sendo formada uma amostra de 12 IES, com 18 cursos de Ciências Contábeis no total. Após selecionada a amostra, foram obtidos os Estatutos, os PDI, os Relatórios de Sustentabilidade e PLS das IES e os PPP dos cursos, os quais foram extraídos dos *sites* institucionais e obtidos através do contato com as secretárias ou coordenações de cada IES, por correio eletrônico.

Os resultados evidenciaram o que foi abordado relativo à temática da educação para sustentabilidade em cada documento de cada IES. Considerando uma ótica global, no que se refere aos estatutos, todas as universidades tiveram trechos relativos à educação para a sustentabilidade, exceto a UFV e a UFF, que não tinham nenhum trecho sobre a temática, revelando que os conceitos que foram mais enfatizados nestes documentos estão relacionados à ética.

Quanto ao PDI, os perfis institucionais demonstraram que todas as IES possuem missão, visão, princípios, valores e objetivos como sugeridos no arcabouço normativo ambiental. As IES analisadas, em geral, têm buscado atuar como universidades sustentáveis, oferecendo educação para o Desenvolvimento Sustentável, como discutido nas diversas conferências internacionais feitas ao longo dos anos. Especialmente, oferecem educação para o Desenvolvimento Sustentável, como proposto na Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em 2021.

Todas as IES abordam conceitos relativos à educação para sustentabilidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Além do tripé ensino, pesquisa e extensão, todas oferecem assistência estudantil, contribuindo para alimentação, moradia e transporte, possibilitando a inclusão social no acesso, permanência dos diversos grupos sociais e, assim, reduzindo a evasão de discentes. Todas apresentam aspectos sobre infraestrutura e acessibilidade, sendo propiciado a inclusão social para alunos com deficiência. Em

relação a governança, evidenciaram que atuam com transparência, ética, responsabilidade, equidade e sustentabilidade.

Quanto ao PLS, o documento foi encontrado em todas as universidades, exceto na UFMG e na UFRRJ. Neste documento, as universidades apresentaram suas ações de sustentabilidade, como redução de material de consumo, por exemplo de papel para impressão, copos descartáveis e cartucho para impressão; redução do consumo de energia elétrica; redução do consumo de água e tratamento de esgoto; coleta seletiva de resíduos; melhora na qualidade de vida no ambiente acadêmico; compras e contratações sustentáveis, sustentabilidade no deslocamento de pessoal, levando em conta todos os meios de transporte. O PLS da UFES foi baseado no princípio dos 3R's: reduzir, reutilizar e reciclar para executar as ações sustentáveis no ambiente acadêmico. E o PLS da UFV, da UNIFAL-MG, da UFF e da UNIFESP atendem à política dos 5 R's: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar, recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais.

Quanto ao Relatório de Sustentabilidade, foram encontrados somente os relatórios da UFES e da UNIFAL-MG. Em geral, essas duas IES apresentaram suas ações e resultados sustentáveis nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, demonstrando que contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável e que promovem a educação para sustentabilidade.

Quanto ao Plano Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis, somente não foi encontrado este documento no Campus Macaé e no Campus Niterói da UFF, sendo encontradas apenas as matrizes curriculares. No que diz respeito ao objetivo do curso, todos as IES pesquisadas objetivam, em síntese, formar profissionais éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, que exerçam à cidadania, que tenham visão humanítisca e social, e responsabilidade social.

No que diz respeito ao perfil do egresso, em resumo, os cursos evidenciaram que o egresso deve ser capaz de enfrentar as demandas empresariais e sociais, deve contribuir para geração de informações financeiras, econômicas e sociais, deve ajudar a melhorar a qualidade de vida da sociedade e ter conduta ética.

Em relação as disciplinas relativas ao tema da educação para sustentabilidade, a maioria dos cursos oferecem diversas disciplinas dentro da temática, porém a maior parte de forma optativa. No geral, os cursos promovem a educação para sustentabilidade com variados temas como direitos humanos, meio ambiente, diversidade, ética, governança corporativa, raça, entre outros, em disciplinas específicas ou de forma interdisciplinar.

Em relação as disciplinas relativas ao tema da educação para sustentabilidade, no total foram identificadas 155 disciplinas nos 18 *campi* da amostra, sendo que 99 são oferecidas na modalidade eletiva ou optativa.

No que se refere as disciplinas Ética e Contabilidade Ambiental que fazem parte do núcleo da sustentabilidade na área de Ciências Contábeis, *os campi* UFV Viçosa e UFVJM não ofertam essas disciplinas na modalidade obrigatória. Os *campi* UFES, UFJF Juiz de Fora, UFJF Governador Valadares, UFMG, UFU Santa Mônica, UFU Pontal, UFV Rio Paranaíba, UNIFAL-MG, UFF Volta Redonda, UFF Macaé, UFRJ Cidade Universitária e UFRJ Praia Vermelha ofertam pelo menos uma dessas disciplinas de forma obrigatória. E nos *campi* UFSJ, UFF Niterói, UFRRJ, UNIFESP, as duas disciplinas são obrigatórias.

Entre os 18 *campi*, 12 ofertam só uma das disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética como sendo obrigatória. Isso mostra que as universidades federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste necessitam ter maior aderência ao tema da educação para a sustentabilidade, dado que já existe um arcabouço normativo ambiental que direciona as instituições nesse sentido. Além disso, novas normas referentes a sustentabilidade na contabilidade estão sendo instituídas, como a IFRS S1 e S2, o que aponta para estruturas curriculares mais rígidas quanto a educação ambiental nessa área.

Quanto às instituições que possuem o curso de Ciências Contábeis e que ofertam as disciplinas Contabilidade Ambiental e Ética de forma obrigatória, estas mostram que estão passos à frente no atendimento ao arcabouço normativo ambiental. Assim, estão contribuindo para disseminação da educação contábil ambiental, formando profissionais conscientes das responsabilidades ambientais. Os futuros contadores podem influenciar os gestores das empresas assessoradas por eles, o que impactará significativamente o alcance da sustentabilidade na sociedade.

Conclui-se que as IES federais com cursos de graduação presenciais em Ciências Contábeis da região Sudeste possuem aderência aos conceitos relacionados à educação para a sustentabilidade, mas ainda é necessário avançar na educação para a sustentabilidade. Apesar das universidades como um todo, buscarem promover ações e práticas sustentáveis, a maioria dos cursos de Ciências Contábeis ofertam as disciplinas principais da educação para sustentabilidade de forma optativa, o que gera pouco impacto ambiental na sociedade.

A contribuição desta pesquisa, em primeiro lugar, é o aumento das discussões sobre a sustentabilidade, evidenciando que as faculdades de Ciências Contábeis precisam se atentar a essa temática com mais empenho, dado que o próprio meio ambiente, com as diversas catástrofes ambientais, tem mostrado a urgência de atender a essa pauta. O estudo pode, então, influenciar outras instituições de ensino, básico ou superior, públicas, bem como as privadas, a promover a sustentabilidade no ensino, pesquisa, extensão e em todas as práticas institucionais de forma a atender ao arcabouço normativo ambiental. No geral, a pesquisa ajuda na construção do conhecimento ambiental na contabilidade e a conscientização ambiental não somente da comunidade acadêmica, mas principalmente dos profissionais contábeis e da sociedade de forma geral. Pode também ter impacto relevante, de forma indireta, no próprio meio ambiente.

Sugere-se como pesquisas futuras analisar IES federais de outras regiões do Brasil e fazer comparações entre as regiões. Sugere-se também entrevistar discentes, docentes ou coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais para verificar as implicações das ações sustentáveis realizadas pelas IES. E, por fim, sugere-se analisar IES privadas com curso de Ciências Contábeis e fazer comparações com as públicas.

REFERÊNCIAS

ALBAREDA-TIANA, S.; VIDAL-RAMÉNTOL, S.; FERNÁNDEZ-MORILLA, M. Implementing the sustainable development goals at University level**. International Journal of Sustainability in Higher Education,** [S. l.], v. 19, n. 3, p. 473-497, 2018.

ALVES, J. E. D. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental**. Centro de estudos estratégicos da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em: 05 out. 2021.

ASHLEY, P. de A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/siteABMES-notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da União do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Lei nº13.186, de 11 de novembro de 2015. **Diário Oficial da União do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13186.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União do Brasil,** Brasília, DF, 16 dez. 2004. Seção 1, p. 15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. **Diário Oficial da União do Brasil,** Brasília, DF, 27 mar. 2024. Seção 1, p. 23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União do Brasil,** Brasília, DF, 18 dez. 2018. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 15 jun. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CARSON, R. **Silent Spring.** Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CAVALCANTE, G. M. *et al*. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre a Percepção dos Estudantes de Graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL). **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, art. 4, p. 40-51, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47604/contabilidade-ambiental--um-estudo-sobre-a-perc--->. Acesso em: 24. abr. 2024

CHULIÁN, M. F. Constructing new accountants: The role of sustainability education. **Revista de Contabilidad**, v. 14, p. 241-265, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3597/359733641003.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P. Sustentabilidade estratégica. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 291-306, abr./maio/jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/86387/89061>. Acesso em: 20 ago. 2021.

COLE, R.; SNIDER, B. Managing in turbulent times: the impact of sustainability in management education on current and future business leaders. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 210, p. 1622-1634, 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COP21, UNFCCC. **Adoption of the Paris Agreement.** Decision 1/CP.21, FCCC/CP/2015/L.9, Artigo 109, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORRÊA, M. *et al*. An analysis of the insertion of sustainability elements in undergraduate design courses offered by Brazilian higher education institutions: An exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 272, 122733. (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.122733>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CRISTÓFALO, R. G. *et al*. Sustentabilidade e o mercado financeiro: Estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão,** [S. l.], v. 23, n. 4, p. 286-297, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/129030>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CROWTHER, T. *et al*. Mapping tree density at a global scale. **Nature,** [S. l.], v. 525, p. 201–205, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature14967>. Acesso em: 07 out. 2021.

DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. **Academy of Management Journal**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 312–322, 1973. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/255331>. Acesso em: 21 out. 2021.

DELMAS, M. A.; BURBANO, V. C. The Drivers of Greenwashing. **California Management Review**, Berkeley, v. 54, n. 1, p. 64-87, 2011. Disponível em: <https://www0.gsb.columbia.edu/mygsb/faculty/research/pubfiles/14016/cmr5401_04_printversion_delmasburbano.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

DISTERHEFT, A. *et al*. Sustainability Science and Education for Sustainable Development in Universities: A Way for Transition. **Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions**, [S. l.], p. 3–27, 2013. Disponível em: doi:10.1007/978-3-319-02375-5_1. Acesso em: 12 nov. 2021.

ELKINGTON, J. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. **Stony Creek, CT**: New Society Publishers, 1998.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; NAIME, R. H. Meta-análise das publicações científicas de IES brasileiras com sistema de gestão ambiental. **Revista GUAL**. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 214-235, jan. 2015.

FEMENÍAS, L. B.; FABREGA, M. B.; AZNAR, J. P. Teaching digital natives to acquire competences for sustainable development. **International Journal of Sustainability in Higher Education,** [S. l.], v. 21, n. 6, p. 1053-1069, 2020.

FIGUEIRÓ, P. S.; RAUFFLET, E. Sustainability in Higher Education: A systematic review with focus on management education. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 106, p. 22-33, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.04.118>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Times**, Seção SM, p. 17, 1970. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/a-friedman-doctrine-the-social-responsibility-of-business-is-to.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

GOMES, S. F.; JORGE, S.; EUGÉNIO, T. P. Teaching sustainable development in business sciences degrees: evidence from Portugal. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [S. l.], v. 12, n.3, p. 611-634, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-10-2019-0365>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GOMES, S. M. da S. *et al*. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IES brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 177–189, 2012. Disponível em: https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/403. Acesso em: 13 out. 2021.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/gJLg9MNzwWpKwSvnTzLyn9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.

HALL, R. H. **Organizações.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

IFRS. IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information. **IFRS, 2023a**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IFRS. IFRS S2 Climate-related Disclosures. **IFRS, 2023b**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INSTITUTE FOR FUTURE INITIATIVES. **About IFI**, 2022. Disponível em: <https://ifi.u-tokyo.ac.jp/en/about/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/93473>. Acesso: 30 ago. 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **95% dos cursos de Ciências Contábeis avaliados pelo Enade 2018 são presenciais**, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Convergência Comunicação Estratégica, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - IPCC. **Climate Change and Land. An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems**, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/4.-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

ISENMANN, R., LANDWEHR-ZLOCH, S.; ZINN, S. (2020). Morphological box for ESD – landmark for universities implementing education for sustainable development (ESD). **The International Journal of Management Education**, [S. l.], v. 18, n. 1, 100360. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2019.100360>. Acesso em: 20 ago. 2021

JONG, M. D.; HARKINK, K. M.; BARTH, S. Making green stuff? Effects of corporate greenwashing on consumers. **Journal of business and technical communication**, [S. l.], v. 32, n. 1, p.77-112, 2018.
KANASHIRO, P. *et al*. Sustainability in management education: a Biggs' 3P model application. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 671-684, 2020.

KOPNINA, H. "Teaching sustainable development goals in the Netherlands: a critical approach", **Environmental Education Research**, [S. l.], v. 24, n. 9, p. 1268-1283, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504622.2017.1303819>. Acesso em: 18 out. 2021.

KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/408/306>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KYRIAKOPOULOS, G.; NTANOS, S; ASONITOU, S. Investigating the environmental behavior of business and accounting university students. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 819- 839, 2020.

LANDRUM, N. E. The Global Goals: bringing education for sustainable development into US business schools. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. 1336-1350, 2021. DOI:10.1108/IJSHE-10-2020-0395

LEAL FILHO, W. (2018). The role of transformation in learning and education for sustainability. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 199, p. 286–295, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.017>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LEAR, L. Introdução. In: CARSON, R. **Primavera Silenciosa** 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

LENNAN, M. L. F. M.; SEMENSATO, B. I.; OLIVA, F. L. Responsabilidade social empresarial: Classificação das Instituições de Ensino Superior em reativas ou estratégicas sob a ótica da governança corporativa. **REGE**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 457-472, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40146/responsabilidade-social-empresarial--classificacao-das-instituicoes-de-ensino-superior-em-reativas-ou-estrategicas-sob-a-otica-da-governanca-corporativa>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LEÓN-FERNÁNDEZ, Y.; DOMÍNGUEZ-VILCHES, E. Environmental management and sustainability in higher education: the case of Spanish universities**. International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 440-455, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-07-2013-0084>. Acesso em: 04 out. 2021.

LEUPHANA UNIVERSITÄT LÜNEBURG. Eine universität für die zivilgesellschaft, 2022. Disponível em: <https://www.leuphana.de/universitaet.html>. Acesso em: 04 mai. 2022.

MADEIRA, A. C. F. D. **Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior**. 2008, 220f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) - Universidade de Aveiro, Porto, 2008.

MANGINI, E. R. *et al*. Greenwashing Study and Consumers' Behavioral Intentions. **Consumer Behavior Review**, [S. l.], v. 4, n. 3, p.229-244,2020.

MARQUES, J. F. S.; SANTOS, Â. V.; ARAGÃO, J. M. C. Planejamento e sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 14-29, 2020. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1052>. Acesso em: 29 set. 2021.

MARUYAMA, U.; ISSBERNER, L.; PRADO, P. Cultivando as Sementes da Educação para Sustentabilidade: Regime de Informação na IES Pública Brasileira. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 303-303, 2021.

MINAYO, M. C. de S. *et al*. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **UNESCO**, 2021a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 27 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**, 2021b. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 03 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Agenda ambiental na administração pública**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20): o futuro que queremos.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-quequeremos1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Princípio dos 3R's.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/principio-dos-3rs.html#:~:text=Um%20caminho%20para%20a%20solu%C3%A7%C3%A3o,%2D%20Reduzir%2C%20Reutilizar%20e%20Reciclar>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MONTENEGRO, L. A. *et al*. Educação para a sustentabilidade na prática docente: um desafio a ser alcançado. **Revistaea**, [S. l.], v. 20, n. 76, set./nov. 2021. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3239>. Acesso em: 27 set. 2021.

MORA, C. *et al*. Broad threat to humanity from cumulative climate hazards intensified by greenhouse gas emissions. **Nature Clim Change**, [S. l.], v. 8, p. 1062–1071, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0315-6>. Acesso em: 07 out. 2021.

MOTA, I. A. *et al*. **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2005-2015**, 2004. Disponível em: <https://ecoreporter.abae.pt/docs/apoio/Estrategia_Nacional_para_o_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 08 nov. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Entidades das Nações Unidas no Brasil**, 2021b. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/un-entities-in-country>. Acesso em: 27 set. 2021.

NIMA - NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE. **Sobre**, 2021. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/pt/historico/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NUNES, E. B. L. de L. P.; PEREIRA, I. C. A.; PINHO, M. J. de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior,** Campinas, v. 22, n. 1, p. 165–177, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório da delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, Estocolmo, v.2, 1972**, 1972. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_II.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Documentos temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1.2.3.5.9.14.**, 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em 04 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PROGRAMA PARA O MEIO AMBIENTE. Marcos ambientais: Linha do tempo dos 75 anos da ONU, 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>. Acesso em 10 abr. 2021.

PAGOTTO, É. L. ***Greenwashing*: os conflitos éticos da propaganda ambiental**. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola de Artes, ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Sustentabilidade**, 2021a. Disponível em: <https://prefeitura.ufrj.br/index.php/pt/sustentabilidade>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Coordenação de Operações Urbano-Ambientais**, 2021b. Disponível em: <http://www.prefeitura.ufrj.br/index.php/pt/2012-03-16-13-51-34/meio-ambiente>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PRME. **Principles for Responsible Management Education**, 2021. Disponível em: <http://prmebrazil.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RAMOS, M. Conceição Pereira. Ambiente, Educação e Interculturalidade. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [S. l.], n. 8, p. 27-39, jan./jul. 2012.

RAMUS, C. A.; MONTIEL, I. When are corporate environmental policies a form of greenwashing? **Business and Society**, [S. l.], v. 44, p. 377-414, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238431147_When_Are_Corporate_Environmental_Policies_A_Form_of_Greenwashing>. Acesso em: 11 out. 2021.

RIBEIRO, A. de L. **Teorias da administração**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 26, n. 2, 2019.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014.

SCHOOL FOR ENVIRONMENT AND SUSTAINABILITY. **Who we are**, 2022. Disponível em: <https://seas.umich.edu/about/who-we-are>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SIERRA YOUTH COALITION. **Sobre nós.** 2021. Disponível em: <http://www.syc-cjs.org/about-us/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SINGH, A. S.; SEGATTO, A. P. Challenges for education for sustainability in business courses: A multicase study in Brazilian higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education,** [S. l.], v. 21, n. 2, p. 264-280, 2020.

SOUZA, J. da S.; RESE, N. Sustentabilidade na formação de gestores públicos: Análise das estratégias praticadas. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 8. 2020, São Paulo. **Anais do XVIII Engema**, São Paulo: FEA-USP, 2020. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/388.pdf >. Acesso em: 20 ago. 2021.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, [S. l.], v.13, n.3, p.503-515, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/FPS4f4wWJHxPRpw4BcW33Gx/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

THE CLUB OF ROME. **About the cub of Rome**, 2021. Disponível em: <https://www.clubofrome.org/about-us/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UFMG Sustentável. **Compromissos**, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/sustentabilidade/compromissos/>. Acesso em: 21 set. 2023.

UI GREEN METRIC. **Classificações Gerais de 2012**, 2012. Disponível em: <http://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2012>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UMWELT-CAMPUS BIRKENFELD. **NEUGIERIG auf den Umwelt-Campus Birkenfeld?,** 2022. Disponível em: <https://www.umwelt-campus.de/neugierig>. Acesso em: 04 mai. 2022.

UNCED - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **AGENDA 21**, 1992. Disponível em: <http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2019-05/agenda_21_global_integra.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNESCO. **Década da educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2005 -2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.120p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por/PDF/139937por.pdf.multi>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida**, 2021a. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por>. Acesso em: 14 out. 2021.

UNESCO. **UNESCO declara que a educação ambiental deve ser um componente curricular básico até 2025**, 2021b. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-declara-que-educacao-ambiental-deve-ser-um-componente-curricular-basico-ate-2025>. Acesso em: 10 abr. 2021.

UNISINOS. **SGA Unisinos**, 2021. Disponível em: <http://www.unisinos.br/institucional/meio-ambiente/sga-unisinos>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **UN Climate Change Conference - United Arab Emirates**, 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/cop28>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Principles for Responsible Management Education**, 2021. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/take-action/action/management-education>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNITED NATIONS. **The Johannesburg Declaration on Sustainable Development**, Johannesburg, 2002. Disponível em: <https://ec.europa.eu/environment/archives/wssd/documents/wssd_pol_declaration.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2021.

UNITED NATIONS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Exp. em Sustentabilidade / Pesquisa**, 2021. Disponível em: <http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br/index.php/Exp.-em-Sustentabilidade-Pesquisa/Exp.-em-Sustentabilidade/Universidade/USP>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop),** 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/tag/incubadora-tecnologica-de-cooperativas-populares-intecoop/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **UFJF lança campanha de reciclagem e planeja atividades para início das aulas**, 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2011/02/ufjf-lanca-campanha-de-reciclagem-e-planeja-atividades-para-inicio-das-aulas/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA. **Jornal UFLA**. Lavras, v.15, n. 77, p.1-12, 2008. Disponível em: <https://www.ufla.br/dcom/wp-content/uploads/2015/05/Jornal-UFLA-n-77-2008.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. **Programa de Administração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos – Geresol**, 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/geresol/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC. **Coordenadoria de Gestão Ambiental – CGA**, 2021. Disponível em: <https://gestaoambiental.ufsc.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Catálogo de Graduação 2019**, 2019. Disponível em: <http://www.catalogo.ufv.br/matriz.php?campus=vicosa&complemento=*&curso=CCO&ano=2019>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental (Nipeea)**, 2021. Disponível em: <https://ce.ufes.br/n%C3%BAcleo-interdisciplinar-de-pesquisa-e-estudos-em-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-nipeea>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA – PDI**, 2021. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/pdi-da-ufpa>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. **Sustentabilidade**, 2021. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=grupo/sustentabilidade>. Acesso em: 06 nov. 2021.

UNIVERSITY AT BUFFALO. **Academics,** 2022. Disponível em: <https://www.buffalo.edu/sustainability/academics.html>. Acesso em: 04 mai. 2022.

UNIVERSITY LEADERS FOR A SUSTAINABLE FUTURE - ULSF. **Global Higher Education for Sustainability Partnership (GHESP) is Launched in December 2000**, 2001. Disponível em: <https://ulsf.org/global-higher-education-for-sustainability-partnership-ghesp-is-launched-in-december-2000/>. Acesso em: 21 set. 2021.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M de S. Sustentabilidade e Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, n. 11, p. 187-206, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2009v6n11p187/11610>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEGAS, S. de F. da S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Evidências de mudanças na gestão organizacional. **Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n1p236>. Acesso em: 24 abr. 2021.

WARKEN, I. L. M.; HENN, V. J.; ROSA, F. S. da. Gestão da sustentabilidade um estudo sobre o nível de sustentabilidade socioambiental de uma instituição federal de ensino superior. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 147-166, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/740>. Acesso em: 24 abr. 2021

WEBER *et al*. Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: O caso da universidade federal da fronteira sul – UFFS. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, [S. l.], v.10, n.4, 42-55, 2020.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED. **Our common future: The Brundtland report**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **A Universidade de Tóquio**, 2022. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/university-tokyo>. Acesso em: 05 mai. 2022.

WU, Y.-C. J.; SHEN, J.-P.; KUO, T. An overview of management education for sustainability in Asia. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 341-353, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275634392_An_overview_of_management_education_for_sustainability_in_Asia. Acesso em: 04 out. 2021.

WYNESS, L., DALTON, F. The value of problem-based learning in learning for sustainability: Undergraduate accounting student perspectives. **Journal of Accounting Education**, v. 45, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2018.09.001>. Acesso em: 22 out. 2021.

YAMAMOTO, V. S. *et al*. Sustentabilidade no Ensino: Um Diagnóstico dos Cursos de Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista FSA**, Teresina, v. 17, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1966>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ZHANG *et al*. Education for sustainable development in Pakistani higher education institutions: an exploratory study of students' and teachers' perceptions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 1249-1267, 2020.

APÊNDICE A

Estatuto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo**. Alterado pela Resolução nº 01/2016 – CUn e CEP, 2016. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/estatuto-da-ufes>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **Estatuto da UFJF**, 1998. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex//files/2017/02/Estatuto-da-UFJF.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. **Estatuto da UFMG**, 1999. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ. **Estatuto,** 2011. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Estatuto_2011_AlteraVersao2005_AlteradapelaRes003_2023%20-%20primeira%20revisao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU. **Estatuto**, [s.d.]**.** Disponível em: <https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/estatuto_ufu.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. **Estatuto da Universidade Federal de Viçosa.** Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Estatuto-UFV-Multicampi-2014.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM. **Estatuto Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**, 2014. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/estatuto-da-ufvjm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. **Estatuto da Universidade Federal de Alfenas**, 2006. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Res40CS2007.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **Estatuto e Regimento Geral**, 1983. Disponível em: <https://www.uff.br/sites/default/files/estatuto-regimento-uff.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Estatuto**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/arquivos/2014/08/Estatuto-da-Universidade-Federal-do-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. **Estatuto**, 1974. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/soc/Estatuto/Estatuto%20UFRRJ%20Home%20Page.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. **Estatuto e Regimento Geral**, 2011. Disponível em: <https://ppg.unifesp.br/historiadaarte/images/Regimentos/estatuto_geral.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Plano de Desenvolvimento Institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021/2030**, 2021. Disponível em: <https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2027**, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Plano De Desenvolvimento Institucional 2018 – 2023**, 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2023/04/PDI-2018-2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**, 2019. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/PDI%202019-2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE da Universidade Federal de Uberlândia 2022-2027**, 2022. Disponível em: <https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5S7dYMPUvRfeWfsxSC1kS1fX8bkjtsZi6BTcTMr969l7g3GbMcj_8h5Bg0LcrqhMI3XQrGcDBbZOv9DTevvzAqI>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023**, 2018. Disponível em: <https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2023/08/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**, 2016. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-

juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2017-2021/view>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025 UNIFAL-MG**, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2024/06/PDI_revisado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI UFF 2018-2022**, 2018. Disponível em: <https://www.uff.br/sites/default/files/informes/pdi_2018-2022_final_cuv.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024**, 2021. Disponível em: <https://pdi.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/08/PDI_v4rev.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ 2023-2027**, 2023. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/pdi/files/2023/07/PDI-2023-2027.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional Unisfep 2021-2025**, 2021. Disponível em: <https://unifesp.br/reitoria/proplan/pdi-2021-2025-volume-i>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Plano de Logística Sustentável

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES. **Plano De Gestão De Logística Sustentável - Cartilha Sustentabilidade**, 2013. Disponível em: <https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/Cartilha_Sustentabilidade_UFES.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. **Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF**, 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2020/12/ANEXO_Resolu%C3%A7%C3%A3o-70.2020_Assinada-SEI.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ. **Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ**, 2013. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pplan/Plano%20de%20Logistica%20Sustentavel(1).pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **RESOLUÇÃO Nº 9/2019, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**. Estabelece o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências, 2019. Disponível em:

<http://www.sustentavel.ufu.br/sites/sustentavel.ufu.br/files/files/anexos/resolucaoCONSUN-2019-9%20%281%29.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) 2021-2023**, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QX5AVClq0F4PFAuQ-C6KAblY0EN78Bq9/view>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM. **Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS**, 2013. Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/es/formularios/doc_view/2752-.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. **Plano de Logística Sustentável - PLS (2020-2024)**, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2020/10/PLS-UNIFAL-MG-versao-final-set-20-1.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **Plano de Gestão de Logística Sustentável PLS-UFF**, 2017. Disponível em: <https://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/plano_de_logistica_sustentavel_0.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Plano de Logística Sustentável,** 2022**.** Disponível em: <https://ufrj.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP**. Plano de Gestão de Logística Sustentável UNIFESP – 2023**, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/PLS/Documentos/PLS-UNIFESP%202023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Relatório de Sustentabilidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES. **Relatório de sustentabilidade 2021**, 2021. Disponível em: <https://ods.ufes.br/pt-br/relatorios-de-sustentabilidade>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. **Relato Integrado 2022**. Relatório de Sustentabilidade, 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/desenvolvimento-institucional/sustentabilidade/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Plano Político Pedagógico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES. RESOLUÇÃO Nº 14/2007. Anexo da Resolução n° 14/2007 - CEPE Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CCJE), 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES. **Ementas das Disciplinas**, 2024. Disponível em: <https://cienciascontabeis.ufes.br/pt-br/ementas-das-disciplinas>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis.** Campus Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/cienciascontabeis/wp-content/uploads/sites/176/2023/05/PPC_CC_2022_1112_Versao_Final_Curriculariza%C3%A7%C3%A3o-Extens%C3%A3o-2022.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. **Projeto Pedagógico Curricular de Ciências Contábeis**. Campus Governador Valadares, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/contabeisgv/wp-content/uploads/sites/497/2023/04/PPC_2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Ementas**, 2024. Disponível em: <https://docs.face.ufmg.br/public/colegiados-ciencias-contabeis-ementas>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI – UFSJ. **Projeto Pedagógico para o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis**, 2015. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cocic/Res014Conep2015_PPCCienciasContabeis_Anexo_versao_aprovada_CONEP_03_06_2015.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. Campus Santa Mônica, 2022. Disponível em: <http://www.facic.ufu.br/system/files/conteudo/projeto_pedagogico_final_0.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Documentos**, 2024. Disponível em: <http://www.facic.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/atividades-academicas-facic-integral-20212>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. Campus Pontal, 2022. Disponível em: <http://www.faces.ufu.br/system/files/conteudo/projetopedagogico_reformulado_ciencias_contabeis_4_diligencia_versao_final_1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis**. Campus Viçosa, 2022. Disponível em: <https://cco.ufv.br/wp-content/uploads/2023/03/PPC_Atualizacao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Catálogo da graduação 2019**, 2019. Disponível em:

<http://www.catalogo.ufv.br/matriz.php?campus=vicosa&complemento=*&curso=CCO&ano=2019>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis**. Campus Rio Paranaíba, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bhjP2yTdsG7250cLM-Aip5NZA_kP6z5E/view>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis,** 2019. Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis – Bacharelado,** 2018. Disponível em: <https://academico.unifal-mg.edu.br/sitecurso/arquivositecurso.php?arquivoId=125>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis.** Campus Volta Redonda, 2016. Disponível em: <http://cienciascontabeisvr.uff.br/wp-content/uploads/sites/114/2023/07/PPC-Curso-Ciencias-Contabeis-UFF-Volta-Redonda.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. **Banco de Ementas**, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Campus Niterói. **Grade**, 2024. Disponível em: <http://cienciascontabeis.sites.uff.br/grade/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Campus Macaé. **Matriz Curricular**, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Projeto Pedagógico Curso de Ciências Contábeis**, 2019. Disponível em: <https://facc.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/06/Projeto-pedagogico-Ciencias-Contabeis_2022.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Programa das Disciplinas/Ementas**, 2024a. Disponível em: <https://secretariafacc.blogspot.com/p/ementas.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Distribuição Curricular**, 2024b. Disponível em: <https://www.siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/67D615FC-92A4-F799-25C3-0F7EA62C008D.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. **Campi**, 2024. Disponível em: <https://ufrj.br/a-ufrj/campi/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**, 2018. Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/grad/cienciascontabeis/files/2019/10/PPC_2019_2_VERSAO-FINAL-2.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**, 2020. Disponível em: <https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/1357>. Acesso em: 10 jun. 2024.